

Aline Montagna da Silveira

De fontes e aguadeiros à penas d'água:  
reflexões sobre o sistema de abastecimento de água  
e as transformações da arquitetura residencial do final  
do século XIX em Pelotas - RS

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação  
em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de  
Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São  
Paulo, para obtenção do título de Doutora em  
Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: História e Fundamentos da  
Arquitetura e do Urbanismo

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Beatriz Mugayar Kühl

São Paulo, 2009.

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

E-MAIL: alinemontagna@yahoo.com.br

M587d Silveira, Aline Montagna da  
De fontes e aguadeiros à penas d'água: reflexões sobre o sistema de abastecimento de água e as transformações da arquitetura residencial do final do século XIX em Pelotas-RS / Aline Montagna da Silveira. --São Paulo, 2009.  
340 p. : il.

Tese (Doutorado - Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) - FAUUSP.  
Orientadora: Beatriz Mugayar Kühl

1.Abastecimento de água – Pelotas (RS) 2.Arquitetura  
3.Urbanismo 4.Companhia Hidráulica Pelotense I.Título

CDU 628.1(816.52)

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, professora Dr<sup>a</sup>. Beatriz Mugayar Kühl, pela confiança em mim depositada, pela orientação precisa e pelos comentários, sempre pertinentes.

Aos integrantes da banca examinadora do Exame de Qualificação, Dr. Antônio Soukef Júnior e Dr. Paulo César Garcez Marins, pelas contribuições ao desenvolvimento da tese.

Aos professores do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual de Maringá, que contribuíram para viabilizar meu afastamento para a pós-graduação.

Aos funcionários do Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas, em especial a Michele e a Caroline, do Setor de Estatística e Divulgação da referida instituição, que facilitaram o acesso ao acervo documental sobre a Companhia Hidráulica Pelotense.

Aos funcionários do Setor de Obras Raras da Biblioteca Irmão José Otão da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, da Biblioteca Mário de Andrade, da Biblioteca Nacional, da Biblioteca Rio-Grandense, da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e da Biblioteca Pública Pelotense, que orientaram e auxiliaram nas constantes buscas em acervos de obras raras.

Aos funcionários do Laboratório de Geoprocessamento da Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, pela cessão da imagem Landsat.

Ao Henrique, funcionário do Setor de Cadastro da Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Pelotas, por facilitar a coleta de dados no arquivo de projetos.

Ao arquiteto Rodrigo Sartori Jabur, pelo auxílio no levantamento bibliográfico.

À minha prima Valéria Terra, que me deu guarida em todos os momentos que estive em São Paulo.

Ao meu amigo Renato Leão Rego, pela leitura do projeto de pesquisa, pelo auxílio nas etapas finais da tese e por todo o apoio e incentivo à realização da pós-graduação.

À minha amiga Karin Schwabe Meneguetti, pelas sugestões na elaboração do projeto de pesquisa e pelas informações sobre a pós-graduação.

À amiga Ana Paula da Gama Souto Bruno, pela leitura atenta do manuscrito, pelos comentários e pelas sugestões, sempre pertinentes, sobre o trabalho.

À amiga Cíntia Vieira Essinger, por me auxiliar na coleta de dados e por compartilhar, sempre, novas descobertas.

Aos meus irmãos Augusto Montagna da Silveira e Eduardo Montagna da Silveira, pelo auxílio à distância.

Ao Giovanni Nachtigall Maurício, por me acompanhar em todos os momentos.

A minha mãe e ao meu pai, que me apoiaram sempre.

## RESUMO

SILVEIRA, Aline Montagna da. *De fontes e aguadeiros à penas d'água: reflexões sobre o sistema de abastecimento de água e as transformações da arquitetura residencial do final do século XIX em Pelotas – RS*. 2009. 340f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

O trabalho trata das formas de abastecimento de água durante o século XIX, analisando as transformações ocorridas no ambiente urbano, em função das instalações das redes de água encanada na cidade de Pelotas. Nesse sentido, investiga o surgimento das primeiras companhias hidráulicas na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, compara as soluções propostas para as três principais cidades gaúchas (Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande) com àquelas implementadas em outras localidades e discute as diversas propostas de abastecimento para estas cidades. A pesquisa trata da proliferação das epidemias durante o século XIX e das intervenções ocorridas no ambiente urbano, realizadas com o intuito de embelezar, sanear e higienizar as cidades. Aborda, ainda, a instalação de outras obras de infra-estrutura em Pelotas no final do século XIX, que apresentam a particularidade de serem destinadas ao bem público e administradas por empresas privadas. Aproxima a investigação sobre a Companhia Hidráulica Pelotense, estabelecendo, a partir de um olhar sobre o abastecimento de água, relações entre a trajetória de trinta e sete anos de funcionamento da empresa e o cotidiano da cidade. Trata das semelhanças e das diferenças entre as empresas hidráulicas de Pelotas e de Rio Grande, e analisa os problemas enfrentados pela companhia pelotense (como a falta d'água, os furtos, as ligações clandestinas e a resistência quanto a regularização do consumo), assim como as diversas soluções propostas (entre elas a construção da Casa de Máquinas junto ao arroio Moreira). Discute a municipalização da empresa no início do século XX e, a partir das transformações propostas para os equipamentos das redes de água encanada, aborda as demolições, as transformações e as permanências de algumas obras representativas do patrimônio industrial em Pelotas. Estuda os projetos arquitetônicos submetidos à aprovação da Intendência Municipal de Pelotas no período de 1895 a 1908, e percebe que, apesar da preexistência das redes de água encanada na cidade, a incorporação de ambientes e de equipamentos voltados à higiene ocorreu lentamente nas edificações residenciais pelotenses. Mas, se por um lado os interiores apresentaram poucas alterações (e inclusive algumas permanências, como os algibes domésticos), os dados encontrados e as análises realizadas evidenciaram a preocupação concedida ao aspecto exterior das edificações, presente na qualidade da representação gráfica das elevações projetadas na cidade de Pelotas no final do século XIX e na primeira década do século XX.

Palavras-chave: abastecimento de água; Companhia Hidráulica Pelotense; arquitetura e urbanismo; século XIX; Pelotas.

## ABSTRACT

SILVEIRA, Aline Montagna da. *From fountains and water carriers to piped water nets: reflections on the water supply system and the transformations in the late nineteenth-century residential architecture in Pelotas – RS*. 2009. 340f. Thesis (Doctoral) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Regarding the mechanisms for water supplying in nineteenth-century Pelotas, this thesis deals with the transformations caused in the urban environment by the implementation of piped water nets. Thus, it traces the appearance of the first hydraulic companies in the province of São Pedro do Rio Grande do Sul, evaluates different proposals for water supply systems and compares the water supply proposals designed for the three main Rio Grande do Sul cities, namely Porto Alegre, Pelotas and Rio Grande. It describes the nineteenth-century proliferation of epidemics and the urban environmental interventions in order to embellish, sanitize, and hygienically improve cities. Also, it outlines certain infra-structure works hold in Pelotas in the end of 19<sup>th</sup> Century, particularly those maintained by private companies for welfare state. Hence, it focuses the Companhia Hidráulica Pelotense and the quotidian city life during the period of thirty seven years that this company supplied water for Pelotas. Differences between Pelotas and Rio Grande hydraulic companies are drawn as well as the problems undergone by them, namely water shortage, thefts, clandestine connections and resistance to consumption regularization, and the solutions then implemented. Another topic explained in this thesis is the municipalization of this company in the beginning of the 20<sup>th</sup> Century. Due to the building of the piped water net, demolitions, modifications and permanencies can also be observed in Pelotas' industrial architectural heritage. Based on the study of architectural designs submitted to Intendência Municipal de Pelotas between 1895 and 1908, this thesis acknowledges that, despite the pre-existence of piped water nets in the city, Pelotas' residential buildings slowly presented hygienic environments and equipments. The thesis states that home interiors presented little alteration in contrast with the external image of residential buildings, whose facades were a major concern in the designs for Pelotas at the turn of the 20<sup>th</sup> Century.

Key words: water supply, Companhia Hidráulica Pelotense, architecture and urbanism, 19<sup>th</sup> Century, Pelotas.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Estado do Rio Grande do Sul, em 1857 .....	13
Figura 2: Recenseamento geral da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1872 .....	24
Figura 3: Renda <i>per capita</i> por município .....	24
Figura 4: Caricatura de jornal porto-alegrense .....	25
Figura 5: Rio Grande .....	31
Figura 6: Os fortes de Rio Grande: Santana do Estreito (esquerda) e Jesus-Maria-José (direita) .....	32
Figura 7: Rio Grande .....	32
Figura 8: Primeiro loteamento da Freguesia de São Francisco de Paula, 1815 .....	34
Figura 9: Passo dos Negros .....	35
Figura 10: Passo do Rio de S. Gonzales [sic] .....	35
Figura 11: Sesmaria do Monte Bonito .....	36
Figura 12: Aquarelas de Debret .....	37
Figura 13: Fontes construídas em 1847 .....	43
Figura 14: Algibes .....	44
Figura 15: Algibes .....	44
Figura 16: Carregadores de água .....	46
Figura 17: Aguadeiro .....	46
Figura 18: Aguadeiros em Porto Alegre .....	48
Figura 19: Aguadeiros de Montevidéu .....	48
Figura 20: Aguadeiros em Buenos Aires .....	48
Figura 21: Aguadeiros em meados e final do século XIX, em Buenos Aires .....	48
Figura 22: Aguadeiros. Salvador, Bahia, século XIX .....	49
Figura 23: Aguadeiro nas ruas de Salvador (esquerda). Casa de vender água (direita) .....	49
Figura 24: Lavadeiras no Rio de Janeiro .....	50
Figura 25: As lavadeiras do arroio Santa Bárbara, Pelotas (1909) .....	51
Figura 26: Lavadeiras em Porto Alegre, às margens do Guaíba .....	51
Figura 27: Lavadeiras em São Paulo .....	51
Figura 28: Lavadeiras de Buenos Aires: figuras corriqueiras nas cidades do século XIX .....	51
Figura 29: Planta de 1835. Pelotas. Rio Grande do Sul. ....	55
Figura 30: Chafariz da praça Pedro II .....	60
Figura 31: Hidráulica Porto-Alegrense .....	61
Figura 32: Chafarizes de Porto Alegre .....	62
Figura 33: Chalé da praça 15 de Novembro, com chafariz da Hidráulica .....	62
Figura 34: Porto Alegre no século XIX (cerca de 1865) .....	62
Figura 35: Vista do canal do Ourcq (gravura anônima, esquerda) e <i>Chateau d'eau</i> (aquarela, direita) .....	72
Figura 36: Abastecimento de Paris .....	72
Figura 37: Abastecimento de Buenos Aires .....	75
Figura 38: Palácio das Águas .....	75
Figura 39: Palácio das Águas .....	76
Figura 40: A cidade fortificada de Montevidéu e os pontos de captação de água: algibes .....	77
Figura 41: Águas Correntes de Montevidéu .....	78
Figura 42: Águas Correntes .....	79

Figura 43: Fonte do Queimado (esquerda) e instalações da Companhia do Queimado (direita) .....	81
Figura 44: Fontes de Salvador.....	81
Figura 45: Chafariz do Terreiro de Jesus, Salvador. Bahia .....	81
Figura 46: Aquedutos da Carioca (Arcos da Lapa).....	82
Figura 47: Chafarizes do Rio de Janeiro.....	82
Figura 48: Obras do abastecimento de água encanada do Rio de Janeiro .....	84
Figura 49: São Paulo, chafariz do Largo do Rosário em 1880 .....	86
Figura 50: Reservatório Paes de Carvalho, em Bélem (1904).....	88
Figura 51: Inauguração da Hidráulica de Piracicaba .....	89
Figura 52: Museu da Água.....	89
Figura 53: Bombas suíças em 1887 (esquerda). Funcionários da Hidráulica de Piracicaba (direita) .....	89
Figura 54: Interior da Casa de Máquinas (esquerda). Casa de bombas (direita).....	90
Figura 55: Demolições para abertura da avenida da Ópera .....	94
Figura 56: Demolições do tecido antigo.....	94
Figura 57: Avenida Central, antes e depois das intervenções .....	97
Figura 58: Avenida Central, Rio de Janeiro (atual avenida Rio Branco).....	97
Figura 59: Rio de Janeiro. As transformações da cidade entre 1903 e 1910 .....	98
Figura 60: A avenida Central .....	98
Figura 61: As demolições no Rio de Janeiro .....	99
Figura 62: Avenida Saldanha Marinho e rua Dom Pedro II.....	100
Figura 63: Charges do jornal Zé da Hora.....	101
Figura 64: Cemitério da Santa Casa de Misericórdia.....	107
Figura 65: Carros fúnebres, em 1923 .....	108
Figura 66: Vistas aéreas da cidade de Pelotas.....	110
Figura 67: Mapa da cidade de Pelotas, com indicação das praças .....	111
Figura 68: Praça Pedro II. Gradil de ferro .....	114
Figura 69: Quiosques da praça Pedro II (atual Coronel Pedro Osório).....	115
Figura 70: Quiosques do Rio de Janeiro.....	116
Figura 71: Rejeição aos quiosques no Rio de Janeiro.....	116
Figura 72: Charge sobre a praça .....	118
Figura 73: Planta da cidade de Pelotas .....	119
Figura 74: Praça Domingos Rodrigues, porto da cidade .....	119
Figura 75: A zona do porto durante a enchente de 1941 .....	120
Figura 76: Praça Marechal Floriano Peixoto.....	121
Figura 77: O Parque Pelotense.....	122
Figura 78: Planta do rio de São Gonçalo (esquerda) e detalhe da barra do canal (direita).....	127
Figura 79: Canal de São Gonçalo.....	128
Figura 80: Mapa de 1909.....	132
Figura 81: Vista do Gasômetro Municipal instalado às margens do Guaíba. Porto Alegre - RS .....	132
Figura 82: Vistas do gasômetro de Rio Grande.....	133
Figura 83: Gasômetro de Pelotas .....	134
Figura 84: Iluminação pública a gás .....	136
Figura 85: Antigo telégrafo.....	139
Figura 86: Bondes a tração animal. Escritório e dependências da extinta Companhia Ferro Carril .....	142
Figura 87: Movimentação de navios no porto de Pelotas .....	143
Figura 88: Vista do porto de Pelotas.....	143
Figura 89: Projeto da praça Domingos Rodrigues .....	145
Figura 90: Mapa com o traçado das linhas de bonde .....	146
Figura 91: Localização das estruturas implantadas pela Companhia Hidráulica Pelotense .....	149
Figura 92: Mapa do município de Pelotas.....	155
Figura 93: Vista aérea das instalações junto ao arroio Moreira .....	156
Figura 94: Hidráulica Pelotense.....	156
Figura 95: Represa do arroio Moreira .....	157
Figura 96: Arroio Moreira. Filtros (laterais) e contenção lateral da barragem (central).....	157

Figura 97: Casa do guarda da represa do Moreira, 1928 .....	158
Figura 98: Chafarizes de Minas Gerais: Mariana, Sabará, Tiradentes e Diamantina .....	159
Figura 99: Chafarizes de São Paulo: do Piques (esquerda) e da Misericórdia (direita).....	159
Figura 100: A Fonte das Nereidas .....	160
Figura 101: Praça da República.....	161
Figura 102: Chafariz cercado no centro da praça .....	161
Figura 103: Fonte das Nereidas.....	161
Figura 104: Chafariz da praça Coronel Pedro Osório .....	162
Figura 105: Fonte das Nereidas após a restauração .....	163
Figura 106: Praça Domingos Rodrigues, com o chafariz da Companhia Hidráulica Pelotense .....	164
Figura 107: Localização do chafariz As Três Meninas, após a remoção da década de 1910 .....	164
Figura 108: Chafariz As Três Meninas.....	164
Figura 109: Praça da Matriz.....	165
Figura 110: Chafariz desaparecido .....	166
Figura 111: Chafariz da Praça da Matriz, Pelotas.....	166
Figura 112: <i>Fontaine aux enfants</i> .....	166
Figura 113: Praça Marechal Floriano Peixoto .....	167
Figura 114: Fonte das Crianças.....	167
Figura 115: Praça Piratinino de Almeida.....	173
Figura 116: Porto de Rio Grande .....	175
Figura 117: Praça das Carretas .....	177
Figura 118: Caixa d'água: elevação.....	177
Figura 119: Caixa d'água: planta baixa e corte.....	178
Figura 120: Vista aérea de Rio Grande .....	182
Figura 121: Hidráulica Rio-Grandense, no terreno além das Trincheiras .....	182
Figura 122: Torre do Depósito da Companhia Hidráulica Rio-Grandense .....	184
Figura 123: Chafariz da praça Xavier Ferreira (Alfândega), em Rio Grande .....	184
Figura 124: Chafarizes de Rio Grande .....	186
Figura 125: Hidráulica Guahybense. Jardins e ponte .....	190
Figura 126: Companhia Hidráulica Guahybense. Escritório, torre e jardins.....	191
Figura 127: Demonstrativo da movimentação financeira dos chafarizes da Companhia Hidráulica Pelotense .....	198
Figura 128: Rendimento semestral dos chafarizes da Companhia Hydraulica Porto-Alegrense .....	199
Figura 129: Rendimento individual dos chafarizes da Companhia Hydraulica Porto-Alegrense.....	199
Figura 130: Cervejaria Ritter .....	207
Figura 131: Charge sobre a qualidade da água fornecida pela Hidráulica Guahybense .....	209
Figura 132: Charge sobre a falta d'água no Rio de Janeiro.....	211
Figura 133: Charge sobre os entroncamentos clandestinos.....	213
Figura 134: Estação ferroviária de Pelotas .....	217
Figura 135: Charge criticando o abastecimento de água e a iluminação pública da cidade.....	219
Figura 136: Casa de Máquinas da represa do Moreira .....	224
Figura 137: Usinas elevatórias.....	224
Figura 138: Projeto arquitetônico da casa de máquinas e oficinas. Fachada lateral e principal .....	226
Figura 139: Projeto arquitetônico da casa de máquinas e oficinas – corte longitudinal e transversal.....	226
Figura 140: Caixa d'água metálica da represa do Moreira em 1974.....	227
Figura 141: Casa de máquinas .....	227
Figura 142: Reforma da caldeira e da fomalha.....	228
Figura 143: Comporta de ferro durante a intervenção .....	228
Figura 144: Represas do arroio Moreira e do arroio Quilombo .....	229
Figura 145: Empresa Asseio Rio-Grandense.....	231
Figura 146: Obras de instalação da rede de esgotos em Pelotas .....	232
Figura 147: O antigo mercado de Pelotas .....	236
Figura 148: Mercado do Rio de Janeiro.....	236
Figura 149: Torre central .....	237
Figura 150: O mercado .....	238



Figura 151: Mercado Central de Pelotas .....	239
Figura 152: Mercado regional do porto. Pelotas – RS .....	239
Figura 153: Palácio das Águas, Buenos Aires, Argentina.....	242
Figura 154: Reservatórios gaúchos .....	243
Figura 155: Projetos arquitetônicos apresentados à Intendência Municipal (1895 a 1907).....	246
Figura 156: Edificações submetidas à aprovação da Intendência Municipal (1895 a 1907).....	246
Figura 157: Edificação de portões e muros .....	256
Figura 158: Inserção de platibandas em edificações preexistentes.....	257
Figura 159: Especificações dos projetos arquitetônicos estudados.....	262
Figura 160: Pranchas submetidas à aprovação: composição dos desenhos .....	263
Figura 161: Projetos arquitetônicos de José Isella.....	265
Figura 162: Projetos de Caetano Casaretto.....	266
Figura 163: Congresso Português 1º de Dezembro .....	267
Figura 164: Residência de Antônio da Costa Leite, na rua 15 de Novembro .....	269
Figura 165: Residência de Luiz Zanotta localizada na rua Andrade Neves.....	272
Figura 166: Cortes de edificações .....	274
Figura 167: Cortes com detalhes do sistema de cobertura.....	275
Figura 168: Soluções de coberturas com telhado de quatro águas.....	276
Figura 169: Elevação principal.....	277
Figura 170: Cor nas elevações .....	281
Figura 171: Elementos de ferro diferenciados nas elevações .....	281
Figura 172: Soluções de vitrines em edificações comerciais.....	283
Figura 173: Edificações comerciais junto à praça da República.....	284
Figura 174: Residência Antônio Rodrigues Ribas.....	288
Figura 175: Alcovas em projetos residenciais.....	291
Figura 176: Jardim residencial.....	294
Figura 177: Representação de fogões residenciais .....	298
Figura 178: Situação das penas d'água.....	301
Figura 179: Percentual de penas d'água cortadas anualmente.....	301
Figura 180: Sereia Paulista.....	305
Figura 181: Charges sobre a Casa de Banho Sereia Paulista.....	305
Figura 182: Locais de banhos.....	306
Figura 183: Abastecimento predial de água encanada – 1876 a 1907 .....	307

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Demonstrativo das despesas relativas a pagamento de pessoal da Companhia Hidráulica Pelotense.....	193
Tabela 2: Mapa demonstrativo das penas d'água, cobrança realizada no primeiro semestre, de janeiro a junho de 1877 .....	206
Tabela 3: Demonstrativo de penas e meias-penas da Companhia Hidráulica Pelotense em 1885 e 1886, com suas respectivas qualificações.....	217
Tabela 4: Estatística dos prédios da cidade desde 1894 a 1896, extraída do livro de lançamento da décima urbana, estando também incluídos os livros [ilegível] que não pagam décima.....	253

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHRGS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
ANA – Agência Nacional de Águas
ASPM - Association pour la Sauvegarde et la Promotion du Patrimoine Métallurgique
BN – Biblioteca Nacional
BPE – Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul
BPP – Biblioteca Pública Pelotense

CDOV – Centro de Documentação de Obras Valiosas  
CHP – Companhia Hidráulica Pelotense  
CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento  
CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia  
CRL – Center for Research Libraries  
DMAE – Departamento Municipal de Águas e Esgotos  
Ed - Editora  
EDIPUCRS – Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
EDUCAT – Editora da Universidade Católica de Pelotas  
FAPERGS – Fundação de Amparo a Pesquisa do Rio Grande do Sul  
FAUrb – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
FAUUSP – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo  
FFLCH – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
FZB – Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul  
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional  
IEL – Instituto Estadual do Livro  
LRPTMP – Livro de Registros de Prédios e Terrenos do Município de Pelotas  
MEC – Ministério da Educação e Cultura  
Ms – Manuscrito  
NEAB – Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira  
OP – Obras Públicas  
PMP – Prefeitura Municipal de Pelotas  
PUCRS – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
PUCRJ – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgotos  
SANEP – Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas  
SeCult – Secretaria Municipal de Cultura  
TICCIH - The International Committee for The Conservation of the Industrial Heritage  
UFPeI – Universidade Federal de Pelotas  
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria  
UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos  
UPF – Universidade de Passo Fundo  
USP – Universidade de São Paulo  
V – Volume

Os textos que apresentam citações de obras do século XIX e do início do século XX foram atualizados pela autora, com o intuito de facilitar a sua compreensão. Nas referências bibliográficas, a grafia original foi preservada, de forma a facilitar o acesso às obras e documentos pesquisados.

## SUMÁRIO

Introdução.....	12
1 As águas no sul da província de São Pedro.....	30
1.1 A ocupação inicial do sul da província: as vilas de Rio Grande e de Pelotas.....	30
1.2 As primeiras tentativas de abastecimento de água encanada no Rio Grande do Sul.....	55
1.3 O abastecimento d'água: uma demanda do século XIX.....	70
2 As intervenções na cidade do século XIX e suas repercussões em Pelotas.....	92
2.1 O saneamento e o controle das epidemias.....	101
2.2 A participação de empresas privadas em obras destinadas ao bem público.....	123
3 As companhias hidráulicas em Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre.....	147
3.1 A Companhia Hidráulica Pelotense.....	147
3.2 As companhias hidráulicas de Rio Grande e de Porto Alegre.....	180
3.3 A manutenção da rede de água encanada em Pelotas.....	191
3.4 A ampliação do sistema de abastecimento.....	212
3.5 A municipalização da Companhia Hidráulica Pelotense.....	228
4 Regulamentar, projetar, habitar... a arquitetura da virada do século XIX para o XX em Pelotas....	244
4.1 Regulamentar... o código de posturas de 1895.....	249
4.2 Projetar... a representação gráfica do final do século XIX e início do século XX em Pelotas.....	261
4.3 Habitar... a arquitetura do final do século XIX em Pelotas.....	286
Considerações finais: permanências e rupturas.....	309
Referências bibliográficas.....	320
Bibliografia.....	320
Fontes.....	330
Instituições consultadas.....	340

## INTRODUÇÃO

O escopo deste trabalho consiste em propor um questionamento sobre as obras de abastecimento de água potável remanescentes na cidade de Pelotas, buscando entender a sua inserção no ambiente urbano, indagando o que representaram para a cidade que se consolidava, e de que forma interferiram na maneira de habitar e de projetar a arquitetura residencial do século XIX.

O historiador Lucien Febvre afirmou, em uma de suas frases mais célebres, que a história é filha de seu tempo. A esta afirmação Bernard Lepetit acrescentou que “é a partir de questões do presente que a pesquisa histórica reconstitui o passado, que, portanto, é objeto de uma reconstrução sempre reiniciada”<sup>1</sup>. O trabalho aqui desenvolvido insere-se nesta perspectiva.

O recorte temporal proposto neste estudo abrange o período de 1871 a 1908 (época de funcionamento da Companhia Hidráulica Pelotense) e o recorte espacial compreende a cidade de Pelotas e suas adjacências. Este enfoque prioriza Pelotas, mas não se exime de buscar entender as teias de relações que se estabeleceram com outras cidades nesse período, comparando de que forma alguns dos aspectos analisados ocorreram em outras localidades (Fig.1)<sup>2</sup>.

O objetivo principal deste trabalho é estudar a produção arquitetônica da cidade de Pelotas no século XIX, a partir da implantação de obras de infra-estrutura urbana - em especial do abastecimento de água encanada na década de 1870 -, com o intuito de entender as interações entre os melhoramentos urbanos (instalação de obras públicas) e a arquitetura do período. Nesse sentido, busca estabelecer algumas

<sup>1</sup> SALGUEIRO, Heliana Angotti. Apresentação. In: LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p.13.

<sup>2</sup> Em 1809, a Capitania do Rio Grande foi organizada em quatro distritos, sendo que a primeira rede de vilas foi formada por Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre, Rio Grande de São Pedro do Sul, Nossa do Rosário de Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha (ver BARROSO, Vera Lucia Maciel. A formação da primeira rede de vilas no Rio Grande de São Pedro. *Estudos Ibero-americanos*, Porto Alegre, v.6, n.2, p.149-167, 1980). No decorrer do século XIX, as três cidades que mais se destacaram no Estado, quanto à inserção de obras públicas, foram Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas. Dessa forma, a análise proposta nesse estudo faz referências e tece relações principalmente com as cidades de Porto Alegre (capital da província) e Rio Grande (porto marítimo), pela importância que essas cidades adquiriram. Weimer relaciona os investimentos à Guerra dos Farrapos, argumentando que “como foram Porto Alegre e Rio Grande as cidades que se mantiveram fiéis ao governo central, foram elas as mais favorecidas com investimentos. No plano político havia a necessidade de conquistar a cooptação da elite derrotada. Para tanto começou-se a fazer investimento na cidade mais importante do charque – Pelotas – e, mais tarde, no outro centro, em Rio Pardo (WEIMER, Günter. A fase historicista da arquitetura no Rio Grande do Sul. In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel, 1987, p.261). Sobre a ocupação do Rio Grande do Sul ver BARROSO, Vera Lucia Maciel. Povoamento e urbanização do Rio Grande do Sul. A fronteira como trajetória. In: WEIMER, Günter (Org.) *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992, p.35-55. CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. 2 ed. São Paulo: Brasil, 1981. PESAVENTO, Sandra Jatthy. *História do Rio Grande do Sul*. 7 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

relações entre o sistema de abastecimento de água potável e as modificações ocorridas no ambiente urbano (público) e no espaço privado do final do século XIX.

O estudo trata da análise das obras construídas especificamente para o serviço de abastecimento de água (redes, tanques, represa, reservatórios e fontes), com o intuito de investigar suas origens e identificar os trabalhadores envolvidos nesse processo (arquitetos, engenheiros, empreiteiros e operários). Busca entender as transformações relativas às formas de abastecimento de água em Pelotas e compará-las com àquelas ocorridas em algumas cidades europeias e latino-americanas no mesmo período, aproximando o foco nas obras implantadas em Porto Alegre e em Rio Grande. Investiga, ainda, a produção arquitetônica do final do século XIX em Pelotas, em especial a arquitetura residencial do período.



Figura 1: Mapa do Estado do Rio Grande do Sul, em 1857

O mapa apresenta a localização das cidades de Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre.

Indica ainda os limites dos quatro primeiros municípios da Província de São Pedro: Nossa Senhora da Madre de Deus de Porto Alegre (sede Porto Alegre), Rio Grande de São Pedro do Sul (sede Rio Grande), Nossa do Rosário de Rio Pardo (sede Rio Pardo) e Santo Antônio da Patrulha (sede Santo Antônio da Patrulha).

Fonte: BARROSO, Véra Lucia Maciel. Povoamento e urbanização do Rio Grande do Sul. A fronteira como trajetória. In: WEIMER, Günter (Org.) *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992, p.44 (adaptado pela autora).

A problemática do estudo pauta-se nas seguintes questões: a inserção dos melhoramentos urbanos implementados no século XIX (muitos deles não visíveis) contribuíram para a modificação da espacialidade urbana da cidade de Pelotas no século XIX? O que essas transformações representaram na maneira de ver, de usufruir e de descrever a cidade? Como elas repercutiam na produção arquitetônica do período?

No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX a produção da indústria saladeiril contribuiu para que Pelotas experimentasse um período de intensa

produção econômica e cultural<sup>3</sup>. O presente estudo parte da premissa de que os melhoramentos urbanos implementados na cidade nesse período (em especial o abastecimento de água encanada) além de representarem a modernidade (e o progresso), contribuíram para transformar a espacialidade urbana, ocasionando permanências (resistências) e modificações (rupturas) nas formas de habitar e construir dessa sociedade.

Durante o século XIX, o abastecimento de água passou por transformações, tornando invisível o que antes era visível, e substituindo, ao longo dos anos, fontes, chafarizes, carregadores de água e aguadeiros por reservatórios, tubulações subterrâneas e penas d'água. A hipótese deste trabalho é que o estabelecimento do sistema de água encanada na cidade não provocou transformações imediatas e radicais nas manifestações arquitetônicas: após três décadas de funcionamento da Companhia Hidráulica Pelotense, percebeu-se que houve uma incorporação, muito lenta, dos equipamentos advindos dos novos sistemas de abastecimento de água encanada na concepção projetual da arquitetura residencial do final do século XIX e início do século XX.

Dessa forma, o estudo teve o intuito de apreender a casa, com suas permanências e transformações, buscando evocar as formas arquitetônicas que, como já apontava Beguin “no caso das habitações tradicionais são freqüentemente mudas”<sup>4</sup>. Pretende, ainda, contribuir para a discussão sobre a arquitetura e o urbanismo do século XIX, a partir de uma reflexão sobre um tema muitas vezes abordado, mas, na grande maioria das vezes, tratado superficialmente: os melhoramentos urbanos, em especial o abastecimento de água encanada da cidade de Pelotas. Em relação a essa temática, Beguin comenta que

se a questão da água tem aqui uma importância particular é porque ela marca o ponto de partida desta nova história da casa. História caracterizada de um lado por uma autonomia cada vez mais aparente da célula doméstica, a partir da qual se pode captar a energia, os fluidos, as mensagens e as imagens de fora e viver assim uma quase-autarquia; por outro, uma dependência cada vez mais acentuada do habitante em relação a aparelhos que lhe permitem controlar seu ambiente e sem os quais ele estará perdido, mas cujo funcionamento lhe escapa no essencial<sup>5</sup>.

A abordagem deste estudo tem sua gênese no campo da arquitetura, na área de concentração de História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo. A construção do texto demandou a reflexão sobre temas abordados por outros campos

<sup>3</sup> Argumento defendido por Mário Osório Magalhães em sua dissertação de mestrado (MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas*. Pelotas: Ed. UFPel, 1993). Nessa perspectiva, Soares argumenta que o período de 1860 a 1890 foi o de maior expansão, em função da diversificação da produção industrial com o aproveitamento dos subprodutos da atividade saladeiril (SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. La difusión del higienismo en Brasil y el saneamiento de Pelotas (1880-1930). *Scripta Nova*, Barcelona, v.4, n.69, ago.2000).

<sup>4</sup> BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. *Espaço & Debates*, São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, n.34, 1991, p.51.

<sup>5</sup> *Ibid.*, p.53.

do conhecimento (em especial a história); a relação entre o Rio Grande do Sul e os países platinos permeou a construção de discursos contextualizados na realidade regional<sup>6</sup>: foi a partir destes olhares que se investigou o objeto de estudo.

A arquitetura e o urbanismo dos séculos XIX e XX, na cidade de Pelotas, foram temas de uma série de estudos nas duas últimas décadas, elaborados por pesquisadores vinculados a programas de pós-graduação, em cursos de especialização, mestrado e doutorado. Foi significativa, ainda, a inserção desse tema perpassando outras áreas do conhecimento, como a história, a geografia<sup>7</sup> e as artes<sup>8</sup>. A reflexão sobre essas abordagens e suas contribuições ao presente estudo fundamentam-se no entendimento da “cidade não como um cenário ou uma moldura, mas como um ponto de convergência de enfoques pluridisciplinares”<sup>9</sup>.

No campo da história, Mário Osório Magalhães defendeu o argumento de que Pelotas viveu seu apogeu cultural no período compreendido entre 1860 e 1890<sup>10</sup>. O resultado desse estudo foi voltado à produção cultural da cidade (artes visuais, teatro, literatura, música entre outras) e resultou na obra *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas*. Nessa obra, a partir das manifestações estudadas, o historiador contextualiza o ambiente cultural da cidade.

Além desse trabalho, Magalhães possui uma série de obras que contribuíram para as discussões deste estudo<sup>11</sup>. Nos dois volumes de *Pelotas: toda a prosa* (2000 e 2002), o autor apresenta os relatos e comenta as impressões dos viajantes que estiveram em Pelotas nos séculos XIX e XX<sup>12</sup>.

<sup>6</sup> Sobre esse tema ver CARNEIRO, Newton. Dissidência política e partidos: da crise com a Regência ao declínio do II Reinado. In: BOEIRA, Néelson; GOLIN, Tau (Coords.) *Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006, p.125-137; SCHLEE, Andrey Rosenthal. *A arquitetura das charqueadas desaparecidas*. 1999. 250p. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo; 6º ENCONTRO DE TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA DO RIO GRANDE DO SUL. *As relações arquitetônicas do Rio Grande do Sul com os países do Prata*. Santiago: URI, 2001; SOARES, Paulo Roberto. A cidade meridional do Rio Grande do Sul: cidade pampeana ou brasileira? In: GILL, Lorena Almeida; LONER, Beatriz Ana; MAGALHÃES, Mário Osório (Orgs.). *Horizontes urbanos*. Pelotas: Armazém Literário, 2004, p.118-138.

<sup>7</sup> SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. “Burgueses inmigrantes” y desarrollo urbano en el extremo sur de Brasil. *Scripta Nova*, Barcelona, v.5, n.94, ago.2001.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. La construcción social de la forma urbana: la ciudad de Pelotas (Brasil) en la transición de los siglos XIX y XX. *Scripta Nova*. Barcelona, v.10, n.218, ago.2006.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. La difusión del higienismo en Brasil y el saneamiento de Pelotas (1880-1930). *Scripta Nova*. Barcelona, v.4, n.69, ago.2000.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Modernidade urbana e dominação da natureza: o saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XX. *História em Revista*, Pelotas, v. 7, dez.2001.

<sup>8</sup> SANTOS, Carlos Alberto Ávila. *Espelhos, máscaras, vitrines: estudo iconológico de fachadas arquitetônicas - Pelotas, 1870 -1930*. Pelotas: EDUCAT, 2002.

<sup>9</sup> SALGUEIRO, Heliana Angotti. Apresentação. In: LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p.16.

<sup>10</sup> MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas*. Pelotas: Ed. UFPel, 1993.

<sup>11</sup> MAGALHÃES, Mário Osório. *História e Tradições de Pelotas*. 2 ed. Caxias do Sul: Escola Superior de São Lourenço de Brindes, 1981.

MAGALHÃES, Mário Osório. *Os passeios da cidade antiga*. Guia histórico das ruas de Pelotas. Pelotas: Armazém Literário, 1994.

OSÓRIO, Fernando. *A cidade de Pelotas*. Volume 1. 3 ed. rev. Organização e notas de Mário Osório Magalhães. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1997.

<sup>12</sup> MAGALHÃES, Mário Osório. *Pelotas: toda a prosa*. Primeiro volume (1809-1871). Pelotas: Editora Armazém Literário, 2000.

MAGALHÃES, Mário Osório. *Pelotas: toda a prosa*. Segundo volume (1874-1925). Pelotas: Editora Armazém Literário, 2002.

Ainda na área de história, o estudo de Arriada sobre o processo de urbanização de Pelotas e seu desenvolvimento, assim como a pesquisa de Anjos, sobre a atuação dos imigrantes na indústria e no comércio de Pelotas durante o final do século XIX, permitiram novas leituras sobre o tema<sup>13</sup>.

Na interseção entre os campos da história e da arquitetura estão os trabalhos de Maestri, Gutierrez e Moura. Mário Maestri, historiador com diversos ensaios voltados para a temática da escravidão, publicou a obra *O sobrado e o cativo*<sup>14</sup>, onde analisou a arquitetura erudita urbana no Brasil, com ênfase no caso gaúcho. O autor defendeu o argumento de que a arquitetura brasileira, entre os séculos XVI e XVIII, dependia do regime escravocrata para a sua manutenção e seu funcionamento. Nessa perspectiva, Maestri investigou a documentação dos códigos de posturas das cidades gaúchas, e demonstrou a dependência dos espaços de vivência - sobrados senhoriais - à mão-de-obra cativa.

Os estudos de Gutierrez contribuíram para o entendimento da organização espacial da cidade de Pelotas, mostrando a realidade do espaço saladeiril. Na dissertação de mestrado denominada *Negros, Charqueadas e Olarias*<sup>15</sup>, a autora reconstituiu a divisão territorial do espaço fabril charqueador, possibilitando um novo olhar sobre as charqueadas e o núcleo urbano. Destacou, ainda, a presença de olarias nesses núcleos produtores, contribuindo para a compreensão das atividades desenvolvidas pelos escravos nos períodos de entressafra (meses de inverno). Gutierrez apontou uma série de lacunas sobre a arquitetura e o urbanismo do período. Uma dessas lacunas foi a gênese da investigação de sua tese de doutorado, *Barro e sangue*<sup>16</sup>, onde a autora debruçou-se sobre o canteiro de obras, buscando identificar quem foram os construtores da cidade. O foco do estudo foram os trabalhadores, operários da construção civil, que Gutierrez fez emergir dos relatórios de internação da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, revelando a dura realidade em que se encontravam os trabalhadores, negros, escravos e libertos. Nesse estudo Gutierrez comentou um silêncio na historiografia do período, destacando que “muito pouco ou quase nada se informou sobre os ambientes destinados às pessoas que não habitavam os espaços monumentais”<sup>17</sup>.

Ficou a questão pairando no ar, até ser tratada recentemente por Moura em seu doutorado, também na área de história, denominado *Habitação Popular em*

<sup>13</sup> ARRIADA, Eduardo. Pelotas. *Gênese e desenvolvimento urbano (1780-1835)*. Pelotas: Armazém Literário, 1994.

ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. Pelotas: Ed. Universitária, 2000.

<sup>14</sup> MAESTRI, Mário. *O sobrado e o cativo: a arquitetura urbana erudita no Brasil escravista: o caso gaúcho*. Passo Fundo: UPF, 2001.

<sup>15</sup> GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: Ed. UFPel, 1993.

<sup>16</sup> GUTIERREZ, Ester J. B. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888*. Pelotas: Editora Universitária/UFPel, 2004.

<sup>17</sup> Ibid., p.20.



*Pelotas (1880-1950): entre políticas públicas e investimentos privados*<sup>18</sup>. Nesse estudo a autora analisou as diferentes soluções arquitetônicas experimentadas para o enfrentamento da problemática da habitação popular na cidade, tratando de três momentos distintos: os cortiços, as casas de aluguel e os loteamentos.

No âmbito da arquitetura e do urbanismo, os trabalhos de Cruz, Schlee e Souto também voltaram-se para Pelotas, com olhares diferenciados<sup>19</sup>. Os estudos de Cruz trataram do ambiente urbano do século XIX, com ênfase na análise dos sistemas econômico, político-institucional e ideológico do espaço construído em Pelotas. Schlee abordou, em sua dissertação de mestrado, a arquitetura eclética de Pelotas, propondo uma categorização para as edificações estudadas. Em *A arquitetura das charqueadas desaparecidas* investigou o espaço da produção saladeiril, propondo uma reflexão sobre as edificações remanescentes das charqueadas pelotenses. O autor partiu da premissa de que era fundamental compreender os saladeiros platinos para investigar o espaço fabril de Pelotas. A partir de inventários de charqueadores pelotenses buscou identificar o programa de necessidades desses edifícios e compreender a sua organização espacial.

O trabalho de Souto discutiu a preservação da arquitetura da zona portuária de Pelotas. Nesse ensaio a autora buscou compreender, a partir da arquitetura do ecletismo, o caráter estético da zona do porto de Pelotas, no período entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

As publicações organizadas por Michelon e Santo (2000) e Michelon e Schwonke (2005), por sua vez, possibilitaram o acesso ao acervo fotográfico da Biblioteca Pública Pelotense, e a publicações do final do século XIX e do início do século XX (Álbum de Pelotas, Almanques de Pelotas e Relatórios da Intendência Municipal)<sup>20</sup>. Ainda sobre o acervo da Biblioteca Pública Pelotense, a compilação

<sup>18</sup> MOURA, Rosa Maria Garcia Rólim de. *Habitação Popular em Pelotas (1880-1950): entre políticas públicas e investimentos privados*. 2006. 249p. (Doutorado em História do Brasil). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

<sup>19</sup> CRUZ, Glenda Pereira da. Pelotas. Espaço construído no início da República. In: WEIMER, Günter (Org.) *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992, p.109-134.

CRUZ, Glenda Pereira da. *Espaço Construído e a Formação Econômico-social do Rio Grande do Sul: uma metodologia de análise e o espaço urbano de Pelotas*. 1984. (Mestrado em Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SCHLEE, Andrey Rosenthal. *A arquitetura das charqueadas desaparecidas*. 1999. 250p. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SCHLEE, Andrey Rosenthal. *O ecletismo na arquitetura pelotense até as décadas de 30 e 40*. 1994. 215p. (Mestrado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SOUTO, Ana Paula da Gama. *Um restauro sobre a cidade. O porto fabril de Pelotas e o ecletismo*. 2000. 254p. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

<sup>20</sup> MICHELON, Francisca Ferreira; SANTO, Anaizi Cruz Espírito (Orgs.). *Catálogo fotográfico – século XIX – 1930 – Imagens da cidade*: acervo do Museu Histórico da Biblioteca Pública Pelotense. Pelotas: Editora Universitária/UFPel: FAPERGS, 2000.

MICHELON, Francisca Ferreira; SCHWONKE, Raquel Santos (Orgs.). *A cidade em imagens: catálogo de fotografias impressas 1913/1930*. Pelotas: Ed. e Gráfica da UFPel, 2005.

CARRICONDE, Clodomiro. *Álbum de Pelotas*. Centenário da Independência do Brasil. Pelotas: [s. n.], 1922.

comentada das atas da Câmara de Vereadores realizada por Moreira (1988 e 1989) facilitou o acesso às fontes primárias de pesquisa<sup>21</sup>.

As investigações de Weimer também contribuíram para o entendimento da produção arquitetônica gaúcha: em seu doutorado o autor realizou um estudo sobre a repercussão da arquitetura dos imigrantes alemães no Rio Grande do Sul, especialmente em Porto Alegre<sup>22</sup>. Nesse trabalho, o acesso à documentação do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul (CREA-RS), em especial àquela relativa a regulamentação da profissão, possibilitou a publicação de duas obras com uma relação dos arquitetos e construtores que exerceram suas atividades no Estado<sup>23</sup>. Os trabalhos de Weimer contêm muitas informações sobre os profissionais que atuaram na capital, e sobre aqueles que solicitaram a regulamentação profissional, exigida por lei. Percebe-se, nesses estudos, uma carência de informações sobre os profissionais que trabalharam no interior do Estado, sejam eles arquitetos, engenheiros, empreiteiros ou construtores-licenciados.

O trabalho de Chevallier, sobre a vida e a obra do arquiteto José Isella<sup>24</sup>, buscou preencher uma parte desta lacuna. Nesse estudo específico a autora identificou as principais obras de Isella em Pelotas, fornecendo informações sobre a sua atuação na cidade. Gutierrez também investigou os profissionais que atuaram na construção civil em Pelotas durante o século XIX, tanto com ênfase nos trabalhadores do canteiro de obras (em 2004), quanto nos profissionais qualificados (trabalho organizado em 2005)<sup>25</sup>. Mas, apesar desses avanços, ainda se percebe ausências na historiografia do período relativa a atuação desses profissionais e de suas formações.

A arquitetura do século XIX em Porto Alegre foi estudada por pesquisadores que discutiram o ecletismo e a imagem da cidade, e que também buscaram compreender a edificação da arquitetura residencial na capital gaúcha<sup>26</sup>. O trabalho de

<sup>21</sup> MOREIRA, Ângelo Pires. *Pelotas na tarca do tempo*. Pelotas: s. ed. 1988. 3 v. V. 1: Primeiros tempos e freguesia. MOREIRA, Ângelo Pires. *Pelotas na tarca do tempo*. s. ed: Pelotas, 1989. 3 v. V. 2: Município até eclidir a Revolução Farroupilha. O trabalho de Moreira reproduz excertos das atas da Câmara de Vereadores, compreendendo desde a criação do município até o início da Revolução Farroupilha (1830-1835), e apresenta uma quantidade significativa de fragmentos de atas, bem como comentários sobre os fatos deliberados pela Câmara Municipal.

<sup>22</sup> WEIMER, Günter. *Arquitetura erudita da imigração alemã no Rio Grande do Sul*. 1990. 500f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

<sup>23</sup> WEIMER, Günter. *Arquitetos e construtores rio-grandenses na colônia e no império*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2006.

WEIMER, Günter. *Arquitetos e construtores no Rio Grande do Sul 1892-1945*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2004.

<sup>24</sup> CHEVALLIER, Ceres. *Vida e obra de José Isella: arquitetura em Pelotas na segunda metade do século XIX*. Pelotas: Ed. Livraria Mundial, 2002.

<sup>25</sup> GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2004.

GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya (Org.). *Marcucci, Zanotta e Casaretto constroem o sul do Novo Mundo*. Pelotas: s.ed., 2005.

<sup>26</sup> BELLO, Helton Estivalet. *O ecletismo e a imagem da cidade: caso Porto Alegre*. 1997. 160p. (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

GÉA, Lúcia Segala *O espaço da casa: arquitetura residencial da elite. Porto Alegre (1893-1929)*. 1995. 233p. (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BITTENCOURT, Dóris Maria Machado de. *Casas residenciais em Porto Alegre em fins do século XIX e início do século XX*. 1996. 2V. 791p. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Bello tratou da modernização da cidade desde o século XIX, abrangendo um período que contemplou o ecletismo e o modernismo. A investigação abordou as repercussões das intervenções do século XIX nas cidades brasileiras, concluindo com um estudo de caso sobre a imagem da cidade de Porto Alegre.

A arquitetura da elite porto-alegrense foi o tema da dissertação de Géa, que estudou as edificações residenciais construídas na avenida Independência, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. A autora abordou o recorte temporal em dois períodos e argumentou que, na primeira fase (até a década de 1910) a organização dos espaços da residência mantinham relações com as soluções do período anterior ao século XIX. Essa situação não ocorreu na segunda fase, em que se evidenciou a diversificação e a especialização dos ambientes “fortemente influenciadas pelos modelos europeus e pelas mudanças nos hábitos da casa e na vida urbana que definiram um novo uso social do espaço doméstico”<sup>27</sup>.

Já a pesquisa de Bittencourt investigou as tipologias presentes na arquitetura residencial porto-alegrense<sup>28</sup>, e abordou temas ligados à história da casa, aos hábitos familiares do século XIX, ao pensamento político (positivismo) e às transformações urbanísticas da capital gaúcha no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

Além dos estudos sobre a arquitetura pelotense e porto-alegrense, outros trabalhos contribuíram para o entendimento da arquitetura do século XIX no sul do Brasil, entre eles as pesquisas sobre o ecletismo em Curitiba e em São Paulo<sup>29</sup>.

Em relação à Companhia Hidráulica Pelotense, foram encontradas duas monografias de conclusão de curso de graduação, nas áreas de arquitetura e de história, tratando de recortes específicos: a greve dos aguadeiros e a caixa d'água<sup>30</sup>. Sobre este tema, muitos autores citam, principalmente, a criação da companhia e a instalação da caixa d'água. Até o momento, a única exceção encontrada foi o trabalho

<sup>27</sup> GÉA, Lúcia Segala. *O espaço da casa: arquitetura residencial da elite. Porto Alegre (1893-1929)*. 1995. 233p. (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.III.

<sup>28</sup> A autora detectou na arquitetura da capital gaúcha do período a presença de edificações de porta-e-janela, de porta com 2 a 3 janelas, de sobrados, de sistemas residência-comércio, de chalés, de casas dos anos 10, de casas geminadas tratadas como fachada única, de casas com camarinha, de porão alto, de casarões ou vilas, assobradadas das primeiras décadas do século XX e de casas da 2ª metade dos anos 10.

<sup>29</sup> SUTIL, Marcelo Saldanha. Ecletismo e modernidade. A cidade de Curitiba e o morar no início do século. *Revista da Academia Paranaense de Letras*. Curitiba, n.64, 2000, p.115-128.

OBA, Leonardo Tassiaki. *Os marcos urbanos e a construção da cidade: a identidade de Curitiba*. 1999. 327p. (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. O palacete do ecletismo: implantação. *Paisagem e Ambiente Ensaios*, n.6, p.31-44, dez.1994.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O Palacete Paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. Mudanças espaciais na casa republicana. A higiene pública e outras novidades. *Pós*, São Paulo, n.3, p.05-18, jun.1993.

<sup>30</sup> MONTONE, Annelise Costa; OLIVEIRA, Wagner Costa. *A outra face do progresso. A paralisação dos aguadeiros em 1877. 2000*. (Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo 5, Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

WICKHBOLDT, Rovaniir Schuch. *A implantação do sistema de água encanada e a construção da caixa d'água da Praça Piratinino de Almeida em Pelotas (1871-1875)*. 2000. (Graduação em História). Curso de Licenciatura Plena em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

de Gutierrez, que avançou na discussão sobre a instalação das penas d'água, com base na documentação encontrada na Biblioteca Pública Pelotense<sup>31</sup>.

O método de trabalho consistiu na realização de pesquisa em documentação primária e secundária. A documentação secundária compreendeu a bibliografia sobre o tema: os trabalhos específicos sobre a cidade de Pelotas, desenvolvidos em cursos de graduação e em programas de pós-graduação (teses, dissertações e monografias), assim como os livros sobre a história da cidade foram materiais que auxiliaram na contextualização do objeto de estudo e permitiram estabelecer novas relações e possibilidades de investigação.

A documentação primária tratou de indícios<sup>32</sup> que incluíram documentos textuais e imagens. Em relação aos textos foram investigados os relatórios da Companhia Hidráulica Pelotense, jornais, contratos de prestação de serviço, pareceres técnicos, correspondências expedidas e recebidas, atas da Câmara de Vereadores de Pelotas, relatórios dos Intendentes apresentados ao Conselho Municipal, orçamentos do Município, relatórios e falas da Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, e relatos de viajantes. Quanto às imagens foram pesquisados registros fotográficos e gráficos (projetos e desenhos)<sup>33</sup>.

Os relatórios da Companhia Hidráulica Pelotense foram o suporte para a realização do estudo. Esses documentos revelaram a trajetória da empresa hidráulica ao longo dos seus trinta e sete anos de existência, até a sua municipalização no início do século XX. Os registros escritos possibilitaram a análise de dados em relatórios dos gerentes, relatórios das diretorias, balanços da empresa, planilhas de lucros e perdas dos períodos, tabelas de receitas e despesas efetuadas nos exercícios e pareceres das Comissões Fiscais. Alguns relatórios apresentavam, ainda, mapas de penas d'água, relatórios de aumentos da canalização e, em casos especiais, relatórios de obras a serem executadas. A riqueza de informações permitiu que esse material se configurasse como o fio condutor do discurso sobre a Companhia Hidráulica Pelotense, bem como sobre a discussão das transformações mais significativas na arquitetura e no urbanismo de Pelotas nesse período.

O questionamento da documentação analisada levou em consideração as questões apontadas pela historiografia sobre a sua intencionalidade. Nesse sentido

---

<sup>31</sup> GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2004.

<sup>32</sup> Optou-se por tratar o termo fonte como indícios. A substituição proposta por Burke indica que essa sugestão foi apontada há meio século pelo historiador holandês Gustaaf Renier (1892-1962). "Pode ser útil substituir a idéia de fontes pela de indícios do passado no presente. O termo 'indícios' refere-se a manuscritos, livros impressos, prédios, mobília, paisagem (como modificada pela exploração humana), bem como a de muitos tipos diferentes de imagens: pinturas, esculturas, gravuras, fotografias" (BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: EDUSC, 2004, p.16). A substituição do termo tem relação com a crítica e contextualização dos documentos e deriva do fato de que, durante muito tempo, os historiadores acreditavam que, quanto maior a proximidade da origem dos acontecimentos, mais próximos estariam da verdade.

<sup>33</sup> A coleta de informações priorizou a documentação existente em arquivos pelotenses. A busca de informações em instituições localizadas em Rio Grande, Porto Alegre, São Paulo e Rio de Janeiro teve o intuito de complementar as lacunas verificadas na documentação encontrada nos acervos de Pelotas (ver lista de instituições pesquisadas após as referências bibliográficas).

buscou-se, sempre que possível, investigar e contextualizar a origem (autoria) e a finalidade dos registros pesquisados, fossem eles textos ou imagens.

Os jornais do período configuraram-se como uma possibilidade de investigação sobre a difusão das obras junto à população. A circulação da imprensa escrita durante o século XIX foi, como defende Alves, o mais significativo meio de comunicação, que servia a diferentes propósitos

fosse na divulgação da leitura e da cultura, ou, ainda, na propagação dos mais diversos ideais, o jornalismo desse tempo atuou com tenacidade na formação de hábitos, pensamentos, costumes e opiniões, numa escala que, se não global, ao menos atingiu grande parte das comunidades de então<sup>34</sup>.

A imprensa sul-rio-grandense desenvolveu duas linhas de publicação no século XIX, cada uma com suas particularidades: o jornalismo diário (duradouro, com preocupações de assegurar uma venda estável e de construir um plano comercial) e a pequena imprensa (com discursos ambíguos e paradoxais, piadas e trocadilhos). Sobre a produção da imprensa nesse período, Alves comenta que

ao refletir o conjunto das vivências dos sul-rio-grandenses de uma determinada época, a imprensa gaúcha dos tempos imperiais avulta em importância, uma vez que, fosse nas maiores cidades, fosse nos rincões mais isolados, cada um dos periódicos que circularam nesse tempo, por meio de um padrão editorial, expressou uma determinada 'formação discursiva' [...] por meio dessas construções discursivas, expressas em palavras e desenhos, a província do Rio Grande foi descrita, analisada e metabolizada pelos seus jornais<sup>35</sup>.

Quanto aos pequenos jornais, Alves destaca que “estiveram na maioria dos casos ligados às várias formas de contestação, lançando mão de pronunciamentos marcados pelo debate, pela polêmica, pelo humor, pela sátira e, fundamentalmente, pela crítica”<sup>36</sup>. As características dessas publicações fizeram com que muitas vezes os editores não conseguissem manter uma estrutura mínima para sustentar uma circulação periódica e constante. Mas, “apesar das dificuldades de circulação financeira, a pequena imprensa marcou sua época através de uma construção discursiva e de linhas editoriais normalmente predispostas a posicionar-se abertamente quanto aos mais variados assuntos”<sup>37</sup>.

Nas publicações da pequena imprensa encontramos diversas caricaturas que, apesar de em alguns aspectos chegarem ao exagero para criticar determinadas situações, demonstravam a realidade do dia-a-dia da cidade. Alves comenta que a imprensa caricata foi um dos gêneros de maior popularidade no século XIX, já que a linguagem visual atingia inclusive os pouco letrados e os analfabetos. Essas

<sup>34</sup> ALVES, Francisco das Neves. A imprensa. In: BOEIRA, Néilson; GOLIN, Tau (Coords.) *Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006, p.351.

<sup>35</sup> *Ibid.*, p.364.

<sup>36</sup> *Ibid.*, p.357.

<sup>37</sup> *Ibid.*, p.357.

publicações “através de suas mensagens visuais carregadas de sarcasmo e de teor marcadamente irônico e de seus textos de caráter opinativo e crítico, os jornais caricatos refletiram o *modus vivendi* da sociedade e as transformações pelas quais ela passava no transcorrer desse período”<sup>38</sup>.

Em Pelotas, a imprensa diária surgiu com atraso em relação a Porto Alegre e a Rio Grande<sup>39</sup>: somente em 1851 foi publicado o jornal *O Pelotense*. Magalhães elaborou uma relação das publicações e de seus períodos de circulação<sup>40</sup>: desta relação, observa-se que muitos exemplares já se deterioraram<sup>41</sup>.

Em relação à imprensa diária<sup>42</sup>, neste estudo foram pesquisados o *Correio Mercantil* e o *Onze de Junho*. O primeiro foi investigado no período em que a Companhia Hidráulica Pelotense edificou uma de suas obras arquitetônicas mais importantes: a Torre do Depósito (1875-1877). Além desse recorte, os periódicos foram investigados no ano de 1883, período em que a empresa enfrentava dificuldades quanto ao abastecimento e estabelecia a instalação dos primeiros hidrômetros. Edições esparsas de alguns jornais ainda existentes no acervo da Biblioteca Pública Pelotense e na Coleção Júlio Petersen (da Biblioteca Central Irmão José Otão) foram pesquisados, assim como imagens caricatas do cotidiano pelotense<sup>43</sup>.

A documentação disponível na Biblioteca Pública Pelotense relativa à Câmara de Vereadores, incluindo atas, correspondências recebidas e enviadas, contratos, entre outros documentos, permitiu identificar as preocupações do poder local em relação à cidade. Moura comenta que os documentos apresentados pelos Intendentes ao Conselho Municipal, ao final de cada ano, forneciam

importantes registros sobre as principais atividades desenvolvidas pelo poder público nos diferentes setores. Educação, agricultura, melhorias urbanas, edificações e projetos pendentes são alguns dos itens que, associados a dados estatísticos, ajudaram a construir a

<sup>38</sup> ALVES, Francisco das Neves. A imprensa. In: BOEIRA, Néilson; GOLIN, Tau (Coords.) *Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006, p.360.

<sup>39</sup> Sobre as primeiras publicações da imprensa gaúcha em Porto Alegre (1827-1850) e Rio Grande (1830-1850) ver BARRETO, Abeillard. *Primórdios da Imprensa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Subcomissão de Publicações e Concursos, 1986.

<sup>40</sup> MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Sul*. Um estudo sobre a história de Pelotas. Pelotas: Ed. UFPel, 1993.

<sup>41</sup> Apesar da circulação de periódicos ter sido intensa em Pelotas durante o século XIX, alguns períodos possuem poucos exemplares remanescentes, como os anos anteriores a 1875 (período de instalação das obras da Hidráulica Pelotense). Garcia e Loner publicaram uma relação preliminar dos jornais existentes no acervo da Biblioteca Pública Pelotense que facilitou a pesquisa e evidenciou essa realidade (GARCIA, Sônia Tavares; LONER, Beatriz Ana. Relação de jornais existentes na Biblioteca Pública Pelotense. *História em Revista*, Pelotas, v.6, 133-164, dez.2000).

<sup>42</sup> Essa investigação não teve o intuito de identificar as filiações políticas dos periódicos (trabalho realizado por Loner), mas buscou conhecê-las para compreender o contexto em que foram publicadas as notícias. O *Correio Mercantil*, jornal de Antônio Joaquim Dias, foi fundado em 1875 e circulou até 1915. Foi o único jornal de 1875 encontrado no acervo da Biblioteca Pública Pelotense. Loner comenta que “o jornal foi abolicionista e depois republicano, mas sempre com posições moderadas e conservadoras, sem partidarismo explícito”. Já o *Onze de Junho* foi fundado por Arthur Moncorvo e, no período final do Império, era uma folha monárquica. Com a Proclamação da República foi substituído, em 1890, pela Gazeta da Manhã (LONER, Beatriz Ana. Jornais pelotenses diários na República Velha. *Ecoss Revista*. Pelotas, v.2, n.1, p.05-34, abr.1998).

<sup>43</sup> Incluem-se nesses exemplares *A Ventarola* (1887-1890, de Eduardo Chapon) e *O Cabrion* (1879-1889, de Araújo Guerra e Eduardo Chapon), cujas imagens, em alguns casos, já foram publicadas anteriormente.

cidade oficial do período. Mesmo com a falta de muitos relatórios, a coleção mantém-se quase completa entre os anos de 1904 e 1930<sup>44</sup>.

Já a documentação da Presidência da Província revelou questões quanto ao cumprimento das obras e a fiscalização dos empreendimentos. Esses registros, em grande parte disponíveis em meio digital no sítio *Brazilian Government Document Digitalization Project*, do *Center for Research Libraries*, permitiram, juntamente com a documentação municipal, realizar uma leitura do discurso oficial sobre os empreendimentos do século XIX.

Os documentos oficiais publicados sobre o Rio Grande do Sul compreenderam o período de 1829 a 1930, totalizando cento e quarenta e cinco títulos, entre relatórios, falas, aditamentos e mensagens. Os primeiros relatórios do Rio Grande do Sul, anteriores a 1829, não foram encontrados, como já havia salientando Weimer, que ressaltava ainda a importância dessas fontes e suas possibilidades de estudo sobre a arquitetura e o urbanismo do período.

[...] com a Independência, a Província adquiriu uma administração autônoma porém, os governadores eram nomeados diretamente pelo governo central. Um dos encargos destes presidentes era fazer um relato de sua administração, 1º de dezembro de cada ano, à Assembléia (chamada de Conselho Geral) e a seu sucessor quando de sua substituição. Esses são documentos muito importantes pois relatam o que estava sendo feito também em termos de obras públicas<sup>45</sup>.

O presidente da província era um cargo cuja nomeação competia “ao governo central, e que tinham por primeira missão estabelecer a dominação política deste sobre o restante do país, provocando, perseguindo e pressionando ao limite a oposição regional contrária ao sistema de Estado unitário”<sup>46</sup>. Os presidentes provinciais eram a extensão do poder imperial nas províncias: eram nomeados pelo Imperador e podiam ser demitidos, removidos ou transferidos a qualquer tempo, por sua vontade<sup>47</sup>. Dessa forma, a condução das decisões e o discurso expresso nos documentos refletiam uma posição definida e articulada com as propostas do governo central: tratavam-se de registros impressos onde se publicavam os atos da administração oficial local.

Em meados do século XIX, a província de São Pedro do Rio Grande do Sul possuía pela estimativa do censo de 1872, vinte e oito municípios<sup>48</sup>. Destes, apenas cinco – São Leopoldo, Cruz Alta, Santo Antônio da Patrulha, Bagé e Rio Pardo - além

<sup>44</sup> MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de. *Habitação Popular em Pelotas (1880-1950): entre políticas públicas e investimentos privados*. 2006. 249p. (Doutorado em História do Brasil). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.14.

<sup>45</sup> WEIMER, Günter. *A arquitetura*. 3 ed. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1999, p.73.

<sup>46</sup> CARNEIRO, Newton. Dissidência política e partidos: da crise com a Regência ao declínio do II Reinado. In: BOEIRA, Néilson; GOLIN, Tau (Coords.) *Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006, p.129.

<sup>47</sup> WEIMER, Günter. Estruturas sociais gaúchas e arquitetura. In: WEIMER, Günter (Org.). *A arquitetura no Rio Grande do Sul*. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p.165.

<sup>48</sup> O censo de 1872 é considerado pelos demógrafos como uma fonte histórica de confiabilidade razoável, apesar de conter problemas em algumas províncias, entre elas Minas Gerais e Sergipe (Censo de 1872. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial: 1822-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p.133).

da capital, de Pelotas e de Rio Grande possuíam um número de habitantes superior a vinte mil (Fig.2).

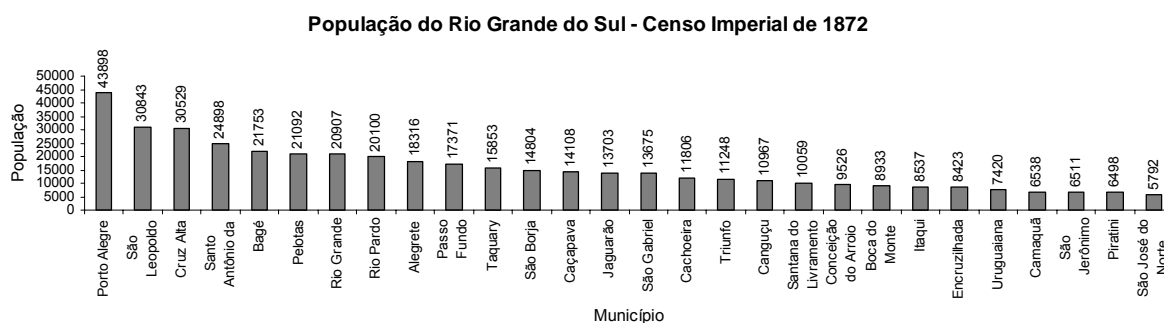


Figura 2: Recenseamento geral da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1872  
População legal por município.

Fonte: CENSO IMPERIAL DE 1872. Disponível em [www.ich.ufpel.edu.br/economia](http://www.ich.ufpel.edu.br/economia).

O número total de habitantes da província era de 434.108 habitantes sendo que, quase metade desse total (214.020) estavam concentrados nas oito cidades com mais de vinte mil habitantes<sup>49</sup>. Considerando-se a renda *per capita* dos municípios, Pelotas superava as demais cidades do Estado, inclusive Porto Alegre e Rio Grande. Apesar de ser o sexto município do Estado em número de habitantes, concentrava a maior riqueza do período. Evidentemente que, considerando a renda total do município, aqueles com maior número de habitantes possuíam uma renda total superior a de Pelotas. Mas analisando a renda *per capita* percebe-se que essas cidades possuíam uma representatividade inferior<sup>50</sup>.

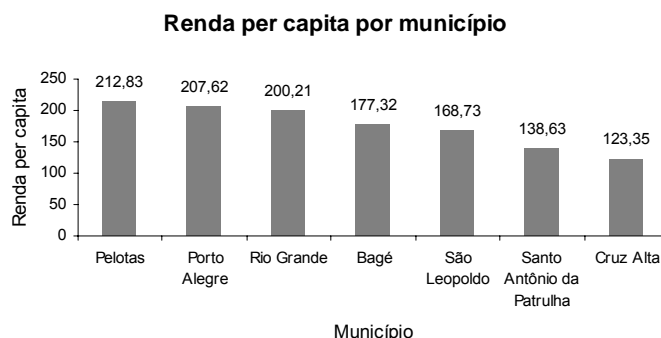


Figura 3: Renda *per capita* por município

Fonte: MONASTERIO, Leonardo M.; ZELL, Davi Coswig. Uma estimativa de renda *per capita* municipal na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1872. Disponível em [www.ich.ufpel.edu.br/economia/arquivos/monasteriozell2004.pdf](http://www.ich.ufpel.edu.br/economia/arquivos/monasteriozell2004.pdf).

<sup>49</sup> CENSO IMPERIAL DE 1872. Disponível em [www.ich.ufpel.edu.br/economia](http://www.ich.ufpel.edu.br/economia). Acesso em 28 de novembro de 2007. Os dados incluem a população urbana e rural.

<sup>50</sup> O ensaio desses autores utilizou as listas de votantes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul para determinar a renda *per capita* dos municípios. No período imperial eram considerados votantes de 2º grau os homens brasileiros maiores de vinte e cinco anos, com renda anual superior a cem mil réis. Os eleitores de 1º grau deviam ter renda superior a duzentos mil réis e os candidatos a deputado e senador, quatrocentos e oitocentos mil réis, respectivamente. Os analfabetos e os ex-escravos que possuísem a renda mínima poderiam candidatar-se a vereador e a eleitores de 2º grau. Alencastro comenta que nesses pleitos ocorriam fraudes, apresentando-se indivíduos modestos como aptos a elegerem seus senhores – os curras eleitorais (ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.11-93).



Esses dados demonstram a importância das cidades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande no cenário sulino do final do século XIX (Fig.3). E contribuem para perceber que as escolhas do governo provincial quanto aos municípios que contariam com apoio estatal para a implantação de obras públicas não estavam relacionadas somente ao número de habitantes beneficiados, mas ao poder político e econômico desses municípios.

O recorte deste trabalho coincide com um período de retomada de obras públicas na província de São Pedro. A análise de Weimer já atentava para o fato de que a Guerra do Paraguai “paralisou as obras em andamento e impediu o início de novas. Só com o fim do conflito, em 1870, houve uma paulatina retomada das atividades construtivas”<sup>51</sup>. O autor comenta ainda que “a estrutura federativa do Império fez com que a maior parte do ônus da Guerra do Paraguai fosse coberta pelo Erário da província”<sup>52</sup>. *A Sentinela do Sul*, periódico porto-alegrense, apresentava uma caricatura da situação sulina mostrando, em 1867, a província “ordenhando o orçamento em busca de verbas para sustentar as obras públicas” (Fig.4)<sup>53</sup>.



Figura 4: Caricatura de jornal porto-alegrense  
Publicado pelo jornal *A Sentinela do Sul*, em 29 de dezembro de 1867.  
Fonte: ALVES, Francisco das Neves. A imprensa. In: BOEIRA, Néelson; GOLIN, Tau (Coords.) *Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006, p.367.

Além da documentação textual referente ao período, a pesquisa contemplou ainda a análise das imagens, que incluíram mapas, desenhos, fotografias e projetos arquitetônicos. A análise dessas imagens buscou elucidar aspectos não contemplados nos discursos escritos e a sua inserção (no corpo do texto) não teve um emprego meramente ilustrativo, mas sim complementar e, em alguns casos, questionador do relato escrito. O emprego das imagens buscou superar a utilização da fotografia como “uma prova, ou atestado, ou elemento indicador do escrito”<sup>54</sup>.

A partir dessa premissa foram analisadas as imagens publicadas em edições comemorativas, em relatórios da Intendência Municipal, em almanaques, em revistas e

<sup>51</sup> WEIMER, Günter. A arquitetura. In: BOEIRA, Néelson; GOLIN, Tau (Coords.) *Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006, p.388.

<sup>52</sup> *Ibid.*, p.388.

<sup>53</sup> ALVES, Francisco das Neves. A imprensa. In: BOEIRA, Néelson; GOLIN, Tau (Coords.) *Op. Cit.*, p.367.

<sup>54</sup> MICHELON, Francisca Ferreira. *Cidade de papel: a modernidade nas fotografias impressas de Pelotas (1913-1930)*. 2001. 547 f. (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.08.

em jornais, além daquelas integrantes das coleções existentes nos acervos pesquisados. A investigação pautou-se na constatação de Michelin de que a inserção de imagens nessas publicações tratava-se, na maioria das vezes, de “representações fotográficas de uma cidade que se apregoava moderna”<sup>55</sup>.

Os relatos de viajantes que estiveram em Pelotas nessa época contribuíram para elucidar a impressão do olhar estrangeiro sobre a cidade. Esse olhar registrava percepções do cotidiano muitas vezes corriqueiras para a população local. Revelava, ainda, os estranhamentos em relação à bagagem cultural do interlocutor: a percepção era carregada pela formação cultural do seu narrador.

A iconografia dos viajantes oferece uma história de pontos de vista, de distâncias entre observações, de triangulações do olhar. Mais do que enxergar a vida e a paisagem americana, leva a focalizar a espessa camada de representação. Evidencia versões e não fatos [...] o olhar dos viajantes espelha também a condição de nos vermos pelos olhos deles<sup>56</sup>.

Em relação ao olhar estrangeiro, Marins comenta que as cidades brasileiras “foram percebidas e descritas mediante olhares comprometidos com a gramática comportamental burguesa que se constituiria na Europa ao longo do século XIX [...] olhares avessos aos costumes locais” e salienta a importância do pesquisador identificar “as oscilações de seus olhares” e os “estereótipos”<sup>57</sup>. Nessa perspectiva, tornou-se fundamental questionar a origem dos relatos e as intenções de seus autores, para perceber as nuances e as abordagens dos discursos produzidos sobre as cidades.

A documentação referente à arquitetura constou de registros fotográficos e gráficos produzidos no período. Os desenhos incluíram aquarelas e projetos arquitetônicos, principalmente aqueles referentes ao período de 1895 a 1908, existentes no Setor de Cadastro da Secretaria de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Pelotas<sup>58</sup>. A investigação sobre a produção arquitetônica do período foi perpassada por reflexões sobre a temática do cotidiano<sup>59</sup>.

<sup>55</sup> MICHELON, Francisca Ferreira. *Cidade de papel: a modernidade nas fotografias impressas de Pelotas (1913-1930)*. 2001. 547 f. (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.12.

<sup>56</sup> BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes*. Volume 1: Imaginário do novo mundo. São Paulo: Odebrecht, 1994, p.13.

<sup>57</sup> MARINS, Paulo César Garcez. *Através da rótula: sociedade e arquitetura no Brasil, séculos XVII a XX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001, p.29-30.

<sup>58</sup> Anteriormente a 1895 não foram encontrados projetos cadastrados junto à Intendência Municipal de Pelotas. Os projetos de datas anteriores foram encontrados em publicações que investigaram acervos particulares.

<sup>59</sup> Neste estudo, o entendimento dos conceitos de cotidiano e privado segue a abordagem proposta por Alencastro, que discute o fato de que “deliberadamente procedeu-se ao amálgama de ‘vida privada’ e ‘vida cotidiana’”. Com efeito, não há por que separar os dois gêneros de história, na medida em que ‘cotidiano’ refira-se à intimidade, aos modos de vida, ao dia-a-dia da existência privada, familiar, pública, às formas de transmissão dos costumes e dos comportamentos. Tenho para mim que os motivos que levaram Ariès e Duby a distinguir, aliás de modo pouco explícito, o privado e o cotidiano, decorreram, entre outras circunstâncias, da necessidade de apartar os estudos por eles organizados na *Histoire de la vie privée* (Paris, Le Seuil, 1985) da coleção *La vie quotidienne em ...*, iniciada pela editora parisiense Hachette nos anos 1940 e contando com títulos prestigiosos. Na Alemanha, onde não existia esse impasse editorial, o corte história privada/história do cotidiano não ganha relevo entre os especialistas da *Alltagsgeschichte* (história do cotidiano) (ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Introdução. Modelos da história e da historiografia imperial. In: NOVAIS,

Em alguns aspectos, o estado de conservação do acervo de projetos dificultou a pesquisa, reduzindo ou limitando a sua abrangência<sup>60</sup>. Os projetos submetidos à aprovação entre 1895 e 1900 foram armazenados em pastas classificadoras de cartão tamanho A3<sup>61</sup>: as pranchas encontravam-se soltas dentro das pastas, e alguns conjuntos de plantas estavam ordenados pela numeração do arquivo<sup>62</sup>.

Além da dificuldade gerada pelas seqüências interrompidas e misturadas, diversos projetos não se encontravam nas pastas: a ausência dos documentos pode estar relacionada à deterioração dos originais, à catalogação em local diverso ou a perdas, já que o setor empresta os originais para reprodução mediante solicitação do usuário<sup>63</sup>. Além disso, outro fator que dificultou a pesquisa refere-se à organização do acervo, já que projetos mais elaborados e de edificações ainda existentes e/ou inventariadas foram retirados das pastas e armazenados separadamente.

Em função desses condicionantes e dos próprios objetivos do estudo optou-se por uma análise qualitativa dos projetos. Dessa forma, não se pretendeu quantificar as edificações quanto ao uso, à tipologia, às dimensões, ao sistema construtivo ou outras informações desse tipo: o que se buscou foi compreender os objetos em si como representativos de uma forma de construir e de viver no século XIX, questionando as permanências e as rupturas presentes nessas representações. Essa premissa contribuiu para que fatores relacionados à conservação do acervo não comprometessem o resultado do trabalho, já que este não se pautava em uma análise quantitativa dos documentos<sup>64</sup>.

---

Fernando A. (Coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.08.

<sup>60</sup> Os projetos mais antigos, desenhados em pranchas de papel fosco (linho, sulfite e semelhantes), apresentavam um estado de conservação muito superior aqueles elaborados em papéis transparentes (vegetal). A armazenagem em pastas originou a furação dos documentos, mas, apesar disso, contribuiu para que se evitasse os vincos e dobras, assim como a acidez causada pelo contato dos originais com as pastas de arquivo morto de papelão. Em muitos casos os rasgos, dobras, partes faltantes ou apagadas pelo tempo dificultaram a análise do material. Os projetos do período entre 1901 e 1907 foram os que apresentaram mais comprometimento, dificultando e, em muitos casos, impossibilitando a reprodução; quando essa foi possível, houve dificuldade para a interpretação dos dados (pela acidez e escurecimento do papel, pelas perdas do suporte, assim como pela falta de nitidez das informações gráficas, apagadas pelo tempo). Em alguns casos o próprio manuseio foi evitado, porque contribuía para acelerar a deterioração do objeto.

<sup>61</sup> Pasta 1 (de 1895 a 1896) e Pasta 2 (de 1897 a 1898), mas ambas incluíam projetos até 1900. A partir de 1901 os projetos foram armazenados em caixas.

<sup>62</sup> A forma de catalogação dos documentos consistia na inscrição do projeto em uma ficha, cujo critério de inserção era o logradouro onde se localizava: as fichas continham a data de aprovação, o número de cadastro do projeto, o nome do proprietário e o tipo de solicitação (construção, reconstrução, aumento entre outros). Em raros casos informava a numeração da rua que, quando existia, não auxiliava na localização das edificações, por ter sido modificada ao longo dos anos.

<sup>63</sup> Uma das maneiras de suprir essas lacunas foi recorrer a outros estudos que trataram deste acervo, entre eles o trabalho desenvolvido pelo Programa de Educação Tutorial da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel, que digitalizou uma parcela dos projetos. Em relação ao período pesquisado foram identificados doze projetos, além dos já investigados (POLIDORI, Maurício Couto; FARIA, Ana Paula de; CALDERÓN, Papola Casaretto (Coords.). *Digitalização de Plantas do acervo da Prefeitura Municipal de Pelotas*. Pelotas: UFPel, s.d. DVD-ROM.).

<sup>64</sup> Este trabalho não teve a pretensão de esgotar quantitativamente o acervo de projetos, já que se percebeu as dificuldades oriundas da forma de armazenagem e de acesso aos documentos (incluindo o empréstimo e o deslocamento de seus locais de origem) que contribuíram para a sua incompletude e para o seu estado de deterioração. Uma abordagem quantitativa já havia sido realizada por Cruz quando, provavelmente, a integridade dos documentos permitia esse tipo de investigação. Os documentos encontrados atualmente, se comparados com aqueles pesquisados por Cruz na década de 1980 e por Cruz e Schlee na década de 1990, revelam essa perda (CRUZ, Glenda Pereira da. Pelotas. Espaço construído no início da República. In: WEIMER, Günter (Org.) *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992, p.109-134. CRUZ, Glenda Pereira da. *Espaço Construído e a Formação Econômico-social do Rio Grande do Sul: uma metodologia de análise e o espaço urbano de Pelotas*. 1984. (Mestrado em Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo,

A pesquisa realizada junto ao acervo do Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas possibilitou a análise de projetos (como a edificação da casa de máquinas, a implantação geral da represa do arroio Moreira e reforma da casa do guarda), assim como do material iconográfico produzido pela autarquia ao longo dos anos. Já a documentação referente à Seção de Águas e Esgotos (relatórios de 1913, 1914, 1915 e 1916) assim como o Regulamento Sanitário e o relatório das obras de Saturnino de Brito permitiu que se investigasse a situação da empresa logo após a municipalização do serviço de abastecimento de água encanada.

A tese foi estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo tratou da temática da cidade e do abastecimento de água, investigou a fundação das vilas de Pelotas e de Rio Grande, a partir da presença dos cursos d'água e de suas relações com a cidade, discutiu as formas tradicionais de abastecimento e os ofícios ligados aos cursos d'água. Abordou os primeiros contratos para a prestação do serviço de abastecimento de água encanada na província de São Pedro do Rio Grande do Sul durante o século XIX, e analisou as primeiras tentativas de abastecimento implementadas em Pelotas, antes do surgimento da Companhia Hidráulica Pelotense. O trabalho buscou compreender as formas de abastecimento implementadas em outras cidades européias e sul-americanas, estabelecendo relações com os projetos gaúchos.

O segundo capítulo tratou das intervenções mais representativas que ocorreram nas cidades durante o século XIX. Abordou a temática do saneamento e a difusão das epidemias, a partir de espaços coletivos como os cemitérios e as praças e parques. Discutiu a participação de empresas privadas em obras destinadas ao bem público, aproximando o foco nas obras de infra-estrutura implementadas em Pelotas no decorrer do século XIX, através da Companhia de Desobstrução da foz do rio São Gonçalo, da Companhia São Pedro Gás Limited, do telégrafo, da telefonia e da Companhia Ferro Carril e Cais.

No terceiro capítulo foram investigadas as companhias hidráulicas de Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre. Tratou-se da similaridade entre a empresa pelotense e a rio-grandina, discutindo-se as obras implementadas pelas duas companhias. Abordou-se a manutenção, a ampliação e a municipalização da rede de água encanada em Pelotas, evidenciando as obras desse sistema como patrimônio industrial da cidade.

O quarto capítulo analisou os projetos arquitetônicos do século XIX, a partir da investigação do acervo da antiga Intendência Municipal de Pelotas. A análise dos dados partiu de categorias que trataram desde a forma de apresentação dos projetos, aos profissionais envolvidos e à adaptação das edificações às novas normas de

edificar. Essa investigação buscou relacionar as inovações implementadas pelas obras discutidas nos capítulos anteriores com as transformações ocorridas no ambiente doméstico, identificando permanências e rupturas nas formas de habitar do século XIX em Pelotas.

O último capítulo sintetizou as discussões sobre o tema e apontou para o encaminhamento das questões apontadas nesta Introdução. Por fim, as referências bibliográficas apresentam a bibliografia e as fontes (manuscritas e impressas) utilizadas neste estudo, indicando, ainda, as instituições onde a pesquisa foi realizada.

Na apresentação do livro *História das crianças no Brasil*, Del Priore argumenta que “não será a primeira vez que o saudável exercício de ‘olhar para trás’ ajudará a iluminar os caminhos que agora percorremos, entendendo melhor o porquê de certas escolhas feitas por nossa sociedade”<sup>65</sup>. Partindo desse entendimento, a investigação histórica sobre as obras implementadas em Pelotas durante o século XIX evidencia a sua contemporaneidade e a sua pertinência.

---

<sup>65</sup> DEL PRIORE, Mary. Apresentação. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) *História das crianças no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2004, p.08.

## 1 AS ÁGUAS NO SUL DA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO

### 1.1 A OCUPAÇÃO INICIAL DO SUL DA PROVÍNCIA: AS VILAS DE RIO GRANDE E DE PELOTAS

Os cursos d'água foram um dos principais caminhos utilizados para locomoção no país, até a implantação das ferrovias, no século XIX. Na província de São Pedro, a localização dos povoados estava relacionada com esses percursos (caminhos terrestres e hidroviários), assim como com o abastecimento de água para a população. A partir dessa perspectiva, abordou-se a ocupação do litoral sul do território gaúcho, e a criação das vilas de Rio Grande e de Pelotas.

A ocupação inicial da província de São Pedro do Rio Grande do Sul foi tardia, se comparada com a povoação das demais regiões do território brasileiro. Mas, apesar de posterior, a garantia do domínio da região, em especial do porto de Rio Grande, interessava tanto a portugueses quanto a espanhóis, pois garantia o acesso ao interior do território sulino através da Lagoa dos Patos<sup>66</sup>.

O atraso na ocupação sul do país<sup>67</sup> foi analisado por Pesavento, que atribuiu essa situação ao fato que, no período compreendido entre o século XVI e o XVIII, a exploração de matéria-prima no Brasil estava voltada para os bens já existentes (como as riquezas minerais), ou para as formas de produção agrícola que atendiam aos interesses e as necessidades do capitalismo nascente (como a produção de açúcar).

Como o Rio Grande do Sul não se enquadrava em nenhum desses dois casos, sua integração foi posterior a das demais províncias brasileiras<sup>68</sup>, iniciando-se somente no século XVIII, com a fundação do Presídio<sup>69</sup> de Rio Grande pelo brigadeiro português José da Silva Paes. Mas, apesar dessa defasagem temporal, os melhoramentos urbanos implementados no século XIX buscaram acompanhar aqueles que surgiam nas demais províncias do país, principalmente na corte (Rio de Janeiro).

<sup>66</sup> A cidade de Rio Grande foi tomada pelos espanhóis em 1763 e permaneceu sob seu domínio até 1776. Sobre esse tema ver SIMPÓSIO COMEMORATIVO DO BICENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE (1776-1976). *Anais do...* Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1979. 4 volumes.

<sup>67</sup> A autora comenta que "o Rio Grande do Sul integrou-se tardiamente ao restante do Brasil colonial. Foi descoberto no início do séc. XVI, a partir de expedições litorâneas de exploração e comércio de pau-brasil, típicas da fase pré-colonizadora, que chegaram até o litoral do extremo sul do Brasil. Destas viagens, resultaram registros e descrições da costa gaúcha, assim como a generalização do nome 'Rio Grande de São Pedro' para toda a área" (PESAVENTO, Sandra Jatthy. *História do Rio Grande do Sul*. 7 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994, p.7).

<sup>68</sup> *Ibid.*, p.08.

<sup>69</sup> "Presídio, na linguagem militar da época, significa praça de guerra, ou a sua guarnição" (CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. 2 ed. São Paulo: Brasil, 1981, p.104).

A primeira ocupação efetiva do território gaúcho teve origens militares<sup>70</sup>, e ocorreu com a fundação de Rio Grande, em 1737. Durante o século XVI a última povoação portuguesa no litoral brasileiro era São Vicente; em 1680 Manuel Lobo fundou Colônia do Sacramento, fortaleza que garantia a Portugal a ocupação da região à margem esquerda do rio da Prata. A praça de Colônia estava localizada em frente a Buenos Aires (que fora fundada em 1536 e localizava-se à margem direita do respectivo rio); a ocupação de Colônia preocupava os espanhóis, já que facilitava o contrabando no rio (originado, principalmente, das minas de prata do Peru), e garantia aos portugueses a possibilidade de comércio no estuário platino<sup>71</sup>.

O isolamento da Colônia do Sacramento foi um dos motivos que determinou a ocupação do Rio Grande do Sul, mas não foi o único<sup>72</sup>. Queiroz defende o argumento de que a fundação de Rio Grande

não foi, como se tem interpretado, uma alternativa perante a impossibilidade de se tomar Montevidéu, e nem mesmo visava somente o apoio imediato à praça da Colônia, que estava sitiada pelos espanhóis. Ao contrário, tratava-se de um plano já amplamente discutido entre as autoridades coloniais e metropolitanas<sup>73</sup>.



Figura 5: Rio Grande

Demonstração da Vila de São Pedro do Rio Grande, situada na Latitude Setentrional de 32 graus [sic] Na imagem observa-se a capela, sobressaindo-se na parte superior, assim como o forte Jesus-Maria-José, na parte inferior direita do desenho.

Fonte: REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001, p.231. Original manuscrito da Biblioteca Pública e do Arquivo Distrital de Évora, Portugal.

A fundação de Rio Grande consolidava o domínio português e preservava o comércio na região sul do país (Fig.5). Pesavento comenta que “ao mesmo tempo em que se convertia em posto militar que estabelecia oficialmente a posse portuguesa na área, Rio Grande representava uma garantia para a manutenção do comércio do

<sup>70</sup> Yunes estudou a persistência da implantação do modelo reticulado no traçado dos núcleos urbanos gaúchos, assim como os condicionantes para a sua criação, abordando três vertentes (a função de origem, os agentes e a forma resultante). Quanto à função de origem, detectou quatro categorias: as militares (fortificações e acampamentos), as religiosas (a partir de capelas), as sedes de colônias de imigrantes e as reduções (YUNES, Gilberto Sarkis. *Cidades reticuladas: a persistência do modelo na formação urbana do Rio Grande do Sul*. 1995. 158p. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo).

<sup>71</sup> CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. 2. ed. São Paulo: Brasil, 1981, p.60.

<sup>72</sup> Laguna, localizada na província de Santa Catarina, foi fundada em 1684, e era a povoação mais próxima da Colônia do Sacramento (QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. *A Vila de Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Rio Grande: FURG, 1987).

<sup>73</sup> Ibid, p.29.

gado”<sup>74</sup>. A expedição de José da Silva Paes não se limitava à ocupação da barra do Rio Grande, já que se tratava de um plano mais amplo, que incluía a implantação de uma série de postos militares visando garantir a defesa da região<sup>75</sup>.

Em terreno ‘instável e arenoso’, precisamente na praia onde desembarcara, constrói com torrão e estacaria um forte, sob a invocação de Jesus-Maria-José, origem da cidade e do Estado do Rio Grande [Fig.6, direita]. Junto ao forte, manda edificar uma igreja [...]. A meia légua construiu outro forte, o de Santana do Estreito [Fig.6, esquerda], onde se teriam acomodado as tropas e o próprio brigadeiro [...] descendo pelo litoral, foi ter pessoalmente ao passo do Arroio Chuí, onde montou uma guarda permanente de 15 dragões, e a mesma providência executou no Saco da Mangueira e no Taim. E ampliando a defesa instalada por Cristóvão Pereira no Cerro de São Miguel, ponto de grande importância estratégica, ali fez erguer o forte deste nome, iniciativa que provocou imediatas reclamações do governo de Buenos Aires<sup>76</sup>.



Figura 6: Os fortes de Rio Grande: Santana do Estreito (esquerda) e Jesus-Maria-José (direita)  
Fonte: FORTES, João Borges. *O brigadeiro José da Silva Paes e a fundação do Rio Grande*. 2 ed. Porto Alegre: ERUS, 1980, p.73.

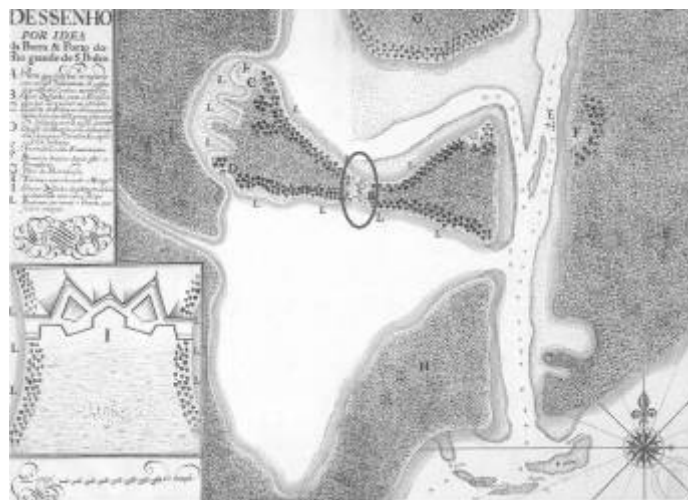


Figura 7: Rio Grande

Desenho por idéia da Barra & Porto do Rio Grande de São Pedro. Desenho de autoria de José da Silva Paes. Na parte inferior esquerda o detalhe da fortificação do estreito; na imagem central, a fortificação ocupa a área mais estreita da península (no interior da elipse cinza).

Fonte: REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001, p.232. Original manuscrito do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

<sup>74</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 7 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994, p.20.

<sup>75</sup> A expedição era uma “operação conjugada por terra e mar, projetada com o objetivo de abrir a navegação no Prata para Portugal e Inglaterra, a partir da ocupação dos principais pontos da região: Montevidéu, Colônia do Sacramento, Ilha de São Gabriel, Maldonado e o canal do Rio Grande” (QUEIROZ, Maria Luiza Bertulini. *A Vila de Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Rio Grande: FURG, 1987, p.40).

<sup>76</sup> CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. 2. ed. São Paulo: Brasil, 1981, p.110-111. As reclamações do governo espanhol deviam-se ao fato da ocupação ter ocorrido após o armistício entre as duas Coroas. Mas, pelos relatos, consta que Silva Paes só ficou sabendo do fato quando retornou à Rio Grande, depois de efetivada a ocupação do território.



Coincidentemente (ou não), foi nas proximidades de uma das regiões onde inicialmente instalaram-se os portugueses, o forte de Santana do Estreito (Fig.7), o local escolhido por Hygino Durão e João Frick, quase um século e meio depois, para instalar o ponto de captação das águas da Companhia Hidráulica Rio-Grandense. Provavelmente, os motivos que levaram Silva Paes a ocupar a região do estreito não foram os mesmos que levaram os concessionários da empresa hidráulica a escolher o local para o abastecimento de água da cidade. Mas, talvez, registros sobre a obtenção de água no local possam ter contribuído para essa decisão.

#### OS CURSOS D'ÁGUA E A VILA DE SÃO FRANCISCO DE PAULA<sup>77</sup>

No traçado das estradas, como no estabelecimento de arraiais e povoações, o problema da água desempenhou quase sempre papel de importância primordial. Viajantes estrangeiros, como Saint-Hilaire e Burton, chegaram a assinalar a constante preferência dos povoadores do centro do Brasil pelas baixadas e fundos de vales [...] Já nos primeiros tempos da colonização européia, a presença de boas águas determinou muitas vezes a escolha de sítios para a instalação de povoados. Bons ares e boas águas [...] <sup>78</sup>.

A existência de cursos d'água originou a fundação de diversos povoados, garantindo a navegação (e conseqüentemente, o deslocamento e a ocupação do território) e o abastecimento de água à população. Em alguns casos, esses condicionantes foram fundamentais (ou não) para a ocupação do território. No Rio Grande do Sul, a preocupação com a proximidade dos cursos d'água ocorreu na fundação de Porto Alegre, onde os primeiros casais de açorianos instalaram-se às margens do Guaíba, na atual praça da Alfândega.

Em Pelotas, a proximidade aos cursos d'água não foi um condicionante na implantação da cidade. Essa situação, certamente, estava relacionada a forma como ocorreu a fundação da cidade. Pelotas enquadra-se nas cidades originadas de capelas que, como definiu Yunes, são aquelas que surgiram do parcelamento de terras em áreas de sesmarias onde, “por iniciativa de particulares, os proprietários de terra doam área para o estabelecimento de uma capela, podendo assim regimentar lotes para a venda e gerar ou impulsionar a formação dos núcleos iniciais das povoações”<sup>79</sup>.

<sup>77</sup> Pelotas foi inicialmente freguesia de São Francisco de Paula (fundada em 1812); em 1815 foi elevada à categoria de vila e, em 1835, recebeu os foros de cidade, com o nome de Pelotas. As charqueadas foram a atividade propulsora da economia local, contribuindo para o rápido desenvolvimento da cidade, que foi elevada à categoria de município três meses antes do início da Revolução Farroupilha. O período de 1835-45 foi de estagnação na cidade e em toda a região sul do país. A Câmara Municipal de Pelotas foi fechada durante a guerra civil, retomando suas atividades somente em 1844, um ano antes do final do conflito. Nessa época, a cidade, assim como a maioria do Estado, passou por uma fase de ausência de investimentos e de melhorias no ambiente urbano.

<sup>78</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. 26 ed. São Paulo: Editora Schwarcz, 1995, p.41.

<sup>79</sup> YUNES, Gilberto Sarkis. *Cidades reticuladas: a persistência do modelo na formação urbana do Rio Grande do Sul*. 1995. 158p. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, p.52.

A escolha do terreno para a localização da freguesia não foi uma decisão unânime, como já foi apontado por outros autores<sup>80</sup>. Gutierrez comenta que os interesses vinculados à propriedade territorial permearam a indicação do local: “a localização da cidade era defendida conforme essas pessoas estivessem vinculadas à posse da terra. Interessava que a sede da cidade estivesse implantada dentro ou no entorno de suas propriedades ou concessões”<sup>81</sup>.

Os grupos dividiram-se em três correntes: os que apoiavam a localização nas terras de Isabel Francisca da Silveira, no atual Laranjal (balneário às margens da Lagoa dos Patos); os que preferiam a localização junto ao declive da lomba fronteira à várzea (que se encontra com a margem norte do canal de São Gonçalo) e aqueles que davam preferência a localização nas terras do capitão-mor Antônio dos Anjos. Gutierrez comenta que se discutia “os locais menos inundáveis ou a possibilidade de implantação de um porto”<sup>82</sup>.

Em fevereiro de 1813 o capitão-mor Antônio dos Anjos e o padre Felício iniciaram a edificação da igreja e da casa do pároco, nas terras do primeiro, determinando, dessa forma, a localização da freguesia. A doação dos terrenos e a construção das obras religiosas tinham como contrapartida a permissão para que se realizasse o primeiro parcelamento de terras da região, conhecido como o primeiro loteamento de Pelotas (Fig.8).

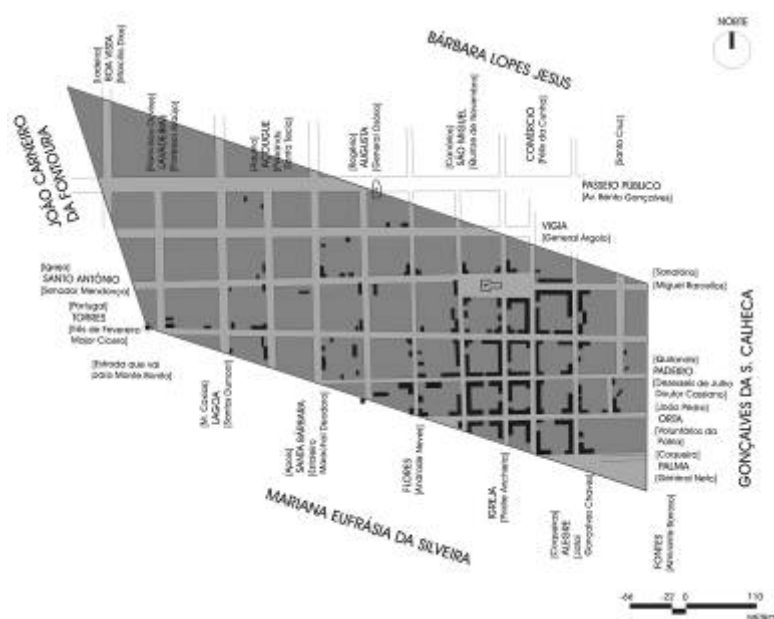


Figura 8: Primeiro loteamento da Freguesia de São Francisco de Paula, 1815

Fonte: GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2004, p.121<sup>83</sup>.

<sup>80</sup> GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: Ed. UFPel, 1993. MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Sul*. Um estudo sobre a história de Pelotas. Pelotas: Ed. UFPel, 1993. OSÓRIO, Fernando. *A cidade de Pelotas*. Volume 1. 3 ed. rev. Organização e notas de Mário Osório Magalhães. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1997.

<sup>81</sup> GUTIERREZ, Ester J. B. Op cit., p.165.

<sup>82</sup> Ibid., p.165.

<sup>83</sup> Gutierrez informa que o mapa foi elaborado com base na planta de 1815 (Original no acervo da BPP, ms. V. 093, LRPTMP).

Apesar dessa primeira ocupação oficial, é importante salientar um argumento apresentado por Arriada, que ressalta que “muito antes de existir Pelotas como cidade o primeiro aldeamento que tivemos foi na zona do São Gonçalo, mais precisamente no Passo dos Negros”<sup>84</sup>, ou seja, nas proximidades de um curso d’água (Fig.9, direita). O Passo dos Negros localizava-se às margens do canal de São Gonçalo, próximo ao arroio Pelotas<sup>85</sup>. Gutierrez comenta que o local teve um projeto de povoação, que constava de seis quarteirões de formato retangular (Fig.9, esquerda)<sup>86</sup>. O passo era um ponto de fiscalização e de cobrança de impostos, onde se comercializavam escravos e realizava-se a travessia do gado oriundo dos Campos Neutrais<sup>87</sup>.

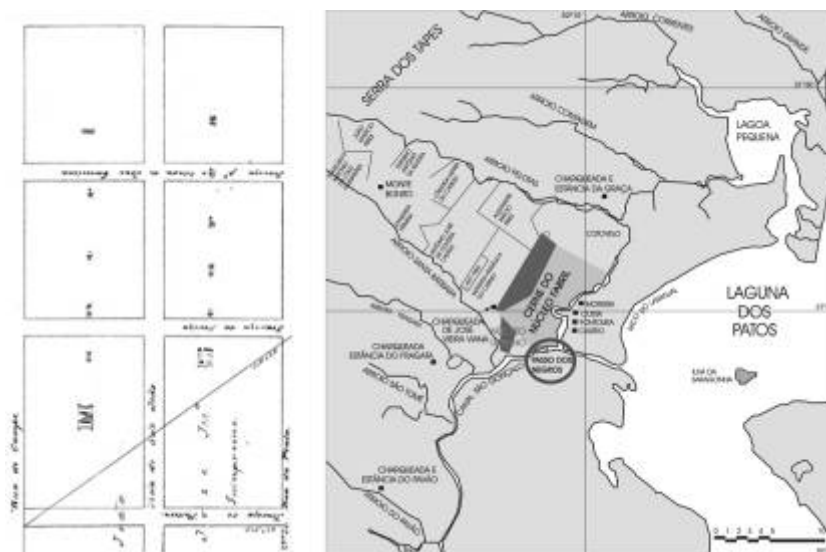


Figura 9: Passo dos Negros

Planta da povoação (esquerda) e localização (direita). No mapa da cidade o passo localiza-se próximo a junção do arroio Pelotas com o canal de São Gonçalo (ver elipse cinza indicando a região).

Fonte: GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2004, p.109 e p.105.



Figura 10: Passo do Rio de S. Gonzales [sic]

Passo do rio São Gonçalo, aquarela de Debret, 1828.

Fonte: CARDOSO, Rafael; BANDEIRA, Júlio; SIQUEIRA, Vera Beatriz Cordeiro. *Castro Maya colecionador de Debret*. São Paulo: Capivara; Rio de Janeiro: Museu Castro Maya, 2003, p.237.

<sup>84</sup> ARRIADA, Eduardo. *Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano (1780-1835)*. Pelotas: Armazém Literário, 1994, p.69. Da mesma forma Alberto Coelho da Cunha descreve que junto ao referido passo formou-se o primeiro arraial do distrito (CUNHA, Alberto Coelho da, 1928 apud GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: Ed. UFPel, 1993, p.155).

<sup>85</sup> Os passos reais tratavam-se de locais onde era permitido atravessar um rio pagando certa soma ao barqueiro (CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil*. 4. ed. Porto Alegre: UNISINOS, 2004).

<sup>86</sup> GUTIERREZ, Ester J. B. Op. Cit., p.218.

<sup>87</sup> Essa região, compreendida entre as lagoas Mangueira e Mirim e a costa marítima, foi definida pelo Tratado de Santo Ildelfonso (1777), e não podia ser ocupada por portugueses e espanhóis. Os Campos Neutrais formavam uma grande invernada.

Antes mesmo da fundação da freguesia o comerciante inglês John Luccock, em sua viagem ao sul do Brasil, tecia comentários a respeito desse local de cobrança de pedágio, descrevendo os meios empregados para a travessia do gado (Fig.10). Gutierrez comenta que esse local de passagem foi cogitado para a implantação do núcleo urbano. Mas, pelo que supôs a autora,

[...] o mau cheiro reinante, ocasionado pelos dejetos da produção saladeiril, a falta de segurança, decorrente da proximidade com grande número de escravos, e a força política, resultado da união do padre Felício com o charqueador Antônio Francisco dos Anjos, não permitiram a implantação da cidade, no encontro do arroio com o canal<sup>88</sup>.

E Pelotas afastou-se de um de seus principais cursos d'água, retomando essa proximidade na segunda metade do século XIX, com a expansão da zona urbanizada em direção ao canal de São Gonçalo.

Independentemente do núcleo urbano, a zona produtiva, constituída pelas charqueadas, sempre esteve próxima dos cursos d'água. O próprio processo de salga da carne, assim como o escoamento da produção, exigiam essa relação dos estabelecimentos fabris com a água.

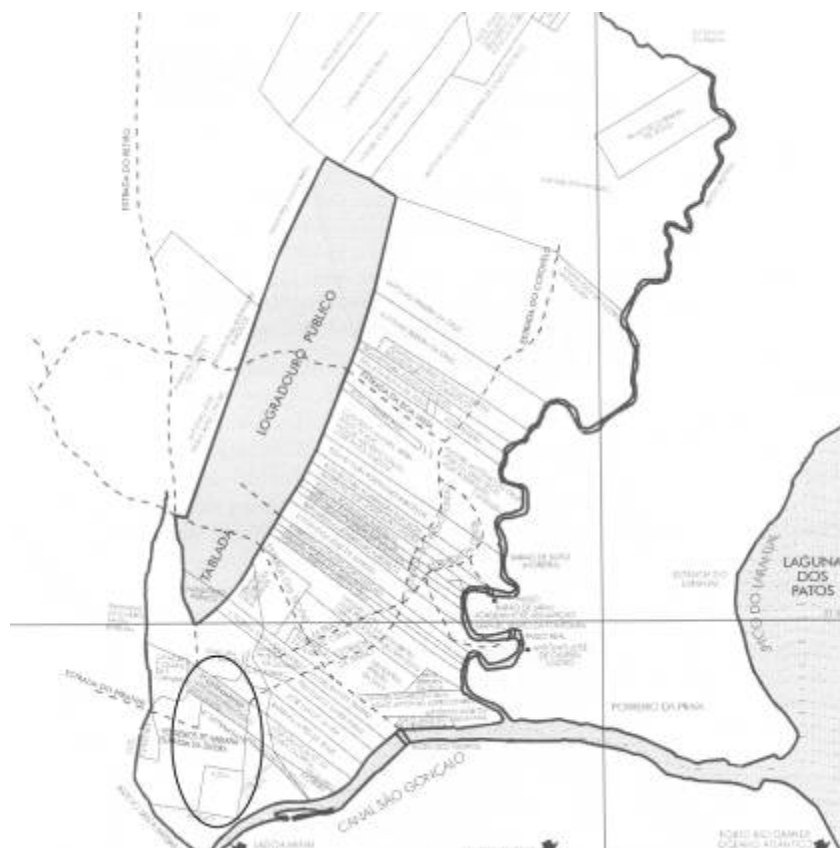


Figura 11: Sesmaria do Monte Bonito  
 Cerne do núcleo charqueador pelotense. Localização das charqueadas, do logradouro público, da tablada e da área urbana (no interior da elipse na parte inferior da figura; em tracejado os principais caminhos).  
 Fonte: GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: Ed. UFPel, 1993, p.174.

<sup>88</sup> GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: Ed. UFPel, 1993, p.156.

Dessa forma, às margens do arroio Pelotas e do canal de São Gonçalo foi implantado o núcleo saladeiril pelotense. Gutierrez elaborou uma reconstituição cartográfica e descreveu essa implantação territorial particular (Fig.11).

Como as águas iam serpenteando, o comprimento dos terrenos variava entre 3.300m e 4.136m. [...] Aí, assentou-se o maior núcleo salgador sulino da colônia portuguesa na América. Ao longo do século XIX, pelo menos, 30 charqueadas estabeleceram-se nessa área. As divisões dos terrenos foram feitas no sentido longitudinal, de forma que os poteiros davam fundos ao que seria consagrado como Logradouro Público, e o espaço da matança dava frente ao curso de água, por onde os dejetos eram atirados e o charque, embarcado para exportação. Pelo mesmo caminho chegavam o sal e os trabalhadores escravizados<sup>89</sup>.

Nesses locais de produção, afastados da cidade, os algibes ou poços domésticos devem ter sido a alternativa utilizada para o abastecimento de água potável, já que os rios serviam, além de vias de transporte, de esgotamento para os dejetos da produção saladeiril.

As viagens pelos rios da província de São Pedro foram comentadas pelos estrangeiros que se deslocavam pela região durante o século XIX. Debret, além de descrever as travessias, representou a embarcação de couro que permitia a passagem de uma margem a outra dos rios: as pelotas. O viajante citou quatro variações possíveis na forma de execução dessas embarcações de couro, comuns na região sul do país (Fig.12). Magalhães atribui a essas embarcações gaúchas, além do nome do arroio, o da cidade de Pelotas<sup>90</sup>.

Percorrendo-se o sul da fértil Província do Rio Grande do Sul, não raro entrecortada por lagos e rios, encontra-se o *rio das Pelotas*, nome tirado de uma espécie de bote improvisado feito com um couro de boi e que é usado para se atravessar o rio durante as freqüentes cheias<sup>91</sup>.



Figura 12: Aquarelas de Debret

Viajantes da província do Rio Grande (esquerda). *Barques nomées Pelotas*. Embarcações chamadas de pelotas (direita).

Fonte: CARDOSO, Rafael; BANDEIRA, Júlio; SIQUEIRA, Vera Beatriz Cordeiro. *Castro Maya colecionador de Debret*. São Paulo: Capivara; Rio de Janeiro: Museu Castro Maya, 2003, p.155 e 168.

<sup>89</sup> GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2004, p.107.

<sup>90</sup> MAGALHÃES, Mário Osório. *Pelotas: toda a prosa*. Primeiro Volume (1809-1871). Pelotas: Editora Armazém Literário, 2000.

<sup>91</sup> DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Tomo I (Vol. II). São Paulo: Livraria Martins, 1990 apud *Ibid.*, p.71.

Apesar da distância entre o seu núcleo urbano oficial e os cursos d'água, Pelotas mantém no nome a referência a um de seus rios mais importantes, reconhecendo este que se efetivou quando o arroio Pelotas foi declarado patrimônio cultural do Rio Grande do Sul<sup>92</sup>.

#### ÁGUA DE CACIMBA: O INÍCIO DO ABASTECIMENTO DA CIDADE

A distância dos cursos d'água e a necessidade de abastecimento fizeram surgir nas cidades um equipamento comum até o final do século XIX: as cacimbas. Estas continuaram servindo à população até serem gradativamente substituídas pelas redes de água encanada.

As cacimbas públicas foram uma das alternativas de fornecimento d'água utilizadas no período imperial. A análise do abastecimento de água para consumo doméstico revelava o modo de habitar vigente em uma época sedimentada em um regime imperial e escravocrata. O relato de Reis Filho reforça essa afirmação ao destacar que

para tudo servia o escravo. É sempre a sua presença que resolve os problemas de bilhas d'água, dos barris de esgoto (os 'tigres') ou do lixo [...] era todo um sistema de uso da casa que, como a construção, estava apoiado sobre o trabalho escravo e, por isso mesmo, liga-se a um nível tecnológico bastante primitivo. Esse mesmo nível tecnológico era apresentado pelas cidades, cujo uso, estava baseado na escravidão. A ausência de equipamentos adequados nos centros urbanos, quer para o fornecimento de água, quer para o serviço de esgoto e, mesmo, a deficiência no abastecimento, eram situações que pressupunham a existência de escravos no meio doméstico<sup>93</sup>.

A dependência do trabalho escravo para o funcionamento da casa aparece também na descrição de Weimer, que destaca, quanto ao transporte, que "a água tinha de ser trazida em baldes de tanoaria ou em pipas dalguma fonte próxima, preferencialmente, por algum escravo, para não ofender a 'dignidade' dos homens livres"<sup>94</sup>. No relato em que Simões Lopes descreve as recordações de seus avós sobre Pelotas, também evidencia-se a presença da mão-de-obra escrava nas atividades cotidianas de abastecimento de água, dirigindo-se às cacimbas e aos poços.

Casas de tijolo, cobertas de telhas; outras paredes de pau-a-pique rebocadas de barro; ranchos de torrão cobertos de palha; quintais divididos por taipas e cercados de varas [...] nesgas mais enxutas nos caminhos, trilhos favoritos dos pedestres [...] crianças em liberdade campeando ninhos nas reboleiras do mato circunvizinho, roupas pelos gramados, matronas e moças fiando, cozendo fomalhas,

<sup>92</sup> O arroio Pelotas foi considerado patrimônio cultural do Estado do Rio Grande do Sul em 2003, com a publicação da Lei nº 11895/2003.

<sup>93</sup> REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 6 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987, p.27-28.

<sup>94</sup> WEIMER, Günter. *A arquitetura*. 3 ed. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1999, p.55.

*cativos andando e vindo de cacimbas*; a espaços um campeiro apeando-se, desencilhando a uma porta<sup>95</sup> (grifo nosso).

Como a coleta e o transporte d'água era feito, muitas vezes, pelos escravos, essa situação sempre causou preocupação ao poder público, já que os pontos de abastecimento eram locais de encontro de cativos, que poderiam favorecer o surgimento de rebeliões e de fugas.

A definição dos locais destinados à instalação das cacimbas sempre foi uma questão que demandou apreensão por parte da Câmara Municipal de Pelotas. Desde a sua instalação, quando a freguesia foi elevada à categoria de vila, os vereadores buscavam priorizar a sua localização em regiões que disponibilizassem água de qualidade e que, ao mesmo tempo, atendessem a uma parcela significativa da população. Esses motivos levaram a nomeação de uma comissão para realizar o exame das fontes e das estradas, cujo parecer destacava

a necessidade de um chafariz ou cacimba no lugar denominado 'cacimba do mato' pelo conhecimento da existência de água boa e abundante naquele lugar, porém, considera mesquinha essa providência, não podendo pela longitude aproveitar a todos os habitantes desta vila, principalmente, aos menos possibilitados e julga urgente que, segundo o disposto na lei de vinte e nove de agosto de mil oitocentos e vinte e oito, se construam diferentes cacimbas na rua nova das Fontes<sup>96</sup>.

Na mesma sessão em que se aprovou essa medida, a Câmara deliberou que se esperasse a conclusão da planta da cidade para a construção das novas cacimbas. Mas, devido à urgência da obra, e à demora na elaboração da referida planta, a primeira foi dissociada da segunda e decidiu-se, finalmente, pela construção de cacimbas na rua das Fontes (Almirante Barroso), ou em outros lugares que se julgasse conveniente.

Além de beneficiar a população durante o século XIX, a presença de água na rua das Fontes tornou-se um problema no início do século XX, durante a construção das redes de esgoto. O serviço de escavações para "construção das galerias de alvenaria dos coletores gerais, na travessia da rua Moreira César e parte da Barroso, ofereceu sérias dificuldades pelas vertentes d'água surgidas inesperadamente, ocasionando desmoronamentos contínuos"<sup>97</sup>. Esse relato evidencia que, mesmo depois do fechamento das cacimbas, os veios d'água ainda estavam presentes na antiga rua das Fontes.

As cacimbas da rua das Fontes forneciam água de boa qualidade. Mas, como alertava Alberto Cunha,

<sup>95</sup> LOPES NETO, João Simões. *História de Pelotas e de outros dois municípios da Zona Sul*: São Lourenço e Canguçu. Pelotas: Armazém Literário, 1994. p.18.

<sup>96</sup> ATAS da Câmara Municipal da Vila de São Francisco de Paula (1832-33). Sessão de 16 de agosto de 1832.

<sup>97</sup> PEREIRA, Octacílio. Águas e Esgotos. In: FERREIRA & C. *Almanach de Pelotas*. Pelotas: Off. Typ. do Diário Popular, 1915, p.229.

poderia se supor que ali, na rua das Fontes, na entrada da Várzea, a água fosse sempre clara, límpida e pura, filtrada naturalmente por camadas de areia. Mesmo assim, existem informações nas velhas atas da Câmara Municipal (a partir de 1832, portanto), de que o poder público mandava proceder com regularidade à limpeza das suas fontes. Não se pode esquecer que no início da rua (esquina com a Bento Gonçalves) haviam sido enterrados, entre 1812 e 1820, os primeiros mortos da freguesia<sup>98</sup>.

Magalhães comenta que essas foram “as primeiras cacimbas onde o povo podia se abastecer de água para o consumo caseiro”<sup>99</sup>. Provavelmente, existiam nessa época outros pontos de coleta de água além das cacimbas da rua das Fontes. E essas cacimbas tornaram-se equipamentos tão presentes no dia-a-dia da cidade que serviram, inclusive, de referência para indicar as ruas onde se encontravam, como a que originou o nome da rua do Poço<sup>100</sup> e da própria rua das Fontes.

Em 1833 a Câmara de Vereadores deliberava novamente pela construção de cacimbas na cidade, que possuía 544 prédios<sup>101</sup>. A proposta sobre o tema indicava

que se nomeasse uma comissão de três membros que se encarregasse de mandar abrir três ou quatro cacimbas de água de beber, em lugares próprios. Segundo, que depois destas cacimbas servirem ao público se cuide logo em consertar a que existe deteriorada, fazendo-a mais pequena, e desmanchando-se a guarita [sic] que ali se acha, que só serve de refúgio ou capa a indecências, e a jogos de escravos. Terceiro, que se participe à comissão que for nomeada, de existir em poder do procurador a quantia de 80\$000 para dar princípio desta obra. Quarto, que se rogue à comissão o provimento de uma subscrição voluntária pelos moradores desta vila, para um objeto tão digno dos sacrifícios de todos os habitantes<sup>102</sup>.

A sugestão foi apoiada e encaminhada à comissão permanente da Câmara que, considerando-a urgente, aprovou as medidas citadas. As questões apresentadas nessa proposta permitem que se esboce uma leitura da cidade nesse momento, já que apresentam aspectos relativos a problemas técnicos (localização dos pontos de coleta) e a condutas morais. O fato de solicitar a demolição da guarita, por ser um local onde só ocorrem indecências e jogos de escravos, demonstra claramente a preocupação da Câmara com os encontros entre os cativos, que poderiam originar motins ou levantes. Desta forma, qualquer situação que facilitasse esses encontros era controlada e evitada.

O emprego de recursos em obras públicas revelava-se uma premissa dos vereadores, para elas destinavam uma parcela das verbas arrecadadas pela Câmara Municipal. Além dessa fonte de renda, observa-se que a obtenção de recursos junto à

<sup>98</sup> MAGALHÃES, Mário Osório. *Os passeios da cidade antiga*. Guia histórico das ruas de Pelotas. 2 ed. rev. Pelotas: Armazém Literário, 2000, p.28.

<sup>99</sup> Ibid, p.25.

<sup>100</sup> Atualmente rua Sete de Setembro. A rua do Poço foi traçada em 1830, e possuía um poço na quadra entre as ruas Andrade Neves e General Osório, no terreno de frente norte (Ibid, p.82). Existiu também um poço no terreno onde se encontra atualmente a Biblioteca Pública Pelotense, na praça Coronel Pedro Osório.

<sup>101</sup> MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Sul*. Um estudo sobre a história de Pelotas. Pelotas: Ed. UFPel, 1993, p.96.

<sup>102</sup> MOREIRA, Ângelo Pires. *Pelotas na tarca do tempo*. s. ed: Pelotas, 1989. v.2: Município até eclidir a Revolução Farroupilha, p.121. Sessão de oito de janeiro de 1833.



comunidade era um fato comum nesse período, que demonstra o envolvimento da população na realização de obras destinadas ao bem comum. Essa participação não era voluntária, mas vinculada a uma obrigação legal, determinada pelas Posturas Municipais, que estabeleciam que

para conserto de estradas, caminhos, fontes [...] e ainda para construir de novo algumas dessas obras que interessem em particular aos povos de qualquer distrito aonde houver Juiz de Paz, poderá este convocar aos ditos povos, assinar dia e proceder as ditas obras, para o que concorrerão na proporção de um trabalhador por cinco indivíduos de família, compreendendo os escravos<sup>103</sup>.

O documento fixava a relação entre o número de moradores e de trabalhadores, definindo a obrigatoriedade de participação da população na realização de obras públicas. Além de serem computados no cálculo acima, eram os escravos (nas famílias que os possuíam) que realizavam o trabalho pelos seus proprietários.

O relato do fiscal João Manoel Soares, sobre os fatos ocorridos numa das cacimbas abertas pela municipalidade, evidenciava a difícil situação da população escrava em Pelotas. O fiscal comunicava que “o poço ultimamente feito nesta vila não tem sido de utilidade alguma ao público, pela péssima água que tem, crescendo, terem-se afogado um preto e uma preta, há bem pouco tempo, por cuja razão ninguém se quer servir daquela água, nem para lavagens”<sup>104</sup>. Diante desse fato, a Câmara solicitava providências para que se entulhasse o referido poço.

O texto não esclarecia a localização da cacimba<sup>105</sup>, não revelava a identidade dos envolvidos no acidente, nem mesmo as causas do fato. A tragédia ocorrida com o casal, morto por afogamento, assim como a obrigatoriedade de sua participação na realização de obras públicas, mostra uma das faces da realidade em que vivia a população escrava em Pelotas<sup>106</sup>.

A importância dos locais de abastecimento d'água era reiterada pela comissão permanente da Câmara que, um ano após a indicação para entulhar o poço inutilizado, manifestava-se em relação ao parecer do fiscal sobre a falta de recursos para a construção de cacimbas, destacando que “não obstante as razões ponderadas em seu

<sup>103</sup> Posturas Policiaes adoptadas para o regimen do município da Câmara Municipal da Villa de Rio Grande de S. Pedro do Sul, dadas pela Câmara da mesma vila em sessão de 31 de julho de 1829. Porto Alegre: Typographia de Silveira e Dubreuil, 1829. Artigo 17, § VII. In: LOPES NETO, J. Simões. Revista do 1º Centenário de Pelotas. Pelotas, n. 7/8, abr./maio 1912, p.112.

<sup>104</sup> MOREIRA, Ângelo Pires. *Pelotas na tarca do tempo*. s. ed: Pelotas, 1989, p.129. Sessão de quatorze de janeiro de 1833.

<sup>105</sup> Apesar de não permitir a identificação do local, é possível deduzir que, pela qualidade da água, não sejam as novas cacimbas da rua das Fontes, cuja abertura fora solicitada apenas uma semana do relato (Ibid, p.121. Sessão de oito de janeiro de 1833).

<sup>106</sup> Sobre a atividade da população escrava em Pelotas ver o trabalho de GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2004.

relatório recomenda-se-lhe, novamente, que procure com assiduidade, levar ao fim uma obra tão útil e de urgência a esta vila”<sup>107</sup>.

A presença de um número maior de pontos de coleta permitia diversificar os locais e ampliar a área de abastecimento à regiões como a Várzea, como se percebe no ano seguinte, quando o assunto retorna à discussão na Câmara, que recebia

ofício do fiscal desta vila, datado de 12 do corrente, exigindo deliberação da Câmara sobre o poço novo de água de beber e foi resolvido unanimemente, que se conclua o dito poço novo, ainda, por acabar e, que se retifique o velho, em ponto mais pequeno, no alinhamento da rua, e no lugar onde existe; devendo esses poços ficarem com suficiente terreno para a servidão pública, como já está de posse e que se recomendasse ao fiscal a execução relativamente às cacimbas de água para beber, denominadas e do mato<sup>108</sup>.

Em abril de 1835, alguns meses antes do início da guerra civil, o assunto voltava à pauta na Câmara: a questão agora oscilava em torno das decisões sobre o fechamento e a abertura de um poço. Foi determinado que o terreno onde estava edificado o novo poço seria, a partir de então, de uso público, estabelecendo-se uma distância de doze palmos<sup>109</sup> de terreno livre de paredes em seu entorno, e que o terreno do antigo poço fosse cedido ao proprietário em compensação pela nova área ocupada pela servidão pública.

As preocupações da Câmara Municipal com a implantação e a localização dos pontos de coleta, e com a qualidade das águas destinadas ao uso público apareciam constantemente nesse período; e mantiveram-se após o término da Revolução Farroupilha. Gutierrez registrou a localização de alguns locais onde se implantaram fontes públicas, em 1847 (Fig.13). E, em 1849, a Câmara discutia novamente a abertura de cacimbas, determinando que se encarregasse uma comissão para selecionar os lugares apropriados para a sua edificação nas imediações da cidade.

<sup>107</sup> MOREIRA, Ângelo Pires. *Pelotas na tarca do tempo*. s. ed: Pelotas, 1989, p.173. Sessão de quatorze de janeiro de 1834. Sessão de doze de abril de 1834. Sobre essas obras, o fiscal comunicava que ainda não estavam concluídas, mas que se encontravam em andamento.

<sup>108</sup> *Ibid.*, p.222. Sessão de quatorze de fevereiro de 1835.

<sup>109</sup> Nessa mesma reunião alguns vereadores pleitearam o recuo de 20 palmos. Como eram minoria manteve-se o afastamento inicial. Em relação a definição dessa unidade de medida, Ferreira apresenta duas indicações: o palmo e o palmo brasileiro. Define o palmo como “antiga unidade de medida de comprimento, equivalente a oito polegadas, ou seja, 22 cm. Já o palmo brasileiro consiste em uma “antiga unidade de medida de comprimento equivalente a 0,2m e que foi adotada no Brasil entre 1833 e 1862” (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3 ed totalmente rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.1481). Dessa forma, doze palmos pode ser equivalente a 2,64m ou a 2,40m, dependendo da medida considerada, e vinte palmos 4,40 ou 4,00 metros. Em 1862 foi instituído, pela lei imperial de 26 de junho, o sistema métrico decimal, substituindo os pesos e medidas empregados anteriormente (Sistema métrico decimal. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial: 1822-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p.675-676).

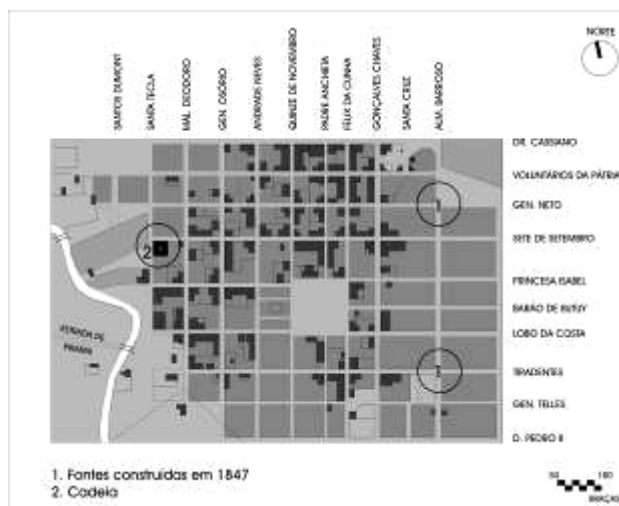


Figura 13: Fontes construídas em 1847

Fonte: GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2004, p.207.

O abastecimento através de cacimbas não ocorria somente em Pelotas. Em Rio Grande, Dreys registrava em seus apontamentos de 1839 que

a água potável que se acha no território da cidade de S. Pedro é água de cacimba; chamam cacimba a um poço praticado nas areias cujas paredes são amparadas por duas ou três pipas, sem fundos, superpostas umas as outras, pois a água aparece sempre a tão pouca profundidade que os aguadeiros costumam extrai-la por meio de um coco embutido na ponta de um pau<sup>110</sup>.

A água das cacimbas, provavelmente salobra, servia aos moradores que possuíam menos recursos. Os demais buscavam abastecimento na Ilha dos Marinheiros, onde existia “uma fonte natural d’água límpida, que a classe abastada da mesma cidade prefere à água das Cacimbas, e que manda buscar diariamente para seu consumo, apesar da distância”<sup>111</sup>. Essa fonte, localizada na Ilha dos Marinheiros, foi um dos pontos cogitados para o abastecimento de água encanada de Rio Grande.

Além das cacimbas de uso comum, outro hábito usual na região foi a existência de algibes<sup>112</sup> domésticos, privados, empregados para o consumo de água nas residências. Em áreas mais afastadas, como o Parque da Baronesa, o algibe funcionava junto a uma cisterna, que captava água da chuva e a conduzia a um reservatório enterrado (Fig.11, laterais). Já na Residência Zambrano, localizada na esquina das ruas Gonçalves Chaves e Lobo da Costa, na região central da cidade<sup>113</sup>, a captação era subterrânea, a partir do lençol freático (Fig.11, central). Provavelmente, a qualidade da água obtida, em ambos os casos, não se comparava a da água encanada que passou a abastecer a cidade na década de 1870.

<sup>110</sup> DREYS, Nicolau. *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul*. Rio Grande: Edição da Biblioteca Rio-Grandense, 1927, p.108.

<sup>111</sup> *Ibid.*, p.53.

<sup>112</sup> Algibe: reservatório de águas pluviais. Vem do árabe *al-jubb* (CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A. C. *Dicionário de arquitetura brasileira*. São Paulo: Edart, 1972, p.30).

<sup>113</sup> A residência localizava-se a apenas um quarteirão da praça Coronel Pedro Osório, onde a Companhia Hidráulica instalou na década de 1870 o mais imponente de seus chafarizes.



Figura 14: Algibes  
Parque da Baronesa (laterais) e Residência Zambrano (centro).  
Fonte: acervo pessoal, 2006.

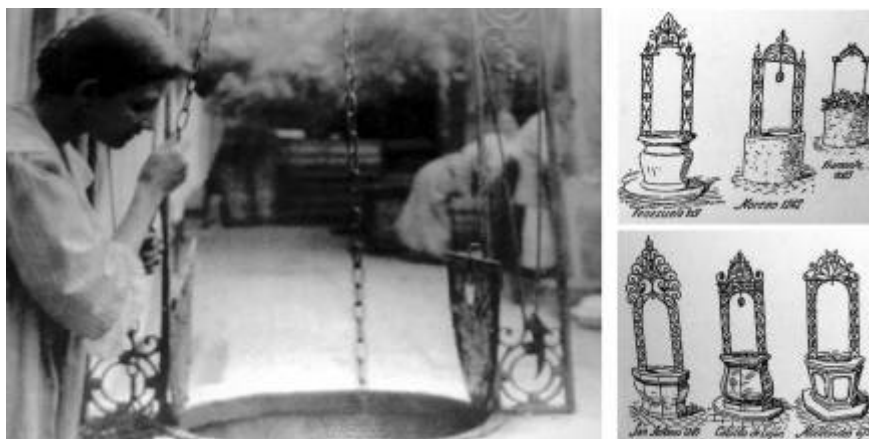


Figura 15: Algibes  
Interior de uma residência portenha, século XIX (esquerda). Algibes argentinos, com indicação de suas localizações (direita).  
Fonte: Painéis da exposição realizada no Palácio das Águas Argentinas, Buenos Aires, em setembro de 2007. Acervo Agua y Saneamientos Argentinos S.A. Fotografias de Ana Paula Bruno.

A implantação de algibes nas residências (assim como a opção pelo consumo de água da chuva ao invés do subsolo) estava relacionada, segundo Magalhães, com as repercussões da imigração platina na região sul, originada pela guerra entre Oribe e Rosas a partir da metade do século XIX (Fig.15)<sup>114</sup>.

Essa preferência ocorria também no sistema de abastecimento de Montevidéu, relatado por Saint-Hilaire, em 1821. O viajante observava que “em geral, só se bebe água da chuva, conservada em cisternas. Tem-se esse tipo de poço em grande quantidade de casas, porém as pessoas que não os possuem compram a água que se traz dos arrebaldes em pequenas carretas”<sup>115</sup>.

Em Pelotas, na década de 1940, a revista *Princesa do Sul* apresentava uma matéria denominada *Água, cacimbas e poços*, onde resgatava a localização de algumas fontes que existiram na cidade. A matéria finalizava destacando a existência

<sup>114</sup> MAGALHÃES, Mário Osório. *Os passeios da cidade antiga*. Guia histórico das ruas de Pelotas. 2 ed. rev. Pelotas: Armazém Literário, 2000, p.83.

<sup>115</sup> FRANCESCO, Orlando Notaro; CIRIO, Jorge. Centenário del Sistema de Abastecimento de Água de Montevidéu. Montevidéu: Mosca Hnos S.A./Obras Sanitarias del Estado, 1971, s.p.

de uma fonte na esquina das ruas Gomes Carneiro e Vereador Boaventura Barcellos, chamada de Cacimba da Várzea ou da Prainha “a única que se conservou e que supre ainda de água os moradores da vizinhança”<sup>116</sup>. Esse relato revelava a persistência dessa forma tradicional de abastecimento na cidade.

#### OS OFÍCIOS LIGADOS À ÁGUA: OS AGUADEIROS E AS LAVADEIRAS

De manhã, alguns negros e negras chegam, com passo descansado, para encher seu pequeno tonel na fonte, diante do hotel; depositam-no lentamente, aguardando sua vez, conversam e riem muito, bem à vontade, enquanto isso; retomam-no, com todo vagar, deixam que encha bem suavemente, divertem-se ainda um pouco, antes de repô-los à cabeça, com um esforço mole, param, conversam de novo e, como tudo termina neste mundo, voltam sem se apressar, mas nem sempre sem se retardar ainda no caminho, nem sobretudo sem falar, às respectivas habitações<sup>117</sup>.

Essa foi a impressão do viajante Walthère Selys-Longchamps sobre as aguadeiras do Rio de Janeiro, em 1872: um relato bastante tranqüilo se comparado a outros registros sobre o abastecimento d’água nas fontes públicas durante o século XIX.

Os carregadores de água foram personagens que integraram os relatos dos viajantes e as paisagens dos primeiros desenhistas que chegaram ao país. O abastecimento d’água realizado pelos aguadeiros configurou-se como “um procedimento que atravessou a Colônia, o Império e a República, como atesta o samba *Lata d’água*, de Jota Jr. e Luiz Antônio, gravado em 1952: *Lata d’água na cabeça, lá vai Maria, lá vai Maria, Sobe o morro e não se cansa, pela mão leva a criança, lá vai Maria*”<sup>118</sup>.

Entre estes registros encontra-se uma representação que mostra uma realidade comum no século XIX: a gravura dos carregadores de água, de Rugendas (Fig.16), registra uma briga de escravos em um chafariz do Rio de Janeiro.

As fontes propiciavam esses encontros fortuitos entre escravos, que poderiam resultar em desordem e brigas. Marins comenta que no Rio de Janeiro os “aguadeiros disputavam lugares nas fontes e chafarizes com lavadeiras, num tumulto que não raro resultava em facadas e sopapos”<sup>119</sup>.

<sup>116</sup> CASTRO, Euclides Franco de. *Princesa do Sul*. Apontamentos histórico reminicênico, comemorativo, estatístico de Pelotas. Ano I, Fascículo I, 1º de setembro de 1944, p.10.

<sup>117</sup> LEITE, Miriam Moreira (Org.). *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX*: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Brasília: Instituto Nacional do Livro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1984, p.90.

<sup>118</sup> FONTES e chafarizes do Brasil. São Bernardo do Campo: Mercedes-Benz, 1991, p.84.

<sup>119</sup> MARINS, Paulo César Garcez. *Através da rótula*: sociedade e arquitetura no Brasil, séculos XVII a XX. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001, p.159.

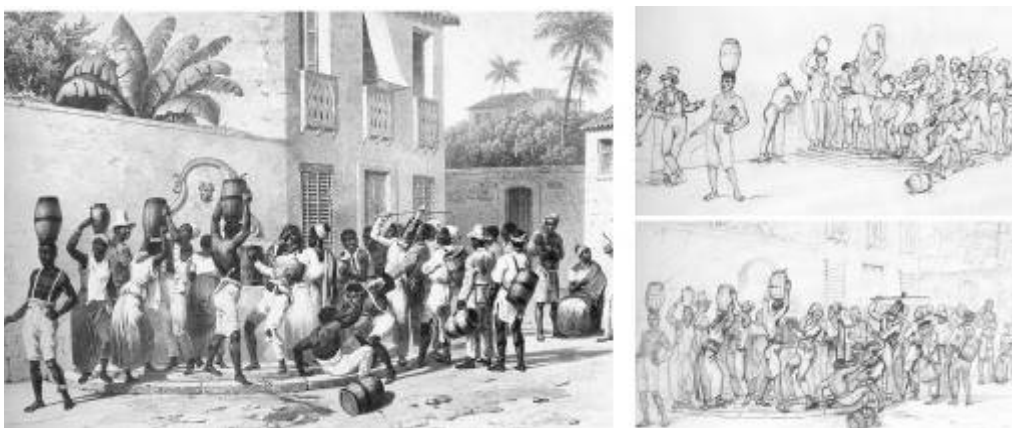


Figura 16: Carregadores de água<sup>120</sup>

Fonte: DIENER, Pablo; COSTA, Maria de Fátima. *Rugendas e o Brasil*. São Paulo: Capivara, 2002, p.107.



Figura 17: Aguadeiro

*Soldat de cavalerie escoltant um tonneau d'eau por la caserne*. Soldado da cavalaria acompanhando uma pipa d'água, aquarela de Debret, 1822.

Fonte: CARDOSO, Rafael; BANDEIRA, Júlio; SIQUEIRA, Vera Beatriz Cordeiro. *Castro Maya colecionador de Debret*. São Paulo: Capivara; Rio de Janeiro: Museu Castro Maya, 2003, p.129.

O trabalho dos escravos e dos escravos de ganho<sup>121</sup>, somados aos serviços prestados pelos aguadeiros, garantiam o abastecimento de água potável nas cidades. O surgimento das companhias hidráulicas não extinguiu o trabalho destes aguadeiros, fossem eles escravos ou livres (Fig.17). Ao contrário, no início das tratativas para a implantação dessas empresas, o número de chafarizes e bicas destinados ao abastecimento era uma preocupação da administração municipal.

<sup>120</sup> A gravura *Porteurs d'Eau* foi elaborada a partir de um esboço inicial (C-5, Briga de negros aguadeiros junto ao Chafariz da Pirâmide, Rio de Janeiro, imagem superior) cujo tema central foi modificado e ambientado com as fachadas e um chafariz (C-6, Briga de negros aguadeiros junto a um chafariz, Rio de Janeiro, imagem inferior).

<sup>121</sup> O escravo de ganho era aquele que trabalhava para seu proprietário com o intuito de obter sua carta de alforria. "Os documentos registram e as fotografias da época ilustram: um escravo de ganho – dono de um pecúlio tirado da renda obtida para seu senhor no serviço de terceiros – podia ter meios para vestir calças bem-postas, paletó de veludo, portar relógio de algebeira, anel com pedra, chapéu-coco e até fumar charuto em vez de cachimbo. Mas tinha de andar descalço. Nem com tamancos, nem com sandálias. De pés no chão. Para deixar bem exposto o estigma indissolúvel de seu estatuto de cativo" (ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Vida privada e ordem privada no Império*. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.79).

O serviço prestado pelos aguadeiros era uma das formas de transportar a água até as residências, muitas vezes utilizadas por aquelas camadas da população que não possuíam escravos, ou que não podiam adquirir uma pena d'água (por questões financeiras ou por morarem em locais não contemplados pela canalização).

Outro motivo da persistência do serviço dos aguadeiros foi a irregularidade na prestação dos serviços, principalmente no período de implantação das empresas hidráulicas. Foi o que ocorreu em Belém, onde os aguadeiros mantiveram suas atividades, fazendo concorrência à Companhia Grão-Pará, em função dos problemas de fornecimento d'água pela empresa. Nesse caso, a transição de uma forma tradicional de abastecimento, para um novo sistema – a água encanada –, foi lenta, e pode ter sido perpassada pelo fato de que “o hábito dos aguadeiros levarem a água de casa em casa estava arraigado nos costumes da população”<sup>122</sup>.

Provavelmente, as persistências percebidas em Belém também ocorreram em outras cidades onde o abastecimento de água encanada foi implantado. Inicialmente, ambas as formas de abastecimento foram concomitantes, como se observa no relato da época de instalação da Hidráulica Porto-Alegrense: no período em que a empresa foi estabelecida na capital da província, o abastecimento da cidade era feito por vinte e cinco carroças licenciadas, bem como pelos “inúmeros barris de água que, tirado do rio, conduziam os pretos à cabeça e vendiam pelas casas”<sup>123</sup>.

A Companhia Hidráulica Porto-Alegrense diferia das demais empresas hidráulicas pelos valores estabelecidos para a comercialização d'água, já que

para Porto Alegre a medida é maior, de maneira que ainda mesmo aqueles que, por falta de escravos, tiverem de comprar aos carroceiros por 30 ou 40 rs. um barril de 25 litros d'água tirada dos chafarizes, haverá vantagem e economia, atento o preço, qualidade e quantidade da que atualmente se vende a razão de 60 rs. o barril nunca maior de 15 litros<sup>124</sup>.

Consequentemente, verifica-se que a instalação da empresa em Porto Alegre não excluiu o serviço dos aguadeiros (Fig.18). Ao contrário, o relato do presidente da província reforçava a importância e a presença dessa forma de abastecimento, definindo os valores máximos comercializados pela empresa e a capacidade dos recipientes.

<sup>122</sup> Os aguadeiros foram uma presença constante em Belém. Eram, em sua maioria, portugueses, e seu serviço era regulamentado pela Câmara, que cobrava impostos daqueles que obtinham renda com a venda de água. A manutenção das ruas, principalmente aquelas próximas aos pontos de abastecimento, era uma reclamação constante dos proprietários, moradores das vizinhanças e dos aguadeiros que contribuíam com onerosos impostos para o erário da Municipalidade (CRUZ, Ernesto. *A água de Belém: sistemas de abastecimento usados na capital desde os tempos coloniais aos dias hodiernos*. Belém: Rev. da Veterinária, 1944, p.54-56).

<sup>123</sup> RELATÓRIO com que o Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão entregou a Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Exm. Sr. Vice-Presidente, Commendador Patrício Correa da Câmara. Porto Alegre: Typ. do Jornal A Ordem, 1861, p.40. O texto refere-se ao lago Guaíba, em cujas margens situa-se a capital gaúcha.

<sup>124</sup> Ibid., p.40.



Figura 18: Aguadeiros em Porto Alegre

Figuras típicas de antanho (esquerda) e carroça de aguadeiro (direita).

Fonte: SPALDING, Walter. *Pequena história de Pôrto Alegre*. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1967, Ilustrações. PORTO Alegre antigo. Porto Alegre: Rede Brasil Sul, 1981, p.48.

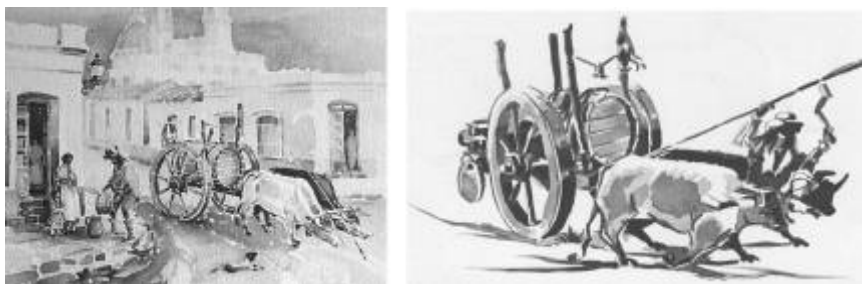


Figura 19: Aguadeiros de Montevideú

Aquarelas de José Zuloaga (esquerda) e de Emeric Essex Vidal (direita)<sup>125</sup>.

Fonte: FRANCESCO, Orlando Notaro; CIRIO, Jorge. *Centenário del Sistema de Abastecimento de Água de Montevideo*. Montevideo: Mosca Hnos S.A./Obras Sanitarias del Estado, 1971, s. p.



Figura 20: Aguadeiros em Buenos Aires

Pintura de Isola, 1844 (esquerda). Aguadeiro em 1830, guache de Leónie Matthis (direita).

Fonte: Painel da exposição realizada no Palácio das Águas Argentinas, Buenos Aires, em setembro de 2007. Acervo Agua y Saneamientos Argentinos S.A. Fotografia de Ana Paula Bruno (esquerda). GUTIÉRREZ, Ramón. *Buenos Aires: obras monumentales*. Buenos Aires: Zurbaran Ediciones, 1997, p.44.



Figura 21: Aguadeiros em meados e final do século XIX, em Buenos Aires

Aguadeiro nas ruas da capital, por volta de 1900 (esquerda) e na praça de Maio, final de 1870 (direita).

Fonte: GUTIÉRREZ, Ramón. *Buenos Aires: obras monumentales*. Buenos Aires: Zurbaran Ediciones, 1997, p.45 (esquerda). ÁGUAS ARGENTINAS. *Água y saneamiento em Buenos Aires 1580-1930*. Riqueza y singularidad de um patrimonio. Buenos Aires: Marcelo Kohan Impresión & diseño, 1999, p.19 (direita).

<sup>125</sup> “Os aguadeiros iam por ela em grandes carretões, de pesadas e enormes rodas, nas quais levavam em uma pipa o elemento líquido, arrastado por dois bois de carga”. Quanto à imagem, o autor comenta que chama a atenção “a vertiginosa marcha dos animais, imprópria pela sua reconhecida prudência, pouco em consonância com aos caminhos da época e, menos ainda, com a lentidão e apatia dos povoadores de então, protótipos da vida repousada e inimigos de toda agitação intempestiva” (FRANCESCO, Orlando Notaro; CIRIO, Jorge. *Centenário del Sistema de Abastecimento de Água de Montevideo*. Montevideo: Mosca Hnos S.A./Obras Sanitarias del Estado, 1971, s. p.). Emeric Essex Vidal retratou a região do Prata no período de 1816 a 1819.



Em Montevideu, o abastecimento de água potável pelos aguadeiros também ocorria, apesar da existência de algibes domésticos. Inicialmente os aguadeiros uruguaios conduziam a água em carretões, que destruíam as ruas por onde circulavam (Fig.19). Uma proibição do Cabildo fez com que o abastecimento da cidade fosse realizado por veículos mais leves. Dessa forma, passou-se a transportar “a água em carretas pequenas, puxadas por dois bois, com um tonel que serve como pipa [...]”; havia até trinta delas, e introduziram-se este ano [1787] por mandato do governo, que proibiu os carros toscos, que antes se usavam”<sup>126</sup>. Em Buenos Aires os aguadeiros também faziam parte do dia-a-dia da cidade, sendo representados e registrados na iconografia da cidade (Fig.20 e 21).

Os aguadeiros também aparecem nos registros fotográficos de Salvador (Fig.23, esquerda). Mas, na capital baiana os proprietários evitavam mandar seus escravos coletar água em chafarizes (Fig.22), preferindo, na maioria das vezes, recorrer a uma outra forma de abastecimento: as casas de vender água (Fig.23, direita). Esse serviço foi implantado pela Companhia do Queimado na cidade, como uma alternativa aos aglomerados que se criavam junto às fontes.



Figura 22: Aguadeiros. Salvador, Bahia, século XIX

Fonte: SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal, 2005, p.110 e p.107.



Figura 23: Aguadeiro nas ruas de Salvador (esquerda). Casa de vender água (direita)

Fonte: SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal, 2005, p.105 e p.110.

Em 1873, São Paulo possuía cerca de quatorze aguadeiros registrados na lista de impostos da Câmara Municipal. No início do século XIX muitos desses

<sup>126</sup> FRANCESCO, Orlando Notaro; CIRIO, Jorge. *Centenário del Sistema de Abastecimento de Água de Montevideo*. Montevideo: Mosca Hnos S.A./Obras Sanitarias del Estado, 1971, s. p.

comerciantes eram portugueses. Quanto às formas de controle do abastecimento, Sant'Anna esclarece que

as marcas na parede eram os principais registros do consumo de água. Parecia ser comum a entrada de aguadeiros dentro das residências e, em alguns casos, a pouca cerimônia desses comerciantes caía na rotina doméstica. Vários deles assumiam a tarefa de despejar o líquido dentro de potes e vasos de barro que ficavam sobre prateleiras, situadas nos locais mais frescos da casa [...] os aguadeiros queriam manter prioridade no referido comércio [...] alguns danificavam os chafarizes ou furavam a fila da coleta para obter em primeiro lugar a água desejada. Situações desse tipo provocavam a revolta dos escravos e das mulheres pobres que vinham freqüentemente aos chafarizes em busca de água<sup>127</sup>.

A desordem não ocorria somente nos chafarizes e fontes, mas também nos locais de lavagem de roupa, usuais no século XIX e no início do século XX na maioria das cidades. Rugendas, em sua viagem pelo Brasil, já retratava esse ofício, comum entre as mulheres (Fig.24).



Figura 24: Lavadeiras no Rio de Janeiro  
*Blanchisse uses a Rio de Janeiro*, gravura de Rugendas.

Fonte: DIENER, Pablo; COSTA, Maria de Fátima. *Rugendas e o Brasil*. São Paulo: Capivara, 2002, p.119.

Em Pelotas, Gutierrez relata um caso de homicídio ocorrido às margens do arroio Santa Bárbara, no outono de 1832. O evento foi presenciado pela escrava Bernarda, lavadeira que se encontrava no local, e que testemunhou a briga de outros dois escravos. Apesar de seu companheiro tentar apartar a briga, um dos escravos foi esfaqueado e morreu<sup>128</sup>.

O arroio Santa Bárbara foi, durante muitos anos, uma região utilizada pela população, principalmente para a lavagem de roupas, sendo que as mulheres que ali realizavam esse serviço ficaram popularmente conhecidas como as lavadeiras do Santa Bárbara (Fig.25). As lavadeiras foram figuras comuns nas cidades, no decorrer

<sup>127</sup> SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007, p.103.

<sup>128</sup> GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2004, p.206.

do século XIX e no início do século XX, como se evidencia nas imagens de Porto Alegre, São Paulo e Buenos Aires (Fig.26, 27 e 28).



Figura 25: As lavadeiras do arroio Santa Bárbara, Pelotas (1909)  
Fonte: MAGALHÃES, Néilson Nobre. *Pelotas Memória*. Pelotas: s.ed., 1990. Fascículo VI, p.16.



Figura 26: Lavadeiras em Porto Alegre, às margens do Guaíba  
Fonte: PORTO Alegre antigo. Porto Alegre: Rede Brasil Sul, 1981, p.33.



Figura 27: Lavadeiras em São Paulo  
Fonte: SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007, Ilustrações.



Figura 28: Lavadeiras de Buenos Aires: figuras corriqueiras nas cidades do século XIX  
O trabalho das lavadeiras em Buenos Aires, às margens do rio da Prata (esquerda e direita). A atividade a poucos metros da praça de Maio (central).  
Fonte: ÁGUAS ARGENTINAS. *Água y saneamiento em Buenos Aires 1580-1930*. Riqueza y singularidad de um patrimonio. Buenos Aires: Marcelo Kohan Impresión & diseño, 1999, p.14 (esquerda e direita) e p.18 (central).

Os locais de lavagem de roupas, assim como os de coleta d'água, caracterizavam-se como pontos de encontro da população, constantemente regulados pelo poder público, que evitava as rebeliões e os encontros de cativos.

A importância das fontes, consideradas bens de utilidade pública, pode ser percebida pela frequência com que aparece nas pautas da Câmara Municipal, tanto em relação à abertura de novos pontos de coleta e a manutenção dos existentes, quanto ao seu controle e fiscalização.

Desde 1829, o Código de Posturas já recomendava que “ninguém botará nas cacimbas, poços ou fontes, pedra, lixo, ou qualquer objeto que possa turvar a água de uso dos povos”. E, estabelecia ainda que, “os que lavarem roupa a menos distância de duzentos passos das cacimbas d'água de beber, pagarão uma multa”<sup>129</sup>.

A permanência de aguadeiros e lavadeiras no cotidiano da cidade estendeu-se até o século XX, como se constata nas recomendações do Código de Posturas de Rio Grande, de 1903. Apesar da instalação da companhia hidráulica em meados do século XIX, o documento proíbia a lavagem de roupa nas ruas ou praças, lagos, poços ou chafarizes da cidade, e previa recompensações financeiras, em caso de incêndios, aos dois primeiros aguadeiros que comparecessem ao local com suas pipas cheias<sup>130</sup>.

A atuação da Câmara de Vereadores controlando, consolidando e fiscalizando a implantação das Posturas Municipais<sup>131</sup> revela o dia-a-dia da cidade, apresentando a forma como os problemas eram tratados e as soluções apresentadas. Evidencia, através da regulamentação, práticas corriqueiras do cotidiano: revela as normas e explicita as transgressões.

## AS CACIMBAS E A PLANTA DA CIDADE

A construção das cacimbas, como já se comentou anteriormente, tornou-se um ato isolado do levantamento da planta da cidade de Pelotas. Essa separação ocorreu, provavelmente, devido a prioridade quanto à construção das cacimbas, e aos problemas que surgiram com o encarregado da elaboração da planta.

<sup>129</sup> Posturas Policiais adoptadas para o regimen do município da Câmara Municipal da Villa de Rio Grande de S. Pedro do Sul, dadas pela Câmara da mesma vila em sessão de 31 de julho de 1829. Porto Alegre: Typographia de Silveira e Dubreuil, 1829. Artigo 17, §§ IX e X. In: LOPES NETO, João Simões. Revista do 1º Centenário de Pelotas. Pelotas, n. 7/8, abr./maio 1912, p.112. A distância de 200 passos equivale a trezentos e trinta metros (um passo equivale a um metro e sessenta e cinco centímetros, conforme FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3 ed totalmente rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.1510).

<sup>130</sup> NOVO Código de Posturas do Município do Rio Grande. Decreto n. 29 de 14 de Julho de 1903 promulgado pelo Capitão Carlos Augusto Ferreira de Assumpção Vice-intendente em exercício. Rio Grande: Typ. do Diário do Rio Grande, 1903, p.22 e 31.

<sup>131</sup> Esse controle não ocorria somente nas fontes: os bilhares, os botequins, as tabernas e as casas de pasto também eram vigiados e seu funcionamento regulamentado. Esses estabelecimentos deveriam ser fechados ao toque de silêncio, já estabeleciam as primeiras posturas de São Francisco de Paula. Os boticários, além de terem que abrir seus estabelecimentos a qualquer hora da noite para atender aos enfermos, eram responsabilizados pelos “ajuntamentos que tenham consentido” em seus estabelecimentos. Quanto aos taberneiros, determinava-se que, sob pena de multa e prisão, “não consentirão nas suas tabernas os escravos parados sem necessidade, nem comendo, jogando ou conversando”. Essa situação preocupava a Câmara, que proibia ainda que se mantivessem as portas dos estabelecimentos entreabertas, ou alguma delas fechada, com o intuito de ocultar esses encontros e permanências, considerados ilícitos (Posturas Policiais adoptadas para o regimen do município da Câmara Municipal da Villa de Rio Grande de S. Pedro do Sul, dadas pela Câmara da mesma vila em sessão de 31 de julho de 1829. Porto Alegre: Typographia de Silveira e Dubreuil, 1829. In: LOPES NETO, Op. Cit.).

O levantamento e a confecção da planta da cidade foram solicitados a Pedro Garcia da Cunha, que aceitou o trabalho proposto pela Câmara Municipal, em sessão de doze de maio de 1832. Em vinte e três de agosto Pedro respondeu a um ofício da Câmara, oferecendo-se para cooperar com o alinhamento dos edifícios e relatando que não fizera a planta da qual havia se encarregado.

O alinhamento era um procedimento que determinava a distinção entre o espaço público e o privado, a separação entre a rua e os lotes, ou seja, determinava a posse da terra, seja nas mãos do poder público, seja na de particulares. O alinhamento definia, corrigia e determinava os rumos de ocupação da cidade.

As bordas dos largos e das ruas eram tradicionalmente as próprias fachadas das casas e demais construções, que materializavam, assim, o alinhamento, que, como vimos, era bastante irregular, com curvas e quebradas não só entre diferentes segmentos de rua, como muitas vezes entre um imóvel e outro. Alinhar, em conseqüência, passou a significar também o esforço ou a providência de amenizar tais discontinuidades<sup>132</sup>.

Em Pelotas, o plano do primeiro loteamento, estabelecido nos terrenos do capitão-mor, já apresentava as diretrizes do sistema viário, provavelmente porque fora traçado por um profissional (piloto) com o intuito de comercialização dos lotes<sup>133</sup>. A expansão em direção sul, nas terras de Mariana Eufrásia da Silveira, apenas prolongou esse traçado inicial. Dessa forma, em Pelotas, a Câmara Municipal antecipou-se as possíveis ocupações irregulares e tratou de determinar a posse e a divisão dos lotes desde o início de suas atividades.

Uma particularidade local ocorreu em relação a instalação do Logradouro Público. O rossio ou logradouro público era a gleba pertencente à vila, definida na criação da cidade como terra pública. Marx comenta que o rossio servia a propósitos distintos, entre eles o “usufruto comum dos moradores e servir às necessidades de expansão da nova vila [...] por ser de uso coletivo, o nome logradouro público que freqüentemente se dava ao rossio”<sup>134</sup>.

No rossio, usualmente, era instalado o pelourinho, símbolo da autonomia municipal. Em Pelotas, o pelourinho foi erigido na praça da Regeneração (atual Coronel Pedro Osório), área pública doada por Mariana Eufrásia em contrapartida ao loteamento efetuado em suas terras. E o logradouro público, futura área de expansão urbana, foi estabelecido na zona norte da cidade. Sua localização, limitando os fundos dos estabelecimentos charqueadores, determinou uma característica local: a área de

---

<sup>132</sup> MARX, Murillo. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1991, p.114.

<sup>133</sup> A medição e o loteamento do terreno foram realizados pelo piloto Maurício Inácio da Silveira. A planta, cuja área compreendia 52,8 hectares era datada de vinte de maio de 1815 (GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: Ed. UFPel, 1993, p.167).

<sup>134</sup> MARX, Murillo. Op. Cit., p.68-71.

uso público de Pelotas, de proporções avantajadas<sup>135</sup>, foi destinada ao comércio de gado (Fig.11).

Gutierrez comenta que o Logradouro Público da freguesia de São Francisco de Paula data de 1825 e que “diferentemente das demais povoações luso-brasileiras, onde, usualmente, o logradouro era destinado ao crescimento da zona urbana [...] no sítio charqueador, era utilizado para a comercialização de gado”<sup>136</sup>.

Essa implantação qualificou o comércio do gado e facilitou o processo de salga da carne. Por outro lado, essa particularidade local, que determinou a destinação da área de uso comum da povoação ao comércio de gado (atente-se que era de uso comum dos charqueadores e dos envolvidos na comercialização) deve ter contribuído para a carência de espaços públicos de lazer na cidade. Essa carência de locais de recreação permeou as discussões da Câmara de Vereadores durante o século XIX, restringindo a instalação de obras privadas, destinadas ao bem público, em praças, largos e parques.

Em março de 1833, Eduardo Kretschmar, que já prestara serviço à Câmara na construção da ponte sobre o rio Piratini, ofereceu-se para fazer, gratuitamente, a planta da vila: nesse plano não aparece a área destinada ao rossio.

Os motivos que levaram Pedro Cunha a abandonar a confecção da planta são desconhecidos. Mas foi possível identificar sua autoria em outro trabalho deste período: a planta do canal de São Gonçalo<sup>137</sup>.

A elaboração de um levantamento que evidenciasse a ocupação da zona urbana contribuiria para as decisões da Câmara, especialmente quanto à localização das cacimbas. Essa localização era importante, já que os vereadores apontavam como prioridade que os locais escolhidos atendessem a um número significativo de habitantes. E, essa mesma premissa, foi mantida na escolha dos terrenos destinados aos chafarizes instalados pela Companhia Hidráulica Pelotense, quase cinqüenta anos depois, no início da década de 1870.

---

<sup>135</sup> No sentido longitudinal atingia quase 9.000 metros e, no transversal, 1.500 metros na parte mais larga e 400 na mais estreita (GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. Sítio Charqueador Pelotense. In: BOEIRA, Néilson; GOLIN, Tau (Coord.) *Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006, p.239).

<sup>136</sup> *Ibid.*, p.239.

<sup>137</sup> Planta do Rio de São Gonçalo na província do Rio Grande do Sul levantada e construída pelo Segundo Tenente da Armada N. e I. Pedro Garcia da Cunha 1835. [Rio de Janeiro]: Lith. do Archivo Militar, 1836.

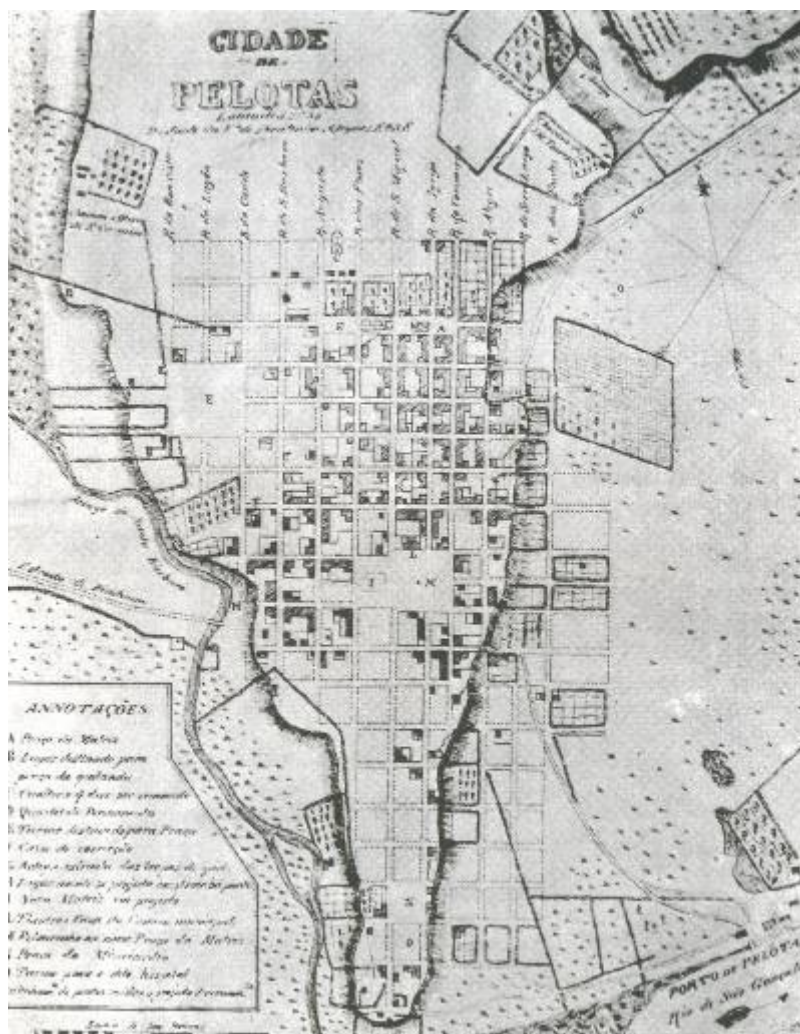


Figura 29: Planta de 1835. Pelotas. Rio Grande do Sul.

Fonte: OSÓRIO, Fernando. *A cidade de Pelotas*. Volume 1. 3 ed. rev. Organização e notas de Mário Osório Magalhães. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1997, Ilustrações.

A planta de 1835 mostrava a localização das edificações existentes na zona urbana neste período (Fig.29). A área mais densificada encontrava-se entre a rua das Fontes e o canal de Santa Bárbara (no sentido leste-oeste) e o largo da Igreja e a praça Pedro II<sup>138</sup> (no sentido norte-sul), região que seria contemplada primeiramente com a tubulação destinada ao encanamento domiciliar de água encanada (pena d'água<sup>139</sup>).

## 1.2 AS PRIMEIRAS TENTATIVAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA ENCANADA NO RIO GRANDE DO SUL

### A COMPANHIA HIDRÁULICA PORTO-ALEGRENSE

O sistema de abastecimento de água encanada de Porto Alegre, capital da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, foi o primeiro a ser implementado.

<sup>138</sup> Atualmente rua Almirante Barroso e praças José Bonifácio e Coronel Pedro Osório.

<sup>139</sup> A utilização do termo pena d'água pelas companhias hidráulicas refere-se a uma "taxa fixa paga pelo fornecimento de água aos prédios, independentemente da quantidade consumida" (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3 ed totalmente rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.1534).

Porto Alegre não possuía um suprimento de água potável superior ao das demais cidades gaúchas até meados do século XIX. Em 1839, durante a Guerra dos Farrapos, Dreys comentava que “se Porto Alegre tem alguma coisa que desejar, será talvez maior abundância de água potável, pois a que se acha no morro corre de um chafariz aberto na vertente ocidental, quase no meio da cidade”<sup>140</sup>.

Em novembro de 1861, encontrava-se em Pelotas Pereira da Rocha<sup>141</sup>, “empresário do aqueduto de água potável para o abastecimento da capital desta província”<sup>142</sup>. O objetivo de sua viagem à Pelotas, segundo o jornal, consistia na comercialização das ações da Companhia Hidráulica Porto-Alegrense. A notícia veiculava a informação de que as ações destinadas às cidades de Porto Alegre e Rio Grande esgotaram-se, supondo que o mesmo aconteceria em Pelotas, visto que o investimento consistia em “um emprego vantajoso para capitais disponíveis, como por ter por objeto uma empresa de tanta importância e vantagem”<sup>143</sup>. Pereira da Rocha anunciava no Jornal de Pelotas, de março de 1862, que aqueles que subscreveram ações deveriam encaminhar o pagamento da primeira prestação até o início de abril<sup>144</sup>.

Apesar da expectativa com os lucros gerados por companhias similares, o relato do Presidente da Província revelava que a incorporação não obteve o êxito pretendido. Embora o anúncio do jornal afirmasse que as ações se esgotavam rapidamente, o relatório mostrava que ainda não haviam sido totalmente negociadas, e sugeria sua aquisição pelo governo<sup>145</sup>. Esse fato indica três possibilidades: ou tratava-se de uma manipulação das informações (com o intuito de atrair compradores), ou os investidores de Pelotas estavam interessados em outros negócios ou, ainda, encontravam-se em um momento de dificuldades financeiras.

Essa última proposição pode ter contribuído para a baixa procura por parte de investidores locais, já que a economia pelotense era baseada na indústria saladeiril, e o período de instalação da companhia hidráulica coincidiu com um momento de crise na produção do charque gaúcho (a partir da década de 1860). Como comenta Pesavento, esta crise foi ocasionada, em parte, pelas limitações oriundas da Lei Eusébio de Queiroz que gerava “dificuldade de obtenção de mão-de-obra e à elevação de seu preço”<sup>146</sup>. E, como no Rio Grande do Sul a mão-de-obra da indústria saladeiril era basicamente escravista, a maioria dos gastos dos charqueadores estava

<sup>140</sup> DREYS, Nicolau. *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul*. Rio Grande: Edição da Biblioteca Rio-Grandense, 1927, p.90.

<sup>141</sup> Francisco Antônio Pereira da Rocha era natural da Bahia, e advogado na corte do Rio de Janeiro. Assinou contrato com o Governo da Província em 07 de setembro de 1861 para o abastecimento de água potável de Porto Alegre (Lei nº 478 de 31 de dezembro de 1861, Tomo 17º, Parte 1, p.17-19).

<sup>142</sup> O NOTICIADOR, 09 de novembro de 1861, p.02.

<sup>143</sup> *Ibid.*, p.02.

<sup>144</sup> JORNAL DE PELOTAS, 04 de abril de 1862, p.02.

<sup>145</sup> No relatório publicado em 1862 aparece a indicação de que a Lei nº 478, de 31 de dezembro de 1861, autorizava a entrada do governo como acionista, com a aquisição de trezentas ações, depois da aprovação dos estatutos da Companhia Hidráulica Porto-Alegrense (RELATORIO apresentado pelo presidente da província do Rio Grande do Sul, desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha, na 1ª sessão da 10ª legislatura da Assembléa Provincial. Porto Alegre: Typ. do Jornal A Ordem, 1862, p.89).

<sup>146</sup> PESAVENTO, Sandra Jatáhy. *História do Rio Grande do Sul*. 7 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994, p.42.



direcionado a sua reposição. Além disso, a modernização dos saladeiros platinos, que inovaram em suas formas de produção, empregando mão-de-obra assalariada e usando máquinas a vapor, contribuiu para o agravamento da crise gaúcha: “o resultado final desta empresa tecnificada e assalariada foi o incremento de produtividade e a possibilidade de colocação, no mercado interno brasileiro, de um artigo a preço mais baixo que o charque rio-grandense”<sup>147</sup>.

Provavelmente essa situação refletiu-se nos investimentos do capital privado nesse período. E gerou, de certa forma, a necessidade de apoio governamental para a implementação de obras, como no caso da Companhia Hidráulica Porto-Alegrense, onde o número de acionistas, provavelmente, não foi o esperado pelo incorporador, e demandou a necessidade de inserção do governo como acionista. A justificativa para esse fato pautava-se no argumento de que

talvez fosse conveniente que o governo da província tomasse um certo número de ações, ou todos os anos destinasse uma determinada quantia para comprá-las ao par, ou usasse de outro alvitre semelhante, não tanto para facilitar a incorporação da companhia, como para aplicar os seus rendimentos capitalizados anualmente a desapropriação futura da empresa, ficando a água dos chafarizes grátis para o povo, e o produto das penas arrendadas, destinado ao custeio das obras<sup>148</sup>.

Além de questões financeiras, as recomendações de ordem técnica apresentadas no relatório de 1861 apontavam para uma série de preocupações referentes ao abastecimento de água de Porto Alegre, que estavam relacionadas com a escolha do manancial mais adequado à captação, a quantidade e a qualidade das águas, a facilidade e economia do encanamento e a comodidade do público (localização dos pontos de consumo). Os primeiros estudos foram realizados por Emilio Gengembre, engenheiro civil francês, que analisou as águas do riacho Sabão com o intuito de detectar se

em alguma parte do seu curso se achavam superiores ao ponto culminante da rua da Igreja, afim de que, descoberta a necessária altura, fossem aí recolhidas a um reservatório, e depois encanadas em tubos de ferro, para serem distribuídas pelas ruas e praças da cidade<sup>149</sup>.

O governo argumentava que a implantação da companhia era uma questão delicada, que exigia a contratação de “pessoa habilitada e digna de confiança”<sup>150</sup> para a execução do serviço. Serviram de referência, no discurso do Presidente da Província, as experiências bem-sucedidas e lucrativas das Companhias de Beberibe

<sup>147</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 7 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994, p.43.

<sup>148</sup> RELATÓRIO com que o Conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão entregou a Presidência da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao Exm. Sr. Vice-Presidente, Commendador Patrício Correa da Câmara. Porto Alegre: Typ. do Jornal A Ordem, 1861, p.40.

<sup>149</sup> *Ibid.*, p.39. Atualmente praça Marechal Deodoro. A praça localiza-se na Crista da Matriz, na região denominada Alto da Praia. Porto Alegre possui três cristas: a de Porto Alegre, a da Matriz e a Primavera (MENEGAT, Rualdo (Coord.). *Atlas ambiental de Porto Alegre*. 3 ed. rev. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2006, p.30).

<sup>150</sup> RELATÓRIO, Op. Cit., p.39.

(Pernambuco) e Queimado (Bahia). Nessa perspectiva, Francisco Antônio Pereira da Rocha foi contratado para executar a obra, considerando seu trabalho semelhante já realizado na Bahia.

O relato não esclarecia os termos do contrato, mas revelava o pagamento de juros de 7% ao ano, como garantia de um capital de quatrocentos contos, correspondente ao orçamento do empreendimento. O prazo para execução das obras era de trinta meses. O projeto previa a instalação de oito chafarizes distribuídos na cidade, que vinham a se somar aos dois já existentes, localizados no Riacho e na praça da Harmonia.

A Companhia Hidráulica Porto-Alegrense foi autorizada a funcionar pelo decreto de sete de julho de 1862, que aprovou seus estatutos, e foi instalada em três de setembro de 1862. A transferência do contrato celebrado entre a Presidência da Província e Francisco Antônio Pereira da Rocha para a Companhia Hidráulica Porto-Alegrense aconteceu em vinte e cinco de setembro de 1862<sup>151</sup>.

Nesse período foi firmado o primeiro contrato para a instalação de um sistema de abastecimento de água para Pelotas, proposto por Ângelo Cassapi, que consistia em suprir o fornecimento d'água a partir de um poço artesiano e de canalizações de ferro. A iniciativa não obteve os resultados esperados, já que a perfuração encontrou granito decomposto (base do Escudo Rio-grandense). A criação de uma companhia hidráulica semelhante à da capital foi uma proposta que se consolidou em Pelotas somente uma década após a tentativa de Cassapi.

Em Porto Alegre, alterações no projeto inicial dos serviços de abastecimento de água encanada levaram a companhia a solicitar modificações de cláusulas no contrato firmado entre Pereira da Rocha e o governo provincial. Esse fato ocorreu devido a realização de estudos que recomendavam a mudança na localização da represa, bem como no traçado da canalização, que reduziam o custo das obras e permitiam maior altura no ponto de captação das águas.

Os novos estudos não alteravam pontos essenciais do contrato, como “o máximo do custo total das obras, garantia do abastecimento e regular distribuição das águas pela cidade, e boa qualidade dos materiais empregados”<sup>152</sup>. Esses estudos foram feitos por Luiz Vieira Ferreira (oficial dos engenheiros) e endossados pelo parecer de Mr. Mary<sup>153</sup>, engenheiro-chefe da companhia.

O relato do presidente revelava suas preocupações com as alterações indicadas após a conclusão dos estudos, mas também com as limitações legais que o impediam de alterar o contrato, e o ônus que poderia significar ao governo ter de

---

<sup>151</sup> RELATÓRIO apresentado pelo presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Dr. Espiridião Eloy de Barros Pimental, na 2ª sessão da 10ª legislatura da Assembléa Provincial. Porto Alegre: Typ. do Correio do Sul, 1863.

<sup>152</sup> *Ibid.*, p.51.

<sup>153</sup> Marie-François Eugène Belgrand era diretor de Águas e Esgotos de Paris.

esperar uma próxima reunião da Assembléia Provincial para essa deliberação<sup>154</sup>. A sua sugestão era que fosse concedida à administração uma autorização que a habilitasse a “aceitar as modificações ao plano aprovado pela Lei nº 478, que pelo referido engenheiro forem indicadas, e ela julgar necessárias para que a obra de canalização e distribuição de água potável à capital venha a ser a mais perfeita e econômica possível”<sup>155</sup>.

As modificações eram relativas a alterações no plano primitivo da obra, ao início da contagem do prazo para a entrega das obras (a partir da aceitação e aprovação das modificações), ao emprego do capital incorporado em instituições bancárias que apresentassem juros mais lucrativos e a ajustes na prestação de contas. O parecer do Presidente da Província era favorável às modificações quando afirmava que

me parece, e é opinião dos acionistas [...] que o plano traçado pelo engenheiro Gengembre não deve ser considerado como definitivo, mas dependente de novos estudos e exames, que podem aconselhar modificações necessárias à regularidade, eficácia e economia do encanamento [...] ao engenheiro chefe da companhia, vão ser submetidos todos os esclarecimentos, dados e plantas, que o habilitem a traçar com perfeito conhecimento de causa o plano geral da construção da obra e seus acessórios<sup>156</sup>.

Superadas essas dificuldades, as expectativas do Presidente em relação ao futuro da companhia mostravam-se promissoras, quando concluía seu parecer destacando que

inspira fundadas esperanças o estado da Companhia Hidráulica Porto-Alegrense; e se a reforma do contrato for obtida na presente sessão, não será temerário contar que para a próxima reunião da assembléia provincial se dêem provas efetivas da vitalidade e boa direção desta importante e proveitosa empresa<sup>157</sup>.

Parece que os resultados não foram os esperados, já que o governo teve de fornecer novamente auxílio à empresa. Pelo relatório de 1865 foi possível constatar que o governo adquiriu mais trezentas ações da companhia, já que esta havia investido nas obras todo o capital realizado das 3250 ações integralizadas. A decisão baseou-se no fato de que se tivesse que esperar a aprovação da assembléia sobre o assunto, as obras seriam suspensas e trariam prejuízos aos cofres provinciais (pagamento de juros) e ao público. Dessa forma, visando “a conveniência pública e

<sup>154</sup> O contrato estabelecia ao governo o pagamento de juros de 7% ao ano sobre o capital integralizado da companhia. A Carta Constitucional de 1824 fixava o período de dois meses por ano para o funcionamento dos Conselhos Provinciais; em 1834, o Ato Adicional transformou os Conselhos Gerais das Províncias em Assembléias Legislativas Provinciais. Nesta data o Rio Grande do Sul possuía 28 representantes (Províncias. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial: 1822-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p.598).

<sup>155</sup> RELATÓRIO apresentado pelo presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Dr. Espiridião Eloy de Barros Pimental, na 2ª sessão da 10ª legislatura da Assembléia Provincial. Porto Alegre: Typ. do Correio do Sul, 1863, p.52.

<sup>156</sup> *Ibid.*, p.51.

<sup>157</sup> *Ibid.*, p.52.

interesses da fazenda provincial<sup>158</sup>, o governo da província auxiliava novamente a Hidráulica Porto-Alegrense.



Figura 30: Chafariz da praça Pedro II<sup>159</sup>

O chafariz, cercado, e a casa do guarda em primeiro plano (superior, esquerda). O Teatro São Pedro e o Palácio da Justiça, com o chafariz na praça arborizada, século XIX (superior, direita). O Teatro São Pedro (a esquerda), o Palácio da Justiça (a direita) e o lago Guaíba (ao fundo) são os panoramas da cidade que se descortinam a partir da praça, localizada no Alto da Matriz. Óleo sobre tela, autor desconhecido, século XIX (imagem inferior).

Fonte: SPALDING, Walter. *Pequena história de Pôrto Alegre*. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1967, Ilustrações (superior esquerda). RIO GRANDE DO SUL. Fundação Theatro São Pedro. *Theatro São Pedro*. Álbum Ilustrado Comemorativo de sua Reinauguração. 1858-1984. Porto Alegre: Editora Gráfica Metrópole, 1984, p.06 e p.121 (superior direita e inferior).

No ano seguinte, as dificuldades não diminuam, levando o governo a realizar um empréstimo de cinqüenta contos de réis à empresa, com os juros usuais e garantia da Diretoria da Companhia Hidráulica Porto-Alegrense. Em 1866, encontravam-se em funcionamento os chafarizes das praças do Portão, Alfândega (Fig.32, direita), Paraíso, Caridade e uma bica na praça Pedro II. A Companhia solicitava a utilização do chafariz da rua do Arvoredo, que lhe foi concedida, colocando-o a serviço da população daquela região da cidade. Já a implantação do chafariz da rua da Igreja levou o governo a desapropriar, por utilidade pública, o terreno necessário à praça, e a Companhia a pagar 600\$000 réis pelo terreno destinado a colocação do referido chafariz (Fig.30).

O chafariz do Imperador<sup>160</sup>, localizado na praça, foi uma das peças mais importantes da empresa. Em 1877, quando se realizou o seu conserto, citava-se o parecer do Sr. Mary quanto a importância da fonte.

<sup>158</sup> RELATÓRIO com que o bacharel João Marcellino de Souza Gonzaga entregou a administração da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao illm. e exm. sr. visconde de Boa-Vista. Porto Alegre: Typ. do Rio-Grandense, 1865, p.37.

<sup>159</sup> Atual praça Marechal Deodoro.

Desta maneira, as águas terão uma dupla utilidade: embelezarão a praça do Palácio, darão vida ao chafariz e serão distribuídas pela cidade. Seu jorro ao ar livre e sua queda em cascatas nas conchas do chafariz terão por efeito arejá-las e melhorá-las. À vista desta combinação, sou de parecer de não adiar a construção do reservatório no interior da cidade (Fig.31, esquerda) [...] porque a vista da água jorrando causará a população uma satisfação que contribuirá para popularizar a empresa e a determinar o emprego e por consequência a venda da água do dilúvio<sup>161</sup>.

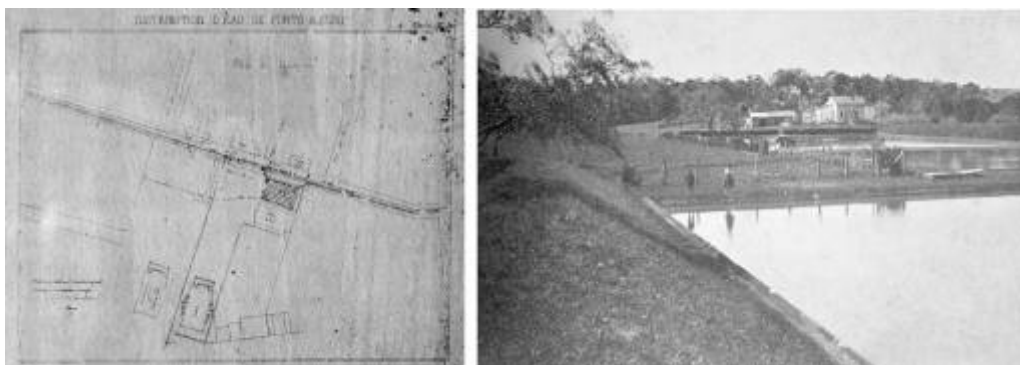


Figura 31: Hidráulica Porto-Alegrense

*Distribution de eau de Porto Alegre* [sic]. Projeto elaborado em Paris, em de 20 de abril de 1864.

O antigo palácio do governo e a matriz (parte superior), o teatro e a casa de câmara (parte inferior do desenho), com a indicação do reservatório subterrâneo da Hidráulica Porto-Alegrense (esquerda).

Represa do arroio Dilúvio, foto de 1909 (direita).

Fonte: PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Departamento Municipal de Águas e Esgotos. *Histórico dos sistemas de água e esgotos da cidade de Porto Alegre: 1779 a 1981*. Porto Alegre: DMAE, 1981, p.10 (esquerda). SPALDING, Walter. *Pequena história de Pôrto Alegre*. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1967, Ilustrações (direita).

O parecer de Belgrand, além de contemplar o aspecto ornamental do chafariz do Imperador, destacava a necessidade de adquirir a confiança da população quanto à nova forma de abastecimento: a propaganda sobre a companhia perpassava o discurso do engenheiro. A conclusão das obras da empresa ocorreu em 1866.

O encanamento a partir do reservatório do Dilúvio [Fig.31, direita] até esta capital na extensão de 19.758,45 c. de tubos, acha-se concluído, e funcionando todos os chafarizes da cidade. Os do largo da Alfândega e praças do Portão [Fig.34], Caridade e Mercado [Fig.33] acham-se concluídos e os das praças de Pedro 2º, da Harmonia [Fig.32, esquerda] e do General Osório e da Várzea só faltam-lhes só os monumentos. Depois de ouvida a Câmara Municipal mandei por a disposição da Companhia os pequenos chafarizes que já existiam no largo da Harmonia e rua do Arvoredo, para os adaptar e prover d'água com que atualmente se abastece a capital<sup>162</sup>.

O relatório de 1867 apontava que o encanamento que partia dos reservatórios, a caixa d'água (localizada à praça Pedro II) e suas derivações bem como os oito chafarizes (todos concluídos) encontravam-se em excelente estado de conservação<sup>163</sup>.

<sup>160</sup> As quatro esculturas de mármore do chafariz representam os quatro rios que convergem para o Guaíba, sendo este representado pela escultura central superior que coroa o monumento. Atualmente somente as quatro estátuas adornam a praça Dom Sebastião. A parte central do chafariz foi danificada durante a desmontagem e o transporte da obra.

<sup>161</sup> RELATÓRIO da Directoria da Companhia Hydraulica Porto Alegrense em 31 de julho de 1877. Porto Alegre: Typographia do Deutsche Zeitung, 1877, p.06.

<sup>162</sup> RELATÓRIO do Presidente da Província do Rio Grande do Sul Pereira Campos, em 31 de outubro de 1866, p.65.

<sup>163</sup> As obras da empresa eram fiscalizadas pelo engenheiro civil Francisco Nunes Miranda. Em março de 1869 o Presidente da Província nomeia uma comissão para examinar o estado da companhia, tanto do ponto de vista administrativo como dos serviços prestados (limpeza das águas e cumprimento do contrato).



Figura 32: Chafarizes de Porto Alegre

Chafariz da praça da Harmonia (esquerda) e da praça da Alfândega (direita).

Fonte: SPALDING, Walter. *Pequena história de Pôrto Alegre*. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1967, Ilustrações (esquerda). FRANCO, Álvaro et al. (Orgs.). *Pôrto Alegre: biografia de uma cidade. Monumento do passado, documento do presente, guia do futuro*. Porto Alegre: Editora Tipografia do Centro S.A., 1959, p.111 (direita).



Figura 33: Chalé da praça 15 de Novembro, com chafariz da Hidráulica

Fonte: PORTO Alegre antigo. Porto Alegre: Rede Brasil Sul, 1981, p.83 (esquerda) LIMA, Olympio de Azevedo (Org.). *Dados estatísticos do Município de Porto Alegre*. Porto Alegre: Oficinas Graphics da "Livraria do Commercio", 1912, Ilustrações (direita).

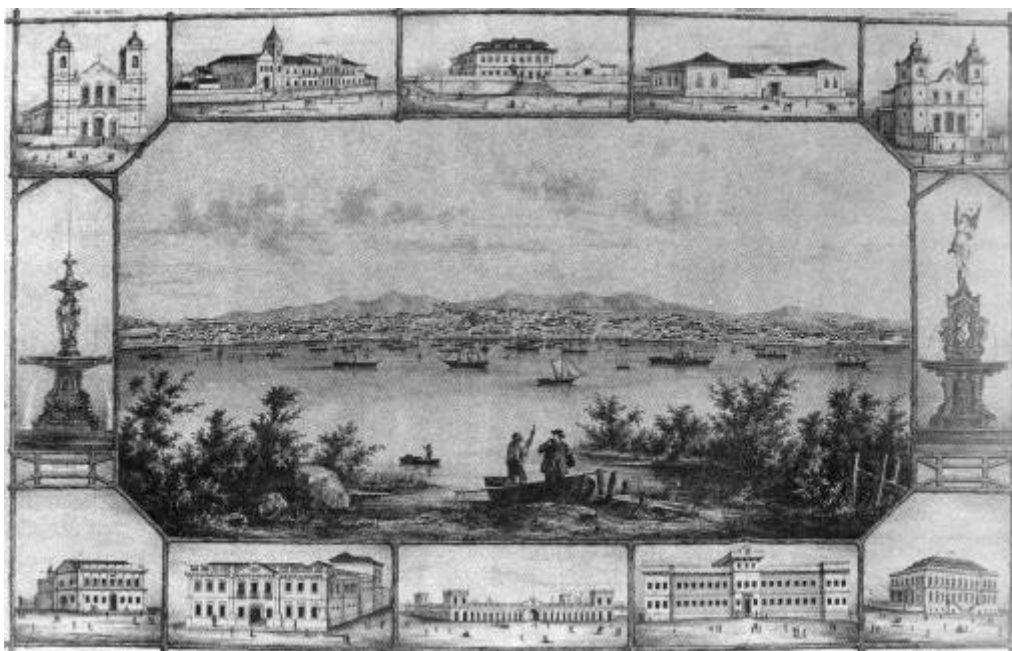


Figura 34: Porto Alegre no século XIX (cerca de 1865)

Litografia de Balduino Röhrig. Vista da cidade de Porto Alegre, emoldurada pelos principais edifícios do período. Igreja Matriz, Santa Casa de Misericórdia, Palácio, Alfândega e Igreja do Rosário (superior). Chafarizes da praça da Alfândega e da praça do Portão (centro). [ilegível], Arsenal de Guerra, Mercado, Cadeia e Teatro São Pedro (inferior).

Fonte: PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos gerais de Porto Alegre*. Volume 1. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1945, Ilustrações.

A companhia conseguiu, apesar das dificuldades iniciais, aumentar suas receitas ano a ano. Em 1873, doze anos após a autorização para a sua contratação, seu rendimento chegou a 8,6% ao ano, liberando o governo do pagamento de juros.

Isso ocorreu em parte porque, no ano anterior (1872), o governo recomendou que a companhia aumentasse o preço da água comercializada na cidade, com o intuito de elevar sua receita e isentar a província do pagamento de juros. O Presidente da Província salientava a

necessidade de elevar-se o preço dos barris e das penas d'água distribuídas a cada uma casa, na forma atualmente praticada, já conservando-se o preço ora exigido para as pequenas casas e regulando-se os das outras, segundo a sua grandeza material ou aluguel que pagam, de modo a tornar igual tanto para o pobre, como para o rico, a retribuição das vantagens que auferem<sup>164</sup>.

A recomendação, como se vê, preservava os valores estabelecidos para a população de menor renda (que conseqüentemente morava em residências de menor valor) e aumentava aqueles destinados à população que habitava em edificações de valor mais elevado, criando tarifas diferenciadas. No ano seguinte a empresa continuava a funcionar com regularidade, e os acréscimos nos valores arrecadados permitiram que se pagassem os dividendos e os empréstimos, liberando a província do pagamento dos juros.

Em 1875, a intensa seca que ocorreu no Estado levou a companhia a interromper o abastecimento de água durante certas horas do dia: essas interrupções ocorreriam seguidamente em Pelotas e em Porto Alegre. O abastecimento apresentava problemas, principalmente quanto à regulação do consumo e, no caso da capital, contribuiu para o surgimento da Hidráulica Guahybense.

Em 1867, o governo provincial foi autorizado a contratar a obra de encanamento de água para Pelotas e, em 1869, colocava em hasta pública o contrato para o abastecimento de água da cidade de Rio Grande<sup>165</sup>.

O contrato firmado entre a Presidência da Província e Hygino Corrêa Durão em 1871 iniciava uma nova etapa no abastecimento de água potável de Pelotas: a implantação da água encanada. Mas esse não foi o primeiro contrato, nem a primeira tentativa do governo em implantar esse sistema. Os primeiros profissionais que propuseram alternativas para o abastecimento de água de Pelotas foram Ângelo Cassapi, Júlio Villain, Domingos Rodrigues Cordeiro e John Storry. Neste trabalho pretendemos contribuir com as investigações sobre os profissionais que atuaram

<sup>164</sup> FALLA dirigida á Assembléa Legislativa da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente, conselheiro Jeronimo Martiniano Figueira de Mello, em a segunda sessão da 14ª legislatura. Porto-Alegre: Typ. do Rio Grandense, 1872, p.44.

<sup>165</sup> Lei nº 694, de seis de setembro de 1869.

nessas obras, em especial aqueles envolvidos com as atividades da Companhia Hidráulica Pelotense<sup>166</sup>.

### ÂNGELO CASSAPI E AS PERFURAÇÕES DE POÇOS ARTESIANOS EM PELOTAS

Ângelo Cassapi trabalhou em Rio Grande e em Pelotas<sup>167</sup>, perfurando poços artesianos. A pesquisa permitiu identificar que em 1859-60 contraiu um empréstimo junto à Presidência da Província, no valor de 15:873\$015, em função de seus trabalhos na abertura de um poço artesiano na cidade de Rio Grande<sup>168</sup>. Em julho de 1859, em correspondência ao Presidente da Província, comentava as dificuldades encontradas no andamento do trabalho citando, entre elas, a escassez de recursos financeiros e as características do terreno perfurado (com camadas rochosas e argilosas, sendo que a água, após a rocha apresentava-se salobra).

Quanto à primeira dificuldade, Cassapi recorreu à Assembléia Provincial e solicitou o empréstimo citado anteriormente. Parece que contava com prestígio junto à Assembléia, já que obteve o apoio e a concessão desta, “a qual, convicta da segurança do resultado e do [...] benefício que dele resulta a importante cidade de Rio Grande, não [...] em concedê-lo debaixo das condições por mim apresentadas”<sup>169</sup>. Essa constatação foi confirmada na correspondência dirigida ao Presidente da Província, cujas explicações revelavam que

aquela obra de incontestável necessidade para uma das primeiras cidades da província, se acha hoje paralisada, por não dispor o suplicante recursos para a continuar. A Assembléia Provincial em anos sucessivos tem tanto interesse por ela, que lhe consignou auxílio com os quais tem sido continuada mas foi sobretudo na sessão passada que ela mereceu mais atenção e favorecimento pois [...] fazer que uma Comissão de Engenheiros o fosse examinar e ouvida a opinião do Presidente da Província que se fizesse ao suplicante um empréstimo [...]”<sup>170</sup>.

A obtenção de água potável em Rio Grande era uma obra importante, e o empreiteiro usava esse argumento para obter o empréstimo, já que se comprometia com a perspectiva de que “no curto espaço de mês e meio a dois meses surgirá a água artesianas, e a cidade de Rio Grande bem o dirá a V. Ex<sup>a</sup>. por haver concorrido

<sup>166</sup> Pesquisas de Weimer resultantes de sua tese de doutoramento buscaram elucidar quem foram os engenheiros e arquitetos que atuaram no Rio Grande do Sul, de meados do século XIX até a 2ª Guerra Mundial (ver WEIMER, Günter. *Arquitetos e construtores no Rio Grande do Sul 1892-1945*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2004; WEIMER, Günter. *Arquitetos e construtores rio-grandenses na colônia e no império*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2006 e WEIMER, Günter. *Arquitetura erudita da imigração alemã no Rio Grande do Sul*. 1990. 500p. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo).

<sup>167</sup> Ângelo Cassapi nasceu na Itália (1812) e faleceu na cidade de Pelotas, em 1872 (BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-riograndense: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul*. Volume 1. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1976, p.304-305).

<sup>168</sup> RELATORIO do vice-presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o commendador Patricio Correa da Camara, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial em 11 de outubro de 1857. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1857, p.60.

<sup>169</sup> CORRESPONDÊNCIA encaminhada por Ângelo Cassapi ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Joaquim Antão Fernandes Leão. Porto Alegre, 20 de julho de 1859.

<sup>170</sup> TRANSCRIÇÃO da correspondência encaminhada por Ângelo Cassapi ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul, solicitando a liberação do empréstimo para as obras do poço artesiano de Rio Grande. Porto Alegre, 21 de julho de 1859.



para o mais importante de seus melhoramentos”<sup>171</sup>. O relato de Siqueira revela que, através dos estudos do engenheiro fiscal Florisbello Leivas, foi possível constatar a realização de diversas sondagens na cidade de Rio Grande, entre elas as realizadas por Ângelo Cassapi entre “1856 e 1861, na praça denominada hoje São José do Norte, atingindo a profundidade de 92 ms.”<sup>172</sup>.

Em 1861, Cassapi firmou um contrato com os moradores da cidade de Pelotas para o abastecimento de boa água potável<sup>173</sup>. O documento denominado *Breves Memórias sobre os poços arteziano do Rio Grande e Pelotas do Carvão Fossil na Província de São Pedro do Sul*, de 1866, revelava o resultado de seus trabalhos, através da apresentação de “sucintas memórias sobre os poços artesianos das cidades do Rio Grande e Pelotas”<sup>174</sup>. Suas atividades no Estado não se limitariam ao abastecimento de água, já que havia trabalhado, no ano anterior, nas explorações de jazidas carboníferas (minas de carvão de pedra)<sup>175</sup>.

Em Pelotas, as sondagens não obtiveram resultados satisfatórios, e Cassapi atribuiu o fracasso da obra a existência de uma formação argilosa entre o local da perfuração e o canal de São Gonçalo, narrando que

para atingir a profundidade de 473 ½ palmos, metros 104 17/100, não tem faltado acontecimentos que superar com a perda de tempo e recargo de despesas, amados, uns pelo péssimo pessoal, e outros pela escassez dele, contudo o tempo empregado na perfuração tão somente, tem sido de 153 dias, de nove horas uns com outros, despendendo mais 128 em reparar sinistros e a imersão do encanamento que o atrito das matérias plásticas detinha em sua marcha pela paralisação do seguimento do trabalho. Tendo-se principiado a 24 de julho de 1862, e abandonado no 1º de novembro de 1865 por circunstâncias imperiosas. Desde a profundidade de 89 palmos, metros 19 58/100 até a desistência não se tem apresentado a mais pequena infiltração de água<sup>176</sup>.

Em 1870, Ângelo Cassapi apresentou uma proposta ao governo para o abastecimento de água potável à cidade de Rio Grande: o projeto, que previa o suprimento para uma população de dezesseis mil habitantes, consistia em captar água

<sup>171</sup> CORRESPONDÊNCIA encaminhada por Ângelo Cassapi ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Joaquim Antão Fernandes Leão. Porto Alegre, 20 de julho de 1859. Pela documentação pesquisada verificou-se que a solicitação de Cassapi não fora liberada no início do ano, e que em agosto a Contadoria informava ao Presidente que não estava a seu alcance a liberação dos recursos, e que este deferisse como achasse mais conveniente (DESPACHO de 1º de agosto de 1859 sobre a solicitação de empréstimo de Ângelo Cassapi).

<sup>172</sup> SIQUEIRA, Antônio de. *Captação d'água nos terrenos de areia (dunas) da cidade do Rio Grande para o seu abastecimento*. Porto Alegre: Globo, 1928, p.10.

<sup>173</sup> O documento - BPP V.275. Contrato a celebrar entre os proprietários da cidade de Pelotas e Ângelo Cassapi, 11 de setembro de 1861 - foi citado por Gutierrez em sua tese de doutorado, mas infelizmente não foi localizado na Biblioteca Pública Pelotense (GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2004, p.259).

<sup>174</sup> CASSAPI, Ângelo. *Breves Memórias sobre os poços arteziano do Rio Grande e Pelotas do Carvão Fossil na Província de São Pedro do Sul*. Rio Grande: Typ. do Echo do Sul, 1866. Na primeira parte do trabalho Cassapi descreveu os resultados de suas explorações por jazidas de carvão nas proximidades dos arroios Iruí, Dom Marco, Tabatinguai, Capivari e Francisquinho, e fez um histórico de prospecções realizadas anteriormente, apontando a região entre o Caí, o Taquari e a Serra como a mais indicada para a exploração carbonífera, por conter as jazidas mais antigas e com maior aproveitamento (BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-riograndense: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul*. Volume 1. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1976, p.305).

<sup>175</sup> RELATORIO do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 2 de outubro de 1854. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1854, p.39.

<sup>176</sup> CASSAPI, Ângelo. Op. Cit., p.47.

das dunas, reuni-las em depósitos (um reservatório principal de depuração e depósito, e outros dois menores), canalizá-las e bombeá-las a força de vapor à uma caixa de distribuição. A análise da proposta realizada pelo governo apontava uma série de problemas, principalmente quanto à execução das obras.

Uma das questões indicadas na proposta de Cassapi estava relacionada com as outras formas de abastecimento que existiam na cidade, “exigindo só que se proíba a venda de água de poços particulares, exceto aqueles da Ilha dos Marinheiros”<sup>177</sup>. O mais interessante é que Cassapi apresentava, simultaneamente, uma alternativa à primeira proposta, completamente fora dos parâmetros estabelecidos no edital, que o diretor nem considerou em sua análise. Nela, o proponente “abandona a garantia de juros, mas exige como providência higiênica que todos os moradores ou proprietários sejam obrigados a tomar água em suas casas por encanamento”<sup>178</sup>.

No final desse ano Cassapi já havia falecido, visto que a Câmara Municipal de Pelotas colocava em pauta a arrematação de uma bomba de extinguir incêndios do espólio do finado Ângelo Cassapi<sup>179</sup>. Essa não era a primeira adquirida pela Câmara: no mês anterior fora solicitado, à Presidência da Província, a isenção de impostos referentes à aquisição de uma bomba de extinguir incêndios, bem de utilidade pública<sup>180</sup>.

## O CONTRATO DE JÚLIO VILLAIN

O engenheiro francês Júlio Villain foi o primeiro a apresentar à Presidência da Província uma proposta para executar a canalização de água potável de Pelotas, após a publicação da Lei nº 592, de 1867. A obra não foi realizada devido a variações cambiais, que levaram Villain a solicitar prorrogação dos prazos e modificações nos termos do contrato firmado com o governo, em vinte e cinco de fevereiro de 1870. Como essa modificação só poderia ser autorizada por ato legislativo, houve uma prorrogação no prazo de início das obras. E a Assembléia Provincial, quando reunida, foi contrária à solicitação de Villain.

Tendo a Assembléia Provincial declarado sem efeito o contrato celebrado em 14 de novembro de 1867 com Júlio Willain para o encanamento de água potável na cidade de Pelotas, autorizado pela lei nº 592 de 1867, determinei em 30 de outubro último que se pusesse em hasta pública o referido serviço<sup>181</sup>.

<sup>177</sup> PARECER encaminhado pelo Diretor da Repartição de Obras Públicas Francisco Velozo sobre as propostas apresentadas para o fornecimento de água potável aos habitantes da cidade de Rio Grande. Porto Alegre, 22 de janeiro de 1870.

<sup>178</sup> Ibid.

<sup>179</sup> ATAS da Câmara Municipal de Pelotas. Sessão de 15 de novembro de 1870.

<sup>180</sup> Ibid. Sessão de 1º de outubro de 1870.

<sup>181</sup> RELATÓRIO com que o Excellentíssimo Sr. Dr. João Sertorio, presidente d'esta provincia, passou a administração da mesma ao Exmo. Sr. Dr. João Capistrano de Miranda e Castro, 1º Vice-Presidente, no dia 29 de agosto de 1870. Porto-Alegre: Typ. do Rio-Grandense, 1870, p.34.

Júlio Villain participou também da concorrência para a construção da estrada de ferro da capital a São Leopoldo, apresentando proposta à Presidência da Província no ano de 1869<sup>182</sup>. Sobre sua atuação no Rio Grande do Sul, os estudos de Weimer indicam que Villain foi o empreiteiro da construção da igreja matriz da capital (iniciada em 1867 e não concluída), assim como do Seminário Episcopal.

As suposições de Weimer em relação à paralisação das obras da matriz de Porto Alegre sugerem que “Villain assinou com a prefeitura de Pelotas para construir a rede de água potável, abandonando em definitivo as obras iniciadas”<sup>183</sup>. O autor já havia suposto que Júlio Villain “se transferiu para Pelotas onde construiu a rede de água potável e, provavelmente, o castelo d’água”<sup>184</sup>. Como a proposta de Villain foi recusada pelo governo, a construção da rede de água encanada de Pelotas não foi o motivo que o levou a deixar as obras da capital incompletas.

A proposta de Villain correspondeu ao início das discussões acerca da instalação do sistema de água encanada em Pelotas. A contratação da obra, autorizada pela Lei nº 592, de dois de janeiro de 1867, voltava à pauta em 1869, quando o relatório da Presidência da Província<sup>185</sup> evidenciava as dificuldades encontradas para a implantação desse sistema de abastecimento na cidade de Pelotas.

#### AS NEGOCIAÇÕES COM DOMINGOS CORDEIRO E JOHN STORRY

Em 1869, a Assembléia Legislativa autorizava o Presidente da Província “a contratar com Domingos R. Cordeiro e John Storry, ou com quem mais vantagens oferecer à fazenda provincial, o abastecimento de água potável da cidade de Pelotas”<sup>186</sup>. A anulação do contrato com Júlio Villain foi confirmada pela Assembléia, levando o governo a chamar novos licitantes para a execução da obra<sup>187</sup>.

A nova licitação surgiu em função da proposta apresentada à Câmara dos Deputados Provinciais por Cordeiro e Storry, em 1º de julho de 1869. No documento, os proponentes explicitavam os motivos que os levaram a apresentar bases para um novo contrato enfatizando que, além do fato do contrato anterior ter caducado, percebia-se “a grande urgência que tem a cidade de Pelotas de um sistema de

<sup>182</sup> RELATÓRIO com que o Excellentíssimo Sr. Dr. Antônio da Costa Pinto Silva, presidente d’esta província, passou a administração da mesma ao Exmo. Sr. Doutor Israel Rodrigues Barcellos, no dia 20 de maio de 1869. Porto-Alegre: Typ. do Rio-Grandense, 1869, p.27.

<sup>183</sup> WEIMER, Günter. *A arquitetura*. 3 ed. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1999, p.98.

<sup>184</sup> WEIMER, Günter *Arquitetura Erudita da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul*. 1990. 500p. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, p.I 37- I 38.

<sup>185</sup> RELATÓRIO. Op Cit.

<sup>186</sup> ANNAES da Assembleia Legislativa da Província de S. Pedro do Sul. Décima Terceira Legislatura. Sessão de 1869. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1869. Projeto de resolução nº 86, de agosto de 1869, p.127. CORRESPONDÊNCIA encaminhada pela Comissão Comércio, Indústria etc. à Presidência da Província, em 07 de julho de 1869.

<sup>187</sup> EXTRATO do ofício da Presidência nº 411, de 19 de agosto de 1869, assinado pelo Oficial-maior Eduardo Alves Ribeiro.

fornecimento de água potável, que seja ao mesmo tempo cômodo para o público e higiênico para o abastecimento da cidade”<sup>188</sup>.

É fato que as tentativas para implantar um sistema de abastecimento já eram realizadas há alguns anos, sem sucesso. Mas é interessante como o relato dos contratantes sugeria implicitamente que o sistema atual, de coleta em cacimbas e de distribuição por parte dos aguadeiros, deixava a desejar em termos de facilidade (comodidade) e de condições de uso (higiene e qualidade da água).

Os proponentes eram Domingos Rodrigues Cordeiro, negociante que residia em Pelotas e seu sócio, John Storry, chefe da firma Storry e Smith, engenheiros civis em Glasgow e Londres. A origem da sociedade evidenciava uma situação recorrente nesse período: a presença de profissionais e de capitais estrangeiros, principalmente ingleses, em empresas brasileiras<sup>189</sup>.

Outro aspecto significativo revelava-se no fato de que os empresários “se obrigam a fornecer aquela cidade a água, de que careçam seus habitantes para os seus usos domésticos”<sup>190</sup>. Ou seja, o contrato limitava-se ao uso domiciliar, não incluindo outras atividades. Parece que não houve, num primeiro momento, a intenção de abastecer de água encanada as charqueadas e os estabelecimentos fabris. A prioridade em relação ao abastecimento residencial pode ter ocorrido por dois motivos: a localização das residências na área mais adensada da cidade e o número de usuários beneficiados com a instalação da rede. Por outro lado, do ponto de vista financeiro, o suprimento aos estabelecimentos charqueadores e fabris, afastados da área mais ocupada da cidade, acarretaria um aumento nos custos de instalação das redes, provavelmente sem o retorno necessário ao investimento; além disso, se forem consideradas questões sanitárias relacionadas à propagação de epidemias, a população a ser beneficiada no complexo charqueador pelotense seria, em grande parte, escrava.

Cordeiro e Storry finalizavam a proposta declarando que “esperam com os seus esforços conseguirem para a cidade de Pelotas um melhoramento tão necessário quanto desejado por todos seus habitantes”<sup>191</sup>. E, provavelmente, bastante rentável para os seus proponentes e para a companhia que o incorporasse. Mas tudo indica que Storry desistiu da sociedade, já que a proposta apresentada ao governo em dezembro era assinada apenas por Cordeiro<sup>192</sup> (somente no documento enviado ao governo em 1º de julho Storry aparecia como sócio).

---

<sup>188</sup> PROPOSTA apresentada por Domingos R. Cordeiro e John Storry aos Membros da Câmara de Deputados Provinciais. Rio Grande, 1º de julho de 1869.

<sup>189</sup> Em Pelotas, essa situação repetiu-se na incorporação da Companhia São Pedro Gás Limitada (iluminação pública). A mesma empresa também contratou o abastecimento de Porto Alegre e de Rio Grande.

<sup>190</sup> PROPOSTA para o abastecimento de água potável à cidade de Pelotas, apresentada por Domingos R. Cordeiro ao Diretor Geral da Fazenda Provincial, em 1º de dezembro de 1869.

<sup>191</sup> PROPOSTA apresentada por Domingos R. Cordeiro e John Storry. Op Cit.

<sup>192</sup> PROPOSTA para o abastecimento de água potável à cidade de Pelotas. Op. Cit.

A análise dos termos do contrato apresentado por Cordeiro em dezembro de 1869, assim como as alterações indicadas, foi realizada pela junta formada pelo Diretor da Repartição de Obras Públicas e pelo Procurador Fiscal. Muitos aspectos foram reiterados, entre eles os valores para a comercialização da água, cujo custo do barril de vinte e cinco litros era dez réis (nos anéis ou penas d'água) e vinte réis (nos chafarizes).

O projeto previa a instalação de cinco chafarizes de ferro bronzeado, de tamanhos e formas diferentes, que tivessem, além dos seus respectivos repuchos, quatro torneiras ou *bornefontaines*, assim como candelabros para o serviço diário e noturno. Autorizava a construção de casas públicas de banho (reguladas pelo Poder de Polícia e de acordo com as Posturas Municipais) e lançava a possibilidade do empreiteiro construir outros chafarizes além dos indicados (sem necessidade de pagar licença ou impostos ao governo). Recomendava, ainda, que o sistema de encanamento fosse aquele reconhecidamente mais vantajoso, estabelecendo que a canalização fosse executada com tubos de ferro.

Determinava também a escolha do manancial (o arroio Pestana, tributário do arroio Moreira) e a construção de uma represa e de três reservatórios para três mil metros cúbicos de água, cujos tanques deveriam garantir a limpeza da água antes desta entrar no encanamento. Estabelecia, ainda, que o sistema deveria contemplar o abastecimento para o consumo de vinte e cinco litros diários por indivíduo, para uma população de 36 mil habitantes.

O documento fixava a garantia de juros de 7% ao ano enquanto a empresa não tivesse obtido este rendimento (desde que não excedesse o capital de quatrocentos e cinquenta contos de réis), a entrada da província como acionista (até duzentas ações de cem mil réis cada) e a obrigação do empresário em incorporar a companhia.

A autorização acabou não beneficiando Domingos Cordeiro. A análise da documentação evidenciou que isso ocorreu pelo fato do contratante solicitar que a província efetivasse o pagamento dos juros “pelo atual padrão monetário na razão de quatro mil réis por oitava de ouro de vinte e dois quilates”<sup>193</sup>. Em março de 1870 Cordeiro dirigia-se à Presidência argumentando que

tendo feito cálculo acurado e refletido sobre a importância das despesas indispensáveis para levar a efeito o encanamento de água potável nessa cidade, com as condições precisas e a desejável perfeição reconheci a impossibilidade de assumir a garantia de juros de soma inferior a quinhentos contos [...] pelo padrão monetário legal, isto é quatro mil réis 4:000 rs. por oitava de ouro de vinte e dois quilates<sup>194</sup>.

<sup>193</sup> PROPOSTA para o abastecimento de água potável à cidade de Pelotas, apresentada por Domingos R. Cordeiro ao Diretor Geral da Fazenda Provincial, em 1º de dezembro de 1869.

<sup>194</sup> CORRESPONDÊNCIA encaminhada por Domingos Rodrigues Cordeiro ao Presidente da Província, Dr. João Sertório. Pelotas, 03 de março de 1870.

Em três de fevereiro de 1870 Domingos Rodrigues Cordeiro assinou outro contrato com o governo, assumindo as obras da Companhia Ferro Carril e Cais de Pelotas. Esse foi efetivado um mês antes da redação da correspondência em que esclarecia os termos que o impossibilitavam de renegociar o pagamento dos juros da proposta de abastecimento de água potável. Em sete de outubro de 1872 o mesmo Cordeiro comunicava ao Presidente da Província que, em vinte de setembro, havia inaugurado os trabalhos da Companhia Ferro Carril e Cais, e solicitava a sua aprovação<sup>195</sup>. Já o contrato definitivo para o abastecimento de água potável de Pelotas foi firmado em maio de 1871.

### 1.3 O ABASTECIMENTO D'ÁGUA: UMA DEMANDA DO SÉCULO XIX

O abastecimento de água potável nas grandes cidades foi uma preocupação constante no decorrer do século XIX. O adensamento populacional dos núcleos urbanos gerava problemas constantes em relação a prestação de serviços, em especial ao abastecimento de água em fontes públicas.

Na Europa e na América do Sul diversas soluções foram implantadas, visando suprir as necessidades da população. A análise de algumas dessas experiências teve o intuito de buscar semelhanças e diferenças entre estas propostas e as alternativas implantadas no Rio Grande do Sul, contextualizando a província em relação ao que ocorria em outras localidades. Nesse sentido, foram estudadas as soluções implementadas em Paris, Buenos Aires e Montevideú, assim como em Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Belém e Piracicaba.

As escolhas dessas cidades pautaram-se em aspectos que incluíram os profissionais envolvidos na realização das obras e a época de instalação dos serviços, de forma que a análise das propostas (cada uma com suas particularidades) contribuísse para a discussão do que ocorria no Rio Grande do Sul e em Pelotas. Quanto aos profissionais, foram investigadas as obras de Paris, Salvador e Piracicaba (tratando-se das consultorias e dos empresários em comum); em relação a época de contratação das redes de água encanada, foram analisados os serviços executados em Buenos Aires, Montevideú, Rio de Janeiro, São Paulo e Bélem.

#### OS PROJETOS DE PARIS, BUENOS AIRES E MONTEVIDÉU

As cidades européias vivenciaram, durante o século XIX, um crescimento populacional intenso. Em 1860 a cidade de Paris, que já possuía 1.000.000 de habitantes, passou a ter 1.400.000. Antes da implementação do sistema de água

---

<sup>195</sup> CORRESPONDÊNCIA encaminhada por Domingos Rodrigues Cordeiro, empreiteiro da Companhia Ferro Carril e Cais de Pelotas, a José Fernandes da Costa Pereira, Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 07 de outubro de 1872.

encanada pelo prefeito Eugène Haussmann<sup>196</sup>, na segunda metade do século XIX, três propostas foram sugeridas para atender a demanda de abastecimento de água da cidade.

A escolha dos mananciais destinados a abastecer a cidade de Paris foram alvo de muitas discussões sobre a capacidade e a qualidade das águas. No início do século XIX, foram propostos dois sistemas de abastecimento de água encanada: o de Bruyere e o de Girard.

O primeiro argumentava sobre a superioridade de um aqueduto coberto em relação a um canal exposto a todos os ventos. Mas a sua proposta de aqueduto, utilizando as águas do Ourcq, visava basicamente a alimentação de fontes ornamentais e a lavagem de ruas e de esgotos.

O projeto de Girard foi implementado, mas a chave de seu sistema – as fontes monumentais - fizeram com que pouco tempo depois de inaugurado fosse considerado obsoleto. Sua proposta dava prioridade a embelezar a cidade e a lavar as ruas, mais do que a abastecer os usuários em suas residências (assinaturas). Em 1809 as águas supriam a Fonte dos Inocentes e, em 1811 foi inaugurado o *Chateau d'Eau* (Fig.35, direita). O plano de Girard consistia em um aqueduto subterrâneo (com 4 quilômetros de comprimento, 3,40 metros de altura e 2 metros de largura), que receberia as águas do Ourcq, e as distribuiria em quatro condutos secundários, também subterrâneos. O canal foi inaugurado em 1818 (Fig.35, esquerda).

A necessidade de finalizar as obras levou a um acordo entre o poder público e uma companhia privada: o primeiro reservava-se a posse de 80.000m<sup>3</sup> de água diariamente, para o abastecimento das fontes públicas, e concedia a exploração dos canais de Saint-Denis (inaugurado em 1821, com quatro eclusas simples e quatro duplas) e de San-Martin (em 1825, com sete eclusas a céu aberto, primitivamente) à empresa.

Uma nova proposta foi elaborada por Charles Mallet, inspirada no sistema londrino. O projeto previa a captação de 80.000 m<sup>3</sup> de água divididos em duas partes: metade destinada aos serviços públicos (fontes, *borne-fontaines* e edifícios oficiais) e a outra metade aos particulares (assinantes usuários do serviço, banhos, tanques e bebedouros).

As fontes não eram mais a chave do sistema de abastecimento: as águas chegariam as residências diretamente, através de encanamentos, prevendo-se um

---

<sup>196</sup> Este recorte aborda somente as obras de abastecimento de água potável implementadas sobre a administração de Haussmann. No capítulo 2 as obras foram tratadas sob o ponto de vista do saneamento, visando o controle das epidemias e o embelezamento das cidades. O impacto do conjunto de suas obras já foi abordado por outros estudos, como o de Bresciani, que comenta que "a tarefa de demolir uma revolução, na Paris do século XIX, foi entregue a equipes de técnicos que formularam soluções pontuais permitindo devassar toda a vida das *classes pobres*. As portas de suas casas foram abertas, seus interiores vasculhados, sua conduta avaliada, seus valores morais aquilatados" (BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.120).

consumo de cinquenta e cinco litros diários por pessoa (previsão compatível com a época).

Um terceiro estudo, utilizando as águas do Ourcq e do Sena para abastecer a cidade, foi apresentado por Raymond Genieys<sup>197</sup> em 1828. Mas o custo elevado do projeto, em função da necessidade de máquinas a vapor para bombeamento da água, fez com que fosse desconsiderado.

Na administração de Rambuteau foi aberta concorrência para concessão dos serviços à uma empresa privada, mas nenhum candidato inscreveu-se. O número de *borne-fontaines* foi aumentado de cento e quarenta e seis (em 1820) para duas mil (em 1848). Foram construídos seis reservatórios de dois mil metros cúbicos cada, e fontes monumentais foram desenhadas por Visconti. Os parisienses, durante alguns anos, contentaram-se com as *borne-fontaines* públicas, alimentadas com as águas do Ourcq e do Sena, elevadas pelas bombas de Chaillot ou de Austerlitz<sup>198</sup>.

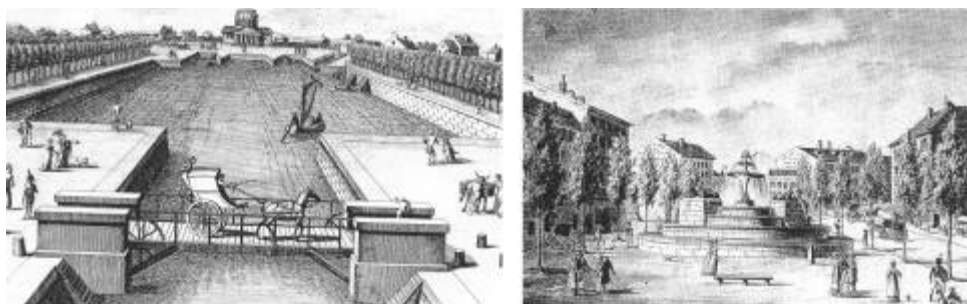


Figura 35: Vista do canal do Ourcq (gravura anônima, esquerda) e *Chateau d'eau* (aquarela, direita)  
Fonte: BEAUMONT-MAILLET, Laure. *L'eau à Paris*. Itália: Editions Hazan, 1991, p.142 e p.143.



Figura 36: Abastecimento de Paris

Derivação do Dhuis, Ponte Dampmart sobre o Marne (1864, esquerda). Derivação do Vanne, arcadas suportando os condutores (1873, centro). Construção do reservatório de Montsouris (gravura de 1874, direita)

Fonte: BEAUMONT-MAILLET, Laure. *L'eau à Paris*. Itália: Editions Hazan, 1991, p.169, p.170 e p.190.

Mas as obras que iriam apresentar grande repercussão e visibilidade seriam aquelas implementadas pelo prefeito de Paris, Eugène Haussmann. No início da administração de Haussmann a distribuição de água era insuficiente e precária: a cidade era abastecida por águas do Sena (1/3 do sistema) e do Ourcq (os outros 2/3), sendo que o último, além da água, servia para a navegação. Em 1854 a cidade recebia 80.400 m<sup>3</sup> diariamente, destinados a 6229 residências, 1165 indústrias, 137 estabelecimentos de banhos e 102 tanques.

<sup>197</sup> Genieys foi vítima da primeira epidemia de cólera, ocorrida em 1832. Nessa época ainda não se associava a propagação das epidemias às condições higiênicas da cidade.

<sup>198</sup> PINON, Pierre. *Atlas du Paris haussmannien*. La ville en héritage du Second Empire à nos jours. Paris: Éditions Parigramme, 2002, p.94.



Uma das convicções de Haussmann era a necessidade de separar o serviço público e o privado. O serviço público incluía as regas, alimentação de válvulas de incêndio, *borne-fontaines* e fontes monumentais, que seriam realizados com as águas do Sena e do Marne. As águas do Ourcq, como se apresentavam terrosas, seriam destinadas a alimentação de fontes e a lavagem de ruas e de esgotos.

Já a água destinada ao abastecimento privado seria captada distante da cidade, conduzida por gravidade através de aquedutos abobadados e armazenada em reservatórios cobertos. Foram escolhidas as águas do Somme-Soude que, através de um aqueduto de 214 km, forneceriam 100.000 m<sup>3</sup> diários de água. A proposta foi aprovada pelo Conselho Municipal em 1859.

O projeto foi elaborado por Marie-François Eugène Belgrand, que assumiu o cargo de engenheiro-chefe em 1852 e tornou-se diretor de Águas e Esgotos de Paris. Era a Belgrand que o Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul referia-se quando, ao contratar uma consultoria sobre o abastecimento de água potável de Porto Alegre, comunicava que havia contactado o senhor Mary, chefe dos engenheiros de Paris.

O sistema de abastecimento da capital francesa foi concebido de forma mista: uma parte era administrada pelo serviço público e outra por uma companhia privada. As comunas, quando anexadas, já possuíam um sistema de abastecimento privado que originaram essa negociação. Em maio de 1860 o Conselho Municipal aprovou definitivamente o projeto de adução do Dhuis (Fig.36, esquerda) e do Surmelin, declarados de utilidade pública. Para Haussmann foi uma vitória definitiva: enfim, declarou-se oficialmente que o sistema de derivação era preferível a todos os outros.

As obras compreenderam as derivações do Dhuis e do Vanne e a construção do reservatório de Montsouris. A derivação do Dhuis (1863-1865) caracterizava-se por ser uma obra “realizada com certa economia de material e ausência de ostentação, características das obras construídas sob a direção de Belgrand”<sup>199</sup>. A derivação do Vanne iniciou em 1867, começou a funcionar em 1875 mas só foi concluída dez anos depois (Fig.36, centro). O reservatório de Montsouris (1868-1874) foi concebido como um retângulo de 264 metros de comprimento por 136 metros de largura, elevado em relação as ruas vizinhas e coberto de vegetação (Fig.36, direita).

A diferença de altitude entre os aquedutos fez com que o sistema de distribuição fosse dividido em três setores: o serviço baixo (reservatório de Montrouge e água do Vanne), o serviço médio (reservatório de Ménilmontant) e o serviço alto (água do Marne e do Dhuis e construção de dois reservatórios, junto ao cemitério de Belleville e à igreja de Montmartre).

---

<sup>199</sup> BEAUMONT-MAILLET, Laure. *L'eau à Paris*. Itália: Editions Hazan, 1991, p.188.

Em 1878, quando Belgrand faleceu, metade das residências parisienses ainda estava desprovida de água encanada. “Mas progressos consideráveis foram cumpridos, sobre os quais repousam o sistema de abastecimento de água potável da capital”<sup>200</sup>.

A discussão sobre a proposta de abastecimento de água encanada de Paris foi importante, principalmente para compreender a repercussão das obras de Belgrand na capital gaúcha. Já a proximidade com os países do sul, em especial a Argentina e o Uruguai, permitiu que se estabelecessem algumas relações entre as soluções instaladas nas capitais desses países e no Rio Grande do Sul.

Em Buenos Aires, o primeiro projeto de abastecimento de água, proposto em 1802, consistia num sistema de perfuração e de captação de águas subterrâneas (sondagem), e não foi aceito pelo governo local.

A intenção de prover a capital da nova república de águas correntes levou o governo a contratar, na Inglaterra, os serviços do engenheiro hidráulico Santiago Bevans. Em 1829, Carlos Enrique Pellegrini propôs um sistema que extraía água do rio da Prata e a armazenava em um algibe construído em nível inferior ao da praia, que era abastecido através da oscilação das marés. Neste local a água seria clarificada, e bombeada para um depósito com capacidade para abastecer cem carretas de aguadeiros por dia. Pellegrini sugeriu ainda uma nova forma de abastecimento em 1853.

A reaparição da epidemia de cólera *morbus* em 1867 foi decisiva para a implantação do sistema de água encanada na cidade: em 1869 era necessário suprir de água uma população de 170 mil habitantes.

Foi apresentado por John Coghlan um projeto que planejava o provimento de água filtrada para a cidade, a construção de um sistema de deságue e de calçamento de ruas. As soluções técnicas e científicas inspiravam-se “nas experiências realizadas pelo engenheiro Bateman, encarregado dos trabalhos de águas correntes de Glasgow e de Manchester; e por Rawlison, engenheiro-chefe do governo inglês”<sup>201</sup>. O estudo baseava-se nas condições topográficas e geológicas do solo, climáticas e em dados estatísticos.

O local de coleta era um terreno alagadiço próximo à Recoleta. O conjunto consistia na instalação de depósitos de decantação e de filtros de areia (descobertos), e de uma casa de bombas elevatórias, que distribuía a água por tubulações de ferro fundido até um reservatório elevado na praça de Lorea (Fig.37).

O preço da água foi determinado a partir da cobrança de uma tarifa módica de três por cento do valor dos aluguéis dos domicílios particulares. Para os imóveis

---

<sup>200</sup> BEAUMONT-MAILLET, Laure. *L'eau à Paris*. Itália: Editions Hazan, 1991, p.194.

<sup>201</sup> ÁGUAS ARGENTINAS. *Água y saneamiento em Buenos Aires 1580-1930*. Riqueza y singularidad de un patrimonio. Buenos Aires: Marcelo Kohan Impresión & diseño, 1999, p.38.

comerciais e industriais os valores eram diferenciados. O objetivo do governo era “oferecer água barata e abundante”<sup>202</sup>. Dessa forma, o sistema inaugurado em abril de 1869 contemplava um abastecimento diário de 3.000.000 de galões, fornecendo vinte e seis galões por pessoa<sup>203</sup> (proporção que se praticava em Londres).

O sistema era administrado pelo poder público: inicialmente pela Ferrocarril Oeste e, a partir de 1870, pela Comissão de Águas Correntes, Cloacas e Calçamento. O engenheiro civil inglês John Frederick La Trobe Bateman foi contratado pela Comissão para realizar novos estudos e planos para a cidade. Os trabalhos de Bateman não contrariaram as recomendações de Coghlan: previam o aumento da provisão de água, o estabelecimento de cloacas e o calçamento das ruas. As instalações de purificação da Recoleta foram inauguradas em 15 de maio de 1874<sup>204</sup>.



Figura 37: Abastecimento de Buenos Aires

Casa de bombas construída em 1869, projetada por Coghlan (esquerda), reservatório da praça Lorea (centro) e Estabelecimento Recoleta, com a Casa de Bombas primitiva em primeiro plano (direita).  
Fonte: ÁGUAS ARGENTINAS. *Água y saneamiento em Buenos Aires 1580-1930*. Riqueza y singularidad de um patrimonio. Buenos Aires: Marcelo Kohan Impresión & diseño, 1999, p.39, 41 e 51.

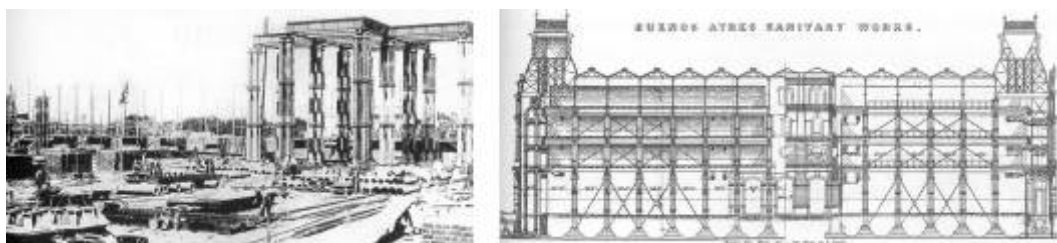


Figura 38: Palácio das Águas

Estrutura em ferro fundido do interior do edifício, em construção (esquerda) e corte longitudinal (direita)  
Fonte: GUÍA del patrimonio cultural de Buenos Aires: arquitectura industrial: edificios, conjuntos, equipamientos. 1 ed. Buenos Aires: Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, 2006, p.89.

Bateman recomendava que era necessário a construção de um depósito coberto na parte alta da cidade, com capacidade para 16 milhões de galões. O Palácio das Águas, localizado na avenida Córdoba, foi projetado por Bateman, Parsons e Bateman em 1882: as obras iniciaram em 1887 e foram inauguradas em 1894. Além

<sup>202</sup> ÁGUAS ARGENTINAS. *Água y saneamiento em Buenos Aires 1580-1930*. Riqueza y singularidad de um patrimonio. Buenos Aires: Marcelo Kohan Impresión & diseño, 1999, p.42.

<sup>203</sup> O galão imperial era uma medida inglesa, equivalente a 4,54609 litros (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3 ed totalmente rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.961). As medidas citadas equivalem a 13.638.270 litros e 118,2 litros.

<sup>204</sup> O estabelecimento funcionou até 1933, quando foram demolidos o filtro e a casa de bombas projetados por Coghlan. O maquinário original foi transferido para uma réplica construída no Estabelecimento de Palermo. As antigas Casas de Bombas da Recoleta foram reformadas e adaptadas para a instalação do Museu Nacional de Belas Artes (ÁGUAS ARGENTINAS. Op. Cit., p.60).

da provisão de água, o plano previa o tratamento de esgotos, com a construção da Planta de Líquidos Cloacais.



Figura 39: Palácio das Águas

Detalhe da fachada (esquerda), interior do reservatório (centro) e elevação (direita).

Fonte: GUÍA del patrimonio cultural de Buenos Aires: arquitectura industrial: edificios, conjuntos, equipamentos. 1 ed. Buenos Aires: Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, 2006, p.88 e 89 (esquerda e centro). ÁGUAS ARGENTINAS. *Água y saneamiento em Buenos Aires 1580-1930*. Riqueza y singularidad de um patrimonio. Buenos Aires: Marcelo Kohan Impresión & diseño, 1999, p.13 (direita).

O Palácio foi um dos depósitos de água mais importantes da capital argentina, contendo doze tanques de ferro fundido com capacidade para 72.700.000 litros (Fig. 38 e 39). A armação, fabricada por uma fundição belga, possui cento e oitenta colunas que sustentam os tanques (em três níveis diferentes) e a cobertura. Os tanques recebiam água da Planta Potabilizadora da Recoleta, através de bombeamento a vapor, e a distribuíam para a cidade por gravidade<sup>205</sup>.

A obsolescência do depósito foi verificada antes mesmo do término das obras, apesar da grandiosidade e imponência do conjunto. O ritmo acelerado de crescimento da cidade, assim como a abertura da avenida de Maio (com edifícios de vinte metros de altura), gerou a necessidade de bombeamento de água em um encanamento de distribuição executado especialmente para o abastecimento dessa região.

Diferentemente das demais cidades estudadas, Montevideu teve seu sistema de esgotos instalado em 1856, antes mesmo do abastecimento de água potável, sendo, provavelmente, a primeira cidade na América Latina a possuir esse serviço<sup>206</sup>.

A dificuldade de obtenção de água em Montevideu já era relatada no início da ocupação da região sul do Brasil. Nesse período, o governador de Colônia do Sacramento apresentou à Coroa portuguesa um argumento que inviabilizaria a ocupação do local: a ausência de água potável<sup>207</sup>.

A Colônia de Montevideu, dizia, não se deve edificar para perder-se: deve fazer-se para conservar-se. Esta conservação de Montevideu não somente é difícil, senão impossível, porque é dificuldade invencível conservar as populações sem lenha; e é de impossibilidade rigorosa manter as populações sem água; esta dista de Montevideu 3 léguas e a lenha 7; edificar junto a água doce metendo a população

<sup>205</sup> GUÍA del patrimonio cultural de Buenos Aires: arquitectura industrial: edificios, conjuntos, equipamentos. 1 ed. Buenos Aires: Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, 2006, p.88-89.

<sup>206</sup> FRANCESCO, Orlando Notaro; CIRIO, Jorge. *Centenário del Sistema de Abastecimento de Água de Montevideo*. Montevideo: Mosca Hnos S.A./Obras Sanitarias del Estado, 1971, s.p.

<sup>207</sup> O Tratado de Utrecht, firmado entre Portugal e Espanha em 1715, além de estabelecer a paz entre as duas Coroas, restituía a Portugal o território e Colônia do Sacramento (tomada pelos espanhóis). Dessa forma, os portugueses poderiam ampliar seus domínios na Banda Oriental, criando postos avançados de apoio à Colônia. Um desses postos era Montevideu (FRANCESCO, Orlando Notaro; CIRIO, Jorge. Op. Cit.).

terra adentro, é afastar os moradores da praia fazendo-os penosa a condução e serviço do porto para casa<sup>208</sup>.

A fundação de Montevidéu era fundamental para a fixação de pontos estratégicos que garantissem os objetivos políticos e militares dos portugueses na região. Mas, apesar disso, não se efetivou. E os espanhóis, quando fundaram a cidade, verificaram o problema que já havia sido apresentado pelo governador de Colônia aos portugueses. O relato de D. Juan Francisco Aguirre, capitão da fragata da Real Armada em 1782, durante a demarcação dos limites entre as duas Coroas revelava essa situação.

A eleição do terreno [...] foi uma ponta saliente do rio e é a oriental que forma o porto; muito boa eleição porque além da comodidade de estar na orla, é uma ponta [...] com declividade para dar saída às águas. Há mananciais em seu corpo porém curtos por cujo motivo estão recomendadas as cisternas e se vão fazendo algibes [...]<sup>209</sup>.



Figura 40: A cidade fortificada de Montevidéu e os pontos de captação de água: algibes  
Fonte: FRANCESCO, Orlando Notaro; CIRIO, Jorge. *Centenario del Sistema de Abastecimiento de Agua de Montevideo*. Montevideo: Mosca Hnos S.A./Obras Sanitarias del Estado, 1971, s.p.

O viajante John Mawe comentava, em 1804, que em períodos de seca sentia-se no local a necessidade de um aqueduto. E relatava, ainda, que a água se encontrava a duas milhas de distância da cidade.

A primeira proposta de abastecimento de água foi apresentada por Juan Arce e Gregório Pereira (substituído posteriormente por Francisco Bueno): tratava-se de um monopólio, que previa a distribuição exclusiva de água mediante um pagamento determinado. “Porém, não se sabe por quais circunstâncias o monopólio não se concretizou e os aguadeiros seguiram vendendo água”<sup>210</sup>.

Uma nova tentativa foi a proposta do governador Bustamante y Guerra, de trazer água dos mananciais do Buceo; coube ao arquiteto Tomás Toribio a idéia de

<sup>208</sup> FRANCESCO, Orlando Notaro; CIRIO, Jorge. *Centenario del Sistema de Abastecimiento de Agua de Montevideo*. Montevideo: Mosca Hnos S.A./Obras Sanitarias del Estado, 1971, s.p.

<sup>209</sup> Ibid.

<sup>210</sup> Ibid.

conduzir a água “por canais elevando-a por noras de altura adequada, em três etapas, a três depósitos”<sup>211</sup>. Mas novamente o projeto não foi executado.

A grande seca de 1867 foi o momento decisivo para a definição de um novo plano de abastecimento, levando o governo a “chamar propostas para dotar a cidade de um serviço permanente de água potável”<sup>212</sup>. A proposta apresentada por Fynn definia que a água fosse captada no rio Santa Lúcia, onde foi construído um depósito para quarenta mil pipas<sup>213</sup>. O ponto de captação localizava-se a 56 quilômetros da cidade.

A água bruta deveria ser potável e limpa, e era bombeada por máquinas, através de canos de ferro fundido, para um depósito de distribuição e reserva próximo à cidade, com capacidade para vinte mil pipas. Ali decantava e era distribuída por gravidade. A usina iniciou o funcionamento em 1871 com capacidade máxima de 18.000 m<sup>3</sup>/dia (Fig.41).

O sistema abastecia três fontes de mármore branco, instaladas em praças públicas, que forneciam duas mil pipas diárias nos primeiros dez anos e três mil pipas diárias nos anos seguintes. Além dos aspectos funcionais, o contrato revelava preocupações formais com as fontes, determinando que seus ornatos fossem executados de acordo com o Governo Superior (Fig.42).



Figura 41: Águas Correntes de Montevidéu

Casa de máquinas: interior (esquerda), detalhe (centro) e vista geral (direita).

Fonte: FRANCESCO, Orlando Notaro; CIRIO, Jorge. *Centenário del Sistema de Abastecimento de Água de Montevideo*. Montevideo: Mosca Hnos S.A./Obras Sanitarias del Estado, 1971, s.p.

A empresa contava com subvenção de cinco mil pesos mensais por vinte anos (a contar da data da construção das primeiras três milhas do aqueduto) e com a isenção de impostos para as máquinas e materiais aplicados na obra.

O contrato determinava a obrigatoriedade de abastecimento de água junto a empresa para as novas construções realizadas na cidade, e para aquelas que não possuíssem aljibes (ou em que estes estivessem com problemas). Além disso, a

<sup>211</sup> FRANCESCO, Orlando Notaro; CIRIO, Jorge. *Centenário del Sistema de Abastecimento de Água de Montevideo*. Montevideo: Mosca Hnos S.A./Obras Sanitarias del Estado, 1971, sp.

<sup>212</sup> Don Enrique Fynn obteve a concessão em 29 de abril de 1868. As obras iniciaram nesse mesmo ano e foram inauguradas em 18 de julho de 1871. Nessa data a população de Montevidéu era de sessenta mil habitantes (FRANCESCO, Orlando Notaro; CIRIO, Jorge. Op. Cit.).

<sup>213</sup> Unidade de medida equivalente a 15 almudes, ou seja, 31,94 litros (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3 ed totalmente rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.1571 e 103). O depósito possuía capacidade para 19.164.000 litros.

empresa explorava o abastecimento de navios no porto, colocando canos em um dos molhes.



Figura 42: Águas Correntes

Chafariz (esquerda) e ato de inauguração, na praça Constituição, em 18 de julho de 1871 (direita).  
 Fonte: FRANCESCO, Orlando Notaro; CIRIO, Jorge. *Centenário del Sistema de Abastecimento de Água de Montevideo*. Montevideo: Mosca Hnos S.A./Obras Sanitarias del Estado, 1971, s.p.

O direito de exploração do serviço foi cedido pelos concessionários Lezica, Lanús e Fynn para The Montevideo Waterworks C°. Ltda., companhia inglesa que administrou o serviço de 1879 até 1950. A incerteza em relação à continuidade do privilégio de abastecimento (limitado a vinte anos pelo contrato<sup>214</sup>) levou a empresa a administrar um projeto de rede pouco racional, que buscava atender as necessidades por curtos períodos de tempo e em função das circunstâncias.

Tanto em Buenos Aires como em Montevideu, as epidemias foram a gênese da implantação dos sistemas de abastecimento de água encanada, situação que ocorreu concomitantemente no Brasil. Em ambas, as redes de abastecimento utilizavam sistema de bombeamento, solução que só será adotada em Pelotas durante a primeira ampliação das instalações da represa do arroio Moreira.

Em Buenos Aires, a rede de água encanada foi instalada no período intermediário entre a implantação das hidráulicas porto-alegrense e pelotense. Mas, a ampliação do sistema de abastecimento da capital argentina, através da construção do Palácio das Águas, foi realizada na mesma época em que eram edificadas a Casa de Máquinas e o reservatório metálico, junto ao arroio Moreira.

#### AS PROPOSTAS IMPLEMENTADAS EM SALVADOR, RIO DE JANEIRO, SÃO PAULO, BÉLEM E PIRACICABA

Em território brasileiro, o abastecimento das cidades de Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Bélem e Piracicaba apresentam particularidades que interessam a este estudo. A análise dessas propostas, além de demonstrar as diversas formas de

<sup>214</sup> O contrato determinava que durante vinte anos não poderia se estabelecer outra empresa com o mesmo objeto mas que, terminado esse prazo, finalizaria também o privilégio, ficando a empresa "por conta e risco do proponente". Além disso, estabelecia que após o término desse prazo a empresa ficaria obrigada a continuar abastecendo as três fontes instaladas nas praças públicas (FRANCESCO, Orlando Notaro; CIRIO, Jorge. *Centenário del Sistema de Abastecimento de Água de Montevideo*. Montevideo: Mosca Hnos S.A./Obras Sanitarias del Estado, 1971, s.p.).

atuação do poder público em relação à implantação dos sistemas, evidencia formas de aceitação e de resistência às inovações.

A empresa hidráulica implantada na capital da baiana foi citada pelos presidentes das províncias do Rio Grande do Sul e de São Paulo. Nesta última, a referência às companhias instaladas em Salvador e em Recife serviu de argumento para defender a instalação de companhias privadas na província<sup>215</sup>.

A fundação de Salvador atendeu a uma série de preceitos: era um sítio sadio e de bons ares, com água abundante e um porto, num alto e longo promontório, cercado de águas por todos os lados. Apesar disso, a obtenção de água “era dificultada por desaguarem quase todas as fontes no sopé da grande montanha”<sup>216</sup>.

Em 1848 a cidade possuía doze fontes públicas na cidade baixa, e quinze na cidade alta, em péssimo estado de conservação: água de beber, somente nas fontes fora dos limites da cidade (Queimado e São Pedro). Novamente, as precárias condições de higiene, que contribuíram para a proliferação da peste de 1850, foram fatores determinantes para o surgimento de uma empresa de abastecimento de água potável.

A criação da Companhia do Queimado data do início da segunda metade do século XIX. O contrato, firmado entre o governo da Bahia e os empresários Francisco Antônio Pereira Rocha e Bernardino Ferreira Pires<sup>217</sup>, tinha o intuito de regular o abastecimento de água potável à cidade de Salvador, através de chafarizes, casas de venda d’água e penas d’água. O projeto previa a instalação de um reservatório geral de águas, casa de máquinas, caldeiras, reservatório (no alto da montanha) e chafarizes, sendo cinco localizados na cidade baixa e sete na cidade alta<sup>218</sup>. O manancial escolhido foi o açude do Queimado, uma das nascentes do rio Camurugipe (Fig.43).

O contrato foi firmado em janeiro de 1853, com alterações do governo quanto à indenização após o término do privilégio (de trinta anos). O capital inicial da empresa era de 400 contos e o prêmio pelas ações era de 5 a 10%. A expectativa com o sucesso do empreendimento revelava-se na fala do presidente, que afirmava que “nenhuma dúvida tenho de que a empresa será coroada de feliz êxito, devendo-vos assim a população desta capital um dos maiores benefícios que lhes podeis fazer”<sup>219</sup>.

A importação de material para as obras foi realizada entre 1855 e 1871 e, em alguns momentos, o diretor da Companhia teve desentendimentos com o inspetor da

---

<sup>215</sup> RELATORIO apresentado á Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo pelo presidente da provincia, exm. sr. dr. Sebastião José Pereira, em 2 de fevereiro de 1876. S. Paulo: Typ. do "Diario," 1876, p.06.

<sup>216</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal, 2005, p.105.

<sup>217</sup> FALLA que recitou o exm<sup>o</sup>. presidente da provincia da Bahia, dr. João Mauricio Wanderley, abertura da Assembléa Legislativa da mesma provincia no 1<sup>o</sup> de março de 1853. Bahia: Typ. Const. de Vicente Ribeiro Moreira, 1853. Lei Provincial nº 451, de 17 de janeiro de 1853.

<sup>218</sup> FONTES e chafarizes do Brasil. São Bernardo do Campo: Mercedes-Benz, 1991, p.88-89.

<sup>219</sup> FALLA. Op. Cit., p.64.



Alfândega quanto à isenção de direitos alfandegários. O levantamento de Sampaio sobre essas importações aponta a Inglaterra como o principal fornecedor de mercadorias industrializadas, principalmente as de ferro, incluindo peças e chafarizes inteiros<sup>220</sup>.

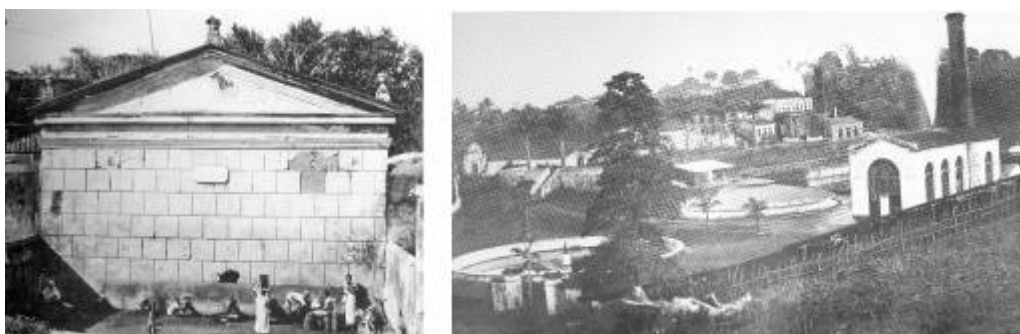


Figura 43: Fonte do Queimado (esquerda) e instalações da Companhia do Queimado (direita)  
Fonte: SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal, 2005, p.109.



Figura 44: Fontes de Salvador  
Fontes da Igreja Piedade (cerca de 1859, esquerda) e da praça do Teatro São João, atual Castro Alves (cerca de 1858, direita), ambas em mármore de carrara  
Fonte: SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal, 2005, p.81 e p.76.



Figura 45: Chafariz do Terreiro de Jesus, Salvador. Bahia  
Fonte: SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal, 2005, p.125, p.209 e p.111.

O sistema iniciou o abastecimento da cidade em janeiro de 1857. A barragem construída no rio Queimado produzia mil metros cúbicos de água por dia e supria vinte e dois chafarizes espalhados pela cidade (Fig.44).

O chafariz do Terreiro de Jesus foi construído para uso da população: foi encomendado em 1853, chegou da França em 1857 e foi inaugurado em 1861 (Fig.45). Em novembro desse ano Francisco Rocha já estava no sul do país, contratado pelo governo da província para implementar o abastecimento de água da capital gaúcha, negociando as ações da Companhia Hidráulica Porto-Alegrense.

<sup>220</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal, 2005, p.110 e p.273.

O abastecimento de água potável do Rio de Janeiro revela a trajetória das soluções adotadas para a implantação desse serviço. No século XVIII era tratado pelas autoridades, destacando-se que “o abastecimento de água constituíra desde o século anterior a principal preocupação da Câmara, dele tratando o ouvidor [...] em sua correição de 21 de maio de 1633”<sup>221</sup>.



Figura 46: Aquedutos da Carioca (Arcos da Lapa)  
Vista da Lagoa do Boqueirão com os arcos. Tela atribuída a Leandro Joaquim. Acervo Museu Histórico Nacional.

Fonte: ALMEIDA, Anita Correia Lima de. Cidade, água e poder: o Aqueduto da Carioca e o chafariz do Largo do Paço. Disponível em: [www.rj.anpuh.org/Anais/2006/Indice2006.htm](http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/Indice2006.htm).



Figura 47: Chafarizes do Rio de Janeiro  
Chafarizes do Riachuelo, da Glória, das Saracuras, do Passeio Público e da praça 15 de Novembro.  
Fonte: RODRIGUES, José Wash. *Documentário arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil*. 5 ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p.207 e p.205.

Edificados em alvenaria, anteriormente a importação das fontes de ferro fundido, alguns remanescentes dos chafarizes da capital da corte ainda permanecem na cidade, assim como o aqueduto da Carioca (Fig.46).

O ensaio de Noronha Santos apresenta um inventário dessas obras edificadas, em sua maioria, em alvenaria, com bacias e tanques esculpidos em pedra. Descreve os chafarizes da praça 15 de Novembro, da Glória, do Lagarto, das Saracuras, da rua

<sup>221</sup> SANTOS, Noronha. Fontes e chafarizes do Rio de Janeiro. *Arquitetura Oficial II*. São Paulo: FAUUSP/MEC-IPHAN, 1978, p.15.

Riachuelo, de Paulo Fernandes, de Grandjean de Montigny, a bica da Rainha e o bebedouro da Tijuca (Fig.47). Um dos principais pontos de reflexão de Noronha Santos diz respeito ao chafariz da praça 15 de Novembro: além de argumentar que o atual chafariz não se trata da primitiva fonte erguida no centro da praça, discute a autoria da obra, atribuída a Mestre Valentim.

Durante as décadas de 1840, 50 e 60, as epidemias de febre amarela e de cólera espalharam-se pelo Rio de Janeiro, assim como em outras cidades brasileiras. Na capital do Império, as bicas públicas e os chafarizes encontravam-se secos a maior parte do tempo<sup>222</sup>.

Disseminadas pela mosquitada e as chuvas de verão, as febres alastravam-se pelo centro do Rio, já bastante povoado e com poços contaminados ou salobros. Malgrado os vários riachos, a falta de água potável constituía um problema crônico na cidade, obrigando, desde os anos de 1670, as autoridades a promover a construção do aqueduto da Lapa. Com o verão, tudo piorava, na ausência de uma rede de esgotos que só começa a ser construída em meados dos anos 1860. Até essa data, e mesmo depois dela, os escravos encarregados de levar os dejetos domésticos até as praias, e por isso chamados 'tigres' (muito provavelmente por causa da cor tigrada com que a matéria fecal sujava seu corpo), continuaram ativos na cidade<sup>223</sup>.

Diferentemente de outras cidades brasileiras, no Rio de Janeiro o tratamento de esgotos foi implementado antes do abastecimento de água potável: entre as medidas adotadas para combater as epidemias, o Imperador Pedro II abriu, em 1853, uma concorrência pública para a construção de um sistema de esgotamento sanitário. O contrato foi assinado em 1863 com a empresa de capital inglês The Rio de Janeiro City Improvements Company. Após dez anos, 47% das edificações já possuía ligação com a rede de esgoto (trinta mil ligações em 1872)<sup>224</sup>.

O abastecimento de água ficou sob a administração direta do Estado, conforme decisão de uma comissão nomeada pelo governo para tratar do assunto. O projeto foi contratado com o engenheiro responsável pelas obras executadas em Viena, Antônio Gabrielli. Os sistemas do rio do Ouro e de Santo Antônio, constituídos de duas barragens e linhas adutoras de longo percurso, foram inaugurados pelo Imperador em 1880.

As obras do abastecimento de água do Rio de Janeiro foram registradas por Marc Ferrez, em trinta e uma imagens, organizadas em dois álbuns fotográficos, denominados *Obras do Novo Abastecimento de Água do Rio de Janeiro* (volumes 1 e 2). As imagens registram a autoria das obras: a Empresa A. Gabrielli (Fig.48).

<sup>222</sup> MARQUES, Eduardo César. Da higiene à construção da cidade: o Estado e o saneamento no Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.II, n.2, jul./out.1995, p.59.

<sup>223</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.67.

<sup>224</sup> MARQUES, Eduardo César. Op. Cit, p.59.

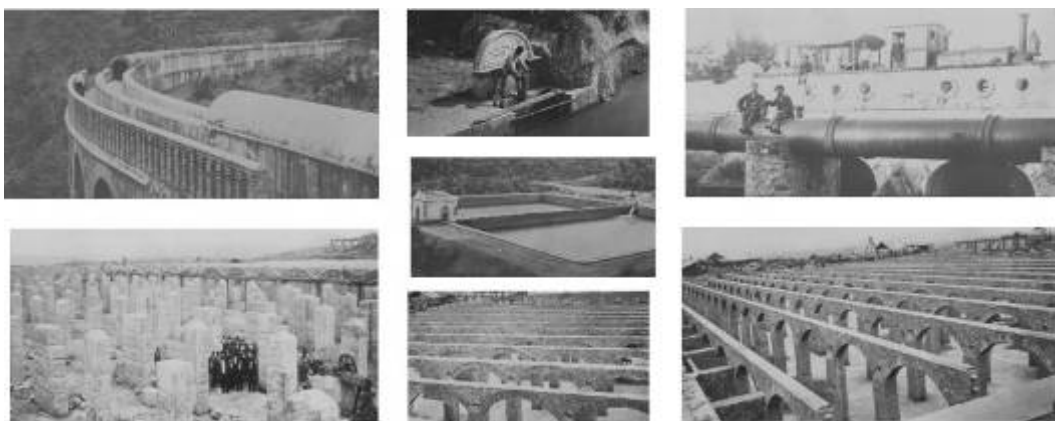


Figura 48: Obras do abastecimento de água encanada do Rio de Janeiro  
 Fonte: FERREZ, Marc. Álbum do novo abastecimento de água do Rio de Janeiro. Empresa de A. Gabrielli. Rio de Janeiro. Volume 1 e Volume 2, 1876 a 1882. Disponível em [www.catalogos.bn.br/terezacristina/page2.htm](http://www.catalogos.bn.br/terezacristina/page2.htm).

A documentação da obra realizada por Marc Ferrez inclui imagens da cachoeira do Nery (antes e após a canalização), da represa do rio Santo Antônio e da represa do rio do Ouro. Registra os túneis que conduzem a água do rio Santo Antônio para o valo do rio do Ouro, com a respectiva entrada de água para o aqueduto. O percurso do fotógrafo revela os aquedutos do rio Santo Antônio, com suas pontes curvas e retas, o aqueduto e o reservatório do rio do Ouro, o encanamento geral junto as pontes Pavuna, Merity, Itaipú e Guimbú. Testemunha o canteiro de obras do reservatório D. Pedro II, no morro do Pedregulho, apresentando a construção do interior da caixa, com as arcadas em alvenaria. Documenta, ainda, os reservatórios de Santa Tereza, da Tijuca, do Morro da Viúva e de São Bento.

Além da instalação da rede de esgotos anteceder a de água potável, o porte das obras do sistema de água encanada e a administração dos serviços por parte do Estado são aspectos que diferenciam as obras do Rio de Janeiro das demais cidades estudadas.

Em São Paulo, o abastecimento d'água foi contratado em 1877 com uma empresa privada, a Cantareira & Esgotos<sup>225</sup>, passando para a administração do município em 1893, com a criação da Repartição de Águas e Esgotos. A municipalização do serviço já havia sido apontada em 1870, quando o relatório do Presidente da Província argumentava que o abastecimento deveria ser empreendido pelo Estado, decretando-se uma distribuição obrigatória pelos prédios “como se pratica em algumas cidades, e como foi determinado no Rio de Janeiro, em favor da companhia de esgotos”<sup>226</sup>.

As primeiras tentativas de implantação da rede de água encanada ocorreram em 1864, quando foi firmado um contrato cujo objeto era o fornecimento de 80.000

<sup>225</sup> Nesse período foram implantadas a iluminação pública a gás (1872), o transporte por meio de bondes (1872) e, posteriormente, a telefonia (1884) (CAMPOS, Cristina de. A promoção e a produção das redes de águas e esgotos na cidade de São Paulo 1875 – 1892. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, N. Ser., v.13, n. 2, p.189-232, jul./dez.2005).

<sup>226</sup> RELATÓRIO apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo pelo presidente da província, o exm. sr. dr. Antonio Candido da Rocha, no dia 2 de fevereiro de 1870. S. Paulo: Typ. Americana, 1870, p.50.

medidas de água, com privilégio de trinta anos e subvenção de 20:000\$ anuais. Antes disso, por volta de 1850, as melhorias realizadas no sistema de abastecimento consistiam na manutenção dos chafarizes públicos.

A rescisão do contrato de 1864 levou o governo a encomendar ao engenheiro escocês James Brunless um estudo preliminar para a captação de água da serra da Cantareira: o estudo estimava o abastecimento para uma população de duzentos mil habitantes e trezentos litros diários por pessoa. Um novo contrato foi realizado com base nesses estudos, e autorizado em maio de 1866, prevendo a construção de quatro chafarizes, o privilégio de exploração por cinquenta anos e eliminando, por conta do prazo prolongado, os juros e a subvenção governamental<sup>227</sup>.

As negociações com os empreendedores da Cantareira & Esgotos começaram em outubro de 1875<sup>228</sup>, com a assinatura do primeiro contrato, que passou por adequações (em abril de 1877 e de 1879). Em 1876 o relatório da Presidência da Província destacava que o abastecimento de água potável era “incontestavelmente a necessidade mais palpante desta capital”<sup>229</sup>.

O contrato da Cantareira estabelecia que a água poderia ser consumida gratuitamente nos chafarizes públicos existentes, ou nos que seriam instalados pela companhia, e permitia que os consumidores continuassem utilizando águas de córregos e ribeirões<sup>230</sup>; além de não excluir outras formas de fornecimento, estabelecia que a manutenção dos reservatórios e dos chafarizes do antigo sistema de abastecimento da capital eram responsabilidade da província<sup>231</sup>.

O projeto era um melhoramento em relação aquele desenvolvido por Brunless. Consistia na edificação de duas represas, com tanques e reservatórios de acumulação e clarificação (com capacidade de 50.000.000 litros) e de dois reservatórios cobertos de 6.000.000 de litros, construídos em concreto, tijolos e cimento<sup>232</sup>. O material para as obras foi encomendado da Inglaterra. Em setembro de 1878 foram inauguradas as instalações do reservatório de distribuição da Consolação.

O sistema de distribuição adotado para os domicílios foi o de penas d'água (taxa fixa por categoria de usuário), substituído mais tarde pelos hidrômetros. Em 1883 o governo destacava que ambos eram caros para a população mais pobre da cidade.

Mas, apesar disso, em 1893 a Companhia Cantareira mandou demolir os chafarizes que havia construído e mais os do Rosário (Fig.49) e do Carmo,

<sup>227</sup> CAMPOS, Cristina de. A promoção e a produção das redes de águas e esgotos na cidade de São Paulo 1875 – 1892. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, N. Ser., v.13, n.2, jul./dez.2005, p.196.

<sup>228</sup> O contrato foi assinado com o Coronel Antônio Proost Rodovalho, o Major Benedito Antônio da Silva e Daniel Makison Fox. Os termos incluíam o provilégio de setenta anos e isentavam o Governo dos juros e do ônus da desapropriação da empresa (Ibid.).

<sup>229</sup> RELATÓRIO apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo pelo presidente da província, exm. sr. dr. Sebastião José Pereira, em 2 de fevereiro de 1876. São Paulo: Typ. do "Diario", 1876, p.04.

<sup>230</sup> O contrato previa a instalação de seis chafarizes com quatro torneiras e uma cisterna interna (CAMPOS, Cristina de. Op. Cit.).

<sup>231</sup> Ibid., p.205.

<sup>232</sup> RELATÓRIO. Op. Cit., p.S1-1.

construídos pelo poder público, visando forçar os moradores a ligarem suas casas às redes recém-executadas. A destruição causou revolta popular, que teve de ser reprimida pela polícia<sup>233</sup>.



Figura 49: São Paulo, chafariz do Largo do Rosário em 1880

Óleo sobre tela de José Wash Rodrigues, 1920. Acervo do Museu Paulista (Universidade de São Paulo).  
Fonte: SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007, Ilustrações.

Após a proclamação da República, a municipalização do serviço foi defendida pelo diretor da Superintendência de Obras Públicas, que lamentava a transformação de um serviço de higiene pública numa fonte de exploração mercantil. Na década de 1890 a empresa foi encampada pelo governo. O serviço sanitário de São Paulo foi criado em 1892, com o intuito de controlar e regular a situação sanitária: nesse mesmo ano foi elaborado o Código Sanitário, que adquiriu seu formato definitivo em 1894<sup>234</sup>.

Quando a Companhia Cantareira foi encampada pelo Estado, muitos chafarizes paulistanos foram retirados das ruas, largos e praças, e recolhidos ao Almoarifado Municipal, entre eles aqueles que se encontravam no largo da Concórdia, no largo do Carmo e no largo dos Guaianases<sup>235</sup>.

Outra cidade que teve um sistema de abastecimento de água implantado no decorrer do século XIX foi a capital do Pará. O projeto de Belém evidencia um fato peculiar quanto à instalação das obras de abastecimento de água potável: a resistência imposta pelos aguadeiros, figuras comuns no cotidiano das cidades do século XIX.

As primeiras propostas de abastecimento de água para Belém analisavam a possibilidade de encanar a água do Paul, uma vertente que se localizava em área urbana. A tentativa de incorporar uma empresa para o abastecimento de água ocorreu em setembro de 1862, mas a proposta apresentada pela Mediclott & Cia não se

<sup>233</sup> COSTA, Luiz Augusto Maia. Planejando antes do planejamento: território e cidade em São Paulo, 1880-1910. In: GITAHY, Maria Lucia Caira. *Desenhando a cidade do século XX*. São Carlos: Rima, 2005, p.25-26.

<sup>234</sup> CAMPOS, Cristina. A higiene do espaço através da educação sanitária: as propostas modernas de Geraldo Paula Souza para São Paulo, 1922-1945. In: GITAHY, Maria Lucia Caira. Op. Cit., 2005, p.57.

<sup>235</sup> A destruição de outras fontes e chafarizes também ocorreu com a encampação da Cantareira, mas Byron não descreve o seu destino, de forma que não podemos saber se foi o mesmo das citadas anteriormente (GASPAR, Byron. *Fontes e chafarizes de São Paulo*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1970, p.56, p.82 e p.84).

efetivou, já que o sistema de amortização oferecido pelo governo não foi aceito pelos empresários (mesmo com a interferência do Barão de Itamaracá, que já havia intermediado o contrato de iluminação a gás da cidade). Novas tentativas foram feitas em 1867 (edital elaborado pelo diretor de Obras Públicas do Pará) e 1869, quando um contrato foi rescindido e nova concorrência aberta, para a qual não apareceram licitantes.

O edital de 1867 determinava que o abastecimento d'água utilizaria o mesmo sistema adotado para a iluminação a gás da cidade, ou seja, a contratação de uma empresa subvencionada pelo governo, que tinha privilégio para encanar e distribuir a água. A companhia deveria instalar bicas d'água (nas ruas) e bacias com jatos d'água (nas praças), sendo que as últimas, de propriedade do governo, distribuiriam água gratuitamente à população. As propostas apresentadas ao governo não atenderam as exigências do edital.

Nova tentativa foi realizada com Francisco Maria Cordeiro e José de Vila Flor, que assinaram um contrato, no qual se comprometiam a instalar oito chafarizes para uso da população, duas pilastras para aguada dos navios e uma no mercado, mas acabaram não realizando nenhuma das obras previstas.

Em 1880 foi assinado contrato com o engenheiro inglês Edmundo Compton, que transferiu os direitos de exploração à Companhia das Águas do Grão-Pará. O sistema de abastecimento definido no contrato de 1872 previa a instalação de “encanamentos, aquedutos, depósitos e máquinas hidráulicas ou a vapor, chafarizes e mais obras que necessárias sejam. Nas ruas e praças principais os condutores serão de ferro fundido, ou do sistema dito – de Chameroy”<sup>236</sup>.

Nas discussões sobre o sistema a ser implantado na Hidráulica Pelotense, o diretor da Repartição de Obras Públicas do Estado argumentava em favor do Chameroy, ao invés daquele especificado pelos engenheiros escoceses e indicado pelo contratante da obra.

Alguns aspectos do contrato de Belém merecem ser salientados: um deles diz respeito a preservação do manancial escolhido, através da determinação de que “não será permitido o corte de árvores na extensão da bacia d'água”<sup>237</sup>. As áreas do manancial (Utinga) foram desapropriadas visando a sua conservação.

Outra situação está relacionada a forma de abastecimento, já que o contrato estipulava a existência de “um sistema de vender água por carroças com pipas nas casas particulares”<sup>238</sup>, ou seja, o próprio termo de contrato da empresa garantia a manutenção do serviço de aguadeiros. Permitia, ainda, que fosse “livre a venda d'água de poços particulares sempre que [...] considerada de boa qualidade, não podendo em

---

<sup>236</sup> CRUZ, Ernesto. *A água de Belém: sistemas de abastecimento usados na capital desde os tempos coloniais aos dias hodiernos*. Belém: Rev. da Veterinária, 1944, p.130.

<sup>237</sup> Contrato de 1872, artigo XXII (Ibid., p.135).

<sup>238</sup> CRUZ, Ernesto. Ibid., p.130.

caso algum permitir-se consumo d'água de qualidade inferior a da companhia ou empresa, nem a distribuição por meio de encanamento"<sup>239</sup>, e restringia a extração de água nos poços públicos após o início do funcionamento dos chafarizes "salvo o caso de interdição no serviço da distribuição da água, em que essa extração será permitida"<sup>240</sup>.

Cruz comenta que, apesar da instalação da empresa, os aguadeiros continuavam em atividade, fazendo concorrência à companhia que não conseguia manter um abastecimento regular à população.

Em 1904, foi incorporado ao sistema de abastecimento de água de Belém o reservatório Paes de Carvalho (Fig.50). Na época ficou conhecido "como as *Caixas d'Água Trigêmeas*: são três cilindros metálicos, dispostos lado a lado, e apoiados em uma estrutura igualmente de ferro"<sup>241</sup>. A importação do edifício foi realizada pela empresa Tony Dussieux e a fabricação foi de autoria da firma francesa Baudet, Donon & Cie<sup>242</sup>.

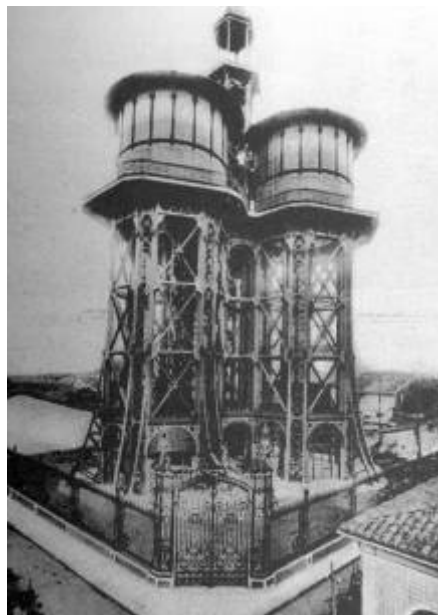


Figura 50: Reservatório Paes de Carvalho, em Bélem (1904)

Fonte: KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo: Ateliê Editorial: Fapesp: Secretaria da Cultura, 1998, p.91.

A expectativa com a instalação da obra, assim como os problemas quanto ao seu funcionamento aparecem no texto de Cruz, que cita duas mensagens do governo, em 1908 e 1909.

O reservatório metálico – escrevia em 1908 o governador paraense, na Mensagem dirigida ao Congresso Legislativo – ‘tem a forma esbelta dos altos pilares preconizados por Georges Eiffel na construção dos grandes viadutos e na edificação da sua célebre torre

<sup>239</sup> CRUZ, Ernesto. *A água de Belém: sistemas de abastecimento usados na capital desde os tempos coloniais aos dias hodiernos*. Belém: Rev. da Veterinaria, 1944, p.135.

<sup>240</sup> *Ibid.*, p.136.

<sup>241</sup> SILVA, Geraldo Gomes da. *Arquitetura do ferro no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Nobel, 1987, p.92.

<sup>242</sup> KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo: Ateliê Editorial: Fapesp: Secretaria da Cultura, 1998, p.90.



de 300 metros' [...] Ainda não foi possível fazer funcionar regularmente o reservatório Pais de Carvalho, levantado no centro da cidade. Circunstâncias que sempre ocorrem em serviços desta ordem não permitiram ainda sua utilização, mas espero dentro de pouco tempo, executadas as providências que autorizei, vê-lo concorrer poderosamente para melhor distribuição de água à nossa capital<sup>243</sup>.

Diferentemente dos anteriores, o sistema de abastecimento de água potável de Piracicaba foi posterior aos já citados: foi inaugurado em 1887, com o fornecimento de água ao chafariz do largo da Matriz (Fig.51).



Figura 51: Inauguração da Hidráulica de Piracicaba

Chafariz da praça José Bonifácio, em frente a Matriz de Santo Antônio, em 16 de fevereiro de 1887 (esquerda). Chafariz da praça José Bonifácio, no início da década de 1920 (direita).  
Fonte: THAME, Antônio Carlos de Mendes (Org.). *Museu da Água*: 'Francisco Salgot Castillon'. Embu: IQUAL Editora, 2006, p.53 e p.139.



Figura 52: Museu da Água

Vista frontal do Museu da Água (esquerda). Vista aérea do sistema de captação de água inaugurado em 1887 (centro). Dutos de aeração dos canais do subsolo (direita).  
Fonte: THAME, Antônio Carlos de Mendes (Org.). *Museu da Água*: 'Francisco Salgot Castillon'. Embu: IQUAL Editora, 2006, p.09, p.11 e p.15.

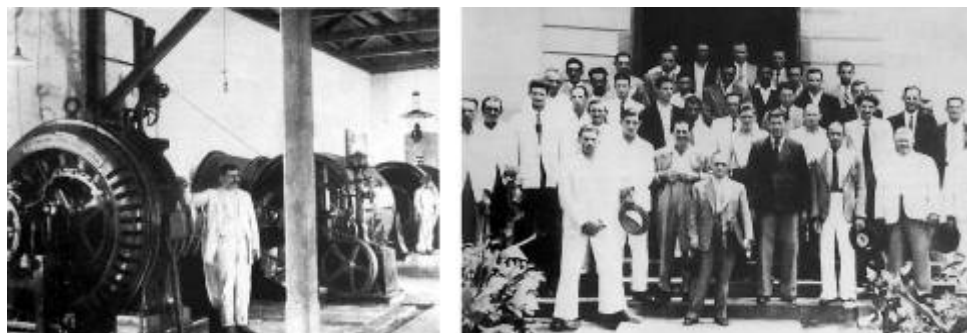


Figura 53: Bombas suíças em 1887 (esquerda). Funcionários da Hidráulica de Piracicaba (direita)  
Fonte: THAME, Antônio Carlos de Mendes (Org.). *Museu da Água*: 'Francisco Salgot Castillon'. Embu: IQUAL Editora, 2006, p.47 e p.81.

A proposta adotada para o abastecimento consistia em um sistema de aquedutos de tijolos e pedras que coletava a água bruta do rio. Esta passava por

<sup>243</sup> CRUZ, Ernesto. *A água de Belém: sistemas de abastecimento usados na capital desde os tempos coloniais aos dias hodiernos*. Belém: Rev. da Veterinária, 1944, p.78-80.

turbinas, que geravam energia e acionavam as bombas de recalque (Fig.52, 53 e 54). Dessa forma, a água era bombeada, através de tubulações de ferro fundido, para os reservatórios no Bairro dos Alemães e na Cidade Alta, de onde era distribuída por gravidade à população. Em 1888 a empresa hidráulica já havia instalado 799 penas d'água. Nesse mesmo ano a Câmara de Vereadores autorizou o início da construção da rede de esgoto.



Figura 54: Interior da Casa de Máquinas (esquerda). Casa de bombas (direita)  
 Fonte: THAME, Antônio Carlos de Mendes (Org.). *Museu da Água: 'Francisco Salgot Castillon'*. Embu: IQUAL Editora, 2006, p.35 e p.123.

Os responsáveis pela obra foram João Frick e Carlos Zanotta, que fundaram a firma Frick e Zanotta. Ambos já possuíam experiência em construções desse tipo, já que Frick fora responsável pelas obras da Hidráulica Rio-Grandense e Carlos Zanotta era empreiteiro da Hidráulica Pelotense. Dessa forma, o abastecimento de água potável de Piracicaba interessa pelos aspectos que o relacionam aos de Pelotas e de Rio Grande. Mas a proximidade não ocorre em função das estruturas de abastecimento, como era de se esperar, mas dos profissionais envolvidos na criação da Companhia Hidráulica: João Frick e Carlos Zanotta.

João Frick foi o responsável pela instalação da Hidráulica Rio-Grandense, na década de 1870, juntamente com Hygino Durão. Em 1885, praticamente dez anos após a assinatura do primeiro contrato, associou-se com Carlos Zanotta para realizar o abastecimento de água encanada de Piracicaba. Carlos Zanotta, nesse período, era empreiteiro da Hidráulica Pelotense, atendendo aos serviços de manutenção da rede. Essas constatações sugerem a carência de mão-de-obra qualificada no país. Demonstram, ainda, a circulação desses profissionais por diversas localidades, fossem eles empreiteiros, arquitetos ou engenheiros.

A investigação dos projetos apresentados neste capítulo revelam semelhanças e diferenças entre as propostas elaboradas em outras localidades e o objeto de estudo deste trabalho: demonstram, em diferentes escalas, que o século XIX foi o período de sanear as cidades, fossem européias ou sul-americanas.

A diferença entre as soluções adotadas relacionavam-se com a dimensão das cidades e os sistemas empregados. Dessa forma, não se pretende comparar o

saneamento de uma cidade europeia com uma cidade do interior do Brasil, em termos de sistema utilizado, já que a escala dos empreendimentos é muito diferenciada.

Mas essa investigação permitiu identificar relações, seja quanto às formas de abastecimento tradicionais (aguadeiros e chafarizes), aos profissionais envolvidos nos trabalhos (Belgrand, Francisco Rocha, João Frick e Carlos Zanotta) e aos materiais (uso da tubulação Chameroy em Belém) que possibilitaram contextualizar o projeto de Pelotas num universo mais amplo. E evidenciar uma das questões em comum entre todas as propostas: a higienização, ou seja, a preocupação com a proliferação de doenças, especialmente as epidemias que assolaram as populações urbanas durante o século XIX.

## 2 AS INTERVENÇÕES NA CIDADE DO SÉCULO XIX E SUAS REPERCUSSÕES EM PELOTAS

Neste estudo, a cidade do século XIX será tratada a partir de questões relativas ao embelezamento, ao saneamento e a higienização do ambiente urbano. Isso não significa que essas sejam as únicas formas de tratar a temática da cidade. Bresciani usou a metáfora das portas da cidade amuralhada, ou dos fios de um novelo, para tratar das possibilidades de abordagem da questão urbana<sup>244</sup>. Pela sua gênese, esse trabalho encaminhou-se para um enfoque permeado pela *idéia sanitária*, usando um termo empregado por Bresciani<sup>245</sup>.

As alternativas urbanísticas propostas no século XIX para as cidades européias buscavam sanar os problemas da cidade industrial: essas soluções podem ser verificadas nas propostas implementadas nas cidades preexistentes (como as intervenções realizadas em Paris e em Viena) ou naquelas idealizadas, que se caracterizaram como experiências excepcionais<sup>246</sup>.

Mas atribuir somente à industrialização (e conseqüentemente ao aumento da densidade demográfica nas cidades e as modificações nas formas de produção) as transformações que se implementaram na cidade seria esquecer de outras questões que se conformaram nesse período, entre elas as teorias médicas. O século XIX foi perpassado pelo saber médico (apoiado na teoria dos miasmas e na descoberta da dupla circulação sanguínea por Harvey) e pelo saber técnico, do engenheiro.

A cidade cujas intervenções do século XIX tiveram maior repercussão foi a capital francesa.

A dimensão monumental dos trabalhos de Haussmann na Paris do Segundo Império se teria encarregado de obscurecer o trabalho

---

<sup>244</sup> BRESCIANI, Maria Stella. Saberes sobre a cidade. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2002. BRESCIANI, Maria Stella. As sete portas da cidade. *Espaço & Debates*, São Paulo, Neru, 1992.

<sup>245</sup> A formação de um discurso a partir dessa *idéia sanitária* fundamentava-se na necessidade de sanear o corpo e de atuar sobre a moralidade do trabalhador (pobre) (BRESCIANI, Maria Stella. Saberes sobre a cidade. Op. Cit.)

<sup>246</sup> Entre elas destacam-se a aldeia de Robert Owen (cujo projeto, posto em prática em 1825 na América, fracassou) e o Falanstério de Charles Fourier (implementado pelo industrial Jean-Baptiste Godin através de um Familistério para seus operários). Guerrand trata das diversas propostas para a moradia popular que tiveram como referência, explícita ou não, o conceito de Fourier (GUERRAND, Roger-Henri. Espaços privados. In: PERROT, Michelle *et al.* (Dir.). *História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995). Sobre as propostas urbanísticas dos séculos XIX e XX ver CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidade*. Uma antologia. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

subterrâneo da instalação da infra-estrutura. Em Paris, os resíduos barrocos da perspectiva finalizada em monumentos encobririam o caráter moderno e funcional dos equipamentos coletivos urbanos, equipamentos situados no subsolo das cidades e mantidos apartados da vista do cidadão. Seria exatamente essa dimensão espetacular das reformas do prefeito Luís Napoleão Bonaparte o que teria levado os contemporâneos a ser incapazes de reconhecer o teor moderno das obras sanitárias realizadas na Inglaterra sem o recurso à produção de efeitos visuais<sup>247</sup>.

Pinon salienta que Luís Napoleão conhecia as propostas londrinas, pois esteve em Londres de 1846 a 1848, e que provavelmente as propostas da capital inglesa<sup>248</sup> tiveram alguma repercussão na intervenção parisiense<sup>249</sup>. Alguns autores discutem se a autoria do projeto de Paris foi de Napoleão III ou de Haussmann, já que o Imperador apresentou ao prefeito um esboço com sugestões, quando encarregou Haussmann da coordenação dos trabalhos. O fato é que o projeto transformou a cidade de Paris durante o Segundo Império (de 1851 a 1870).

Sobre as intervenções implementadas neste período, Chiavari comenta que a transformação de Paris adquiriu uma “rapidez desconhecida até então, e reflete de um lado o clima geral de corrida à industrialização e, do outro, a necessidade ideológica de transformar a cidade em um grande monumento ao ímpeto do ‘progresso’”<sup>250</sup>.

A implantação do projeto de Haussmann foi possível em função de dois instrumentos jurídicos: a lei de expropriação de 1840 e a lei sanitária de 1850<sup>251</sup>. A lei urbanística francesa possibilitava a expropriação de terrenos particulares (que até então era permitida somente para *grands travaux*) para obras de saneamento em bairros residenciais: foi esta legislação que permitiu a Haussmann realizar as intervenções em Paris (Fig.55).

O projeto implantado na capital francesa consistia em um conjunto de intervenções que previa o traçado de novas ruas (rede viária e *boulevards*), a implementação, pela administração, de serviços primários (redes de água e esgoto [Fig.56, direita], iluminação a gás, transporte público e construção de cemitérios) e secundários (escolas, hospitais, quartel, prisões e parques), assim como uma nova estrutura administrativa, que dividia a cidade em vinte distritos (*arrondissements*). Previa ainda a construção de moradias para as populações menos abastadas.

<sup>247</sup> BRESCIANI, Maria Stella. Saberes sobre a cidade. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2002, p.25-26.

<sup>248</sup> Sobre as intervenções na capital inglesa, Chiavari comenta que “contrariamente às outras capitais européias a praxe de transformação de Londres, mesmo se começou em ocasião do incêndio de 1866, vai-se realizando com uma certa lentidão, refletindo as etapas de expansão da sua industrialização, através de uma série de intervenções parciais que no começo atingem partes limitadas até envolver a cidade inteira. Mas apesar dessas transformações, o esquema permanece ‘compacto’ em volta da antiga *city*, com seus monumentos preexistentes que, com as novas praças e parques, se articulam num sistema orgânico (Plano de J. Nash, 1812-1822)” (CHIAVARI, Maria Pace. *As transformações urbanas do século XIX*. In: DEL BRENNNA, Giovanna Rosso (Org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos. Uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro, Index, 1985, p.576).

<sup>249</sup> PINON, Pierre. *Atlas du Paris haussmannien*. La ville en héritage du Second Empire à nos jours. Paris: Éditions Parigramme, 2002, p.28.

<sup>250</sup> CHIAVARI, Maria Pace. Op. Cit., p.575.

<sup>251</sup> BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.



Figura 55: Demolições para abertura da avenida da Ópera

Fonte: PINON, Pierre. *Atlas du Paris haussmannien: la ville en héritage du Second Empire à nos jours*. Paris: Parigramme, 2002, p.146-147.



Figura 56: Demolições do tecido antigo

Abertura da praça da *Étoile* (esquerda) e obras do sistema de esgoto, por volta de 1866 (direita).  
Fonte: PINON, Pierre. *Atlas du Paris haussmannien: la ville en héritage du Second Empire à nos jours*. Paris: Parigramme, 2002, p.68-69.

Quanto às obras sanitárias, Beguin compara as intervenções realizadas em Paris e na Inglaterra, apontando para o fato de que na primeira foi concedida uma

imagem espetacular que Napoleão III e Hausmann deram a obras sanitárias que, em outros lugares, e na Inglaterra notadamente, foram realizadas independentemente de qualquer procura de efeitos visuais e mesmo sem apelar para nenhum dado sensível. Portanto, o que faz a originalidade e a modernidade das concepções urbanas inglesas – esta ruptura completa com o sensível, tanto ao nível dos motivos que decidiram estas obras sanitárias, quanto a nível dos meios empregados para atingi-las é mascarada na França, por uma procura de visibilidade mais de ordem arcaica que moderna<sup>252</sup>.

O plano urbanístico recorria a algumas soluções que buscavam a regularidade, a inserção de edifícios como pano de fundo para as novas ruas e a uniformidade das fachadas nas ruas e praças mais importantes. Quanto ao projeto viário, induzia-se a urbanização de terrenos periféricos, através do traçado de novas retículas viárias, ao mesmo tempo que se definiam novas artérias nos bairros antigos e se determinava a reconstrução das edificações nos novos alinhamentos. A proposta evitava destruir monumentos antigos, buscando inseri-los como pontos de fuga para as novas perspectivas viárias (Fig.56, esquerda).

A presença de parques públicos foi um dos elementos de destaque na proposta haussmaniana, assim como havia sido no projeto de John Nash para Londres

<sup>252</sup> BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. *Espaço & Debates*, São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, n.34, 1991, p.43.

(reorganização de amplas áreas verdes, como o *Regent's Park*<sup>253</sup> e *St. James Park*). O interesse do Imperador, que havia conhecido os parques londrinos (o conjunto de jardins públicos mais extenso que existia em uma capital naquele momento), foi importante para a consolidação dos parques franceses<sup>254</sup>. Em Paris foram propostos o *Bois de Boulogne* e o *Bois de Vincennes* (o primeiro a oeste da cidade e o segundo no extremo oposto), assim como outros parques menores como o *Parc Monceau*, *Buttes-Chaumont* e o *Parc Montsouris*, aos quais se somaram ainda passeios arborizados, jardins menores e *squares*<sup>255</sup>.

Estabeleceram-se, ainda, os limites entre a administração pública (encarregada dos percursos e das instalações) e a propriedade privada (relacionada aos terrenos urbanizados). As maiores críticas à intervenção na capital francesa estavam voltadas à destruição do tecido antigo da cidade, assim como à especulação imobiliária decorrente da implementação do plano. Nessa perspectiva, Beguin comenta que por suas “dimensões espetaculares, freqüentemente tendeu-se a somente registrar seus efeitos negativos: demolições, destruição da velha Paris, etc.”<sup>256</sup>. Mas, apesar da destruição do tecido, o projeto tinha como premissa que os principais monumentos fossem preservados e valorizados no contexto urbano.

Os resultados do projeto eram visíveis na Exposição Universal de 1867

Paris é uma cidade ‘nova’, a mais ‘moderna’ do século XIX, para ser mostrada e ficar de exemplo. E assim foi: à Paris haussmanniana pode caber o título de ‘modelo urbano’ do século XIX. Paralelamente, este modelo se empobrecia com sua divulgação. Extraído de sua realidade, simplificava-se em esquemas rígidos, limitados a algumas diretrizes principais e ao fausto mais superficial. Assim perdia-se a complexidade do original, reduzindo-se às aberturas de grandes avenidas sem manter a relação entre estas e a unidade do organismo urbano<sup>257</sup>.

Além de Paris, outras cidades européias passaram por intervenções no século XIX. O projeto de Ildefonso Cerdà para a cidade de Barcelona, datado de 1859, faz parte desse conjunto de obras que propuseram alternativas para as cidades adensadas do século XIX.

Em Viena, a urbanização do *Ring* também se insere nesse conjunto de intervenções. Na capital austríaca, o terreno livre existente entre a cidade medieval e a periferia foi urbanizado a partir de 1857<sup>258</sup>. A presença deste vazio urbano ocorreu em

<sup>253</sup> O projeto para o *Regent's Park* (1820-1830) e para a *Regent Street*, iniciado por John Nash em 1812, tinha o objetivo de valorizar um extenso terreno de propriedade da Coroa.

<sup>254</sup> FARIELLO, Francesco. *La arquitectura de los jardines: de la antigüedad al siglo XX*. Madri: Celeste, 2000, p.251.

<sup>255</sup> As *squares* eram pequenos jardins delimitados por conjuntos de edificações modulares alinhadas, que delimitam espaços regulares de formas variadas: retangulares, poligonais, circulares ou elípticas (Ibid., p.250).

<sup>256</sup> BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. *Espaço & Debates*. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, n.34, 1991, p.43.

<sup>257</sup> CHIAVARI, Maria Pace. As transformações urbanas do século XIX. In: DEL BRENNNA, Giovanna Rosso (Org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos*. Uma cidade em questão II. Rio de Janeiro, Index, 1985, p.576.

<sup>258</sup> Sobre a intervenção em Viena ver SCHORSLE, Carl. *Viena fin-de-siècle*; política e cultura. Campinas: Unicamp: Companhia das Letras, 1989 (em especial o capítulo II, A *Ringstrasse*, seus críticos e o nascimento do urbanismo moderno).

função da manutenção das fortificações, que criaram um cinturão de isolamento militar.

Algumas relações entre a experiência inglesa de urbanização e a intervenção em Viena são apontadas por Chiavari, que destaca a valorização da natureza e dos parques como elementos de qualificação da cidade, o interesse pelo desenho urbano e o respeito pela configuração original da cidade (centro histórico)<sup>259</sup>.

Mas foram as intervenções de Georges Eugène Haussmann em Paris, durante o Segundo Império, as que mais repercutiram, tanto no continente europeu, como fora dele. Benevolo comenta que o projeto haussmaniano tornou-se um modelo reconhecido nas cidades europeias após 1870 e que “na Itália, poucas são as cidades importantes onde não se abriu uma rua em linha reta entre o centro e a estação ferroviária”<sup>260</sup>. Essa situação ocorreu também na América do Sul. Chiavari comenta que “a criação de uma imagem parisiense ou seja, cosmopolita, da própria capital, é a aspiração comum da Argentina e do Brasil”<sup>261</sup>.

No Brasil, as intervenções tornaram-se mais efetivas nas últimas décadas do século XIX e no início do século XX. Antes disso, como salienta Marins,

os modelos urbanísticos que se metamorfoseavam na Europa, assolada pelos discursos sanitaristas e pela higienização social e política das reformas de Haussmann em Paris, ainda não afetavam firmemente as frágeis tentativas de controle dos espaços urbanos, e domésticos, das grandes cidades do litoral brasileiro, nem mesmo do Rio de Janeiro. Esbarravam, certamente, numa sociedade ainda marcada pelo particularismo e trespassada pela escravidão, sem falar na falta de prioridades urbanísticas da cúpula governamental<sup>262</sup>.

No Rio de Janeiro, as intervenções urbanísticas mais significativas foram implantadas nas primeiras décadas do século XX por Pereira Passos, prefeito durante a gestão de Rodrigues Alves (1903-1906). Os pontos básicos do programa do governo de Alves consistiam na remodelação e no saneamento da capital federal<sup>263</sup>. Nesse projeto, as obras de saneamento e de embelezamento ocorriam concomitantemente. Mas torna-se significativo o comentário de Del Brenna sobre o projeto, no qual a autora revela que

a ordem das prioridades na solução dos problemas da cidade – iniciada desde o século XIX pelos ambientes científicos e dramaticamente presente no dia-a-dia de seus moradores sob a forma de falta d’água e das precárias condições higiênicas – é invertida, colocando definitivamente em primeiro plano a questão de sua *imagem* [...] o verdadeiro conteúdo é o delinear-se de um projeto político para cuja realização – e legitimação – o Estado, a partir de

<sup>259</sup> CHIAVARI, Maria Pace. As transformações urbanas do século XIX. In: DEL BRENNA, Giovanna Rosso (Org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos. Uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro, Index, 1985, p.576.

<sup>260</sup> BENEVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1989, p.114. O autor cita como exemplos as cidades de Roma, Bolonha, Nápoles e Turim.

<sup>261</sup> CHIAVARI, Maria Pace. Op. Cit, p.580.

<sup>262</sup> MARINS, Paulo César Garcez. *Através da rótula: sociedade e arquitetura no Brasil, séculos XVII a XX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001, p.253.

<sup>263</sup> BENCHIMOL, Jaime Larry. A modernização do Rio de Janeiro. In: DEL BRENNA, Giovanna Rosso (Org.). Op. Cit..



agora em primeira pessoa, passa a usar todos os elementos ‘ativos’ disponíveis, tanto técnicos quanto psicológicos<sup>264</sup>.

O plano de Pereira Passos para a capital da República é, no entender de Chiavari, “uma atitude que reflete as exigências de ruptura com o passado e de afirmação de uma imagem urbana condizente com a nova época”<sup>265</sup>. Essa afirmação é obtida, em parte, através de um amplo registro fotográfico elaborado sobre o plano de intervenção, que construía na sua argumentação uma contraposição entre o antes e o depois, projetando imagens negativas quanto ao primeiro e positivas em relação ao segundo<sup>266</sup> (Fig.57 e 60).

As obras de Pereira Passos trataram de dois eixos principais: a remodelação do porto e a abertura de avenidas, em especial a avenida Central (atual avenida Rio Branco [Fig.58]). A primeira consistia na retificação das irregularidades naturais da orla, com o aterramento de enseadas e a construção de um cais contínuo com 3.500 metros de extensão, que se prolongava do Arsenal da Marinha até pouco além da embocadura do canal do Mangue (Fig.59).



Figura 57: Avenida Central, antes e depois das intervenções  
A avenida Central em 1904, já aberta até a atual Marechal Floriano. Foto publicada na Revista Kosmos em 1904 (esquerda). A avenida Central por volta de 1910 (direita).  
Fonte: FERREZ, Marc. *O álbum da Avenida Central: um documento fotográfico da construção da Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, 1903-1906*. São Paulo: Ex Libris, 1983, p.30-31.



Figura 58: Avenida Central, Rio de Janeiro (atual avenida Rio Branco)  
O Teatro Municipal e o Museu Nacional de Belas Artes. Vista em direção ao norte (cerca de 1910).  
Fonte: FERREZ, Marc. *O álbum da Avenida Central: um documento fotográfico da construção da Avenida Rio Branco, Rio de Janeiro, 1903-1906*. São Paulo: Ex Libris, 1983, p.35.

<sup>264</sup> DEL BRENNNA, Giovanna Rosso. O Rio de Janeiro de Pereira Passos. In: DEL BRENNNA, Giovanna Rosso (Org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos. Uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro, Index, 1985, p.08-09.

<sup>265</sup> CHIAVARI, Maria Pace. As transformações urbanas do século XIX. In: DEL BRENNNA, Giovanna Rosso (Org.). *Op. Cit.*, p.591.

<sup>266</sup> *Ibid.*, p.571.



Figura 59: Rio de Janeiro. As transformações da cidade entre 1903 e 1910. A marcação em preto indica o traçado de ruas e avenidas (abertas ou alargadas) do Plano de 1903. Fonte: DEL BRENNNA, Giovanna Rosso (Org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos. Uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro, Index, 1985, p.612.



Figura 60: A avenida Central  
Charges sobre a avenida publicadas em 1903.  
“Como foi”, A avenida, 1º/08/1903 (esquerda); “Como é”, A avenida, 08/08/1903 (centro) e “Como será”, A avenida, 15/08/1903 (direita).  
Fonte: DEL BRENNNA, Giovanna Rosso (Org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos. Uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro, Index, 1985, p.88-89.

Em relação à abertura das avenidas, Benchimol comenta que estas se configuravam como

o instrumento principal do plano de remodelação e saneamento da cidade, e atendiam basicamente a dois objetivos complementares, mas de natureza diversa. O primeiro, mais evidente, concernia às necessidades de circulação urbana, de homens e mercadorias, no centro ou acompanhando os vetores de norte e sul de expansão da cidade. O segundo dizia respeito à transformação das formas sociais de ocupação dos espaços atravessados pelas avenidas<sup>267</sup>.

O estudo de Vaz sobre a habitação coletiva no Rio de Janeiro refere-se às obras colocadas em prática por Pereira Passos na capital, destacando que nesse período a crise da habitação acentuou-se, em função da erradicação dos cortiços<sup>268</sup> e

<sup>267</sup> BENCHIMOL, Jaime Larry. A modernização do Rio de Janeiro. In: DEL BRENNNA, Giovanna Rosso (Org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos. Uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro, Index, 1985, p.603.

<sup>268</sup> O cortiço era um termo usado para referir-se a habitações coletivas ocupadas por segmentos pobres da população, principalmente a partir de meados do século XIX na área central do Rio de Janeiro, sendo que, “em princípios da década de 1870, o termo adquiriu um sentido cada vez mais estigmatizador das habitações coletivas, servindo para nomear o alvo dos defensores do higienismo” (Cortiços. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial: 1822-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p.180).

do 'bota-abixo' (demolição de uma série de imóveis e, conseqüentemente, aumento do preço do aluguel dos resultantes [Fig.61]).

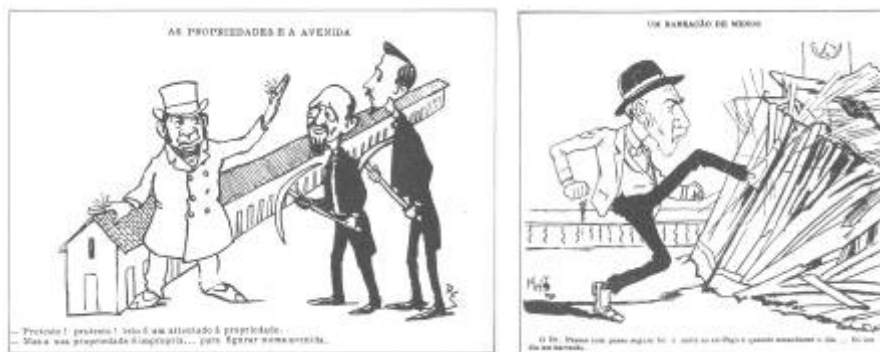


Figura 61: As demolições no Rio de Janeiro

Publicações na imprensa carioca sobre a qualidade das edificações na avenida Central (O Malho, 11 de julho de 1903, esquerda) e sobre as demolições implementadas por Pereira Passos, conhecidas como 'bota-abixo' (O Malho, 31 de janeiro de 1903, direita).

Fonte: DEL BRENNIA, Giovanna Rosso (Org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos. Uma cidade em questão II. Rio de Janeiro, Index, 1985, p.78 e 24.*

Vaz comenta que a reforma foi “a primeira grande intervenção do poder público sobre o espaço urbano carioca resultou da ação conjunta dos governos municipal e federal e se centrou em três pontos: o controle sanitário, urbanístico e de circulação”<sup>269</sup>. Quanto às obras de saneamento e de embelezamento (chamado de 'bota-abixo', na linguagem da época), destaca a renovação da zona portuária e o alargamento e retificação de ruas, assim como a abertura de novas avenidas.

Em Porto Alegre, as propostas urbanísticas mais significativas vão acontecer somente em 1914, com a elaboração do Plano de Melhoramentos, realizado pelo engenheiro-arquiteto João Moreira Maciel. Bittencourt comenta que o plano previa a realização de obras no cais do porto e a criação de uma série de avenidas, além de “alargamentos, recuos, ajardinamentos, prolongamento de ruas e, ainda, o projeto do Parque Farroupilha”<sup>270</sup>.

Sobre o projeto de Maciel, Souza e Silveira citam a existência de uma planta e um relatório, únicos registros remanescentes que, por serem escassos, dificultam a análise da obra. Na planta é possível identificar “as intervenções a serem feitas, com prolongamentos e alargamentos de vias ou a criação de novas avenidas, a canalização do riacho e o projeto dos parques e jardins”<sup>271</sup>.

Os autores ressaltam que o relatório apresenta, nas suas primeiras linhas “o único critério adotado [...] de orientação no estudo do plano, foi a máxima positivista,

<sup>269</sup> VAZ, Lilian Fessler. *Modernidade e moradia - habitação coletiva no Rio de Janeiro séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002, p.51.

<sup>270</sup> BITTENCOURT, Dóris Maria Machado de. *Casas residenciais em Porto Alegre em fins do século XIX e início do século XX*. 1996. 2V. 791p. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, p.756.

<sup>271</sup> SOUZA, Célia Ferraz de; SILVEIRA, Fábio Dikesch da. A contribuição dos engenheiros ao urbanismo de Porto Alegre no início do século. In: Seminário da História da Cidade e do Urbanismo, VIII, 2004. *Anais do...* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004.

de *melhorar, conservando*, lema da administração Montaury<sup>272</sup>. Discutem ainda a repercussão, no projeto porto-alegrense, de outras intervenções urbanísticas que ocorreram nessa época (como o projeto de Aarão Reis para Belo Horizonte, as obras de Saturnino de Brito e as intervenções realizadas em Paris). Sobre esta última argumentam que

o positivismo tinha Paris por modelo e sua gênese estava também no sansimonismo, o que aproximava as idéias políticas e científicas, na formação do Brasil republicano, especialmente no caso do Rio Grande do Sul e Porto Alegre [...] entretanto, seria ingênuo da nossa parte, afirmar que o Plano de Melhoramentos de Porto Alegre seja resultado da aplicação do modelo Haussmanniano. Mas desconhecer as suas marcas seria fechar os olhos às questões que eram colocadas e debatidas em nossas cidades<sup>273</sup>.

Em Pelotas, a expansão da cidade durante o século XIX ocorreu com a apropriação dos espaços contíguos as áreas definidas pelos limites urbanos, ou ao longo dos caminhos já estabelecidos, ao norte, leste e oeste. As intervenções foram de pequeno porte e pontuais, não compreendendo um projeto amplo de planejamento da cidade.

Talvez uma das repercussões das premissas que orientaram os projetos de embelezamento possa ser percebida no traçado da avenida Saldanha Marinho, que ligava as proximidades do largo da estação à antiga praça das Carretas, na lateral do arroio Santa Bárbara. Ou a locação da estação ferroviária no eixo da rua Dom Pedro II, como pano de fundo da rua, uma solução raramente encontrada na cidade de Pelotas (Fig.62).



Figura 62: Avenida Saldanha Marinho e rua Dom Pedro II  
Ajardinamento da avenida Saldanha Marinho, na década de 1920 (esquerda). Vista da rua Dom Pedro II com a estação ferroviária ao fundo (direita).

Fonte: PARADEDA, Florentino. *Almanach de Pelotas*. S.l.: s.ed., 1928, Ilustrações (esquerda).  
ILLUSTRAÇÃO Pelotense, 1924, nº 12, ano 6, p.24 (direita).

Mas o que se constata é que, no sul do Rio Grande do Sul, as propostas da capital da República foram veiculadas pela imprensa, que publicava charges sobre as obras locais, comparando-as com aquelas executadas no Rio de Janeiro (Fig.63).

<sup>272</sup> SOUZA, Célia Ferraz de; SILVEIRA, Fábio Dikesch da. A contribuição dos engenheiros ao urbanismo de Porto Alegre no início do século. In: Seminário da História da Cidade e do Urbanismo, VIII, 2004. *Anais do...* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004. Sobre a administração de Montaury e a permanência dos prefeitos da capital gaúcha no poder (três intendentos em 40 anos) ver BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendentos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

<sup>273</sup> SOUZA, Célia Ferraz de; SILVEIRA, Fábio Dikesch da. Op. Cit.



Figura 63: Charges do jornal Zé da Hora

- Ah! Doutor... se nós conseguíssemos fazer aqui uma avenida como a do Passos do Rio de Janeiro?  
- Sr. Secretário, por enquanto já temos cais, ramal, calçamentos e projetos de esgotos. *Piano piano si vá lontano*. Nós estamos em Pelotas. Não podemos andar a passos do Rio de Janeiro (esquerda).

Lauro Muller – Enquanto o Passos distrai este povo de cá deixa-me espiar se os guascas<sup>274</sup> estão muito zangados com a demora da barra (direita).

Fonte: ZÉ DA HORA, 24 de março de 1906, capa (esquerda). ZÉ DA HORA, 23 de junho de 1906, capa (direita).

## 2.1 O SANEAMENTO E O CONTROLE DAS EPIDEMIAS

As cidades que possuíam um núcleo preexistente, formado por ruas estreitas e edificações compactas, não possuíam estrutura compatível com o crescimento populacional ocorrido no século XIX. Problemas como o aumento do trânsito dificultavam a locomoção nas áreas urbanizadas, e a tendência das classes mais abastadas foi migrar para regiões periféricas, abandonando as edificações centrais que se transformaram em cortiços. Nesse momento surgia o fenômeno da multidão. Bresciani descreveu que

nas ruas, a multidão é uma presença [...] o movimento de milhares de pessoas deslocando-se por entre o emaranhado de edifícios da grande cidade compõe uma representação estética da sociedade. As populações de Londres e de Paris encontram-se com sua própria modernidade através dessa exteriorização: admiração e temor diante de algo extremamente novo [...] sua presença nas ruas de Londres e Paris do século XIX, foi considerada pelos contemporâneos como um acontecimento inquietante. Milhares de pessoas deslocando-se para o desempenho do ato cotidiano da vida nas grandes cidades compõem um espetáculo que, na época, incitou ao fascínio e ao terror<sup>275</sup>.

As cidades européias, especialmente Londres e Paris, vivenciaram nesse período uma situação nova e inesperada. A população de Londres aumentou, em cinquenta anos, de 1.873.676 habitantes (em 1841) para 4.232.118 (em 1891)<sup>276</sup>. Na Inglaterra as proporções das transformações foram mais intensas do que na França.

<sup>274</sup> Guasca é uma correia de couro cru, um chicote ou relho. No Rio Grande do Sul o termo “desde muito tempo passou a significar também o homem do campo, o gaúcho em geral [...] se consolidou então e perdura ainda o sentido de guasca como um tipo interiorano do sul” (FISCHER, Luís Augusto. *Dicionário de porto-alegrês*. 13 ed. ampl. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004, p.139-140). A barra a que o autor se refere é a abertura da barra do Rio Grande, canal de comunicação da Lagoa dos Patos com o Oceano Atlântico.

<sup>275</sup> BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.08-10.

<sup>276</sup> *Ibid.*, p.31.

Os estudos de Phillippe Áriès revelam que em 1850 a população rural, dedicada a agricultura, era de 50% na Inglaterra e 75% na França; em 1871 esses valores alteraram-se para 35% na primeira e 69% na segunda<sup>277</sup>.

Em Paris, a população que somava 714.596 habitantes no final do Primeiro Império, aumentou para 1.226.980 habitantes em 1851, e para 1.823.000 habitantes em 1866<sup>278</sup>. Apesar do crescimento de Paris não ter sido tão intenso como o londrino, Bresciani argumenta que, no caso da capital francesa, o desenho urbano da cidade permeneceu inalterado até 1850.

Em função desta situação, o problema sanitário agravou-se nas cidades européias no decorer do século XIX, e as epidemias difundiram-se: o cólera espalhou-se pela Europa, vindo da Ásia, em 1830. Em 1831 propagou-se da França para a Inglaterra. A opinião pública reagiu, reclamando a intervenção da administração.

Em Londres, a década de 1840 foi marcada por três relatórios sobre as condições sanitárias da cidade. A análise de Beguin sobre estes relatórios revela que se referem “mais à doença e à delinquência, à água, ao ar, à luz e aos esgotos, às formas físicas através das quais os fluídos e as práticas poderão ser canalizados e regulados [...] o que custa tratá-los, assisti-los ou reprimi-los”<sup>279</sup>.

Foi neste momento que o Estado adquiriu a possibilidade de ampliar o “controle sobre os aparelhos da salubridade e higiene para domesticar os efeitos e modificar assim as normas de funcionamento da casa”<sup>280</sup>. As epidemias possibilitaram as intervenções do poder público nos espaços privados.

Quando estes inconvenientes [de ordem higiênica] se tornaram intoleráveis – devido às epidemias de cólera que proliferaram depois de 1830 – e se estudaram as primeiras providências para os eliminar, tornou-se clara a pluralidade de causas determinantes, pelo que as providências adquiriram necessariamente um caráter múltiplo e coordenado. Deste modo, a legislação sanitária torna-se o precedente direto da moderna legislação urbanística e cedo se generalizou a noção de expropriação, estendendo-a das obras públicas para todo o corpo da cidade<sup>281</sup>.

As primeiras leis sanitárias européias surgiram na Inglaterra (*Public Health Act*, no verão de 1848, que não incluía Londres, mas criava a *Metropolitan Commission of Sewers*), na França (1850) e na Itália (1865)<sup>282</sup>. Quanto às expropriações, na França existia uma legislação específica baseada na lei de 1841, diferentemente do que ocorria na Inglaterra.

<sup>277</sup> ÁRIÉS, Phillippe. *Populations anglaise et française du XVIII<sup>e</sup> au XX<sup>e</sup> siècles* apud BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p.71.

<sup>278</sup> *Ibid.*, p.74.

<sup>279</sup> Em 1842 o *Report on the Sanitary Conditions of the Labouring Population* oferecia um quadro das condições sanitárias das classes trabalhadoras. Já a Comissão Real de Inquérito apresentou suas conclusões em dois relatórios: *First Report of the Commissioners for Inquiring into the State of large towns and Populous Districts* (1844) e *Second Report ...* (1845). BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. *Espaço & Debates*, São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, n.34, 1991, p.39.

<sup>280</sup> *Ibid.*, p.41.

<sup>281</sup> BENEVOLO, Leonardo. *As origens da urbanística moderna*. Lisboa: Presença, 1994, p.98.

<sup>282</sup> BEGUIN, François. Op. Cit.

No Brasil, o século XIX também foi permeado pelas epidemias<sup>283</sup>. A proliferação de doenças contagiosas como o cólera e a febre amarela atingiu uma parcela significativa da população, sem distinção de classe ou raça: todos adoeciam da mesma maneira. Nesse sentido, Chiavari comenta que o saneamento se tornou “uma exigência inadiável quando, por ocasião das epidemias, as consequências se difundem sem respeito pela distribuição geográfica das classes sociais”<sup>284</sup>.

Mas, apesar de difundir-se entre todos, o cólera manifestava-se preferencialmente junto aqueles que possuíam menores condições financeiras e que se encontravam em instalações precárias. Alencastro aponta como a causa da proliferação dessas epidemias o fato de que com “o início da navegação regular a vapor, nos anos 1840, o tempo das viagens encurta-se, dificultando a descoberta – e a quarentena nos portos – de indivíduos embarcados e infectados por doenças contagiosas ainda incubadas”<sup>285</sup>.

A insalubridade do ambiente urbano contribuía para a proliferação das doenças, principalmente quanto à precariedade dos sistemas de abastecimento de água e de eliminação/esgotamento das águas servidas. Mas os problemas de saneamento não se resumiam somente a esses dois fatores: incluíam problemáticas que demandavam soluções para questões como o esgotamento de pântanos e de alagadiços, a retificação de leitos de rios, a limpeza das ruas, a coleta e a destinação do lixo e dos dejetos industriais, os enterramentos, os cortiços e o abastecimento de gêneros alimentícios, entre outros.

Infecionistas e contagionistas discutiam as formas de propagação das doenças: os primeiros defendiam o argumento de que a disseminação ocorria através do contágio (ou seja, pelo contato físico direto ou indireto, pelos objetos e pelo ar exalado da respiração dos doentes); os segundos acreditavam que a transmissão ocorria pelo ar contaminado pela matéria em putrefação<sup>286</sup>.

A importância de convencer a opinião pública sobre a necessidade das intervenções do poder público foi tratada por Chiavari

qualquer que seja o remédio proposto, os ingredientes comuns são: aeração, ventilação, iluminação e limpeza que, nas mãos do Poder, vão-se transformando em decretos, *slogans*, pressupostos, paradigmas e justificações para qualquer operação demolidora. O Poder cria em volta de suas decisões uma aura soberana de

<sup>283</sup> O conteúdo político e ideológico das políticas de combate às epidemias pode ser constatado no descaso das autoridades em relação à tuberculose, que foi a maior responsável pela mortalidade na corte em 1870, ameaçando tornar-se endêmica (Epidemias. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial: 1822-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p.232). Estudos específicos sobre as epidemias em Pelotas foram abordados nos trabalhos de GILL, Lorena Almeida. *O mal do século: tuberculose, tuberculosos e política de saúde em Pelotas/RS 1890-1930*. Pelotas: EDUCAT, 2007 e de FERREIRA, Renata Brauner. *Epidemia e drama: a gripe espanhola em Pelotas - 1918*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001.

<sup>284</sup> CHIAVARI, Maria Pace. As transformações urbanas do século XIX. In: DEL BRENNA, Giovanna Rosso (Org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos. Uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro, Index, 1985, p.589.

<sup>285</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.68.

<sup>286</sup> Epidemias. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). Op. Cit., p.231-232.

neutralidade técnica, portanto indiscutível, exumando o terror ancestral da morte da espécie e reativando o instinto de sobrevivência. Assim a ação violenta de destruir, desabrigar, cortar, deslocar, transforma-se em conceito positivo de destruição do mal e do seu veículo, a doença [...]”<sup>287</sup>.

O aumento da população e os conseqüentes problemas de saneamento foram sentidos nas principais cidades brasileiras a partir da segunda metade do século XIX. O medo gerado pela difusão das epidemias refletiu-se no país ocasionando intervenções, inclusive, nas cidades gaúchas. Moura salienta que

as discussões sobre as cidades brasileiras na virada do século eram dominadas por três grandes questões: a higienização dos espaços públicos e privados, a circulação do ar, das águas e dos esgotos estagnados, ambas articuladas por uma estética urbana associada à imagem de uma cidade bela e moderna”<sup>288</sup>.

Pelotas insere-se nesse contexto, seja nas preocupações referentes à difusão das epidemias, seja no tratamento dos espaços públicos e privados. Nessa perspectiva, o trabalho abordou algumas intervenções relativas ao controle das epidemias, como a localização de cemitérios extramuros e a criação de espaços de lazer e áreas verdes para a população, próximas ao centro ou em regiões periféricas.

## O RITUAL DA MORTE E OS CEMITÉRIOS EXTRAMUROS

As epidemias, principalmente a de cólera *morbis*, modificou a forma de tratar os enterros nas cidades a partir do século XIX, com a criação de cemitérios extramuros. A transferência dos enterramentos, das capelas para os campos santos, ocorreu devido a difusão do saber médico “que considerava os defuntos perniciosos à vida. Esta foi uma novidade do século XIX, pois, no período colonial, os mortos jamais foram responsabilizados pelas diversas epidemias [...]. Ao contrário, mantiveram-se próximos e, segundo a crença geral, protegiam os vivos”<sup>289</sup>.

Antes da proliferação das epidemias, os enterramentos ocorriam em áreas urbanizadas, principalmente no interior de templos religiosos, já que as pessoas “desejavam um enterro em território conhecido, perto daqueles com quem tinham dividido a vida cotidiana. As atitudes diante da morte traduziam uma concepção de viver em que a paróquia, e o que ela continha, representava a referência espacial mais significativa”<sup>290</sup>. Reis comenta que se acreditava que os enterros em cemitérios, como os da Misericórdia, comprometiam a salvação da alma. As modificações no regime

<sup>287</sup> CHIAVARI, Maria Pace. As transformações urbanas do século XIX. In: DEL BRENNNA, Giovanna Rosso (Org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos. Uma cidade em questão II*. Rio de Janeiro, Index, 1985, p.571.

<sup>288</sup> MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de. *Habitação Popular em Pelotas (1880-1950): entre políticas públicas e investimentos privados*. 2006. 249p. (Doutorado em História do Brasil). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.53-54.

<sup>289</sup> Cemiterada. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial: 1822-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p.130.

<sup>290</sup> REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.126.



funerário foram aceleradas pela epidemia do cólera que percorreu o Império em 1855-56.

A peste triunfou diante da precariedade sanitária, a impotência das autoridades, a confusão dos médicos, a resignação dos religiosos, o desespero da população e principalmente o medo de todos [...] O surto epidêmico de meados do século XIX serviu como catalisador das mudanças que já vinham lentamente trabalhando a mentalidade do século, inclusive no que diz respeito ao modo de morrer<sup>291</sup>.

O controle das epidemias era uma preocupação constante das autoridades, que esbarrava nos alicerces do regime escravocrata, já que uma das recomendações para conter a doença era o uso de sapatos, que somente era permitido aos livres e libertos; os escravos andavam descalços, evidenciando seu estatuto de cativo. Dessa forma, uma das medidas preventivas para o controle da doença esbarrava nas bases do regime escravista: a utilização de calçados durante os surtos de cólera, nos anos 1850<sup>292</sup>.

As preocupações sanitaristas, que repercutiam as idéias de higienistas franceses, apontavam a teoria dos miasmas como a causa da proliferação das epidemias. Reis comenta que

o cúmulo da ilustração nas teses higienistas da época era a teoria dos miasmas, segundo a qual a decomposição dos cadáveres produziria gases ou eflúvios pestilenciais, que atacavam a saúde dos vivos. Estes deviam se cuidar, transferindo os mortos para cemitérios localizados fora do perímetro urbano, em lugares elevados e arejados, cercados de árvores frondosas que ajudassem a limpar o ar, longe das fontes de água potável e fora da rota dos ventos que soprassem sobre a cidade<sup>293</sup>.

O viajante belga Baguet comenta, na década de 1870, que Porto Alegre era uma das raras cidades do país dotadas de um cemitério extramuros. Seu parâmetro de comparação era o Rio de Janeiro, capital do Império, onde os rituais de enterramentos surpreenderam o estrangeiro.

A população de diversas raças se eleva a cerca de 240.000 almas, sepulta-se ainda nas criptas das igrejas e nos jazigos dos claustros. Os corpos são ali depositados cobertos com cal viva e, num certo dia do ano, as ossadas são recolhidas e então colocadas em urnas. Este costume, de proveniência portuguesa, é deplorável, sobretudo num clima em que o termômetro sobe até 30 graus Réaumer e onde só o surgimento de uma epidemia pode tirar as autoridades de sua negligência<sup>294</sup>.

Três anos após sua passagem pela capital irrompeu uma violenta epidemia de febre amarela e, a partir de então, esse costume foi abolido. Mas, se no Rio de Janeiro

<sup>291</sup> REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.140-141.

<sup>292</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). Op. Cit., p.79.

<sup>293</sup> REIS, João José. Op. Cit., p.134.

<sup>294</sup> BAGUET. A. *Viagem ao Rio Grande do Sul: viajante belga do século XIX*. Florianópolis: Paraula, 1997. p.36.

isso ocorreu somente na década de 1870, na capital da província de São Pedro essa providência foi bem anterior.

Logo após a Guerra dos Farrapos o Presidente da Província relatava os inconvenientes dos sepultamentos dentro da cidade, encarregava a Santa Casa de Misericórdia da construção do cemitério extramuros localizado no alto da Azenha e destinava recursos para a obra. Comentava ainda que em Rio Grande este procedimento já era adotado<sup>295</sup>.

Pelotas teve três locais de enterramentos antes da criação do cemitério da Santa Casa de Misericórdia: na lomba da atual rua Santa Cruz (a partir de 1812), no interior da igreja e no terreno aos fundos desta (desde 1814, em concomitância com o da Santa Cruz) e na rua do Passeio<sup>296</sup> (limite norte da primeira ocupação urbana, a partir de 1825)<sup>297</sup>.

A primeira mudança ocorreu quando a Irmandade do Santíssimo Sacramento, que era responsável pelo cemitério, decidiu trazê-lo para junto da igreja, além de acabar com os sepultamentos no interior da capela. Para isso, resolveu murar a praça aos fundos desta e construir, ao longo dos muros, linhas de catacumbas.

Gutierrez comenta que a transferência dos enterros dos terrenos da igreja e da Santa Cruz não ocorreu em virtude de nenhuma epidemia, mas do aumento do número de sepultamentos. Em 1825 foi realizado o muramento do recinto e a construção de catacumbas no terreno do Passeio (que fazia fundos a rua da Vigia e divisava a leste com a rua Augusta e a oeste com a das Flores)<sup>298</sup>. Antes da criação do cemitério da Santa Casa de Misericórdia, cento e cinquenta coléricos foram enterrados no cemitério da rua do Passeio, e um campo santo foi criado na costa do arroio Pelotas, próximo às charqueadas, onde a doença foi mais intensa<sup>299</sup>.

O aparecimento do cólera no Rio de Janeiro, na década de 1850, repercutiu no sul do país. Em Pelotas, as medidas voltadas para evitar a proliferação da doença incluíam a construção do novo cemitério da Santa Casa de Misericórdia (Fig.64). O cólera instalou-se em Pelotas em 1855, numa cidade que contava com 5900 almas<sup>300</sup>. Nesse mesmo ano foi inaugurado o cemitério da Santa Casa<sup>301</sup> e feita a remoção dos

<sup>295</sup> RELATORIO com que abriu a primeira sessão ordinária da segunda legislatura da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul no 1º de março de 1846, o exmº sr. conde de Caxias, presidente da mesma provincia. Porto Alegre: Typ. de I.J. Lopes, 1846, p.19-20.

<sup>296</sup> Atualmente avenida Bento Gonçalves.

<sup>297</sup> Na Capela da Senhora da Luz também houve um local de enterramentos, já que José Fernandes da Victoria Santos solicitou ao “vigário permissão para fazer por trás da ermida um cemitério, foi-lhe a concessão dada pela provisão de 31 de maio de 1823” (Os templos de Pelotas. In: FERREIRA & C. *Almanach de Pelotas*. Pelotas: Offic. Typ. do Diário Popular, 1914, p.179).

<sup>298</sup> CUNHA, Alberto Coelho da. Os velhos cemitérios de Pelotas. In: PARADEDA, Florentino. *Almanach de Pelotas*. Pelotas, 1929, p.145-149. Atualmente ruas General Argolo, General Osório e Andrade Neves.

<sup>299</sup> GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2004.

<sup>300</sup> Alberto Coelho da Cunha. Cemitérios, apud GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. Op. Cit.

<sup>301</sup> Em 1852 o relatório do Presidente da Província comunicava que ainda não haviam sido entregues os 4:000\$000 destinados ao auxílio da edificação do novo cemitério da cidade de Pelotas (RELATORIO do vice-presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em o 1º de outubro de 1852. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1852, p.34).

restos mortais sepultados no antigo cemitério<sup>302</sup>. Em Pelotas, a questão do saneamento

ganhou importância a partir da epidemia de cólera *morbus* ocorrida no ano de 1855. O flagelo iniciou-se pelas charqueadas, onde as condições de higiene dos escravos eram mínimas e propagou-se para a cidade [...]. A consequência principal dessa epidemia foi a construção do novo cemitério distante do centro urbano que, combinada com um maior controle da origem dos alimentos consumidos com a centralização das matanças e do abastecimento em equipamentos públicos (Matadouro e Mercado) constituíram o que podemos denominar de ‘antecedentes higiênicos’ na cidade<sup>303</sup>.

Em sua passagem por Pelotas, Pinho descrevia as formas de enterramento realizadas no cemitério da cidade, com sepulturas na terra e nos muros que delimitavam o campo santo. Acrescentava ainda que “alguns mausoléus são de gosto artístico, e em todo o cemitério há a precisa decência que requerem semelhantes estabelecimentos [...] seria conveniente demolir-se o cemitério velho que está dentro da cidade, removendo-se os restos mortais para o novo”<sup>304</sup>.

Em abril de 1881 foi construída a Capela do Senhor do Bonfim, no centro do cemitério público<sup>305</sup>. Alberto Coelho da Cunha comenta que, em 1893, um ato do Vice-intendente de Pelotas proibiu a encomendação de corpos no interior das igrejas: o motivo alegado era o receio de que este costume deixasse a igreja infectada de miasmas e micróbios. Mas Cunha cita que essa medida não era perfeita nem completa, já que o governante “lembrou-se de igrejas, mas esqueceu-se de velórios, acompanhamentos e percursos de ruas”<sup>306</sup>.



Figura 64: Cemitério da Santa Casa de Misericórdia<sup>307</sup>

Vista do interior (esquerda) e do acesso pela avenida Vinte de Setembro (direita).

Fonte: CARRICONDE, Clodomiro. *Álbum de Pelotas*. Centenário da Independência do Brasil. Pelotas: [s. n.], 1922, s.p.

Os rituais de sepultamentos mantiveram-se até o século XX, sendo usuais os velórios residenciais e o traslado dos corpos nas carruagens da Santa Casa de

<sup>302</sup> BOLETIM apresentado à Intendência Municipal da Cidade de Pelotas em sessão de 12 de maio de 1891 por Euclides B. de Moura Diretor da Repartição de Estatística da mesma Intendência. Pelotas: Imprensa a Vapor da Livraria Universal, 1891, p.09.

<sup>303</sup> SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Modernidade Urbana e Dominação da Natureza: O Saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XX. *História em Revista*, Pelotas, v.7, dez.2001, p.04.

<sup>304</sup> PINHO, A. Augusto de. *Uma viagem ao sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. de F. A. de Souza, 1872, p.53.

<sup>305</sup> A capela foi construída por iniciativa e à custa de D. Zeferina Gonçalves da Cunha, com a condição de seu sepultamento ser realizado no local (Os templos de Pelotas. In: FERREIRA & C. *Almanach de Pelotas*. Pelotas: Offic. Typ. do Diário Popular, 1914, p.180).

<sup>306</sup> CUNHA, Alberto Coelho da. Antiquilhas de Pelotas. In: PARADEDA, Florentino. *Almanaque de Pelotas*. 1934, p.72.

<sup>307</sup> O Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas possui um acervo representativo da arte funerária do final do século XIX e início do século XX. Silva e Saballa analisaram os jazigos de vinte e uma famílias, estudando a estatuária existente no local (SILVA, Sérgio Roberto da; SABALLA, Viviane Adriana. *Pelotas: a arte imortalizada*. Pelotas: Ed. Universitária UFPel, 1998).

Misericórdia (Fig.65). Nesses percursos variavam as proporções do cortejo, em função do prestígio e dos recursos financeiros dos familiares.



Figura 65: Carros fúnebres, em 1923

Fonte: MICHELON, Francisca Ferreira; SANTO, Anaizi Cruz Espírito (Orgs.). *Catálogo fotográfico – século XIX – 1930 – Imagens da cidade*: acervo do Museu Histórico da Biblioteca Pública Pelotense. Pelotas: Editora Universitária/UFPel: FAPERGS, 2000, p.92, 111 e 112<sup>308</sup>.

Moura comenta que a teoria dos miasmas dominava o pensamento médico da época, que partia do pressuposto de que o ambiente era o principal responsável pela saúde da população. Dessa forma, o ar e a água eram considerados os principais meios de proliferação das doenças.

O mau cheiro das águas estagnadas e da matéria orgânica em decomposição transformava o ar e a água nos principais veículos transmissores de doenças. A explicação e as soluções propostas para os problemas vividos pela cidade de Pelotas estavam fortemente amparadas nessa teoria. As administrações Republicanas, ao insistirem na prática sanitária como forma de controlar a deterioração urbana e combater as epidemias, ampliavam a visão positivista que considerava que ao higienizar o ambiente, as pessoas automaticamente se tornavam saudáveis<sup>309</sup>.

Além da qualidade do ar, o abastecimento de água potável era constantemente relacionado com a proliferação de doenças epidêmicas. Em Porto Alegre, os relatórios da Companhia Hidráulica mostravam uma das medidas tomadas para conter o cólera *morbis*: o fornecimento de água gratuita à população nos meses de março e abril de 1867<sup>310</sup>.

A água foi distribuída gratuitamente nos chafarizes; a empresa autorizou os proprietários de penas a cederem água aos vizinhos, e a municipalidade providenciou a distribuição gratuita de água dos chafarizes pelas casas daqueles que não pudessem buscá-la<sup>311</sup>. Na capital o número de óbitos foi de 271 pessoas, e em Pelotas, onde foi criado um lazareto, faleceram 115 pessoas, entre 14 de março e 9 de maio<sup>312</sup>.

<sup>308</sup> Os originais integram o acervo da Biblioteca Pública Pelotense (BPP 603, BPP 552 e BPP 604, 1923). Na publicação encontram-se no capítulo Revolução de 1923.

<sup>309</sup> MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de. *Habitação Popular em Pelotas (1880-1950): entre políticas públicas e investimentos privados*. 2006. 249p. (Doutorado em História do Brasil). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.52-53.

<sup>310</sup> Nesse período a empresa estava muito próxima de atingir os juros de 7% ao ano, isentando o governo do compromisso deste pagamento, apesar da Companhia ter fornecido água gratuitamente à população por dois meses (no primeiro semestre de 1866 o rendimento da empresa era de 3:062\$180 rs, valor que dobrou no primeiro semestre do ano seguinte, atingindo 6:816\$970 rs.).

<sup>311</sup> FALLA dirigida à Assembléa Legislativa da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente, dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, em a segunda sessão da 12ª legislatura. Porto Alegre: Typ. do Rio-Grandense, 1867, p.30.

<sup>312</sup> Ibid., p.31-32.

Apesar dos problemas urbanos e seu paulatino agravamento não serem novidade já a partir do início da segunda metade do século XIX, sem dúvida, foi a sucessão de surtos epidêmicos, rapidamente transmissíveis, como o cólera, a varíola, a tuberculose, etc. que tornou esses mesmos problemas evidentes e assustadores. A cidade de Pelotas sofria dos mesmos males que assolavam outros núcleos urbanos com rápido crescimento industrial, comercial e populacional<sup>313</sup>.

As questões sanitárias eram preocupantes ainda na virada do século: o relatório do delegado de higiene (de 1905) descrevia os procedimentos adotados para a interdição de uma fonte próxima ao São Gonçalo, onde se supriam pessoas que apresentaram a febre tifóide. Esta fonte era utilizada principalmente por trabalhadores das charqueadas. Calero comenta que “a próxima instalação de uma rede de esgotos subterrâneos e o suprimento de abundante água potável filtrada virão colaborar poderosamente no saneamento local”<sup>314</sup>.

Além da febre tifóide, as medidas preventivas para o controle da tuberculose eram apresentadas no relatório, destacando-se, entre outras, “a extinção ou saneamento de cortiços, corredores e habitações insalubres, focos de irradiação desta moléstia; desinfecção, pintura e caiação dos prédios onde faleceram ou habitaram tuberculosos [...] e a criação de um dispensário contra a tuberculose”<sup>315</sup>. A atuação da polícia sanitária realizando visitas domiciliares, aplicando multas e cumprindo intimações e interdições demonstra a atuação do poder público sobre o ambiente privado.

#### AS PRAÇAS E PARQUES: LOCAIS DE LAZER

Os parques e os jardins, mais do que servir para o desfrute de alguns, como parte integrante das grandes residências senhoriais, criam-se sobretudo para satisfazer as exigências higiênicas, recreativas e educativas dos habitantes das cidades. E, desta maneira, os requisitos desta arte não são somente de índole estética e técnica, mas também tem que atender a todo um conjunto de necessidades sociais<sup>316</sup>.

Além da criação dos cemitérios extramuros, a implantação de praças e parques públicos durante o século XIX contribuiu para melhorar o ambiente das cidades: os parques públicos parisienses foram projetos que serviram de inspiração para as

<sup>313</sup> MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de. *Habitação Popular em Pelotas (1880-1950): entre políticas públicas e investimentos privados*. 2006. 249p. (Doutorado em História do Brasil). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.52.

<sup>314</sup> ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Estatística Demographo-Sanitária do Município de Pelotas correspondente ao ano de 1905. Organizada pelo dr. José Calero Delegado de Higiene. Pelotas: Officina Typographica da Livraria Pelotense, 1906, p.09.

<sup>315</sup> O relatório cita que foram realizadas 325 desinfecções em prédios onde ocorreram moléstias transmissíveis somadas a mais 15 desinfecções requisitadas (ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Op. Cit., p.11).

<sup>316</sup> FARIELLO, Francesco. *La arquitectura de los jardines: de la antigüedad al siglo XX*. Madrid: Celeste, 2000, p.245.

demais cidades. Os passeios públicos também se inseriam nesse contexto, e contemplavam atividades de lazer e recreação<sup>317</sup>.

Silva comenta que o surgimento de praças, de passeios públicos e de jardins, além de contribuir para o embelezamento das cidades, mostrava uma mudança essencial na vida brasileira<sup>318</sup>. As praças eram locais de lazer da população, palco de uma série de atividades, que ocorriam nos seus interiores em edificações específicas para essas finalidades.

O interesse cultivado, durante o século XIX, pelas condições de higiene e conforto levou também a instalação de sanitários públicos, chafarizes de água potável, bancos, etc. Foram ainda instalados quiosques para a venda de jornais, que também serviam de suporte para propagandas e relógios. As fontes, que passaram a ornar os jardins e parques públicos, tornaram-se mais e mais numerosas, assim como os coretos<sup>319</sup>.

Em meados do século XIX o governo liberava à Câmara de Pelotas recursos destinados à desapropriação de terrenos para a implantação de duas praças públicas: uma em frente a cadeia e outra além do arroio Santa Bárbara<sup>320</sup>.

No segundo quartel do século XIX Pelotas possuía um número reduzido de espaços destinados ao lazer, fato que ocasionava preocupações constantes aos vereadores, em função da necessidade de manter e ampliar os espaços existentes e, ao mesmo tempo, destinar locais adequados para a instalação das obras de infraestrutura que se ampliavam nesse período (Fig.66).



Figura 66: Vistas aéreas da cidade de Pelotas

Vista aérea da praça Coronel Pedro Osório, em primeiro plano (esquerda). Vista aérea da cidade, com indicação das praças Cipriano Barcellos (direita), Piratinino de Almeida (esquerda) e Coronel Pedro Osório (superior). O arroio Santa Bárbara aparece na parte inferior esquerda da imagem (direita)  
 Fonte: acervo pessoal (esquerda). SILVA, Morency do Couto e; PIRES, Arthur Porto; SCHIDROWITZ, Léo Jerônimo (Orgs.). *Rio Grande do Sul: imagem da terra gaúcha: a obra documentária do estado sulino, fronteira extrema do Brasil*. Porto Alegre: Cosmos, 1942, p.53 (direita).

<sup>317</sup> Sobre a antiguidade dos passeios públicos na América ver SEGAWA, Hugo. Alamedas e passeios na América Colonial. In: Seminário da História da Cidade e do Urbanismo, VIII, 2004. *Anais do...* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004.

<sup>318</sup> SILVA, Geraldo Gomes da. *Arquitetura do ferro no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1986.

<sup>319</sup> KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo: Ateliê Editorial: Fapesp: Secretaria da Cultura, 1998, p.57.

<sup>320</sup> O relatório refere-se, provavelmente, a praça da Misericórdia, atual Piratinino de Almeida (onde foi instalada a Torre do Depósito da Companhia Hidráulica Pelotense) e a praça das Carretas, atual Vinte de Setembro, junto ao arroio Santa Bárbara (RELATÓRIO com que o Vice-presidente Luiz Alves Leite de Oliveira entregou a Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Exm<sup>o</sup>. Sr. Barão de Muritiba no dia 26 de setembro de 1855. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1855, p.36).

Gutierrez cita a existência de seis praças na área urbana no século XIX (Fig.67). Além de locais de lazer, esses espaços eram cogitados para a implantação de serviços: nas primeiras décadas do século XIX a praça Pedro II foi destinada para os carros de aluguel e a da Matriz para as quitandeiras<sup>321</sup>. Essa última atividade foi transferida para a praça do Mercado na década de 1850; a primeira manteve-se no mesmo local.



Figura 67: Mapa da cidade de Pelotas, com indicação das praças Praça da Igreja (1), Pedro II ou Campo (2), da Caridade (3), do Santa Bárbara ou Henrique d'Ávila (4), da Constituição ou das Carretas (5) e do porto ou Domingos Rodrigues (6)<sup>322</sup>.  
Fonte: GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2004, p.245.

Uma das causas da preocupação dos vereadores advém do fato de que, em Pelotas, o Logradouro Público, área de uso comum e de expansão da cidade, foi destinado ao comércio de gado. O local também fora cogitado para abrigar o cemitério da Santa Casa de Misericórdia, durante o surto da epidemia de cólera na década de 1850. Dessa forma, diferentemente do usual nas cidades brasileiras, a área pública encontrava-se comprometida com a atividade que sustentava a economia local<sup>323</sup>.

A carência de praças e parques pode ser constatada no início de 1871, quando entrava em pauta a sugestão de criação de uma praça pública denominada Herói Aquidaban. A proposta solicitava o encaminhamento, à Presidência da Província, do pedido de desapropriação de uma quadra entre as ruas Paysandú, Santa Bárbara,

<sup>321</sup> Essa proposta de ocupação foi apresentada pelo vereador Vianna à Câmara Municipal na sessão de 14 de maio de 1832 (ARRIADA, Eduardo. *Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano (1780-1835)*. Pelotas: Armazém Literário, 1994, p.129).

<sup>322</sup> Atuais praças José Bonifácio, Coronel Pedro Osório, Piratinino de Almeida, Cipriano Barcellos, Vinte de Setembro e Domingos Rodrigues.

<sup>323</sup> Na década de 1930 cogitou-se a criação de um parque na Tablada. O Almanaque de Pelotas de 1931 apresentava a memória descritiva e o anteprojeto elaborado em Porto Alegre pelo agrônomo Gastão d'Almeida Santos (ALMANACH de Pelotas, 1931, p.120-124). O projeto não foi executado.

Santo Antônio e General Argolo para este fim. A solicitação foi negada<sup>324</sup> e, no mês de março foi requerida nova autorização, agora para a desapropriação de um terreno entre as ruas Santo Ignácio, Aquidaban e Barroso<sup>325</sup>.

O resultado dos dois pedidos foi o encaminhamento de um ofício, por parte da Presidência da Província, questionando sobre a necessidade do aumento do número de praças na cidade. Em julho de 1872 a Câmara recebia parecer da comissão responsável por escolher os locais destinados às novas praças públicas de Pelotas<sup>326</sup>.

Essa carência foi observada nas discussões entre a Câmara Municipal e a Companhia Hidráulica quanto à localização do quarto e último chafariz da empresa. A manutenção dos poucos espaços públicos de lazer existentes na cidade competia à Câmara, que deliberava sobre as obras a serem executadas nesses locais. Dessa forma, a documentação das atas de suas reuniões possibilitou que se acompanhasse as transformações ocorridas nesses ambientes ao longo dos anos.

## A PRAÇA DOM PEDRO II

A praça Dom Pedro II (atual Coronel Pedro Osório) foi a que mais recebeu atenções da Câmara Municipal devido, provavelmente, a sua localização (central) e a seu porte (dimensões)<sup>327</sup>. O local destinado à praça foi doado por Mariana Eufrásia da Silveira, em contrapartida a autorização que recebeu do governo para o parcelamento e venda dos terrenos contíguos aos de Antônio dos Anjos (primeiro loteamento da área urbana). O terreno destinado à praça possuía oitenta braças em quadro<sup>328</sup>. A arborização, o gradeamento e a instalação de equipamentos foram intervenções que ocorreram na segunda metade do século XIX.

Em abril de 1876 foi aprovado orçamento para a arborização da praça com acácias, eucaliptos e cedros, a partir do plano elaborado pelo engenheiro da Câmara. O contratante responsabilizava-se pela manutenção da praça pelo período de um ano e a Câmara discutia a criação de “uma postura estabelecendo penas aos indivíduos que causassem algum dano ao arvoredo ou a qualquer outro melhoramento que exista na mesma praça”<sup>329</sup>.

<sup>324</sup> ATAS da Câmara Municipal de Pelotas. Sessão de 13 de janeiro de 1871. Sessão de 2 de março de 1871. Atuais ruas Barão de Santa Tecla, Marechal Deodoro, Senador Mendonça e General Argolo.

<sup>325</sup> Ibid. Sessão de 1º de março de 1872. Não foi possível determinar o nome da última rua que compõe o quarteirão, cuja escrita estava ilegível no documento original. Atuais ruas Gomes Carneiro, Coronel Alberto Rosa e Almirante Barroso.

<sup>326</sup> Ibid. Sessão de 15 de maio de 1872. Sessão de 11 de julho de 1872.

<sup>327</sup> Essa situação pode ser percebida nos registros fotográficos do período. Em sua análise sobre as imagens publicadas sobre a cidade nas primeiras décadas do século XX, Michelon comenta a presença de um número significativo de fotografias da praça da República, perfazendo um total de vinte imagens (MICHELON, Francisca Ferreira. *Cidade de papel: a modernidade nas fotografias impressas de Pelotas (1913-1930)*. Porto Alegre, 2001. 547 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.296).

<sup>328</sup> Cidade de Pelotas. Notícia histórica. In: FERREIRA & C. *Almanach de Pelotas*. Pelotas: Offic. Typ. do Diário Popular, 1914, p.59. Além do terreno destinado à praça, foram doados também uma quadra junto a nova praça para a igreja, 20 braças em quadro para hospital e quartel e 20 braças em quadro para a estrada de gados.

<sup>329</sup> ATAS da Câmara Municipal de Pelotas. Sessão de 27 de abril de 1876. Sessão de 27 de julho de 1876.



O descuido com as intervenções realizadas na praça Pedro II era alvo das críticas da imprensa, que relatava que a praça “com o seu lindo arvoredos, seu verdejante capim, seu bonito chafariz, está coitadinha transformada em um elegante potreiro. Até agora eram cavalos, mulas e cabras que por ali vagam, hoje também ali se conduzem vacas para pastarem”<sup>330</sup>.

O fechamento da praça foi realizado nessa época, possivelmente com o intuito de preservar as intervenções realizadas pela Câmara e evitar as críticas da imprensa e da população. As deliberações sobre a construção do gradil de ferro foram realizadas no período de novembro de 1876 a maio de 1877, a partir da liberação de recursos da província.

A lei provincial nº 1069 de 26 de maio do corrente, tendo autorizado a esta Câmara no presente exercício a despender de seus cofres a quantia de oito contos de réis para melhoramentos da praça Pedro 2º. Proponho que esta Câmara chame concorrentes para a feitura de um gradil de ferro sobre base de alvenaria em toda a circunferência da dita praça devendo o engenheiro da Câmara apresentar uma planta para por ela regularem-se os proponentes<sup>331</sup>.

Em seu estudo sobre a arquitetura do ferro no Brasil, Silva supõe a existência de portões de ferro importados por todo o país, já que “era costume generalizado cercar as praças, no século XIX”<sup>332</sup>. No caso da praça pelotense, a importação foi do material destinado à construção do gradil. Quanto aos portões, não foi especificada a forma de execução (se foram elaborados no país ou importados).

O projeto do gradil foi apresentado à Câmara em 24 de novembro, e as propostas dos licitantes foram entregues dia 23 de dezembro de 1876. A diversidade de propostas inscritas levou a Câmara a nomear uma comissão específica para, junto com o engenheiro Romualdo de Abreu e Silva, apresentar as vantagens e desvantagens de cada uma. A descrição das especificações revela as particularidades das formas de edificar no período.

Tendo de contratar-se na presente sessão a factura do gradil de ferro sob base de alvenaria de tijolo e cal que se pretende mandar construir em volta da praça Pedro 2º conforme a planta que para o efeito foi aprovada, foram presentes a Câmara as propostas seguintes [...] relativas somente a obra de ferreiro – exigindo o primeiro o preço de 60/000 por cada uma seção de 30 palmos, sendo os varões de ferro de 5/8 e 70/000 com 6/8 [...]. O 3º 200/000 réis e 250/000 com [ilegível] no centro dos varões 224/000 e 274/000 réis [...] relativos somente a obra de pedreiro – exigindo o primeiro a quantia de trezentos mil réis por cada uma seção de 6m e 60 c/ conforme a planta, o segundo 6:500/000 réis todas as quatro faces da praça com dois palmos de sapata e dois ditos de pé direito – 7:260/ com soleiras de pedra de cantaria para os portões, 11:900/ com soleiras e colunas de mármore da província para os portões e 12:612/000 conforme a condição anterior com globos ou vasos de

<sup>330</sup> Diário de Pelotas, em 18 de maio de 1877 apud GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2004, p.250-251.

<sup>331</sup> ATAS da Câmara Municipal de Pelotas. Sessão de 23 de novembro de 1876.

<sup>332</sup> SILVA, Geraldo Gomes da. *Arquitetura do ferro no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1986, p.115.

louça em todas as colunas dos portões do gradil; e o terceiro 7:680 réis por cada um metro quadrado de base; [...] pela obra completa inclusive a pintura, exigindo o primeiro o preço de 150/ sendo o ferro dos varões de 5/8 e 157/ de 6/8 por cada seção em vez de pilares quadrados fazendo-os retangulares mais três mil réis e sendo redondos com uma bola em cima de terra romana em substituição os vasos em planta mais quatro mil réis por seção<sup>333</sup>.

A proposta escolhida foi a de Carlos Zanotta, que apresentou orçamento para a obra completa. As deliberações do ano seguinte demonstravam que os portões não estavam incluídos no orçamento, já que em maio foram apresentadas propostas para a sua construção: “a colocação dos oito portões de ferro do gradil da praça Pedro 2º com as respectivas soleiras de lageões de Porto Alegre” foram contratadas, posteriormente, com o mesmo Carlos Zanotta<sup>334</sup>.



Figura 68: Praça Pedro II. Gradil de ferro

Fonte: ILLUSTRAÇÃO Pelotense, nº 13, anno II, 1920, p.10 (esquerda). MAGALHÃES, Nélon Nobre. *Pelotas Memória*. Pelotas: s.ed., 1990. Fascículo VI, p.13 (direita).

Ainda sobre a instalação do gradil, deliberou a Câmara que se colocasse nos “quatro portões do gradil de ferro da praça Pedro IIº a data de sua construção”<sup>335</sup>. Em junho, Zanotta solicitava à Câmara prorrogação no prazo da entrega das obras “dando parte que havendo falta não só aqui, como nos mercados próximos do ferro preciso para o mesmo gradil, teve que o encomendar da Europa”<sup>336</sup>.

O desenvolvimento urbano durante o século XIX e os numerosos projetos de intervenção em várias cidades proporcionaram o emprego de um grande número de equipamentos urbanos feitos de ferro, especialmente o ferro fundido. Esse material, pelas suas características, tem boa durabilidade no exterior; se pintado periodicamente, é resistente às intempéries e possibilita grande variedade ornamental. São testemunhos os inúmeros coretos, fontes, quiosques, luminárias, bancos, etc., que ainda povoam espaços públicos nas mais diversas cidades do mundo. Com o desenvolvimento da iluminação pública, a gás, muitas cidades foram providas de luminárias<sup>337</sup>.

Gutierrez comenta que o Correio Mercantil comemorou o término do gradeamento da praça na edição de 14 de setembro de 1877<sup>338</sup>. Além do

<sup>333</sup> ATAS da Câmara Municipal de Pelotas. Sessão de 24 de novembro de 1876. Sessão de 23 de dezembro de 1876.

<sup>334</sup> Ibid. Sessão de 26 de dezembro de 1876. Sessão de 09 de maio de 1877.

<sup>335</sup> Ibid. Sessão de 03 de setembro de 1877.

<sup>336</sup> Ibid. Sessão de 21 de junho de 1877.

<sup>337</sup> KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo: Ateliê Editorial: Fapesp: Secretaria da Cultura, 1998, p.57.

<sup>338</sup> GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2004, p.251.

gradeamento, a presença de coretos, chalés, quiosques e outros equipamentos voltados ao lazer era uma situação comum nas praças e parques do século XIX, inclusive em Pelotas (Fig.68).

Nos orçamentos da Intendência Municipal de Pelotas constata-se o arrendamento de terrenos em praças públicas para a inserção destes equipamentos. Em 1876 a Câmara recebeu solicitação do comprador do coreto para a construção, junto deste, de dois pequenos chalés de madeira, para explorá-los pelo período de seis a oito anos. Em contrapartida, obrigava-se a “ajardiná-los convenientemente, cujas edificações findo o prazo impetrado ficarão pertencendo a Câmara ficando a disposição da mesma durante aquele tempo, o dito coreto, sempre que seja preciso para festejos qualquer acontecimento”<sup>339</sup>. A aprovação do projeto ficou condicionada a apresentação da planta dos chalés.

O mesmo não ocorreu com o requerimento de Angelino Soveral, que solicitava concessão para construir um anfiteatro na praça Pedro II, na esquina das ruas São Miguel e São Jerônimo<sup>340</sup>, “a fim de preparar nele um salão para a patinação, oferecendo em retribuição a quantia de cem mil réis mensal pelo arrendamento do terreno necessário conforme a planta que apresenta e pelo tempo de 5 anos [...] obrigando-se a demolir no fim do prazo dita construção”<sup>341</sup>. Talvez pela quantia proposta para o arrendamento, ou pela apresentação simultânea da planta, que agilizava o procedimento, o requerimento foi aprovado na mesma reunião e lavrou-se o respectivo contrato.

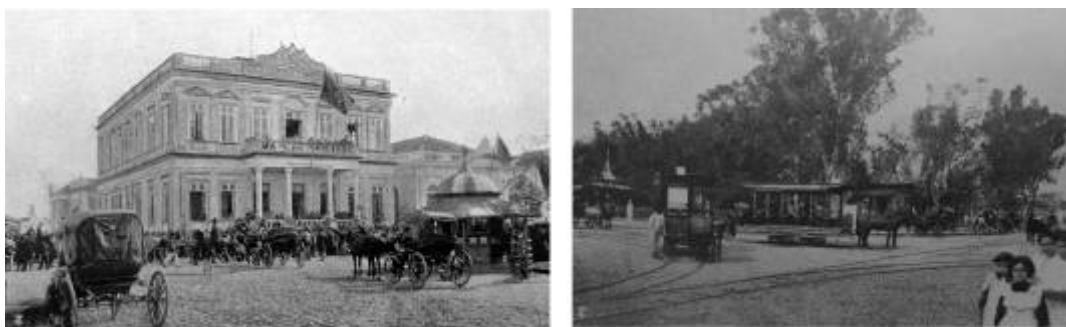


Figura 69: Quiosques da praça Pedro II (atual Coronel Pedro Osório)  
Praça Coronel Pedro Osório, no prolongamento da rua Quinze de Novembro. Quiosque em frente à Intendência Municipal (esquerda). Quiosque (no canto esquerdo da figura) localizado no prolongamento da rua Marechal Floriano, esquina com a Quinze de Novembro (direita).  
Fonte: BUCCELLI, Vittorio. *Un viaggio a Rio Grande del Sud*. [Milano]: L.F. Pallestrini e C., 1906, p.381 e p.378.

O orçamento da Intendência para o ano de 1896 previa o recebimento de rendas obtidas com os terrenos ocupados pelos quiosques localizados nos dois vértices da praça Coronel Pedro Osório com a rua Quinze de Novembro: o rendimento obtido com o arrendamento do quiosque em frente a Intendência Municipal era de 50\$

<sup>339</sup> ATAS da Câmara Municipal de Pelotas. Sessão de 02 de outubro de 1876.

<sup>340</sup> Atual praça Coronel Pedro Osório, na esquina das ruas Quinze de Novembro e Marechal Floriano Peixoto.

<sup>341</sup> ATAS. Op. Cit. Sessão de 03 de dezembro de 1878.

(Fig.69, esquerda), enquanto aquele próximo ao Teatro Sete de Abril era de 80\$ (Fig.69, direita)<sup>342</sup>.

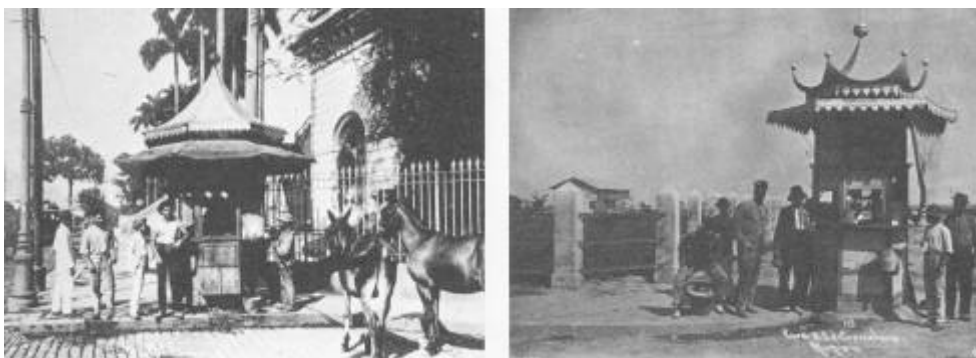


Figura 70: Quiosques do Rio de Janeiro

Na capital federal os quiosques e chalés não eram relacionados com aqueles empregados na Paris de Haussmann, e passaram a ser rejeitados pela população e combatidos pela Prefeitura.

Fonte: DEL BRENNNA, Giovanna Rosso (Org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos. Uma cidade em questão II. Rio de Janeiro, Index, 1985, p.28.*

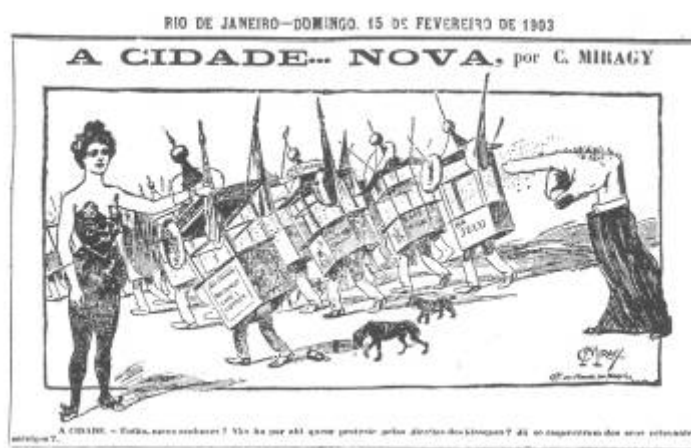


Figura 71: Rejeição aos quiosques no Rio de Janeiro

Rio de Janeiro – Domingo, 15 de fevereiro de 1903. A cidade.... nova, por C. Miragy

A cidade: - Então, meus senhores? Não há por ai quem proteste pelos direitos dos quiosques? Já se esqueceram dos seus relevantes serviços?

Fonte: DEL BRENNNA, Giovanna Rosso (Org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos. Uma cidade em questão II. Rio de Janeiro, Index, 1985, p.30.*

Em 1868, a Câmara do Rio de Janeiro recebia proposta para a instalação de quiosques na cidade (Fig.70), com o argumento de que estes “foram adotados em todas as principais capitais da Europa, porquanto além de servirem de embelezamento às cidades, aumentam a renda do município com os impostos que estão sujeitos”<sup>343</sup>.

A instalação de quiosques ou chalés foi motivo de rejeição por parte da população carioca na virada do século (Fig.71): Del Brenna comenta que, apesar de serem elementos projetados para os parques e as praças da capital francesa, e divulgados pelo mundo através da obra *des Promenades*, no Rio de Janeiro não foram relacionados com o modelo parisiense.

<sup>342</sup> ORÇAMENTO do município de Pelotas para o exercício de 1897. Lei nº 19 de 07 de dezembro de 1896. Pelotas: Oficina da Livraria Universal, 1897, p.22.

<sup>343</sup> DEL BRENNNA, Giovanna Rosso. Eclétismo no Rio de Janeiro (séc. XIX-XX). In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Eclétismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1987, p.40.

Nas primeiras décadas do século XX, durante a reforma de Pereira Passos, os quiosques foram “hostilizados pela prefeitura, sob o pretexto da higiene, da moral e da estética – no começo do século passaram a ser chamados de ‘monstregos’ e considerados o ponto de encontro da ‘ralé’ e da vadiagem das ruas – foram definitivamente banidos em 1911”<sup>344</sup>.

Além da instalação de equipamentos, a arborização das praças também era uma atribuição da Câmara Municipal. Em julho de 1877, a Câmara de Pelotas recebeu do vereador Chaves a doação de “sementes de uma árvore que ultimamente tem sido adaptada para arborizar praças”<sup>345</sup>. A colocação do gradil de ferro (com a provável remoção de algumas árvores) e a necessidade de ampliar a cobertura vegetal levaram a Câmara a solicitar ao engenheiro um plano de arborização para o local; ainda em julho foi aberta licitação para a plantação, em setembro, “de 36 árvores a praça Pedro II das qualidades que ali existem a fim de serem colocadas nos lugares indicados pelo respectivo engenheiro”<sup>346</sup>. Em agosto foram encaminhadas duas propostas à Câmara, recusadas pelos valores apresentados serem considerados excessivos pelos vereadores<sup>347</sup>.

A conservação das benfeitorias realizadas na praça aparece novamente nas atas da Câmara, com a decisão de nomear um guarda para vigiar, no período noturno, o gradil e o arvoredo, evitando os danos que têm ocorrido no local<sup>348</sup>. Essa preocupação demonstra que a cidade, durante a noite, provavelmente era palco de atos de vandalismo.

A manutenção da praça contava ainda com o apoio da população, através da cessão de mão-de-obra escrava, como se pode constatar no relato de Presidente da Câmara, ao destacar que “o Sr. Alfredo Moreira ofereceu três de seus escravos para coadjuvarem nos trabalhos de ajardinamento da Praça Pedro 2º, o que ele aceitou com satisfação e agradeceu”<sup>349</sup>.

Em 1878 a Câmara realizava “a canalização d’água necessária à irrigação do ajardinamento da Praça Pedro 2º, a fim de se poder conservar o que se tem despendido com o mesmo”, e deliberava para que os vereadores “concorressem com a despesa necessária ao custeio da iluminação dos oito lampiões que existem em volta do chafariz da Praça Pedro 2º”<sup>350</sup>.

Na década de 1880, a dificuldade em executar e conservar as obras realizadas na praça era tema da charge do jornal, inclusive no espaço de lazer mais central da cidade (Fig.72, esquerda).

<sup>344</sup> DEL BRENNNA, Giovanna Rosso. *Ecletismo no Rio de Janeiro (séc. XIX-XX)*. In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1987, p.38.

<sup>345</sup> ATAS da Câmara Municipal de Pelotas. Sessão de 16 de julho de 1877.

<sup>346</sup> Ibid. Sessão de 16 de julho de 1877.

<sup>347</sup> Ibid. Sessão de 24 de agosto de 1877.

<sup>348</sup> Ibid. Sessão de 08 de outubro de 1877.

<sup>349</sup> Ibid. Sessão de 18 de outubro de 1878.

<sup>350</sup> Ibid. Sessão de 18 de novembro de 1878.

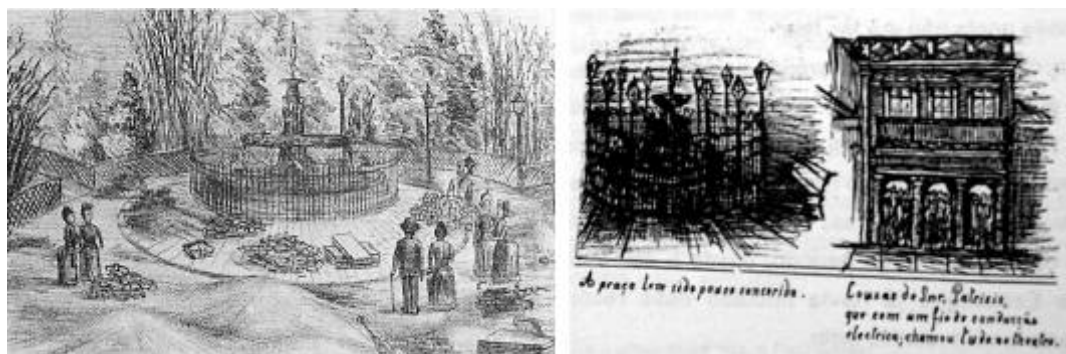


Figura 72: Charge sobre a praça

Charges criticando o calçamento da praça do Imperador<sup>351</sup> (esquerda) e comentando que a praça ficava vazia quando havia espetáculo no Teatro (direita). “A praça tem sido pouco concorrida. Cousas do Sr. Patrizio, que com um fio de conducção elétrica, chamou tudo ao teatro” (direita).

Fonte: A Ventarola, 27 de novembro de 1887 (esquerda) e O Cabrion, 10 de outubro de 1880 (direita), apud MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Sul*. Um estudo sobre a história de Pelotas. Pelotas: Ed. UFPel, 1993, p.101 e p.171.

Um aspecto a ser considerado sobre a praça diz respeito ao público freqüentador deste local: uma charge da década de 1880 comentava que a praça não tinha muito movimento, em função dos espetáculos do Teatro Sete de Abril (Fig.72, direita). Isso evidencia que a maioria da população que frequentava a principal praça da cidade tinha poder aquisitivo suficiente para frequentar também o teatro: a praça Pedro II era local de lazer da elite pelotense.

#### AS PRAÇAS GENERAL CÂMARA, DOMINGOS RODRIGUES E MARECHAL FLORIANO PEIXOTO

Em 1875 a Câmara negociava a aquisição de terrenos para a praça General Câmara<sup>352</sup>, tendo nomeado uma comissão encarregada de adquirir o terreno necessário ao aumento da referida praça. Era pauta da reunião a necessidade de “demarcar, orçar e levantar a respectiva planta, para se pedir a Assembléia Provincial a quantia necessária para a competente desapropriação”<sup>353</sup>. Em junho de 1876 foi efetivada a negociação com os proprietários, cujo valor dos terrenos oscilou de 100:000 a 130:000 rs a braça<sup>354</sup>.

A praça localizava-se junto a outro local importante de lazer, o antigo Passeio Público (atual avenida Bento Gonçalves). Em Pelotas, esse local delimitava ao norte a primeira ocupação da cidade, o loteamento das terras de Antônio dos Anjos datado de 1815. Com o passar dos anos, o Passeio Público foi transformado em uma avenida com largo canteiro central que, segundo Soares, “não encontrava um nível de circulação correspondente à sua importância urbanística”<sup>355</sup>.

<sup>351</sup> Atual praça Coronel Pedro Osório.

<sup>352</sup> Atual Parque Dom Antônio Zattera.

<sup>353</sup> ATAS da Câmara Municipal de Pelotas. Sessão de 13 de janeiro de 1875.

<sup>354</sup> Antiga unidade de medida equivalente a 2,2 metros (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3 ed totalmente rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.326). ATAS. Op Cit. Sessão de 19 de junho de 1876.

<sup>355</sup> SOARES, Paulo Roberto. A cidade meridional do Rio Grande do Sul: cidade pampeana ou brasileira? In: GILL, Lorena Almeida; LONER, Beatriz Ana; MAGALHÃES, Mário Osório (Orgs.). *Horizontes urbanos*. Pelotas: Armazém Literário, 2004, p.131.

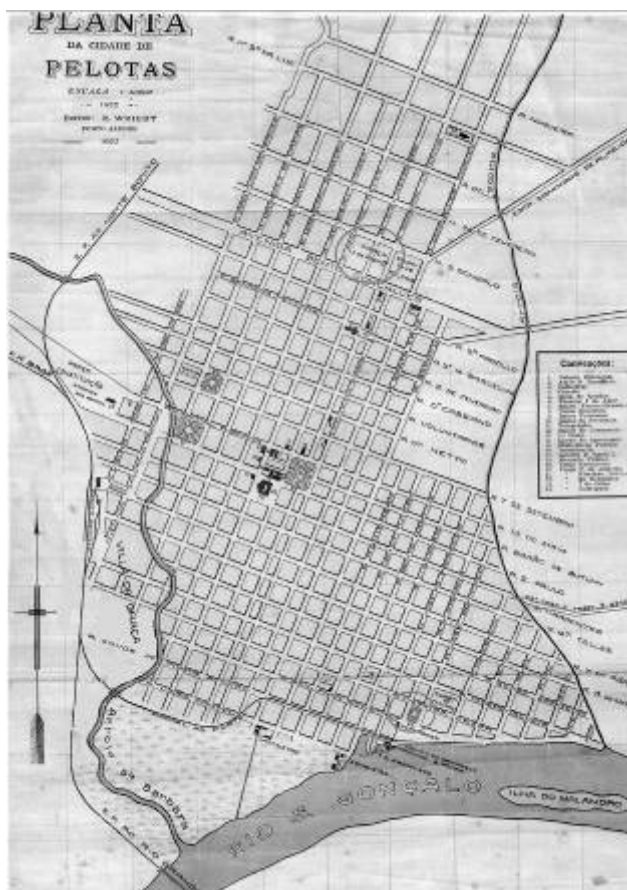


Figura 73: Planta da cidade de Pelotas  
Escala 1:10.000. Porto Alegre: Editor R. Wriedt, 1922.  
Praça Júlio de Castilhos (parte superior do mapa) e praça Domingos Rodrigues (parte inferior do mapa).  
Fonte: Núcleo de Documentação Histórica, Instituto de Ciências Humanas, UFPel.

Já a situação privilegiada da praça Domingos Rodrigues, junto ao cais do porto, fez com que esta fosse motivo de constantes discussões nas reuniões da Câmara de Vereadores, em função do número de requerimentos solicitando a instalação de serviços públicos nessa área (Fig.73).

O local foi indicado para a instalação de um dos chafarizes da Companhia Hidráulica Pelotense e foi solicitado pela Companhia São Pedro para a construção do gasômetro da empresa. Além disso, uma área da praça também foi requerida para a colocação de uma estação de passageiros da Companhia Ferro Carril e Cais.



Figura 74: Praça Domingos Rodrigues, porto da cidade  
Fonte: acervo fotográfico de Néelson Nobre Magalhães.

A localização da praça Domingos Rodrigues, às margens do canal de São Gonçalo, gerava interesses quanto a instalação de obras e equipamentos voltados à atividade portuária (Fig.74). Mas, ao mesmo tempo, a região era atingida pelas enchentes causadas pela elevação do nível do canal.

Após as prolongadas chuvas de inverno, em que frequente é ver-se-o galgar o cais do porto, esprairar-se pela praça Domingos Rodrigues e ruas adjacentes e, por longos tempos mantendo-se fora do leito, conservar cobertas de vasto lençol de água as baixadas que, ao longo do seu curso, se estendem e que se supõe serem o fundo da antiga bacia lacustre<sup>356</sup>.

Uma das grandes enchentes ocorreu na zona portuária em 1941: as águas do canal alagaram a praça, a rua Benjamin Constant e as imediações da zona portuária (Fig.75)<sup>357</sup>.



Figura 75: A zona do porto durante a enchente de 1941  
Fonte: acervo pessoal.

No final de 1906 o orçamento municipal previa recursos para “melhorar e ajardinar as praças Floriano Peixoto e Domingos Rodrigues”<sup>358</sup>. Em 1921, referindo-se a estas obras, o Almanaque de Pelotas citava que a praça Domingos Rodrigues foi calçada e ajardinada, e a Floriano Peixoto (atual Cipriano Côrrea Barcellos), “transformada de capinzal em vasta área arborizada, esplêndido refúgio e recreio”<sup>359</sup>.

O desenho da praça Floriano Peixoto pode ser observado na planta de 1924 (Fig.76). A irregularidade da composição, talvez seja repercussão dos traçados pitorescos do século XIX. A concepção desses espaços públicos de lazer pode ser constatada no relato do Intendente que, ao tratar do seu ajardinamento, destacava “o trabalho iniciado de remodelação das praças, adaptando-as ao estilo inglês, há se mantido com rigor, de modo a prever-se para breve a completa mudança do antigo tipo de nossos jardins”<sup>360</sup>.

No relatório de setembro de 1911, o Intendente noticiava a conclusão do paredão de pedra do Santa Bárbara, que delimitava as duas margens do arroio entre as pontes das ruas Lobo da Costa e Floriano Peixoto, com 137 metros de

<sup>356</sup> Cursos d'água de Pelotas. In: PARADEDA, Florentino. *Almanach de Pelotas*. Pelotas: Lith. Livraria do Globo, 1927, p.124.

<sup>357</sup> A enchente de 1941 inundou completamente a várzea, isolando a alfândega e o porto (CASTRO, Euclides Franco de. *Princesa do Sul*. Apontamentos histórico reminicênico, comemorativo, estatístico de Pelotas. Ano I, Fascículo I, 1º de setembro de 1944, p.11).

<sup>358</sup> ORÇAMENTO para o município de Pelotas para o exercício de 1907. Lei nº 46 de 21 de novembro de 1906. Pelotas: Livraria Universal, 1906, p.50.

<sup>359</sup> Progresso de Pelotas. In: PARADEDA, Florentino. *Almanach de Pelotas*. 1921, p.274.

<sup>360</sup> MUNICÍPIO DE PELOTAS. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1912 pelo intendente engenheiro Cypriano Corrêa Barcellos*. Pelotas, 1913, p.29.



comprimento e fundações que variavam de 2,50 a 3,00 metros. Segundo o relato era uma “obra sólida que veio completar as fundações da ponte metálica da rua Riachuelo e aformosear a praça Marechal Floriano, concorrendo ao mesmo tempo para a salubridade e embelezamento da parte oeste urbana”<sup>361</sup>.



Figura 76: Praça Marechal Floriano Peixoto  
Desenho dos jardins da praça, para onde foi transferida a *Fontaine aux Enfants*.  
Em cinza, o leito do arroio Santa Bárbara. Planta da cidade de Pelotas, 1924. Escala do desenho 1:5000.  
Fonte: Acervo da Secretaria de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Pelotas.

Além das praças, a arborização das avenidas Bento Gonçalves e Duque de Caxias foi implementada nas primeiras décadas do século XX<sup>362</sup>. A avenida Duque de Caxias comunicava a região central ao bairro Fragata; neste bairro localizava-se um dos parques que se tornou referência de lazer na cidade: o Parque Pelotense.

#### O PARQUE PELOTENSE

A inauguração do Parque Pelotense, também conhecido como parque Souza Soares, ocorreu em fevereiro de 1883.

Como estava anunciado, efetuou-se anteontem a inauguração do Parque Pelotense, propriedade do ativo e honrado cavalheiro senhor José Alvares de Souza Soares, fundador [...] do Laboratório Homeopático Riograndense.[...] Era então imponente a perspectiva que oferecia o Parque Pelotense a passear por toda a parte e a deter-se aqui e ali para admirar os jardins, as edificações, lagos, chalés, fontes rústicas, plantações. Estufa, fontes, cascatas, finalmente todas aquelas belezas que a cada passo se encontra para atestar e exaltar a força de vontade<sup>363</sup>.

O parque localizava-se em uma região periférica da cidade, na direção oeste: o prolongamento da avenida Vinte de Setembro. Magalhães descreve que no parque as atividades de lazer incluíam “músicas, cascatas, labirintos, morros, ringues, chalés,

<sup>361</sup> MUNICÍPIO DE PELOTAS. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1911 pelo intendente engenheiro José Barboza Gonçalves*. Pelotas: Off. do Diário Popular, 1911, p.40.

<sup>362</sup> FERREIRA & C. (Dir.) *Almanach de Pelotas*. Pelotas: Offic. Typ. do Diário Popular, 1914, p.227.

<sup>363</sup> Correio Mercantil, Pelotas, 04 de fevereiro de 1883, p.01 apud GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2004, p.294.

riachos e pontes”<sup>364</sup>. Gutierrez comenta que sua implantação ocorreu numa época em que a

polêmica sobre o significado da vegetação para a salubridade das cidades, quando ainda se atribuía às árvores uma maior importância para a dessecação do solo que à produção de oxigênio, quando o processo de ventilação tinha maior aceitação entre os salubristas, ainda crentes nas teorias miasmáticas, o parque do homeopata Souza Soares foi aberto ao público<sup>365</sup>.

Em relação ao Parque, principal local de recreio e de ócio dos pelotense, Soares argumenta que a sua criação se insere em um conjunto de operações entendidas como “saneamento social” da cidade. Apesar de estar situado em uma propriedade particular, era aberto “ao público ‘sem distinção de classes’ [...] enquanto lugar de reunião da população da cidade cumpriu diversas funções, sobretudo sociais: permitia à burguesia local transmitir uma boa imagem e seu desejo de integração de todas as classes e também constituía-se num fator de controle social”<sup>366</sup>.

Em 1903 era noticiada a benção da capela construída no Parque Pelotense, dedicada à Santa Luzia<sup>367</sup>. O local (Fig.77) era citado como “o mais viçoso e aprazível jardim que ainda aformoseia os arrabaldes de Pelotas”<sup>368</sup>.



Figura 77: O Parque Pelotense  
Fonte: Acervo fotográfico de Néelson Nobre Magalhães.

Além de vivenciar as preocupações com o saneamento, o aformoseamento e a higienização das cidades, o século XIX foi um momento em que a população experienciou as transformações decorrentes da instalação de obras destinadas ao bem público, financiadas, na maioria das vezes, por capitais privados.

<sup>364</sup> A Pena, nº 4, 25 de julho de 1884 apud MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Sul*. Um estudo sobre a história de Pelotas. Pelotas: Ed. UFPel, 1993, p.157, p.157.

<sup>365</sup> GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2004, p.296.

<sup>366</sup> SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Modernidade Urbana e Dominação da Natureza: o saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XX. *História em Revista*, Pelotas, v.7, dez.2001.

<sup>367</sup> ARAUTO. Pelotas, 13 de dezembro de 1903. Número 50. Anno XVII, p.02.

<sup>368</sup> ARAUTO. Pelotas, 20 de dezembro de 1903. Número 51. Anno XVII, p.01.

## 2.2 A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS PRIVADAS EM OBRAS DESTINADAS AO BEM PÚBLICO

As obras públicas que se realizaram aqui [Brasil] no século XIX e os serviços igualmente públicos que se implantaram tinham sempre a participação estrangeira. Assim, as ferrovias, transportes urbanos, saneamento, incineração de lixo, iluminação a gás e comunicações eram explorados pelos ingleses. A tecnologia era bem-vinda mas tinha um preço. O progresso não era oferecido aos povos mais atrasados do mundo inteiro porque os países industrializados queriam o bem-estar geral da humanidade. O progresso estava sendo vendido!<sup>369</sup>

A criação de empresas privadas destinadas à implantação de obras de utilidade pública (abastecimento de água, tratamento de esgotos, meios de transporte, iluminação pública entre outros) foi uma prática comum no período imperial. Campos comenta essa situação em que não era “permitido aos governos provinciais assumirem diretamente tais responsabilidades, política essa que emperrava o andamento de determinados setores públicos dentro das províncias”<sup>370</sup>.

A solução adotada, na grande maioria dos casos, foi a contratação de companhias privadas que se responsabilizavam pela implantação das obras e pela administração das empresas, sob a fiscalização dos governos provinciais. Em contrapartida, ofereciam-se licenças e privilégios para a realização dos serviços. Uma realidade comum era a participação de capitais nacionais e estrangeiros nas empresas<sup>371</sup>. Silva comenta essa questão apontando que

no século XIX, os ingleses dominaram os serviços públicos no Brasil. Quase sempre instalavam esses serviços às próprias expensas. Adquiriam a concessão de exploração por um tempo determinado, suficiente para ressarcir as despesas com o investimento, os custos de manutenção, os honorários e os lucros. É possível, portanto, que eles procurassem maximizar o investimento inicial, visando uma concessão mais longa de exploração dos serviços. É provável também que alguns itens desse investimento inicial não tivessem de ser necessariamente importados, mesmo considerando que muitos produtos industriais para construção civil, aqui chegavam com melhor qualidade e menor preço do que os similares brasileiros<sup>372</sup>.

<sup>369</sup> SILVA, Geraldo Gomes da. *Arquitetura do ferro no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1986, p.89.

<sup>370</sup> CAMPOS, Cristina de. A promoção e a produção das redes de águas e esgotos na cidade de São Paulo 1875 – 1892. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, N. Ser, v.13, n.2, jul./dez.2005, p.191. Essa situação mudou com a proclamação da República, já que a descentralização política vigente a partir desse período possibilitou aos estados a autonomia necessária para criar e gerenciar órgãos, secretarias e comissões, atendendo as demandas mais emergentes.

<sup>371</sup> “A partir dessa data [1808], alargaram-se as vias de penetração desse capital, sobretudo inglês, que dominou o País de modo absoluto ao longo desse período. A construção de estradas de ferro, de portos, companhias de seguro e navegação, serviços urbanos básicos, sempre com o objetivo maior de facilitar o comércio de exportação, foram os principais meios de penetração do capital inglês e estrangeiro de modo geral, beneficiando mais a retirada de lucros do que a população do País. O sempre atual estudo de Ana Célia Castro, *As empresas estrangeiras no Brasil: 1860-1913*, considera que a penetração do capital estrangeiro cresceu depois que o Governo brasileiro concedeu às empresas aqui estabelecidas privilégios especiais, garantindo-lhes elevado retorno do capital empregado. Retorno que não era reinvestido no Brasil” (SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal, 2005, p.19).

<sup>372</sup> SILVA, Geraldo Gomes da. *Arquitetura do ferro no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1986, p.115. Sobre a presença britânica no país ver o catálogo da exposição CENTRO BRITÂNICO BRASILEIRO. *Britânicos no Brasil*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa de São Paulo, 2001.

Entre os exemplos locais de instalação de empresas de capital britânico no país encontra-se a concessão da rede ferroviária da província de São Pedro do Rio Grande do Sul. O contrato para a construção e exploração da primeira ferrovia foi assinado com o inglês John Mac Ginity. A incorporação da *The Porto Alegre & New Hamburg Brazilian Railway Company Limited* foi realizada em 1870, “sendo suas ações lançadas no mercado londrino”<sup>373</sup>.

Em relação aos investimentos britânicos no Brasil, Soukef Jr. argumenta que durante o século XIX estes foram

bastante expressivos, refletindo-se diretamente no crescimento e na melhoria do setor de serviços [...] além das fábricas, os britânicos vão investir em bancos, companhias de seguro, empresas de mineração, transporte urbano, companhias de gás e estradas de ferro. Com esses empreendimentos, o Brasil vincula-se profundamente com o capitalismo internacional e, em particular, com a Grã-Bretanha<sup>374</sup>.

O estudo de Castro buscou entender a inserção do capital estrangeiro na economia brasileira em transição, e destacou a presença de duas fases de investimentos desses capitais no país: a primeira, de 1860 a 1902, onde ocorreu a implantação das empresas estrangeiras e a segunda, de 1903 a 1913, que correspondeu ao crescimento e a diversificação dos investimentos estrangeiros<sup>375</sup>. A autora destaca que a primeira fase “que se estende pela segunda metade do século XIX, ficaria caracterizada, em linhas gerais, pelo predomínio absoluto do capital inglês e por sua estreita vinculação às atividades exportadoras [...] os trens de ferro [...] simbolizam a primeira fase”<sup>376</sup>.

O relato de Mulhall sobre sua chegada a cidade de Rio Grande, em 1871, revela a presença britânica nos empreendimentos implementados no sul da província<sup>377</sup>.

Para qualquer lado que se vá, encontram-se engenheiros ingleses: uns fazem parte das obras de água, outros da companhia de gás, alguns da dragagem de Pelotas e outros, ainda, dos trabalhos de aprofundamento da barra de Rio Grande [...] os hotéis estão tão cheios de engenheiros ingleses que teria sido obrigado a me alojar num sótão [...]”<sup>378</sup>.

<sup>373</sup> INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO. Secretaria da Cultura do Rio Grande do Sul. *Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul*. Inventário das Estações: 1874-1959. Porto Alegre: Pallotti, 2002, p.19.

<sup>374</sup> SOUKEF JÚNIOR, Antônio. *A ferrovia e a cidade: a experiência de Bauru*. 2005. 303p. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, p.42.

<sup>375</sup> CASTRO, Ana Célia. *As empresas estrangeiras no Brasil, 1860-1913*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

<sup>376</sup> *Ibid.*, p.12. A autora comenta que essa primeira fase possui quatro períodos (que não são precisos, pois apresentam algumas defasagens temporais): de 1860 a 1875 verificou-se o ingresso de empresas pioneiras; de 1876 a 1885 a concentração na construção de ferrovias; de 1886 a 1896 o auge da expansão cafeeira com investimentos voltados à exportação (além da ferrovia, a criação de companhias de seguro e de navegação); e de 1897 a 1902 a crise do café.

<sup>377</sup> Mulhall era irlandês e residia em Buenos Aires, onde possuía um jornal reconhecido além da Argentina. Devido a isso, foi convidado pela colônia britânica para visitar o Rio Grande do Sul e conhecer os empreendimentos das companhias anglo-brasileiras na província (MAGALHÃES, Mário Osório. *Pelotas: toda a prosa*. Primeiro Volume (1809-1871). Pelotas: Editora Armazém Literário, 2000, p.181). A gênese da sua viagem justifica seus relatos, que podem parecer às vezes bastante exagerados quanto à presença inglesa na província.

<sup>378</sup> MULHALL, Michael George. *O Rio Grande do Sul e suas colônias alemãs*. Porto Alegre: Bels, 1974, p.45.

Quando se refere a sua passagem por Porto Alegre o viajante trata especificamente dos empreendimentos ingleses salientando que “estradas de ferro, dragagens, obras de gás, minas de carvão, fundições, etc. estão na ordem do dia. Todos os novos empreendimentos estão nas mãos de engenheiros ingleses, e o capital necessário, na maioria dos casos, é também conseguido na Inglaterra”<sup>379</sup>.

Mas a intenção de investir no Brasil, apesar de ser predominantemente inglesa, também incluía outros países europeus<sup>380</sup>. Essa situação pode ser percebida no relato do vice-cônsul ao governo francês, em 1863, onde este descreve suas impressões sobre a província de São Pedro do Rio Grande do Sul<sup>381</sup>.

Considerando a informação de Mulhall de que os dividendos distribuídos pelas companhias de vapores que ligam a capital a São Leopoldo e Rio Grande oscilam entre 30 e 60% ao ano, justifica-se o interesse do capital estrangeiro, principalmente na implantação de ferrovias, uma forma alternativa ao usual transporte hidroviário no interior da província. Sobre as estradas de ferro, Castro comenta que

a importância das ferrovias estrangeiras cresce ainda mais ao nos deslocarmos ao Sul do país, onde as ferrovias atendem basicamente a dois objetivos. Em primeiro lugar, trata-se de integrar comercialmente as áreas de colonização; além disso, busca-se atingir as zonas de fronteira – satisfazendo com isso interesses comerciais e respondendo a preocupações de ordem estratégica [...] No Rio Grande do Sul, até 1886, cinco das sete estradas de ferro foram construídas com capital estrangeiro<sup>382</sup>.

A criação de empresas sob a forma de sociedades anônimas de responsabilidade limitada era uma situação comum no período. Campos salienta que os motivos para a criação dessas empresas estavam relacionados a duas questões: “o elevado grau de risco e o alto custo dos empreendimentos, que acarretava a demora na obtenção de lucros e tornava-se inviável para capitais individuais, em virtude do longo período de rotação”<sup>383</sup>. Dessa forma, uma das alternativas era “a criação de empresas com diversos acionistas, nacionais e estrangeiros, geralmente pessoas influentes na política e na economia que diversificavam seus capitais”<sup>384</sup>.

Apesar de ser uma situação recorrente na implantação de obras públicas, algumas vezes levantavam-se contra essa situação. Foi o caso da instalação do sistema de abastecimento de água potável do Rio de Janeiro, obra assumida pelo

<sup>379</sup> MULHALL, Michael George. *O Rio Grande do Sul e suas colônias alemãs*. Porto Alegre: Bels, 1974, p.62.

<sup>380</sup> Castro ressalta que “no período que se estende de 1876 a 1885, o investimento estrangeiro mantém-se relativamente pouco diversificado tanto setorialmente quanto por país de origem. As ferrovias, as empresas de obras públicas, o comércio importador-exportador e a agroindústria do açúcar explicam 90% das entradas. A Inglaterra é responsável por 88% do investimento, a França por 10%, e os demais por apenas 2%” (CASTRO, Ana Célia. *As empresas estrangeiras no Brasil, 1860-1913*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p.41).

<sup>381</sup> D’ORNANO, Paul Baptiste. *Um Barão na Província*: apêndice do Relatório Geral, 1863. Porto Alegre: IEL: EDIPUCRS, 1996. Ornano era vice-cônsul da França e foi o empreiteiro das obras de iluminação a gás na província, repassando os direitos de seu contrato para uma companhia inglesa.

<sup>382</sup> CASTRO, Ana Célia. Op. Cit., p.53-54.

<sup>383</sup> CAMPOS, Cristina de. A promoção e a produção das redes de águas e esgotos na cidade de São Paulo 1875 – 1892. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, N. Ser, v.13, n.2, jul./dez.2005, p.194.

<sup>384</sup> *Ibid.*, p.194.

Estado. Mas que, nem por isso, teve menos problemas que àquelas administradas pela iniciativa privada.

Entre as empresas constituídas no século XIX para realizar obras de infraestrutura destacaram-se a Companhia de Desobstrução da Foz do Rio São Gonçalo, a Companhia de Gás São Pedro, as empresas de telégrafo e de telefonia, a Companhia Ferro Carril e Cais e a Companhia Hidráulica Pelotense.

#### A COMPANHIA DE DESOBSTRUÇÃO DA FOZ DO RIO SÃO GONÇALO

A necessidade de desobstrução da barra do canal de São Gonçalo era uma constatação que já aparecia em 1854, quando o relatório do Presidente da Província informava que “o gado que alimenta as charqueadas de Pelotas é tirado de toda a Província, e até dos Estados Vizinhos; suas principais vias de comércio são, por água, o São Gonçalo, cuja barra se fosse mais profunda animaria muito a vida comercial de Pelotas”<sup>385</sup>.

A companhia incorporada para implementar essa desobstrução foi uma das obras mais significativas, do ponto de vista econômico, para a cidade de Pelotas. Muito mais do que a obra em si, a desobstrução do canal interferia diretamente nos interesses financeiros das elites municipais, já que modificava os trâmites de exportação de mercadorias, em especial do charque: desobstruir a barra do canal significava embarcar as mercadorias em Pelotas, evitando o transporte em pequenos iates até o porto rio-grandino (Fig.78).

O baixio da barra de S. Gonçalo, não permitindo aos navios que exportam barra a fora os produtos das charqueadas próximas ao mesmo rio entrar até os portos destes estabelecimentos, são os charqueadores obrigados a mandarem os seus produtos em iates de pouco calado até os navios estacionados no Rio Grande onde devem ser baldeados ou desembarcados e reembarcados os carregamentos. Além disso, os próprios iates, sendo muitas vezes obrigados a demorar-se na barra por falta de água, os produtos sofrem deterioração importante<sup>386</sup>.

A proposta de criação da companhia foi apresentada ao governo provincial por “uma comissão, nomeada em uma reunião popular na cidade de Pelotas, para promover a abertura da barra do rio S. Gonçalo”<sup>387</sup>. A comissão, nomeada em 1861, indicou o engenheiro Giácomo Raja Gabaglia para realizar o projeto da obra, cujo objetivo era permitir o acesso de navios de dezesseis palmos de calado nas águas médias (a largura do canal era de quarenta braças de largura)<sup>388</sup>.

<sup>385</sup> RELATORIO do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 2 de outubro de 1854. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1854, p.52.

<sup>386</sup> ESTATUTOS da Companhia da Desobstrução da Foz do Rio São Gonçalo. Estabelecida na cidade de Pelotas por Lei Provincial nº 649 de 9 de dezembro de 1867. Pelotas: Typographia do Diário Popular, 1870, p.05.

<sup>387</sup> Ibid., p.05.

<sup>388</sup> Dezesseis palmos correspondem a 3,52 metros (palmo) ou 3,20 metros (palmo brasileiro). Quarenta braças equivalem a 88 metros (ver notas 109 e 354).

A proposta apresentava uma série de previsões dos rendimentos a serem obtidos com a cobrança de fretes, cuja estimativa pautava-se basicamente no transporte do charque e de seus derivados (couros, gordura, cabelo, chifres entre outros). Era um empreendimento que interessava muito aos charqueadores.



Figura 78: Planta do rio de São Gonçalo (esquerda) e detalhe da barra do canal (direita)  
Fonte: Acervo Biblioteca Nacional<sup>389</sup>.

A intenção de permitir o acesso de navios de porte na barra do São Gonçalo era antiga, pois o viajante Arsène Isabelle, que esteve em Pelotas em 1834, comentava em seus registros que

as margens do São Gonçalo estão cobertas de charqueadas ou saladeiros, enriquecendo seus proprietários a tal ponto que eles projetam cavar, à sua custa, um canal mais profundo que o rio (cuja entrada é obstruída por bancos de areia), de maneira a permitir aos navios de alto mar irem diretamente a São Francisco de Paula<sup>390</sup>.

Os rendimentos propostos pelo governo para os acionistas da empresa eram de 8% ao ano (superiores aos juros das companhias hidráulicas<sup>391</sup>), sobre um capital de, no máximo, quinhentos contos. O contrato foi celebrado em 26 de março de 1868, entre a província e Antônio José Gonçalves Chaves Filho, Domingos Rodrigues Ribas e Manoel Vieira Braga, que se comprometiam em incorporar a companhia<sup>392</sup>. O prazo máximo para as obras de desobstrução foi estipulado em cinco anos.

Um dos itens peculiares dos estatutos referia-se a participação dos acionistas: estabelecia-se que os ausentes do município, os enfermos e as senhoras acionistas eram representados por seus procuradores. As mulheres pelotenses podiam investir na empresa, mas não podiam comparecer as assembléias, devendo, nessas, ser representadas legalmente. O documento de 1870 já apresentava a lista de acionistas

<sup>389</sup> A planta do rio de São Gonçalo (esquerda) foi elaborada por Pedro Garcia. Planta do Rio de São Gonçalo na província do Rio Grande do Sul levantada e construída pelo Segundo Tenente da Armada N. e I. Pedro Garcia da Cunha 1835. [Rio de Janeiro]: Lith. do Archivo Militar, 1836.

<sup>390</sup> ISABELLE, Arsène. Viagem ao Rio Grande do Sul. 2 ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983 apud MAGALHÃES, Mário Osório. *Pelotas: toda a prosa. Primeiro Volume (1809-1871)*. Pelotas: Editora Armazém Literário, 2000, p.65.

<sup>391</sup> Outro termo de comparação para a rentabilidade dessas empresas eram os empréstimos particulares. Oliveira comenta que em 1881, o inventário de D. Carolina Rangel tinha como principal investimento uma dívida ativa de mais de 21 contos, garantida por hipoteca, com os baixos juros de 8% ao ano, pagos mensalmente (OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira. *Em casas térreas com alcovas. Formas de morar entre os setores médios em São Paulo, 1875 e 1900. Anais do Museu Paulista*. São Paulo, N. Ser. v.8/9, (2000-2001), Editado em 2003, p.59).

<sup>392</sup> Os estatutos foram aprovados e a companhia autorizada a funcionar em 16 de julho de 1869.

referente as cinco mil ações da empresa<sup>393</sup>. Quando Michael Mulhall esteve em Pelotas, em meados da década de 1870, relatou que a dragagem da barra já se encontrava em franco andamento<sup>394</sup>.

A embarcação norte-americana denominada Tampico inaugurou a travessia na barra do São Gonçalo e atracou no porto de Pelotas, em 1876. O navio conduziu charque diretamente para os Estados Unidos: finalmente, após quatro décadas, Pelotas não dependia mais de Rio Grande e de São José do Norte para embarcar seus produtos (Fig.79).

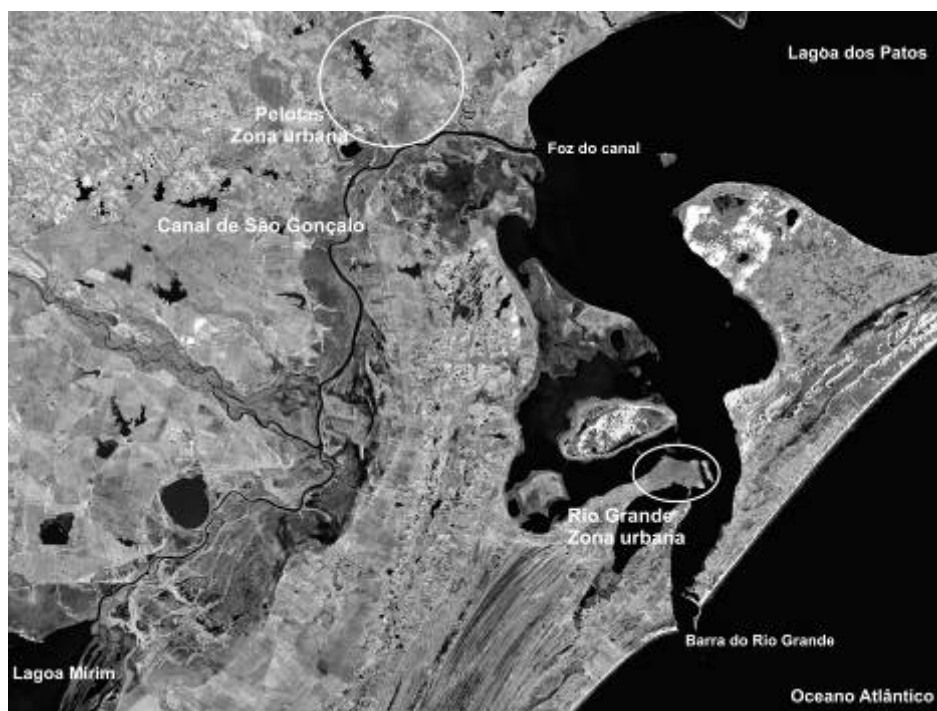


Figura 79: Canal de São Gonçalo

O canal de São Gonçalo comunica as lagoas Mirim e dos Patos. Sua desembocadura, na lagoa dos Patos, permite o acesso ao oceano Atlântico, através da barra do Rio Grande.

Fonte: Imagem Landsat – TM7, 1999.

## O GASÔMETRO E A ILUMINAÇÃO PÚBLICA: A COMPANHIA SÃO PEDRO GÁS LIMITADA

A instalação dos sistemas de iluminação pública permitiu a apropriação do tempo noturno, uma realidade presente nas cidades do século XIX. Constantino analisa a novidade em Porto Alegre, passando pelo tempo de escassa claridade (dos lampiões de óleo de baleia) à luminosidade (através da contratação do sistema de gás hidrogênio)<sup>395</sup>.

<sup>393</sup> A companhia apresentava na sua lista de acionistas dez mulheres, com número variável de ações (entre 5 e 200). ESTATUTOS da Companhia da Desobstrução da Foz do Rio São Gonçalo. Estabelecida na cidade de Pelotas por Lei Provincial nº 649 de 9 de dezembro de 1867. Pelotas: Typographia do Diário Popular, 1870, p.24.

<sup>394</sup> MULHALL, Michael George. *O Rio Grande do Sul e suas colônias alemãs*. Porto Alegre: Bels, 1974, p.27.

<sup>395</sup> No século XIX foram instaladas no Brasil diversas companhias inglesas, principalmente no setor de gás. “Essa é uma das mais importantes aplicações britânicas do período. Indústria jovem na própria Inglaterra, onde crescia rapidamente desde 1840, constituiria uma importante frente de expansão externa do capital inglês. Note-se que o estabelecimento dessas unidades, tão importante nesse primeiro período, praticamente desaparece, à medida que nos deslocamos para o final do século XIX. Estabelecem-se no Brasil a Cia. de Gaz da Bahia (100.000 libras em 1861), The Rio de Janeiro Gaz Co. (750.000 libras em 1866), The Nicteroy Gaz Co. Ltd. (75.000 libras em 1868), The Pará Gaz Co. Ltd. (170.000 libras em 1866) e a São Paulo Gaz Co. Ltd. (80.000 libras em 1873) (CASTRO, Ana Célia. *As empresas estrangeiras no Brasil, 1860-1913*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, p.35).



A substituição do antigo sistema de iluminação a base de azeite pelo de gás hidrogênio líquido foi contratada inicialmente para a capital da província, pelo período de três anos, a partir de janeiro de 1853. A superioridade da iluminação obtida pelo novo método e o custo reduzido de adaptação dos lampiões justificava a mudança. Nesse período foi apresentada uma proposta com o mesmo sistema para a iluminação pública de Rio Grande<sup>396</sup>.

Em 1855 as cidades de Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e Rio Pardo eram iluminadas à base de gás hidrogênio líquido. Mas, no ano anterior, o governo já havia constatado que a luz produzida nem sempre era perfeita sendo, em alguns dias, fraca e amortecida<sup>397</sup>. A província possuía 585 lampiões, dos quais 130 estavam localizados em Pelotas<sup>398</sup>.

Em Porto Alegre, o tempo noturno era regulado pelo toque de recolher, ordenado pela Câmara e anunciado pelas badaladas do sino da Matriz (às 21 horas no inverno e às 22 horas no verão), mas nem sempre respeitado pela população<sup>399</sup>. A iluminação da capital era precária e o governo percebia essa deficiência.

Não sei se o serviço que presta a atual iluminação corresponde ao sacrifício que com ela se faz, nem se com igual se pode obter outra melhor. O que porém não é duvidoso é que a iluminação a gás admitida em algumas cidades do Império é preferível, e que esta capital não deve ser a última a obter semelhante melhoramento<sup>400</sup>.

A análise das propostas para a iluminação pública das cidades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, através do sistema de gás hidrogênio carbonado foi realizada em 1867<sup>401</sup> e, no ano seguinte, “os planos para a construção dos gasômetros e dos edifícios próprios ao assentamento dos aparelhos, bem como o modelo dos lampiões, colunas e arandelas, já foram aprovados por esta presidência”<sup>402</sup>. A inauguração da iluminação a gás na cidade de Pelotas ocorreu em 29 de julho de 1875, “ficando assim, desde então, no gozo deste melhoramento as três principais cidades da província”<sup>403</sup>.

<sup>396</sup> RELATORIO do vice-presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em o 1º de outubro de 1852. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1852, p.23-24.

<sup>397</sup> RELATORIO do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansação de Sinimbú, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 2 de outubro de 1854. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1854, p.34.

<sup>398</sup> RELATÓRIO com que o Vice-presidente Luiz Alves Leite de Oliveira entregou a Presidência da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Exmº. Sr. Barão de Muritiba no dia 26 de setembro de 1855. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1855, p.34.

<sup>399</sup> CONSTANTINO, Núncia Santoro. Modernidade, Noite e Poder: Porto Alegre na Virada para o Século XX. *Tempo*. Rio de Janeiro, v.4, 1997, p.51.

<sup>400</sup> RELATORIO apresentado pelo presidente da provincia do Rio Grande do Sul, desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha, na 1ª sessão da 10ª legislatura da Assembléa Provincial. Porto Alegre: Typ. do Jornal A Ordem, 1862, p.81.

<sup>401</sup> FALLA dirigida á Assembléa Legislativa da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente, dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, em a segunda sessão da 12ª legislatura. Porto Alegre: Typ. do Rio-Grandense, 1867, p.37.

<sup>402</sup> RELATÓRIO com que o Excelentíssimo Senhor Doutor Joaquim Vieira da Cunha 1º Vice-presidente desta provincia passou a administração da mesma ao Exm. Sr. Marechal de Campo Guilherme Xavier de Souza, no dia 14 de julho de 1868. Typ.do Jornal do Commercio, 1868, p.07.

<sup>403</sup> FALLA dirigida á Assembléa Legislativa da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente, dr. José Antonio de Azevedo Castro, em a segunda sessão de 16ª legislatura. Porto Alegre: Typ. do "Rio Grandense", 1876, p.30. As três cidades citadas eram Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas.

A iluminação pública era uma necessidade de Pelotas, apontada por Augusto de Pinho no período em que visitou a cidade, antes da inauguração do novo sistema. A impressão do viajante sobre a iluminação não era das melhores; seu parâmetro de comparação era a corte, de onde vinha. Para ele a iluminação era “pessimamente feita com azeite de peixe, ou querosene, os lampiões são colocados em tais distâncias uns dos outros que mal iluminam o pequeno círculo em que reverberam os seus enfumados raios de luz”<sup>404</sup>. E, pelos aspectos levantados pelo governo, percebe-se que a iluminação das cidades gaúchas não era das melhores. A instalação do gasômetro, assim como o abastecimento de água potável, foi um empreendimento de porte, que demorou quase uma década para se efetivar (e quando se efetivou, apresentou uma série de deficiências).

A iluminação urbana possibilitava um novo espaço de sociabilidade: a noite, outrora ignorada e tenebrosa, passava a ser iluminada. As sociabilidades noturnas ultrapassaram os limites dos saraus domésticos (a mais usual distração noturna) e incorporaram as sociedades recreativas (fundadas pelos imigrantes), os restaurantes e cafés. A iluminação possibilitava que os espaços públicos se transformassem em prolongamento dos ambientes privados.

O desfrute do tempo noturno estendeu-se a todas as camadas sociais. Mas, se os ambientes freqüentados pelas elites não preocupavam as autoridades, Constantino comenta que “no afã de manter a ordem, preocupavam a vadiagem e os vícios em geral entre as *classes trabalhadoras* que serão o alvo principal da repressão policial”<sup>405</sup>.

Em Pelotas, a instalação do sistema de iluminação pública apresentou uma série de problemas durante a sua implantação, desde a escolha do terreno para a instalação do gasômetro até a qualidade do serviço prestado pela concessionária (fato que se repetiria em Porto Alegre e Rio Grande<sup>406</sup>).

Quanto a escolha do terreno, a praça Domingos Rodrigues interessava ao empresário responsável pela iluminação a gás da cidade que, em 1871, comunicava que “o terreno designado por esta Câmara em 1868 para os gasômetros não pode servir, a vista do exame a que procedeu o engenheiro habilitado, e indicando a praça de São Domingos [ilegível] ao porto da cidade como o *único lugar* próprio para o fim”<sup>407</sup> (grifo nosso).

<sup>404</sup> PINHO, A. Augusto de. *Uma viagem ao sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. de F. A. de Souza, 1872, p.49.

<sup>405</sup> CONSTANTINO, Núncia Santoro. A conquista do tempo noturno: Porto Alegre “moderna”. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v.XX, n.2, dez.1994, p.80.

<sup>406</sup> Em seu relato sobre as obras Mulhall relatou que, em Rio Grande, “os empreiteiros Upward e Illingworth, que chegaram aqui há quatro meses representando a ‘São Pedro Brazilian Gas Company’ (limitada), tomaram as providências preliminares [...] e hoje, ao meio-dia, as ruas na frente da Alfândega foram abertas para serem colocados os primeiros canos [...]” (MULHALL, Michael George. *O Rio Grande do Sul e suas colônias alemãs*. Porto Alegre: Bels, 1974, p.49).

<sup>407</sup> A praça Domingos Rodrigues foi o local solicitado pela Hidráulica Pelotense para a instalação de um de seus chafarizes. Foi também indicada pela Companhia de Ferro Carril e Cais para a localização de uma das estações da empresa. ATAS da Câmara Municipal de Pelotas. Sessão de 18 de outubro de 1871.

A definição do terreno não foi imediata; em novembro de 1871 o Governo solicitava à Câmara informações sobre “a pretensão de Noel Paulo Baptista de Ornano, acerca da colocação do edifício para o gasômetro da iluminação desta cidade, na praça de Domingos Rodrigues, sobre pretexto de ser o lugar, antes designado, julgado impróprio pelo Engenheiro da Companhia”<sup>408</sup>. Mas a Câmara Municipal apresentava restrições quanto ao uso das praças públicas<sup>409</sup>.

O mesmo Senhor Presidente trouxe a consideração da Câmara o mapa do terreno compreendido na praça Domingos Rodrigues onde se pretende estabelecer o depósito gasômetro da iluminação da cidade e que tem de ser levado a Presidência da Província, e indicou que a vista da objeção que se encontra para ser ali colocado o estabelecimento, devia juntar-se a mesma planta a de outros terrenos imediatos, que estão nas condições precisas, deixando-se ao arbítrio a decisão da mesma Presidência, porque assim se tem a vantagem de abreviar uma solução de tanto interesse para esta localidade<sup>410</sup>.

Em 1873 a situação estava resolvida, já que a Câmara era informada que a Companhia São Pedro Gás Limitada<sup>411</sup> solicitava concessão para a construção, no terreno indicado, do gasômetro e demais edificações da empresa, e o engenheiro requeria concessão (para a abertura de valos para a instalação dos tubos condutores) e a definição dos locais, nas paredes e esquinas das ruas, destinados à colocação dos lampiões<sup>412</sup>.

Em março, a presidência notificava que se remetesse “com a máxima brevidade a planta do terreno em que pretende a companhia [...] estabelecer nesta cidade o gasômetro e mais edifícios da empresa, cuja planta deixa de acompanhar a informação desta Câmara”<sup>413</sup>. O novo local para a implantação do gasômetro, próximo à praça Domingos Rodrigues e ao porto da cidade, foi aprovado pela Câmara<sup>414</sup>; em 1873, as obras já haviam iniciado em Pelotas e em Rio Grande, depois de aprovadas, junto às Câmaras Municipais, a localização dos terrenos (Fig.80)<sup>415</sup>.

<sup>408</sup> ATAS da Câmara Municipal de Pelotas. Sessão de 13 de novembro de 1871.

<sup>409</sup> Ibid. Sessão de 18 de outubro de 1871.

<sup>410</sup> Ibid. Sessão de 25 de outubro de 1871.

<sup>411</sup> O documento informa que foram aprovados os estatutos e autorizada a funcionar, pelo decreto nº 5076 de 28 de agosto, a Companhia São Pedro Gás Limitada. O empresário Noel Baptista d’Ornano realizou a cessão, na qual se obrigou a transferir para a companhia todos os direitos e ônus estabelecidos pelo contrato firmado em 04 de dezembro de 1867 com a Província (FALLA com que o exm. sr. dr. João Pedro Carvalho de Moraes, presidente da província, abriu a 1ª sessão da 15ª legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 1º de março de 1873. Porto Alegre: Typ. do “Constitucional”, 1873, p.27). Franco comenta que Noel Paul Baptiste d’Ornano era francês e exerceu, por muitos anos, as funções de vice-cônsul da França em Porto Alegre. Comenta ainda que o empresário foi à Inglaterra, em 1870, “onde reuniu os capitais suficientes para o empreendimento, daí resultando a constituição da São Pedro Gaz Company Limited, em Londres, a 26/11/1870 [...] Sucedeu a São Pedro Gaz, a Cia. Rio-Grandense de Iluminação a Gás, que explorou os serviços do gasômetro (gás para iluminação pública e para fornecimento a moradias particulares) até o ano de 1909” (FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1988, p.191).

<sup>412</sup> ATAS. Op. Cit. Sessão de 08 de fevereiro de 1873.

<sup>413</sup> Ibid. Sessão de 13 de março de 1873.

<sup>414</sup> Ibid.. Sessão de 15 de fevereiro de 1873.

<sup>415</sup> FALLA. Op Cit., p.27.



Figura 80: Mapa de 1909

Região do porto de Pelotas, às margens do canal de São Gonçalo, onde foi instalado o gasômetro da cidade. O edifício, com os tanques circulares, aparece no centro da imagem.

Fonte: Acervo da Secretaria de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Pelotas.

Os profissionais encarregados do assentamento da canalização vinham da Inglaterra: o engenheiro F. Kope era o encarregado de dirigir os trabalhos em Porto Alegre (Fig.81). Em relação ao andamento das obras, o Presidente da Província salientava que

não obstante as dificuldades com que tem lutado a companhia para o fretamento de navios apropriados para carregar em Londres os materiais, atentas as circunstâncias especiais da barra da província, e outros obstáculos, tem já importado uma grande quantidade deles, que se acham distribuídos pelas três cidades onde se tem de estabelecer a iluminação. Há diversos navios em viagem conduzindo materiais, dos quais fazem parte os gasômetros, tanques de ferro e outros materiais para as oficinas<sup>416</sup>.



Figura 81: Vista do Gasômetro Municipal instalado às margens do Guaíba. Porto Alegre - RS

Fonte: LIMA, Olympio de Azevedo (Org.). *Dados estatísticos do Município de Porto Alegre*. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da "Livreria do Commercio", 1912, Ilustrações.

A iluminação pública a base de gás querosene foi contratada provisoriamente em Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, estabelecendo-se a rescisão dos contratos no

<sup>416</sup> FALLA com que o exm. sr. dr. João Pedro Carvalho de Moraes, presidente da provincia, abriu a 1ª sessão da 15ª legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 1º de março de 1873. Porto Alegre: Typ. do "Constitucional", 1873, p.27.

momento de conclusão das novas obras<sup>417</sup>. Em virtude da manutenção desses contratos, a Câmara Municipal de Pelotas solicitava a instalação de cinquenta lâmpões para a iluminação pública, argumentando que as obras do novo sistema (a gás carbonado) só seriam concluídas em dois anos<sup>418</sup>.

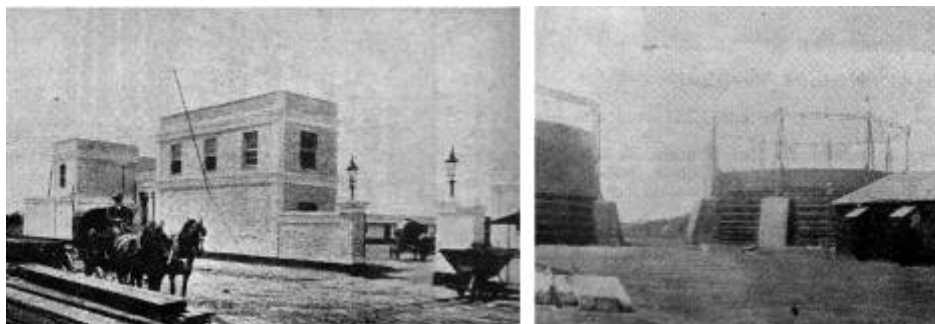


Figura 82: Vistas do gasômetro de Rio Grande

Fonte: PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos gerais do município de Rio Grande*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1944, p.75.

A documentação de 1874 registrava os problemas da empresa em relação à conclusão das obras citando, entre eles, a dificuldade para a aquisição dos terrenos próprios para a instalação dos gasômetros em Rio Grande (Fig.82) e em Pelotas, o porte das obras preliminares e o naufrágio de um navio que trazia um carregamento completo para a Companhia<sup>419</sup>. Quanto à descrição e ao andamento das obras, o relatório citava que em Porto Alegre

a base feita de argamassa para o tanque do gasômetro está pronta há meses, e pelo navio Acme, que já se acha em viagem, esperam-se os novos tanques que tiveram de ser encomendados em Inglaterra em consequência do aludido naufrágio. Todas as outras peças de ferro do maquinismo, inclusive o engenho a vapor e caldeira, estavam colocados em seus lugares, faltando somente as fornalhas e retortas<sup>420</sup>.

A pré-fabricação facilitava a importação de obras de porte significativo, em cidades que não possuíam mão-de-obra qualificada. Foi o caso dos edifícios dos gasômetros, cujos tanques eram estruturas metálicas. A arquitetura do ferro, pelas suas características de produção e montagem, respondia a essas necessidades. Kühl comenta que

pela própria natureza do processo de produção de suas partes, é composta por elementos a serem unidos. O transporte de suas peças e a sua montagem são relativamente simples, se comparados às técnicas tradicionais de alvenaria. Essas características acabaram por estimular a pré-fabricação de seus componentes e de edifícios inteiros, empregando elementos estandarizados<sup>421</sup>.

<sup>417</sup> As cidades de Jaguarão, São Leopoldo, Rio Pardo, Cachoeira, São Gabriel, Bagé e Alegrete também possuíam contratos deste tipo para a iluminação pública.

<sup>418</sup> ATAS da Câmara Municipal de Pelotas. Sessão de 13 de março de 1873. Sessão de 15 de março de 1873.

<sup>419</sup> RELATÓRIO do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Carvalho de Moraes, 7 de março de 1874, p.42-43.

<sup>420</sup> *Ibid.*, p.43.

<sup>421</sup> KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo: Ateliê Editorial: Fapesp: Secretaria da Cultura, 1998, p.67.



Figura 83: Gasômetro de Pelotas

Tanques de ferro (esquerda). Edifício durante uma enchente (direita). As instalações localizadas próximo ao canal São Gonçalo eram suscetíveis a alagamentos.

Fonte: COSTA, Alfredo da (Org.). *O Rio Grande do Sul* (completo estudo sobre o Estado). Obra histórica, descritiva e ilustrada. Volume I. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Livraria do Globo/Barcellos, Bertaso & Cia., 1922, s.p. MAGALHÃES, Néelson Nobre. *Pelotas Memória*. Pelotas: s.ed., 1989. Fascículo III, p.17.

As estruturas metálicas foram implantadas nos gasômetros das três cidades gaúchas. Em Pelotas, “estavam concluídas as casas para cal e registro, assim como os alicerces para uma parte do maquinismo, cujas peças inclusive tanque e gasômetro, já estavam depositadas sobre o terreno, bem como as peças de ferro para as construções”<sup>422</sup>. Em 1875 o serviço estava funcionando em Porto Alegre (03 de novembro) e em Rio Grande (30 de setembro), mas a iluminação pública da capital não era a esperada. O empreiteiro, a fim de justificar a precariedade do serviço, argumentava que os motivos eram a baixa qualidade do carvão empregado (das minas do arroio dos Ratos) assim como a inexperiência do pessoal que trabalhava tanto no gasômetro como nos combustores<sup>423</sup>.

A imprensa noticiava a péssima qualidade dos serviços anunciando que “a atual iluminação está seguindo pelo mesmo sistema da antiga: péssima e mal administrada. Sábado foram acesos os lampiões depois das nove da noite e apagaram-se antes das duas!”<sup>424</sup>.

O auge do problema da iluminação pública na província ocorreu em 1877, envolvendo a Presidência e o empresário da Companhia São Pedro em um conflito de aproximadamente seis meses, cujas origens abrangiam problemas quanto ao abastecimento, ao pagamento de serviços, e questões legais relativas ao contrato firmado entre ambos. A situação agravou-se a ponto de necessitar da intervenção do cônsul inglês. O problema surgiu em meados de junho, quando o Presidente da Província recebeu telegramas de Pelotas e de Rio Grande, comunicando a suspensão dos serviços de iluminação pública destas cidades por parte da companhia. Em seguida, foi notificado também da suspensão na capital.

<sup>422</sup> RELATÓRIO do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Carvalho de Moraes, 7 de março de 1874, p.43.

<sup>423</sup> FALLA dirigida á Assembléa Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente Dr. João Pedro Carvalho de Moraes em primeira sessão da 16ª Legislatura. Porto Alegre: Typographia do Rio-Grandense, 1875, p.25.

<sup>424</sup> Diário de Pelotas, 23 de outubro de 1876 apud GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2004, p.293

A iluminação a gás querosene foi retomada nas três cidades, enquanto a discussão entre o governo e o empresário tornava-se cada vez mais grave. O Presidente ressaltava a necessidade de propor “qualquer meio pelo qual pudessem ser as ditas cidades iluminadas, até que a companhia de gás cumprisse seu contrato, ou que outra a substituísse, se aquela chegar a falir ou entrar em liquidação”<sup>425</sup>.

Segundo os argumentos do empreiteiro, a baixa qualidade da matéria-prima (carvão das minas do arroio dos Ratos) somada a atrasos nos pagamentos por parte da província ocasionaram a falta de material; estes eram questionados pelo governo, já que o abastecimento a particulares fora mantido e havia chegado recentemente ao porto de Rio Grande um carregamento de carvão para a companhia, além daquele que a empresa já possuía em estoque<sup>426</sup>.

Em maio de 1877 foi aprovado um novo contrato para a iluminação pública a gás hidrogênio carbonado nas cidades de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, firmado com Carlos Thomaz Pinto. A iluminação deveria contemplar todos os bairros das três cidades, incluindo as ruas, praças, becos e travessas<sup>427</sup>, e a fiscalização foi encarregada provisoriamente à polícia e à repartição de obras públicas<sup>428</sup>. O contratante informava, no final do ano, ter comprado o gasômetro e demais materiais da Companhia de Gás São Pedro Limitada ficando, dessa forma, dispensado das cláusulas do contrato referentes a obras e a aquisição de material, mas com prazo de quatro meses para a realização dos reparos necessários<sup>429</sup>. Em fevereiro de 1879 a iluminação pública foi retomada nas três cidades.

<sup>425</sup> RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe passou a administração desta província ao Exm. Sr. Dr. João Dias de Castro 2º Vice-presidente, no dia 5 de fevereiro de 1877. Porto Alegre: Typographia do Jornal do Commercio, 1877, p.40.

<sup>426</sup> O gerente da Hidráulica Rio-Grandense ofereceu-se, nesse momento, para assumir os gasômetros de Pelotas e de Rio Grande e continuar a iluminação pública dessas cidades. O oferecimento foi recusado em função da continuidade do impasse. A cobrança de multas pelo descumprimento do contrato agravava a situação da empresa (RELATÓRIO. Op. Cit., p.43-45). As relações comerciais com a Inglaterra ocorriam tanto na importação de material e mão-de-obra para as instalações, como de matéria-prima, já que o carvão também era importado (MARTINS, Ana Luiza. Aspectos econômicos da presença britânica no Brasil. In: CENTRO BRITÂNICO BRASILEIRO. *Britânicos no Brasil*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa de São Paulo, 2001).

<sup>427</sup> Apesar do contrato estipular a iluminação a gás em todos os bairros, Bittencourt comenta que em Porto Alegre “em 1892, a responsabilidade pelos serviços de iluminação pública passou para a Intendência Municipal. No final do século XIX, havia duas formas de iluminação: na zona coincidente com a ‘zona de esgotos’ era a gás e nos subúrbios, a querosene. Em 1896, havia 582 combustores a gás e 276 lâmpadas a querosene” (BITTENCOURT, Dóris Maria Machado de. *Casas residenciais em Porto Alegre em fins do século XIX e início do século XX*. 1996. 2V. 791p. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, p.261).

<sup>428</sup> RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Dr. João Dias de Castro, 2º vice-presidente, passou a administração desta província ao Exm. Sr. Dr. Francisco de Faria Lemos em 21 de maio de 1877. Porto Alegre: Typographia do Jornal do Commercio, 1877, p.06. FALLA dirigida à Assembléa Legislativa da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente, dr. Felisberto Pereira da Silva, em a 1ª sessão da 18ª legislatura. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1879, p.15-16.

<sup>429</sup> RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Desembargador Francisco de Faria Lemos passou a administração desta província ao Exm. Sr. Dr. João Chaves Campello 2º Vice-presidente, no dia 10 de fevereiro de 1878. Porto Alegre: Typographia do Jornal do Commercio, 1878, p.47. O contrato previa o privilégio por trinta anos (para a iluminação de praças, ruas, estabelecimentos públicos e casas particulares) e determinava que todas as despesas com a instalação fossem de responsabilidade do contratante, isentando a província de qualquer despesa, fosse com a construção ou com aquisição de material ou contratação de pessoal necessário aos trabalhos de iluminação. Estabelecia ainda que a construção incluía o assentamento dos tubos de canalização (instalados a um metro de profundidade nas ruas) e dos combustores, a edificação do gasômetro e dos aparelhos necessários a fabricação de gás e seu consumo, assim como dos edifícios que tiverem que receber os aparelhos (CONTRACTO da Companhia Rio-Grandense de Iluminação a Gaz nas cidades de Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre. Pelotas: Typ. d’ A Pátria, 1888, p.02).

Os equipamentos destinados à iluminação pública eram aprovados pelo governo e consistiam em lampiões fixados em colunas ou arandelas de ferro, distribuídos pelas ruas. Estes poderiam ser substituídos por candelabros nas praças, ou onde fosse mais conveniente. Porto Alegre recebeu 500 lampiões, Pelotas 420 e Rio Grande 330, com combustores que forneciam luz de nove velas. As cidades eram iluminadas mesmo nas noites de luar, por um tempo nunca inferior a onze horas por noite (Fig.84)<sup>430</sup>.



Figura 84: Iluminação pública a gás  
Acendedores de lampião. Foto de Calegari, final do século XIX.

Os lampiões eram acesos diariamente pelos funcionários da empresa de gás, cujo serviço era fiscalizado, em relação aos horários de acender e apagar os respectivos lampiões.

Fonte: MAESTRI, Mário. *O sobrado e o cativo: a arquitetura urbana erudita no Brasil escravista: o caso gaúcho*. Passo Fundo: UPF, 2001, p.248.

Em 1891 a companhia possuía um capital de 1.300\$000, divididos em 1.150 ações de 1.000\$000 e em 750 ações de 200\$000, integralizadas por sessenta e quatro acionistas, dentre os quais quarenta e dois residiam em Pelotas<sup>431</sup>. Nessa data, as ruas e praças de Pelotas eram iluminadas por 439 combustores de gás carbônico (420 mantidos pelo governo estadual e 19 pela Intendência), número que aumentou para 460 em 1897.

Em 1883 aparecia, pela primeira vez nos relatórios da Companhia Hidráulica Pelotense, a despesa relativa a Companhia Rio-Grandense de Iluminação a Gás, empresa que substituiu a Companhia São Pedro. Nesse momento, provavelmente, já havia sido implantado o abastecimento domiciliar: em 1897, as casas particulares e de negócio que possuíam iluminação somavam um total de 372 unidades<sup>432</sup>.

Em Pelotas, o Conselho Municipal autorizou a Intendência, em 1909, a realizar um empréstimo com o intuito de adquirir as instalações e materiais da Companhia Rio-grandense de Iluminação a Gás<sup>433</sup>. Após a municipalização da empresa, as taxas

<sup>430</sup> Lei nº 1109 de 13 de maio de 1877 (CONTRACTO da Companhia Rio-Grandense de Iluminação a Gaz nas cidades de Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre. Pelotas: Typ. d' A Pátria, 1888, p.14).

<sup>431</sup> BOLETIM apresentado à Intendência Municipal da Cidade de Pelotas em sessão de 12 de maio de 1891 por Euclides B. de Moura Diretor da Repartição de Estatística da mesma Intendência. Pelotas: Impressão a Vapor da Livraria Universal, 1891, p.37.

<sup>432</sup> ESTATÍSTICA do Município de Pelotas organizada e publicada pela Intendência Municipal. Pelotas: Livraria Commercial Souza, Lima e Meira, 1897.

<sup>433</sup> Lei nº 57 de 27 de março de 1909 (ORÇAMENTO do município de Pelotas para o exercício de 1910. Lei nº 60, de 10 de novembro de 1909. Pelotas: Oficinas do Diário Popular, s.d., p.59).



eram cobradas de duas formas: pelo aluguel do medidor, cujos valores eram fixos e variavam entre 300 e 2\$000 (conforme o número de pontos de iluminação) e para motores, aquecedores, fogões domésticos e outros aparelhos de aquecimento com medidor especial, 350 réis, no máximo, o metro cúbico consumido<sup>434</sup>.

Na década de 1920 iniciou-se a substituição da iluminação a gás pela elétrica no centro da cidade: a escassez de carvão de pedra foi um dos fatores que contribuiu para o obsolescimento do gasômetro. Essa substituição foi gradual, já que nesse período “o gasômetro do município e as instalações existentes permanecerão servindo e muito para atender as fábricas, os particulares que os preferirem, os aquecedores, etc.”<sup>435</sup>.

A repercussão dos problemas entre o governo provincial e a Companhia de Gás São Pedro pode ser observada nos termos do contrato assinado por Carlos Pinto, em que se estabelecia a proibição de que a empresa responsável pelos serviços tivesse sede fora do Império<sup>436</sup>.

Os impasses que surgiram no momento de implantação da empresa de gás revelavam as facilidades de comunicação entre os envolvidos, através do sistema de telégrafo que já estava implantado na região. Em relação à Hidráulica Pelotense, o novo meio de comunicação foi usado somente uma década depois desses fatos quando, em junho de 1886, foi contabilizada a despesa do primeiro telegrama enviado pela empresa para a cidade de Porto Alegre.

## O TELÉGRAFO E A TELEFONIA

Em 1877, o cancelamento do sistema de iluminação pública nas principais cidades da província percorreu os fios de telégrafo do Rio Grande do Sul. Nessa data as cidades de Pelotas e de Rio Grande já estavam ligadas à capital. Uma década antes deste fato, em 1866, o Presidente da Província relatava o interesse do Governo Imperial em estender até o sul do Império as linhas telegráficas, que no momento iam até Santa Catarina.

O encarregado das obras foi o engenheiro Eduardo Laranja de Oliveira. Nesse período, a estação da capital estava montada com dois aparelhos telegráficos, um para a linha intermediária (eletro-magnésio) e outro, duplo, para a linha direta (Morse)<sup>437</sup>. No ano seguinte a capital já se encontrava conectada com Santa Catarina.

O segmento mais beneficiado com a implantação da rede de telégrafos foi o comércio. A linha que se estendia até Rio Grande foi prioritária, em virtude da importância do porto da cidade. Além disso, por questões estratégicas, era

<sup>434</sup> ORÇAMENTO do município de Pelotas para o exercício de 1914. Lei nº 80, de 28 de novembro de 1913. Pelotas: Oficinas do Diário Popular, s.d., p.53.

<sup>435</sup> Progresso de Pelotas. In: PARADEDA, Florentino. *Almanach de Pelotas*. Pelotas: s.ed., 1920, p.278.

<sup>436</sup> CONTRACTO da Companhia Rio-Grandense de Iluminação a Gaz nas cidades de Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre. Pelotas: Typ. d'A Pátria, 1888.

<sup>437</sup> RELATÓRIO do Presidente da Província do Rio Grande do Sul Pereira da Cunha, em 31 de outubro de 1866, p.51.

fundamental estabelecer contato com as regiões de fronteira. Dessa forma, o Presidente da Província solicitava ao Império recursos para ampliar a linha até Rio Grande, passando por Pelotas e, desta, até Jaguarão.

As obras contaram com subsídios das praças de comércio da capital, de Pelotas e de Rio Grande<sup>438</sup>. Em janeiro de 1868 as duas últimas cidades já estavam ligadas entre si, facilitando as transações entre as respectivas praças comerciais<sup>439</sup>, mas a comunicação entre Rio Grande e a barra ainda não estava concluída (apesar de estar finalizada a colocação de todos os postes da linha). Faltava ainda a fiação, não só desta linha, como daquela destinada a ligar Pelotas a Porto Alegre, e estabelecer a conexão com o sul da província. As obras encontravam-se a três ou quatro léguas de São João Baptista de Camaquã e a perspectiva era de que até o final de 1869 a linha estivesse concluída<sup>440</sup>; mas a falta de verbas atrasava o empreendimento.

No início do ano seguinte o engenheiro solicitava verbas à presidência e sugeria a possibilidade de recorrer ao comércio de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, para a obtenção de recursos necessários à conclusão do trecho Porto Alegre – Camaquã. Essa alternativa já havia sido empregada para obter o capital necessário para ligar Pelotas a Jaguarão, surgindo, nesse momento, o interesse em estabelecer a ligação até Bagé, outra cidade de fronteira, de importância estratégica para a província<sup>441</sup>.

O traçado da linha Pelotas – Bagé interligava ainda as cidades de Piratini e Canguçu, que contribuíram com donativos para a realização das obras, e que já contava com a encomenda de 1980 postes de ferro feita ao ministro, em Londres. Na barra do Rio Grande a ligação apresentava dificuldades devido à necessidade de instalação de um cabo submarino<sup>442</sup>.

Em abril de 1871 foi inaugurada a estação telegráfica de Camaquã, mas ainda não estava concluída a comunicação entre Pelotas (e conseqüentemente Rio Grande) e a capital da província já que, em setembro, o Presidente requeria informações sobre o andamento dos trabalhos e solicitava ao Ministro da Fazenda o despacho de mil postes de ferro existentes na alfândega de Rio Grande.

---

<sup>438</sup> FALLA dirigida á Assembléa Legislativa da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente, dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, em a segunda sessão da 12ª legislatura. Porto Alegre: Typ. do Rio-Grandense, 1867, p.35.

<sup>439</sup> RELATÓRIO com que o Exm°. Sr. Dr. Francisco I. Marcondes Homem de Mello, passou a administração d'esta provincia ao Excellentissimo Senhor Doutor Joaquim Vieira da Cunha, 1° Vice-presidente no dia 13 de abril do anno de 1868. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1868, p.22.

<sup>440</sup> RELATÓRIO com que o Excellentissimo Sr. Dr. Antonio da Costa Pinto Silva, presidente d'esta provincia, passou a administração da mesma ao Exm°. Sr. Doutor Israel Rodrigues Barcellos, no dia 20 de maio de 1869. Porto Alegre: Typ. do Rio Grandense, 1869, p.29.

<sup>441</sup> RELATORIO com que o excellentissimo sr. dr. João Sertorio, presidente d'esta provincia, passou a administração da mesma ao exm°. sr. dr. João Capistrano de Miranda e Castro, 1° vice-presidente, no dia 29 de agosto de 1870. Porto Alegre: Typ. do Rio Grandense, 1870, p.43.

<sup>442</sup> RELATÓRIO com que o Excellentissimo Sr. Conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima passou a administração desta provincia ao Exmo. Sr. Coronel João Simões Lopes, 1° Vice-Presidente no dia 24 de maio do anno de 1871. Porto Alegre: Typ. do Rio-Grandense, 1871, p.11.

No dia 10 de abril de 1871 a Câmara Municipal de Pelotas recebeu do diretor de telégrafos um telegrama de felicitações pela inauguração da linha Pelotas-Porto Alegre (Fig.85)<sup>443</sup>. Na década de 1870 a província de São Pedro já possuía meios de comunicação rápidos entre as diversas vilas e cidades<sup>444</sup>, mas ainda se verificava a precariedade em serviços básicos, como a iluminação pública e o abastecimento de água potável.



Figura 85: Antigo telégrafo

Fonte: MICHELON, Francisca Ferreira; SANTO, Anaizi Cruz Espírito (Orgs.). *Catálogo fotográfico – século XIX – 1930 – Imagens da cidade: acervo do Museu Histórico da Biblioteca Pública Pelotense*. Pelotas: Editora Universitária/UFPel: FAPERGS, 2000, p.167<sup>445</sup>.

Em relação aos serviços telefônicos, os estudos de Ueda indicam que “a implantação e difusão da telefonia nas cidades gaúchas ocorreu rapidamente, assim como havia ocorrido em outras províncias brasileiras e também em países como a França, a Inglaterra e Espanha”<sup>446</sup>.

Em 1882, por Decreto Imperial, foi concedida a primeira instalação de linhas telefônicas no país, nas cidades de Petrópolis, Salvador, Maceió, Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas<sup>447</sup>. “Nada mais se soube dessa concessão. Tivemos notícias novamente em 1883, quando Narciso José Ferreira & Cia. pediu autorização para instalar uma linha telefônica desde sua casa, situada à Rua São Jerônimo, até ao porto da cidade”<sup>448</sup>.

As primeiras concessões de linhas telefônicas de Pelotas ocorreram em 1884, e consolidaram as relações comerciais entre o porto e a zona central. Os solicitantes foram ligados à Companhia São Pedro, no porto, ou às charqueadas. No primeiro caso estavam as linhas telefônicas que partiam do porto e se conectavam com os

<sup>443</sup> A linha até Bagé foi concluída em 1881, passando por Canguçu, Piratini e Cacimbinhas (OSÓRIO, Fernando Luis. *A cidade de Pelotas: corpo, coração e razão*. Pelotas: Diário Popular, 1922, p.235).

<sup>444</sup> Em 1877, durante as discussões entre a Presidência da Província e a Companhia São Pedro, a capital já estava ligada à Pelotas e Rio Grande.

<sup>445</sup> Fotógrafo Henrique Patacão [19--]. O original integra o acervo da Biblioteca Pública Pelotense (BPP 0502).

<sup>446</sup> UEDA, Vanda. *Modernización y la difusión de la telefonía en las ciudades de Porto Alegre y Pelotas (1882-1908)*. *Estudios Ibero-Americanos*. PUCRS, v.XXVII, n.1, jun.2001, p.162.

<sup>447</sup> *Ibid.*, p.159.

<sup>448</sup> Atual rua Marechal Floriano. UEDA, Vanda. *La instalación del teléfono en Pelotas, Brasil*. *Scripta Nova*. Barcelona, n.45, ago.1999.

estabelecimentos de Antônio Joaquim Dias (Correio Mercantil, na rua 7 de Setembro nº 18), de José Dias Moreira (agência de cartas, na rua do Imperador), de José Pinto de Madureira (companhia de navegação, rua General Neto nº 33) e de Joaquim Maria da Silva (companhia de navegação, rua do Imperador nº 107). Os usuários eram pessoas que necessitavam estar em contato com as informações chegadas ao porto de Pelotas.

No segundo caso estavam as linhas que ligavam as residências de Junius Brutus Cassio de Almeida (rua Voluntários da Pátria, nº 11 e 13) e de Francisco Antônio Gomes da Costa (esquina das ruas Andrade Neves com Dom Pedro II) às suas charqueadas, ambas na costa do arroio Pelotas. Em 1885, José Alvares de Souza Soares solicitou a ligação de seu Laboratório Homeopático (rua Santa Bárbara nº 63) ao Parque Pelotense, no Fragata<sup>449</sup>.

As reações da população ao telefone foram muito diversas. Ueda comenta que o Correio Mercantil criou uma coluna chamada *Telefones* para descrever essas reações, de adaptação ou de resistência, ao novo meio de comunicação. Um dos trechos publicados na imprensa revelava essa situação e foi transcrito por Ueda:

- O Zé Trapiche diz que não entende absolutamente nada desta atrapalhada - Parece um bicho de sete cabeças.
- Qual cabeça, nem qual bicho homem. Isto é muito simples. Põe-se o fone na boca e o ouvido na palheta.
- Ah! Eu não sabia<sup>450</sup>.

A autora comenta o fato do Correio Mercantil ter atuado como um incentivador do sistema de telefonia, mas isso não impedia o periódico de publicar as reclamações dos usuários em relação aos altos valores cobrados pelas tarifas.

Em Porto Alegre, a Companhia União Telefônica possuía setenta e dois assinantes em 1886, ano de sua instalação. No final do mesmo ano o número foi elevado para cento e trinta e cinco assinantes e cinco linhas gratuitas (órgãos públicos) conectados a uma estação central.

O único relato sobre telefonia encontrado na documentação governamental pesquisada data de 1888, informando que os contratos estabelecidos entre as Câmaras de Pelotas e de Rio Grande com particulares para o estabelecimento dos serviços não eram legais. O texto citava a instalação do sistema pelo governo, indicando a sua suspensão em Pelotas, desde que “a empresa particular ali existente indenizasse as despesas feitas”<sup>451</sup>.

<sup>449</sup> UEDA, Vanda. A elite pelotense no processo de implantação da Companhia Telephonica "Melhoramento e Resistência" (CTMR). *Revista GeoNotas*. Maringá, v.4, n.2, abr./maio/jun.2000. Quadro nº2 (elaborado por Ueda a partir do Correio Mercantil de 1884-1885).

<sup>450</sup> Correio Mercantil, 04 de julho de 1884 apud Ibid.

<sup>451</sup> FALLA que á Assembléa Legislativa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul dirigio o exm. sr. barão de Santa Thecla, vice-presidente da provincia, ao instalar-se a 2ª sessão da 22ª legislatura em 27 de novembro de 1888. Porto Alegre: Typ. a Vapor do Jornal do Commercio, 1889, p.06.

Em 1891, o relatório estatístico do município referia-se, entre as empresas e companhias instaladas em Pelotas, à Empresa Thelefônica Pelotense, inaugurada em 1888, com cento e cinquenta assinantes e vinte funcionários. A publicação informava ainda que eram cobrados “por assinatura de telefone 10\$000 réis mensais dando direito ao assinante de comunicar-se com a vizinha cidade do Rio Grande”<sup>452</sup>.

Essas indicações coincidem com a informação de Ueda sobre a implantação do “Centro Telephonico Pelotense, instalado no ano de 1888, quando a Câmara Municipal da cidade de Pelotas concedeu a José Bernardino de Souza a permissão de instalar linhas telefônicas na cidade e no município”<sup>453</sup>.

A autora comenta que a Câmara Municipal, ao aprovar a lei municipal nº 1678, de 13 de janeiro de 1888, regulamentava a concessão e garantia o privilégio da exploração das linhas à elite pelotense. Esse argumento pauta-se principalmente nos itens relativos à concessão e ao privilégio de dez anos de exploração, já que a Câmara se obrigava a não fornecer licença para a instalação de outro estabelecimento telefônico na cidade por esse período.

Sobre a decisão da Câmara de Vereadores, Ueda revela que “ao fundar o Centro Telephonico Pelotense percebemos, mais uma vez, que o interesse da elite local era manter seus privilégios com relação aos projetos inovadores da época. E com o telefone não foi diferente”<sup>454</sup>.

## OS BONDES E A COMPANHIA FERRO CARRIL E CAIS

A importância da zona portuária de Pelotas no final do século XIX foi detectada pelo número de obras públicas que se pretendia instalar na praça Domingos Rodrigues, junto ao canal de São Gonçalo. A praça foi solicitada para a instalação do gasômetro da Companhia São Pedro e de um chafariz da Hidráulica, e também foi foco de interesse da Companhia Ferro Carril e Cais.

Em 1869 a província recebia proposta de Domingos Rodrigues Cordeiro e Hutching para a construção de um cais e *tramway*, ligando o porto à cidade de Pelotas<sup>455</sup>. O prazo para a exploração do serviço era de vinte e cinco anos e, após

<sup>452</sup> BOLETIM apresentado à Intendência Municipal da Cidade de Pelotas em sessão de 12 de maio de 1891 por Euclides B. de Moura Diretor da Repartição de Estatística da mesma Intendência. Pelotas: Impressão a Vapor da Livraria Universal, 1891, p.38.

<sup>453</sup> UEDA, Vanda. La instalación del teléfono en Pelotas, Brasil. *Scripta Nova. Scripta Nova*. Barcelona, n.45, ago.1999.

<sup>454</sup> UEDA, Vanda. A elite pelotense no processo de implantação da Companhia Telephonica "Melhoramento e Resistência" (CTMR). *Revista GeoNotas*. Maringá, v.4, n.2, abr./maio/jun.2000.

Em 1891 o Centro Telephonico perdeu a concessão e os serviços foram transferidos para a Companhia Industrial e Construtora do Rio Grande do Sul; em 1895 passaram para a Empresa União Telephonica e com o passar dos anos foi realizada a fusão entre esta e a Companhia Telefônica Riograndense. Osório comenta que esta foi instalada em 15 de junho de 1908, e que possuía ligações diretas com Porto Alegre, Bagé, Jaguarão e Rio Grande (OSÓRIO, Fernando Luis. *A cidade de Pelotas: corpo, coração e razão*. Pelotas: Diário Popular, 1922, p.237).

<sup>455</sup> Em sua viagem ao sul, ao passar por Pelotas Mulhall conheceu o senhor Cordeiro, cônsul dos Estados Unidos que, segundo Magalhães era filho do concessionário do serviço de tráfego de bondes puxados a burro. Essa constatação confirma a circulação de pessoas influentes nas concessões de serviços públicos desse período (MAGALHÃES, Mário Osório. *Pelotas: toda a prosa*. Primeiro Volume (1809-1871). Pelotas: Editora Armazém Literário, 2000, p.175 e p.184).

licitação<sup>456</sup>, o mesmo foi contratado com Cordeiro & Cia. Em junho do ano seguinte a Companhia Ferro Carril e Cais estava incorporada<sup>457</sup>, e os planos para a obra encontravam-se aprovados pela província. Em julho do mesmo ano o governo e a diretoria da empresa assinavam um novo contrato, para o estabelecimento na cidade e nos subúrbios de uma “linha de carros ou bondes movidos por tração animal ou vapor sobre trilhos de ferro para passageiros e cargas”<sup>458</sup>. Ampliava-se, dessa forma, o meio de transporte coletivo de passageiros e de mercadorias da cidade de Pelotas (Fig.86, esquerda).

Os trabalhos da linha do porto foram iniciados sob a responsabilidade de Domingos Cordeiro, empreiteiro da obra. Em 1872 o Presidente relatava que “tive ocasião de verificar que estão já levantadas as paredes principais da estação central e que existem no lugar, prontos para serem empregados, os materiais necessários para a estação projetada na praça Domingos Rodrigues, próximo ao porto da cidade”<sup>459</sup>. E, no início do ano seguinte o relatório da província anunciava que

estão prontos na corte os carros, e quanto ao demais material, chegou todo ao Rio Grande no decurso do mês de dezembro último, tendo logo seguido parte para a mesma cidade [Pelotas]. Acha-se construída, de acordo com a respectiva planta, a estação da cidade na praça do Imperador [Fig.86, direita] até a altura de receber o madeiramento<sup>460</sup>.



Figura 86: Bondes a tração animal. Escritório e dependências da extinta Companhia Ferro Carril Bonde trafegando pela praça Coronel Pedro Osório, em frente a Prefeitura Municipal e a Biblioteca Pública Pelotense (esquerda). A estação localizava-se à rua Marechal Floriano. Percebe-se na imagem o porte da edificação e as dimensões dos vãos, destinados a armazenar os veículos da empresa (direita). Fonte: Acervo fotográfico de Néelson Nobre Magalhães (esquerda). ILLUSTRACÃO Pelotense, nº 13, ano II, 1920, p.10 (direita).

<sup>456</sup> O edital do governo tomou como referência a proposta apresentada pelo empresário (RELATORIO com que o excellentissimo sr. dr. João Sertorio, presidente d'esta provincia, passou a administração da mesma ao ex.mo sr. dr. João Capistrano de Miranda e Castro, 1º vice-presidente, no dia 29 de agosto de 1870. Porto Alegre: Typ. do Rio Grandense, 1870, p.37).

<sup>457</sup> Após a constituição da companhia, foi realizada por Domingos Rodrigues Cordeiro a transferência à empresa de todas as obrigações estabelecidas em seu contrato com a Presidência da Província, datado de 03 de fevereiro de 1870. Em 22 de maio de 1870, através do decreto nº 4967, foram aprovados os estatutos da companhia (RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Conselheiro Jeronymo Martiniano Figueira de Mello presidente desta província passou a administração da mesma ao Exm. Sr. Dr. José Fernandes da Costa Pereira Júnior no dia 11 de julho de 1872. Porto Alegre: Typ. do Constitucional, 1872, p.14).

<sup>458</sup> FALLA com que o exm. sr. dr. João Pedro Carvalho de Moraes, presidente da provincia, abriu a 1ª sessão da 15ª legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 1º de março de 1873. Porto Alegre: Typ. do "Constitucional," 1873, p.40.

<sup>459</sup> RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Dr. José Fernandes da Costa Pereira Júnior presidente desta província passou a administração da mesma ao Exm. Sr. Dr. João Pedro Carvalho de Moraes no dia 1 de dezembro de 1872. Porto Alegre: Typ. do Constitucional, 1873, p.20.

<sup>460</sup> Atual praça Coronel Pedro Osório. FALLA. Op. Cit., p.41.

Em relação à estação do porto, a Companhia Ferro Carril solicitava à Câmara Municipal concessão para edificar na praça Domingos Rodrigues uma estação auxiliar de pequenas dimensões que, segundo o empreiteiro, era de indeclinável necessidade para a companhia. Requeria, ainda, a indicação de um local que fosse conveniente e que não prejudicasse o trânsito<sup>461</sup>.

A importância de uma estação de passageiros junto ao cais do porto parece indiscutível, já que esta linha fazia parte do projeto original negociado com o governo. O porte da obra, provavelmente, não comprometeria a circulação na área, que era intensa (Fig.87 e 88), como se percebe no próprio relato do empreiteiro.



Figura 87: Movimentação de navios no porto de Pelotas  
Fonte: Acervo fotográfico de Néelson Nobre Magalhães.



Figura 88: Vista do porto de Pelotas  
Fonte: COSTA, Alfredo da (Org.). *O Rio Grande do Sul* (completo estudo sobre o Estado). Obra histórica, descritiva e ilustrada. Volume I. Porto Alegre: Oficinas Graphics da Livraria do Globo/Barcellos, Bertaso & Cia., 1922, s.p.

A Câmara recebia, em novembro de 1872, o pedido de Domingos Rodrigues Cordeiro para a instalação de uma pequena estação junto ao cais da companhia e encaminhava parecer à província que, no mês seguinte, exigia a “planta do terreno que pretende ocupar a Companhia Ferro Carril e Caes desta cidade com a estação na praça Domingos Rodrigues”<sup>462</sup>. O terreno, na zona portuária, era de domínio da província, sendo necessário o pedido de aforamento para a edificação da referida estação. As questões legais levaram a empresa a requerer “por aforamento perpétuo, o terreno de marinha situado a margem do rio São Gonçalo junto a praça Domingos

<sup>461</sup> ATAS da Câmara Municipal de Pelotas. Sessão de 31 de outubro de 1872.

<sup>462</sup> Ibid. Sessão de 15 de novembro de 1872. Sessão de 31 de dezembro de 1872.

Rodrigues, no porto da cidade, onde pretende dita companhia construir a primeira estação da empresa<sup>463</sup>.

Nos dois últimos meses de 1873 a empresa transportou 28.068 passageiros e 6.530 toneladas de carga. No ano seguinte, 89.623 passageiros e 31.678 toneladas. Apesar disso, o relato do Presidente revelava que a empresa encontrava dificuldades financeiras, praticamente sem proporcionar lucro aos acionistas.

Em março de 1874 estava operando a linha férrea que ligava o porto à margem direita do arroio Santa Bárbara, mas o guindaste a vapor da companhia ainda não estava funcionando. Quanto a este equipamento, os dois importados da Inglaterra apresentaram problemas: o primeiro estava em um navio que naufragou e o segundo foi danificado durante a instalação. Devido a isso, a empresa utilizava três guindastes manuais.

No início de 1875 a empresa estava construindo uma nova linha, pelas ruas São Miguel e do Imperador<sup>464</sup>, paralisada junto à Igreja Matriz devido ao atraso do material proveniente da Inglaterra; nesta data, a localização da estação do porto ainda não havia sido definida (Fig.89). A discussão, que ocorreu na Câmara dois anos antes, fundamentava-se nas mesmas questões que contrariavam a instalação do gasômetro. A carência de espaços públicos era uma constante nas atas, como revelava o relato da comissão encarregada de avaliar o aforamento do terreno à Companhia Ferro Carril.

O estabelecimento da estação em referida praça, já por si muito pequena para o grande movimento de embarque e desembarque de passageiros e cargas, que nela se faz, vai tornar pelo pequeno espaço que fica livre ao trânsito público muito difícil o acesso do porto a todo e qualquer veículo não pertencente a empresa Ferro Carril estabelecendo assim indiretamente em favor mesma empresa o monopólio do serviço de fretes, de passageiros, cargas, em detrimento dos carros e carroças até aqui empregados em dito serviço. Tendo também já esta Câmara deliberado, forçada pelas circunstâncias de não possuir praças suficientes, colocar na praça Domingos Rodrigues um dos chafarizes da Companhia Hydraulica Pelotense, o que ainda menor vai tornar referida praça, que terreno ficará ao trânsito público, se dela for retirado ainda o que pede a Companhia Ferro Carril, para a edificação de uma das suas estações? Estabelecendo o aforamento o direito real e perpétuo, sobre o objeto em que recai [...] como consentir a comissão ou esta Câmara, e sancionar com seu silêncio ou favorável informação, que lhe seja tirado para todo o sempre, parte de uma de suas melhores praças em benefício somente de uma empresa particular? Que a praça Domingos Rodrigues é muito pequena para o grande movimento que nela se faz, foi também já reconhecido pela Câmara transacta no officio que dirigia a Presidência da Província em solução a igual pretensão da Companhia S. Pedro Brazilian Gas Limitada [...] condição expressa do contrato celebrado em 3 de Fevereiro de 1870 [...] que: o contratador Cordeiro, a sua custa fará a aquisição dos terrenos para as estações por meio de compra, arrendamento ou desapropriação; como querer agora que seja aforada parte de uma

<sup>463</sup> ATAS da Câmara Municipal de Pelotas. Sessão de 15 de abril de 1873. Sessão de 26 de abril de 1873.

<sup>464</sup> Atualmente rua Quinze de Novembro e praça Coronel Pedro Osório.



praça já por si muito pequena, quando tão poucas esta cidade possui e luta esta Câmara com grandes dificuldades para a aquisição de terrenos próprios para outras, em interesse somente da Companhia e manifesto prejuízo público? [...] a vista das razões acima apresentadas deixar de informar ser a concessão de aforamento do terreno que pede a Companhia Ferro Carril, inteiramente prejudicial aos interesses do povo, e um benefício exclusivo da mesma Companhia<sup>465</sup>.

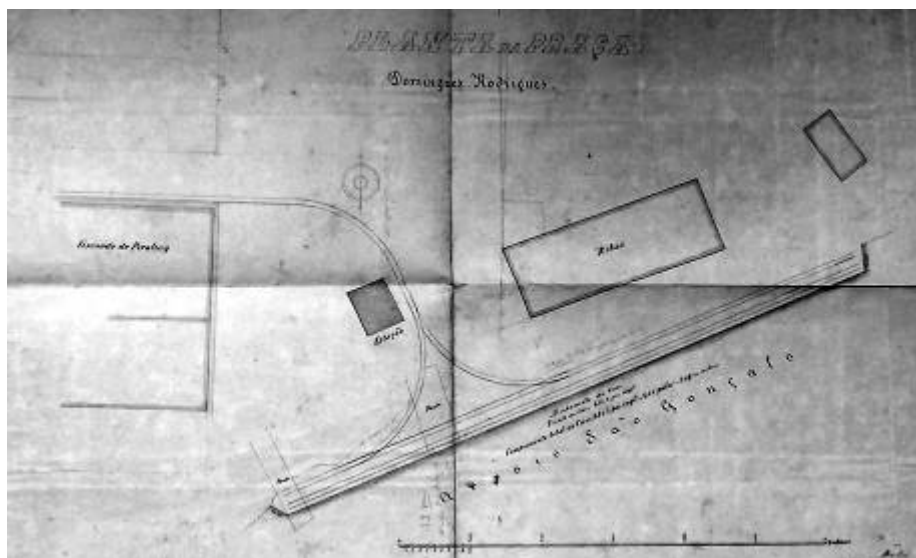


Figura 89: Projeto da praça Domingos Rodrigues

Planta apresentada pela Companhia Ferro Carril e Cais indicando o local para a locação da estação do porto. O círculo indica o chafariz da Hidráulica Pelotense, no eixo da rua Benjamin Constant.

A planta foi elaborada pelo agrimensor, enviada à Câmara Municipal e remetida à Presidência da Província para aprovação<sup>466</sup>.

Fonte: Acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

A exceção quanto à inserção de equipamentos públicos na praça ocorreu em relação à instalação do chafariz da Companhia Hidráulica. A localização destes envolveu uma série de discussões entre a Câmara e a empresa: os chafarizes instalados nas praças Domingos Rodrigues e Pedro II foram os únicos que não fizeram parte do impasse.

As informações apresentadas pela estatística municipal de 1897 demonstravam que a empresa Ferro Carril possuía aproximadamente dezessete mil metros de linhas, vinte e cinco bondes de passageiros e quatro de carga e cento e vinte animais (Fig.90). Empregava cinqüenta e sete funcionários e o número de passagens anual era de 529.716 unidades<sup>467</sup>.

A municipalização da Companhia Ferro Carril e Cais foi autorizada em 1915, estabelecendo-se ao município a sua aquisição através de apólices no valor de 90:000\$000 com juros de 6% ao ano, assim como a amortização de 10% do acervo da

<sup>465</sup> ATAS da Câmara Municipal de Pelotas. Sessão de 13 de maio de 1873.

<sup>466</sup> O autor do desenho foi Romualdo de Abreu e Silva, engenheiro da Câmara Municipal de Pelotas (LIVRO de Registro de Diploma. Registro do título de agrimensor de Romualdo de Abreu Silva. 30 de dezembro de 1871, p.72 verso).

<sup>467</sup> ESTATÍSTICA do Município de Pelotas organizada e publicada pela Intendência Municipal. Pelotas: Livraria Commercial Souza, Lima e Meira, 1897. Mapa da Companhia Ferro Carril e Cais.

empresa (excetuando-se os móveis e os terrenos das avenidas Vinte de Setembro e estrada Domingos de Almeida)<sup>468</sup>.

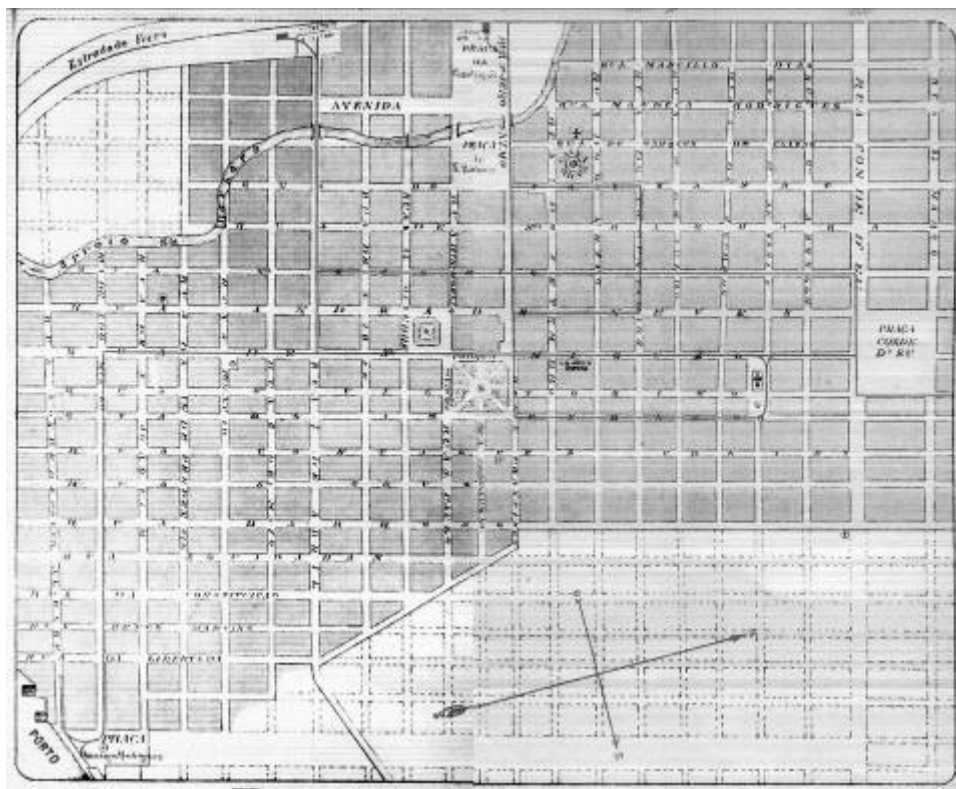


Figura 90: Mapa com o traçado das linhas de bonde  
Linha 1 (1873): do porto à praça Coronel Pedro Osório (estação central). Linha 2 (1874): da praça Coronel Pedro Osório à Catedral, pela rua 15 de novembro. Linha 3: da praça Júlio de Castilhos (2ª estação) ao Fragata<sup>469</sup>.

Em tracejado uma projeção da expansão da cidade (não executada).

Fonte: Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira (NEAB). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas.

No decorrer do século XX a prestação dos serviços públicos transformou-se, com a conseqüente municipalização de muitas empresas<sup>470</sup>: foi o que ocorreu com as empresas pelotenses, como as companhias de gás, de bondes e a companhia hidráulica, cuja trajetória será abordada a seguir.

<sup>468</sup> ORÇAMENTO do município de Pelotas para o exercício de 1916. Lei nº 96 de 29 de novembro de 1915. Pelotas: Oficinas Tipográficas do Diário Popular, 1915, p.79-81.

<sup>469</sup> SCHLEE, Andrey Rosenthal. *O ecletismo na arquitetura pelotense até as décadas de 30 e 40*. 1994. 215p. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.74.

<sup>470</sup> A prestação de serviços públicos muitas vezes não atendia de forma satisfatória aos usuários. Foi o que aconteceu com o quebra-quebra dos bondes da Companhia Ferro Carril em 1914. Para maiores detalhes ver OLIVEIRA, Leni Dittgen. *O início do fim da Ferro Carril e Cais de Pelotas: o caso dos bondes na noite de 14 de dezembro de 1914*. Pelotas: Editora da UFPel, 1998.

## 3 AS COMPANHIAS HIDRÁULICAS EM PELOTAS, RIO GRANDE E PORTO ALEGRE

### 3.1 A COMPANHIA HIDRÁULICA PELOTENSE

O contrato do abastecimento de água potável de Pelotas foi finalmente efetivado em 1871, com o empresário Hygino Corrêa Durão, comerciante da cidade de Rio Grande. Mas a transição para o novo sistema de abastecimento ocorreu lentamente. Ainda no mês de janeiro deste ano a Câmara Municipal previa despesas com a abertura de cacimbas para o abastecimento de água potável na cidade<sup>471</sup>.

Nesse período esteve em Pelotas o viajante Augusto de Pinho que, entre suas impressões do local, destacou o abastecimento de água da cidade. O relato do viajante apontava que “a água de que aí se faz uso é da chuva; conduzida dos telhados e das sotéias<sup>472</sup>, há umas cisternas feitas de tijolo e terra romana a que dão o nome de algibes<sup>473</sup>. Além disso, Pinho comentava a incorporação de uma companhia, com o objetivo de abastecer a cidade com água potável e citava, ainda, a excelente qualidade da água que serviria à cidade. Esse período coincide com o surgimento da Companhia Hidráulica Pelotense.

O relatório da Presidência da Província de 1871 registrava que o contrato para o abastecimento de água de Pelotas fora firmado em dez de maio deste ano, com Hygino Corrêa Durão, que apresentou a proposta mais favorável para a execução do serviço. O relato do Presidente destacava que estava definida “a realização de uma das mais urgentes necessidades daquela importante cidade<sup>474</sup>”.

O contrato firmado entre o empresário e a província estabelecia as obrigações do contratante, definindo as diretrizes essenciais para a implantação do sistema de abastecimento de água da cidade.

---

<sup>471</sup> Na 3ª Sessão Ordinária, em 12 de janeiro de 1871, a Câmara apresentava prestação de contas da despesa de 236:500 réis, relativa a abertura de cacimbas de água potável (ATAS da Câmara de Vereadores de Pelotas).

<sup>472</sup> Sotéia: cobertura plana e horizontal de uma construção, geralmente ladrilhada, que serve de local para se tomar sol. Eirado, açoteia, mirante (CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A. C. *Dicionário de arquitetura brasileira*. São Paulo: Edart, 1972, p.431).

<sup>473</sup> PINHO, A. Augusto de. *Uma viagem ao sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. de F. A. de Souza, 1872, p.69.

<sup>474</sup> RELATÓRIO com que o Excellentíssimo Sr. Conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima passou a administração desta província ao Exmo. Sr. Coronel João Simões Lopes, 1º Vice-Presidente no dia 24 de maio do anno de 1871. Porto-Alegre: Typ. do Rio-Grandense, 1871, p.10.

As especificações estabelecidas no documento indicavam a execução da canalização em tubos de ferro betuminados, desde

o arroio Moreira confluyente do arroio Fragata, prolongando o encanamento desde o ponto denominado Cachoeira, situado na chácara de D. Arminda da Cunha, até ao interior da cidade de Pelotas e a construir no supramencionado ponto de partida uma represa e os tanques de depósito necessários, com capacidade para conterem três mil metros cúbicos d'água, e na cidade um ou mais reservatórios com igual capacidade<sup>475</sup>.

A escolha do manancial, considerando-se a vazão e a pureza da água, apontava para o mesmo curso d'água desde a proposta apresentada por Cordeiro em 1869. A qualidade da água, límpida antes de entrar no encanamento, era outro requisito do contrato e, por isso, indicava-se a construção dos tanques junto à represa. Além disso, no artigo 2º estabelecia-se que deveriam ser instalados “quatro chafarizes, que, além de seus respectivos repuchos, tenham cada um quatro torneiras ou *bornefontaines*, com candelabros para o serviço diário e noturno [...] os chafarizes serão de ferro bronzeado e serão em tudo iguais aos desta capital”<sup>476</sup>. Ainda em relação às obras, o documento determinava que poderiam ser arrendados anéis e penas d'água, edificadas casas de banho (sujeitas à inspeção da polícia) e estabelecidos lavadouros públicos.

O contrato definia ainda o preço da água a ser comercializada, regulamentando que o valor máximo para o barril de vinte e cinco litros era vinte réis nos chafarizes, e dez réis nos anéis ou penas. Estabelecia, ainda, o fornecimento de água gratuitamente às repartições e aos edifícios públicos provinciais, gerais e municipais, que se responsabilizariam pelas despesas da canalização e da distribuição interna.

Os prazos foram rigorosamente estabelecidos no contrato e seu descumprimento acarretaria futuros problemas à companhia. No documento foram firmados os períodos de seis meses para a apresentação do projeto de execução das obras (sujeito à aprovação do governo) e de oito meses para o início das mesmas, ambos a contar da assinatura do contrato. No caso de ocorrer a incorporação da companhia, fixou-se o prazo de três meses, após a aprovação dos estatutos, para a primeira exigência<sup>477</sup>. O documento previa ainda a conclusão das obras da canalização geral e da colocação dos chafarizes em trinta meses. A transferência do

<sup>475</sup> TERMO de Contracto, celebrado com Hygino Corrêa Durão para o encanamento de água potável na cidade de Pelotas, aprovado pelo Ofício nº 949, de dez de maio de 1871.

<sup>476</sup> Ibid.

<sup>477</sup> Os projetos deveriam ser apresentados à Presidência da Província em novembro de 1871 (seis meses após a assinatura do contrato), mas foram encaminhados somente em dezembro do mesmo ano. Segundo o fiscal, os empresários estariam incorrendo em multa, que seriam julgadas *a posteriori* pelo governo. Mas como a empresa havia sido incorporada, os prazos foram acrescidos de três meses. Apesar disso, a correspondência do procurador de Hygino Durão, assim como dos membros da diretoria da empresa, atestam o fato de que as obras da empresa começaram em novembro (CORRESPONDÊNCIA encaminhada por João Frick, procurador de H. C. Durão, ao Presidente da Província Jerônimo M. Figueira de Mello. Pelotas, 07 de fevereiro de 1872. CORRESPONDÊNCIA encaminhada pelos membros da Diretoria da Companhia Hidráulica Pelotense, ao Presidente da Província Jerônimo M. Figueira de Mello. Pelotas, 19 de janeiro de 1872. INDICAÇÕES que acompanham as plantas das Empresas Hidráulicas do Rio Grande e Pelotas apresentadas pelos concessionários H.C. Durão e João Frick. Rio Grande do Sul, 09 de dezembro de 1871).

serviço ao poder público era indicada na autorização para a desapropriação da empresa, que só poderia ocorrer trinta anos a contar da data de realização das obras.

A Hidráulica Pelotense teve dificuldades em cumprir uma série de prazos estabelecidos no contrato firmado entre Hygino Durão e a Presidência da Província. Esses fatores levaram a atrasos recorrentes no pagamento dos juros de 7% ao ano, pagos semestralmente pelo governo, sobre o capital máximo investido de 500:000\$000<sup>478</sup>.



Figura 91: Localização das estruturas implantadas pela Companhia Hidráulica Pelotense. Os equipamentos indicados referem-se às obras instaladas em zona urbana (caixa d'água, quatro chafarizes e encanamento), excetuando-se o local de captação de água, no arroio Moreira.

A área escura (cinza) marca a região entre as praças, citada acima.

Fonte: GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2004, p.185.

O contrato de Pelotas estipulava a despesa máxima de dez por cento do valor total do contrato (50:000\$000) para investimentos preliminares, que compreendiam

<sup>478</sup> A garantia aos juros que a companhia oferecia ao governo consistia na hipoteca de material e de obras da empresa.

levantamentos e correção do projeto hidráulico e seus detalhes (situação que gerou diversos problemas em Porto Alegre), montagem de uma comissão para engajar operários e remuneração ao incorporador da companhia.

As facilidades que o governo oferecia à implantação do sistema abrangiam as desapropriações e a isenção do pagamento de taxas. Quanto às primeiras, propunha-se a realizar as desapropriações necessárias à realização das obras (à custa da empresa)<sup>479</sup> e em relação à segunda oferecia auxílio na obtenção, junto aos poderes públicos, de isenção de direitos de importação sobre os materiais necessários para a realização das obras<sup>480</sup>.

O documento determinava que o projeto de execução fosse fiscalizado por um engenheiro indicado pela província, e que o assentamento da canalização de água deveria incluir as ruas principais e mais povoadas da cidade, entre as que terminam na praça Pedro II e no largo da Igreja (Fig.91)<sup>481</sup>.

Essa delimitação acabou gerando sérios problemas quanto a definição dos locais destinados aos chafarizes. Entretanto, observa-se que, apesar da canalização não contemplar a zona portuária, a empresa instalou um chafariz na praça Domingos Rodrigues, e outro ao sul, além da praça Pedro II.

A contratação de licitantes para a implantação de obras públicas foi um fato recorrente no período, assim como a incorporação das companhias e a transferência dos contratos para empresas privadas<sup>482</sup>. Essas transações consistiam em práticas comuns na época, como se percebe na implantação das Hidráulicas Porto-Alegrense, Pelotense e Rio-Grandense (esta última também incorporada por Hygino Durão, em parceria com João Frick). A facilidade e o conhecimento dos trâmites dos processos de licitação junto à Presidência da Província deveriam contribuir para a permanência dos licitantes (empreiteiros) em cargos das empresas incorporadas. É o que se nota nas hidráulicas de Pelotas e Rio Grande, onde Hygino Durão e João Frick assinaram os contratos para executar o abastecimento de água encanada e ambos permaneceram como gerentes das empresas incorporadas.

Hygino Durão foi responsável por outras obras no Estado. Em Rio Grande, esteve envolvido nas licitações para as obras no cais, em junho de 1869. Foi possível identificar, ainda, que a ponte sobre o rio Piratini (conhecida como Ponte do Império), contratada com Durão, foi entregue ao trânsito público em vinte e um de novembro de

<sup>479</sup> Os estatutos da empresa reiteravam essa facilidade (artigo 30), determinando que “a diretoria fica autorizada a fazer a aquisição por compra ou desapropriação (contrato com o governo, condição 12) do terreno preciso para a edificação da caixa d’água, ou depósitos nos pontos de partida do encanamento das águas, e dos reservatórios dentro da cidade” (COMPANHIA HIDRÁULICA PELOTENSE. Seus estatutos e mais documentos relativos a sua organização. Pelotas: Typ. do Jornal do Commercio de Antônio J. Dias, 1871, p.11).

<sup>480</sup> TERMO de contrato celebrado com Hygino Corrêa Durão para o encanamento d’água potável na cidade de Pelotas, 03 de maio de 1871, artigos 12 e 16.

<sup>481</sup> Atuais praças Coronel Pedro Osório e José Bonifácio (Indicações 1 e 2 na Fig.91).

<sup>482</sup> Campos comenta que o Estado Imperial promovia as atividades de saneamento através da contratação de investidores privados que demonstrassem interesse em implantar e administrar os serviços (CAMPOS, Cristina de. A promoção e a produção das redes de águas e esgotos na cidade de São Paulo, 1875-1892. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, N. Ser, v.13, n.2, jul./dez.2005, p.190).

1870<sup>483</sup>. Sabe-se também que apresentou proposta ao governo provincial para a execução das pontes sobre os rios Camaquã e Arroio Grande<sup>484</sup>.

Além disso, identificou-se um projeto de entroncamento entre a estrada de ferro Rio Grande-Bagé e a linha de Porto Alegre-Uruguaiana, que foi mandado executar por Hygino Durão, sob a direção dos engenheiros A. Primrose, Carlos Alberto Morsing e do chefe de escritório João Frick. Esse documento evidencia que, em 1876, ainda mantinha relações de trabalho com Frick e com Primrose (que trabalhou também nas obras das companhias hidráulicas de Rio Grande e de Pelotas)<sup>485</sup>.

O viajante Mulhall referiu-se a Hygino Durão, relatando que além do abastecimento de água potável, “o mesmo cavalheiro é concessionário da projetada estrada de ferro de Rio Grande a Pelotas (35 milhas) e deverá em breve ir à Inglaterra para tratar desse assunto”<sup>486</sup>. Comentava ainda que, ao visitar as imediações da Cascata, encontrou um engenheiro alemão encarregado dos estudos e da demarcação da rota para o novo aqueduto da cidade.

Weimer cita brevemente a atuação de Hygino Corrêa Durão, referindo-se a ele como arquiteto, envolvido somente com projetos viários e de urbanização<sup>487</sup>. A atuação de Hygino nas obras citadas nos leva a supor que se tratasse de um empresário, empreiteiro de obras de construção civil, já que os projetos que encontramos apresentavam a assinatura de outros profissionais, relacionados diretamente à autoria (projeto) e à construção (execução) das obras.

Hygino Durão atuou tanto na implantação da Companhia Hidráulica Pelotense como na Rio-Grandense, ambas no mesmo período: seu trabalho como empresário consistia em participar das licitações abertas pela Presidência da Província, assinar o contrato e adquirir os privilégios da execução dos serviços, comprometendo-se em incorporar a companhia, vendendo seus direitos e obrigações. No caso da Companhia Hidráulica Pelotense, Hygino tornou-se gerente da empresa e empreiteiro das obras.

Em 1872, como gerente, viajou para a Europa, provavelmente para tratar de seus empreendimentos (o relatório de junho deste ano citava que desde janeiro encontrava-se no exterior e destacava, ainda, que a execução das obras ficaria a cargo de João Frick, seu sócio na implantação da Hidráulica Rio-Grandense)<sup>488</sup>. Os

<sup>483</sup> GONÇALVES, Jymmy Carter. *A história e a memória da ponte do Império*. 2003. 62p. (Especialização em Patrimônio Cultural). Instituto de Letras e Artes, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, p.05.

<sup>484</sup> RELATÓRIO com que o Excellentíssimo Sr. Dr. Antonio da Costa Pinto Silva, presidente d'esta provincia, passou a administração da mesma ao Exm<sup>o</sup>. Sr. Doutor Israel Rodrigues Barcellos, no dia 20 de maio de 1869. Porto Alegre: Typ. do Rio Grandense, 1869, p.26.

<sup>485</sup> Planta geral da estrada de ferro de Rio Grande ao entroncamento na linha de Porto Alegre a Uruguaiana pelos estudos mandados executar por H. C. Durão sob a direção dos engenheiros A. Primrose e Carlos Alberto Morsing e do chefe de escritório João Frick. Lith. a Vapor de Ângelo & Robin, 1876.

<sup>486</sup> MULHALL, Michael George. *O Rio Grande do Sul e suas colônias alemãs*. Porto Alegre: Bels, 1974, p. 136.

<sup>487</sup> WEIMER, Günter. *A arquitetura*. 3 ed. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1999, p.96.

<sup>488</sup> Conforme consta em uma placa existente na Companhia Hidráulica Rio-Grandense: “Esta obra foi contractada pelo Vice Presidente da Província Dr. João Capistr<sup>o</sup>. Miranda Castro em 1870 com H. C. Durão e João Frick. Concluiu-se em 1878”.

jornais de Pelotas da década de 1870 noticiavam os trabalhos de Durão na Hidráulica Pelotense.

Não está de todo concluída essa magnífica obra, porque faltam, ainda algumas chapas, que se esperam brevemente, mas pode-se desde já avaliar da sua incontestável e grande importância. Nunca ninguém se persuadiu que o empresário da Hydraulica Pelotense cumprisse tão satisfatoriamente a condição do seu contrato que se referia à construção do depósito d'água, nem tampouco jamais passou pela idéia de alguém que fizesse uma obra tão gigantesca e admirável. Hoje, ante os fatos, é de rigorosa justiça restituir-lhe os créditos que se haviam posto em dúvida e um dever imprescindível encarecer o seu procedimento. Nós, que fomos sempre os primeiros a censurá-lo quando de censura o considerávamos merecedor, queremos também ser os primeiros, por desencargo de consciência e por amor à verdade, a tecer-lhe os louvores de que se tornou digno pela maneira honrosa e mesmo superior a toda expectativa por que desempenhou aquela parte do seu contrato<sup>489</sup>.

Em 1877, o relatório da Companhia Hidráulica Pelotense referia-se a uma negociação entre a empresa e a testamentária de Hygino Corrêa Durão, o que indica o seu falecimento provavelmente neste ano. No mesmo período João Frick relatava que na Hidráulica Rio-Grandense “tem continuado a desempenhar os compromissos a que individualmente ficou obrigado pelo falecimento de seu corresponsável nesta obra, o Sr. Hygino Corrêa Durão”<sup>490</sup>.

#### A INCORPORAÇÃO DA HIDRÁULICA PELOTENSE

A primeira diretoria da Companhia Hidráulica Pelotense foi composta por personalidades oriundas de famílias influentes da região: formada por João Simões Lopes (visconde da Graça), Antônio José de Azevedo Machado Filho (filho do barão de Azevedo Machado) e Felisberto Ignácio da Cunha (barão de Correntes), teve como seu presidente o primeiro.

Diversas pesquisas indicaram que o empresário da segunda metade do século XIX diversificava investimentos, aplicando seus capitais, prioritariamente em atividades rentistas, apólices do governo, ações de sociedades anônimas e, em pequena parcela, no setor industrial<sup>491</sup>.

Sampaio comenta que, na Bahia, os empresários atuavam em mais de uma companhia<sup>492</sup>. No Rio Grande do Sul, estes também circulavam pelas várias empresas que se implantavam no período<sup>493</sup>. A realidade da época era de que

<sup>489</sup> CORREIO MERCANTIL, 13 de julho de 1875, p.01.

<sup>490</sup> RELATÓRIO da Directoria da Companhia Hydraulica Rio-Grandense apresentado à Assembléa Geral de Accionistas na sessão de 31 de julho de 1877. Rio Grande: Typ. do Artista, 1877, p.04.

<sup>491</sup> Indústria. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial: 1822-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p.376.

<sup>492</sup> Foi o caso do diretor da Companhia do Queimado (abastecimento de água), que apresentou ao governo proposta para a instalação dos trilhos de bonde na cidade (SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal, 2005, p.159).

<sup>493</sup> Por exemplo, em 1879 os primeiros diretores da Companhia Hidráulica Pelotense possuíam 220 ações (João Simões Lopes, visconde da Graça) 10 ações (Antônio José de Azevedo Machado Filho) e 06 ações (Felisberto Ignácio



empresários do transporte também o fossem da água e de outros serviços públicos; que fossem acionistas de várias empresas de transporte; que estivessem ligados a instituições tradicionais e influentes como a Associação Comercial da Bahia. Muitos eram membros da Assembléia Legislativa Provincial, dela haviam participado, ou nela transitavam livremente<sup>494</sup>.

A situação sul-rio-grandense era semelhante, com personalidades influentes atuando nas empresas e nos cargos indicados pelo Imperador. Magalhães lista seis barões, um conde e um visconde, sendo que alguns ocuparam cargos de presidente ou vice-presidentes interinos da província<sup>495</sup>. Um desses casos foi o de João Simões Lopes, que foi presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul no período de vinte e quatro de maio a doze de setembro de 1871. Em maio deste mesmo ano, quando Hygino Durão efetivou o contrato com o governo, o presidente da província era Francisco Xavier Pinto Lima, e Simões Lopes era o 1º vice-presidente. Em novembro, quando assinou a escritura de venda, cessão e transferência à Companhia Hidráulica Pelotense de todos os privilégios, direitos e isenções adquiridos pelo contrato celebrado com o governo da província, Simões Lopes já se encontrava afastado do governo, assumindo a presidência da diretoria da empresa<sup>496</sup>.

Os motivos que ocasionaram o afastamento de Simões Lopes não puderam ser identificados até o momento. Mas, certamente, a atuação concomitante em um cargo público e na diretoria de uma empresa em implantação (fiscalizada por esse mesmo órgão) não seria uma postura ética. Provavelmente, ambos os fatos estavam relacionados, mas não foi possível precisar qual foi o determinante: se o visconde afastou-se para assumir o cargo ou se, já afastado por outros motivos, foi eleito diretor da empresa.

Mas o bom senso que permeou a decisão de Simões Lopes não ocorria em toda a parte, como se constata nas decisões tomadas pelos governantes da capital baiana.

Houve mesmo o caso do vice-presidente da Província João dos Reis de Souza Dantas que, exercendo o poder durante apenas dois meses e 24 dias (5 de janeiro a 29 de março de 1882), tomou decisão favorável à Transportes Urbanos, empresa da qual era diretor! Digase, a bem do processo político então vigente, que seu ato foi, pouco

---

da Cunha) da empresa. Estes também integravam a Lista de Acionistas da Companhia de Desobstrução da Foz do Rio São Gonçalo, em 1870, o primeiro com 362, o segundo com 50 e o terceiro com 100 ações (HYDRÁULICA PELOTENSE. Relatório de janeiro a junho de 1879. Pelotas: Typografia do Correio Mercantil, 1879. ESTATUTOS da Companhia da Desobstrução da Foz do Rio São Gonçalo. Estabelecida na cidade de Pelotas por Lei Provincial n. 649 de 9 de dezembro de 1867. Pelotas: Typographia do Diário Popular, 1870, p.36).

<sup>494</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização*: Salvador da Bahia no século XIX. Rio de Janeiro: Versal, 2005, p.159.

<sup>495</sup> MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Sul*. Um estudo sobre a história de Pelotas. Pelotas: Ed. UFPel, 1993, p.120.

<sup>496</sup> João Simões Lopes afastou-se do governo em doze de setembro de 1871, passando a administração ao 2º vice-presidente João Dias de Castro. Em vinte de outubro do mesmo ano este transfere a administração da província para Jerônimo Martiniano Figueira de Mello. Em 1872 Simões Lopes recebeu o título de barão da Graça, seguido pelo de visconde em 1876 (MAGALHÃES, Mário Osório. Op. Cit., p.119). Uma biografia de João Simões Lopes foi redigida por ECHENIQUE, Guilherme. Visconde da Graça. João Simões Lopes, filho. PARADEDADA, Florentino *Almanach de Pelotas*. Pelotas: Lith. Guarany, 1926, p.I-IX.

depois, considerado sem efeito pela Assembléia Legislativa Provincial<sup>497</sup>.

Apesar de não estar mais exercendo um cargo público, o prestígio de Simões Lopes junto ao Império deve ter contribuído para que o governo fosse tolerante com o descumprimento dos prazos estabelecidos nos contratos firmados com os empreiteiros das companhias hidráulicas. Da mesma forma, o prestígio de Hygino Durão<sup>498</sup> junto a esses homens de poder garantiu sua manutenção a frente dos trabalhos da empresa pelotense. O primeiro relatório da empresa revelava que “o Sr. Durão se obrigava a realizar a obra pelo capital da companhia, em consequência do que, *por ele nos merecer inteira confiança, tratamos com ele a execução da obra*” [grifo nosso]<sup>499</sup>.

Além desse motivo, a manutenção de Durão como empreiteiro poderia estar relacionada a sua experiência na contratação de serviços desse tipo e ao fato de possuir contatos na Europa que facilitariam a aquisição do material necessário à implementação das obras. No documento de transferência de contrato Hygino obrigava-se a executar “o projeto geral das obras para o fornecimento de água a esta cidade por uma quantia que não exceda o capital que a Companhia tem para dispor se os outorgados compradores à vista dos planos gerais e orçamentos respectivos assim o julgarem convenientes”<sup>500</sup>.

Além de empreiteiro, o artigo 31 determinava que o mesmo Hygino seria “o gerente da companhia durante a execução das obras determinadas no seu contrato, e poderá sub-estabelecer todos ou parte de seus poderes em um sub-gerente de sua confiança, com o assentimento da diretoria”<sup>501</sup>. Em Pelotas, Durão escolheu Custódio Echague como seu procurador, e, em Rio Grande, o gerente da companhia foi seu sócio, João Frick. Depois de incorporada, a empresa pelotense teve seus estatutos aprovados e foi autorizada a funcionar pelo Decreto Imperial do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de vinte e três de agosto de 1871.

## AS OBRAS DA COMPANHIA HIDRÁULICA PELOTENSE

As obras da Companhia Hidráulica Pelotense foram implantadas no período de 1871 a 1875. Consistiram no represamento do arroio Moreira (através de uma comporta de ferro), na construção das barreiras de retenção e dos depósitos de

<sup>497</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal, 2005, p.159.

<sup>498</sup> Barreto refere-se a Hygino Corrêa Durão como negociante e capitalista, “um dos maiores homens de empresa do Rio Grande do Sul, de todos os tempos” (BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-riograndense: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul*. Volume 1. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1976, p.543).

<sup>499</sup> RELATÓRIO da Directoria da Companhia Hydraulica Pelotense apresentado a Assembleia Geral de Accionistas em 31 de julho de 1872. Rio Grande: Typ. do Echo do Sul, 1872, p.03.

<sup>500</sup> ESCRITURA de venda, cessão e transferência que faz Hygino Corrêa Durão à Companhia de Hidráulica Pelotense de todos os privilégios, direitos, e isenções adquiridas pelo contrato celebrado com o governo da província para o abastecimento d’água potável para esta cidade de Pelotas, em 18 de novembro de 1871.

<sup>501</sup> COMPANHIA HIDRÁULICA PELOTENSE. Seus estatutos e mais documentos relativos a sua organização. Pelotas: Typ. do Jornal do Commercio, 1871, p.11.

clarificação junto à represa, na instalação da tubulação geral e parcial da cidade, na edificação do depósito de ferro da praça da Caridade (atual Piratinino de Almeida) e na colocação de quatro chafarizes. O conjunto destinado ao abastecimento de água potável da cidade é considerado um dos elementos mais representativos da arquitetura em ferro existente na cidade.



Figura 92: Mapa do município de Pelotas  
Localização da represa do arroio Moreira (esquerda). A planta permite constatar a distância entre o ponto de captação das águas e o centro da cidade.

Desenho sem data, posterior a década de 1910, já que a represa do Sinotti (arroio Quilombo) foi representada (na parte superior do mapa).

Fonte: Acervo da Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Pelotas.

O relatório do gerente da empresa, datado de 1872, fornecia uma série de informações relativas ao início das atividades da companhia: neste documento Custódio Echague comunicava que Durão se encontrava na Europa, provavelmente tratando da negociação do material necessário às instalações de água encanada, tanto de Pelotas como de Rio Grande.

Quanto às especificações das obras, foram apresentadas e submetidas à aprovação da Presidência da Província: Hygino Durão e João Frick encaminharam, ao mesmo tempo, os projetos de Pelotas e de Rio Grande para a aprovação do governo, o que pode ser comprovado na apresentação do documento denominado *Indicações que acompanham as plantas das Empresas Hydraulicas do Rio Grande e Pelotas*<sup>502</sup>.

Quanto à execução do contrato para a construção das obras e parte técnica da empresa, tenho acompanhado o movimento das obras, e oferece-se-me dizer que logo que chegaram da Europa as plantas e detalhes técnicos da execução, e os respectivos orçamentos, e relatório dos engenheiros, foram apresentados e submetidos à aprovação do governo da província [...]. As plantas e orçamento são

<sup>502</sup> INDICAÇÕES que acompanham as plantas das Empresas Hidráulicas do Rio Grande e Pelotas apresentadas pelos concessionários H.C. Durão e João Frick. Rio Grande do Sul, 09 de dezembro de 1871.

dos Srs. R. B. Bell e D. Miller, engenheiros da municipalidade de Glasgow, firma de inteira respeitabilidade naquela cidade<sup>503</sup>.

## A REPRESA DO MOREIRA

As obras da represa do arroio Moreira (Fig.92 e 93) e do encanamento geral e distributivo da cidade foram definidas no contrato firmado entre Hygino Durão e a província. As obras executadas inicialmente consistiram no represamento do arroio, através da execução de uma barreira de retenção de água (com uma bacia de acumulação), e na construção de três tanques destinados ao depósito de água (clarificação), com capacidade para mil metros cúbicos cada (Fig.94, esquerda).



Figura 93: Vista aérea das instalações junto ao arroio Moreira  
O rio represado (esquerda), os filtros (abaixo), instalações de apoio e leito do rio com mata ciliar (direita).  
Fonte: Google Earth, Image 2007, Digital Globe.

A contratação da obra com Durão mostrava avanços em relação aos projetos apresentados anteriormente, como a proposta de Cordeiro e Storry, que previa a construção de uma represa e de três reservatórios na cidade, com capacidade para conter três mil metros cúbicos de água. O plano inicial provavelmente foi alterado levando-se em conta a necessidade de purificação da água pela decantação.

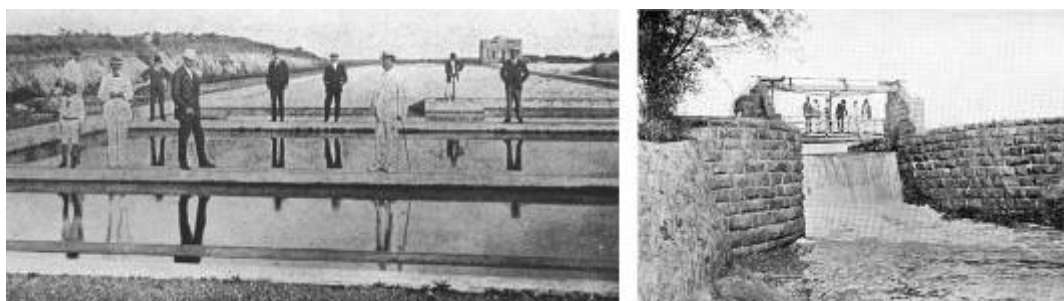


Figura 94: Hidráulica Pelotense  
Reservatórios (esquerda). Represa do arroio Moreira, com porta de ferro fechada (direita).  
Fonte: COSTA, Alfredo da (Org.). *O Rio Grande do Sul* (completo estudo sobre o Estado). Obra histórica, descritiva e ilustrada. Volume I. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Livraria do Globo/Barcellos, Bertaso & Cia., 1922, s.p. MICHELON, Francisca Ferreira; SCHWONKE, Raquel Santos (Orgs.). *A cidade em imagens: catálogo de fotografias impressas 1913/1930*. Pelotas: Ed. e Gráfica da UFPel, 2005, p.197.

<sup>503</sup> RELATORIO da Directoria da Companhia Hydraulica Pelotense apresentado a Assembléa Geral de Accionistas em 31 de julho de 1872. Rio Grande: Typ. do Echo do Sul, 1872, p.04-05.

Completavam a obra a rede adutora, o reservatório de ferro, a rede de distribuição e os chafarizes. O sistema fornecia água bruta (*in natura*), já que a primeira estação de tratamento da cidade foi construída no final da década de 1920. O represamento do arroio foi feito por uma comporta de ferro (Fig.94, direita)<sup>504</sup>. As contenções laterais do curso d'água consistiam em muros executados com alvenaria de pedra (Fig.95 e 96).



Figura 95: Represa do arroio Moreira  
Muro de contenção do terreno (comporta de ferro a direita).  
Fonte: acervo pessoal, 2005.

O viajante Michael Mulhall esteve em Pelotas nesse período e descreveu, em suas percepções sobre a cidade, as obras de abastecimento de água potável. Mulhall destacava que “as ruas são pavimentadas e limpas, e logo que as obras do gás e da água, já iniciadas forem completadas, a cidade terá um aspecto muito respeitável”<sup>505</sup>.

Mulhall vai perceber e relatar um dos problemas que há décadas preocupava a Câmara de Vereadores da cidade: a qualidade da água potável. O viajante comentava que “até agora, o mais sério problema tem sido a falta de água pura, pois a única fonte é a água do rio São Gonçalo, retirada um pouco acima das charqueadas, que mesmo assim ainda turvam um pouco o líquido”<sup>506</sup>. Em seu parecer destacava que

o aqueduto agora em construção tem umas 12 milhas de extensão, trazendo água das colinas que formam um anfiteatro no lado oeste. [...]. O concessionário do suprimento de água é o senhor Durão, que avalia em 50 mil libras esterlinas o custo da obra em execução. O aqueduto consistirá apenas de canos colocados deste ponto até a cidade de Pelotas, a distância sendo declarada invariavelmente entre 12 e 14 milhas. Perto da Cascata, encontramos uns seis homens fazendo cabanas para os trabalhadores encarregados da construção do aqueduto. O capataz [...] espera ele que a água alcance Pelotas em menos de um ano<sup>507</sup>.



Figura 96: Arroio Moreira. Filtros (laterais) e contenção lateral da barragem (central)  
Fonte: acervo pessoal, 2005.

<sup>504</sup> A barragem do arroio Moreira possui uma placa em mármore, com as inscrições *esta obra foi contractada pelo Presidente desta Província Conselh.º. Dr. Francisco Xavier Pinto Lima em 3 de maio de 1871, e mandada construir por Hygino Côrrea Durão em 1872-73. Levantamento realizado in loco, em fevereiro de 2006.*

<sup>505</sup> MULHALL, Michael George. *O Rio Grande do Sul e suas colônias alemãs*. Porto Alegre: Bels, 1974, p.134.

<sup>506</sup> *Ibid.*, p.134.

<sup>507</sup> *Ibid.*, p.134-136.

Alguns anos após a passagem de Mulhall as obras já estavam concluídas, e Echague anunciava, em seu relatório de 1876, as novas obras a serem executadas na represa. As obras referiam-se a construção de uma casa para o pessoal responsável pela manutenção da represa e dos tanques (Fig.97) e a reposição e reparos dos danos causados pelas águas no terreno contíguo a represa. Ambas foram contratadas por empreitada com Carlos Zanotta<sup>508</sup>.

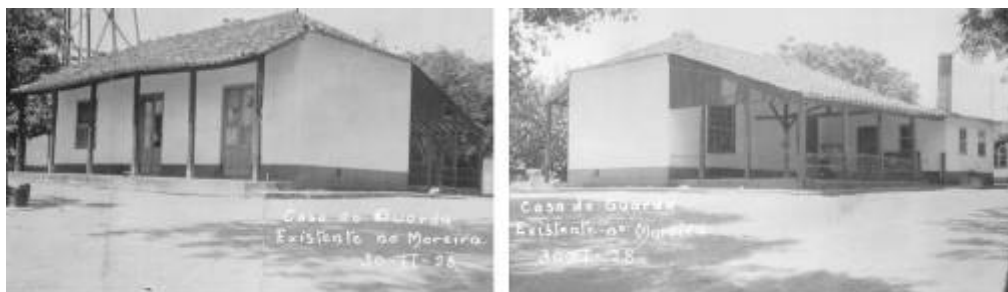


Figura 97: Casa do guarda da represa do Moreira, 1928<sup>509</sup>

Fonte: CONSTRUTORA SUL BRASIL. Bagé. Projecto nº 334. Reforma para Casa do Guarda. Secção Moreira. 28/02/1929, 06 folhas. Acervo fotográfico do Serviço de Saneamento de Pelotas.

As obras de manutenção da represa foram uma constante nas administrações posteriores, exigindo intervenções de porte significativo ou, em muitos casos, a conservação dos serviços já executados.

#### OS CHAFARIZES: UTILIDADE E ORNAMENTO

A presença de chafarizes, fontes e bicas nas cidades é antiga. Munford descreve a sua importância ao ressaltar que a provisão de água potável era uma função coletiva da cidade: “primeiro, manter bem cuidado um poço ou manacial, num recinto conveniente; depois, a edificação de um chafariz na praça pública e de bicas e chafarizes nas vizinhanças, às vezes dentro do quarteirão, às vezes nas vias públicas”<sup>510</sup>. Essa parece ter sido a realidade da maior parte das cidades quanto ao abastecimento de água potável.

No Brasil, os chafarizes que abasteceram as cidades entre os séculos XVI e XVIII eram obras simples, executadas com alvenaria. Os chafarizes mineiros eram geralmente adossados a paramentos murários, nos quais se encontrava a bica e, sob esta, localizavam-se as bacias (Fig.98). Em alguns casos eram elementos isolados, executados em pedra, com a bacia circundando o conjunto.

<sup>508</sup> RELATÓRIO correspondente ao semestre de 1 de julho a 31 de dezembro de 1876. Apresentado pelo Gerente à Directoria da Companhia Hydraulica Pelotense e por esta, com o balanço respectivo, aos Srs. Accionistas, em Assembléa Geral em 7 de fevereiro de 1877. Pelotas: Typ. e Lith. do Jornal do Commercio, 1877, p.05.

<sup>509</sup> A casa do guarda foi reformada nessa data, por indicação de Saturnino de Brito, que recomendava que essas habitações deveriam “ter boas condições de higiene e de conforto, no verão e no inverno; os gabinetes sanitários devem ser incorporados aos prédios” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Instituto Nacional do Livro. *Projetos e relatórios*. Saneamento de Pelotas, Teófilo Otoni e Poços de Caldas. Obras completas de Saturnino de Brito. Volume XIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944, p.139).

<sup>510</sup> MUNFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p.321.

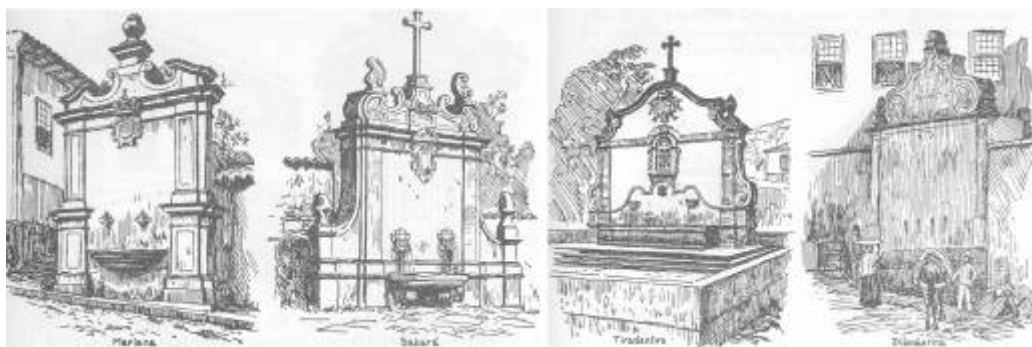


Figura 98: Chafarizes de Minas Gerais: Mariana, Sabará, Tiradentes e Diamantina  
 Fonte: RODRIGUES, José Wash. *Documentário arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil*.  
 5 ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p. 132.



Figura 99: Chafarizes de São Paulo: do Piques (esquerda) e da Misericórdia (direita)  
 Fonte: RODRIGUES, José Wash. *Documentário arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil*.  
 5 ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979, p.12-15.

Diferentemente de outras cidades brasileiras como Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo (Fig.99), e muitas cidades mineiras, Pelotas não possuía chafarizes de paramento murário ou de pedra. Um dos motivos dessa particularidade deve estar ligado as condições topográficas do local: a freguesia fora localizada em um terreno bastante plano, que dificultava a canalização e a condução das águas da serra mais próxima.

A alternativa, como já fora comentado anteriormente, foi a perfuração de poços artesianos e a construção de cacimbas, poços e algibes. Situação semelhante ocorreu na cidade de Rio Grande, vizinha a Pelotas e com situação topográfica similar (ambas na planície costeira), que possuía o agravante de ter sido edificada na ponta de uma península, muito próxima ao mar, o que tornava salobra as águas subterrâneas.

Os chafarizes de ferro fundido foram equipamentos que surgiram nas cidades brasileiras somente no século XIX. Em 1872, a gerência da Companhia Hidráulica Pelotense anunciava aos acionistas da empresa que aguardava a chegada dos catálogos com os modelos para os chafarizes, oriundos das fundições dos senhores Durenne, de Paris. Os chafarizes implantados nas praças de Pelotas foram a Fonte

das Nereidas, a Fonte das Três Meninas, a Fonte das Crianças e um quarto chafariz desaparecido e não identificado<sup>511</sup>.

A colocação desses chafarizes foi dificultada pela existência de um número restrito de praças na cidade, fato que gerava preocupação constante nos integrantes da Câmara Municipal.

A Fonte das Nereidas foi instalada no centro da praça Coronel Pedro Osório (Fig.100). Desde o início das negociações entre a Câmara e a companhia sua localização não ocasionou problemas, apesar da Câmara já ter recusado a instalação da Torre do Depósito na referida praça. A Fonte das Nereidas é o chafariz mais imponente dentre os importados pela Companhia Hidráulica.

O inventário da *Association pour la Sauvegarde et la Promotion du Patrimoine Métallurgique* (ASPM) identifica a fonte como de autoria dos escultores Klagmann e Choiselat e do fundidor Durenne. A referência de catálogo consta no Álbum n° 10 Durenne, pl. 363, Vasque Z. A peça possui 4m595cm de altura e 2m120cm de largura, e foi confeccionada em ferro fundido<sup>512</sup>.



Figura 100: A Fonte das Nereidas

A publicação atribui a foto a Aguirre, sem data.

Fonte: CASTRO, Euclides Franco de. *Princesa do Sul*. Apontamentos histórico, reminiscêncico, comemorativo, estatístico de Pelotas. Ano 4, Número 3, junho de 1947, p.10.

As informações indicam ainda que a obra é idêntica ao chafariz da cidade de Edimburgo, na Escócia, de autoria de Jules Klagmann, presenteada por Antoine Durenne para a Exposição Universal de Londres de 1862. Esta obra escocesa possui 14m50cm de altura e 16m50cm de largura, e foi confeccionada por Klagmann auxiliado por seu aluno Choiselat<sup>513</sup>. Auguste Lucher, correspondente do Monde, escreveu: “é bela, é grande, é digna da França”<sup>514</sup>. Sabe-se que outra fonte foi confeccionada para a Exposição Universal de Paris, em 1867, com dimensões reduzidas em relação à original. Talvez a fonte de Pelotas tenha sido produzida junto com a de Paris, diferenciando-se desta pelos quatro elementos que, colocados na bacia, ornamentam o conjunto<sup>515</sup>.

<sup>511</sup> Os chafarizes foram objetos de análise de historiadores locais, como Zênia de León, que estudou o tema utilizando como referência as atas da Câmara de Vereadores. LEON, Zênia de. Os quatro chafarizes. *Diário da Manhã*, 24 de junho de 2003, p.08.

<sup>512</sup> ASSOCIATION POUR LA SAUVEGARDE ET LA PROMOTION DU PATRIMOINE MÉTALLURGIQUE. Inventário.

<sup>513</sup> DIÁRIO POPULAR, 2003, Contracapa. DIÁRIO DA MANHÃ, 2003, p.10. ZERO HORA, 2003, s.p.

<sup>514</sup> Durenne dans le Rio Grande do Sul. *Fontes*. Revue de l'ASPM, n.44, dec.2001, p.22.

<sup>515</sup> *Ibid.*, p.22.





Figura 101: Praça da República

Dois aspectos do chafariz Fonte das Nereidas no centro da praça da República. A fonte ainda possuía o gradil primitivo e as figuras equestres encontravam-se rentes ao corpo principal da obra. Imagens publicadas em 1914, datadas do período anterior a reforma da praça.

Fonte: MICHELON, Francisca Ferreira; SCHWONKE, Raquel Santos (Orgs.). *A cidade em imagens: catálogo de fotografias impressas 1913/1930*. Pelotas: Ed. e Gráfica da UFPel, 2005, p.167<sup>516</sup> (esquerda). Praças ajardinadas. In: FERREIRA & C. *Almanach de Pelotas*. Pelotas: Offic. Typ. do Diário Popular, 1914, p.226 (direita).

O chafariz originalmente encontrava-se sobre uma base de alvenaria, com as esculturas localizadas junto ao corpo principal, no interior da bacia de ferro (Fig.101 e 102). Era cercado por uma grade de ferro e junto a ele encontrava-se a casa do guarda, edificação em madeira que foi transferida em 1876 da praça Pedro II para a Torre do Depósito, à praça da Caridade<sup>517</sup>.



Figura 102: Chafariz cercado no centro da praça

Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Pública Rio-Grandense.



Figura 103: Fonte das Nereidas

Praça da República, face norte, vendo-se ao fundo o edifício do Clube Caixeiral (esquerda). Vista do chafariz ao centro da praça da República, em direção a face sul, com o Grande Hotel aos fundos (direita). Fonte: CARRICONDE, Clodomiro. *Album de Pelotas*. Centenário da Independência do Brasil. Pelotas: [s. n.], 1922, s.p. (esquerda) Acervo da Biblioteca Pública Pelotense (direita).

<sup>516</sup> Reprodução da imagem publicada no Relatório da Intendência, 1914, p.34. Atualmente praça Coronel Pedro Osório.

<sup>517</sup> Atuais praças Coronel Pedro Osório e Piratinino de Almeida. RELATÓRIO correspondente ao semestre de 1 de julho a 31 de dezembro de 1876. Apresentado pelo Gerente à Directoria da Companhia Hydraulica Pelotense e por esta, com o balanço respectivo, aos Srs. Accionistas, em Assembléia Geral em 7 de fevereiro de 1877. Pelotas: Typ. e Lith. do Jornal do Commercio, 1877, p.05.

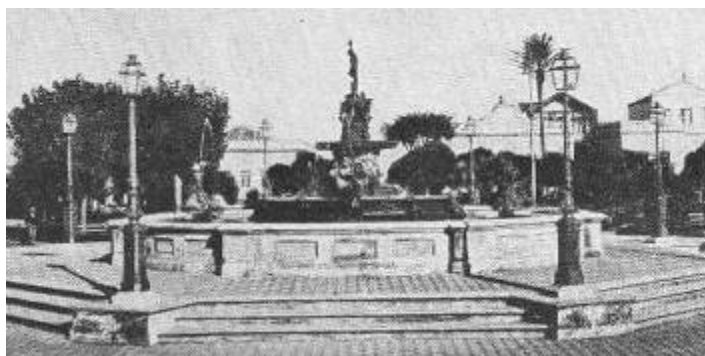


Figura 104: Chafariz da praça Coronel Pedro Osório  
Chafariz após a instalação sobre base elevada. Luminárias dispostas nos ângulos do octógono.  
Fonte: CARRICONDE, Clodomiro. *Álbum de Pelotas*. Pelotas: [s. n.], 1922, s.p

O levantamento arquitetônico da fonte descreve que se trata de uma obra de arte de ferro fundido, circundada por um espelho d'água onde se localizam os esguichos (instalados em esculturas de figuras eqüestres executadas em ferro fundido e assentadas sobre bases de alvenaria de tijolos revestidas com argamassa) que se elevam acima do nível do espelho d'água. Este é limitado inferiormente por uma laje de concreto espessa e lateralmente por uma mureta de contorno, executada em alvenaria de tijolos maciços e em forma de octógono, almofadada e perfilada, localizada sobre uma plataforma elevada a qual se acessa a partir de degraus (Fig.103).

O corpo central, totalmente em ferro, é alimentado por vinte e dois esguichos e apresenta uma bacia superior com vinte pontos de saída de água e três conjuntos que totalizam doze bacias pequenas que funcionam por transbordo [...] a bacia superior é composta por uma base de alvenaria de tijolos maciça, revestida de argamassa, delimitada por um octógono, de ferro, em forma de anel, guarnecido por oito esguichos [...] que por sua vez, vertem para o espelho d'água<sup>518</sup>.

Essa composição é resultante das intervenções que foram realizadas nos jardins da praça da República na década de 1910, quando “ficaram concluídos o levantamento do chafariz central, o piso a tijoletas de mosaico de todo o redondo e a modificação dos quarteirões ajardinados”<sup>519</sup>. As imagens do *Álbum de Pelotas* de 1922 apresentam o chafariz com o aspecto que permanece até hoje, já como um elemento de adorno da paisagem (Fig.104).

O abastecimento dos aguadeiros era realizado, inicialmente, junto a Fonte das Nereidas. Após a definição do local para a instalação do último chafariz da Hidráulica, a válvula de prover água às pipas foi transferida para o terreno deste último, em virtude do gradeamento da praça<sup>520</sup>. Em 1874 a Câmara mandou intimar a companhia hidráulica para que canalizasse as águas que sobravam do chafariz da praça Pedro II,

<sup>518</sup> OFICINA DO DESENHO. Fonte das Nereidas. Volume I. Porto Alegre, 2002.

<sup>519</sup> MUNICÍPIO DE PELOTAS. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1909 pelo intendente engenheiro José Barboza Gonçalves. Pelotas, 1909, p.48.

<sup>520</sup> RELATÓRIO correspondente ao semestre de 1 de julho a 31 de dezembro de 1876. Apresentado pelo Gerente à Directoria da Companhia Hydraulica Pelotense e por esta, com o balanço respectivo, aos Srs. Accionistas, em Assembléia Geral em 7 de fevereiro de 1877. Pelotas: Typ. e Lith. do Jornal do Commercio, 1877, p.06.

e que ocasionavam estragos nos passeios do “único recreio público que temos na cidade”<sup>521</sup>.

A Fonte das Nereidas foi restaurada em 2002, como obra de arranque do Programa Monumenta em Pelotas<sup>522</sup>. Sua identificação por uma especialista francesa em 2003, durante a realização das obras, foi um fato significativo que reforçou a importância da obra. A visita de Elisabeth Robert-Dehault, presidente da ASPM teve o intuito de observar *in loco* as obras existentes na cidade, estabelecer contatos com as prefeituras e estudar a possibilidade de firmar convênios visando valorizar, preservar e divulgar as obras integrantes do patrimônio metalúrgico existentes na cidade<sup>523</sup>.



Figura 105: Fonte das Nereidas após a restauração  
Fonte: Acervo pessoal, 2004. Fotografias de Eduardo Silveira.

As Três Meninas, chafariz indicado para a praça Domingos Rodrigues, não apresentou problemas quanto a sua instalação: a Câmara definiu sua implantação na praça que margeia a zona portuária, sem contestação por parte da Companhia Hidráulica. Esse fato parece instigante, já que pelo contrato firmado entre Hygino Durão e a província o encanamento não chegaria até este local.

A fonte ainda não foi identificada em catálogo e, diferentemente da fonte das Nereidas, foi instalada em vários locais ao longo dos anos. A fotografia do final do século XIX mostra o chafariz localizado onde fora inicialmente instalado, no prolongamento da rua Benjamin Constant (Fig.106).

O relatório do intendente de 1910 destacava que o chafariz inicialmente colocado no final da rua Benjamin Constant “removeu-se para o centro da parte ajardinada, e, junto a ele, se instalou um moinho de vento, para fornecimento permanente de água”<sup>524</sup> (Fig.107). Em 1914, o Almanaque de Pelotas noticiava essa

<sup>521</sup> ORDEM para intimação da Companhia Hydraulica Pelotense expedida por Theodoro [ilegível] para a Camara Municipal de Pelotas. Atas da Câmara Municipal de Pelotas. Sessão ordinária de 16 de abril de 1874.

<sup>522</sup> DIÁRIO POPULAR, 2002, p.03.

<sup>523</sup> O convênio foi firmado entre a Prefeitura Municipal de Pelotas e a Associação para a Salvaguarda e a Promoção do Patrimônio Metalúrgico do Departamento de Haute-Marne (França), em junho de 2003.

<sup>524</sup> MUNICÍPIO DE PELOTAS. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1910 pelo intendente engenheiro José Barboza Gonçalves. Pelotas, 1910, p.51.

alteração, ressaltando que o chafariz “que estava atravancando o largo do porto”<sup>525</sup> foi transferido para a praça Domingos Rodrigues.

Na década de 1980 foi transferida para o centro da cidade, no cruzamento das ruas Sete de Setembro e Andrade Neves (Fig.108). Mas, antes disso, ainda foi deslocado para a praça em frente a Alfândega, onde ainda existe a base de alvenaria onde esteve instalado.



Figura 106: Praça Domingos Rodrigues, com o chafariz da Companhia Hidráulica Pelotense  
Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Pública Rio-Grandense.



Figura 107: Localização do chafariz As Três Meninas, após a remoção da década de 1910 Praça Domingos Rodrigues, após a transferência da fonte para a praça ajardinada (área demarcada pelo retângulo cinza). Indicações sobre o mapa da cidade de Pelotas de 1924.

Fonte: Acervo da Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Pelotas.



Figura 108: Chafariz As Três Meninas  
Vista geral (esquerda). Detalhes das gárgulas da bacia superior e da base, vista do suporte da bacia superior e bacia superior (superior). Detalhe das três imagens que integram o conjunto (inferior).

Fonte: acervo pessoal, 2006.

<sup>525</sup> Praças ajardinadas. In: FERREIRA & C. *Almanach de Pelotas*. Pelotas: Offic. Typ. do Diário Popular, 1914, p.227.

O chafariz desaparecido, que se encontrava na praça da Matriz, foi removido de seu local de origem na primeira década do século XX: depois disso, não se encontrou mais informações sobre a sua localização. O texto de Zênia de Leon e o estudo da Oficina de Desenho (empresa responsável pela restauração da Fonte das Nereidas) revelam a inquietação dos pesquisadores e o silêncio sobre o assunto. O memorial apresentado a 12ª Superintendência Regional do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional comentava que

quando os chafarizes foram considerados peças sem utilidade, começou o desinteresse da população, que tanto se servira deles. Iniciaram as queixas gerais de boca em boca e até pela imprensa. Eram considerados um estorvo ao progresso, engenhocas arcaicas que de nada serviam. Moradores dos arredores da praça e da igreja fizeram grande campanha, lá por volta de 1908-1910 para a retirada do chafariz. A campanha se estendeu ao Bispo Dom Barreto e à intendência, no sentido de fazer extinguir aquele foco de mosquitos, advindo das poças d'água constantes [...] a praça ganhou novo aspecto, arborizada<sup>526</sup>.

Somente essa última frase pode ser comprovada em fontes primárias até o momento. O relatório da Intendência Municipal, datado de 1909, revelou essas transformações no local e a remoção do chafariz, destacando que “a pracinha 15 de novembro, no largo da Catedral, apresentou outro aspecto, com a eliminação do antigo chafariz, substituído por um pequeno refúgio ajardinado, calçado a tijoletas de cimentos, com bancos e iluminação”<sup>527</sup> (Fig.110, direita).



Figura 109: Praça da Matriz  
Aquarela de Pineau. Pelotas, RS, 1883.  
Fonte: OSÓRIO, Fernando Luis. *A cidade de Pelotas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Globo, 1962, Ilustrações.

Até o momento essa foi a única informação sobre o seu desaparecimento. A aquarela de Pineau (Fig.109) e algumas fotografias (Fig.110, esquerda e 111) são as únicas imagens em que foi possível constatar a presença da obra.

<sup>526</sup> OFICINA DO DESENHO. Fonte das Nereidas. Volume I. Porto Alegre, 2002.

<sup>527</sup> MUNICÍPIO DE PELOTAS. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1909 pelo intendente engenheiro José Barboza Gonçalves. Pelotas, 1909, p.48.

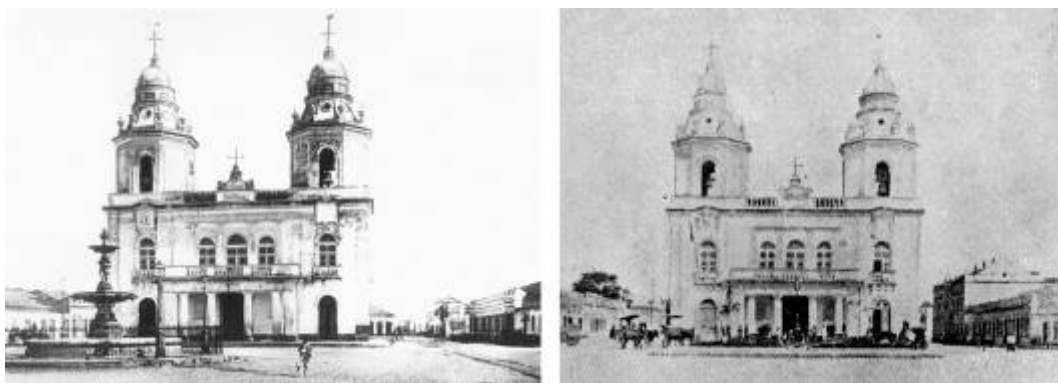


Figura 110: Chafariz desaparecido

Chafariz na Praça da Matriz, 1902 (esquerda). Praça Quinze de Novembro após intervenção (direita).  
 Fonte: Disponível em [www.pelotas.com.br/sanep/museu/chafarizes.html](http://www.pelotas.com.br/sanep/museu/chafarizes.html). CARRICONDE, Clodomiro.  
*Álbum de Pelotas*. Centenário da Independência do Brasil. Pelotas: [s. n.], 1922, s.p.



Figura 111: Chafariz da Praça da Matriz, Pelotas

Imagem integrante do relato de viagem de Vittorio Buccelli, de 1906 (esquerda). Fotografia do final do século XIX (direita).  
 Fonte: BUCCELLI, Vittorio. *Un viaggio a Rio Grande del Sud*. [Milano]: L.F. Pallestrini e C., 1906, p.379.  
 Acervo fotográfico da Biblioteca Pública Rio-Grandense.

A fonte conhecida popularmente como Os Cupidos foi o quarto e último chafariz instalado pela companhia, localizado inicialmente na esquina das ruas Gomes Carneiro e Quinze de Novembro.

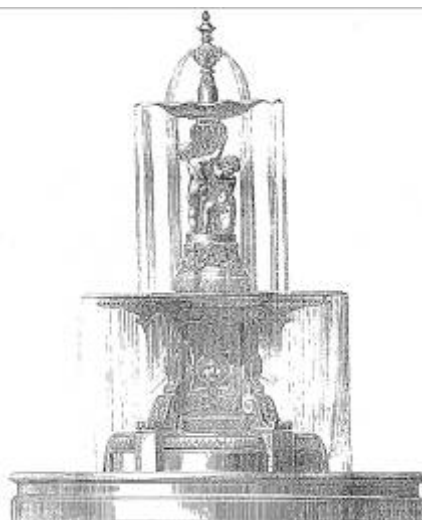


Figura 112: Fontaine aux enfants

Fonte: Acervo da Secretaria de Cultura da Prefeitura Municipal de Pelotas.

A obra foi identificada em catálogo e constatou-se que sua denominação é *Fontaine aux enfants*, ou Fonte das Crianças, apesar de ser conhecida na cidade como o chafariz dos Cupidos. Foi confeccionada no fundidor Durenne e sua referência consta no Álbum n° 10 Durenne, pl. 355, Vasque M (Fig.112). Possui altura de 4m78cm e largura de 2m62cm, e foi executada em ferro fundido<sup>528</sup>.

O Almanaque de Pelotas de 1914 citava que “o chafariz da extinta pracinha 7 de Setembro foi transferido para a Floriano Peixoto”<sup>529</sup> e, referindo-se também ao da praça Domingos Rodrigues, destacava que foram colocados “sobre novos e mais altos embasamentos”<sup>530</sup>.



Figura 113: Praça Marechal Floriano Peixoto

Fonte: PARADEDA, Florentino. *Almanach de Pelotas*. Pelotas: Lith. Guarany, 1926, Ilustrações.



Figura 114: Fonte das Crianças

Vista geral do chafariz com bacia e luminárias (com detalhe das inscrições na parte superior, à esquerda).  
 Detalhe do suporte da bacia superior, vista da base da bacia inferior, vista geral do elemento central e detalhe da gárgula.

Fonte: acervo pessoal, 2006.

<sup>528</sup> ASSOCIATION POUR LA SAUVEGARDE ET LA PROMOTION DU PATRIMOINE MÉTALLURGIQUE. Inventário.

<sup>529</sup> Praças ajardinadas. In: FERREIRA & C. *Almanach de Pelotas*. Pelotas: Offic. Typ. do Diário Popular, 1914, p.227.

<sup>530</sup> Ibid, p.227.

Em 1922, a mesma publicação mostrava uma imagem do edifício do corpo de bombeiros, inaugurado em 20 de setembro de 1921, no local onde existia o chafariz, que já havia sido transferido nessa data<sup>531</sup>. Em 1926 a obra já aparecia na praça Marechal Floriano, como se pode constatar na publicação desse mesmo periódico (Fig.113), onde permanece até hoje (Fig.114).

Na década de 1940, Fortunato Pimentel apresentava uma planilha quantitativa do sistema de abastecimento de água da cidade, onde citava a existência de três chafarizes<sup>532</sup>.

A remoção dos chafarizes dos locais de destaque das praças sul-riograndenses foi uma constante no final do século XIX e início do século XX. Em Porto Alegre, o chafariz da praça Marechal Deodoro foi substituído pela estátua de Júlio de Castilhos; em Rio Grande, o da praça Tamandaré foi relocado, em função da escolha do local para ali se depositarem os restos mortais do general Bento Gonçalves da Silva<sup>533</sup>. Na primeira cidade o chafariz foi transferido para a praça Dom Sebastião<sup>534</sup> e, na segunda, foi colocado na mesma praça, no centro da ilha existente no lago fronteiro à edificação da Beneficência Portuguesa.

Obsoletismo e modernidade confundiam-se nesse período: ao mesmo tempo em que as cidades gaúchas eliminavam, removiam ou transferiam seus chafarizes, no Rio de Janeiro o governo concedia isenções de impostos para “seis fontes ornamentais importadas da Europa pela Prefeitura do Distrito Federal, com destino ao embelezamento desta capital”<sup>535</sup>.

#### A POLÊMICA REFERENTE À INSTALAÇÃO DA *FONTAINE AUX ENFANTS*

No ano de 1875 a empresa hidráulica havia concluído as obras de instalação do sistema de abastecimento, exceto quanto à colocação do quarto, e último, chafariz previsto no contrato. Neste mesmo ano a assembléia aprovou o aumento do capital da companhia em cem contos de réis (acréscimo sem garantia de pagamento de juros por parte do governo), investimento que permitiu ampliar a rede de abastecimento, de forma a contemplar todas as principais ruas de Pelotas<sup>536</sup>.

Concluiu-se em setembro último a Torre que constitui o reservatório d'água da cidade, e ficaram também concluídas todas as obras,

<sup>531</sup> PARADEDADA, Florentino. Almanach de Pelotas. Pelotas, 1922, Ilustrações.

<sup>532</sup> PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos gerais de Pelotas*. Porto Alegre: Gundlach, 1940, p.61.

<sup>533</sup> O local foi escolhido pela Comissão Glorificadora da Memória do Legendário General, que assentou a pedra fundamental no dia 20 de setembro (RELATÓRIO apresentado ao Ilustre Cidadão Dr. Intendente pelo Secretário do Município (até 30 de junho de 1902). Rio Grande: Tipografia do Riograndense, 1902, p.12-14).

<sup>534</sup> No traslado a escultura superior da fonte, que representava o Guaíba, foi quebrada. O conjunto possui hoje somente as quatro esculturas de mármore de carrara da base, que simbolizavam os quatro rios que deságuam no Guaíba.

<sup>535</sup> DEL BRENNNA, Giovanna Rosso (Org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos*. Uma cidade em questão II. Rio de Janeiro, Index, 1985, p.416.

<sup>536</sup> Hygino já havia solicitado à Diretoria da Hidráulica que o comunicasse se a empresa pretendia completar a canalização de todas as ruas, antes de iniciar o assentamento da tubulação (CORRESPONDÊNCIA de Hygino Corrêa Durão ao Presidente e mais membros da Companhia Hydraulica Pelotense, 10 de março de 1873).



faltando somente a colocação de um quarto chafariz, cujo material já se acha em depósito. Esse chafariz vai ser colocado agora, pois que a respectiva Câmara já designou o local onde deve ser construído<sup>537</sup>.

Um dos problemas da administração de Custódio Echague foi relativo à colocação do último chafariz que formava o conjunto de abastecimento d'água de Pelotas. A questão envolveu a Câmara Municipal, a Presidência da Província, a Diretoria da empresa e o empreiteiro das obras. A solução culminou com a aquisição, por parte da companhia, de um terreno para a colocação do chafariz. A situação tornou-se ainda mais delicada porque o atraso na entrega das obras levou o governo a suspender o pagamento dos juros aos acionistas.

Em agosto de 1874 a Câmara designava a praça General Câmara<sup>538</sup> para a colocação do 4º chafariz, em um terreno que estava em processo de aquisição pela municipalidade. Nesse momento os problemas começaram a surgir, já que a companhia esclarecia que não havia previsão, em seu contrato com o governo, de estender a canalização até esta área da cidade.

O fato levou a Câmara a pedir esclarecimentos à Presidência da Província<sup>539</sup>. Em resposta à Câmara, o governo comunicava que recebeu correspondência da Diretoria da Hidráulica, propondo-se a colocar o 4º chafariz “em um terreno por edificar entre as ruas São Miguel, Andrade Neves, S. Ignácio e Independência”<sup>540</sup>, cuja concordância estava limitada a aquisição do terreno pela empresa e a aceitação da Câmara Municipal. Esta última novamente discordava do local proposto, pautando seus motivos “na inconveniência da escolha da localidade que é prejudicial aos habitantes de outras partes desta cidade menos abastecidas de água no verão”<sup>541</sup>.

Essa preocupação referia-se provavelmente as regiões mais periféricas da cidade, como as imediações do Santa Bárbara e a área de expansão ao norte da cidade (em direção à Igreja da Luz). Nessa perspectiva, os vereadores decidiram nomear uma comissão para escolher o local mais apropriado e, após nova solicitação da empresa, indicaram a praça da Constituição, além do arroio Santa Bárbara<sup>542</sup>. Mas essa localização também gerou uma pequena discordância entre os próprios vereadores, visto que a maioria queria que o mesmo fosse colocado pouco além da cerca da propriedade do senhor Trápagos, e somente um sugeria que fosse implantado mais próximo à estação da Companhia Ferro Carril.

<sup>537</sup> FALLA dirigida a Assembléa Legislativa da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente, dr. José Antonio de Azevedo Castro, em a segunda sessão de 16ª legislatura. Porto Alegre: Typ. do "Rio Grandense", 1876, p. 46-7.

<sup>538</sup> Atual parque Dom Antônio Zattera. ATAS da Câmara Municipal de Pelotas. Sessão de 21 de agosto de 1874.

<sup>539</sup> Atas da Câmara Municipal de Pelotas. Sessão de 15 de outubro de 1874. Sessão de 19 de novembro de 1874. CORRESPONDÊNCIA encaminhada pela diretoria da Companhia Hydraulica Pelotense à Câmara Municipal de Pelotas, 3 de outubro de 1874.

<sup>540</sup> Atualmente ruas Quinze de Novembro (primeira), Gomes Carneiro (terceira) e Uruguai (quarta).

<sup>541</sup> ATAS da Câmara Municipal de Pelotas. Sessão de 09 de abril de 1874.

<sup>542</sup> Ibid. Sessão de 13 de dezembro de 1875. CORRESPONDÊNCIA encaminhada pela diretoria da Companhia Hydraulica Pelotense à Câmara Municipal de Pelotas, 29 de novembro de 1875.

A questão foi divulgada e comentada pela imprensa local: em abril de 1875, o *Correio Mercantil* apresentava uma síntese da problemática, destacando que

tendo a Câmara Municipal determinado à Companhia Hydraulica Pelotense que colocasse o 4º chafariz na praça do General Câmara, ponderou a respectiva diretoria que não podia nesse lugar sentar o dito chafariz, porque a canalização segundo o contrato, não se estendia além da rua de Santo Antônio. Em vista disso a Câmara dirigiu-se à Presidência da Província instando para que o chafariz fosse colocado naquele lugar. A ex-presidência de acordo com a proposta da Companhia Hydraulica, concordou em que o 4º chafariz ocupasse o espaço preciso num terreno entre as ruas S. Miguel, Andrade Neves, Santo Ignácio e Independência, uma vez que a companhia fizesse aquisição do terreno, dependendo da ulterior resolução para desapropriação no caso de tornar-se necessário. A Câmara resolveu agora dirigir-se de novo ao governo da província, ponderando a inconveniência da deliberação de seu antecessor e indicando para a colocação do chafariz a praça da Constituição ou a que já foi designada<sup>543</sup>.

O problema dos moradores da periferia estava relacionado com as distâncias a percorrer para realizar o abastecimento d'água, e parece ser uma preocupação constante da Câmara. Dessa forma, as discussões sobre a localização do chafariz continuavam a ser abordadas pela imprensa. Novamente o *Correio Mercantil*, em agosto de 1875, publicava uma matéria sobre a questão, que ainda se encontrava em aberto.

Parece que o 4º chafariz da Hydraulica Pelotense já está no Rio Grande, pronto a vir para esta cidade. Há, porém, um problema a resolver: é o lugar onde deve ser colocado. Querem uns que seja lá para os lados da Beneficência; outros além de Santa Bárbara; a Câmara na nova praça do General Câmara ou Conde d'Eu, e finalmente os moradores da Luz que o armem em frente a sua capelinha. Todos puxam a brasa para a sua sardinha. A tudo isso, porém, o que se torna necessário é procurar o X do problema. Se nos concederem voto na matéria...<sup>544</sup>.

A reunião da Câmara, em dezembro de 1875, trazia à tona o problema de abastecimento do bairro da Luz, já apontado pelo jornal, e apresentava alternativas para amenizar a situação.

[...] em consequência, da falta d'água que na presente estação sofrem os moradores da capela da Luz, se nomeasse uma comissão para angariar entre os moradores do referido local (ilegível) precisa, coadjuvado por esta Câmara, para obter-se da Companhia Hydraulica, o prosseguimento do encanamento até a praça General Câmara, estabelecendo-se ali uma manga d'água para a utilidade daqueles moradores<sup>545</sup>.

A instalação do 4º chafariz somente foi realizada em março de 1876, quando a Diretoria da Hidráulica comunicou à Câmara através de ofício que

<sup>543</sup> Atuais parque Dom Antônio Zattera e rua Senador Mendonça. Demais ruas idem a nota citada anteriormente. Atual praça Vinte de Setembro. *CORREIO MERCANTIL*, 10 de abril de 1875, p.01. Câmara Municipal – Presidência do Sr. Vereador Garcia. – 1º sessão ordinária em 9 do corrente.

<sup>544</sup> Id., 26 de agosto de 1875, p.01.

<sup>545</sup> Atual parque Dom Antônio Zattera. ATAS da Câmara Municipal de Pelotas. Sessão de 13 de dezembro de 1875.

desejando por termo as dificuldades que para com a colocação do 4º chafariz pelas razões expendidas, resolveu fazer o sacrifício de adquirir por compra um terreno a rua de S. Miguel esquina ao sul pela rua S. Ignácio, onde poderá ser colocado o dito 4º chafariz, se o ponto indicado merecer a aprovação da Câmara. Declarou o Senhor Presidente que de harmonia com o parecer dos membros desta Câmara, a quem consultou já se tinha respondido a aquela Diretoria que a Câmara aprovava o ponto indicado<sup>546</sup>.

Em maio de 1876 o chafariz ainda não havia sido entregue à Câmara; em outubro, depois de instalado, foi solicitado à empresa que fosse realizada a transferência do abastecimento dos aguadeiros para o novo local. O ponto de abastecimento antigo, localizado na praça Coronel Pedro Osório, estava causando muitos danos ao calçamento e ocasionando prejuízos à Câmara em relação a sua manutenção e reposição<sup>547</sup>.

Uma das questões que perpassa a problemática de instalação do chafariz é a carência de espaços públicos urbanos em Pelotas: o número de praças e parques que havia na cidade era muito restrito. Esse fato aparece no relato dos vereadores desde a época em que era necessário destinar espaços públicos para a abertura de cacimbas, passa pela discussão sobre a instalação da Torre do Depósito e chega a seu ápice com a definição do local para a colocação do quarto e último chafariz da companhia hidráulica. Isso sem falar nas negociações para a instalação de equipamentos de outras empresas, como as companhias de gás e de ferro carril.

Em 1876, com a colocação da última fonte recém-concluída, o relatório do gerente já atestava que a renda obtida na comercialização d'água junto aos chafarizes continuava a diminuir, fosse pelo aumento do número de penas, fosse pelo fato da companhia hidráulica não ter o privilégio da venda d'água.

## CAIXAS D'ÁGUA, MONUMENTOS DA MODERNIDADE: O RESERVATÓRIO DA PRAÇA DA CARIDADE

A praça Piratinino de Almeida, antiga praça da Caridade, localiza-se no limite oeste da região onde se efetivou a expansão da primeira ocupação urbana de Pelotas. Nesse local foi situada a Santa Casa de Misericórdia e, em 1875, a caixa d'água da cidade.

O reservatório de água, também conhecido como Torre do Depósito, fazia parte do conjunto de obras implementadas pela Companhia Hidráulica Pelotense, sendo, provavelmente, o seu monumento mais significativo (Fig.115).

A procedência da obra originou algumas indagações. Silva destacava a possibilidade desta ter sido adquirida na cidade de Paris. Além disso, discutia a

<sup>546</sup> Atual rua Quinze de Novembro esquina Gomes Carneiro. ATAS da Câmara Municipal de Pelotas. Sessão de 16 de março de 1876.

<sup>547</sup> Ibid. Sessão de 08 de maio de 1876. Sessão de 02 de outubro de 1876.

suposição de que a caixa d'água de Pelotas tivesse sido importada junto com a de Rio Grande, que data de 1876 e que possui uma placa com a inscrição *Hanna Donald & Wilson Makers, Abbey, Works Paisley*.

A Fala do Presidente de 1876 vai confirmar essa constatação ao afirmar que a empresa rio-grandina já havia contratado “com os fabricantes Hannah, Donald & Wilson, na Escócia, o suprimento dos materiais para esse depósito”<sup>548</sup>, e ao mesmo tempo, especifica sua origem escocesa. A Universidade de Glasgow é depositária de um documento sobre a empresa de Hanna, Donald & Wilson, na Escócia<sup>549</sup>.

A importação de obras de origem escocesa foi discutida por Costa, que relacionou esse fato ao crescimento significativo que a indústria desse país apresentou nesse período. O mesmo não aconteceu na Inglaterra onde

a partir de 1870, o colapso foi total, os altos-fornos, forjas e minas de Shropshire foram fechados, restando além da Coalbrookdale Company poucas firmas significativas na Inglaterra, enquanto as fundições da Escócia dominaram a indústria da construção em ferro com maquinaria atualizada e tecnologia mais avançada, atraindo a mão-de-obra formada em Shropshire, que emigrou para as novas zonas de produção [... ] O crescimento da indústria escocesa nessa segunda metade do século XIX foi excepcional, demonstrando invulgar capacidade de criar e manter novos mercados assim como de explorar os desenvolvimentos técnicos<sup>550</sup>.

Em relação a origem da Torre do Depósito, Gutierrez salienta que encontrou referência apenas aos serviços de Hygino Corrêa Durão e de Carlos Zanotta na documentação referente ao abastecimento d'água da cidade<sup>551</sup>. Wickboldt apresentou um panorama sobre a instalação da Torre do Depósito no ano de 1875, através das notícias publicadas no Correio Mercantil, mas não conseguiu comprovar a

<sup>548</sup> FALLA dirigida a Assembléa Legislativa da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente, dr. José Antonio de Azevedo Castro, em a segunda sessão de 16ª legislatura. Porto Alegre: Typ. do "Rio Grandense", 1876, p. 46.

<sup>549</sup> O documento denomina-se *Records of Hanna, Donald & Wilson, shipbuilders and engineers, Paisley, Renfrewshire, Scotland*. O código do documento é GB 0248 UGD 284, e encontra-se na Glasgow University Archive Services. O período abarca de 1900-1909. Refere-se a Hanna, Donald & Wilson, shipbuilders and engineers: 1870-c.1910: Paisley, Renfrewshire, Scotland. O site apresenta um texto histórico sobre a empresa, transcrito abaixo.

“Em 1816, a firma de engenharia de Reid & Hanna estava estabelecida em Paisley, Renfrewshire, Escócia. Em 1851, James Donald tornou-se sócio e o nome da empresa mudou para Hanna & Donald. William, o irmão mais jovem de Donald, era construtor de navios na empresa de Donald & MacFarlane, mais tarde denominada Donald & Co., em Glasgow, Escócia; e o Cumberland & Westmorland Railway. Trabalhos para engenharia civil e mecânica eram fornecidos para muitos países europeus e orientais assim como para o Canadá e a Austrália. Parece que as duas companhias foram liquidadas na década de 1910, com o estaleiro Abercorn sendo vendido em 1920” (O texto cita como referência: RITCHIE, L A (ed), *The Shipbuilding Industry: A Guide to Historical Records* (1992, Manchester). Fonte: [www.cheshire.cent.gla.ac.uk](http://www.cheshire.cent.gla.ac.uk)).

<sup>550</sup> COSTA, Cacilda Teixeira da. *O sonho e a técnica: a arquitetura de ferro no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p.26.

<sup>551</sup> GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2004.

tese da origem francesa da obra<sup>552</sup>. Talvez uma das questões que tenha contribuído para essa suposição fosse a origem dos chafarizes, das fundições Durenne, na França.

O fato de Hygino Corrêa Durão ser o responsável, juntamente com João Frick, pela instalação da Companhia Hidráulica Rio-Grandense, é um indício de que as obras importadas para ambas companhias, além de serem da mesma época e apresentarem aspecto muito semelhante, foram adquiridas do mesmo fabricante.



Figura 115: Praça Piratinino de Almeida

Torre do Depósito (esquerda) e Santa Casa de Misericórdia (direita).

Fonte: CARRICONDE, Clodomiro. *Álbum de Pelotas*. Centenário da Independência do Brasil. Pelotas: [s. n.], 1922, s.p.

Essas evidências aparecem no memorial sobre as obras, assim como na documentação referente a isenção de pagamento dos impostos sobre importação. A descrição<sup>553</sup> sobre a obra a ser implementada em Pelotas revelava que o depósito de água

representa ele numa grande caixa circular sobre uma série de colunas e a sua altura é de 1330 cm ou cerca de 40 pés ingleses, podendo deste tanque abastecer-se qualquer segundo andar dos sobrados na cidade. A capacidade que a nossa planta mostra é para 3000 metros cúbicos conforme o exige o contrato mas como é atualmente demasiado um depósito nessas dimensões para o atual consumo da cidade [...] por isso é nossa opinião que o depósito a construir por enquanto seja de 1500 ms cúbicos, e posteriormente quando as circunstâncias o exigirem se fará outro da mesma capacidade, ou maior como para então for achado conveniente<sup>554</sup>

O memorial assinado pelos engenheiros R. B. Bell e D. Miller, da cidade de Glasgow, questionava as dimensões do reservatório, e argumentava que era um investimento que imobilizava um capital significativo em uma construção excessiva. Apresentava a proposição de um projeto com a referida capacidade, mas trazia à tona

<sup>552</sup> WICKHBOLDT, Rovani Schuch. *A implantação do sistema de água encanada e a construção da caixa d'água da Praça Piratinino de Almeida em Pelotas (1871-1875)*. 2000. (Graduação em História). Curso de Licenciatura Plena em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

<sup>553</sup> O memorial cita que o depósito foi apresentado na planta nº 3. Não foi possível encontrar esses desenhos no acervo do AHRGS, apesar de vários ofícios enviados e recebidos, entre a Presidência da Província e os empreiteiros das obras, indicarem a existência não só de documentos originais, mas também de duplicatas dos projetos.

<sup>554</sup> INDICAÇÕES que acompanham as plantas das Empresas Hidráulicas do Rio Grande e Pelotas apresentadas pelos concessionários H.C. Durão e João Frick. Rio Grande do Sul, 09 de dezembro de 1871, p.05.

uma cláusula do contrato que previa a edificação de um ou mais depósitos na cidade com capacidade para 3000 metros cúbicos de água. Dessa forma, os engenheiros propunham a construção de um depósito inicial, e a sua ampliação, quando necessária. A descrição acima refere-se a proposta preliminar, que foi modificada no andamento da obra.

Os orçamentos das obras de Pelotas e de Rio Grande reforçam a origem comum das caixas d'água: projetadas pelos mesmos engenheiros, orçadas e descritas no mesmo memorial e executadas pelo mesmo empreiteiro (Hygino Durão). A possibilidade de contratar material e mão-de-obra estrangeira revela o grau de desenvolvimento técnico dos fabricantes e o atraso em que se encontrava a siderurgia brasileira<sup>555</sup>.

Quanto aos orçamentos dos reservatórios, a obra de Pelotas estimava a quantidade de 250 toneladas de ferro fundido (ao custo de £ 2500) e de 170 toneladas de ferro batido (£ 3740), para a torre, e calculava os custos para a montagem a partir da quantidade de 420 toneladas da obra (£ 1260), provavelmente atendendo as especificações do desenho preliminar, de três mil metros cúbicos de capacidade. Em Rio Grande os custos eram relativos a 210 toneladas de ferro fundido (£ 2100) e 90 toneladas de ferro batido (£ 1980), e £ 900 a armação da obra, relativa a 300 toneladas de ferro<sup>556</sup>.

No momento da solicitação de isenção dos impostos de importação, as quantidades de material para os dois reservatórios referiam-se a 350 toneladas de ferro em colunas, chapas, travessões (barras no documento rio-grandino) e parafusos para um depósito de água (de 1500 metros cúbicos no documento de Rio Grande)<sup>557</sup>, um número inferior as 420 toneladas previstas anteriormente para Pelotas e superior as 300 estimadas para Rio Grande. Essa indicação revela que as duas obras, concebidas inicialmente com propostas diferentes, foram realizadas com projetos semelhantes ou até mesmo idênticos, mas que se diferenciavam, certamente, quanto aos assentamentos das bases das colunas.

Além disso, uma das diferenças entre as construções referia-se a forma de captação de água: o depósito sobre colunas de Rio Grande foi proposto sobre uma cisterna circular, para onde convergem duas galerias de infiltração. “No centro desta cisterna que fica por debaixo do centro do depósito estão as oficinas que tem de trabalhar a água e elevá-la ao tanque da torre. A água nesta torre fica a 60 pés

---

<sup>555</sup> COSTA, Cacilda Teixeira da. *O sonho e a técnica: a arquitetura de ferro no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

<sup>556</sup> INDICAÇÕES que acompanham as plantas das Empresas Hidráulicas do Rio Grande e Pelotas apresentadas pelos concessionários H.C. Durão e João Frick. Rio Grande do Sul, 09 de dezembro de 1871, p.06 e p.10.

<sup>557</sup> CORRESPONDÊNCIA enviada pela Diretoria da Companhia Hidráulica Pelotense ao Presidente da Província João Pedro Carvalho de Moraes, com relação do material necessário às obras em anexo. Pelotas, 13 de julho de 1874. CORRESPONDÊNCIA enviada pela Diretoria da Companhia Hidráulica Rio Grandense ao Presidente da Província João Pedro Carvalho de Moraes, com relação do material necessário às obras em anexo. Rio Grande, 09 de julho de 1874.

ingleses de altura e conseqüentemente mais que o suficiente para dar águas ao segundo andar de qualquer dos sobrados da cidade”<sup>558</sup>. A montagem do reservatório pelotense ocorreu dois anos antes do rio-grandino. Mas, apesar de não ser o primeiro, o impacto da obra não foi menor<sup>559</sup>.

Havia chegado o material para a construção do depósito, a peça mais importante de toda a obra; prosseguiu-se imediatamente a sua construção, acha-se concluído esse importantíssimo reservatório que deveras faz honra a quem o planeou e mandou executar. Acha-se de todo concluído e pronto a funcionar, logo que se coloquem as bombas que o empreiteiro é obrigado a suprir para em tudo ficar completo o nosso contrato com o Governo Provincial<sup>560</sup>.

Em 1875 o Correio Mercantil noticiava a execução da obra do reservatório da praça da Caridade, em Pelotas. As informações veiculadas pelo periódico permitem constatar que o material destinado à sua realização chegava a cidade através do porto de Rio Grande (Fig.116), onde as peças eram desembarcadas dos navios oriundos da Europa e transportadas para embarcações de menor porte, que possuíam calado compatível com a foz do rio São Gonçalo, cuja desobstrução vinha sendo pleiteada há algumas décadas<sup>561</sup>.

Em vinte e quatro de janeiro de 1875, o jornal informava que o navio dinamarquês Ellida chegava ao porto de Rio Grande, proveniente de Glasgow, e que o navio Príncipe Alfred já saíra de Glasgow há aproximadamente um mês<sup>562</sup>. O lanchão Dous Irmãos chegava de Rio Grande em doze de fevereiro, com uma parte do material para a montagem da Torre do Depósito<sup>563</sup>.



Figura 116: Porto de Rio Grande

Fonte: BOEIRA, Nélson; GOLIN, Tau (Coords.) *Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006, Ilustrações.

Em meados de abril encontrava-se na cidade o material para a edificação da torre do reservatório, assim como o engenheiro encarregado de sua execução. O jornal não veiculava o nome do responsável pela obra, mas provavelmente não se

<sup>558</sup> INDICAÇÕES que acompanham as plantas das Empresas Hidráulicas do Rio Grande e Pelotas apresentadas pelos concessionários H.C. Durão e João Frick. Rio Grande do Sul, 09 de dezembro de 1871, p.09-10.

<sup>559</sup> A torre do depósito de Rio Grande originou o nome do bairro onde se localiza, conhecido como Hidráulica.

<sup>560</sup> RELATÓRIO da Directoria da Companhia Hydraulica Rio-Grandense apresentado à Assembléa Geral de Accionistas na sessão de 31 de julho de 1877. Rio Grande: Typ. do Artista, 1877, p.04.

<sup>561</sup> ESTATUTOS da Companhia da Desobstrução da Foz do Rio São Gonçalo. Estabelecida na cidade de Pelotas por Lei Provincial n. 649 de 9 de dezembro de 1867. Pelotas: Typographia do Diário Popular, 1870.

<sup>562</sup> CORREIO MERCANTIL, 24 de janeiro de 1875, p. 02.

<sup>563</sup> Id., 12 de fevereiro de 1875, p.01.

tratava do alemão a que Mulhall se referia quando eram realizadas as obras de implantação do encanamento da represa do Moreira, três anos antes. Mas, destacava que o transporte do material, do porto até a praça da Caridade, fora contratado com a Companhia Ferro Carril, que providenciou a expansão dos trilhos até o local. O transporte das peças começou dia vinte e oito de abril e a previsão era de que ainda na mesma semana estivesse concluído<sup>564</sup>. As obras iniciaram no largo da Caridade Nova em oito de maio, quando se encontravam no local “quase todos os materiais precisos, e, a julgar pela regular quantidade de gente empregada muito breve se espera a terminação de semelhante trabalho”<sup>565</sup>.

A arquitetura do ferro possibilitou uma transformação significativa no canteiro de obras. Do ponto de vista técnico, a produção deslocou-se para o interior das fábricas, suprimindo a carência de mão-de-obra especializada. Kühl discute essas questões, salientando que

as grandes mudanças que se efetuavam nos processos industriais, todavia, favoreceram a introdução de novos materiais industrializados nos edifícios e, também, serviram para renovar os materiais tradicionais, acarretando, ainda, modificações nos métodos de construir. Verificou-se a tendência de se industrializar não só o fabrico, mas também o canteiro de obras<sup>566</sup>.

Nessa perspectiva, Costa argumenta que para os países exportadores era uma modificação interessante quanto ao aspecto financeiro, já que essas edificações, além de serem portáteis e exportáveis “utilizavam em sua fabricação mão-de-obra européia, o que servia com perfeição aos interesses comerciais e atendia às demandas técnicas e à exigência de operários mais qualificados, especialistas em trabalhos de siderurgia”<sup>567</sup>.

Apesar das críticas constantes da imprensa, a Torre do Depósito surpreendeu a opinião dos editores e, provavelmente, da comunidade pelotense. A notícia de treze de julho revelava as impressões que a obra causou na cidade, mesmo antes do término de sua montagem.

No largo da Santa Casa de Misericórdia, ergue-se altivo e majestoso o edifício de ferro destinado a reservatório d'água da Companhia Hydraulica Pelotense. É uma obra imponente, um monumento de arte [...], que veio restabelecer completamente a reputação, até agora um tanto enfraquecida, do contratador do trabalho, Sr. H. Corrêa Durão<sup>568</sup>.

O relato do Correio Mercantil confirma o argumento de Costa sobre a arquitetura de ferro no Brasil, onde a autora comenta que “ao contrário do que ocorreu

<sup>564</sup> CORREIO MERCANTIL, 22 de abril de 1875, p.01. Id., 29 de abril de 1875, p.03.

<sup>565</sup> Id., 08 de maio de 1875, p.02.

<sup>566</sup> KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo: Ateliê Editorial: Fapesp: Secretaria da Cultura, 1998, p.21.

<sup>567</sup> COSTA, Cacilda Teixeira da. *O sonho e a técnica: a arquitetura de ferro no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p.33.

<sup>568</sup> CORREIO MERCANTIL, 13 de julho de 1875, p.01.



na Europa, entre nós essa arquitetura de importação foi símbolo de progresso e as peças eram sempre recebidas com entusiasmo e elogios”<sup>569</sup>.

Em vinte e um de julho a escuna dinamarquesa Anna aportava com o restante do material no porto de Rio Grande e em vinte e seis de agosto faltava somente o término da colocação da escada helicoidal, que possibilitava o acesso ao mirante, no centro do reservatório<sup>570</sup>. A imponência da obra pode ser constatada nas imagens da época, onde ela aparece destacando-se na paisagem (Fig.117).



Figura 117: Praça das Carretas<sup>571</sup>

Praça em primeiro plano. Ao fundo, mirante do reservatório de ferro (centro da imagem), torres da capela da Santa Casa de Misericórdia (esquerda) e chaminé da Cervejaria Ritter (direita).

Fonte: Acervo da Biblioteca Pública Pelotense.

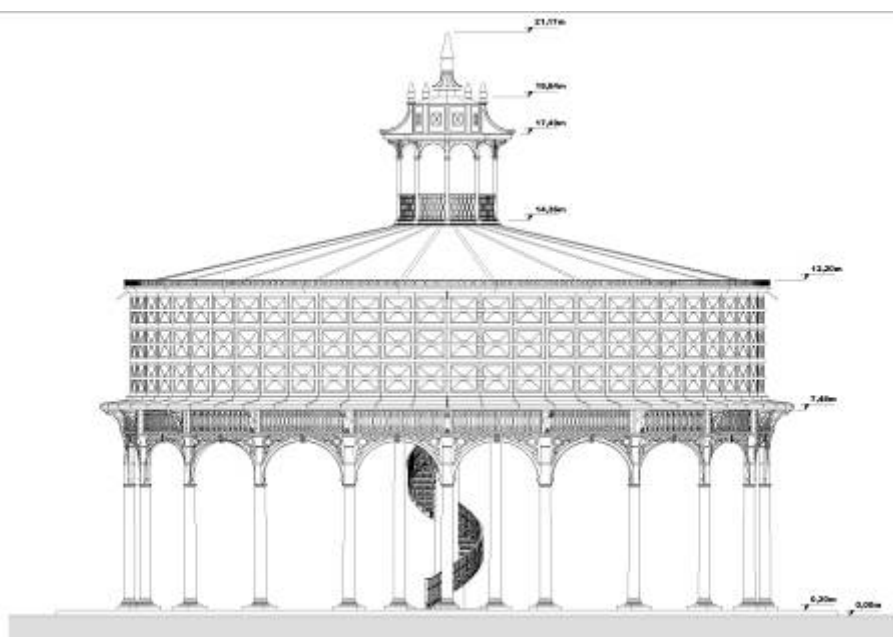


Figura 118: Caixa d'água: elevação

Fonte: XP ARQUITETURA LTDA. *Caixa d'água de Pelotas – Foulla, Frères & Cia*. Praça Piratinino de Almeida, Pelotas, RS. Levantamento métrico arquitetônico. 21 pranchas. CD-ROM. Maio de 2004<sup>572</sup>.

<sup>569</sup> COSTA, Cacilda Teixeira da. *O sonho e a técnica: a arquitetura de ferro no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p.09.

<sup>570</sup> CORREIO MERCANTIL, 21 de julho de 1875, p.02. Id., 26 de agosto de 1875, p.01.

<sup>571</sup> Atual praça Vinte de Setembro.

<sup>572</sup> O equívoco quanto ao fabricante da obra foi mantido já que é uma referência da fonte das imagens. O trabalho desenvolvido pelo escritório XP Arquitetura, responsável pelo levantamento da obra para fins de restauração, utilizou como referência os estudos de Henrique Carlos de Moraes, datados de 1965.

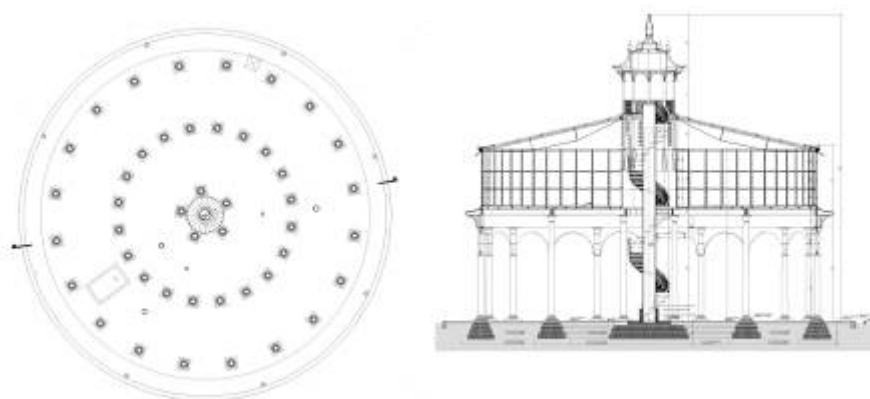


Figura 119: Caixa d'água: planta baixa e corte

Fonte: XP ARQUITETURA LTDA. *Caixa d'água de Pelotas – Foulla, Frères & Cia*. Praça Piratinino de Almeida, Pelotas, RS. Levantamento métrico arquitetônico. 21 pranchas. CD-ROM. Maio de 2004.

Pelotas, assim como as demais cidades brasileiras, vivenciou uma situação comum durante o século XIX, onde “ao importar os produtos europeus, recebia objetos ‘modernos’, frutos de uma tecnologia de ponta na época, sem que o país tivesse vivido o processo de industrialização e modernização”<sup>573</sup>. E a Torre do Depósito é uma das obras que demonstra claramente essa situação (Fig.118 e 119).

As referências ao reservatório d'água aparecem nos estudos de Silva e Khül, como obra representativa da arquitetura de ferro, importada no século XIX. O primeiro autor, ao descrever a obra, salienta que

sua forma é a de um cilindro com quatro metros de altura e vinte e cinco metros de diâmetro, aproximadamente. Apóia-se em quarenta e cinco colunas e tem, no seu centro, um orifício, por onde, passa uma escada que leva a um mirante no topo do reservatório. Todas essas peças são de ferro. As colunas têm seus capitéis e pedestais pouco decorados, e suportam vigas de secção 'I'. Decorativos são somente os arcos que ligam as partes superiores das colunas da periferia, o corrimão e a escada do mirante. Este último, aliás, tem formas caprichosas que lembram a arquitetura oriental e evidencia as possibilidades ornamentais do ferro fundido<sup>574</sup>.

Durante a instalação da Torre do Depósito a imprensa local divulgava as impressões em relação à obra. A descrição apresentada mostra o impacto que a monumentalidade da obra causou, e nos permite identificar como a perceberam os moradores da cidade naquele momento.

O depósito é todo de ferro, ocupa mais ou menos uma circunferência de 150 metros; 45 elegantes colunas, de ordem jônica, assentes sobre pilaretes de pedra, e formando dois ângulos, sustentam a caixa d'água, que se eleva a 25 pés da superfície térrea e contém capacidade para 1.500 metros cúbicos. A caixa d'água é toda coberta de chapas de ferro, e no centro superior, em espécie de cúpula, destaca-se um magnífico torreão, rodeado de colunatas, destinado a passeio. Entre as colunatas principais interiores estão os canos que devem conduzir a água ao reservatório e em torno deles deve ser colocada uma escada de caracol para conduzir ao torreão [...] Faltam-

<sup>573</sup> COSTA, Cacilda Teixeira da. *O sonho e a técnica: a arquitetura de ferro no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p.11.

<sup>574</sup> SILVA, Geraldo Gomes da. *Arquitetura do ferro no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Nobel, 1987, p.95-96.

nos outros dados para completar a descrição desse grandioso monumento, que só com a vista pode ser convenientemente apreciado. Para nós, como para o público, devemos confessá-lo francamente, o Sr. Durão restabeleceu em todos os sentidos os seus ditos como empresário dos trabalhos da Hydraulica e fez jus ao respeito e estima da população pelotense<sup>575</sup>.

Esta era a conclusão do relato do Correio Mercantil sobre a Torre do Depósito da Hidráulica Pelotense. A desconfiança inicial da população quanto à execução da obra aparecia nas notícias do periódico. E essa desconfiança não era só pelotense, como se pode constatar quanto ao andamento das obras da empresa rio-grandina.

A importação de edificações pré-fabricadas permitiu que se edificassem construções de porte em um espaço de tempo relativamente curto. No período entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, ocorreu uma “grande importação de edifícios e complementos arquitetônicos de ferro, pré-fabricados nas usinas européias”<sup>576</sup>.

A construção das torres norte e sul junto ao Palácio de Cristal, quando foi realizada a sua transferência, em 1854, contribuiu para a divulgação sobre a possibilidade de edificar essas estruturas com suportes de metal<sup>577</sup>.

Os sistemas de abastecimento de água demandaram a necessidade desses elementos pré-fabricados, que alteraram a paisagem das cidades do século XIX. E eles surgiam não somente em função do fornecimento de água encanada: estiveram presentes também junto às instalações ferroviárias que se instalavam nesse período.

As caixas-d'água também eram elemento importante na composição das instalações ferroviárias, na época das locomotivas a vapor, que consumiam em média nove vezes mais água do que carvão. O ‘tender’, vagão reservatório para água e carvão, era abastecido por uma grua hidráulica. As caixas-d'água podiam apresentar formas variadas – circulares, octogonais, retangulares, ovais, etc. – e ter a estrutura de sustentação para os reservatórios de tijolos, pedra ou metal. Recebiam, assim como as próprias estações, as mais variadas roupagens estilísticas<sup>578</sup>.

O século XIX e as primeiras décadas do século XX foram o momento de manifestação dessas tendências na arquitetura nacional. Kühl comenta que a dependência econômica e cultural dos países latino-americanos possibilitava a transposição de modelos europeus, que estavam, na maioria das vezes, associados “a uma noção de ‘prestígio’ e ‘modernidade’ [...] As construções metálicas eram por vezes ‘apenas’ utilitárias e, por vezes, símbolo de importância e prestígio”<sup>579</sup>.

<sup>575</sup> CORREIO MERCANTIL, 13 de julho de 1875, p.01.

<sup>576</sup> COSTA, Cacilda Teixeira da. *O sonho e a técnica: a arquitetura de ferro no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p.09.

<sup>577</sup> GOULD, Michael H. The development of all-metal water towers. *Industrial Archeology Review*, v.XXIII, n.2, 2001.

<sup>578</sup> KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo: Ateliê Editorial: Fapesp: Secretaria da Cultura, 1998, p.65.

<sup>579</sup> Ibid., p.75.

Na província de São Pedro, o fato é que a grandiosidade dos reservatórios metálicos impressionou tanto rio-grandinos como pelotenses. E que os dois depósitos, assim como outras obras edificadas em ferro ao longo dos séculos XIX e XX, “se conservam úteis e adequados depois de quase um século de uso, tendo constituído, desde o início, marcos e referências das cidades”<sup>580</sup>.

## 3.2 AS COMPANHIAS HIDRÁULICAS DE RIO GRANDE E DE PORTO ALEGRE

### A COMPANHIA HIDRÁULICA RIO-GRANDENSE

A Companhia Hidráulica Rio-Grandense foi instalada simultaneamente à empresa pelotense. Ambas possuíam muitas semelhanças, em função de serem contratadas com os mesmos licitantes. Mas uma das diferenças significativas entre as duas empresas estava relacionada à forma de captação da água: em Pelotas foi proposto o represamento do arroio Moreira e, em Rio Grande, a captação subterrânea de águas próximas às Trincheiras.

Nesta última, as condições das águas da cidade originaram consultas à Câmara Municipal e a uma comissão de médicos do município. Segundo o Presidente da Província, após a análise das propostas apresentadas, “julgando preferíveis as águas das Trincheiras, mandei lavrar o contrato com Hygino Corrêa Durão”<sup>581</sup>. Em 1870 o governo solicitava à Câmara Municipal de Rio Grande que informasse a quantidade necessária de chafarizes e os locais destinados à sua colocação.

O viajante Augusto de Pinho comentava, durante sua estada em Rio Grande (anterior a instalação da companhia hidráulica), sobre o problema da água usada para o consumo doméstico, destacando que “a água que se faz uso em geral é tirada de profundos poços, que como bem se imagina tem um gosto insuportável”<sup>582</sup>. A proximidade do mar comprometia a qualidade da água da cidade, tornando-a salobra.

Quanto a forma de abastecimento, na década de 1820 Saint-Hilaire já havia ressaltado que “não há aqui nem nascentes nem fontes de água doce, mas atrás da cidade, entre montículos de areia, em lugar denominado Geribanda, cavaram-se poços onde à pequena profundidade, se encontra água boa”<sup>583</sup>.

A escolha da forma de abastecimento de água em Rio Grande não foi muito simples. Como não havia nenhum curso d’água que se pudesse represar, a alternativa foi a captação de água do lençol freático. E as dunas de areia próximas à cidade pareciam ser o local mais adequado à esta captação. Inicialmente o governo recebeu

<sup>580</sup> COSTA, Cacilda Teixeira da. *O sonho e a técnica: a arquitetura de ferro no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p.15.

<sup>581</sup> RELATÓRIO com que o excellentissimo sr. dr. João Sertório, presidente d'esta província, passou a administração da mesma ao exmo. sr. dr. João Capistrano de Miranda e Castro, 1º vice-presidente, no dia 29 de agosto de 1870. Porto Alegre: Typ. do Rio Grandense, 1870, p.34. As opiniões eram relativas as condições higiênicas das águas da Ilha dos Marinheiros e das Trincheiras.

<sup>582</sup> PINHO, A. Augusto de. *Uma viagem ao sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. de F. A. de Souza, 1872, p.69.

<sup>583</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987, p.76.

três propostas para o encanamento de água potável da cidade: de Ângelo Cassapi, de Dias Paycurrick e Companhia e de Hygino Corrêa Durão<sup>584</sup>. A diversidade das formas de captação propostas (assim como a falta de clareza em vários aspectos das propostas) levou o governo a elaborar as bases para um contrato de abastecimento<sup>585</sup>.

A proposta apresentada por Cassapi era confusa quanto à forma de captação de água, fato que contribuiu para que o relator afirmasse que o proponente “não tem ainda idéia justa do que convirá fazer para extrair a água necessária ao fim a que se propõe”<sup>586</sup>. Já a alternativa exposta por Dias Paycurrick e Companhia consistia em abastecer a cidade com água da Ilha dos Marinheiros que, depositada em dois reservatórios na respectiva ilha, seria canalizada e enviada para dois reservatórios na cidade. Indicava, ainda, a instalação de chafarizes (em número de seis), iguais aos da capital, podendo variar os modelos, mas limitando-se o custo ao valor dos citados.

Os proponentes não definiam a capacidade dos depósitos, estabelecendo somente que seriam “suficientes para abastecer de água a cidade”<sup>587</sup>. Esse fato levou o relator a supor que usariam os reservatórios que já possuíam, na ilha e na cidade, e que se destinavam ao abastecimento de água ao cais do porto. Na verdade, o projeto tratava-se de um aumento pouco significativo do sistema que já utilizavam. A análise da proposta de extração de água do solo da ilha (areia) indicava que ocorreriam problemas quanto à área destinada à captação já que, segundo o relator, a região encontrava-se bastante habitada e cultivada. Além disso, foram questionadas a pureza da água e a disponibilidade de abastecimento em caso de secas prolongadas (contaminação dos tanques de infiltração).

A proposta de Durão foi a mais adequada em termos de sistema de captação (plano da obra) e de localização. Optava pelo terreno além das Trincheiras, onde a quantidade e a qualidade da água, somadas a capacidade de esgotamento do terreno, contribuíam para o sucesso do empreendimento (Fig.120)<sup>588</sup>.

Mas tanto a proposta de Dias Paycurrick como a de Durão estabeleciam o “pagamento dos juros a razão do atual valor da oitava de ouro de 22 quilates”<sup>589</sup>, colocando-as fora dos parâmetros do edital da licitação<sup>590</sup>. Ainda sobre a forma de

<sup>584</sup> PARECER encaminhado pelo Diretor da Repartição de Obras Públicas Francisco Vellozo sobre as propostas apresentadas para o fornecimento de água potável aos habitantes da cidade de Rio Grande. Porto Alegre, 22 de janeiro de 1870.

<sup>585</sup> BASES para um contrato de fornecimento d'água potável para o consumo da cidade de Rio Grande, utilizando para este efeito as águas pluviais que se depositam nos interstícios da areia do solo [ilegível] propostas pela Direção de Obras Públicas. Porto Alegre, 22 de janeiro de 1870.

<sup>586</sup> PARECER. Op Cit.

<sup>587</sup> Ibid.

<sup>588</sup> O local denominado de “trincheiras” é a região da península onde Silva Paes construiu o forte do Estreito, em 1737 (ver Fig.07).

<sup>589</sup> PARECER. Op Cit.

<sup>590</sup> Essa mesma situação aconteceu com a proposta apresentada por Domingos Cordeiro para o abastecimento de água de Pelotas.

pagamento, Durão sugeria que “os consumidores da água dos encanamentos particulares o paguem da mesma forma”<sup>591</sup>.

No intuito de resolver a situação, o diretor sugeriu ao Presidente da Província que se estabelecessem as bases de um contrato e que se chamassem novamente os licitantes, dando preferência a quem oferecesse melhor garantia para a execução da obra, prazo mais curto para a sua realização e preço mais ou menos cômodo para a água distribuída à população.

O contrato foi assinado com Hygino Corrêa Durão, que incorporou a empresa. Em dezembro de 1872 a companhia rio-grandina já possuía mil e quatrocentas ações subscritas, tendo ainda seiscentas em disponibilidade e, em janeiro do ano seguinte, o relatório apresentado ao governo informava que se encontravam prontos os trabalhos preparatórios para o início oficial das obras.



Figura 120: Vista aérea de Rio Grande  
A região do estreito, onde foi instalada a Torre do Depósito (direita) e as praças Tamandaré e Xavier Ferreira, na área central da cidade (esquerda).  
Fonte: AB'SABER, Aziz Nacib. *Litoral do Brasil*. São Paulo: Metalivros, 2001, p.275.

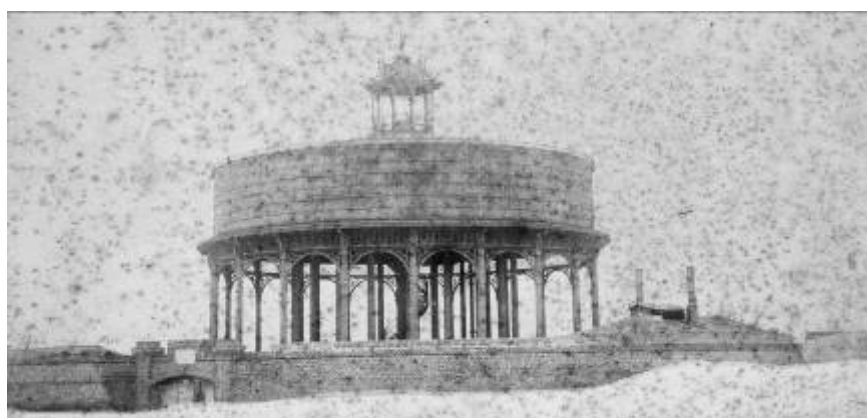


Figura 121: Hidráulica Rio-Grandense, no terreno além das Trincheiras  
Em primeiro plano, as dunas de areia da região.  
Fonte: Acervo fotográfico da Biblioteca Rio-Grandense.

<sup>591</sup> PARECER encaminhado pelo Diretor da Repartição de Obras Públicas Francisco Velozo sobre as propostas apresentadas para o fornecimento de água potável aos habitantes da cidade de Rio Grande. Porto Alegre, 22 de janeiro de 1870.

O terreno destinado à empresa localizava-se a seiscentos metros do cemitério da cidade, fato que ocasionou desconfiança da comunidade em relação à qualidade da água (por contaminação do lençol freático). Mas, durante os trabalhos de escavação, os empreiteiros já anunciavam que a natureza do terreno e a qualidade da água obtida superavam as expectativas iniciais. Em 1882, em sua passagem por Rio Grande, Herbert Smith referia-se a boa qualidade da água que abastecia a cidade, obtida em “um poço aberto nesta planície; tirada à bomba e depois encanada, refrescada pela infiltração através da areia”<sup>592</sup>.

Além da qualidade da água, constatou-se que os empreiteiros também eram questionados pela comunidade quanto ao andamento das obras, já que no relatório apresentado ao governo, após concluírem a descrição das obras de drenagem d’água, da cisterna e da fundação do reservatório salientam que

as maiores dificuldades que nos apresentava o terreno estão vencidas, e conquanto a obra que se acha feita não apresente uma perspectiva que satisfaça a curiosidade pública, supomos que as pessoas conhecedoras do que são as obras desta natureza não nos acusarão de ter feito pouco<sup>593</sup>.

As fundações da torre (Fig.121) foram realizadas com uma estacada composta por duzentas e vinte e cinco linhas de madeira de lei, cravadas no solo até “negar a pancada de uma tonelada de peso”<sup>594</sup>. A base para a construção da cisterna consistia em uma ensacadeira construída com pranchões de madeira de pinho de riga, de três polegadas de espessura, com quatrocentos pés de circunferência por onze de diâmetro<sup>595</sup>.

A drenagem do local era constante, fato que reforçava a tese de que a região era a mais adequada para a instalação do sistema de captação. Os empreiteiros enfatizavam que

a abundância e pureza da água que contém os terrenos da companhia, não podem mais ser postas em dúvida; mais de 500 pipas d’água são extraídas diariamente por meio da bomba tocada a vapor do terreno que temos feito escavar para a construção do tanque. Portanto ainda que a população da cidade do Rio Grande fosse dez vezes maior do que é, os terrenos da companhia podiam fornecer água suficiente para o seu consumo, não havendo secas maiores do que aquelas que tem havido até agora<sup>596</sup>.

Durante a etapa de escavações e fundações a empresa mantinha entre cinquenta e oitenta operários contratados. Os materiais necessários à execução das

<sup>592</sup> SMITH, Herbert H. *Do Rio de Janeiro a Cuiabá: notas de um naturalista*. São Paulo: Melhoramentos, 1922, p. 29.

<sup>593</sup> RELATÓRIO da Companhia Hidráulica Rio-Grandense apresentado à Assembléa Geral dos Acionistas na sessão de 22 de julho de 1873. Rio Grande: Typ. Echo do Sul, 1873, p.06.

<sup>594</sup> *Ibid.*, p.06.

<sup>595</sup> Unidade de medida linear anglo-saxônica, de 12 polegadas, equivalente a cerca de 30,48 cm do sistema métrico decimal (FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3 ed totalmente rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p.1521). As medidas equivalem a 122 metros e 3,35 metros, aproximadamente.

<sup>596</sup> RELATÓRIO. Op. Cit., p.07-08. Quinhentas pipas equivalem a 15.970 litros (ver nota 212).

obras ou estavam em estoque, ou em trânsito, já que a maioria eram importados. Quanto à tubulação, os empreiteiros ressaltavam a importância do cumprimento dos pagamentos aos fabricantes, já que o contrato estipulava valores inferiores aos comercializados no momento.

Os trabalhos de implantação avançavam e, em 1874, o relato do Presidente destacava o andamento das obras rio-grandinas, e revelava que estava pronta

uma grande parte da galeria de filtração do lado ocidental do terreno, e esta tem fornecido regularmente 650 a 700 metros cúbicos d'água diariamente. Também está concluído o reservatório circular que recebe água das galerias, e no centro deste reservatório foram lançadas as bases para as quarenta e cinco colunas de ferro do depósito. Existindo na cidade parte do material para a canalização parcial, aguarda a companhia o restante que já saiu da Inglaterra<sup>597</sup>.



Figura 122: Torre do Depósito da Companhia Hidráulica Rio-Grandense  
Fonte: acervo pessoal, fevereiro 2006.



Figura 123: Chafariz da praça Xavier Ferreira (Alfândega), em Rio Grande

Ao fundo, as torres da Igreja Matriz e o arvoredado da praça Tamandaré.

Fonte: SILVA, Morency do Couto e; PIRES, Arthur Porto; SCHIDROWITZ, Léo Jerônimo (Orgs.). *Rio Grande do Sul*: imagem da terra gaúcha: a obra documentária do estado sulino, fronteira extrema do Brasil. Porto Alegre: Cosmos, 1942, p.510.

<sup>597</sup> RELATÓRIO do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Carvalho de Moraes, 7 de março de 1874, p.77. O presidente deve estar referindo-se à Inglaterra num sentido amplo, já que o material destinado à canalização geral e parcial, à torre do depósito e às bombas foi encomendado de empresas escocesas. Essa situação pode ser decorrência do fato de que, em correspondência, os engenheiros Bell e Miller referem-se ao correspondente dos empresários em Liverpool, comunicando que o avisariam sobre o término da construção das bombas para que este providenciasse o embarque das peças. Dessa forma, talvez a notícia do embarque tenha sido remetida da Inglaterra, originando esse desencontro de informações.



No ano de 1875 encontravam-se prontas as obras de alvenaria, do manancial de água e do encanamento geral para a cidade. Dos quatro chafarizes, dois estavam colocados (nas praças Sete de Setembro e Municipal [Fig.123]), faltando a colocação de mais dois e “a armação do depósito sobre colunas para elevar água do manancial”<sup>598</sup>. No relatório de obras públicas aparecia a descrição de que ainda faltava o reservatório de distribuição geral, principal elemento da obra (Fig.122).

Para conclusão definitiva das obras desta companhia, segundo o relatório que me foi apresentado, falta assentar mais dois chafarizes, na Caridade Nova e na praça Tamandaré e uma coluna na praça Conde d’Eu, e colocar o depósito de ferro na caixa d’água. Contratou já a companhia com os fabricantes Hannah, Donald & Wilson, na Escócia, o suprimento dos materiais para esse depósito, devendo, porém, haver alguma demora na prontificação e expedição de todas as peças pela importância da obra<sup>599</sup>.

No ano seguinte os engenheiros R. B. Bell e D. Miller enviavam correspondência aos empreiteiros com o projeto dos alicerces das bombas “que se estão preparando na oficina dos Snrs. Hanna, Donald & Wilson em Paisley”<sup>600</sup>, indicando que, com esses traçados, poderiam ser começadas as obras. Juntamente com a remessa das bombas deveriam ser incluídos os dois chafarizes restantes e, dessa forma, ficariam cumpridas todas as exigências contratuais da empresa.

Apesar do atraso na conclusão das obras, a companhia já estava suprindo a cidade de água, fato que levou a província a efetuar o pagamento dos juros devidos, bem como a prorrogar, por mais seis meses, o prazo para a conclusão dos trabalhos. A água foi distribuída gratuitamente até o mês de dezembro por sua potabilidade não estar em condições de exigir pagamento. As obras da Hidráulica Rio-Grandense foram entregues em 1877.

Dois anos depois o relatório do Presidente registrava a solicitação da empresa para o fechamento do terreno da hidráulica, conforme planta organizada pelo engenheiro da Câmara Municipal de Rio Grande<sup>601</sup>. Essa foi, provavelmente, a última obra de implantação da empresa.

O contrato de Rio Grande, assim como o de Pelotas, previa a instalação de quatro chafarizes (Fig. 124). A fonte da praça Xavier Ferreira era o monumento mais elaborado, dentre as obras remanescentes na cidade de Rio Grande, assim como a Fonte das Nereidas, localizada ao centro da praça Coronel Pedro Osório, era o mais imponente dos chafarizes pelotenses.

<sup>598</sup> FALLA dirigida à Assembléa Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente Dr. João Pedro Carvalho de Moraes em primeira sessão da 16ª Legislatura. Porto Alegre: Typographia do “Rio-Grandense”, 1875, p.36.

<sup>599</sup> Ibid., p.46.

<sup>600</sup> RELATÓRIO da Directoria da Companhia Hydraulica Rio-Grandense apresentado à Assembléa Geral de Accionistas na sessão de 31 de julho de 1877. Rio Grande: Typ. do Artista, 1877, p.05.

<sup>601</sup> FALLA dirigida à Assembléa Legislativa da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente, dr. Felisberto Pereira da Silva, em a 1ª sessão da 18ª legislatura. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1879, p.15-16.

O viajante Arthur Leonino descreveu suas impressões sobre a praça Xavier Ferreira no século XIX, onde se localizava o Passeio Público.

No centro ergue-se um bonito chafariz, rodeado de numerosas fileiras de bancos, onde nas noites amenas reúnem-se os passeantes para palestrar, enquanto grupos faceiros de gentis donzelas e cavalheiros passam daqui para ali, num completo vai-e-vem. Às quintas-feiras e domingos uma banda de música anima aquele local, tocando alegres peças, até às 8 horas da noite<sup>602</sup>.



Figura 124: Chafarizes de Rio Grande  
Chafarizes da praça Xavier Ferreira, da praça Tamandaré (lago) e da praça da Santa Casa de Misericórdia.

Fonte: acervo pessoal, fevereiro 2006.

Da mesma forma que ocorreu em Pelotas, as dificuldades iniciais para a instalação do sistema de água encanada na cidade de Rio Grande também foram significativas, e ocorreram não só com a execução da obra, mas incluíram também questões financeiras. O atraso no pagamento de juros às companhias era recorrente, e estava relacionado, geralmente, a problemas na prestação de contas.

A província condicionava o pagamento dos juros à aprovação de contas, exigindo esclarecimentos das empresas. Mas, apesar desses impasses, a expectativa do governo era de que em 1877-78 a empresa rio-grandina já estivesse em condições de pagar seus dividendos, isentando o governo do pagamento dos juros<sup>603</sup>.

## AS SIMILARIDADES ENTRE OS PROJETOS DE ABASTECIMENTO DE PELOTAS E RIO GRANDE

A documentação pesquisada permitiu que se averiguasse uma série de questões que permearam o surgimento das companhias hidráulicas de Pelotas e de

<sup>602</sup> LEONINO, Arthur. *Impressões de viagem*. O Rio Grande do Sul tal qual é. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1881, p.09.

<sup>603</sup> FALLA dirigida à Assembléa Legislativa da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo 2º vice-presidente, dr. João Dias de Castro em a 1ª sessão da 17ª legislatura. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1877, p.58.

Rio Grande. Inicialmente, os empreiteiros das obras foram os mesmos: em Pelotas, Hygino Corrêa Durão assinou um contrato individual; em Rio Grande, associou-se a João Frick. Os indícios nos levam a crer que Hygino responsabilizou-se pela aquisição do material para as obras, já que uma parte significativa da correspondência estabelecida entre os empresários e o Governo da Província era assinada por Frick, procurador de Durão na Hidráulica Rio-Grandense. Na empresa pelotense seu procurador foi Custódio Echague, indicado por Hygino Durão que “teve de ausentar-se para a Europa desde os primeiros dias de janeiro”<sup>604</sup>.

As obras foram executadas simultaneamente nas duas cidades, e as avaliações por parte do governo tratavam sempre das duas companhias, fosse na correspondência entre os órgãos governamentais (repartição de obras públicas e governo), fosse entre esses e os empreiteiros e/ou responsáveis pelas empresas (diretores e gerentes).

Entre os documentos mais significativos sobre as obras encontra-se o memorial descritivo encaminhado à Presidência da Província<sup>605</sup>, elaborado por engenheiros estrangeiros e assinado por Durão e Frick. O documento, contendo as indicações que acompanham as plantas e os orçamentos de ambas as empresas, foi elaborado, e provavelmente redigido, pelos engenheiros R. B. Bell<sup>606</sup> e D. Miller, de Glasgow, Escócia. Os originais, assim como os projetos (três plantas de cada companhia) não foram encontrados; o registro existente é uma tradução apresentada ao governo pelos empreiteiros.

O memorial descrevia as obras das duas empresas: os itens comuns tratavam de especificar os terrenos e a forma de captação de água (assim como o nivelamento e a distância dos pontos de abastecimento), a canalização, o depósito, os chafarizes e o orçamento da obra. Em Rio Grande abordavam aspectos específicos relativos à galeria de infiltração e às máquinas e bombas e, em Pelotas, aos depósitos de clarificação e à quantidade de água.

No caso de Pelotas, o memorial atestava que o nivelamento e a distância, da represa no arroio Moreira até a porta do Teatro (chão do largo do Imperador<sup>607</sup>), possuíam altura suficiente para o abastecimento de água aos sobrados da cidade. O relatório do fiscal, por sua vez, julgava exagerados os dados apresentados sobre esse

---

<sup>604</sup> RELATÓRIO da Directoria da Companhia Hydraulica Pelotense apresentado a Assembleia Geral de Accionistas em 31 de julho de 1872. Rio Grande: Typ. do Echo do Sul, 1872, p.04.

<sup>605</sup> INDICAÇÕES que acompanham as plantas das Empresas Hidráulicas do Rio Grande e Pelotas apresentadas pelos concessionários Hygino Corrêa Durão e João Frick, em 09 de dezembro de 1871. Infelizmente as plantas a que se refere o documento não foram localizadas no acervo do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

<sup>606</sup> Barreto refere-se a Robert Bruce Bell, antigo presidente do *Institute of Civil Engineering* da Escócia, como autor de um parecer sobre as hidráulicas de Pelotas e Rio Grande (BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-riograndense: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul*. Volume 1. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1976, p.121 e 543).

<sup>607</sup> Teatro Sete de Abril, atual praça Coronel Pedro Osório.

nivelamento<sup>608</sup>. O memorial nos leva a supor que, na década de 1870, Pelotas ainda não possuía edificações com mais de dois pavimentos ou que, se já existissem, não se contemplava o abastecimento nos níveis mais elevados dessas edificações<sup>609</sup>.

O projeto de Pelotas previa a execução de um depósito de clarificação de três mil metros cúbicos, volume que garantiria tempo suficiente para a água clarificar-se antes de ser consumida na cidade. Os tanques poderiam estar divididos em três unidades de mil litros, em duas de mil e quinhentos litros, ou em dois tanques, um com mil e outro com dois mil litros. Os engenheiros alertavam para a possibilidade de alteração do local sugerido para a instalação dos tanques pois “não fará diferença alguma no todo da obra se tiver que se alterar a posição pela natureza do terreno caso em que venha a encontrar-se rochedo que impossibilite essa disposição”<sup>610</sup>. Mas, ao mesmo tempo em que eram flexíveis quanto à localização e à capacidade dos reservatórios, argumentavam que

não consideramos possível outra canalização que não seja a de ferro fundido galvanizado pela patente do Dr. Angus Smith, e que é hoje o único e exclusivo sistema adaptado para todas as obras hidráulicas, embora o seu custo seja mais elevado no preço primitivo do material, há mais simplicidade e barateza na colocação [...] não consideramos obra perfeita senão a que seja feita com os tubos de ferro fundido<sup>611</sup>.

Talvez essa afirmativa exagerada deva-se ao fato da tubulação de Pelotas não estar previamente definida em contrato, deixando margem para questionamentos. O fato é que a ênfase desse argumento deve ter ocasionado tanto o parecer do engenheiro fiscal quanto o ofício do diretor da Repartição de Obras Públicas que, além de optarem pelos três tanques de mil litros, posicionaram-se veementemente contra o sistema sugerido pelos engenheiros escoceses.

Não me conformo com a opinião do concessionário em relação ao sistema tubular de canalização. É sem dúvida alguma uma proposição temerária a que avança em favor dos tubos de ferro galvanizado de Angus Smith [...] eu indicaria os tubos Chameroy pelas vantagens que tem sobre todos os outros, os quais o tornam uma empresa privilegiada<sup>612</sup>.

O diretor apresentava todas as vantagens deste sistema, tratando de questões como oxidação, resistência, facilidade de colocação, custo e emprego em outras localidades. Buscava afirmar a sua superioridade ressaltando que os tubos Chameroy tem “aplicação quase universal”<sup>613</sup> e que foram utilizados em Paris, Lyon, Marselha, Toulouse, Turim, São Paulo e Porto Alegre, entre outras cidades. Sua contestação

<sup>608</sup> PARECER encaminhado pelo Diretor da Repartição de Obras Públicas ao Presidente da Província, Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, em 02 de janeiro de 1872.

<sup>609</sup> Um dos exemplares de três pavimentos que se insere nesse contexto é a residência do barão da Conceição, localizada na esquina das ruas Quinze de Novembro e Voluntários da Pátria.

<sup>610</sup> INDICAÇÕES que acompanham as plantas das Empresas Hidráulicas do Rio Grande e Pelotas apresentadas pelos concessionários Hygino Corrêa Durão e João Frick, em 09 de dezembro de 1871, p.03.

<sup>611</sup> Ibid., p.03

<sup>612</sup> PARECER. Op Cit.

<sup>613</sup> Ibid.

argumentava ainda que o sistema Angus Smith pode ter sido aplicado em algum local, “como por exemplo em uma parte do monumental encanamento de Glasgow”<sup>614</sup>, mas esse aspecto não mudava sua opinião a respeito da superioridade dos tubos Chameroy.

O dimensionamento da tubulação principal foi estipulado para uma população de doze a quatorze mil habitantes. Mas, considerando o aumento populacional, foi previsto que, mesmo que esse número duplicasse, a rede contemplaria o volume de oitenta litros de água por habitante por dia. O texto estabelecia essa garantia considerando que “o seu progresso e desenvolvimento tem sido tão rápido nestes últimos anos, que não pode deixar de preparar-se tudo para um futuro de aumento proporcional”<sup>615</sup>. O traçado da canalização parcial não foi estabelecido, em função da necessidade da Câmara Municipal definir a localização dos chafarizes.

As análises sobre a vazão do arroio Moreira mostraram que este proporcionava um volume cinco vezes superior aquele necessário para abastecer a cidade, ressaltando-se que “é este um dos assuntos mais importantes, e que temos a maior satisfação de indicar em abono do projeto da obra”<sup>616</sup>.

Em Rio Grande, a proposta de abastecimento consistia na extração de água do terreno situado além das trincheiras, com uma área de quatro mil metros (de comprimento) por dois mil metros (de largura). Mas o terreno possuía uma inflexão, a uma distância de mil trezentos e setenta metros das trincheiras, que impossibilitava a largura estipulada de dois mil metros. Como a península, nesse local, possuía apenas mil e duzentos metros de comprimento, essa dimensão foi alterada, sem comprometer o sistema de drenagem.

Além disso, a proximidade do cemitério contribuía para o receio da população quanto à qualidade da água. O projeto ampliou as distâncias entre o local de captação e o campo santo, afastando-os mil e seiscentos metros, de forma a tranquilizar a opinião pública (e provavelmente evitar resistências futuras ao novo sistema de abastecimento).

A proposta previa a instalação de galerias de infiltração que convergiam a uma cisterna circular, sobre a qual seria instalado o reservatório superior, para onde a água era bombeada. O diâmetro da canalização geral foi o mesmo determinado para Pelotas, com a diferença de que, neste caso, o traçado e os pontos de abastecimento já haviam sido definidos no aditamento do contrato.

---

<sup>614</sup> PARECER encaminhado pelo Diretor da Repartição de Obras Públicas ao Presidente da Província, Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, em 02 de janeiro de 1872.

<sup>615</sup> INDICAÇÕES que acompanham as plantas das Empresas Hidráulicas do Rio Grande e Pelotas apresentadas pelos concessionários Hygino Corrêa Durão e João Frick, em 09 de dezembro de 1871, p.04.

<sup>616</sup> Ibid, p.05.

As duplicatas das plantas de ambas empresas, aprovadas pelo governo, foram remetidas em fevereiro de 1872 pelos concessionários<sup>617</sup>. As similaridades entre as empresas mantêm-se durante a realização das obras, cuja execução foi responsabilidade de Adam Primorose, delegado dos engenheiros de Glasgow, tanto na Hidráulica Rio-Grandense como na Pelotense, onde trabalhou juntamente com Frederico Heinszen<sup>618</sup>.

Quanto ao material necessário para a implantação das obras, os contratos previam a isenção de impostos de importação. Nesse sentido, percebe-se que as obras, apesar das diferenças, mantinham semelhanças inclusive quanto à aquisição de material, já que as solicitações de isenções, apresentadas ao governo pelas diretorias das empresas, são do mesmo mês, distando apenas quatro dias uma da outra<sup>619</sup>.

#### A COMPANHIA HIDRÁULICA GUAHYBENSE

A Companhia Hidráulica Guahybense foi fundada em 1877 (Fig.125 e 126)<sup>620</sup>. Sua particularidade reside no fato de se tratar de um empreendimento destinado a suprir com água potável os domicílios, ou seja, não contemplava no seu projeto a instalação de pontos públicos de coleta de água (chafarizes e bicas).



Figura 125: Hidráulica Guahybense. Jardins e ponte

Fonte: COSTA, Alfredo da (Org.). *O Rio Grande do Sul* (completo estudo sobre o Estado). Obra histórica, descritiva e ilustrada. Volume I. Porto Alegre: Oficinas Graphics da Livraria do Globo/Barcellos, Bertaso & Cia., 1922, p.175.

O abastecimento compreendia os domicílios localizados na região onde se pagava a décima urbana, e o custo do serviço era calculado em função do valor dos aluguéis: os imóveis de valor locatício de até 20.000 réis mensais pagavam 2.000 réis pelo abastecimento e, os de valor mais elevado, 3.000 réis.

<sup>617</sup> OFÍCIO encaminhado pelos concessionários das Empresas Hydráulicas de Rio Grande e Pelotas ao Presidente da Província, Jeronymo M. Figueira de Mello, em 07 de fevereiro de 1872.

<sup>618</sup> RELATÓRIO da Companhia Hidráulica Rio-Grandense apresentado à Assembléa Geral dos Acionistas na sessão de 22 de julho de 1873. Rio Grande: Typ. Echo do Sul, 1873, p.07. RELATÓRIO da Directoria da Companhia Hydraulica Pelotense apresentado a Assembleia Geral de Accionistas em 31 de julho de 1872. Rio Grande: Typ. do Echo do Sul, 1872, p.06.

<sup>619</sup> CORRESPONDÊNCIA enviada pela Diretoria da Companhia Hidráulica Pelotense ao Presidente da Província João Pedro Carvalho de Moraes, com relação do material necessário às obras em anexo. Pelotas, 13 de julho de 1874. CORRESPONDÊNCIA enviada pela Diretoria da Companhia Hidráulica Rio Grandense ao Presidente da Província João Pedro Carvalho de Moraes, com relação do material necessário às obras em anexo. Rio Grande, 09 de julho de 1874.

<sup>620</sup> O decreto nº 9.735, de 26 de março de 1877, aprovou os estatutos da Companhia Hydraulica Guahybense e a autorizou a funcionar.



Figura 126: Companhia Hidráulica Guahybense. Escritório, torre e jardins  
 Fonte: LIMA, Olympio de Azevedo (Org.). *Dados estatísticos do Município de Porto Alegre*. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da “Livreria do Commercio”, 1912, Ilustrações.

O contrato estabelecia o compromisso da empresa fornecer água potável e filtrada, pelo período de vinte anos. O projeto estabelecia o sistema de funcionamento e de captação de água que consistia

na construção no rio Guahyba de um ou mais poços ou tanques com o material mais conveniente, sendo estes cobertos com uma grade de ferro, indo a estes poços ou tanques um tubo aspirador pelo qual será conduzida e elevada a água, por meio de duas ou mais bombas, movidas por duas ou mais máquinas a dois ou mais reservatórios filtrantes, que serão situados em localidades de onde se possa fazer a distribuição d’água por toda a cidade por meio de encanamentos de ferro fundido coaltarizado ou batido betuminoso, devendo funcionar independentemente a máquina à vapor e bem assim os reservatórios de modo a nunca ser interrompido o suprimento d’água a todos os concessionários<sup>621</sup>.

Além disso, não se permitia a captação das águas dos arroios Sabão, Cascata e Riacho, e determinava-se o fornecimento gratuito para repartições públicas gerais, provinciais e municipais, para a Santa Casa e o Hospício São Pedro, assim como para o serviço de extinção de incêndios (anteriormente atendido pelos aguadeiros) e para a irrigação das praças e ruas da cidade. Apesar de ser posterior as demais empresas hidráulicas implementadas no período, a Guahybense também não incluía em seu contrato um sistema de tratamento de esgotos.

### 3.3 A MANUTENÇÃO DA REDE DE ÁGUA ENCANADA EM PELOTAS

#### A QUESTÃO FINANCEIRA: O PAGAMENTO DOS DIVIDENDOS AOS ACIONISTAS

Por que será? Ao passo que os acionistas da Companhia Hydraulica Pelotense há dois semestres não recebem os juros devidos, os da Hydraulica Rio-Grandense regalam-se em embolsar a quantia correspondente ao semestre findo em 30 de Junho passado, conforme se depreende da seguinte declaração publicada pelos Srs. directores Ernesto José Lins e João Kohler: “Convida-se aos Srs. acionistas da Companhia Hydraulica Rio-Grandense, da 1° e da 2° emissão, a virem receber, no escritório da companhia à rua Pedro II n° 12, os juros de suas ações, correspondentes ao semestre findo em 30 de junho passado”. Não haverá quem nos diga: Porque será?

<sup>621</sup> COMPANHIA HYDRAULICA GUAHYBENSE. *Estatutos*. Decreto autorisando a Companhia a funcionar. Contracto celebrado entre a Câmara Municipal e o engenheiro civil José Estácio de Lima Brandão. Aditivo da lei provincial que aprovou e modificou o contracto. Relação alfabética dos accionistas fundadores. Porto Alegre: Oficinas Typographicas da Federação, 1877, p.25.

Hydraulica Pelotense – Temos escutado freqüentes queixas dos acionistas da Companhia Hydraulica Pelotense a propósito da falta de pagamento, há mais de ano, dos respectivos juros. Observa-se tal confusão nos negócios da companhia, diz-se tanta coisa pró e contra à administração, que bem necessário se torna, da parte de quem competir, uma explicação que tranquilize os ânimos e justifique essa demora extraordinária na distribuição dos juros vencidos. Da gerência ou diretoria aguardamos os convenientes esclarecimentos a respeito<sup>622</sup>.

O atraso no pagamento dos juros devidos aos acionistas foi um dos principais problemas financeiros enfrentados pela empresa pelotense. Um dos motivos que levou a província a conter o pagamento foi o atraso na entrega das obras, que tinham previsão de serem concluídas em trinta meses. A demora na instalação do último chafariz levou a província a reter os pagamentos dos juros.

Além disso, outros problemas relativos à prestação de contas geravam atrasos freqüentes no repasse das verbas. Em março de 1873, o relatório da província salientava que aguardava a prestação de contas da companhia, enfatizando a necessidade da apresentação de contas detalhadas e documentadas das despesas já realizadas (incluindo as datas) com o intuito de verificar se as quantias tiveram efetiva e imediata aplicação nas obras.

A empresa reclamava o pagamento dos juros do ano de 1873, fato que levou o governo a enviar um engenheiro fiscal para examinar o emprego do capital da empresa. Este destacava que os valores foram efetivamente investidos em obras realizadas e a realizar, no material utilizado e naquele que se encontrava em depósito. Em virtude deste parecer o governo autorizou o pagamento dos juros relativos ao primeiro e segundo semestres de 1872 e ao primeiro semestre de 1873. Em fevereiro de 1875 foram liberados os juros relativos ao segundo semestre de 1874 e ao primeiro e segundo semestres de 1875, devido ao término das obras previstas no contrato, com a colocação do último chafariz.

Entre as exigências do governo para o pagamento dos juros estava a imposição de que a empresa não poderia ser gerida pelo empreiteiro das obras. As alegações do gerente para se manter no cargo fundamentavam-se no fato de que as obras foram entregues ao governo em seis de abril de 1874, e que a nomeação do gerente ocorreu em trinta de julho de 1874, dois meses após o término das obras.

O ano de 1875 foi perpassado pelas dificuldades para a implementação do sistema e pelas críticas constantes da imprensa local. Em meados de março o Correio Mercantil alertava sobre a falta de material para colocação de novas penas d'água<sup>623</sup>, situação que, além de causar prejuízo à população, onerava a província, já que a

<sup>622</sup> CORREIO MERCANTIL, 26 de agosto de 1875, p.01.

<sup>623</sup> Id., 13 de março de 1875, p.01. Id., 21 de março de 1875, p.01. Id., 10 de abril de 1875, p.01.



companhia não aumentava seus rendimentos e continuava a receber a garantia de juros do governo. No mês seguinte o serviço começou a ser executado.

Nesse momento percebe-se novamente a relação existente entre as companhias de Pelotas e de Rio Grande, já que a imprensa noticiava que “estando quase concluída a colocação das penas d’água até hoje reclamadas, parece que existem intenções de fazer seguir para o Rio Grande o pessoal empregado nesse trabalho, afim de entregar-se ali a idênticas ocupações”<sup>624</sup>.

Além da questão administrativa, o governo exigia a contratação de um guarda para o chafariz da praça Domingos Rodrigues e de um efetivo para a Torre do Depósito. No relatório de 1876 (e nos seguintes) já apareciam as despesas efetuadas com pagamento de pessoal e o cumprimento destas exigências (Tabela 1).

Tabela 1: Demonstrativo das despesas relativas a pagamento de pessoal da Companhia Hidráulica Pelotense.

Fonte: Relatório apresentado pelo gerente à Directoria da Companhia Hydráulica Pelotense correspondente ao semestre de 1º de janeiro a 30 de junho de 1877. Pelotas: Typ. do Correio Mercantil, 1877 (adaptado pela autora).

Funcionário	Ordenado mensal
Gerente	300\$000
Guarda da Represa e Tanques	200\$000
Guarda-livros (contador)	100\$000
Guarda da Torre do Depósito	50\$000
Guarda da Válvula de Pipas	40\$000
Guarda das Válvulas de Incêndio	30\$000
Guarda do Chafariz da praça Domingos Rodrigues	30\$000
Guarda do Chafariz da Santo Ignácio (atual rua Gomes Carneiro)	30\$000
Guarda do Chafariz da praça Pedro II (atual praça Coronel Pedro Osório)	30\$000
Guarda do Chafariz da Igreja (atual praça José Bonifácio)	30\$000
Valor dos ordenados mensais da CHP (relativos ao 1º semestre de 1877)	840\$000

As dificuldades em cumprir as determinações da província aumentavam cada vez mais: a gerência relatava a exigência governamental de estabelecer-se um imposto sobre as penas d’água, que deveria incluir um controle com o nome do usuário e o endereço (rua e número da casa), bem como o valor pago pelo serviço.

A administração da empresa tornava-se cada vez mais difícil para Echague: a fala do Presidente, em 1877, revelava o parecer do governo sobre a empresa, destacando que, segundo a diretoria de fazenda (responsável pela garantia dos juros pagos semestralmente à empresa) a companhia parecia “obstinada em exigências absurdas para com a fazenda em relação ao seu contrato, e até descuidada em seus legítimos interesses, criando vícios na percepção de sua renda natural, o que também afeta os interesses da fazenda”<sup>625</sup>.

<sup>624</sup> CORREIO MERCANTIL, 23 de abril de 1875, p.01.

<sup>625</sup> FALLA dirigida à Assembléa Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo 2º Vice-Presidente, Dr. João Dias de Castro em a 1ª sessão da 17ª legislatura. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1877, p.08.

Em relação às despesas da empresa, a aquisição do terreno do quarto chafariz também gerou discordâncias entre a província e a companhia. A compra do terreno, assim como as dívidas contraídas com Hygino Durão (relativas à aquisição de móveis e salários de empregados) foram glosadas pela fazenda provincial. Nesse período de discussões com o governo sobre a glosa de contas, aparecia no relatório da empresa uma despesa com honorários advocatícios. E, entre as sugestões do gerente, eram reforçadas a necessidade da reforma dos estatutos e a importância de aumentar a colocação de penas, para se obter maiores rendimentos e liberar o governo do pagamento dos juros, levando a empresa a adquirir autonomia em seus atos. O relatório apresentava uma estimativa de rendimento que previa que, em pouco tempo, o lucro da empresa ultrapassaria o valor dos juros garantidos pela província<sup>626</sup>. Mas essa situação ocorreu de fato somente treze anos após, em 1880, quando os rendimentos da empresa superaram os 7% ao ano garantidos pelo governo<sup>627</sup>.

Os problemas administrativos culminaram com o afastamento de Custódio Echague da gerência da Companhia Hidráulica. Sua conduta em relação à empresa vinha gerando comentários do governo quanto à sua administração: mas foi na assembléia de meados de 1877 que a situação se agravou e a empresa passou ao comando de um gerente interino<sup>628</sup>.

#### A INSTALAÇÃO DA REDE: A TRAVESSIA DA PONTE DO ARROIO SANTA BÁRBARA

Entre as obras hidráulicas de Pelotas, a passagem da tubulação de água encanada sobre a ponte do arroio Santa Bárbara foi uma das intervenções polêmicas do período. O arroio foi, durante muito tempo, o limite ao desenvolvimento urbano na região oeste da cidade. Junto a seu curso foi implantado, na década de 1880, o traçado da estrada de ferro Rio Grande – Bagé.

A ponte facilitava a ligação da cidade com a zona rural, em direção a Serra dos Tapes: foi construída pela Câmara Municipal, com o apoio da província. A construção era uma estrutura mista de ferro e pedra, cujo projeto foi concebido por Guilherme Ahrons. Um dos impasses gerados no decorrer das obras do sistema de água encanada referiu-se a transposição da canalização sobre esta ponte. Em dezembro de 1872 a Câmara encaminhava à província a solicitação de transposição apresentada

<sup>626</sup> Os rendimentos estavam próximos aos 35.000\$000 pagos pelo governo como garantia ao capital da empresa.

<sup>627</sup> RELATORIO com que o exm. sr. dr. Carlos Thompson Flores passou a administração da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao 3º vice-presidente, o exm. sr. dr. Antonio Corrêa de Oliveira, a 15 de abril de 1880; este ao exm. sr. dr. Henrique Ávila a 19 do mesmo mez, e falla com que o ultimo abriu a 2ª sessão da 18ª legislatura Assembléa Provincial no dia 1º de maio de 1880. Porto Alegre: Typ. A Reforma, 1880.

<sup>628</sup> As discussões e as trocas de acusações entre Custódio Echague e Antônio Job foram veiculadas pela imprensa local (CORREIO MERCANTIL, 15 de julho de 1877, p.01; Id., 17 de julho de 1877, p.01; Id., 19 de julho de 1877, p.02; Id., 21 de julho de 1877, p.01; Id., 26 de julho de 1877, p.01; Id., 04 de agosto de 1877, p.01-02; Id., 08 de agosto de 1877, p.02).

pelo gerente da empresa, e recebia como resposta, em fevereiro de 1873, que não era permitida a instalação da canalização sobre a ponte, mas fora de seu parapeito<sup>629</sup>.

Quando recebeu a solicitação de Durão para executar o serviço, a Câmara comunicou-lhe a posição contrária do governo. Mas, como o empreiteiro recorrera a este simultaneamente, a Câmara recebeu nova correspondência, notificando que fora requerida e concedida a permissão para a realização da obra, informando que o engenheiro fiscal indicava que não havia inconvenientes quanto a sua realização<sup>630</sup>.

Em correspondência de doze de dezembro<sup>631</sup> a Câmara foi novamente comunicada sobre a decisão provincial e, no dia vinte e dois do mesmo mês, o assunto voltava à pauta da reunião. Na referida sessão leu-se o ofício do governo, concedendo licença a Hygino Corrêa Durão; contrários a essa decisão, e sendo a Câmara de opinião que essa concessão era “prejudicial à arcada da dita ponte pelas razões expandidas no ofício sob nº 259 de 5 de fevereiro deste ano, manda cumprir a ordem da Presidência sem responsabilizar-se pelas conseqüências e prejuízos que dessa ordem possam sobrevir”<sup>632</sup>.

Além disso, o presidente da Câmara decidiu “nomear uma comissão que recaiu nos senhores vereadores Garcia e Sousa, acompanhados do respectivo engenheiro para assistirem a colocação dos tubos afim de que o serviço seja feito do modo menos prejudicial à mesma ponte”<sup>633</sup>.

O impasse finalizou-se com a autorização da Presidência da Província para que o encanamento passasse por cima da ponte, por baixo do calçamento e junto a uma de suas cortinas laterais: mas as preocupações da Câmara com os serviços executados pelos empreiteiros não finalizaram neste episódio.

Em de abril de 1874 o problema relativo à execução das obras voltava à tona, com a discussão sobre o péssimo serviço de calçamento que era realizado pelas companhias hidráulica e de gás, acionando-se os meios legais para o embargo das obras até que o calçamento fosse repostado em seu estado antigo<sup>634</sup>.

As reclamações não partiam somente dos vereadores, mas também dos empreiteiros: em dezembro de 1873 o gerente da Companhia Ferro Carril enviava correspondência à Câmara Municipal reclamando sobre a qualidade dos serviços executados pela Hidráulica Pelotense, que colocava em risco a circulação dos carros da sua empresa. Nesse documento sugeria que a Câmara obrigasse “a referida

---

<sup>629</sup> ATAS da Câmara Municipal de Pelotas. Sessão de 15 de fevereiro de 1873.

<sup>630</sup> CORRESPONDÊNCIA da Secretaria de Governo, em Porto Alegre, Artur Teixeira de Macedo, à Câmara Municipal de Pelotas, 10 de setembro de 1873.

<sup>631</sup> CORRESPONDÊNCIA da Secretaria de Governo em Porto Alegre à Câmara Municipal de Pelotas, 12 de dezembro de 1873.

<sup>632</sup> ATAS da Câmara Municipal de Pelotas. Sessão de 22 de dezembro de 1873.

<sup>633</sup> Ibid. Sessão de 22 de dezembro de 1873.

<sup>634</sup> Ibid. Sessão de 24 de abril de 1874.

Companhia Hydraulica a trabalhar por seções na colocação dos tubos, de maneira que quando for trabalhar em uma já a outra seção esteja quase aterrada”<sup>635</sup>.

#### DE EQUIPAMENTO A ADORNO: A OBSOLESCÊNCIA DOS CHAFARIZES

Alguns anos após a instalação dos chafarizes, a Companhia Hidráulica Pelotense decidia arrendá-los, já que haviam se tornando um problema e uma fonte de despesas para a companhia. Em Porto Alegre, no ano de 1876, o movimento dos chafarizes continuava a crescer lentamente<sup>636</sup>. Mas em Pelotas, o relatório de Antônio Cândido apontava a diminuição do consumo, considerando que tratava de

procurar os meios de sanar este serviço tão prejudicial à companhia. Neste sentido submeti à vossa consideração, a idéia de serem os chafarizes arrematados, correndo a despesa de seu custeio por conta do arrematante [...] As causas que concorrem para a diminuição que se nota todos os semestres na renda dos chafarizes, são o aumento da colocação de penas, e sobretudo, o abuso dos aguadeiros que enganam o povo vendendo água, que eles dizem ser dos chafarizes, quando a tiram das cacimbas de muitos quintais do Estaleiro; água estagnada e reconhecida como prejudicial à saúde<sup>637</sup>.

O declínio gradativo da venda de água nos chafarizes já era apontado por Echague na administração anterior, e tendia a aumentar. O novo gerente chamava a atenção para dois problemas sérios enfrentados pela empresa: o fato da companhia não ter o privilégio na comercialização de água potável e da Câmara Municipal não controlar, através de suas posturas, a qualidade da água vendida na cidade. Este abastecimento domiciliar, realizado pelos aguadeiros, foi uma prática comum nas cidades do século XIX.

Apesar de estarem instalados há menos de uma década, os chafarizes tornaram-se um problema para a Hidráulica, principalmente do ponto de vista financeiro. Em sua administração, além de arrendar os chafarizes, Job sugeria a instalação gratuita de penas d’água, como uma forma de aumentar os rendimentos da empresa.

Está exuberantemente provado que nem todos os proprietários ou inquilinos dispõem de meios para de uma só vez despendem o custo de uma pena d’água, que desejam ver colocada em seu domicílio, mas estão prontos e com boa vontade a pagar a mensalidade do consumo d’água<sup>638</sup>.

<sup>635</sup> CORRESPONDÊNCIA do gerente da Companhia Ferro-Carril de Pelotas à Câmara Municipal de Pelotas, 12 de dezembro de 1873.

<sup>636</sup> RELATÓRIO da Directoria da Companhia Hydraulica Porto Alegrense em 31 de janeiro de 1877. Porto Alegre: Typographia do Deutsche Zeitung, p.12.

<sup>637</sup> COMPANHIA HYDRÁULICA PELOTENSE. Relatório de julho a dezembro de 1877. Typografia do Correio Mercantil, p.05.

<sup>638</sup> O custo de instalação de uma pena d’água era de 40\$000. O gerente sugeria que os acionistas destinassem, sob forma de empréstimo, uma parcela dos dividendos para a despesa com a instalação e, ao mesmo tempo, solicitava ao governo que o rendimento destas penas, por dez meses, fossem destinados a amortizar o investimento. Dessa forma, a empresa aumentaria a sua arrecadação mensal e liberaria a província dos pagamentos dos juros de 7% mais rapidamente (COMPANHIA HYDRÁULICA PELOTENSE. Op. Cit., p.06-07). Nesse mesmo período Job estabeleceu

A solução, certamente, beneficiava os usuários com melhores recursos financeiros (que podiam arcar com os custos das mensalidades), apesar do gerente afirmar que contemplaria aqueles que não poderiam pagar pela instalação dos serviços. Apesar dos chafarizes serem financeiramente prejudiciais para a empresa, provavelmente uma parcela significativa da população ainda se abastecia nas fontes e utilizava o serviço dos aguadeiros. Esse fato pode ser percebido na forma como o relato da diretoria da empresa (recordando o seu período de implantação, após quinze anos de funcionamento) buscava relacionar as proporções da cidade com as formas de abastecimento d'água.

Havendo começado nossa empresa em 1872 a fornecer água a Pelotas, então uma medíocre cidade de 20.000 almas com 2266 prédios averbados [...] empregando seus moradores até essa época água de algibes, poços e cacimbas para beber e em sua maioria a água do Santa Bárbara para lavagem de roupa e outros misteres domésticos<sup>639</sup>.

O comentário da diretoria pretendia, com certeza, enfatizar o caráter empreendedor e visionário de seus fundadores, ao mesmo tempo em que buscava desqualificar as formas tradicionais de suprimento de água utilizadas no período e que, com certeza, ainda se mantinham na cidade.

Em relação às formas de abastecimento, Beguin comenta as vantagens da água encanada a domicílio sob dois pontos de vista: a influência da água corrente sob pressão nos hábitos domésticos e a supressão dos agrupamentos junto aos chafarizes públicos. Na Inglaterra, a vantagem da água corrente em relação ao sistema dos carregadores de água foi tratada pelo *First report of the commissioners for inquiring into the state of large towns and populous districts*, de 1844, onde se salientava que

a casa fica exposta aos carregadores a qualquer hora do dia, eles podem se ligar aos empregados e assim se apropriar das sobras de comida, quando não servem como intermediários de correspondências proibidas. Eles lotam as ruas para a inconveniência dos transeuntes [...] controla-se a circulação de pessoas privatizando a circulação da água [...] A água corrente a domicílio permite ganhar tempo, economizar forças, evitar o caminho que é preciso percorrer sempre para buscar água fora<sup>640</sup>.

Beguin discute a idéia de que a água encanada atuava como um mecanismo de controle sobre os indivíduos, tanto no âmbito privado quanto no coletivo: além das questões sanitárias, a individualização do consumo era perpassada por questões sociais.

---

contato com João Frick, gerente da Hidráulica Rio-Grandense, solicitando apoio caso a empresa necessitasse de material para manutenção da rede. No ano seguinte o gerente já comunicava a encomenda de material sobressalente para a empresa, junto à casa comercial dos Srs. Lawsen, Huxhan & C., de Rio Grande.

<sup>639</sup> COMPANHIA HIDRÁULICA PELOTENSE. Relatório do 2º semestre do anno de 1886. Pelotas: Impressão a Vapor do Correio Mercantil, 1887, p.02.

<sup>640</sup> *First report of the commissioners for inquiring into the state of large towns and populous districts*, London, 1844 apud BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. *Espaço & Debates*, São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, n. 34, 1991, p.45-48.

Em Pelotas, a administração de Pereira Sobrinho<sup>641</sup> continuou enfrentando problemas referentes à diminuição na venda d'água nos chafarizes, a escassez e a falta d'água (com interrupções no abastecimento) e a qualidade da água fornecida pela empresa.

Em relação à diminuição da venda nos chafarizes, o gerente informava que fora avisado pelo arrematante que não havia interesse na renovação do contrato “em conseqüência da grande diminuição na renda dos mesmos, ocasionada pelo aumento de colocação de penas”<sup>642</sup>, e que só continuaria se a companhia lhe fizesse um abatimento (que lhe foi concedido, renovando-se o arrendamento pela quantia anual de 150\$000). Apesar da proposta anterior indicar que o arrendamento incluiria as obras de manutenção, estas ainda permaneciam a cargo da empresa.

O Gráfico 1 mostra a diminuição do rendimento dos chafarizes e sua relativa estabilização em função dos arrendamentos constantes (Fig.127).

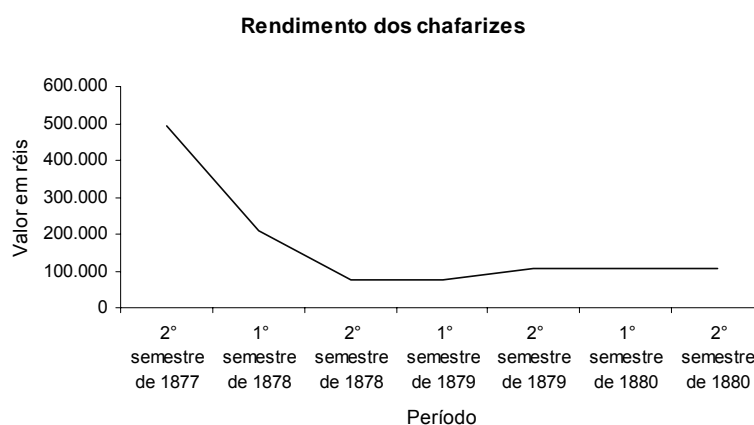


Figura 127: Demonstrativo da movimentação financeira dos chafarizes da Companhia Hidráulica Pelotense

Fonte: Relatórios da Companhia Hidráulica Pelotense, 2º semestre de 1877, 1º e 2º semestre de 1878, 1º e 2º semestre de 1879 e 1º e 2º semestre de 1880 (adaptado pela autora).

Na capital da província, Mulhall observou que “o suprimento de água é admirável; chafarizes jorram nas ruas e todas as casas possuem água encanada”<sup>643</sup>. Quanto aos chafarizes, o relato coincide com as informações da Hidráulica Porto-Alegrense, que demonstravam que o consumo nos chafarizes aumentava ou oscilava no período de 1869 a 1884, mas não causava preocupação financeira à empresa. Mas, quanto ao número de penas, percebe-se o exagero da informação, já que em

<sup>641</sup> A atuação de Pereira Sobrinho na Hidráulica Pelotense foi subsequente a de Antônio Cândido da Silva Job, durou quinze anos, iniciando em 1878 (interinamente) e estendendo-se até 1893. A análise do período em que permaneceu à frente da gerência foi estudada em dois intervalos: a fase de 1878 a 1880 e de 1881 a 1893. Em 1881 tiveram início os estudos voltados a resolver os problemas do abastecimento e 1893, além de ser o último ano desta administração, foi a data de conclusão das obras destinadas a resolver os problemas de falta d'água na cidade, que coincidia com o início da Revolução Federalista.

<sup>642</sup> HIDRÁULICA PELOTENSE. *Relatório de janeiro a junho de 1878*. Pelotas: Typografia do Diário de Pelotas, 1878, p.05. A colocação das penas era negociada entre a companhia e o empreiteiro, responsável pela instalação da canalização. No segundo semestre de 1876 a diminuição no preço da colocação ocasionou um aumento no número de pedidos, levando a empresa a constatar que o preço contratado com o prestador de serviço anterior era muito alto.

<sup>643</sup> MULHALL, Michael George. *O Rio Grande do Sul e suas colônias alemãs*. Porto Alegre: Bels, 1974, p.56-57.

1872 estavam instaladas 1569 unidades, para uma população de aproximadamente quarenta mil habitantes.

Quanto aos chafarizes, se comparamos o ano de 1869 (no qual os chafarizes renderam 5:522\$100) com o de 1873 (quando este rendimento anual caiu para 3:546\$540) percebemos uma tendência à diminuição do consumo. As informações semestrais do gráfico abaixo mostram um declínio nas vendas após 1873, que voltam a crescer em 1878. E nos anos seguintes, esta situação repete-se, apesar da criação da Hidráulica Guahybense (Fig.128).

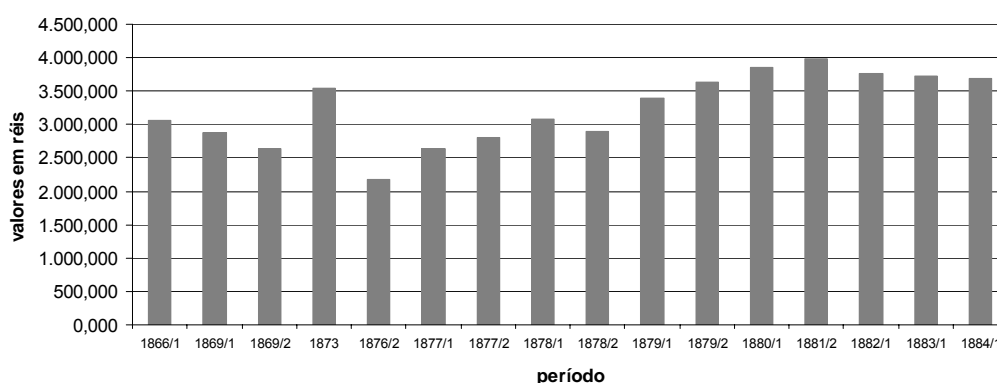


Figura 128: Rendimento semestral dos chafarizes da Companhia Hydraulica Porto-Alegrense<sup>644</sup>

Fonte: Relatórios da Companhia Hydraulica Porto-Alegrense relativos ao 2º semestre de 1876, 1º e 2º semestre de 1877, 1º e 2º semestre de 1878, 1º e 2º semestre de 1879, 1º semestre de 1880, 2º semestre de 1881, 1º semestre de 1882, 1º semestre de 1883, 1º semestre de 1884. Relatórios do Presidente da Província do Rio Grande do Sul Pereira Campos, em 31 de outubro de 1866. Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Carvalho de Moraes, 7 de março de 1874. Relatório com que o excellentissimo sr. dr. João Sertorio, presidente d'esta provincia, passou a administração da mesma ao exmº sr. dr. João Capistrano de Miranda e Castro, 1º vice-presidente, no dia 29 de agosto de 1870. Porto Alegre: Typ. do Rio Grandense, 1870 (adaptado pela autora).

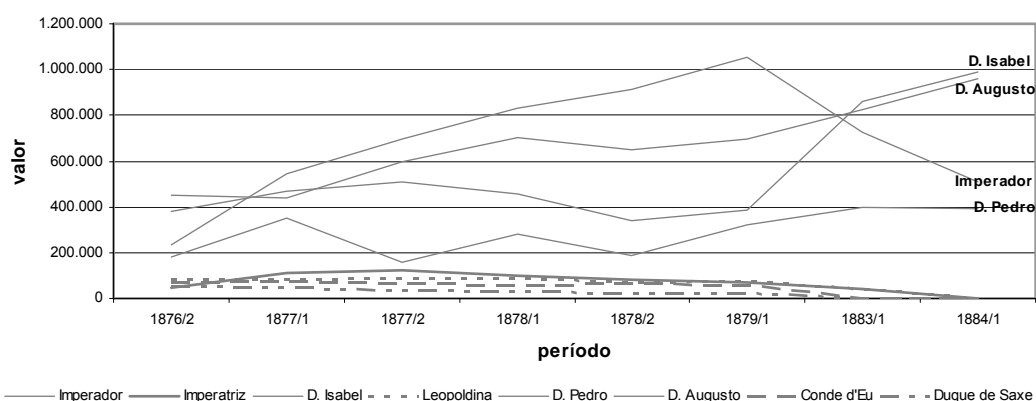


Figura 129: Rendimento individual dos chafarizes da Companhia Hydraulica Porto-Alegrense

Fonte: Relatórios da Companhia Hydraulica Porto-Alegrense relativos ao 2º semestre de 1876, 1º e 2º semestre de 1877, 1º e 2º semestre de 1878, 1º e 2º semestre de 1879, 1º semestre de 1880, 2º semestre de 1881, 1º semestre de 1882, 1º semestre de 1883, 1º semestre de 1884 (adaptado pela autora).

A Hidráulica Porto-Alegrense possuía oito chafarizes instalados na cidade, denominados pela empresa de Imperador (praça Pedro II), Imperatriz (praça da Alfândega), D. Isabel (praça do Portão), D. Leopoldina (praça da Caridade), D. Pedro

<sup>644</sup> O rendimento apresentado é referente ao semestre, exceto o ano de 1873, cujo valor é anual.

(campo do Bonfim), D. Augusto (praça General Osório), Conde d'Eu (praça Conde d'Eu) e Duque de Saxe (praça da Harmonia), além do chafariz localizado à rua Fernando Machado (antiga rua do Arvoredo)<sup>645</sup>.

O rendimento dos chafarizes permite supor quais as regiões mais movimentadas da cidade. Os chafarizes localizados nas praças Pedro II, do Portão e General Osório, no campo do Bonfim e na rua do Arvoredo foram os que apresentaram maior rendimento para a empresa ao longo dos anos. Mas, o abastecimento não devia ser regular, pelo que descrevia Oscar Canstatt sobre a fonte do largo do Portão

Uma das mais bonitas é a do Largo do Portão. Num tanque de mármore de tamanho considerável ergue-se um pedestal de bronze, sobre o qual, e acima de quatro grandes conchas há uma estatueta [...]. Infelizmente o tanque de mármore está quase sempre vazio, e as figuras, que deveriam jorrar água em cada bica, estão secas; em lugar de se aparar nelas, obtém-se a água para beber do encarregado, que mora perto, a troco de bom dinheiro<sup>646</sup>.

Nos relatórios não foi possível identificar o critério adotado pela empresa para a remoção dos chafarizes; mas, provavelmente, deve ter sido o lucro gerado pela comercialização de água, pois se percebe que os rendimentos daqueles que permaneceram eram bastante superiores ao movimento daqueles que foram retirados.

Talvez a sua localização interferisse nessa comercialização: essa é uma suposição para a remoção daqueles que estavam próximos a orla do Guaíba, na área central (praça da Alfândega, da Harmonia e Conde d'Eu) ou na crista da Matriz (praça da Misericórdia). Mantiveram-se, dessa forma, os chafarizes localizados no Alto da Bronze (praça do Portão) e da Matriz (praça Pedro II e General Osório), na cidade baixa (rua Fernando Machado) e no campo do Bonfim: os que restaram, provavelmente, receberam os usuários das fontes extintas, e garantiram um rendimento sem muitas oscilações para a empresa.

Em meados de 1882 a Hidráulica Porto-Alegrense relatava que os chafarizes mantinham-se com um rendimento estável e que, em alguns meses, tinham até diminuído. A empresa atribuía essa situação ao fato dos assinantes fornecerem água gratuitamente aos vizinhos e afirmava, “sem receio de errar, que cerca de mil casas nesta cidade não compram água, porque os concessionários de penas a fornecem gratuitamente, e não é possível evitar-se que pelo interior das casas, pelas áreas e pelos fundos dos quintais se pratique esse abuso”<sup>647</sup>.

<sup>645</sup> Atualmente praça Marechal Deodoro da Fonseca (Matriz), praça da Alfândega, praça Conde de Porto Alegre, praça Dom Feliciano (Santa Casa de Misericórdia), parque Farroupilha (Redenção), praça General Osório, praça Quinze de Novembro (Mercado) e praça Brigadeiro Sampaio. RELATÓRIO da Directoria da Companhia Hydraulica Porto Alegrense em 31 de janeiro de 1877. Porto Alegre: Typographia do Deutsche Zeitung.

<sup>646</sup> CANSTATT, Oscar. *Brasil: terra e a gente*, 1871. Brasília: Senado Federal: Conselho Editorial, 2002, p.401.

<sup>647</sup> RELATÓRIO da Directoria da Companhia Hydraulica Porto-Alegrense do semestre de janeiro a junho de 1882. Porto Alegre: Typographia da Deutsche Zeitung, 1882, p.05.



Em Porto Alegre, assim como em Pelotas, a quantidade de penas d'água instaladas aumentava gradativamente: o número de penas colocadas (em funcionamento) no primeiro semestre de 1869 era de 1082 unidades e, no segundo semestre, de 1170, perfazendo um total anual de 38:100\$150 réis<sup>648</sup>. Em 1873 esse número aumentou para 1822 penas, sendo 16 grátis<sup>649</sup>. O número de penas da capital gaúcha cresceu praticamente 80% em quatro anos.

As empresas hidráulicas buscavam incentivar o consumo de água encanada a partir da instalação domiciliar das penas d'água (em Pelotas, inclusive, promoveu-se a instalação gratuita de penas). Mas a falta de um mecanismo de controle fez com que, em seguida, fosse necessário buscar formas de regular este consumo, evitando os constantes furtos d'água denunciados pelas empresas.

#### A GREVE DOS AGUADEIROS: A PERSISTÊNCIA DE CARROÇAS, BARRIS, PIPAS E VASILHAMES

Apesar do acréscimo no número de penas domiciliares instaladas, uma parcela da população ainda utilizava a água dos chafarizes e o serviço dos aguadeiros: carroças, barris, pipas e vasilhames ainda faziam parte do cotidiano da cidade.

Em Pelotas, o início de 1877 caracterizou-se como um período polêmico, pautado em discussões na imprensa sobre a administração da companhia. A seca que ocorreu na província no início do ano contribuiu para agravar os problemas enfrentados pelo gerente da Companhia Hidráulica, Custódio Echague.

Apesar do nível do arroio Moreira não ter diminuído em virtude das condições climáticas, Echague determinou que se aumentasse o preço do barril d'água comercializado nos chafarizes de cem para duzentos e quarenta réis.

O aumento, considerado abusivo, levou alguns aguadeiros a desentulhar antigas cacimbas e a comercializar uma água de qualidade duvidosa. A imprensa noticiava que os aguadeiros “foram-se às velhas cacimbas, abriram outras novas encheram as pipas por aí em qualquer sanga e assim vão fornecendo água a população, uma água péssima, deteriorada pela ação do sol, pestilenta, nauseabunda e prejudicial á saúde”<sup>650</sup>.

O reajuste ocasionou uma paralisação dos aguadeiros: aqueles que não recorreram às velhas cacimbas protestaram, e interromperam o abastecimento d'água

<sup>648</sup> RELATORIO com que o excellentissimo sr. dr. João Sertorio, presidente d'esta provincia, passou a administração da mesma ao exmº sr. dr. João Capistrano de Miranda e Castro, 1º vice-presidente, no dia 29 de agosto de 1870. Porto Alegre: Typ. do Rio Grandense, 1870, p.44.

<sup>649</sup> RELATÓRIO do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Carvalho de Moraes, 7 de março de 1874, p.76.

<sup>650</sup> Correio Mercantil, 26 de janeiro de 1877, apud MONTONE, Annelise Costa; OLIVEIRA, Wagner Costa. *A outra face do progresso. A paralisação dos aguadeiros em 1877*. 2000. (Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo 5, Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, p.19

nos chafarizes da Hidráulica Pelotense. O relato do delegado de polícia à Câmara Municipal da cidade comunicava esse fato destacando que

quatro aguadeiros cujos nomes ignoro, limpam umas cacimbas que existem no estaleiro, nas imediações da casa de Guilherme Rodrigues de Carvalho, e daí tiram água para vender ao povo, por esta razão, os mais aguadeiros combinaram-se em mais não receber água da Hydraulica, até que aqueles quatro sejam obrigados a abandonarem as cacimbas, aonde nada lhes custa a água, e venham, como os mais, comprarem-na no chafariz. Levando este fato ao conhecimento de V. S<sup>a</sup>, rogo a V. S<sup>a</sup> mandar entulhar as mencionadas cacimbas, afim de que os aguadeiros, abandonando a greve, forneçam, como até aqui, água da Hydraulica<sup>651</sup>.

A imprensa criticou a atitude da empresa, já que o serviço dos aguadeiros atendia geralmente a uma parcela da população carente, que não possuía uma pena d'água e que não tinha escravos para buscar água nos chafarizes.

O Correio Mercantil salientava que era um equívoco acreditar que essa solução levaria os usuários a instalar penas d'água, criticava a atitude da administração da empresa e enfatizava que pedia “em nome da pobreza especialmente, que seja restabelecido o antigo preço da pipa d'água, afim de que os vendedores possam fornecê-la com abundância e sem sacrifício público”<sup>652</sup>.

Os aguadeiros publicaram um manifesto no Jornal do Comércio, esclarecendo a população sobre a situação do serviço.

Nós abaixo assinados, aguadeiros desta cidade, declaramos ao público em geral que deixamos ontem de suprir água para o consumo da cidade, em razão de nos ter sido aumentado o preço a 240 réis por pipa d'água. Declaramos mais estarmos prontos a botar água na mesma forma que até aqui, não excedendo o preço de 100 réis como até agora pagávamos, no caso contrário não poderemos seguir, pelas elevadas despesas que temos e pela muita água que vendemos fiado, que nos custa a receber e a maior parte não recebemos, tendo nós de pagar a água em dinheiro à vista<sup>653</sup>.

O Correio Mercantil argumentava que a atitude do gerente poderia ter dois motivos: ou pretendia aumentar a renda dos chafarizes (que, como comentamos anteriormente, estava diminuindo gradativamente) ou queria induzir os consumidores à colocação de penas em suas residências<sup>654</sup>. Nesse período a Companhia já enfrentava problemas relativos a entroncamentos clandestinos nas canalizações, situação que levou a empresa a nomear Carlos Zanotta como fiscal.

<sup>651</sup> CORRESPONDÊNCIA encaminhada pelo Delegado de Polícia Marcelino Antonio dos Santos à Câmara Municipal de Pelotas, 21 de janeiro de 1877.

<sup>652</sup> Correio Mercantil, 20 de janeiro de 1877, apud MONTONE, Annelise Costa; OLIVEIRA, Wagner Costa. *A outra face do progresso. A paralisação dos aguadeiros em 1877*. 2000. (Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo 5, Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, p.19.

<sup>653</sup> O texto era assinado por Salvador da Cunha, Francisco Dias, José Francisco Castro, Francisco Mendes Pereira, Rodrigo Vieira, Pascoal, Manoel Alves Ferreira, Valério e João Mendes da Silva. Jornal do Comércio, 21 de janeiro de 1877 apud Ibid., p.14-15.

<sup>654</sup> Não foi possível identificar nas fontes disponíveis até o momento como a situação foi resolvida.

As preocupações do poder público em regulamentar esse serviço não eram recentes, pois já apareciam em 1874, quando a empresa comunicava a conclusão da colocação dos primeiros chafarizes. Nesse período, a qualidade da água fornecida à população levou a Câmara a deliberar pelo fechamento de poços e cacimbas que existiam em várias partes da cidade, para que se evitasse a venda de água insalubre à população<sup>655</sup>.

Em maio deste ano a diretoria da empresa solicitava à Câmara que proibisse a venda particular de água potável aos habitantes, em função da instalação dos chafarizes (e a Câmara encaminhou consulta à Presidência da Província sobre os procedimentos a adotar)<sup>656</sup>. Em novembro de 1874 o assunto voltava à pauta, a partir da comunicação do delegado de polícia indicando que

a água que os aguadeiros fornecem a população desta cidade, é deteriorada, tornando-se necessário que esta Câmara providenciasse a respeito, para evitar semelhante abuso que pode trazer [ilegível] conseqüências: indicou o Senhor Presidente que tendo a Companhia Hydraulica desta cidade oferecido os chafarizes da referida empresa para se tirar água gratuitamente; que se fizesse público por edital a proibição da venda d'água, a não ser da Hydraulica ou da cacimba da lomba além do arroio Santa Bárbara<sup>657</sup>.

Mas parece que, apesar das preocupações da Câmara Municipal com a qualidade da água, a venda clandestina ainda ocorria na cidade, já que em alguns relatos a gerência da Hidráulica destacava que não possuía o privilégio da comercialização da água, sugerindo que havia outras formas de obtenção do produto na cidade.

As atenções da Câmara voltavam-se também para o fornecimento de água potável aos edifícios públicos: em 1876, destinava recursos para a instalação de uma pena d'água no edifício da municipalidade (que era alugado, e por isso necessitava de acordo com o proprietário ou seu procurador) e, em 1877, encaminhava ofício à empresa, solicitando o fornecimento de água potável nas torneiras existentes no centro do mercado público<sup>658</sup>.

O início de funcionamento da Companhia Hidráulica foi marcado por vários impasses, tanto com o governo da província quanto com os usuários, como se verificou nesta paralisação. A greve dos aguadeiros foi um deles, mas não significa que tenha sido o único: a prestação de contas ao governo, o repasse dos dividendos, a substituição do gerente (com discussões inflamadas publicadas pela imprensa), as interrupções no abastecimento e outros problemas perpassaram a trajetória da empresa e se refletiram no cotidiano da cidade.

---

<sup>655</sup> ATAS da Câmara Municipal de Pelotas. Sessão de 15 de abril de 1875.

<sup>656</sup> Ibid. Sessão de 28 de maio de 1874.

<sup>657</sup> Ibid. Sessão de 21 de novembro de 1874.

<sup>658</sup> FALA do Vereador Bernardo José de Souza à Câmara Municipal de Pelotas, 13 de julho de 1877. ATAS. Op Cit. Sessão de 03 de setembro de 1877.

## OS PROBLEMAS NO ABASTECIMENTO

Em 1875, a empresa pelotense havia instalado 396 penas, que rendiam o montante de 19:008\$000. O retorno dos investimentos obtidos com a instalação de penas d'água levou a empresa a ampliar o perímetro da cidade abastecido por água encanada, contribuindo, de certa forma, para a obsolescência dos chafarizes. A ampliação do capital da empresa, que passou a contabilizar 600:000\$000 (seiscentos contos de réis) em 1876, possibilitou esta ampliação da rede.

A instalação de novas penas causava problemas aos antigos usuários, que não eram avisados quanto às interrupções do abastecimento.

Queixam-se os possuidores de penas de não serem prevenidos, em tempo competente, de interrupção d'água, quando se torna mais preciso desviar o seu curso ou esgotar o encanamento respectivo para a colocação de mais penas. Com efeito, há nisso um grande inconveniente, porque a água cessa de correr, às vezes, exatamente na ocasião em que se torna mais necessária. Pedimos, pois, providências ao Sr. Gerente da companhia, afim de determinar que sejam com antecedência prevenidos os possuidores d'água quando tenham de fazer-se novas canalizações<sup>659</sup>.

Devido a essa situação, a empresa passou a publicar mensalmente o período (noturno) em que o abastecimento seria interrompido para a realização dos trabalhos<sup>660</sup>. Além dos comentários negativos quanto às interrupções, a companhia também era criticada quanto à qualidade do material empregado em algumas obras. A imprensa noticiava, em março de 1875, que deveriam

ficar prontas em pouco tempo as tampas de ferro batido, que tem de substituir as de ferro fundido nos registros de incêndio colocados em diversas esquinas, a fim de evitar que continuem a ser quebradas pelas grandes carretas que, infelizmente, ainda tem ingresso nas ruas da cidade<sup>661</sup>.

A Câmara pedia providências quanto à troca das tampas que se encontravam quebradas e que, segundo a empresa, seriam substituídas por outras de ferro batido. E, em julho, o jornal reiterava o estado destas válvulas de incêndio, declarando que

quebradas as tampas em uns e em outros sem elas, os buracos que ficam são um constante perigo para o trânsito público, muito especialmente de noite, quando a escuridão não permite evitá-lo. Parece que é o empresário dos trabalhos obrigado a atender a esta reclamação, fazendo colocar nesse registro tampas de ferro batido que resistam ao peso do trânsito<sup>662</sup>.

Em resposta a notificação da Câmara, a companhia reclamava quanto à depredação de seu patrimônio, destinado ao serviço público, e defendia-se argumentando sobre a colocação gratuita dessas válvulas.

<sup>659</sup> CORREIO MERCANTIL, 25 de abril de 1875, p.02.

<sup>660</sup> Id., 25 de abril de 1875, p.02; Id., 19 de maio de 1875, p.03; Id., 24 de junho de 1875, p.02; Id., 13 de julho de 1875, p.03; Id., 30 de julho de 1875, p.02.

<sup>661</sup> Id., 21 de março de 1875, p.01.

<sup>662</sup> Id., 17 de julho de 1875, p.02.

Parece pois suficientemente demonstrado que a colocação de válvulas para incêndios foi um melhoramento público de alta valia com que a Hydraulica Pelotense espontânea e gratuitamente dotou nossa cidade, elevando-a, nesta parte, a par das que marcham a frente do progresso de nosso século e que a II<sup>ma</sup> Câmara Municipal, que com tanto afincio pugna por que nossa cidade não decaia do posto honroso que assumiu, na marcha desse progresso, não será indiferente aos atos daqueles que já por ignorância de seus deveres sociais ou por maldades de espírito, se comprazem, destruindo intencionalmente tudo o quanto seja obra de serviço público<sup>663</sup>.

Além da depredação, a escassez e a falta de água (assim como a falta de controle sobre o consumo e as ligações clandestinas nas redes) foram alguns dos problemas enfrentados pela Hidráulica Pelotense. As publicações da empresa em jornais locais evidenciavam esses problemas<sup>664</sup>.

Hidráulica Pelotense

De ordem da diretoria da Companhia Hydraulica Pelotense previno que a mesma resolveu multar em 20\$000 rs aos possuidores de penas d'água que infringirem a condição 8<sup>a</sup> do contrato entre os mesmos e a companhia, a qual proíbe vender ou dar água da que lhes for fornecida, e isto em consequência dos abusos repetidos da parte de alguns dos mesmos possuidores.

Pelotas, 3 de maio de 1878. J.R. Pereira Sobrinho, gerente interino<sup>665</sup>.

O estudo de companhias hidráulicas semelhantes demonstrou que essa situação era recorrente no período de instalação dos primeiros sistemas de abastecimento.

Em Porto Alegre, a seca que ocorreu nos primeiros meses de 1877 ocasionou problemas no suprimento da capital. A Assembléia argumentava que a empresa hidráulica deveria ampliar o número de reservatórios, ou captar novos mananciais para suprir o abastecimento; a companhia, por sua vez, trazia à tona um problema que seria recorrente: enfatizava que a falta d'água era decorrente dos abusos e desperdícios provocados pelos usuários do serviço<sup>666</sup>. Os verões sempre causavam reclamações, questionamentos, dúvidas e incertezas quanto ao abastecimento de água potável.

Em Pelotas, a empresa utilizava uma série de estratégias para minimizar a falta d'água, mas a situação agravava-se pela falta de controle quanto à quantidade de água potável consumida por cada usuário. O relato do gerente apresentava as soluções paliativas empregadas pela companhia.

<sup>663</sup> CORRESPONDÊNCIA encaminhada pela diretoria da Companhia Hydraulica Pelotense à Câmara Municipal de Pelotas, 31 de dezembro de 1875.

<sup>664</sup> No início de suas atividades, a Companhia Hidráulica Pelotense utilizava os periódicos Correio Mercantil e Jornal do Comércio para veicular junto ao público informes administrativos. As contas das penas d'água também eram impressas pelo último (RELATÓRIO correspondente ao semestre de 1 de janeiro a 30 de junho de 1876 apresentado pelo gerente à diretoria da Companhia Hydraulica Pelotense e por esta, com o balanço respectivo, aos srs. Accionistas, em Assembléa Geral de 27 de julho de 1876. Pelotas: Typ. e Lyth. do Jornal do Commercio, 1876).

<sup>665</sup> DIÁRIO DE PELOTAS, 03 de maio de 1878, p.03.

<sup>666</sup> RELATÓRIO da Directoria da Companhia Hydraulica Porto Alegrense em 31 de julho de 1877. Porto Alegre: Typographia do Deutsche Zeitung, 1877, p.11.

A não ser o enfraquecimento que se tem notado ultimamente no encanamento, devido ao desperdício de água e a grande seca porque atravessamos, o resto das obras da companhia funcionam com regularidade. A medida por vós tomada de fechar-se o encanamento a noite a vista de minha reclamação, tenho certeza que dará muito bom resultado; não obstante me parece de máxima conveniência a adoção oportunamente de hidrômetros para que se possa conhecer com segurança a quantidade d'água que cada possuidor de pena consome, pois que, presentemente praticam-se abusos, já desperdiçando-se a água, já dando-se a outros que a ela não tem direito. Daqui resulta a boa fiscalização e por ventura o aumento de penas<sup>667</sup>.

O consumo d'água não possuía um controle rigoroso, como o que seria realizado alguns anos mais tarde, quando a Hidráulica Pelotense instalou os primeiros hidrômetros. O controle era realizado através da qualificação do usuário, como demonstra a tabela abaixo.

Tabela 2: Mapa demonstrativo das penas d'água, cobrança realizada no primeiro semestre, de janeiro a junho de 1877.

Fonte: COMPANHIA HIDRÁULICA PELOTENSE. *Relatório de julho a dezembro de 1877*. Pelotas: Typografia do Correio Mercantil (adaptado pela autora).

Quantidade	Qualificação	Registro	Taxa mensal	Total mensal
699	Penas de casas de família	½ "	4\$000	8:072\$000
01	Penas de jardim	½ "	4\$500	13\$500
23	Penas de colégios e boticas	½ "	5\$000	335\$000
26	Penas de padarias e cocheiras	½ "	6\$000	456\$000
01	Penas de chácara	½ "	7\$500	22\$500
01	Penas de fábrica de cerveja	5/8 "	8\$333	25\$000
07	Penas de cocheiras	5/8 "	8\$000	168\$000
02	Penas de charqueada e companhia de bonde	5/8 "	10\$000	60\$000
01	Penas de hotel e cocheira	¾ "	16\$000	48\$000
33	Fechadas			-
13	Improdutivas (sem cobrança)			-
10	A receber (18\$000, 15\$000 e 4\$000)			-
02	Grátis (Santa Casa e Cadeia)			-
04	Cortadas			-
<b>823</b>			Valor total	9:200\$000

A Tabela 2 mostra os valores das assinaturas mensais de água por categoria de usuário: os residenciais consistiam no maior número de assinantes da empresa. Além destes, e dos colégios, boticas e padarias nota-se a presença de cocheiras em três categorias de consumidores, revelando, provavelmente, edificações de portes diferenciados. Quanto aos demais usuários, supõe-se que a pena de jardim fosse destinada à irrigação da praça Coronel Pedro Osório, que a companhia de bonde se tratasse da Companhia Ferro Carril e Cais (que se instalava na cidade nesse

<sup>667</sup> No segundo semestre de 1880 o relatório do gerente já apresentava os resultados dessa medida, destacando que a solução foi satisfatória, já que o nível d'água armazenada na Torre do Depósito durante o período noturno subiu de três para doze palmos (HYDRÁULICA PELOTENSE. *Relatório de julho a dezembro de 1879*. Pelotas: Typografia do Diário de Pelotas, 1880, p.07). Considerando-se as relações apresentadas por Ferreira três palmos equivalem a, aproximadamente, 60-66 centímetros e doze palmos a 240-264 centímetros (ver nota 109).

momento) e que a Fábrica de Cerveja correspondesse, provavelmente, à Cervejaria Ritter (Fig.130)<sup>668</sup>.

O pagamento da taxa permitia que o consumo fosse realizado sem um controle da quantidade utilizada por cada assinante. As reclamações da companhia quanto a esta situação referiam-se ao fato de que os usuários permitiam que outras pessoas se abastecessem de água nas suas penas, sem pagar as taxas de adesão ao serviço da empresa.

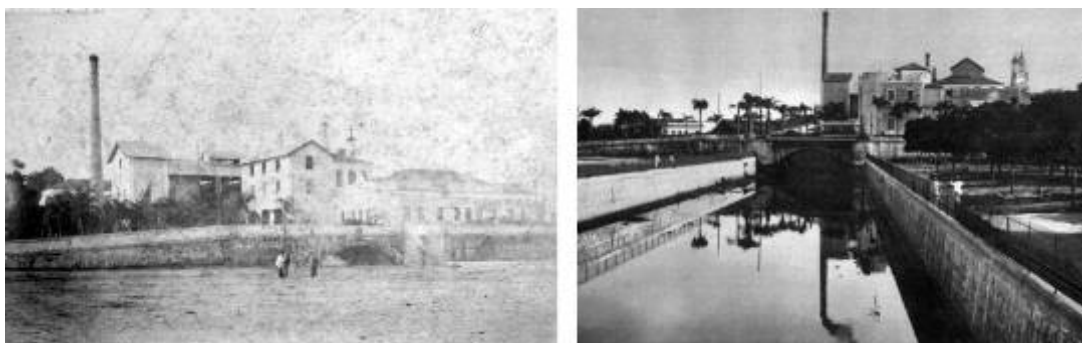


Figura 130: Cervejaria Ritter

Vista da cervejaria desde a praça das Carretas com a ponte de pedra (esquerda). O arroio Santa Bárbara canalizado em primeiro plano e a cervejaria ao fundo (direita).

O arroio foi canalizado em 1910, com muros laterais de pedra, que possuíam 22 metros de largura<sup>669</sup>.

Fonte: MICHELON, Francisca Ferreira; SANTO, Anaizi Cruz Espírito (Orgs.). *Catálogo fotográfico – século XIX – 1930 – Imagens da cidade: acervo do Museu Histórico da Biblioteca Pública Pelotense*. Pelotas: Editora Universitária/UFPel: FAPERGS, 2000, p.161<sup>670</sup>. Acervo de Néelson Nobre Magalhães.

As alternativas para regular o abastecimento de água foram um tema de constantes discussões no século XIX: o controle do consumo não era um problema somente pelotense. Em Porto Alegre, os relatórios da companhia revelavam que as formas de controle eram um investimento de alto custo, que encontrava resistência, tanto por parte da imprensa quanto dos consumidores<sup>671</sup>.

A Hidráulica Porto-Alegrense, com o intuito de regular o consumo, elaborou um regulamento que previa o pagamento pelo excesso de cada pena, fixado em 20 barris de 25 litros (500 litros diários). A empresa previa a contrariedade dos usuários quanto as novas medidas, já que antecipava que estas “ferindo hábitos antigos, possam provocar a má vontade daqueles a quem elas mais diretamente afetarem”<sup>672</sup>. Além disso, no ano seguinte a empresa elaborou regulamentos para as atividades de seus

<sup>668</sup> A Cervejaria Ritter foi fundada por Carlos Ritter em 1876 sob a denominação de C. Ritter e Irmão. Estava instalada ao lado da ponte de pedra, às margens do arroio de Santa Bárbara. A Cervejaria Haertel, localizada no porto da cidade, foi fundada somente em 1889.

<sup>669</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Instituto Nacional do Livro. *Projetos e relatórios*. Saneamento de Pelotas, Teófilo Otoni e Poços de Caldas. Obras completas de Saturnino de Brito. Volume XIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

<sup>670</sup> Atual praça Vinte de Setembro. Ponte de Pedra e Fábrica de Cerveja Ritter. Fotografia Henrique Patacão [19--]. O original integra o acervo da Biblioteca Pública Pelotense (BPP 0485).

<sup>671</sup> RELATÓRIO da Directoria da Companhia Hydraulica Porto Alegrense em 31 de janeiro de 1877. Porto Alegre: Typographia do Deutsche Zeitung, s.d., p.11.

<sup>672</sup> RELATÓRIO da Directoria da Companhia Hydraulica Porto Alegrense em 07 de março de 1878. Porto Alegre: Typographia do Deutsche Zeitung, 1878, p.08.

funcionários 9que incluíam o administrador das obras, o guarda das caixas do Dilúvio, o guarda do reservatório da praça Pedro II e os guardas dos chafarizes)<sup>673</sup>.

O relatório da empresa de 1880 afirmava, “sem receio de errar que mais de mil casas nesta cidade consomem água da Companhia Hydraulica fornecida pelos vizinhos, lesando a Companhia em avultada soma anualmente”<sup>674</sup>. Em 1881, a companhia já havia regulado o consumo de 750 penas, fornecendo-lhes diariamente cerca de 2000 litros de água (ou quatro pipas) por 4\$000 réis mensais, quantidade bastante superior aos 500 litros diários previstos no regulamento anterior<sup>675</sup>.

A empresa porto-alegrense considerava a possibilidade de interromper o abastecimento em algumas horas do dia, caso houvesse excesso de consumo e falta d’água na cidade. Na década de 1880, o rendimento estacionário dos chafarizes atribuído a irregularidades praticadas pelos usuários, que distribuíam água gratuitamente aos vizinhos (pelo interior das casas, pelas áreas e pelos fundos dos quintais) e principalmente aos taberneiros que, segundo a empresa, “fornecem água a casas da vizinhança com a condição dos moradores delas lhe comprarem na taberna”<sup>676</sup>.

Os problemas que ocorriam em Porto Alegre eram verificados também em Salvador. O descontentamento da população quanto aos serviços prestados pela Companhia do Queimado era relativo à qualidade da água (que se deteriorava pela falta de manutenção dos tanques) e aos preços que haviam subido.

Muitos consumidores passaram então a vender parte da água que lhes era fornecida, ou quebravam os registros, a fim de conter o custo. A freqüência de casos semelhantes levou a companhia a publicar um aviso no *Diário da Bahia*, em 1º de maio de 1877, de que ela iria cortar o fornecimento de água de alguns consumidores, porque além de venderem água que recebiam, destruíam equipamentos ‘para o fim de obterem mais quantidade do que lhes é devida’<sup>677</sup>.

Em Pelotas, além dos problemas referentes ao abastecimento insuficiente disponibilizado pela Hidráulica, a qualidade da água fornecida à população também era alvo de críticas. A água era decantada nos filtros do arroio Moreira, e não passava por processos de filtração: com o aumento do consumo, o líquido não permanecia nos tanques o tempo suficiente para a sedimentação dos resíduos pela decantação.

<sup>673</sup> RELATÓRIO da Directoria da Companhia Hydraulica Porto-Alegrense do semestre de julho a dezembro de 1878. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1879.

<sup>674</sup> RELATÓRIO da Directoria da Companhia Hydraulica Porto-Alegrense do semestre de janeiro a junho de 1880. Porto Alegre: Typographia do Deutsche Zeitung, 1880, p.07. Nesse período a empresa, além dos chafarizes, contava com o rendimento de 1678 penas.

<sup>675</sup> RELATÓRIO da Directoria da Companhia Hydraulica Porto-Alegrense do semestre de janeiro a junho de 1881. Porto Alegre: Typographia da Deutsche Zeitung, 1881, p.05.

<sup>676</sup> RELATÓRIO da Directoria da Companhia Hydraulica Porto-Alegrense do semestre de janeiro a junho de 1882. Porto Alegre: Typographia da Deutsche Zeitung, 1882, p.05.

<sup>677</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização*: Salvador da Bahia no século XIX. Rio de Janeiro: Versal, 2005, p.129.



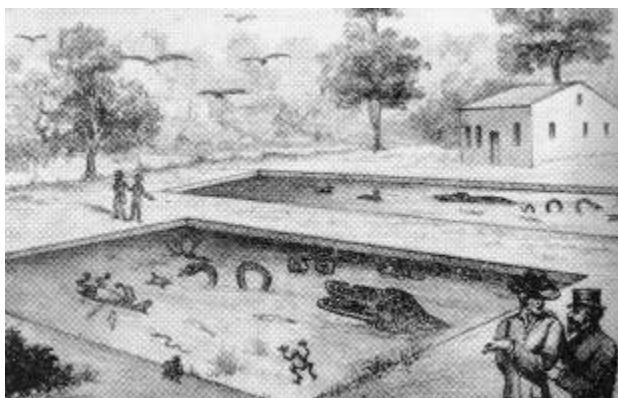


Figura 131: Charge sobre a qualidade da água fornecida pela Hidráulica Guahybense  
A ilustração, um tanto exagerada sobre a água 'suculenta' fornecida pela empresa, foi publicada em *O Século*, na edição de 02 de novembro de 1884.  
Fonte: SPALDING, Walter. *Pequena história de Porto Alegre*. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1967, Ilustrações.

E esse problema, assim como os anteriores, não ocorria somente em Pelotas: em Porto Alegre, uma ilustração do século XIX mostrava uma crítica (provavelmente bastante exagerada) à qualidade da água fornecida pela Hidráulica Guahybense.

Quanto à falta d'água, Magalhães comenta que o Carnaval de 1882 satirizava a situação, criticando o abastecimento da Hidráulica Pelotense: em um dos carros alegóricos um indivíduo desfilava no interior de um tanque com um torneira, de onde saíam minguadas gotas<sup>678</sup>.

As notícias do ano seguinte, veiculadas pela imprensa pelotense, reforçavam o problema: em janeiro de 1883 a empresa publicava os horários de abastecimento de água, determinando que o encanamento ficaria fechado durante a noite; durante o dia, seria aberto por oito horas, dividindo a cidade em duas zonas (a primeira abastecida das 4 às 8 da manhã e do meio-dia às 16 horas e a segunda das 8 da manhã ao meio-dia e das 16 às 20 horas)<sup>679</sup>.

Em maio do mesmo ano a empresa comunicava alterações nos horários de fornecimento, que não seria mais interrompido durante o dia, fechando-se o encanamento às 7 horas da noite e reabrindo-se às 5 da manhã<sup>680</sup>.

Não é de hoje, nem de ontem, a falta de água que sofre a população desta cidade, quando chega a época de oprimi-la os rigores da estação calmosa [...] As reclamações da imprensa, que se torna intérprete das necessidades públicas não tem cessado [...] não podemos evitar as queixas da população, nem deixar de considerá-las razoáveis. O povo sofre; acha-se na falta de um dos mais preciosos elementos da vida [...] que paga como se o recebesse abundantemente, ou à medida de suas necessidades [...] a colocação de hidrômetros de que já se tem aventado a idéia, julgamo-la necessária; porém, somente visando um fim justo de equidade e de economia<sup>681</sup>.

<sup>678</sup> MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Sul*. Um estudo sobre a história de Pelotas. Pelotas: Ed. UFPel, 1993, p.162.

<sup>679</sup> ONZE DE JUNHO, 11 de janeiro de 1883, p.03.

<sup>680</sup> Id., 1º de maio de 1883, p.02.

<sup>681</sup> Id., 12 de janeiro de 1883, p.01.

O jornal noticiava ainda que a Câmara Municipal havia encaminhado ofício à Hidráulica, solicitando que realizasse os melhoramentos necessários ao abastecimento de água o mais breve possível<sup>682</sup>.

Em relação à qualidade da água, a companhia reconhecia a necessidade da instalação de registros de incêndio nos ramais terminais, que serviriam para a limpeza das tubulações. As reclamações dos usuários ocorriam e eram procedentes, como reconhecia o gerente da empresa, já que quando era necessário suspender provisoriamente o consumo para a manutenção da rede, a água retornava com os resíduos que se encontravam sedimentados no fundo das canalizações. Essa situação ocorria principalmente na zona do porto, uma das regiões terminais da tubulação que, nesse período, começava a se consolidar como uma região fabril<sup>683</sup>. Em abril de 1883 foram concluídas as instalações das válvulas de esgoto nos encanamentos, melhorando a pureza e a limpeza da água<sup>684</sup>.

A situação do abastecimento de água e do serviço de esgotos em São Paulo também era alvo de críticas e de reclamações: Campos comenta que as reclamações quanto ao serviço de águas totalizavam 263 notificações em 1884 e, quanto ao serviço de esgoto, somavam 130; já no período de novembro de 1885 a novembro de 1886 foram realizadas 231 ocorrências<sup>685</sup>.

Sampaio comenta as reclamações quanto aos serviços prestados na capital baiana, destacando que a maioria delas estava relacionada com a má qualidade e a falta d'água: "embora Salvador sempre tenha sofrido carência da água, as secas periódicas contribuíram muito para a falta deste líquido na Cidade"<sup>686</sup>.

O problema de falta d'água foi recorrente nas cidades durante o século XIX. Mas, no Rio de Janeiro, o abastecimento ainda era alvo de reclamações no início do século XX: muitas destas críticas eram voltadas à atuação de Pereira Passos, e pautavam-se no argumento de que o prefeito priorizava as obras de embelezamento em detrimento do abastecimento de água potável. Del Brenna ressalta que

o choque entre as posições dos técnicos que davam absoluta prioridade, nos projetos de melhoramento da cidade, aos aspectos sanitários e higiênicos – em primeiro lugar o abastecimento de água, em seguida o enxugo do solo pela drenagem e a correção dos esgotos, e enfim a ventilação da cidade com o prolongamento, alargamento e abertura de algumas ruas e a arborização – e a dos

<sup>682</sup> ONZE DE JUNHO, 14 de janeiro de 1883, p.02.

<sup>683</sup> BRUNO, Ana Paula da Gama Souto; SILVEIRA, Aline Montagna da. A preservação da arquitetura fabril da zona portuária de Pelotas. In: REGO, Renato Leão *et al.* (Edit.). 3º Ciclo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo: habitar. *Anais do...* Maringá: UEM/DAU, 2006.

<sup>684</sup> ONZE DE JUNHO, 17 de abril de 1883, p.02.

<sup>685</sup> CAMPOS, Cristina de. A promoção e a produção das redes de águas e esgotos na cidade de São Paulo, 1875-1892. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, N. Ser, v.13, n.2, jul./dez.2005.

<sup>686</sup> SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização*: Salvador da Bahia no século XIX. Rio de Janeiro: Versal, 2005, p.129.

que privilegiavam os aspectos estéticos, e seus efeitos psicológicos, se manifesta no citado Congresso de Engenharia de 1900-1901<sup>687</sup>.

Os jornais cariocas noticiavam, em abril de 1903, os protestos quanto à falta d'água na cidade<sup>688</sup>. Em agosto, a imprensa tratava novamente do problema, como se vê na notícia e na charge abaixo

Aproxima-se a estação calmosa, quando é maior a escassez d'água nesta capital. Todos se recordam do verão passado, quando a imprensa regorgitava de reclamações. O governo não pode ter menor memória; cumpre-lhe, pois, providenciar desde já para que se não reproduza em breve a situação aflitiva, em que se encontrou a população do Rio de Janeiro por falta d'água para os usos comuns da vida. Vem de longe o mal, e tudo que se fez desde o contrato Gabrielli, ficou aquém das necessidades do suprimento d'água à vasta cidade. As providências foram quase sempre incompletas; recuando o governo ante as despesas necessárias, apesar dos protestos de profissionais eminentes, que previram a escassez que se tem feito sentir nestes últimos anos. [...] Projeta o governo a grande avenida, que, segundo os seus turiferários, vai ser o orgulho do Rio de Janeiro, deslumbrando por sua magnificência futuros visitantes. Se não triunfar a razão que condena este desvairado empreendimento; se o governo persistir no seu plano maravilhoso; se o governo levar por diante as esplêndidas construções riscadas e desenhadas nas plantas, a avenida será ladeada de palácios. Não será ridículo que a esses palácios, dotados de todos os confortos, providos de tudo quanto para bem da matéria os homens tem criado, falte água, a qual hoje dificilmente já atinge ao primeiro andar das nossas modestas habitações: Trate o governo de nos dar água, antes de decretar a avenida<sup>689</sup>.



Figura 132: Charge sobre a falta d'água no Rio de Janeiro  
 “- Está muito bonito isto, hein: A gente paga pra ter água e nem nada! Quando chega alguma, é um pinga-pinga de miséria, que nem dá pra cova de um dente! E os tais mata-mosquitos querem que a gente só faça limpezas... Com que? Uma ova! Ah! Havia de ser eu ministro das caixas e o meu Chico o presidente da república! Acabava-se este inferno!” (“A falta d'água”, *O Malho*, 18.2.1905).

Fonte: DEL BRENNNA, Giovanna Rosso (Org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos*. Uma cidade em questão II. Rio de Janeiro, Index, 1985, p.324.

Em Pelotas, muitas medidas foram tomadas no sentido de melhorar o abastecimento de água da Hidráulica Pelotense. A investigação sobre outras

<sup>687</sup> DEL BRENNNA, Giovanna Rosso. O Rio de Janeiro de Pereira Passos. In: DEL BRENNNA, Giovanna Rosso (Org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos*. Uma cidade em questão II. Rio de Janeiro, Index, 1985, p.10.

<sup>688</sup> Esse fato repetiu-se no ano seguinte (em fevereiro e em março de 1904), quando os periódicos reclamavam, diariamente, sobre a falta de água na cidade, publicando artigos e cartas de leitores (Ibid., p.39 e p.152).

<sup>689</sup> Gil Vidal, *Água*. C.M., 27.08.1903 apud DEL BRENNNA, Giovanna Rosso. *O Rio de Janeiro de Pereira Passos*. Op. Cit., p..97.

empresas hidráulicas implementadas nesse período evidenciou que este problema não era local: a maioria das cidades que foram dotadas de redes de água encanada no século XIX passaram por situação semelhante, como São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro.

Pouco depois da Abolição, a cidade de Pelotas contava com a infraestrutura e os serviços necessários para atendimento de uma parte bem definida da área e da população urbana. Os endinheirados, antigos senhores de escravos, podiam usufruir de todo o conforto que o mundo industrial e moderno oferecia<sup>690</sup>.

A afirmação de Gutierrez quanto à infra-estrutura, em especial o abastecimento de água era uma realidade: o sistema estava instalado e em funcionamento; mas isso não significava que atendesse às expectativas dos usuários, como se pode verificar. As dificuldades quanto à manutenção e ao controle do consumo eram uma constante nas companhias hidráulicas. Isso sem falar que, em algumas cidades, como no caso de Pelotas, as edificações eram providas de água, mas não possuíam um esgotamento adequado das águas servidas.

Com o intuito de melhorar o abastecimento, a Companhia Hidráulica Pelotense realizou uma série de estudos nas últimas décadas do século XIX, resolvendo parcialmente o problema de abastecimento de água encanada. Mas a instalação de uma rede de esgotos só foi implementada nas primeiras décadas do século XX, após a municipalização da empresa.

### 3.4 A AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO

#### AS OBRAS NA REPRESA DO MOREIRA

O ano de 1881 marcou o início dos estudos sobre os problemas de abastecimento de água potável na cidade: nessa data foi consultado o engenheiro Luiz Witzschell, que propôs algumas soluções implementadas pela companhia<sup>691</sup>.

O relatório desse período revelava que as obras foram realizadas sem a interrupção do abastecimento e que, em virtude delas, e do aumento do volume de água disponível, a empresa poderia ampliar o número de penas na cidade<sup>692</sup>, atendendo inclusive casas e chácaras localizadas na estrada do Fragata. A Tabela 2

<sup>690</sup> GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2004, p.304.

<sup>691</sup> As informações encontradas sobre o engenheiro civil Luiz Witzschel informam que era especializado em obras hidráulicas e que era membro de Associação de Engenheiros e Arquitetos da Alemanha. Anjos cita como fonte dessas informações o Correio Mercantil de 27/01/1881, data que coincide com a proposta apresentada à Companhia Hidráulica Pelotense (ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. Pelotas: Ed. Universitária, 2000, p.106)

<sup>692</sup> O gerente salientava os interesses financeiros do empreendimento, destacando que "há lugares na cidade que não estão canalizados e cujos moradores, por falta de recursos não podem tomar a sua conta a colocação de encanamento e convido aumentar o número de penas [...] com esta medida a companhia muito lucrará" (HIDRÁULICA PELOTENSE. *Relatório de janeiro a junho de 1881*. Pelotas: Typografia do Diário de Pelotas, 1881, p.6). No relatório seguinte alertava que a companhia só deveria canalizar as quadras que tivessem um número significativo de edificações, de forma que o investimento fosse compensado (RELATÓRIO da Companhia Hydraulica Pelotense no 2º semestre de 1881. Pelotas: Typ. a Vapor do Correio Mercantil, 1882, p.07).

demonstra que apenas uma chácara e uma charqueada possuíam água encanada, mas não revela a sua localização: ambas deveriam ser bastante próximas da zona urbana, ou na própria estrada citada anteriormente, onde se localizavam as redes mestras do abastecimento. As demais charqueadas, que chegaram a mais de trinta estabelecimentos na região durante o século XIX, ainda mantinham as formas tradicionais de abastecimento.

As obras propostas por Witzschell consistiam, provavelmente, na canalização de um segundo tanque na represa do Moreira, como pode ser constatado no balanço da empresa. No ano seguinte os resultados das obras eram apresentados à assembléia geral, e a diretoria destacava o aumento considerável no volume d'água e a conclusão dos filtros para os próximos dias, mas chamava a atenção para a necessidade urgente da regularização do consumo (medição).

É certo, Srs. Acionistas, que o povo habituado como está a gastar água francamente, estranhará qualquer resolução que tomeis neste sentido; porém, como sabeis, em toda a parte em que há companhias como esta, o consumo é regularizado; e só assim é que poderão cessar as constantes reclamações e queixas que nos últimos verões tem aparecido, e a que o grande aumento de penas tem dado lugar<sup>693</sup>.

A gerência, por sua vez, alertava sobre a importância desse procedimento para a companhia, e apresentava uma proposta de regularização para as ligações “não dando a cada uma mais de 800 litros diários para as de 4\$000 réis mensais, e para as de maior preço, como fábricas etc., se dará um orifício correspondente, ou então se adotarão hidrômetros”<sup>694</sup>. Dessa forma, além de controlar o abastecimento, a empresa estaria diminuindo o número de ligações clandestinas existentes na cidade (Fig.133).



Figura 133: Charge sobre os entroncamentos clandestinos  
Hydraulica Pelotense. Pau que torto nasce... Aqui está... o gato.

Fonte: Zé Povinho, n.3, 21 janeiro de 1883, apud MONTONE, Annelise Costa; OLIVEIRA, Wagner Costa. *A outra face do progresso. A paralisação dos aguadeiros em 1877*. 2000. (Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo 5, Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

<sup>693</sup> RELATÓRIO da Companhia Hidráulica Pelotense do 2º semestre de 1881. Pelotas: Typografia a Vapor do Correio Mercantil, 1882, p.03.

<sup>694</sup> Ibid, p.07.

Quando tornou pública a proposta de regulamentação, através da imprensa, a diretoria da empresa foi bastante criticada. O jornal Onze de Junho referia-se a proposta como “altamente abusiva”<sup>695</sup>, e afirmava que muitos possuidores de penas (inclusive acionistas da empresa) “resolveram publicar um protesto, no qual já assinaram mais de 200 pessoas”<sup>696</sup>.

A matéria referia-se a importância de suprir a cidade com água em quantidade suficiente para o consumo e comentava a possibilidade de “fundar várias empresas, com o fim de fornecer aos moradores a água necessária em carroças apropriadas, que percorrerão diariamente as ruas da cidade”<sup>697</sup>. Na tentativa de solucionar o problema (e, segundo o jornal, chamar a companhia ao cumprimento de seus deveres) surgiram, inclusive, sugestões de retornar-se a antiga e tradicional forma de abastecimento através de pipeiros ou aguadeiros...

Quanto às adaptações realizadas nas canalizações, a imprensa noticiava que naquelas que se restringiu o consumo a aproximadamente setecentos litros, não era possível obter duzentos e cinquenta litros de água ao longo do dia<sup>698</sup>. E continuava alertando sobre a necessidade de evitar a falta d’água “na ocasião em que a seca venha a fazer-se sentir com todo o seu cortejo de doenças e perturbações no estado sanitário”<sup>699</sup>.

Em 1881 os chafarizes permaneciam arrendados a terceiros, mas a empresa ainda investia recursos na sua manutenção: não apareceram nos relatórios pesquisados os rendimentos de outubro de 1881 a abril de 1882, mas verificou-se que existia uma despesa relativa ao conserto de três chafarizes que, provavelmente, estiveram parados nesse período<sup>700</sup>. Apesar dessa lacuna, não se verificou nas notícias publicadas pela imprensa reclamações quanto às fontes da Hidráulica Pelotense: o foco das discussões era o suprimento aos usuários particulares.

A solução para a regularização do consumo era uma das questões mais discutidas pela empresa: em 1882 o gerente viajou a capital para verificar como a Companhia Porto-Alegrense havia resolvido este problema<sup>701</sup>.

<sup>695</sup> ONZE DE JUNHO, 06 de outubro de 1883, p.01.

<sup>696</sup> Id., p.01.

<sup>697</sup> Id., 06 de outubro de 1883, p.01.

<sup>698</sup> Id., 09 de outubro de 1883, p.02. Id., 29 de setembro de 1883, p.02.

<sup>699</sup> Id., 26 de outubro de 1883, p.01 e p.02.

<sup>700</sup> Em 1881 a companhia calçava a frente do chafariz da rua Santo Inácio, obedecendo as posturas da Câmara Municipal e vendia em leilão a casinha do guarda da praça Pedro II. O problema do calçamento ocorreria também nos outros chafarizes da empresa, inclusive na praça Pedro II (atual praça Coronel Pedro Osório). Em outubro de 1883 a empresa abria concorrência para a arrematação dos chafarizes (Ibid., p.03).

<sup>701</sup> O gerente constatou que poderia ser de duas formas “a primeira consiste em colocar-se antes do registro de cada pena uma chapa de metal que tem um orifício com o qual se pode marcar a quantidade d’água prescrita para cada consumidor; a segunda consiste na colocação de hidrômetros que marcam em metros cúbicos a quantidade de água que cada possuidor de pena consome cobrando por cada metro cúbico 266 rs. e pelo aluguel do hidrômetro 600 rs. mensais, ficando porém, entendido que não fornecendo a Cia. quantidade de água inferior a 500 litros diariamente, qualquer que seja a quantidade que marque o hidrômetro, nunca o concessionário pagará menos de R\$ 4000 mensais” (RELATÓRIO da Companhia Hydraulica Pelotense no primeiro semestre de 1882. Pelotas: Typ. a Vapor do Correio Mercantil, 1882, p.08).

As críticas quanto ao abastecimento continuavam acirradas na imprensa local, e referiam-se não só a falta d'água, mas também as formas de regulação do consumo adotadas pela diretoria da empresa.

Desde o primeiro semestre de 1883 os relatórios salientavam que era importante “evitar toda interrupção no suprimento por meio de válvulas de ar, concorrer para a limpeza da água com todo o esforço, por meio de válvulas de esgoto, melhorar quanto possível as condições dos filtros para alcançar maior pureza desta”<sup>702</sup>, e a diretoria apresentava os estudos realizados pelo engenheiro Fernando de Mattos, cujo parecer tecia uma série de críticas a forma como a Hidráulica fora implantada. Em seu relato, afirmava que

o nivelamento do terreno percorrido pelo cano geral desde os tanques até o depósito ou reservatório, existe indicado em um perfil executado pelo engenheiro Luiz Witzshel, isto é, muitos anos depois da construção das obras. Encontrei um outro perfil aprovado pelo governo provincial e datando da construção das obras [...] servindo apenas para provar que as obras não foram executadas como deveriam ser [...] Do nivelamento da cidade encontrei apenas fragmentos para a sua constituição<sup>703</sup>.

O engenheiro continuava salientando que não foi possível identificar registros dos estudos de vazão do arroio Moreira, nem da localização da represa, destacando que “o instinto talvez levou-os a escolher o lugar da represa, e ela se acha no lugar mais conveniente”<sup>704</sup>. Sua avaliação era de que a empresa possuía volume de água suficiente para o abastecimento da cidade e que, portanto, as reclamações ocorriam devido ao uso abusivo por parte da população. Dessa forma, apontava a necessidade de regularização da distribuição, ou seja, a implantação de um sistema em que o usuário pagava aquilo que consumia, como ocorria com os serviços de gás<sup>705</sup>.

Em agosto de 1883 a empresa comunicava aos consumidores, através da imprensa, que no prazo de quinze dias comparecessem ao escritório da companhia para declarar se preferiam a regularização através de hidrômetros (ou contadores, fornecidos pela empresa e pagos pelos usuários) ou da diminuição de orifícios<sup>706</sup>. No mês seguinte chamava novamente os consumidores que preferiam o sistema de hidrômetros, já que estes tinham de ser encomendados da Europa, e informava que, a partir de cinco de setembro, começaria a regularização por meio da diminuição dos orifícios, conforme tabela de preços publicada pela companhia<sup>707</sup>.

<sup>702</sup> HIDRÁULICA PELOTENSE. *Relatório do 1º semestre de 1883*. Pelotas: Typografia a Vapor do Correio Mercantil, 1883, p.05.

<sup>703</sup> *Ibid.*, p.12.

<sup>704</sup> *Ibid.*, p.14.

<sup>705</sup> Essa solução já devia estar em fase de estudo já que, no segundo semestre de 1883 a empresa vendia um hidrômetro à Companhia Hydraulica Porto-Alegrense.

<sup>706</sup> ONZE DE JUNHO, 1º de agosto de 1883, p.02.

<sup>707</sup> *Id.*, 1º de setembro de 1883, p.03.

A empresa continuava os serviços de manutenção (a cargo de Carlos Zanotta, responsável pelas obras)<sup>708</sup> e negociava, com João Frick, a aquisição de três válvulas para a barragem. Em 1884 apresentava despesas relativas ao aluguel do escritório (na rua Félix da Cunha, de propriedade de Felisberto Braga<sup>709</sup>). Em novembro o engenheiro Camoins foi à represa e, no mês seguinte, a companhia contabilizava as despesas contratadas com Joaquim de Oliveira pela obra realizada no local (que, pelos valores, indicavam a construção de um paredão em alvenaria de pedra, destinado a proteção do primeiro tanque).

A empresa precisou ainda rebaixar o encanamento de parte da rua Sete de Abril (Dom Pedro II), no local onde foram assentados os trilhos dos bondes que levavam à estação de passageiros da estrada de ferro. Nesse período a estação ferroviária configura-se como um “novo tipo de monumento, fruto do progresso e da indústria [...]”. Ferro e alvenaria misturam-se em sua composição, o primeiro representando o aspecto técnico-funcional, a segunda providenciando o decoro e o ornamento<sup>710</sup>. Em Pelotas as obras da estrada de ferro foram iniciadas em 1881 e inauguradas em 1884.

<sup>708</sup> Esses serviços de manutenção incluíam reparos nas válvulas do encanamento geral, colocação de válvulas de incêndio, rebaixamento da canalização na lomba do Fragata, pintura dos chafarizes, lavagem e pintura da Torre do Depósito.

<sup>709</sup> Na administração de Pereira Sobrinho aparecem, periodicamente, despesas relativas à polícia particular, levando a suposição de que o escritório da empresa foi arrombado nesse período. A preocupação com a criminalidade na província era bastante antiga: Moreira ressalta que um dos maiores problemas enfrentados pela Câmara Municipal, desde a instalação da vila, era referente a execução de duas obras – o abastecimento d’água e a casa de correção (MOREIRA, Ângelo Pires. *Pelotas na tarca do tempo*. s. ed: Pelotas, 1989, p.42). Quanto às cadeias, a situação no resto da província não era diferente do que ocorria localmente. “O estado das cadeias e prisões militares não pode ser mais deplorável à descrição que a respectiva comissão fez, das que existem nesta cidade (Porto Alegre), [...] segundo as informações que tenho, aplicável a todas as outras da Província. As fugas são tão freqüentes que já passa por acontecimento ordinário, porém sobremaneira assustadores tanto para aqueles que os tem capturado, como para as testemunhas que por seus depoimentos lhes tem feito culpa (FALLA do Presidente da Província Caetano Maria Lopes Gama, 1º de dezembro de 1830, p.02). O controle da ordem pública exigia a construção de uma casa de correção. Nesse sentido, uma das propostas da Câmara de Vereadores sugeria que os recursos oriundos das multas impostas às mesas paroquiais fossem aplicados na construção da casa de correção ou na construção e conserto das fontes (MOREIRA, Ângelo Pires. Op. Cit., p.57. Sessão da Câmara de Vereadores de 29 de maio de 1832). Essa preocupação não era somente local, já que o governo provincial solicitava informações à Câmara sobre a cadeia da vila e, em meados de 1832, esta deliberava que se contratasse um engenheiro para elaborar a planta e o orçamento da Casa de Correção. A obra foi orçada em 22:914\$180 rs. Em outubro do ano seguinte colocava-se em licitação “para se arrematar, por quem mais cômodo o fizer, os 118 palmos de comprimento, com 30 de largura da obra que se pretende continuar na casa de correção desta vila, conforme a planta” (MOREIRA, Ângelo Pires. Op. Cit, p.60, 70 e 164. Sessão de 09 de julho de 1832. Sessão de 16 de agosto de 1832. Sessão de 12 de outubro de 1833. As dimensões correspondem atualmente a 23,60 metros por 6,00 metros, podendo ocorrer uma oscilação de dez por cento desse valor, se a referência adotada for o palmo brasileiro). A obra da cadeia de Pelotas foi iniciada e, em 1835 (cinco meses antes do início da Revolução Farroupilha), o presidente da província comentava que se encontrava adiantada e que “teremos brevemente na mais florescente vila da província uma boa casa de prisão” (RELATÓRIO do presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul Antônio Rodrigues Fernandes Braga, em 20 de abril de 1835, p.05). Em 1848 afirmava que “nas cidades de Pelotas e Rio Grande deve a prisão, e o Quartel do destacamento da Polícia ser, na primeira, sobre o arroio de Santa Bárbara” (ADITAMENTO feito ao relatório, que perante a Assembléa Provincial do Rio-Grande de São Pedro do Sul, dirigio o exmº. vice-presidente da província em sessão de 4 de março de 1848, pelo illmº. e exmº. sr. presidente da província e commandante do exercito em guarnição, Francisco José de Souza Soares de Andréa, para ser presente à mesma Assembléa. Porto Alegre: Typ. do Commercio, 1848, p.11). A impressão de Augusto de Pinho era de que a cadeia de Pelotas era um edifício “mal construído e acanhado” (PINHO, A. Augusto de. *Uma viagem ao sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. de F. A. de Souza, 1872, p.52). Mas, apesar de ser uma construção bastante simples, a edificação foi retratada por Hermann Wendroth, em 1851 (FERTIG, André. A Guarda Nacional Rio-Grandense: defesa do Estado imperial e da nação. In: BOEIRA, Néilson; GOLIN, Tau (Coord.) *Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006, p.91 e p.83.

<sup>710</sup> FABRIS, Annateresa. Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, N. Ser., n.1, 1993, p.140.



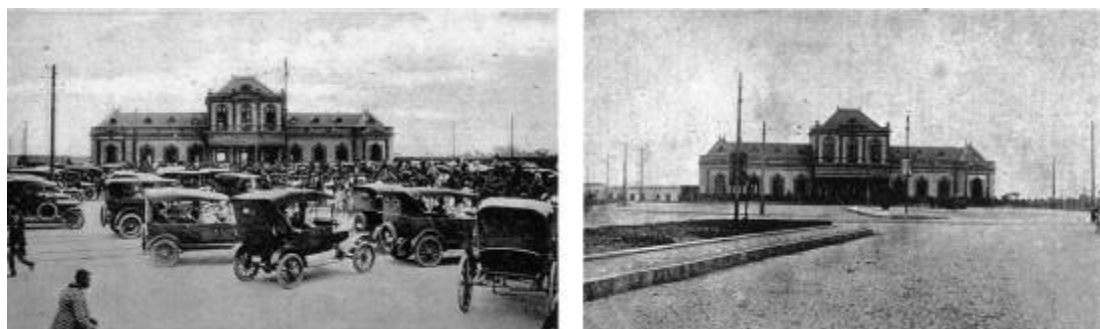


Figura 134: Estação ferroviária de Pelotas  
Fonte: Acervo fotográfico de Néilson Nobre Magalhães.

Em menos de cinco anos a Hidráulica Pelotense já havia contratado os engenheiros Luiz Witzschell, Fernando de Mattos<sup>711</sup> e Camoins para prestar serviços à empresa. Quanto aos serviços de empreitada, mantinham-se a cargo de Carlos Zanotta e João Scotto que, em 1886, realizavam reparos na rede e colocação de penas d'água. O relatório da diretoria apresentava as obras realizadas, que consistiam na colocação de válvulas de ar no encanamento e de reparos na estrada de acesso à represa “até então intransitável para veículos e depois das fortes chuvas mesmo para cavaleiros”<sup>712</sup>.

Tabela 3: Demonstrativo de penas e meias-penas da Companhia Hidráulica Pelotense em 1885 e 1886, com suas respectivas qualificações.

Fonte: RELATÓRIO da Companhia Hidráulica Pelotense do 1º semestre de 1885. Pelotas, 1885; COMPANHIA HIDRÁULICA PELOTENSE. *Relatório de julho a dezembro de 1885*. Pelotas: Oficinas Typograficas do Diário de Pelotas, 1886; COMPANHIA HIDRÁULICA PELOTENSE. *Relatório do 1º semestre de 1886*. Pelotas: Impressão a Vapor do Correio Mercantil, 1886; COMPANHIA HIDRÁULICA PELOTENSE. *Relatório do 2º semestre do ano de 1886*. Pelotas: Impressão a Vapor do Correio Mercantil, 1887 (adaptados pela autora).

Quantidade (1885)	Qualificação (penna)	Valor	Quantidade (1886)	Qualificação (meia-penna)	Valor
01	3\$000	3\$000	12	1\$500	18\$000
4222	4\$000	16:888\$000	703	2\$000	1:406\$000
17	5\$000	85\$000	01	3\$000	3\$000
40	6\$000	240\$000	02	4\$000	8\$000
02	7\$000	14\$000			
18	8\$000	144\$000			
01	10\$000	10\$000			
02	11\$000	22\$000			
01	16\$000	16\$000			
01	19\$000	19\$000			
01	30\$000	30\$000			
07	hidrômetros	-			
07	grátis	-			
<b>4306 penas</b>	-	<b>17:471\$000</b>	<b>718 meias-penas</b>	-	<b>1:435\$000</b>

<sup>711</sup> O engenheiro Fernando de Mattos participou de outras obras no século XIX. Foi possível identificar que a Câmara de Vereadores de Piracicaba já o havia contratado “para executar projetos voltados ao abastecimento de água. O engenheiro não foi fiel ao contrato, fazendo com que a Câmara chamasse outros concorrentes” (THAME, Antônio Carlos de Mendes (Org.). *Museu da Água: Francisco Salgot Castillon*. Embu: IQUAL Editora, 2006, p.171). Em 1885, a Câmara Municipal de Curitiba aprovou uma proposta de abastecimento de água de sua autoria, que não foi implementada devido a polêmica que se criou junto à população quanto aos termos do edital (OBA, Leonardo Tassiaki. *Os marcos urbanos e a construção da cidade: a identidade de Curitiba*. 1999. 327p. (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, p.165).

<sup>712</sup> COMPANHIA HIDRÁULICA PELOTENSE. *Relatório do 2º semestre do ano de 1886*. Pelotas: Impressão a Vapor do Correio Mercantil, 1887, p.01. A aquisição de material para a obra de desmoronamento na represa (construção de um paredão de alvenaria de pedra) revelava as condições que muitas vezes dificultavam o acesso ao local. Desde 1881 a empresa havia começado a despender uma quantia regular com o trato de um cavalo, provavelmente para utilização como meio de transporte na represa já que, na zona urbana a empresa contratava, desde o início de suas atividades, carros de aluguel para suas diligências.

Quanto à ampliação da rede de abastecimento, no segundo semestre de 1885 eram instaladas canalizações na rua Paysandú (entre Riachuelo e São José), na praça da Constituição, na rua Santa Cruz (entre São Miguel e General Câmara) e na rua São Francisco (entre Gonçalves Chaves e Barroso)<sup>713</sup>. No primeiro semestre de 1886 as novas canalizações totalizaram 437 metros de rede. O número de penas e meias-penas continuava crescendo, como demonstra a Tabela 3.

Em 1877 o gerente da companhia havia sugerido a instalação gratuita de penas d'água, visando ampliar o número de concessionários e, conseqüentemente, os rendimentos da empresa. A imprensa veiculava que a

Tendo a diretoria da companhia aceito a proposta de Carlos Zanotta para a colocação de 300 pennas d'água até dentro dos domicílios 5 metros, gratuitamente para os proprietários ou inquilinos; de ordem da mesma aviso ao público que a contar desta data aceitam-se os pedidos no escritório da companhia todos os dias úteis das 10 horas da manhã as 3 da tarde, onde os pretendentes encontrarão as explicações precisas<sup>714</sup>.

Dez anos após esta proposta, a colocação gratuita de encanamentos parciais foi suspensa pela empresa, com o argumento de que fora responsável por 75% do número de penas cortadas (das 452 penas cortadas pelo menos este percentual teve essa origem)<sup>715</sup>.

Quanto a manutenção do fornecimento, a diretoria ressaltava que, apesar dos estudos anteriores, era importante

mostrarmos previdentes, tomando as medidas precisas para continuarmos até o final do prazo de nosso contrato a fornecer o elemento vital da água potável a laboriosa e progressista população da cidade de grande futuro em que vivemos [...] engenheiro deverá levantar planta, acompanhando-a de orçamento, da obra mais econômica e conveniente a fazer-se para conseguirmos trazer água em abundância tal à cidade, que não possamos mais recear vê-la escassear enquanto durar nosso contrato<sup>716</sup>.

A imprensa continuava a criticar a escassez da água fornecida pela empresa (Fig.135), assim como a qualidade do serviço de iluminação pública. A empresa hidráulica buscava soluções para o problema e, nesse sentido, o relatório do 1º semestre de 1887 apontava que a diretoria estava contratando com os engenheiros Georges Espinasse e Howyan “os estudos necessários a fim de aumentar a quantidade de água fornecida pela Companhia à população desta cidade”<sup>717</sup>, e registrava despesas relativas à canalização do 2º tanque, à instalação de filtros e à

<sup>713</sup> Atuais ruas Barão de Santa Tecla (entre Lobo da Costa e General Telles), praça Vinte de Setembro, Santa Cruz (entre Quinze de Novembro e General Câmara) e Princesa Isabel (entre Gonçalves Chaves e Almirante Barroso).

<sup>714</sup> DIÁRIO DE PELOTAS, 03 de maio de 1878, p.03.

<sup>715</sup> COMPANHIA HIDRÁULICA PELOTENSE. *Relatório do 2º semestre do anno de 1886*. Pelotas: Impressão a Vapor do Correio Mercantil, 1887, p.02.

<sup>716</sup> *Ibid.*, p.03.

<sup>717</sup> COMPANHIA HIDRÁULICA PELOTENSE. *Relatório do 1º semestre do anno de 1887*. Pelotas: Impressão a Vapor do Correio Mercantil, 1887, p.01. A importância paga a G. Howyan pelo seu estudo foi de 1.000\$000.

colocação de encanamento nas ruas Manduca Rodrigues, Marquez de Caxias e Três de Fevereiro<sup>718</sup>.



Figura 135: Charge criticando o abastecimento de água e a iluminação pública da cidade Os melhoramentos de Pelotas. Estas bicas d'água são como as vistas de [ilegível]: só produzem efeito vistas por um óculo de muito alcance. E estes lampiões de gás, são como as [ilegível], quanto mais pensam estar longe da morte menos vida têm.

Fonte: A Ventarola, n.9, 05 de junho de 1887, apud MONTONE, Annelise Costa; OLIVEIRA, Wagner Costa. *A outra face do progresso. A paralisação dos aguadeiros em 1877*. 2000. (Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo 5, Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

A alteração dos estatutos da empresa ocorreu em 1887, quando o contrato assinado com o governo foi prorrogado por vinte anos, com a condição de realização de novas obras (em fase de estudo). Quanto ao suprimento d'água o relatório destacava que

não o temos feito aos consumidores nas condições que seria para desejar, pois para muitos este é mais exíguo do que deveria ser, contra as intenções da Companhia, que bem quisera ver a todos satisfeitos; há porém notável falta de pressão no encanamento, a qual consideramos, com a opinião de profissionais, devida a pouca superioridade de altura do lugar de onde emanam as águas expedidas para a cidade, em relação ao nível desta; esperamos porém brevemente sanar este mal, quando se realizem as novas obras [...] Acordou um engenheiro nacional habilitadíssimo, residente na Corte, em encarregar-se dos estudos definitivos para estas obras, com as quais poderá a Companhia não só servir melhor seus consumidores atuais, alargar francamente a distribuição de novos encanamentos por todas as demais partes da cidade ainda não servidas, como ainda achar-se habilitada para quaisquer suprimentos extraordinários, quer no presente, quer no futuro<sup>719</sup>.

As ligações clandestinas e a utilização de penas d'água por mais de um domicílio ainda causavam prejuízos à companhia, apesar da fiscalização constante: esse fator contribuía para que não ocorresse um aumento significativo no número de penas. Em 1890, as críticas da imprensa sobre a qualidade e o asseio da água levaram a gerência a realizar uma vistoria na represa, junto com os intendentes, que

<sup>718</sup> Atuais ruas Professor Araújo, Santos Dumont e Major Cícero. Ângelo e Carlos Zanotta continuavam atuando como empreiteiros e prestadores de serviço à empresa: nesse período a comporta da represa foi pintada e sua estrutura em madeira, junto ao solo, foi substituída; a casa do guarda foi pintada e caiada e a ponte de passagem aos tanques foi reparada.

<sup>719</sup> RELATÓRIO da Companhia Hidráulica Pelotense do anno de 1888. Pelotas: Impressão a Vapor do Correio Mercantil, 1889, p.02.

emitiram um parecer afirmando que “se achavam em perfeito asseio, notando-se em um dos tanques apenas uma pequena quantidade de resíduos pulverulentos naturais de águas de rios”<sup>720</sup>. E, nos anos seguintes, a empresa estudou várias propostas para melhorar o abastecimento em relação à quantidade e à qualidade da água fornecida à população.

#### AS PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

O engenheiro Victor Francisco de Braga Mello foi contratado no Rio de Janeiro, em 1891, para fazer estudos e apontar soluções que permitissem à companhia aumentar o fornecimento de água encanada<sup>721</sup>. Segundo o gerente, Braga Mello procedeu

a um rigoroso e minucioso exame de todas as obras do atual abastecimento, começando pela represa, tanques e filtros junto ao arroio Moreira, percorrendo o leito do mesmo até a embocadura de seus três principais afluentes, estudando a natureza de seu leito e margens [...] percorreu o encanamento geral em toda extensão [...] terminado o exame pelo reservatório da cidade e encanamento de distribuição<sup>722</sup>.

A empresa realizou algumas obras emergenciais indicadas pelo engenheiro, visando melhorar o abastecimento: esse recomendou que se desmanchasse o filtro de um dos tanques da represa, que se modificasse a disposição da entrada de água na Torre do Depósito e que se substituísse as válvulas de ar alemãs existentes no encanamento geral<sup>723</sup>.

Braga Mello permaneceu em Pelotas por quatro meses, realizando estudos que indicaram, ainda, que a represa do Moreira deveria ter sido construída no lugar denominado Moinho, mas que atualmente essa modificação seria inviável para a empresa. Seus trabalhos apontavam a necessidade de complementar o abastecimento com a inserção de novos mananciais, e tratavam da análise dos arroios Fragata, Santa Bárbara, Capão do Leão e Michaela.

Em junho o engenheiro entregou à empresa estudos, plantas e orçamentos para as novas obras, que continham algumas informações que só interessavam à companhia, e que não deveriam constar no documento que seria encaminhado ao governo. Infelizmente, a documentação pesquisada não revelou o teor dessas informações. Mas, em função disso, o engenheiro comprometeu-se com a companhia que “dessa memória fosse extraído um relatório puramente técnico, para apresentação

---

<sup>720</sup> RELATÓRIO da Companhia Hidráulica Pelotense do anno de 1890. Pelotas: Typ. A Vapor da Livraria Americana, 1890, p.02.

<sup>721</sup> RELATÓRIO da Companhia Hidráulica Pelotense do anno de 1889. Pelotas: Typ. D'A Pátria, 1889, p.07.

<sup>722</sup> Ibid., p.07.

<sup>723</sup> O filtro não permitia a lavagem por meio de correntes invertidas, comprometendo a qualidade e diminuindo o volume d'água devido a obstrução nas suas camadas. As válvulas de ar não funcionavam de forma automática.

ao governo, e bem assim uma nova série de plantas [...] oferecia-se para executar esse trabalho que remeteria poucos dias depois de sua chegada ao Rio de Janeiro”<sup>724</sup>.

Essa entrega provavelmente não ocorreu, já que no semestre seguinte os acionistas decidiram contratar os serviços do engenheiro Leon Cassan, pela quantia de 3.000\$000, para complementar os estudos feitos pelo engenheiro Braga Mello. O trabalho de Cassan constava de relatório, plantas e orçamento. Em 1891 a empresa iniciou efetivamente as obras que buscavam solucionar o problema de abastecimento, como destaca Carvalho ao revelar que

neste ano a Companhia, visando aumentar a sua arrecadação, resolveu aumentar a capacidade de abastecimento de água para 4000m<sup>3</sup>/dia, instalando bombas no local de captação, no arroio Moreira, e recalçando a água a 34 metros de altura para um reservatório elevado. Esta elevação aumentava a descarga de 24 para 50 litros/segundo. As bombas eram acionadas por máquinas a vapor<sup>725</sup>.

A primeira obra indicada por Cassan consistia na reconstrução de uma das paredes de contenção, à margem esquerda da represa. O engenheiro “opinava pela imediata construção dos paredões constantes nos estudos para as novas obras”<sup>726</sup>. As demais obras recomendadas por Leon Cassan também foram submetidas à concorrência pública, e as propostas foram examinadas e discutidas pela diretoria e pelo engenheiro, sendo contratados “Antônio Moreira dos Santos [...] para a construção do reservatório de 4.000 m<sup>3</sup>, dos filtros, do edifício das máquinas e oficinas, do poço de alimentação das bombas e da base em que tem de assentar-se a torre de ferro; e a de Ângelo Zanotta [...] para as obras de canalização”<sup>727</sup>. O documento informava ainda que

Como não tivessem aparecido concorrentes para o fornecimento das máquinas e acessórios que tinham de vir da Europa, resolveu esta diretoria mandar vir de conta da Companhia por intermédio dos Srs. Fould Frères & C. (de Paris), fazendo seguir o engenheiro Sr. L. Cassan com o fim de fiscalizar a construção do referido material mediante comissão de 4% sobre o custo dos mesmos, constante do orçamento [...] Tendo seguido em princípios do mês de dezembro p. p. para Paris o engenheiro Sr. L. Cassan a fim de desempenhar comissão para qual foi nomeado, é hoje agradável a essa diretoria comunicar-vos que aquele Sr. já telegrafou ao Sr. gerente, dizendo ter comprado com economia os motores, caldeiras, bombas e a torre de ferro<sup>728</sup>.

<sup>724</sup> RELATÓRIO da Companhia Hidráulica Pelotense do anno de 1890. Pelotas: Typ. A Vapor da Livraria Americana, 1890, p.03.

<sup>725</sup> CARVALHO, Francisco Paulo. *Serviço Autônomo de Água e Esgotos*. SAAE. Pelotas, 1980, p.03.

<sup>726</sup> RELATÓRIO da Companhia Hidráulica Pelotense anno de 1891. Pelotas: Typ. a Vapor da Livraria Americana, 1892, p.04. Devido a sua urgência, essas foram executadas antes da aprovação pela província, e a empresa contraiu um empréstimo para executá-las, contratando o empreiteiro Antônio Moreira dos Santos, que apresentou a melhor oferta na licitação. Em 1892, além dessas obras, a empresa lançava despesas com reparos na comporta.

<sup>727</sup> RELATÓRIO da Companhia Hidráulica Pelotense do anno de 1892. Pelotas: Typ. A Vapor da Livraria Americana, 1893, p.04.

<sup>728</sup> Ibid., p.04-05.

Esse texto é bastante significativo, já que esclarece uma série de questões sobre a origem das caixas d'água de ferro de Pelotas: a da praça Piratinino de Almeida (1875) e a da represa do Moreira (1893). Os ensaios de Henrique Carlos de Moraes parecem ter servido de suporte para a maioria dos estudos sobre a Caixa d'água da Praça Piratinino de Almeida, e revelam que

foi Leon Cassa (sic), engenheiro fiscal da Companhia Hidráulica Pelotense, quem mandou vir de *Paris* da firma *Fouilla* (sic), *Féres*, todo o material necessário ao funcionamento do reservatório. O material chegou em duas etapas ao porto do Rio Grande, a primeira num navio inglês e a segunda num navio sueco<sup>729</sup> (grifo nosso).

Sabe-se que Leon Cassan foi o autor do projeto da Casa de Máquinas da represa do Moreira, em 1893. Quanto a suas atividades na década de 1870, nenhum registro foi encontrado. Em estudos posteriores, Moraes comenta que “o custo total acompanhado da bomba, motor, caldeira (para a represa do Moreira) e a torre que lhe serve de coroamento, foi de 5.500 libras esterlinas cuja taxa naquela recuada época era de 16 réis. No câmbio, 88 mil réis”<sup>730</sup>. Percebe-se que Moraes está se referindo à aquisição da caixa d'água de ferro instalada na represa em 1893, e não àquela instalada na praça da Caridade (atual Piratinino de Almeida) na década de 1870.

Dessa forma, constata-se que as suposições levantadas até o momento de que a Torre do Depósito da praça Piratinino de Almeida foi importada da França não têm fundamento, e não passam de um equívoco na interpretação das fontes de pesquisa. A caixa d'água metálica, francesa (importada da empresa Fould Frères & C., de Paris) é aquela localizada na represa do Moreira.

Ainda sobre as intervenções na represa, verificou-se que Leon Cassan deixou uma série de recomendações sobre a execução das obras antes de viajar, e comprometeu-se com a companhia a executá-las recebendo a remuneração de 5% sobre o total da obra. Entre as especificações para o início dos trabalhos determinou que fossem realizadas

construção das paredes laterais do reservatório e escavação do mesmo, escavação dos taludes dos tanques antigos para colocação dos filtros, escavação dos alicerces da casa das máquinas, escavação dos alicerces para assentamento da torre de ferro, extração da pedra necessária e preparo da cantaria<sup>731</sup>.

A conclusão das obras da Casa de Máquinas da represa do arroio Moreira coincidiu com o período de eclosão da Revolução Federalista de 1893, e a empresa não deixou de sentir os reflexos desse movimento. O relatório de 1893 anunciava a previsão de término das obras para o mês de maio, e ressaltava “se bem que a falta

<sup>729</sup> MORAIS, Henrique Carlos de. *Estudos*. Caixa d'água de Pelotas. Pelotas, agosto de 1965.

<sup>730</sup> MORAIS, Henrique Carlos de. *Estudos*. Caixa d'água de Pelotas. Pelotas, 05 de abril de 1970.

<sup>731</sup> RELATÓRIO da Companhia Hidráulica Pelotense do anno de 1892. Pelotas: Typ. A Vapor da Livraria Americana, 1893, p.05.

de braços muito se fizesse sentir e muito concorresse para que esse melhoramento não pudesse ficar pronto para o começo do ano como desejávamos”<sup>732</sup>.

O documento tratava também dos valores investidos na obra (que excederam o orçamento inicial), destacando, entre eles, os direitos de importação (cuja isenção era solicitada ao governo), a construção de um galpão para combustível e os sobressalentes para os motores, caldeira e bombas, além de torneiras, chumbo e estanho para a colocação das penas d’água. Comunicava, ainda, a aprovação dos estatutos pelo governo e a integralização de novas ações<sup>733</sup>.

A questão financeira também era tratada, em função do impacto causado pelas novas obras<sup>734</sup>: a diretoria informava que os rendimentos poderiam diminuir nos próximos meses, apesar do aumento de capital, já que se somavam às despesas o aumento no número de empregados e o combustível para o funcionamento das máquinas. A opção apresentada pela administração era repassar o aumento para as mensalidades, visando manter os lucros da empresa (as penas passariam para 5\$000 e as meias-penas para 2\$500).

Os relatórios anteriores já revelavam a preocupação da empresa com o excesso de consumo e os furtos d’água. Quanto ao primeiro, implementava uma decisão da assembléia de somente colocar meias-penas em prédios de certo valor de locação e, quanto ao segundo, anunciava que, apesar da fiscalização da empresa, alguns usuários ainda faziam entroncamentos clandestinos entre as edificações.

O ano de 1893, marcado pela revolução federalista no Estado e pelas obras na represa do arroio Moreira, coincidia com o último período da administração de J. R. Pereira Sobrinho, que foi substituído na gerência da empresa por José Brochado.

## A CASA DE MÁQUINAS E A CAIXA D’ÁGUA

As obras realizadas na represa do Moreira marcaram a trajetória da empresa hidráulica: entre as intervenções mais significativas, do ponto de vista da arquitetura, destacaram-se a edificação da casa de máquinas e a construção da caixa d’água metálica.

A casa de máquinas foi projetada por Leon Cassan em 1891 (Fig.136)<sup>735</sup>. Trata-se de uma construção térrea, em forma de T, concebida para a instalação das

<sup>732</sup> RELATÓRIO da Companhia Hidráulica Pelotense do anno de 1893. Pelotas: Oficinas a Vapor da Livraria Americana, 1894, p.05.

<sup>733</sup> COMPANHIA HIDRAULICA PELOTENSE. *Estatutos 1887*. Estatutos da Companhia Hydraulica Pelotense e mais documentos relativos a sua organização.

<sup>734</sup> No final de 1893 as despesas da empresa eram de 19:579\$335 em novas obras, de 137:886\$080 com Fould Frères & C. de Paris, de 9:814\$745 como engenheiro Leon Cassan e de 47:451\$413 com o empreiteiro Antônio Moreira dos Santos, de 2:790\$020 com investimentos em hidrômetros (de alguns semestres anteriores, provavelmente indicados pelo engenheiro Fernando Mattos). Nesse documento aparecia também uma despesa com S. Lainé no valor de 3:209\$600 (não identificada) e a primeira despesa com uma conta de telefone de 1:294\$450, evidenciando a implantação desse serviço na empresa.

<sup>735</sup> Em 1881-1883, quando a Companhia Hidráulica Pelotense enfrentava problemas para suprir o abastecimento da cidade, as usinas elevatórias já eram construções empregadas em outros países, como na França, onde foi construída a Usina Elevatória de Águas de Val-de-Marne, a partir de um projeto de Alphand de 1879. Hoje a antiga usina faz parte

máquinas e oficinas da empresa. O edifício possui três compartimentos: dois na parte frontal, onde foram instaladas as máquinas e a caldeira, e um nos fundos, onde se localizavam as oficinas.



Figura 136: Casa de Máquinas da represa do Moreira  
Fonte: acervo pessoal, 2006.

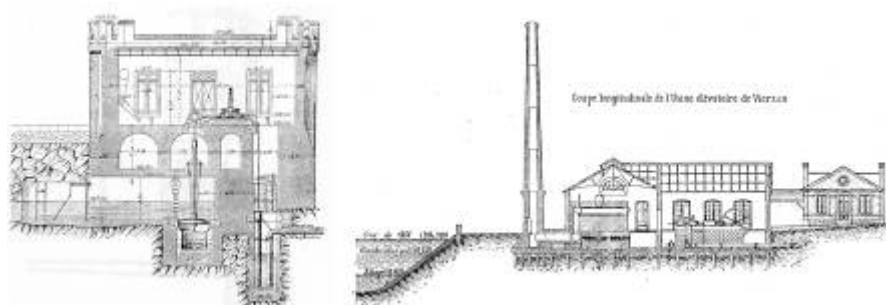


Figura 137: Usinas elevatórias

Usina elevatória planejada com cobertura em laje plana, com abobadilhas (esquerda). A usina elevatória de Vierzon apresenta tratamento externo semelhante ao da Hidráulica Pelotense: aberturas em arco abatido com moldura em tijolos, tratamento da base e simetria da composição (direita).

Fonte: DARIÈS, Georges. *Distributions d'eau*. Paris: Dunod, 1899, p.290.

O edifício é simétrico e a chaminé da caldeira marca o eixo da composição. As paredes foram executadas, provavelmente, em alvenaria de pedra. A cobertura é formada por um sistema de abobadilhas que, como destaca Lemos eram “conseguidas



com tijolos, formando pequenos arcos abatidos apoiados em trilhos de estrada de ferro equidistantes<sup>736</sup>. Reis Filho já descrevia esse sistema construtivo<sup>737</sup>, onde os arcos eram apoiados em vigas de ferro em formato de I.

No caso da Hidráulica Pelotense, a solução empregada na cobertura da casa de máquinas era arrematada por uma cobertura externa plana e impermeabilizada<sup>738</sup>. Essa solução também foi empregada em usinas elevatórias francesas no final do século XIX (Fig. 137, esquerda).

A composição externa do edifício é determinada por uma sucessão de aberturas em arco abatido (portas e janelas), com vergas e umbrais arrematados com detalhes em tijolos (Fig.137, direita). Os vãos são dispostos simetricamente em relação ao eixo definido pelo coroamento vertical – platibanda, frontão curvo com relógio e chaminé.

A elevação principal permite identificar a organização interna do edifício, já que os dois conjuntos de vãos (janela, porta, janela) remetem a cada uma das salas principais do prédio. A disposição dos vãos é completamente livre em relação à localização interna dos equipamentos, já que a caldeira e as máquinas encontravam-se mais próximas a parede divisória interna, permitindo a circulação junto às paredes laterais (Fig.139).

A presença do tijolo aparente na construção civil era rara na cidade nesse período: na Hidráulica, essa solução aparece no arremate das aberturas, no embasamento e no frontão, já que o revestimento externo das paredes é de pedra. Martins comenta que a arquitetura dos estabelecimentos industriais brasileiros lembra as tradicionais fábricas manchesterianas de tijolos vermelhos<sup>739</sup>: isso parece confirmar-se na Hidráulica Pelotense.

Um dos motivos que pode ter relação com essa solução era uma característica comum às indústrias inglesas, apontada por Peter Collins.

As fábricas que cresciam nas cidades industriais cobriam com sua fumaça os edifícios de suas redondezas envolvendo-os numa camada de sujeira e fuligem. Qualquer progresso que se oferecesse no terreno da higiene e da limpeza era importante. Os arquitetos mais racionalistas sentiram-se obrigados a usar nas fachadas materiais menos porosos e de fácil limpeza. Os adornos de cerâmica policromada e os tijolos vitrificados puseram-se na moda, especialmente os últimos, já que nas cidades inglesas era economicamente muito interessante o uso do tijolo<sup>740</sup>.

<sup>736</sup> LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. Transformações do espaço habitacional ocorridas na arquitetura brasileira do século XIX. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, N. Ser., n.1, 1991, p.102.

<sup>737</sup> REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 6 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

<sup>738</sup> Em 1903, em função de infiltrações constantes de água da chuva, a cobertura foi revestida com uma “folha estanhada, moderno e excelente material, importado dos E. Unidos, cuja aplicação deu completo resultado” (RELATÓRIO da Companhia Hidráulica Pelotense anno de 1903. Pelotas: Officina Typografica da Livraria Commercial Francisco Meira, s.d., p.03).

<sup>739</sup> MARTINS, Ana Luiza. Aspectos econômicos da presença britânica no Brasil. In: CENTRO BRITÂNICO BRASILEIRO. *Britânicos no Brasil*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa de São Paulo, 2001.

<sup>740</sup> COLLINS, Peter. *Los ideales de la arquitectura moderna; su evolución (1750-1950)*. Barcelona: GG, 1998, p.113.

O interessante é o fato de que nas cidades inglesas, palco de um processo intenso de industrialização, o uso de tijolo aparente estava voltado à preservação das fachadas. No caso da Hidráulica Pelotense, a edificação da casa de máquinas localizava-se fora da área urbanizada, em um terreno praticamente deserto na época de sua construção. Dessa forma, não se justificava a utilização de elementos aparentes mais duráveis que a alvenaria rebocada e pintada, já que não existiam os agentes agressores externos: utilizou-se a referência sem o questionamento quanto às premissas que a originaram.

A diversidade de origem dos elementos que compõem os interiores é significativa<sup>741</sup>, revelando que a importação de máquinas e de equipamentos, durante o século XIX, era uma constante.

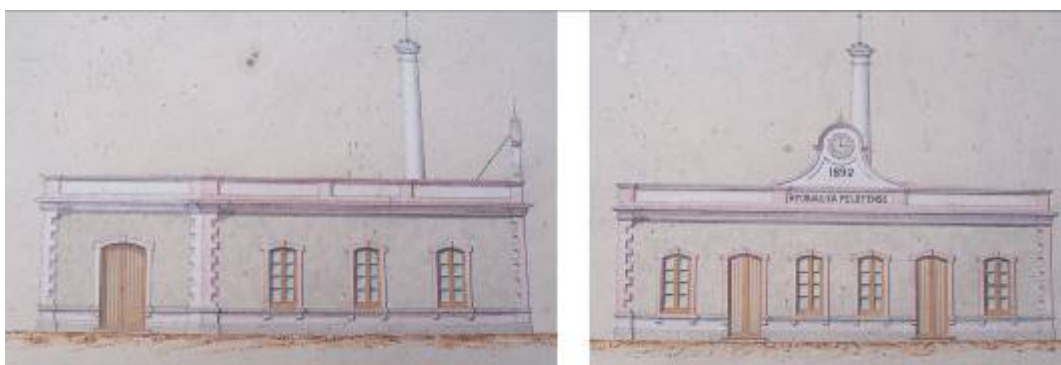


Figura 138: Projeto arquitetônico da casa de máquinas e oficinas. Fachada lateral e principal  
 Fonte: CASSAN, Leon. Edifício das máquinas, caldeiras, bombas e oficinas. Escala 1:100. Represa do Moreira. Projeto arquitetônico. Elevação lateral, elevação principal, corte ABCD e corte EF. Pelotas, dezembro de 1891.

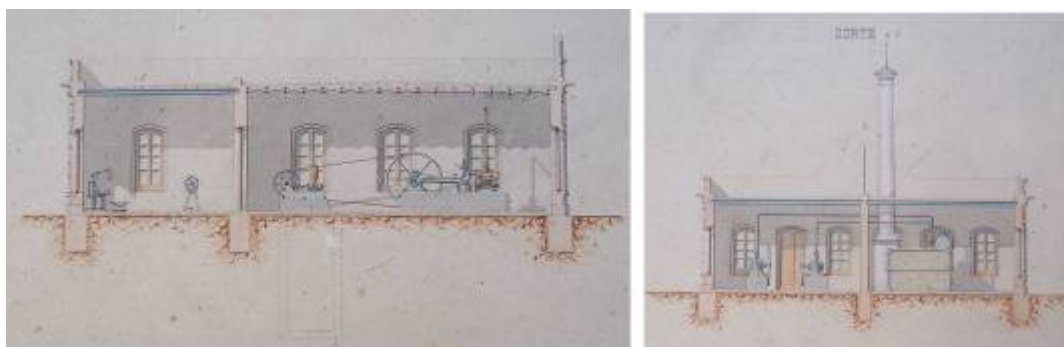


Figura 139: Projeto arquitetônico da casa de máquinas e oficinas – corte longitudinal e transversal  
 Fonte: CASSAN, Leon. Edifício das máquinas, caldeiras, bombas e oficinas. Escala 1:100. Represa do Moreira. Projeto arquitetônico. Elevação lateral, elevação principal, corte ABCD e corte EF. Pelotas, dezembro de 1891.

O projeto da Casa de Máquinas, de autoria de Leon Cassan, ainda se encontra no local onde foi implantado, na casa do guarda da represa do arroio Moreira, em um quadro emoldurado, confirmando a sua autoria e a data de sua execução (Fig.138 e 139).

<sup>741</sup> O relógio possui a inscrição *Chateau Pére et Fils. Sr. do Collin – Wagner. Paris.* As máquinas são de *Northington Pumping Engine Co. Size 3 x 11/4 x 3. Northington. Trade Mark. N° 36994. London (Caldeira) ou Manomètre Métallique. Schäffer & Buderberg Ltd. Manchester London & Glasgow. Trad Mark. Kilog. pr. cmtr. Mètres de colonne d'eau. n° 2755099.* Percebe-se ainda equipamentos adquiridos de *Douane. Ingenieur Constructeur. 25. avenue parmenther. Paris. n° 316.*

O projeto arquitetônico apresenta, além da edificação em si e dos elementos fixos (como a caldeira, a fornalha e as máquinas a vapor), a distribuição espacial de uma série de equipamentos necessários ao funcionamento das atividades. As máquinas foram locadas determinando-se, nos corte, a implantação dos equipamentos.



Figura 140: Caixa d'água metálica da represa do Moreira em 1974  
Fonte: Acervo fotográfico do Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas.

A caixa d'água metálica, instalada na mesma época, também continua em funcionamento, localizada ao lado da Casa de Máquinas e da Casa do Guarda (Fig.140). O desconhecimento dessa estrutura, situada distante da zona urbana, talvez tenha sido a gênese de uma série de interpretações equivocadas sobre a origem das caixas d'água de ferro de Pelotas.

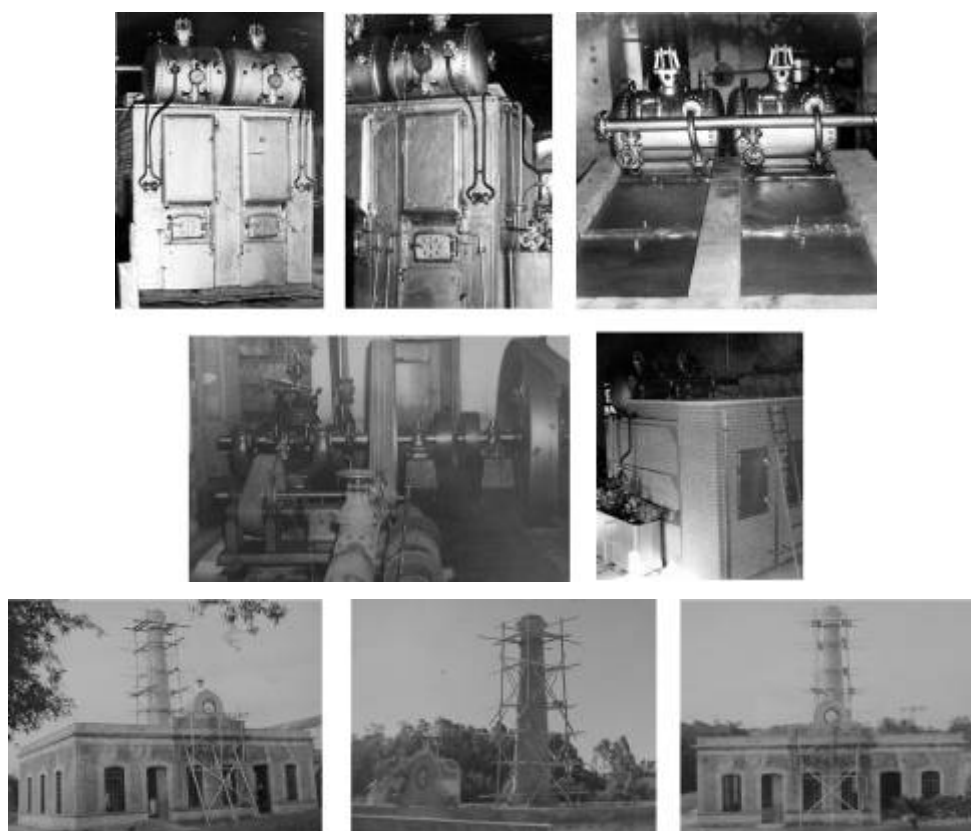


Figura 141: Casa de máquinas  
Caldeira, fornalha e bombas (antigas e novas). Reforma da casa de máquinas do Moreira.  
Fonte: Acervo fotográfico do Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas.

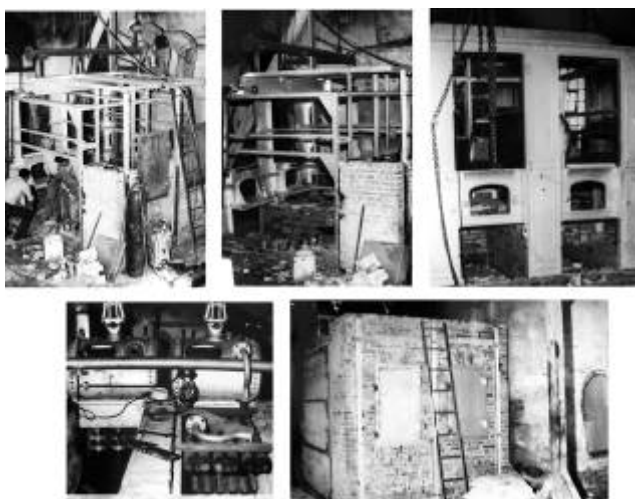


Figura 142: Reforma da caldeira e da fornalha  
 Fonte: Acervo fotográfico do Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas.



Figura 143: Comporta de ferro durante a intervenção  
 Fonte: Acervo fotográfico do Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas.

Em intervenções posteriores, o edifício foi equipado com novas máquinas (bombas centrífugas acionadas a vapor) como se registrou nas imagens de 1958. Em abril de 1973 foram documentadas fotograficamente a reforma e pintura da casa de máquinas. A caldeira e a fornalha da casa de máquinas, assim como a comporta de ferro da represa, também foram objeto de intervenção, mas não se pode precisar a data das obras nos registros encontrados (Fig.141, 142 e 143).

### 3.5 A MUNICIPALIZAÇÃO DA COMPANHIA HIDRÁULICA PELOTENSE

#### A VIRADA DO SÉCULO: A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DAS REDES DE ÁGUA E ESGOTO

No início do século XX, às vésperas da municipalização da Hidráulica Pelotense, a cidade possuía uma população de aproximadamente cinquenta mil habitantes, e o relatório elaborado pelo engenheiro civil Alfredo Lisboa<sup>742</sup> constatava que a empresa não fornecia água com pressão e quantidade suficientes à instalação

<sup>742</sup> Projecto de novo abastecimento d'água à cidade de Pelotas por Alfredo Lisboa engenheiro civil. Pelotas. Estado do Rio Grande do Sul: Impressão a vapor da Livraria Universal de Echenique Irmãos e Cia., 1900. Alfredo Lisboa teve o auxílio do engenheiro Américo Rocha e de Guilherme Ahrons (responsável pelo projeto de esgotos). Lisboa trabalhou na capital, onde contribuiu com estudos para as obras do porto do Rio de Janeiro (SANTOS, Noronha. Fontes e chafarizes do Rio de Janeiro. In: *Arquitetura Oficial II*. São Paulo: FAUUSP/MEC-IPHAN, 1978, p.37). Participou de uma comissão para buscar uma solução para os esgotos de Santos, que teve poucos resultados efetivos (ANDRADE, Carlos Alberto Monteiro de. O plano de Saturnino de Brito para Santos e a construção da cidade moderna no Brasil. *Espaço & Debates*, São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, n.34, 1991, p.55-63).

da rede de esgotos. Este foi um problema que acompanhou a Companhia Hidráulica Pelotense por muitas décadas.

A municipalização da Hidráulica Pelotense efetivou-se em 1908: a empresa foi entregue ao poder público pelos diretores Manoel Luís Osório e Nicolao Agrifóglio, mediante um acordo em que “obrigava-se a companhia a entregar ao Município todo o seu acervo por 1.200 contos, pagos 200 contos em dinheiro e 1.000 contos em títulos, de juro de 6% ao ano”<sup>743</sup>.

O abastecimento de água passou a ser administrado pelo poder público na mesma época em que se tratava da instalação do serviço de esgotos. Além da instalação deste, o Almanaque de Pelotas noticiava, em 1915 que

era, também, uma velha aspiração de Pelotas ver o seu serviço de abastecimento d’água ampliado, com a captação de novos mananciais. A escassez do precioso líquido era patente e o serviço intermitente, em uso, trazia contínuas reclamações. A falta d’água provocava justos clamores e sérias apreensões e a sua impureza preocupava o espírito público, despertando alarme na classe médica<sup>744</sup>.

Nesse período foi construída a represa do arroio Quilombo e reformada a do arroio Moreira (Fig.144). Discutia-se, ainda, a instalação de hidrômetros como forma de regular o consumo: o argumento a favor da colocação dos medidores pautava-se no fato de que “o proprietário paga o que, de fato, consome, e o fornecedor não sofre as conseqüências dos desperdícios e abusos”<sup>745</sup>. As dificuldades em relação a mudança na forma de controle era enfatizada pela comparação com o que ocorria em outras cidades, argumentando-se que “nunca se devia retardar a sua colocação, pois, mais tarde, surgirão as dificuldades que de longa data vem impedindo o Rio de Janeiro de regular o consumo d’água”<sup>746</sup>.

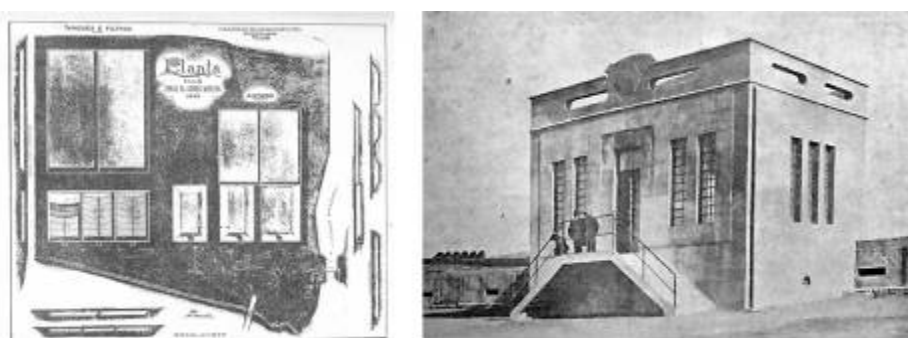


Figura 144: Represas do arroio Moreira e do arroio Quilombo  
Reforma dos filtros da represa do Moreira (esquerda) e fachada principal do pavilhão de manobras do reservatório no Quilombo (direita).

Fonte: INTENDÊNCIA MUNICIPAL DE PELOTAS. Secção de Águas e Esgotos. Relatório de 1914 apresentado ao Intendente Municipal Dr. Cypriano Corrêa Barcellos pelo Engenheiro-Chefe Florisbello Leivas. Pelotas: Off. Typ. do Diário Popular, 1915, Ilustrações (esquerda). FERREIRA & C. *Almanach de Pelotas*. Pelotas: s.ed., 1916, Ilustrações (direita).

<sup>743</sup> MUNICÍPIO DE PELOTAS. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1916 pelo Intendente Engenheiro Cypriano Corrêa Barcellos. Pelotas, 1916, p.41.

<sup>744</sup> FERREIRA & C. *Almanach de Pelotas*. Pelotas: Off. Typ. do Diário Popular, 1915, p.231.

<sup>745</sup> *Ibid.*, p.235.

<sup>746</sup> *Ibid.*, p.235.

A instalação da rede de esgotos<sup>747</sup> foi uma preocupação constante do poder público nesse período: em 1906, no relatório demográfico do município de Pelotas, o delegado de higiene ressaltava que a proximidade da “instalação de uma rede de esgotos subterrâneos e o suprimento de abundante água potável filtrada virão colaborar poderosamente no saneamento local”<sup>748</sup>.

O número de óbitos na cidade era um fator que preocupava as autoridades: em 1891 este valor era considerado bastante elevado, somando um total de 48,72 óbitos em cada mil habitantes. Segundo as estatísticas da época, a mortalidade pelotense era superior a de muitas cidades européias, sendo “duplamente maior que a de Roma ou que a de Berlim; quase o duplo que a de Paris; está para a de Londres como 48 para 20; é três vezes maiores que a de Zurique”<sup>749</sup>. Esses dados serviam de subsídio para que se apontasse as deficiências do saneamento da cidade.

As causas dos problemas de saneamento eram atribuídas a “falta de esgotos ou de um serviço barato e obrigatório de substituição de cubos para depósitos de materiais fecais e os 124 cortiços existentes na cidade”<sup>750</sup>. O serviço de remoção de materiais fecais e águas servidas era prestado pela Empresa Asseio Pelotense, que nessa data tinha entre 900 e 1100 assinantes, ou seja, menos da metade daqueles que se abasteciam de água da Companhia Hidráulica (que supria 2424 prédios)<sup>751</sup>.

Em 1913, o relatório do intendente destacava que o Asseio Público começou a funcionar sob a administração do município em 1904, com 2325 assinantes e, menos de uma década depois, já contava com 4998 usuários<sup>752</sup>.

O serviço era obrigatório, e os valores cobrados dos proprietários. As taxas variavam em função da frequência e do tipo de material a ser removido: trimestralmente, a remoção do cubo duas vezes por semana custava 7\$500 (1ª classe) e três vezes 12\$000 (2ª classe). Se fosse retirado diariamante custava 15\$000

<sup>747</sup> Gutierrez comenta que, em Pelotas, o debate sobre o projeto de esgotos iniciou antes da proclamação da República, com a publicação de dois estudos: *Esgotos da cidade de Pelotas*. Projeto, proposta e contrato, de 1887, de autoria do engenheiro civil pela Escola de Pontes e Calçadas de Paris, G. Howyan e *Os esgotos de Pelotas*. Análise da proposta de Howyan, de 1888, publicada pelo engenheiro Luiz Antônio Comolli (GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2004, p.297). Em 1887 foi apresentada à Câmara um projeto de Georges Espinasse e, em 1891 foi realizado um estudo por Ahrons, a pedido da diretoria da Companhia Industrial e Construtora (AHRONS, Guilherme. *Ao público desta cidade. Os exgotos*. Pelotas: Typ. Livraria Americana, 1891). Em 1899, Alfredo Lisboa emitiu parecer sobre o projeto de Ahrons, e foi encarregado de elaborar novo estudo em 1900 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Instituto Nacional do Livro. *Projetos e relatórios*. Saneamento de Pelotas, Teófilo Otoni e Poços de Caldas. Obras completas de Saturnino de Brito. Volume XIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944). Este projeto foi revisto pelo autor em 1910 (RELATÓRIO sobre o projecto definitivo dos serviços de águas e esgotos para a cidade de Pelotas em 1910. Apresentado ao Intendente Municipal Engenheiro, José Barboza Gonçalves pelo Engenheiro Civil, Alfredo Lisboa. Pelotas: Oficinas do Diário Popular, 1911). Um panorama sobre os diversos projetos relativos a rede de esgotos foi publicado em PEREIRA, Octacílio. *Esgotos de Pelotas. Seu histórico*. In: FERREIRA & C. *Almanach de Pelotas*. Pelotas, s.ed., 1916, p.235-248.

<sup>748</sup> ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Estatística demográfica sanitária do município de Pelotas correspondente ao ano de 1905. Organizada pelo Dr. José Calero, Delegado de Higiene. Pelotas: Oficina Typographica da Livraria Pelotense, 1906.

<sup>749</sup> BOLETIM apresentado à Intendência Municipal da Cidade de Pelotas em sessão de 12 de maio de 1891 por Euclides B. de Moura Diretor da Repartição de Estatística da mesma Intendência. Pelotas: Impressão a Vapor da Livraria Universal, 1891, p.20.

<sup>750</sup> *Ibid.*, p.20-21.

<sup>751</sup> *Ibid.*, p.37-38.

<sup>752</sup> FERREIRA & C. *Almanach de Pelotas*, 1913, p.24.

o semestre (3ª classe). O serviço de remoção de águas servidas nos portões<sup>753</sup> e cortiços era responsabilidade do proprietário dos mesmos<sup>754</sup>.



Figura 145: Empresa Asseio Rio-Grandense

Recibo de pagamento dos meses de outubro e de dezembro de 1906, relativos ao serviço de remoção de matérias fecais.

Fonte: Disponível em [www.riograndeemfotos.fot.br/museuvirtual/indexa.html](http://www.riograndeemfotos.fot.br/museuvirtual/indexa.html). Acesso em agosto de 2008.

Em 1900 as expectativas quanto á implantação do serviço de esgoto pautavam-se na suposição que “a sua realização fará desaparecer por completo o atual serviço de remoção de materiais, que por melhor executado que seja, é sempre contrário a higiene e assaz pernicioso para a população”<sup>755</sup>. A perspectiva era de que a remoção de materiais fecais desaparecesse: mas o atraso na realização das obras da rede de esgotos ocasionou à municipalização desse serviço (que persistiu ainda nas regiões periféricas, não contempladas com a rede pública).

Em Rio Grande, o serviço era prestado pela Empresa Asseio Rio-Grandense (Fig.145). A obrigatoriedade de adesão aos serviços era estabelecida pela municipalidade, que determinava os perímetros das zonas de asseio e de esgotos.

As obras de esgoto de Pelotas foram executadas pelo município (Fig.146), que solicitou um empréstimo de 600.000 libras esterlinas, após o fracasso dos trabalhos contratados a partir de uma concorrência pública<sup>756</sup>. A licitação para a realização dos serviços de água e de esgotos teve a participação de vinte e seis empresas<sup>757</sup>, mas os problemas financeiros da firma vencedora impediram a realização dos trabalhos. Devido a isso, a instalação da rede de esgotos tornou-se uma obra “para o qual o espírito público voltava todas as suas desconfianças e descréditos”<sup>758</sup>.

Essa situação levou a municipalidade assumiu a execução das obras: em relação ao projeto, o relatório do Intendente Municipal de 1913 comunicava a realização de uma consultoria com o engenheiro Saturnino de Brito, que “dará a última

<sup>753</sup> O portão consistia em um conjunto de construções, cujo acesso era realizado através de uma rua interna: as edificações ocultavam-se da rua por intermédio do portão de acesso. Moura comenta que o portão foi “frequente na cidade de Pelotas. Reproduzindo as mesmas características daqueles construídos em Porto Alegre e em outras cidades, eram formados por fitas de casas desenvolvidas no sentido longitudinal do lote com pequena rua interna onde, geralmente, situavam-se as latrinas e os tanques para uso coletivo. Dependendo da largura do lote, a rua era central a duas fitas ou colocada em uma das laterais do terreno” (MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de. *Habitação Popular em Pelotas (1880-1950): entre políticas públicas e investimentos privados*. 2006. 249p. (Doutorado em História do Brasil). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.168).

<sup>754</sup> FERREIRA & C. *Almanach de Pelotas*. Pelotas: Offic. Typ. Do Diário Popular, 1914, p.200-201.

<sup>755</sup> ORÇAMENTO para o município de Pelotas para o exercício de 1901. Lei nº 30 de 23 de novembro de 1900. Pelotas: Imprensa a Vapor da Livraria Universal, 1900, p.58.

<sup>756</sup> A empresa escolhida foi a Reissner, Lopes e Fischer, que iniciou os trabalhos somente em outubro de 1912 e, por dificuldades financeiras, rescindiu o contrato (PEREIRA, Octacílio. Águas e Esgotos. In: FERREIRA & C. *Almanach de Pelotas*. Pelotas: Off. Typ. do Diário Popular, 1915, p.226).

<sup>757</sup> MUNICÍPIO DE PELOTAS. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1911 pelo Intendente Engenheiro José Barboza Gonçalves*. Pelotas: Off. do Diário Popular, 1911, p.05.

<sup>758</sup> PEREIRA, Octacílio. Águas e Esgotos. Op. Cit., p.226.

palavra e esperamo-la com vivo interesse afim de vermos solucionado um caso bem palpitante”<sup>759</sup>. A rede geral de esgotos utilizou o sistema separado absoluto ou Waring<sup>760</sup>: contava com quarenta mil metros de extensão e dividia a cidade em duas zonas, a oriental e a ocidental, cuja linha divisória era a rua 15 de Novembro.



Figura 146: Obras de instalação da rede de esgotos em Pelotas  
Retirada do escoramento (esquerda) e escoramento (direita).

Fonte: FERREIRA & C. (Dir.) *Almanach de Pelotas*. Pelotas: Offic. Typ. do Diário Popular, 1915, Ilustrações.

Em 1915 as instalações eram administradas pela municipalidade, e o pagamento da tarifa para o fornecimento de água era responsabilidade do proprietário, cobrado juntamente com o imposto predial. O custo pelo suprimento de 30 mil litros mensais variava de 6\$000 mensais (na zona de esgotos e fora desta, mas dentro da zona do asseio) a 10\$000 (fora das duas zonas acima). Ultrapassando-se a quantidade diária estipulada era cobrado um acréscimo do consumidor; o fornecimento de água na zona de esgotos era permanente<sup>761</sup>.

O discurso do engenheiro Octacilio Pereira, publicado no relatório da Intendência, evidencia como as idéias repercutiam em Pelotas na década de 1910.

Desta forma Pelotas vai sendo saneada, vitalizada, recebendo pela rede hidráulica, que é o *sistema arterial* das cidades, o *sangue puro e vivificante* para distribuí-lo por todas as partes para os diferentes menesteres domésticos e industriais e expelindo pela rede de esgotos, que é o *sistema venoso* das cidades, o *sangue viciado e impuro* e que não serve à vida das populações e deve ser arrojado para longe (grifo nosso)<sup>762</sup>.

No início da década de 1920, o Almanaque de Pelotas relatava efusivamente que haviam sido concluídas as “vultuosas obras de saneamento, com seus

<sup>759</sup> MUNICÍPIO DE PELOTAS. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1913 pelo Intendente Engenheiro Cypriano Corrêa Barcellos*. Pelotas: s.ed., 1913, p.73. O projeto de Lisboa foi revisado pelo mesmo em 1910, e passou por algumas modificações, sendo aprovado por Saturnino de Brito na referida consultoria (PEREIRA, Octacilio. In: FERREIRA & C. *Almanach de Pelotas*. Pelotas: Off. Typ. do Diário Popular, 1915, p.225). Os projetos de Alfredo Lisboa podem ser consultados na Biblioteca Pública Pelotense e no Setor de Estatística e Divulgação do Serviço de Saneamento de Pelotas (ver relação de instituições consultadas).

<sup>760</sup> As águas da chuva eram drenadas pelas canaletas das ruas. As águas servidas destinavam-se aos coletores, que as conduziam à Usina Elevatória (na rua Liberdade esquina Moreira César) de onde eram bombeadas e recalçadas para o despejo no canal de São Gonçalo.

<sup>761</sup> FERREIRA & C. (Dir.) *Almanach de Pelotas*. Pelotas: Offic. Typ. do Diário Popular, 1915, p.164.

<sup>762</sup> Relatório da Intendência, 1916, p.10-11, apud SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. *Modernidade Urbana e Dominação da Natureza: o saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XX. História em Revista*, Pelotas, v. 7, dez.2001.



complementares: bebedouros para animais, latrinas e banheiros públicos, reinando o bem-estar nas casas, servidas de excelente esgoto e abundante água<sup>763</sup>.

Mas parece que os problemas de falta d'água ainda se verificavam na cidade, mesmo após a ampliação do sistema. Em 1927 o governo municipal contratou uma consultoria com Saturnino de Brito para o suprimento de água do bairro Três Vendas e do Matadouro Modelo e, posteriormente o projeto relativo aos serviços de água e esgotos. No relatório sobre as obras, o autor afirmava que não havia necessidade de ampliar o volume de água disponível, bastando regularizá-lo, através da instalação de hidrômetros e de caixas domiciliares, e purificá-lo com a construção de filtros nas represas<sup>764</sup>.

Em relação ao consumo de água, Saturnino de Brito destacava que dados oficiais informavam que a cidade era abastecida por 15.000m<sup>3</sup> diariamente, para uma população de cerca de 50.000 habitantes (7080 prédios abastecidos e 482 abastecíveis). E concluía: “dão-lhe o dobro e há falta de água!”<sup>765</sup>. Brito atribuía essa situação a perdas e desperdícios, e propunha a medição da água que chegava a cidade e daquela que era consumida, concluindo que

se a diferença continuar excessiva, é que existem fugas ou fraudes, que devem ser descobertas e corrigidas. Isto é cousa sabida, mas geralmente não se faz, preferindo-se empenhar novos capitais em novas aduções, a ‘corrigir’ os hábitos de desperdício pela ‘torneira livre’ ou a ‘pena viciada’<sup>766</sup>.

Em Porto Alegre, o serviço de esgotos foi regulamentado em 1911, na gestão de José Montauray, estabelecendo a obrigatoriedade das instalações de água e esgoto em todas edificações habitáveis localizadas na zona servida pelas redes<sup>767</sup>. O sistema previa a separação entre as águas (servidas e pluviais). Nas edificações, o serviço de instalação (após a organização da planta) incluía o levantamento e recomposição dos soalhos, os furos e composturas de paredes e outros, prevendo a instalação obrigatória de latrinas<sup>768</sup> e pias para as águas de cozinha e outras águas servidas. Determinava, ainda, que a medida que o serviço de esgotos fosse inaugurado em

<sup>763</sup> Progresso de Pelotas. In: PARADEDA, Florentino. *Almanach de Pelotas*, 1921, p.276.

<sup>764</sup> Saturnino de Brito empregou em Pelotas um sistema de filtros horizontais, com leito de areia ou brita contidas entre persianas. O resultado de suas primeiras experiências foi apresentado no Relatório da Construção, e Brito pretendia continuar analisando os resultados desse sistema, morando junto ao local onde os filtros foram construídos, mas faleceu em Pelotas em 10 de março de 1929 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Instituto Nacional do Livro. *Projetos e relatórios*. Saneamento de Pelotas, Teófilo Otoni e Poços de Caldas. Obras completas de Saturnino de Brito. Volume XIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944).

<sup>765</sup> *Ibid.*, p.14.

<sup>766</sup> *Ibid.*, p.14

<sup>767</sup> Intendência Municipal de Porto Alegre. Acto nº 74 de 7 de agosto de 1911. Regulamentando o estabelecimento das instalações domiciliares do serviço de esgotos. In: PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Departamento Municipal de Águas e Esgotos. *Histórico dos sistemas de água e esgotos da cidade de Porto Alegre: 1779 a 1981*. Porto Alegre: DMAE, 1981, p.18-25.

<sup>768</sup> As latrinas e os mictórios deveriam ser instalados em peças convenientemente insoladas e ventiladas e em solos impermeabilizados (Artigo 56). Quanto às habitações coletivas, com vários pavimentos ou com mais de uma economia no mesmo lote, previa-se, no primeiro caso, a determinação obrigatória dos dois equipamentos em cada pavimento e, no segundo caso, estipulava-se que a Intendência determinasse a quantidade e a localização da instalação dos mesmos [Artigo 51] (Intendência Municipal de Porto Alegre. Acto nº 74 de 7 de agosto de 1911. Regulamentando o estabelecimento das instalações domiciliares do serviço de esgotos. In: PORTO ALEGRE. Op. Cit., p.18-25).

cada zona, seriam demolidas, esgotadas, desinfetadas e aterradas as fossas existentes.

A instalação de esgotos foi tardia em Pelotas, e também na capital gaúcha: somente nas primeiras décadas do século XX que o problema foi finalmente encaminhado e resolvido pelos municípios.

## O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL DE PELOTAS E A PRESERVAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infra-estruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação<sup>769</sup>.

A preservação da arquitetura industrial é um tema de investigação recente, tanto no Brasil como no exterior. Kühl comenta que o patrimônio industrial “deve ser entendido no contexto da ampliação daquilo que é considerado bem cultural”<sup>770</sup>, no qual se inclui um número mais significativo de obras, de diversos tipos e pertencentes a um passado cada vez mais recente. Mas o reconhecimento desse acervo ainda é incipiente.

O país conta, entre suas fábricas e instalações destinadas ao transporte ferroviário, com um conjunto significativo de obras. Entretanto, este legado, principalmente o que se refere aos testemunhos materiais, é pouco conhecido. Mesmo em São Paulo, estado onde a indústria teve e tem um papel preponderante na economia, os estudos são restritos [...] O IPHAN protege poucos edifícios vinculados à industrialização, [...] uns vinte entre os cerca de dezesseis mil edifícios protegidos. Em São Paulo o órgão estadual tutela, entre as distintas centenas de construções vinculadas ao tema, somente cerca de trinta edifícios<sup>771</sup>.

Em relação ao estudo desses exemplares, Kühl comenta que “o interesse pela arquitetura do século XIX em geral, e pela arquitetura do ferro em particular, é relativamente recente, sendo a discussão sobre a preservação desses bens motivada, muitas vezes, pela perda irremediável de alguns exemplares significativos”<sup>772</sup>.

Apesar de possuir algumas edificações representativas em seu acervo arquitetônico (inclusive preservadas, como a Torre do Depósito), a permanência de

<sup>769</sup> THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE. Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial. Disponível em [www.mnactec.cat/ticcih/industrial\\_heritage.htm](http://www.mnactec.cat/ticcih/industrial_heritage.htm). Acesso em agosto de 2008.

<sup>770</sup> KÜHL, Beatriz M. Questões teóricas relativas à preservação da arquitetura industrial. *Desígnio*, n.1, mar.2004, p.101.

<sup>771</sup> KÜHL, Beatriz M. La Preservación del Patrimonio Industrial en Brasil. *Arqueologia Industrial*, v.6, n.11, feb.2003, p.14-15.

<sup>772</sup> KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo: Ateliê Editorial: Fapesp: Secretaria da Cultura, 1998, p.09.

obras vinculadas à industrialização não foi uma constante em Pelotas. Muitas vezes, se não eram demolidas, essas edificações passavam por intervenções que as transformavam significativamente: foi o que aconteceu em 1914 com o mercado central de Pelotas<sup>773</sup>, quando uma nova estrutura foi sobreposta ao edifício preexistente. Esse tipo de situação ocorreu em diversos prédios da cidade, que tiveram seus exteriores transformados na virada do século<sup>774</sup>.

A imprensa pelotense divulgava a reforma do edifício, enaltecendo a nova obra e desqualificando a construção preexistente<sup>775</sup>: “o mercado antigo era um quadrado irregular, achatado, sem arte nem comodidade, só se destacando pela pesada solidez de sua construção característico das obras de antanho”<sup>776</sup>. Mas, no século XIX, não foi essa impressão que teve o viajante Augusto de Pinho.

<sup>773</sup> O início das discussões sobre a construção da praça do mercado ocorreu na primeira metade do século XIX. Em 1850 foi possível constatar que o mercado ainda não estava concluído, já que o presidente relatava que a província tinha “duas boas Praças de Mercado, uma nesta cidade, e outra na do Rio Grande” (RELATORIO com que abriu a primeira sessão ordinária da segunda legislatura da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul no 1º de março de 1846, o exmº. sr. conde de Caxias, presidente da mesma província. Porto Alegre: Typ. de I.J. Lopes, 1846, p.26). A possibilidade de obtenção de rendimentos levou o governo a repassar a responsabilidade pela construção dos mercados para as municipalidades: “algumas Câmaras tem pedido à Presidência auxílios para a construção de praças de mercado em seus Municípios [...] Estou na opinião de não dar auxílio algum para essas despesas, não porque julgue que são supérfluas, e sim porque entendo que devem ser feitas à custa das mesmas Câmaras, ou por meio de empresas particulares por elas promovidas. São obras que produzem renda suficiente, para em tempo razoável amortizar o capital empregado (RELATORIO do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o conselheiro José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no 1º de outubro de 1850; acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1851. Porto Alegre: Typ. de F. Pomatelli, 1850, p.41). Em Pelotas, os vereadores escolheram o terreno que se localizava entre as ruas 15 de Novembro, Lobo da Costa, Andrade Neves e Tiradentes para a implantação do mercado (SILVEIRA, Aline Montagna da; SOUTO, Ana Paula da Gama. Evolução das obras da praça do mercado da cidade de Pelotas. GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya (Org.). *Pelotas Século XIX*. Cadernos e folhas de arquitetura e urbanismo. Pelotas: Ed. UFPel, 1994). “Em junho de 1846 participou a Câmara Municipal da Cidade de Pelotas ter contratado uma quadra de terreno apropriada para comodidade e aformoseamento da praça do mercado” (RELATORIO do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o senador conselheiro Manoel Antonio Galvão, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 5 de outubro de 1847, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1847 a 1848. Porto Alegre: Typ. de Argos, 1847, p.18.) O lote foi adquirido por treze contos e quinhentos mil réis, e media 81m40cm por 101m20cm. A construção de uma cisterna para novecentas pipas d’água, projetada por Roberto Offer e executada por José Vieira Pimenta, foi a primeira das três obras arrematadas pela Câmara. O edifício propriamente dito também foi projetado por Offer e construído em partes, arrematadas por Teodolino Farinha. Os custos elevados do projeto apresentado por Roberto Offer levaram os vereadores a propor alterações no plano original da obra, que buscavam “conciliar o interesse do arrematante com a necessária elegância do edifício” (GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2004, p.320-322). Weimer comenta que Offer, depois de atuar em Pelotas, estabeleceu-se em Rio Grande como arquiteto e fotógrafo (WEIMER, Günter. Relações arquitetônicas entre o Rio Grande do Sul e o Prata. In: 6º ENCONTRO DE TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA DO RIO GRANDE DO SUL. *As relações arquitetônicas do Rio Grande do Sul com os países do Prata*. Santiago: URI, 2001, p.19).

<sup>774</sup> Um desses exemplos ocorreu na Catedral de Pelotas: no século XIX foram apresentadas três propostas para a nova Matriz na praça da Regeneração, elaboradas por Roberto Offer, pelo irmão procurador José Vieira Pimenta e pelo artista Rafael Mendes de Carvalho. Os projetos foram enviados à capital para serem avaliadas pela “comissão de engenharia e mais pessoas habilitadas a darem seu parecer” (Excertos de escritos de José Vieira Pimenta (1856), publicados por MAGALHÃES, Mário Osório. *Pelotas: toda a prosa*. Primeiro Volume (1809-1871). Pelotas: Editora Armazém Literário, 2000, p.122). O projeto escolhido, mas não executado, foi o de Offer. Optou-se pela intervenção na edificação preexistente (antiga Matriz). Quanto a Rafael Mendes de Carvalho, sabe-se que era catarinense, “e discípulo de Manuel de Araújo Porto Alegre, que teve forte atuação como caricaturista na corte, instalou-se temporariamente na capital da província, em 1855, depois de passagens pelo Uruguai e pela Argentina. Sua presença nos países do Prata reafirma a grande permeabilidade entre essas fronteiras e a constante troca de informações entre culturas de diversas procedências. [...] também trabalhou como retratista a óleo, professor de desenho e pintura, *arquiteto*, cenógrafo e decorador” [grifo nosso] (BOHNS, Neiva Maria Fonseca. Os primeiros pintores: presenças desaparecidas, ausências sentidas. In: BOEIRA, Néilson; GOLIN, Tau (Coord.) *Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006, p.412. Outros trabalhos abordam o tema das relações entre o Rio Grande do Sul e a região do Prata (ver 6º ENCONTRO DE TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA DO RIO GRANDE DO SUL. *As relações arquitetônicas do Rio Grande do Sul com os países do Prata*. Santiago: URI, 2001).

<sup>775</sup> SILVEIRA, Aline Montagna *et alli*. A arquitetura do ecletismo e as transformações dos mercados públicos de Curitiba, Porto Alegre e Pelotas. In: REGO, Renato Leão *et al.* (Edit.). 3º Ciclo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo: habitar. *Anais do...* Maringá: UEM/DAU, 2006, p.07.

<sup>776</sup> Pelotas na actualidade. Mercado Central. In: FERREIRA & C. (Dir.) *Almanach de Pelotas*. Pelotas: Offic. Typ. do Diário Popular, 1914, p.222.

A praça do Mercado é do tamanho da do Rio de Janeiro, porém muito mais bela pela sua arquitetura vistosa e agradável aspecto da arcada que a circunda no seu interior; as entradas estão colocadas nos quatro ângulos, em um dos lados exteriores corre uma alta bancada de pedra onde se expõe o peixe à venda [...] em uns aseados cubículos que dão frente para o interior é onde se vende a carne verde. Em todo esse edifício há muito asseio e regularidade<sup>777</sup>.

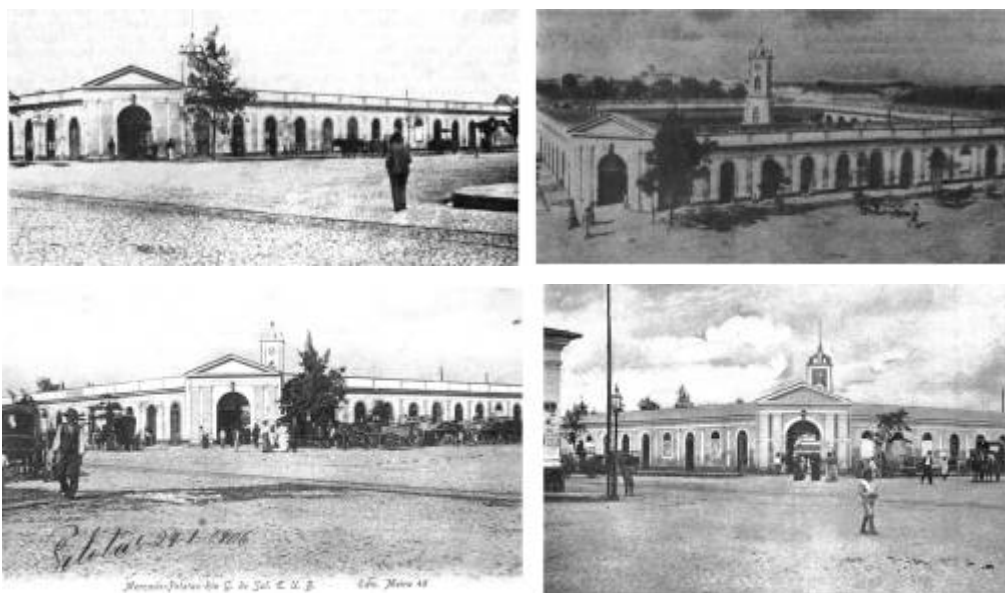


Figura 147: O antigo mercado de Pelotas  
Fachada e vista aérea (superior). O mercado em 1906 e com os acessos nas esquinas (inferior).  
Nas duas imagens percebe-se a movimentação de pedestres e de veículos nas imediações do mercado.  
Fonte: MAGALHÃES, Nélon Nobre. *Pelotas Memória*. Pelotas: s.ed., 1989. Fascículo II, p.08. Acervo fotográfico de Nélon Nobre Magalhães.



Figura 148: Mercado do Rio de Janeiro.  
O Largo do Paço e o Mercado da Candelária [com o chafariz da Pirâmide à direita], de Pedro Godofredo Bertchem em *O Brasil Pitoresco e Monumental*. Rio de Janeiro: Lith. de Rensburg, 1856 (esquerda).  
Mercado da cidade visto do mar, fotografia de Marc Ferrez, 1880-90. Coleção Gilberto Ferrez (direita)  
Fonte: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. *Uma cidade em questão I*: Grandjean de Montigny e o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUCRJ, 1979, p.151 e p.155.

A comparação entre o porte e a qualidade estética das praças de mercado de Pelotas (Fig.147) e do Rio de Janeiro (Fig.148) parece um exagero do autor, já que o mercado a que Pinho se referia era, provavelmente, aquele projetado pelo arquiteto francês Grandjean de Montigny<sup>778</sup>.

<sup>777</sup> PINHO, A. Augusto de. *Uma viagem ao sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. de F. A. de Souza, 1872, p.52.

<sup>778</sup> Grandjean de Montigny foi encarregado pela Câmara Municipal de projetar o mercado do Rio de Janeiro, em 1834. O edifício era de um pavimento, com planta retangular e arcadas sobre o pátio interno. Externamente, as fachadas eram formadas por um embasamento de granito e por dezesseis vãos em arco pleno, guarnecidos de granito e vedados a meia altura. Uma platibanda vazada sobre cornija de granito arrematava as elevações, cujos acessos, demarcados por frontões triangulares estavam voltados para a rua do Ouvidor e para o largo do Paço (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. *Uma cidade em questão I*: Grandjean de Montigny e o Rio de

A transformação do mercado central de Pelotas (1911-1914) tratava-se da sobreposição de uma estrutura metálica sobre a edificação preexistente<sup>779</sup>: a construção de alvenaria foi adaptada quanto aos acessos (que foram transferidos das esquinas para o centro das fachadas) e aos torreões (que foram instalados no local dos antigos portões de entrada), e continuou a delimitar o pátio central (Fig. 150, superior), sobre o qual foi sobreposto uma edificação metálica. No centro do pátio a antiga torre de alvenaria foi substituída por uma torre metálica (Fig.150)<sup>780</sup>.

Estudos realizados nas últimas décadas mostraram que as construções do mercado de Pelotas não foram realizadas no mesmo período: esta sobreposição de edificações de períodos distintos aparecia nos comentários da época sobre a obra: “embora aproveitada a carcaça, mostra ele uma sóbria elegância, com os seus quatro torreões adornados e a sua alterosa torre metálica central, de 30 metros de altura”<sup>781</sup>.



Figura 149: Torre central

A torre central permanece, mas com novo aspecto: torre primitiva (esquerda) e torre atual (direita)<sup>782</sup>. No pátio de meados do século XIX percebe-se a inserção de quiosques no interior do mercado (esquerda).  
Fonte: Acervo da Biblioteca Rio-Grandense. MONTE DOMEcq & CIA. *O Estado do Rio Grande do Sul*. Barcelona: Thomas, 1916, p.156.

Janeiro. Rio de Janeiro: PUCRJ, 1979, p.151). O mercado foi destruído na administração de Pereira Passos, que o substituiu por um novo edifício, inaugurado em 1908. Este também foi destruído, para a abertura da avenida Perimetral, restando somente um dos remanescentes de seus cinco torreões. O mercado de Pereira Passos era formado por uma estrutura metálica fabricada na Inglaterra e na Bélgica (CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). *Guia da arquitetura eclética no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000, p.46).

<sup>779</sup> As primeiras contribuições sobre a análise dessa obra foram realizadas por Geraldo Silva, em seu trabalho *A arquitetura do ferro no Brasil*, onde o autor destacava que “o mercado municipal de Pelotas é também constituído por um grande edifício, em quadra, em alvenaria de tijolos, com um pátio interno onde existe o edifício em ferro, com planta de cruz. Tudo leva a crer que, no caso deste Mercado, as construções em ferro e alvenaria são contemporâneas, o que não ocorre no caso do Mercado da Carne de Belém. O Mercado de Pelotas é todo térreo. As estruturas de ferro dos pavilhões internos são bastante singelas contrastando com o decorativismo eclético das construções de alvenaria envolventes” (SILVA, Geraldo Gomes da. *Arquitetura do ferro no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Nobel, 1987, p.189).

<sup>780</sup> O projeto do mercado foi elaborado por Manoel Itaqui. A estrutura de ferro foi importada da Alemanha e foi montada, por contrato, pela firma porto-alegrense Lima & Martins (Pelotas na actualidade. Mercado Central. In: FERREIRA & C. (Dir.) *Almanach de Pelotas*. Pelotas: Ofic. Typ. do Diário Popular, 1914, p.224). A base da torre possui uma placa confirmando essa origem, onde consta a inscrição *Lüneburger Eisenwerk, Lüneburg (Deutschland)*.

<sup>781</sup> Ibid., p.222. O relato de Geraldo Silva já salientava a importância da torre na composição do conjunto, ao enfatizar que “o que há de notável nesse edifício é a torre, também em ferro, situada no centro da cruz. Sua forma lembra a de um farol marítimo, mas também poderia ter sido uma torre de observação de bombeiros, usual no século passado” (SILVA, Geraldo Gomes da. Op. Cit., p.189).

<sup>782</sup> Na torre de ferro foi instalado o relógio, repetindo uma solução que já existia na primitiva torre de alvenaria. Na cidade, a relação com o tempo havia mudado e se evidenciava no mercado: deixava de ser o tempo das estações do ano, das fases da lua, das épocas de colheita, e passava a ser o tempo da fábrica, da jornada de trabalho.



Figura 150: O mercado

Edifício após a reforma de 1914 (superior). Estrutura metálica após o incêndio (inferior).  
 Fonte: MAGALHÃES, Nelson Nobre. *Pelotas Memória*. Fascículo II, 1989, p.09. Acervo fotográfico de Nélson Nobre Magalhães.

No final da década de 1960 um incêndio colocou em risco a permanência da obra (Fig.150, inferior). Apesar dos danos causados pelo sinistro, o mercado foi recuperado e permanece em uso até os dias de hoje. Silva comenta o fato ocorrido em 1969, relatando que se percebia o rebaixamento das cumeeiras<sup>783</sup>, que ocorreu em função da perda dos vitrais<sup>784</sup>.

Nos últimos anos, algumas propostas foram realizadas com o intuito de recuperar o mercado público, entre elas a intervenção na torre central e na escultura de Mercúrio<sup>785</sup>. Mas o reconhecimento da importância da obra nem sempre foi uma constante: na década de 1950 foi elaborada uma proposta de um edifício de quatro pavimentos para a praça do Mercado, que não chegou a ser construído. O projeto de Fernando Rullmann previa a instalação do mercado (no térreo) e de repartições públicas (nos demais pavimentos)<sup>786</sup>. A proposta de Rullmann não foi implantada

<sup>783</sup> SILVA, Geraldo Gomes da. *Arquitetura do ferro no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Nobel, 1987, p.189.

<sup>784</sup> Na reforma de 1914 descrevia-se que “o interior está resguardado da intempérie sem prejuízo da luz, pelas varandas da torre de ferro cobertas de telhas fibro-ciment, as ogivas tapadas por vidros coloridos e estampados” (Pelotas na actualidade. Mercado Central. In: FERREIRA & C. (Dir.) *Almanach de Pelotas*. Pelotas: Offic. Typ. do Diário Popular, 1914, p.223).

<sup>785</sup> A torre do mercado, uma das referências na paisagem urbana da cidade, foi restaurada em 2001. A estrutura é composta por um mirante, relógio (com mostradores para as quatro faces), farol e sirene, que indica o funcionamento das atividades no local. O projeto de recuperação contemplou ainda a iluminação da obra, destacando-a na paisagem e valorizando suas qualidades estéticas (TORRE do Mercado em fase de recuperação. *Diário Popular*, Caderno Cidade, 24/10/2001. Disponível em [www.diariopopular.com.br/24\\_10\\_01/index.html](http://www.diariopopular.com.br/24_10_01/index.html). Acesso em 10 de maio de 2006). A escultura de metal de Mercúrio, obra de arte integrada ao edifício, encontra-se em fase de análise por especialistas, com o intuito de ser restaurada. A escultura do deus do comércio deve voltar para o alto da torre do mercado. Historiadores locais destacam que as referências históricas sobre a obra são escassas, e não permitem afirmar, até o momento, sua origem, sua data de chegada na cidade e seu destino (FERREIRA, Michele. Mercúrio passa pela primeira consulta. *Diário Popular*, Caderno Patrimônio, p.03, 07/03/2006).

<sup>786</sup> Moura comenta que o projeto apresentado por Rullmann, além de ocupar “a mesma área e projeção do existente, localizado em uma quadra construída nas quatro faces em torno de um pátio central [...] propõe quatro torres, uma em cada esquina, e acentua os quatro acessos ao interior da quadra, no centro de cada uma das fachadas”. A autora destaca ainda que o projeto evidenciava os acessos através da criação de um “avanço do plano vertical, assim como elevação da platibanda [...] As letras e o relógio complementam o destaque dado ao centro da composição” (MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de. *Protomodernismo em Pelotas*. Pelotas: Editora Universitária/UFPel, 2005, p.140). Percebe-se que as características do edifício existente são reproduzidas na nova proposta quanto à implantação (tipologia de pátio central com edifício no alinhamento predial), aos acessos centrais e ao destaque concedido aos elementos de coroamento das esquinas (mais elevados).

(Fig.151), e hoje o a edificação ainda apresenta a mesma configuração das primeiras décadas do século XX.



Figura 151: Mercado Central de Pelotas  
 Fachada da rua Quinze de Novembro, projeto de Fernando Rullmann em 1950.  
 Fonte: MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de. *Protomodernismo em Pelotas*. Pelotas: Editora Universitária/UFPel, 2005, p.140.

Em Pelotas, assim como em outras cidades brasileiras, muitas obras do século XIX foram transformadas ou se perderam, e hoje somente permanecem seus registros iconográficos: foi o que ocorreu com as instalações do gasômetro ou do mercado do porto da cidade<sup>787</sup>.



Figura 152: Mercado regional do porto. Pelotas – RS  
 Fonte: PARADEDA, Florentino. *Almanach de Pelotas*. Pelotas: Lith. Guarany, 1924, p.40.

O Mercado Central, assim como a Torre do Depósito da Hidráulica Pelotense são estruturas remanescentes da arquitetura do ferro em Pelotas: a permanência dessas obras evidencia o reconhecimento e a valorização dessas peças, que integram o acervo do patrimônio industrial da cidade<sup>788</sup>.

<sup>787</sup> No primeiro quartel do século XX, outra edificação destinada à comercialização de mercadorias foi construída em Pelotas: o mercado do Porto. Sobre a obra, cujo custo foi estimado em 30:000\$000, foram encontradas poucas informações até o momento (MUNICÍPIO DE PELOTAS. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1924 pelo intendente Dr. Pedro Luís Osório*. Pelotas: Off. Typ. da Livraria do Globo, 1925, p.108). Em 1923 era citada, entre as obras da administração de Pedro Luís Osório, a construção do primeiro mercado regional do porto, numa região com numerosos habitantes: a indicação de ser o primeiro supõe que houvesse a intenção de edificar outros mercados regionais (PARADEDA, Florentino. *Almanach de Pelotas*. Pelotas: Lith. Guarany, 1923, p.331). A existência deste mercado regional é um dos motivos pelos quais o mercado da praça Sete de Julho foi denominado de Mercado Central. Cruz comenta que o mercado era um equipamento importante nas cidades portuguesas sendo que, em configurações que apresentavam desníveis, como Salvador, “localizava-se normalmente na cidade-baixa, junto ao porto, facilitando o acesso e trocas de mercadorias” (CRUZ, Glenda Pereira da. Pelotas. Espaço construído no início da República. In: WEIMER, Günter (Org.) *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992, p.118). Em Pelotas, essa proximidade não se efetivou em um primeiro momento.

<sup>788</sup> A Torre do Depósito foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional na década de 1980. O tombamento foi realizado em dezanove de julho de 1984, no Livro Tombo de Belas Artes, volume 2, inscrição nº 561, folha 07. A obra denominada Caixa d’água, localizada na praça Piratinino de Almeida, antigo largo da Caridade, passou a fazer parte do patrimônio histórico e artístico nacional através do processo 1065-T-82 (MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto*

Kühl destaca que, no Brasil, a tutela oficial dos remanescentes do processo de industrialização é bastante rara<sup>789</sup>: o tombamento federal da Torre do Depósito de Pelotas faz parte deste conjunto restrito de bens protegidos. Mas o registro documental pesquisado mostrou que, assim como o que ocorreu com o mercado público, o reconhecimento dessa obra nem sempre foi um consenso.

Em 1913, o relatório da Seção de Águas e Esgotos previa o aproveitamento da caixa d'água metálica como reservatório de compensação, ligando-a a nova rede em construção<sup>790</sup>. Mas, dois anos depois, os autores do relatório, ao tratarem do sistema de abastecimento implantado no arroio Moreira no século XIX (maquinário e reservatório metálico) destacavam que “os mecanismos que eram utilizados na elevação das águas para a torre, e bem assim esta, continuam em perfeito estado de conservação e em condições de serem vendidos logo que a ocasião se ofereça”<sup>791</sup>.

Quanto às obras localizadas na cidade argumentavam que o depósito

continua sem utilidade alguma e o guarda respectivo, Sr. Antonio Joaquim Lourenço, foi dispensado, segundo comunicação que vos fiz em 2 de janeiro deste ano; com esta medida obteve-se a economia de 150\$000 mensais. Penso que, havendo oportunidade, a Intendência poderá desfazer-se desta Caixa metálica, pois se acha em perfeito estado de conservação<sup>792</sup>.

Essa constatação repetia-se no ano seguinte, quando o relatório descrevia que a represa Moreira compreendia “a bacia da represa com a sua comporta antiga e carecendo reparos, quatro tanques de decantação e seis filtros, instalação de máquinas elevatórias e a torre respectiva”, sendo que “as máquinas, que serviram para a elevação da água para a torre de carga com as respectivas bombas, acham-se paradas, porém, a sua conservação exige que uma vez por mês funcionem algumas horas, elevando a água para a torre, e que serve para o consumo da casa”<sup>793</sup>. O documento destacava ainda que

esses maquinismos estão em perfeito estado e trabalham ainda admiravelmente, podendo ser vendidos, logo que se ofereça vantajosa ocasião, para o abastecimento de qualquer cidade do interior, certo de que a sua aquisição pode ser realizada com absoluta confiança [...] torre de carga está perfeita e pode também ser vendida em boas condições, logo que se ofereça ensejo. Para o serviço do atual abastecimento nenhuma falta faz<sup>794</sup>.

---

do *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 4 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994, p.168). Referências aos reservatórios de Pelotas e de Rio Grande podem ser encontradas também no sítio [www.scottishironwork.org](http://www.scottishironwork.org).

<sup>789</sup> KÜHL, Beatriz Mugayar. Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação. *Patrimônio*. Revista eletrônica do IPHAN. Herança Industrial, n.4, mar./abr. 2006. Disponível em [www.revista.iphan.gov.br](http://www.revista.iphan.gov.br).

<sup>790</sup> INTENDÊNCIA MUNICIPAL PELOTAS. Seção de Águas e Esgotos. Relatório 1913. Pelotas: Off. Typ. do Diário Popular, 1914, p.95.

<sup>791</sup> INTENDÊNCIA MUNICIPAL PELOTAS. Seção de Águas e Esgotos. Relatório 1915. Pelotas: Off. Typ. do Diário Popular, 1916, p.133.

<sup>792</sup> *Ibid.*, p.133-134.

<sup>793</sup> A casa a que o texto se refere foi construída para o guarda da represa. INTENDÊNCIA MUNICIPAL PELOTAS. Seção de Águas e Esgotos. Relatório 1916. Pelotas: Off. Typ. do Diário Popular, 1917, p.156.

<sup>794</sup> *Ibid.*, p.159-160.



A caixa d'água da praça Piratinino de Almeida era conservada cheia, caso ocorresse alguma eventualidade com o novo sistema de abastecimento, renovando-se as águas e efetuando-se limpezas mensais; mas, segundo o relator, assim como o maquinário e a torre da represa, não era mais necessária ao abastecimento da cidade. Mas, apesar disso, foi mantida: em 1927 o engenheiro sanitaria Francisco Saturnino de Brito referia-se a capacidade da caixa metálica e afirmava que o reservatório em torre deveria ser considerado de extremidade, e destinado a abastecer a zona mais baixa da cidade. Em 1931, o Almanaque de Pelotas referia-se a caixa d'água da praça Piratinino de Almeida como o único reservatório existente na cidade, com capacidade para abastecer a população em caso de emergência<sup>795</sup>.

A municipalização da Companhia Hidráulica contribuiu para uma série de melhorias nos serviços públicos de abastecimento de água potável, mas, ao mesmo tempo, colocou em risco a permanência das obras que abasteceram a cidade ao longo dos anos. Não se sabe quais motivos levaram a Intendência a manter os reservatórios metálicos e as máquinas da represa do Moreira, apesar das constantes recomendações dos responsáveis que incentivavam a sua comercialização<sup>796</sup>.

Essas permanências, assim como a de outras obras representativas da arquitetura do ferro no Brasil, reforçam o argumento de Costa sobre a preservação desses remanescentes.

Na Europa, em contraste, o equipamento urbano de ferro passou a ser considerado vulgar e de mau gosto, sendo em grande parte substituído, para desconsolo dos críticos e historiadores de hoje, pois, comparativamente, na Europa restam menos exemplares importantes da arquitetura do ferro do que fora dela<sup>797</sup>.

Na mesma época em que se discutia a venda dos depósitos de ferro de Pelotas, em Buenos Aires os tanques do primeiro pavimento do Palácio das Águas eram desmanchados, em função da construção de um novo depósito. O edifício foi utilizado para diversos fins, durante vários anos e, em 1987, foi declarado Monumento Histórico Nacional<sup>798</sup>.

<sup>795</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Instituto Nacional do Livro. *Projetos e relatórios*. Saneamento de Pelotas, Teófilo Otoni e Poços de Caldas. Obras completas de Saturnino de Brito. Volume XIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. A Hydraulica Municipal. *Almanach de Pelotas*. Pelotas: s.ed., 1931.

<sup>796</sup> O fato é que a represa do Moreira foi mantida e, na década de 1920, a casa do guarda passou por uma intervenção (CONSTRUTORA SUL BRASIL. Bagé. Projecto nº 334. Reforma para Casa do Guarda. Secção Moreira. 28/02/1929, 06 folhas). A edificação primitiva foi construída em 1876, quando se contratou empreiteiro Carlos Zanotta para a construção de uma casa para o pessoal do cuidado da represa e tanques.

<sup>797</sup> COSTA, Cacilda Teixeira da. *O sonho e a técnica: a arquitetura de ferro no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p.186.

<sup>798</sup> GUTIÉRREZ, Ramón. *Buenos Aires: obras monumentales*. Buenos Aires: Zurbaran Ediciones, 1997, p.57.



Figura 153: Palácio das Águas, Buenos Aires, Argentina  
 Palácio no início do século (esquerda), desenho retratando a montagem da obra (José Marchi, 1996), aquarela da fachada (Eduardo Audvert, 1995) e estrutura metálica dos tanques (direita).  
 Fonte: GUTIÉRREZ, Ramón. *Buenos Aires: obras monumentales*. Buenos Aires: Zurbaran Ediciones, 1997, p.46, 49, 56 e 58.

A preservação do patrimônio industrial, em especial aquele relativo aos sistemas de abastecimento d'água, foi ampliada nos últimos anos: a I Conferência Internacional sobre a Água e o seu Patrimônio foi realizada em 2007, em Coimbra (Portugal) e denominou-se *A Água em Contexto Urbano Séculos XVIII-XX*. No mesmo evento foi proposta a criação da Seção da Água do Comitê Internacional para a Preservação do Patrimônio Industrial (TICCIH).

Nas três cidades gaúchas estudadas ainda existem remanescentes dos primeiros sistemas de abastecimento de água encanada implementados durante o século XIX: em Pelotas, integram o acervo os três chafarizes de ferro fundido e a torre do depósito, assim como as estruturas existentes junto ao arroio Moreira (represa, tanques, casa de máquinas, maquinário original e reservatório metálico); em Rio Grande foram identificados três chafarizes de ferro fundido e a torre metálica (sem o maquinário original).

Em Porto Alegre constatou-se a existência de um chafariz de ferro fundido (localizado no parque da Redenção) e de partes do antigo chafariz de mármore da praça da Matriz (quatro esculturas); a represa do arroio Dilúvio ainda abastece parte da cidade, mas as instalações junto à praça da Matriz não existem mais. As obras da Hidráulica Guahybense encontram-se preservadas e em funcionamento: os seus jardins são um espaço de lazer para a população porto-alegrense, ainda nos dias de hoje, apesar de reduzidos em relação às dimensões originais, já que novos filtros foram instalados no local.

A presença da Hidráulica no cotidiano da cidade foi descrita por Érico Veríssimo, em um de seus mais famosos romances.

Eugênio levantou-se e saiu para o terraço. Precisava respirar, ver a noite – que era muda mas estava decerto cheia de recordações. Dora achava-se junto da balastrada, olhando para os tanques da Hidráulica [...] Eugênio aproximou-se da balastrada e olhou. Os tanques estavam tranqüilos, tinham uma serenidade que lembrava as coisas eternas e sem paixão<sup>799</sup>.

<sup>799</sup> VERÍSSIMO, Érico. *Olhai os lírios do campo*. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.130.

O reconhecimento das obras hidráulicas como patrimônio industrial pode ser percebido no fascículo *Caixas d'água um passeio pela história do Rio Grande do Sul*: o material revela a importância destes elementos, como obras que narram o passado das cidades sul-rio-grandenses.



Figura 154: Reservatórios gaúchos

Caixa d'água de Cruz Alta (1932), *Chateau d'Eau* de Cachoeira do Sul (1925) e reservatório de Dom Pedrito (1935) (superior). Caixa d'água de Erechim (1952), reservatório em forma de cálice em Santo Ângelo (1984) e em forma de taças, em Canoas.

Fonte: BRANCO, Nanra. *Caixas d'Água um passeio pela história do Rio Grande do Sul*. Gazeta do Sul, s.d., p.04-07.

A publicação apresenta imagens de caixas d'água administradas pela Companhia Riograndense de Saneamento, e trata de obras que, edificadas em diferentes períodos, revelam tendências da arquitetura gaúcha<sup>800</sup>: os reservatórios demonstram a diversidade compositiva desses elementos e a importância dessas construções, que se tornaram marcos visuais nas cidades em que se inseriram.

<sup>800</sup> A caixa d'água de Pelotas não pertence ao sistema da CORSAN. O informativo veicula que somente em 1913 foi implantado o serviço de abastecimento de água na cidade, revelando um desconhecimento dessa particularidade da história local.

## 4 REGULAMENTAR, PROJETAR, HABITAR... A ARQUITETURA DA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX EM PELOTAS

A investigação sobre os projetos arquitetônicos submetidos à aprovação do poder público em Pelotas no período de onze anos, entre o final do século XIX e a primeira década do século XX, teve o intuito de averiguar de que forma, e em que medida, os melhoramentos urbanos realizados na cidade contribuíram para as transformações nas formas de projetar, construir e habitar do período.

A pesquisa analisou esses projetos com o objetivo de verificar o que eles demonstravam e o que ocultavam: as presenças e as ausências. Como os projetos estudados foram elaborados com o intuito de serem submetidos à aprovação da Intendência Municipal, consistem em uma parcela remanescente da produção projetual desse período<sup>801</sup>.

As peças gráficas deveriam atender as regras estabelecidas pela legislação em vigor: como o objetivo dos desenhos era verificar se estavam de acordo com a determinação legal, muitas questões eram simplificadas nas representações e, provavelmente, resolvidas empiricamente na obra. Apesar da legislação, algumas normas eram respeitadas, e outras desconsideradas pelos autores. Dessa forma, o que era representado e evidenciado nos desenhos mostrava valores aceitos e reproduzidos pelos profissionais; e o que permanecia à margem também era representativo, pois a ausência também revelava escolhas e omissões.

As dúvidas e inquietações da pesquisa foram o suporte para um levantamento preliminar do material coletado, onde foram identificadas categorias destinadas a orientar a análise de dados. As categorias foram sistematizadas em grupos que trataram:

a) do código de posturas e da adaptação às novas normas, ou seja, da regulamentação;

---

<sup>801</sup> O código de posturas de 1895 determinava que uma cópia do projeto aprovado deveria ser encaminhada à obra. Não foi possível identificar se foram realizados projetos detalhados dessas edificações, mas pressupõe-se que, provavelmente, a obra fosse executada a partir desses mesmos desenhos. Uma exceção, anterior a este recorte temporal, foi o projeto elaborado por Leon Cassan para a Casa de Máquinas do arroio Moreira (apresentado no capítulo anterior), que não se enquadra neste universo. Seu detalhamento deve ter sido mais elaborado em função da necessidade de aprovação junto à Assembléia Geral da Companhia Hidráulica, bem como pelo fato de que as máquinas eram elementos significativos e determinantes do projeto desenvolvido.

b) da forma de apresentação (disposição) dos desenhos nas pranchas; dos desenhos (peças gráficas) utilizados para a representação dos projetos, incluindo suas escalas de apresentação; e dos profissionais envolvidos na elaboração, execução e fiscalização das obras, ou seja, da prática projetual;

c) dos elementos e/ou informações que integravam os desenhos e da representação de equipamentos nas peças gráficas (relacionando-os com o uso da casa), ou seja, da habitação.

Os projetos foram tratados em sua individualidade como documentos únicos, que evidenciavam determinados elementos e silenciavam sobre outros. Apesar das categorias acima terem sido o fio condutor para a análise das obras, alguns aspectos inesperados chamaram a atenção nos projetos, por questões qualitativas e não quantitativas. Esses temas foram tratados, juntamente com as categorias previamente concebidas para a análise dos resultados, salientando-se as permanências e as rupturas percebidas.

Além da documentação oficial, trabalhos de outros pesquisadores contribuíram para a realização deste estudo, já que o acervo de projetos arquitetônicos da Secretaria de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Pelotas já havia sido tratado em outras investigações. Nas décadas de 1980 e 1990, Cruz e Schlee debruçaram-se sobre ele e, nos últimos anos, o material foi investigado por Moura e por acadêmicos do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPel. Chevalier, que também pesquisou a arquitetura pelotense no século XIX, constatou a impossibilidade de localizar neste acervo projetos anteriores a 1895.

O estudo de Cruz pautou-se em uma análise do espaço urbano a partir dos sistemas econômico (produção, consumo e intercâmbio), político-institucional e ideológico. O foco de seu trabalho foram as construções edificadas no período de 1895 a 1916; entre os resultados, a autora apresenta uma classificação destas edificações quanto ao número de construções novas e de reformas<sup>802</sup>, quanto à área construída e ao padrão construtivo<sup>803</sup> (estabelecendo relações entre ambos), e quanto às categorias funcionais (função principal dos imóveis - habitação, comércio, serviços, indústria e edificações complementares<sup>804</sup>). O recorte, apesar de ser mais amplo que o deste estudo, permitiu estabelecer algumas comparações com os dados coletados atualmente.

---

<sup>802</sup> Quanto aos tipos de intervenção, Cruz comenta que “eram consideradas reformas as alterações das fachadas ou a substituição de partes da edificação comprometidas, sem modificação da área construída. Por acréscimo entendia-se aquelas transformações que ampliassem a área construída da edificação” (CRUZ, Glenda Pereira da. Pelotas. Espaço construído no início da República. In: WEIMER, Günter (Org.) *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Universidade/ UFRGS/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992, p.119).

<sup>803</sup> A autora considerou, para determinação do padrão construtivo, parâmetros como qualidade do projeto, área construída, padrões de ornamentação das fachadas e platibandas e número de dormitórios (Ibid., p.119).

<sup>804</sup> Na categoria serviços foram incluídos clubes, escolas e prédios públicos, entre outros. As edificações complementares abrigaram projetos que não apresentavam indicação de uso, como galpões e telheiros e que, segundo suposição da autora, o mais viável é que fossem complementos da habitação (Ibid., p.119).

O volume de projetos submetidos à aprovação foi mais elevado no ano de 1897, reduzindo-se nos primeiros anos do século XX (Fig.155). O ano de 1895 apresentou um número significativo de reformas, provavelmente pelo fato de ser o primeiro ano de implementação do Código de Posturas do município, que exigia uma série de adaptações nas construções (Fig.156). No decorrer do período analisado o número de reformas foi mais reduzido (inexistente em 1905, mas compensado no ano seguinte com praticamente 30% dos projetos submetidos à aprovação). O número de projetos investigados por Cruz foi maior do que o encontrado atualmente no acervo. Dessa forma, alguns desenhos que foram apresentados graficamente pela autora contribuíram para a ampliação do número de obras identificadas no acervo.

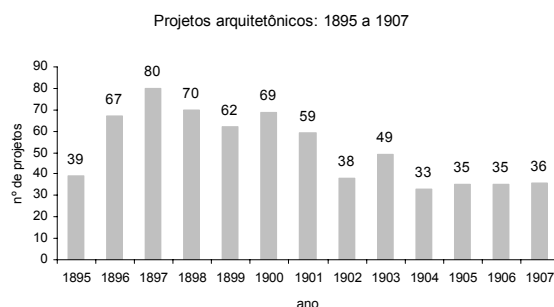


Figura 155: Projetos arquitetônicos apresentados à Intendência Municipal (1895 a 1907)  
 Fonte: CRUZ, Glenda Pereira da. *Espaço Construído e a Formação Econômico-social do Rio Grande do Sul: uma metodologia de análise e o espaço urbano de Pelotas*. 1984. (Mestrado em Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Tab.1.

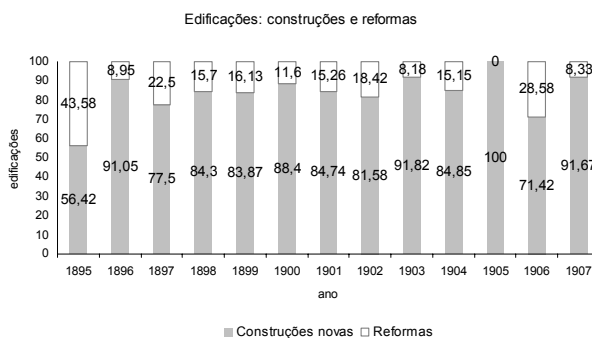


Figura 156: Edificações submetidas à aprovação da Intendência Municipal (1895 a 1907)  
 Relação percentual entre as edificações novas e as reformas  
 Fonte: CRUZ, Glenda Pereira da. *Espaço Construído e a Formação Econômico-social do Rio Grande do Sul: uma metodologia de análise e o espaço urbano de Pelotas*. 1984. (Mestrado em Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Tab.1.

Sobre o acervo de projetos, a autora lamentava o fato de edificações como as chácaras (pequenas propriedades privadas) não serem encontradas no arquivo, por estarem localizadas fora do perímetro urbano oficial, ao longo das antigas estradas de acesso à cidade<sup>805</sup> (ver mapa de 1835, Fig.29).

<sup>805</sup> Os principais caminhos espontâneos (e praticamente radiais) destacados por Cruz foram as estradas em direção leste – comunicando o centro com o Areal (atuais avenidas Domingos de Almeida e Ferreira Viana) e com a embocadura do Pelotas no canal de São Gonçalo, no Passo dos Negros (estrada da Boca do Arroio) -, a norte – ligando a zona central às Três Vendas e à Tablada (avenida Fernando Osório) e a oeste – a antiga estrada do Piratini (avenida Duque de Caxias), de acesso ao bairro Fragata. Essa configuração radial, segundo a autora, dificultou a integração dos caminhos à malha urbana inicial, em xadrez (CRUZ, Glenda Pereira da. Pelotas. Espaço construído no

Entre suas constatações, Cruz apontava para a existência de habitações geminadas nos projetos analisados, que evidenciavam, além da tradição construtiva local, a exploração da renda da terra, sob a forma de venda ou de aluguel dos imóveis. Esses conjuntos eram formados por duas, três, quatro, e até quatorze unidades residenciais, e compostos por unidades habitacionais destinadas não só à população de baixo poder aquisitivo, mas também a de médio alto. Nesse sentido, foram encontrados proprietários<sup>806</sup> que investiam em dois, três ou até mais projetos habitacionais. Em seu estudo sobre habitações em São Paulo, Oliveira percebeu que

aplicar o dinheiro em um imóvel foi estratégia muitas vezes escolhida, mesmo se isso implicasse a necessidade de pedir dinheiro emprestado, como os inventários tantas vezes registraram. Aqueles que não optaram por essa estratégia, por vezes até tiveram melhor padrão de vida. Ou seja, possuir um imóvel não necessariamente significava estabilidade. Mas viver de rendas era certamente posição cobiçada naquela sociedade, em especial por esses setores intermediários, tão sujeitos à instabilidade das conjunturas. Ser proprietário era também uma condição carregada de simbologia, um distintivo social, como tivemos oportunidade de discutir<sup>807</sup>.

Em relação à realidade francesa, Perrot comenta que “a casa é também propriedade, objeto de investimento e estabelecimento, em um país onde a função do capital imobiliário continua a ser considerável, e sua renda, honrosa”<sup>808</sup>. Nas edificações pelotenses, alguns desenhos sugerem que os conjuntos encontrados possam ser casas para trabalhadores de fábricas, das quais os construtores eram proprietários. Ou, talvez, fossem edificadas próximas a regiões de caráter fabril, e destinadas à locação para operários.

Outro olhar sobre esse acervo foi a dissertação de mestrado de Schlee, que investigou aproximadamente oito mil projetos arquitetônicos (318 de 1895 a 1899; 4425 de 1900 a 1929; e 3509 de 1930 a 1949), registrando suas características principais, como a localização, o responsável técnico, o proprietário, o ano de construção, a área e a função da edificação<sup>809</sup>. A partir desta classificação geral, o autor propôs um agrupamento dos projetos, e identificou peculiaridades que

---

início da República. In: WEIMER, Günter (Org.) *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992, p.115-116).

<sup>806</sup> Entre esses proprietários estavam José Marques Saraiva, Antônio José de Figueiredo, Pedro Lopes, Theodozio Fernandes da Rocha e Antônio Pereira Aguiar. Pelo padrão construtivo a autora detectou que se tratava de pequenos proprietários ou investidos de baixa capitalização. Cruz comenta ainda que os proprietários assinavam os projetos e que, em alguns casos, os construtores assinavam por eles, indicando essa substituição na planta. Esses proprietários foram comparados com a relação de empreiteiros apresentada no relatório estatístico do município de 1897, e constatou-se que nenhum dos citados constava nesta listagem. (CRUZ, Glenda Pereira da. *Espaço Construído e a Formação Econômico-social do Rio Grande do Sul: uma metodologia de análise e o espaço urbano de Pelotas*. 1984. (Mestrado em Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre) e CRUZ, Glenda Pereira da. Pelotas. Espaço construído no início da República. WEIMER, Günter (Org.) Op. Cit., p.130.

<sup>807</sup> OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira. Em casas térreas com alcovas. Formas de morar entre os setores médios em São Paulo, 1875 e 1900. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, N. Ser, v.8/9, (2000-2001). Editado em 2003, p.57.

<sup>808</sup> PERROT, Michelle. Maneiras de morar. In: PERROT, Michelle et al. (Dir.). *História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.309.

<sup>809</sup> SCHLEE, Andrey Rosenthal. *O ecletismo na arquitetura pelotense até as décadas de 30 e 40*. 1994. 215p. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

diferenciassem projetos importantes, fragmentando o recorte temporal estudado em três períodos. Destacou, em cada um deles, projetos paradigmáticos por sua importância e por características arquitetônicas individuais: no período colonial (de 1758 a 1850, a Catedral São Francisco de Paula e o Teatro Sete de Abril<sup>810</sup>), no primeiro período eclético (1850 a 1900, tratou da Santa Casa de Misericórdia e da Escola Eliseu Maciel<sup>811</sup>) e no segundo período eclético (1900-1930, investigou as edificações do Banco Pelotense e do Grande Hotel<sup>812</sup>).

Em relação ao primeiro período, Schlee ressaltava a importância das construções das capelas da Matriz e da Luz, do teatro, do mercado e da cadeia. A investigação do acervo de projetos, a partir da tipologia das edificações, orientou para que o autor classificasse as edificações do período colonial e do primeiro período eclético em casa de porta e janela, de meia morada (com corredor lateral) e de morada inteira (rebatimento da casa de meia morada, com corredor central), sendo que, neste último período, foi incorporada a casa de porão alto. Quanto ao material gráfico, as edificações apresentadas por Schlee foram projetadas após 1907 e não contribuíram, dessa forma, para ampliar a identificação dos projetos.

Moura debruçou-se sobre o acervo da Intendência Municipal com outro viés: buscou compreender a produção arquitetônica voltada à habitação popular. Nesse sentido, tratou das diferentes soluções adotadas para o seu enfrentamento, identificando três principais momentos, em que foram adotados os cortiços, a construção de conjuntos de casas de aluguel e a expansão periférica através de loteamentos.

A autora comenta que foi por volta de 1880 (em função do aumento da atividade industrial, comercial e de prestação de serviços) que a moradia popular se configurou como um problema na cidade. Este trabalho interessa particularmente quanto ao primeiro momento investigado, ou seja, o período de formação de cortiços (e de alguns conjuntos de casas de aluguel), que coincide com o recorte temporal aqui adotado<sup>813</sup>.

<sup>810</sup> Sobre o histórico da catedral ver Os Templos de Pelotas. In: FERREIRA & C. *Almanach de Pelotas*. Pelotas: Offic. Typ. do Diário Popular, 1914, p.176-184. A Catedral de Pelotas. In: ALMANAQUE de Pelotas, 1933, p.125-126 (acompanham planta e elevação da reforma); sobre o teatro ver O centenário do Theatro 7 de Abril. In: ALMANAQUE de Pelotas, 1935, p.98-109 (inclui projeto da reforma da fachada de José Torrieri em 1916).

<sup>811</sup> Sobre a Santa Casa de Misericórdia ver os trabalhos de Nascimento, Chevalier e Gutierrez. Nascimento tratou de aspectos utilitários, urbanísticos e sócio-econômicos da Santa Casa de Misericórdia. Chevalier comprovou a autoria do projeto da capela de São João Batista, incluindo em seu trabalho os estudos da fachada e do interior da capela realizados por José Isella. Gutierrez tratou da mão-de-obra escrava que ergueu o edifício (NASCIMENTO, Heloísa Assumpção. *Edificação neo-renascentista em Pelotas no século XIX: a Santa Casa de Misericórdia*. 1975. 30p. (Tese de Livre-docência). Instituto de Letras e Artes, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. CHEVALLIER, Ceres. *Vida e obra de José Isella: arquitetura em Pelotas na segunda metade do século XIX*. Pelotas: Ed. Livraria Mundial, 2002. GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2004). Sobre a Escola de Agronomia ver Escola de Agronomia e Veterinária. Ligeiro histórico. In: PARADEDA, Florentino. *Almanach de Pelotas*. Pelotas: Lith. Livraria do Globo, 1927, p.76-81.

<sup>812</sup> Sobre o Grande Hotel ver Grande Hotel de Pelotas. Em construção. In: PARADEDA, Florentino. *Almanach de Pelotas*. Pelotas: Lith. Guarany, 1926, p.250-252 (inclui desenhos das duas elevações do edifício).

<sup>813</sup> As três tipologias estudadas apresentaram sobreposições temporais, mas Moura comenta que a construção da casa de aluguel predominou no período de 1920-1940.



O trabalho organizado por Gutierrez (a partir da pesquisa de um grupo de acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPel) abordou a obra de três profissionais que trabalharam em Pelotas: Guilherme Marcucci, Caetano Casaretto e Carlos Zanotta. Na apresentação do trabalho, Gutierrez salienta que o estudo “desmistificou a idéia de que os arquitetos eram profissionais que não encontravam dificuldades para sobreviver. Verificou que a formação dava-se academicamente e no canteiro de obras. Mostrou a tradição da construção entre os ítalos e a tradição da imigração entre estes”<sup>814</sup>.

Os autores trataram da vida, das origens desses descendentes de imigrantes italianos, e da produção arquitetônica individual dos arquitetos e/ou engenheiros estudados. Detectaram uma teia de relações comerciais e associativas, além de relacionamentos afetivos entre esses imigrantes. O trabalho baseou-se na análise dos projetos arquitetônicos do acervo da Secretaria de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Pelotas, e sua iconografia contribuiu para preencher algumas lacunas encontradas no levantamento atual realizado junto à mesma instituição.

Já Chevalier estudou a atuação profissional de José Isella em Pelotas: o contato da autora com os descendentes do arquiteto permitiu que obtivesse informações importantes sobre as obras realizadas em Pelotas, confirmando a autoria de algumas edificações significativas da cidade (como a capela da Santa Casa de Misericórdia e a intervenção na residência nº 2 da praça Coronel Pedro Osório).

Além dos projetos, Chevalier cita trechos da correspondência que Caetano Casaretto mantinha com José Isella: nestas cartas, relatos pessoais, profissionais e familiares eram entremeadas por notícias sobre a cidade. Estes comentários sobre o que ocorria em Pelotas permitiram algumas reflexões, em especial sobre as expectativas em relação às obras de saneamento da cidade nas primeiras décadas do século XX.

## 4.1 REGULAMENTAR... O CÓDIGO DE POSTURAS DE 1895

### A ATUAÇÃO DO PODER PÚBLICO SOBRE A CIDADE

Durante o século XIX os códigos de posturas regulamentaram a construção civil nas cidades e vilas. O primeiro código de posturas de Pelotas foi publicado em 1829, quando esta ainda estava vinculada a Rio Grande. Gutierrez comenta que o documento posterior, de 1834, era muito semelhante ao primeiro, e definia como limites urbanos da vila os terrenos compreendidos entre “o arroio Santa Bárbara, e a rua das Fontes desde o rio S. Gonçalo até a sanga norte, que corre pelos terrenos

---

<sup>814</sup> GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. Apresentação. Entre o Classicismo e o Romantismo, o Eclétismo. In: GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya (Org.). *Marcucci, Zanotta e Casaretto constroem o sul do Novo Mundo*. Pelotas: s.ed., 2005, p.14-15.

sem edifício permanentes a José Rodrigues Barcellos e Antônio Francisco dos Anjos”<sup>815</sup>. A sanga do norte era, provavelmente, um veio d’água existente na rua General Argollo, que foi drenada em função da urbanização do local<sup>816</sup>.

A percepção de Nicolau Dreys, sobre a ocupação urbana desse período, revelava uma situação que se consolidou ao longo do século XIX: a expansão em direção ao canal de São Gonçalo. Em 1839 o viajante descrevia que

as ruas principais da cidade de Pelotas seguem quase todas uma direção perpendicular ao rio de São Gonçalo; são largas e direitas, com suas competentes lajeadas no correr das casas [...] a cidade parece tender a se aproximar do rio de São Gonçalo<sup>817</sup>.

Uma década após o relato de Dreys foram encontradas as primeiras notícias oficiais nas quais foi possível identificar preocupações com a qualidade da construção civil. Em 1848 a Câmara Municipal de Pelotas criava uma postura que estabelecia que os tijolos empregados na construção fossem de um único padrão. A investigação de Gutierrez sobre o espaço fabril pelotense aborda essa questão, citando a proposta datada de 21 de agosto de 1847, que argumentava que

atendendo a desigualdade das formas de que são os fabricantes de tijolos, a impossibilidade de formar orçamento de qualquer obra, que se pretenda fazer e de guardar-se o perfeito nivelamento desta além do [...] e do dispêndio de cal, proponho o seguinte projeto as posturas: Todo o tijolo que se fabricar neste município, exceto o de ladrilho, terá doze polegadas de comprimento [30,48cm], seis de largura [15,24cm] e duas e meia de altura [6,35cm] [...]<sup>818</sup>.

Pelotas possuía um número significativo de olarias vinculadas às charqueadas, que absorviam a mão-de-obra escrava no período da entressafra do charque. Na década de 1850 o governo calculava que a cidade possuía vinte e três charqueadas em funcionamento, e trinta e sete olarias que só fabricavam tijolos<sup>819</sup>. A padronização interessava ao governo, que argumentava sobre a importância de que esta postura se generalizasse pela província, apontando suas vantagens, entre elas que

é do interesse dos particulares e do serviço público que bem se possam firmar os cálculos e orçamentos das obras; que estas guardem perfeito nivelamento, que haja economia de trabalho, e dispêndio dos traços ou argamassas empregadas nas obras: a

<sup>815</sup> Posturas Policiais, aprovadas pelo Conselho Geral, para a Câmara Municipal da vila de São Francisco de Paula, Rio Grande: Mercantil, 1835 apud GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2004, p.200.

<sup>816</sup> Saturnino de Brito detectou em seus estudos que o aumento da impermeabilização dessa área ocasionava constantes alagamentos, propondo a construção de um canaleta de cimento armado nas rua Marechal Deodoro (demolido) e General Argollo (ainda existente). Sobre as obras ver MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Instituto Nacional do Livro. *Projetos e relatórios*. Saneamento de Pelotas, Teófilo Otoni e Poços de Caldas. Obras completas de Saturnino de Brito. Volume XIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

<sup>817</sup> DREYS, Nicolau. *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul*. Rio Grande: Edição da Biblioteca Rio-Grandense, 1927, p.82.

<sup>818</sup> Correspondência de João Ferreira para a Câmara Municipal de Pelotas, 21 de agosto de 1847 apud GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. Op. Cit., p.241-242.

<sup>819</sup> RELATORIO do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 2 de outubro de 1854. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1854, p.52.

variedade do tamanho do tijolo influi poderosamente para que hajam os inconvenientes apontados<sup>820</sup>.

Em Pelotas, os anos seguintes foram permeados pela atuação da Câmara, criando posturas que buscavam regulamentar as novas questões que surgiam na cidade que se consolidava. As informações sobre a estatística predial informavam o aumento do número de edificações do município: os dados relativos a 1822 citavam a existência de 217 imóveis (segundo Antônio José Gonçalves Chaves); as informações de 1833 indicavam a existência de 544 unidades, e constavam de uma declaração oficial do coletor Sandim, nos papéis de Intendência; e os de 1876, que perfaziam 2861 imóveis foram publicados pelo Correio Mercantil de 1º de janeiro de 1877 (2700 casas térreas, 44 assobradadas<sup>821</sup> e 117 sobrados)<sup>822</sup>. A horizontalidade era um traço predominante da paisagem, já que 95% das edificações eram de somente um pavimento, numa cidade onde a topografia já contribuía para essa característica.

Por 1870, no sítio que forma a atual praça da República, havia como iluminação, um pau, ao centro, com azeite de mocotó numa lamparina. De pequenos moirões de madeira ao redor pendiam correntes. Fez-se depois, duas calçadas diagonais: uma da Félix da Cunha à rua 15 de Novembro e outra da esquina da atual 15 à Félix da Cunha. No lugar onde estão hoje a Intendência e a Biblioteca havia um cercado de arame. Era pleno campo, com pequenas casas de moradia, o trecho compreendido desde a esquina do Mercado atual até a residência da Exm<sup>a</sup>. Baronesa do Arroio Grande (prédio em construção na época)<sup>823</sup>.

A década de 1870 foi um período de transformação na cidade de Pelotas, especialmente em relação aos melhoramentos urbanos, como foi abordado nos capítulos anteriores. Nesse momento instalaram-se as primeiras companhias destinadas a suprir a cidade de água encanada, de iluminação pública, de transporte coletivo entre outras: no trecho citado por Osório percebe-se, ainda, a referência ao antigo sistema de iluminação da praça da República, anterior a instalação do gásômetro e do chafariz da Companhia Hidráulica.

Em termos de ocupação urbana, a região entre a praça e o porto ainda permanecia com poucas edificações (raras desde a planta da cidade de 1835). Foi esse trajeto, do porto ao centro, o percorrido por Michael Mulhall ao chegar à Pelotas, em 1871. O viajante descreveu que o percurso “era mais de uma milha e, em certos

<sup>820</sup> RELATORIO do vice-presidente da provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Capistrano de Miranda Castro, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 4 de março de 1848, acompanhado do orçamento para o anno financeiro de 1848-1849. Porto Alegre: Typ. do Porto Alegrense, 1848, p.20.

<sup>821</sup> Chevalier entende que o termo assobradado se refere às construções de porão alto, defendendo esse argumento a partir da análise da descrição do projeto de Dominique Pineau para a Biblioteca Pública Pelotense. O texto, apresentado pelo Correio Mercantil em 1878, refere-se a edificação de um pavimento como assobradada. No mesmo ano, José Isella ofereceu à Diretoria da Biblioteca um projeto, em planta alta e baixa. Em fevereiro de 1880 Pineau integrava a relação dos empregados da Câmara Municipal de Rio Grande, ocupando o cargo de engenheiro desde 1877 (CHEVALLIER, Ceres. *Vida e obra de José Isella: arquitetura em Pelotas na segunda metade do século XIX*. Pelotas: Ed. Livraria Mundial, 2002, p.113).

<sup>822</sup> FERREIRA & C. (Dir.) *Almanach de Pelotas*. Pelotas: Offic. Typ. do Diário Popular, 1914, p.67.

<sup>823</sup> Esse trecho foi elaborado por Fernando Osório, a partir do relato do pintor e professor de desenho Frederico Trebbi, que morava em Pelotas no período (OSÓRIO, Fernando Luis. *A cidade de Pelotas: corpo, coração e razão*. Pelotas: Diário Popular, 1922, p.170).

lugares, tivemos de atravessar banhados na estrada, guiando-nos sempre pelas torres da igreja. Chegamos afinal a uma grande praça no alto da colina”<sup>824</sup>.

O autor descrevia, provavelmente, a praça Coronel Pedro Osório, que se localiza muito próxima à da Matriz (já que o largo desta última não possuía grandes proporções, como consta na afirmação do viajante). Já os banhados ao longo do caminho, descritos por Mulhall, eram a região da várzea do canal de São Gonçalo: os terrenos dessa região (com terras soltas formadas de remotos aluviões) possibilitavam o cultivo de hortaliças e, conseqüentemente, foram ocupados por chácaras, com suas hortas e pomares.

O projeto de urbanização desta região data de 1870, quando foram traçadas, por Romualdo de Abreu e Silva, engenheiro da Câmara Municipal, as ruas Alberto Rosa e Álvaro Chaves (no sentido norte-sul) e Bento Martins e João Pessoa (no sentido leste-oeste)<sup>825</sup>. Mas a ocupação da Várzea foi incentivada somente a partir de 1897, quando foram colocados em prática melhoramentos na região. A constatação do engenheiro da Câmara era de que “com o calçamento que aí está se procedendo tem despertado do abandono em que jazia, notando-se já certa animação nas construções”<sup>826</sup>.

A constante ampliação dos limites urbanos na segunda metade do século XIX revelava a expansão da área edificada na cidade. Em 1890, esses limites eram o polígono formado, ao norte, pela rua Doutor Amarante; a leste, pela cerca do campo que pertenceu a Heliodoro de Azevedo e Souza e pela rua Almirante Barroso; ao sul, pelo canal de São Gonçalo; e a oeste, pelo arroio Santa Bárbara até a rua Uruguai, dessa até a lomba do Fragata, e por uma linha reta paralela as ruas da cidade, até a rua Doutor Amarante<sup>827</sup>. O bairro da Luz ainda não havia sido incorporado aos limites urbanos, apesar da expansão do traçado da cidade nessa região datar de 1858, quando foi definida a abertura de cinco novas ruas no sentido leste-oeste.

Em 1909 esses limites foram ampliados novamente: o novo perímetro foi demarcado considerando como divisas ao sul a margem esquerda do canal de São Gonçalo, desde a ponte da estrada de ferro Rio Grande-Bagé até o desaguadouro do arroio Pepino, abaixo da estação do ramal; a leste o arroio Pepino até encontrar a linha de divisa ao norte; ao norte, por uma linha reta no sentido leste-oeste desde o arroio Pepino até o banhado do Santa Bárbara, passando pela extremidade sul do Logradouro Público; e a oeste pelos trilhos da linha principal da via férrea, desde a ponte de madeira sobre o arroio Fragata, e daí pela margem esquerda deste até a ponte de madeira do mesmo na avenida Vinte de Setembro, e pelo lado norte desta

<sup>824</sup> MULHALL, Michael George. *O Rio Grande do Sul e suas colônias alemãs*. Porto Alegre: Bels, 1974, p.131.

<sup>825</sup> MAGALHÃES, Mário Osório. *Os passeios da cidade antiga*. Guia histórico das ruas de Pelotas. 2 ed. rev. Pelotas: Armazém Literário, 2000, p.10.

<sup>826</sup> ORÇAMENTO do município de Pelotas para o exercício de 1897. Lei nº 19, de 07 de dezembro de 1896. Pelotas: Oficina da Livraria Universal, 1897, p.42.

<sup>827</sup> Cidade de Pelotas. Notícia histórica. In: *Almanach de Pelotas*, 1914, p.62-63.

até a antiga ponte de alvenaria do arroio Santa Bárbara e por este até encontrar a linha divisória ao norte<sup>828</sup>.

As justificativas para a ampliação dos limites urbanos pautavam-se no aumento da população e na expansão da edificação predial além dos limites fixados em 1893, evidenciando o adensamento das edificações na cidade. Essa situação era confirmada pelas estatísticas sobre a edificação predial elaboradas pela Intendência Municipal (em 1891 e em 1897).

Apesar da Intendência já possuir, em 1891, um controle sobre as edificações e reedificações, os projetos mais antigos encontrados no acervo desta instituição foram submetidos à aprovação a partir de 1895. Essa constatação levanta a dúvida de como era feito esse controle: existiram projetos aprovados pela Intendência Municipal antes de 1895? Desde quando esses projetos eram cadastrados? Essas informações poderiam ser obtidas a partir da cobrança do imposto predial e territorial?

Sobre essa questão, Chevalier relata que ouviu depoimentos de que projetos antigos da cidade haviam sido queimados na década de 1960, supondo que, por esse motivo não encontrou os projetos de José Isella<sup>829</sup>. Já Moura comenta que o arquivo da Intendência Municipal fora inaugurado por lei municipal em 1895

quando foi instituído o arquivo municipal de projetos, o setor de estatística passou a registrar o movimento de projetos de 'edificações e reedificações' aprovados pela Municipalidade. Estes dados eram publicados nos relatórios anuais, produzidos pela Intendência e apresentados ao Conselho Municipal ao final de cada ano<sup>830</sup>.

O relatório estatístico de 1897 apresenta uma tabela com os sobrados, casas térreas e assobradadas existentes em 1894, demonstrando o acréscimo de edificações nos anos de 1895 e 1896, quando já se encontrava em vigor a obrigatoriedade de apresentação dos projetos à Intendência Municipal.

Tabela 4: Estatística dos prédios da cidade desde 1894 a 1896, extraída do livro de lançamento da décima urbana, estando também incluídos os livros [ilegível] que não pagam décima. Fonte: ESTATÍSTICA do Município de Pelotas organizada e publicada pela Intendência Municipal. Pelotas: Livraria Commercial Souza, Lima e Meira, 1897. Mapa nº 16.

Rua, praça e avenida	1894		1895			1896			Total
	Sobrado	Térrea	Sobrado	Assobradada	Térrea	Sobrado	Assobradada	Térrea	
Aquidabã (Alberto Rosa)	0	20	0	0	0	0	0	0	20
Andrade Neves	11	301	0	0	0	0	47	1	360
Vinte de Setembro (Duque de Caxias)	4	80	0	0	0	0	0	4	88
Bento Martins	0	6	0	0	0	0	0	0	6
Barroso	1	109	0	0	0	0	0	1	111
Benjamin Constant	3	64	0	0	0	0	11	5	83

<sup>828</sup> Ato de 28 de setembro de 1909, do Intendente José Barboza Gonçalves (ORÇAMENTO do município de Pelotas para o exercício de 1909. Lei nº 56, de 22 de outubro de 1908. Pelotas: Imprensa Diário Popular, s.d., p.61).

<sup>829</sup> CHEVALLIER, Ceres. *Vida e obra de José Isella: arquitetura em Pelotas na segunda metade do século XIX*. Pelotas: Ed. Livraria Mundial, 2002, p.91.

<sup>830</sup> MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de. *Habitação Popular em Pelotas (1880-1950): entre políticas públicas e investimentos privados*. 2006. 249p. (Doutorado em História do Brasil). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.169.

Bento Gonçalves	1	70	0	0	2	0	0	5	78			
Bela (Antônio dos Anjos)	0	5	0	0	0	0	0	0	5			
Conde de Piratini	0	2	0	0	0	0	0	0	2			
Conde de Porto Alegre	2	98	0	0	0	0	4	0	104			
Constituição (Álvaro Chaves)	0	92	0	0	0	0	1	1	94			
Félix da Cunha	31	194	0	0	3	0	9	14	251			
Gonçalves Chaves	6	252	0	0	3	0	6	10	277			
General Vitorino (Anchieta)	10	229	0	0	1	0	17	8	265			
General Osório	13	344	0	0	4	0	24	8	393			
General João Manoel	0	14	0	0	0	0	2	0	16			
General Gomes Carneiro	0	57	0	0	0	0	2	6	65			
General Silva Telles	1	80	0	0	0	0	8	0	89			
General Argolo	0	67	0	0	0	0	8	4	79			
General Neto	8	64	0	0	0	0	0	0	72			
Independência (Uruguai)	0	32	0	0	0	0	0	0	32			
Ismael Soares	0	2	0	0	0	0	0	0	2			
Liberdade (João Pessoa)	1	26	0	0	0	0	0	4	31			
Marechal Floriano	6	83	0	0	4	0	4	1	98			
Marechal Deodoro	3	254	0	0	3	0	21	7	288			
Marquês de Caxias (Santos Dumont)	1	179	0	0	5	0	16	15	216			
Manduca Rodrigues (Prof. Araújo)	1	124	0	0	3	0	4	11	143			
Marcílio Dias	1	23	0	0	0	0	0	0	24			
N. S. da Luz (Rafael P. Bandeira)	0	15	0	0	0	0	0	1	16			
Olaria (João Manoel)	0	14	0	0	0	0	0	0	14			
Paissandú (Santa Tecla)	2	250	0	0	0	0	26	6	284			
Pântano	0	5	0	0	0	0	0	0	5			
Praça Domingos Rodrigues	5	32	0	0	0	0	0	0	37			
Praça da Constituição (Vinte de Setembro)	0	105	0	0	0	0	1	4	110			
Praça da República (Pedro Osório)	1	22	0	0	0	0	4	0	27			
Praça 15 de Novembro (José Bonifácio)	2	18	0	0	0	0	1	0	21			
Riachuelo (Lobo da Costa, a oeste)	2	51	0	0	0	0	3	1	57			
Regeneração (Butuí)	0	6	0	0	0	0	0	0	6			
Santa Cruz	1	103	0	0	0	0	1	1	106			
São Joaquim (Tamandaré)	0	25	0	0	0	0	0	1	26			
Sete de Abril (Dom Pedro II)	5	112	0	0	1	0	17	7	142			
São Paulo (Lobo da Costa, a leste)	0	16	0	0	0	0	0	0	16			
Sete de Setembro	10	95	0	0	0	0	5	5	115			
São Gonçalo (Padre Felício)	0	1	0	0	0	0	0	0	1			
Tiradentes	3	144	0	0	0	0	9	4	160			
Miguel Barcellos	5	83	0	0	0	0	6	2	96			
Voluntários da Pátria	7	117	0	0	0	0	7	0	131			
Quinze de Novembro	19	371	0	0	1	0	44	1	436			
Três de Maio	0	59	0	0	1	0	0	2	62			
Treze de Maio (Princesa Isabel)	1	17	0	0	0	0	0	0	18			
Vinte e Quatro de Fevereiro (Amarante)	0	8	0	0	0	0	0	2	10			
Dezesseis de Julho (Cassiano)	2	108	0	0	0	0	0	3	113			
Três de Fevereiro (Major Cícero)	1	108	0	0	0	0	1	0	110			
	170	4756	4926	0	0	31	31	0	309	145	454	5411

A Tabela 4 demonstra a existência de 4926 edificações em 1894, acrescidas de 31 em 1895 e de 454 em 1896 (somando, neste último ano, 5411 imóveis). Considerando o perímetro urbano de 1890, as edificações contempladas na tabela extrapolaram estes limites, incluindo imóveis localizados no bairro da Luz. Já na estatística de 1901, entre os 5347 prédios contabilizados, estavam incluídos os edifícios públicos, exceto o matadouro e o forno de incineração (que se localizavam fora dos limites urbanos)<sup>831</sup>.

Na tabela chama a atenção o número elevado de edificações assobradadas localizadas nas ruas Andrade Neves (47) e Quinze de Novembro (44) no ano de 1896, assim como nas ruas General Osório (24), Marechal Deodoro (21) e Paissandú (26): as ruas traçadas no sentido norte-sul, ou seja, perpendiculares ao canal de São Gonçalo, eram as mais ocupadas.

Mas, no ano anterior, primeiro de vigência do novo código de posturas, o número de edificações havia sido bastante inferior. Em 1895 foram computadas 31 edificações e, em 1896, 454 (esses números devem estar relacionados com a ampliação da área de pagamento da décima urbana). Observou-se também que o número de projetos submetidos à aprovação pela Intendência (Fig.155) não coincidia com o número de edificações incluídas anualmente no pagamento da décima urbana (Tab.4), talvez por aquele apresentar edificações isentas de pagamento.

A abordagem implementada pelo setor de estatística forneceu os dados do período de 1 de julho de 1895 a 30 de junho de 1896, indicando a construção de 19 armazéns, 58 moradias térreas, 10 moradias assobradadas e 4 sobrados, totalizando 91 edificações; foram citadas ainda a reedificação de 4 armazéns, 11 moradias térreas, 2 assobradadas e nenhum sobrado, somando 17 edificações<sup>832</sup>. Essas informações não puderam ser comparadas com aquelas contidas na tabela 4, já que o recorte temporal de ambas não coincidia (uma apresenta dados correspondentes ao ano civil e a outra não).

## O CÓDIGO DE POSTURAS E A ADAPTAÇÃO ÀS NOVAS NORMAS

As solicitações de licenças que visavam a adequação ao código municipal de edificações referiam-se a alinhamentos e divisas, reparos, construção de muros e colocação de portões. A espacialização da cidade tomava novas formas, definindo-se a separação entre as terras públicas e as propriedades particulares, que passaram a ser cercadas, muradas e fechadas.

<sup>831</sup> FERREIRA & C. (Dir.) *Almanach de Pelotas*. Pelotas: Offic. Typ. do Diário Popular, 1914, p.67.

<sup>832</sup> ESTATÍSTICA do Município de Pelotas organizada e publicada pela Intendência Municipal. Pelotas: Livraria Commercial Souza, Lima e Meira, 1897. Mapa nº 04: Edificações e reedificações feitas na cidade desde 1º de julho de 1895 a 30 de junho de 1896.

A análise da regulamentação das edificações curitibanas do século XIX levou Sutil a constatar que “até as décadas finais do século XIX, as maiores preocupações das Câmaras Municipais ao fiscalizar as construções nas cidades brasileiras constituía-se em manter prédios alinhados, vãos regulares e alturas padronizadas”<sup>833</sup>. Nessa perspectiva, observou-se os projetos apresentados à Intendência Municipal de Pelotas com o intuito de se adaptar as novas regras impostas pelo Código de Posturas de 1895.

O documento legal estabelecia uma série de normas para a construção, na região compreendida pelos limites urbanos e determinava, ainda, prazos para a adaptação das construções preexistentes. Era um texto que tratava do ordenamento e da racionalização da cidade, determinando critérios para as edificações e reedificações, para os terrenos não edificadas e para escavações, para trapiches e cais, assim como para ruas, praças e logradouros públicos.

No período de um ano após a publicação do código de posturas (de julho de 1895 a junho de 1896), foram requeridas 195 licenças<sup>834</sup>. A construção de portões foi identificada em oito projetos analisados. Em alguns casos, foram propostos como aberturas em muros preexistentes, em outros construídos concomitantemente com os muros para o fechamento dos terrenos. A edificação de muro, de platibanda e de divisões internas, em um mesmo projeto, também foi encontrada.

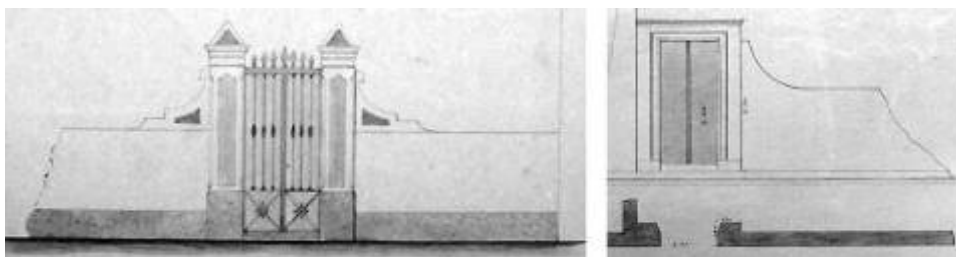


Figura 157: Edificação de portões e muros

Elevação de um portão localizado na praça 15 de Novembro (atual praça José Bonifácio), na propriedade de Pedro Bucker, 1898 (P-010, esquerda).

Abertura de um portão na rua Doutor Cassiano, em 1895 (P-166, direita).

Fonte: Acervo de projetos da Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Pelotas

O fechamento dos terrenos era obrigatório, ocasionando multas aos proprietários que não os realizassem. Marins comenta que “o âmbito privado devia ser explicitamente diferido do público, por meio da exigência de gradis e muros”<sup>835</sup>. Percebe-se, pelos exemplos investigados, que os fechamentos não priorizavam questões de segurança, já que os muros eram baixos. Em ambos os casos nota-se uma intencionalidade estética na composição do novo objeto, seja no detalhamento

<sup>833</sup> SUTIL, Marcelo Saldanha. Ecletismo e modernidade. A cidade de Curitiba e o morar no início do século. *Revista da Academia Paranaense de Letras*. Curitiba, n.64, 2000, p.122.

<sup>834</sup> As licenças foram as seguintes: 50 alinhamentos, 51 reparos, 35 a murar, 28 colocação de portões e 31 divisas (ESTATÍSTICA do Município de Pelotas organizada e publicada pela Intendência Municipal. Pelotas: Livraria Commercial Souza, Lima e Meira, 1897, p.41).

<sup>835</sup> MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.); NOVAIS, Fernando A (Coord.). *República: da Belle Époque a era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.147.



dos elementos constitutivos, seja na composição ascendente em que se busca destacar ou integrar o elemento novo ao preexistente (Fig.157).

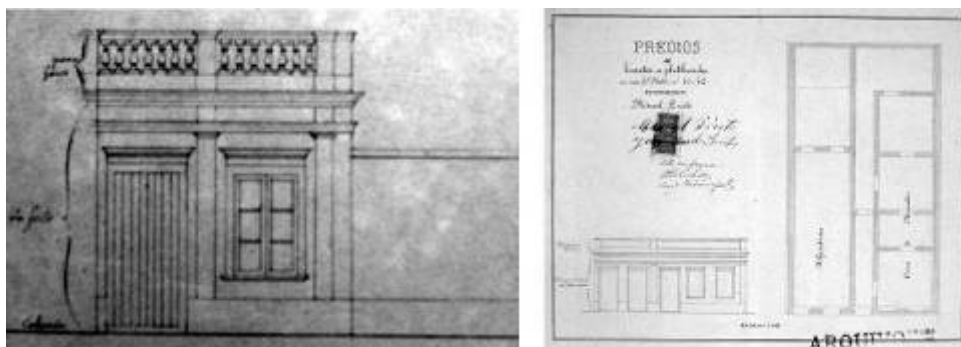


Figura 158: Inserção de platibandas em edificações preexistentes  
Elevação com a indicação da edificação preexistente e da platibanda a edificar (P-270, esquerda).  
Prédios a construir platibanda (P-265, direita).

Fonte: Acervo de projetos da Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Pelotas.

As adequações quanto à inserção de platibandas e calhas também foram requeridas nesse período (Fig.158). A legislação estabelecia a obrigatoriedade de construção de platibanda, com calhas e tubulações internas, destinadas a esgotar a água do telhado até a rua (por baixo dos passeios). Essa situação era exigida, tanto nas edificações quanto nas reedificações, assim como nas construções em que se realizassem reparos na cobertura.

A inserção desses novos elementos na arquitetura paulistana foi comentada por Lemos, que descreveu a presença de “telhados arrematados por platibandas decoradas, platibandas impostas até às casas velhas, que tiveram seus beirais cortados e suas taipas rasgadas para esconderem os condutores”<sup>836</sup>. Foram banidas da cidade as construções com beiral, que desapareceram das cidades do século XIX, com raras exceções<sup>837</sup>.

## A DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL E O ZONEAMENTO FUNCIONAL E SOCIAL

A marcante diferenciação dos espaços privados praticada pelas elites em suas próprias residências pode representar um protótipo das distinções espaciais, da ‘ordem’ que desejavam disseminar por toda a cidade. Sua escala progressiva pode ser traçada dos diferentes cômodos entre si ao contraste da habitação com o terreno ajardinado, passando pelos recuos com os vizinhos do bairro, chegando até o zoneamento social dos próprios bairros da capital. A normatização do privado acabava, pois, entrelaçando-se com a própria configuração dos espaços ‘públicos’<sup>838</sup>.

<sup>836</sup> LEMOS, Carlos A. C. *Alvenaria burguesa*. Breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Nobel, 1989, p.91.

<sup>837</sup> Essa situação foi comum no período estudado: em Rio Grande, o Código de Posturas de 1903 estabelecia que nenhum edifício poderia ter beirada, mas platibanda (NOVO Código de Posturas do Município do Rio Grande. Decreto n. 29 de 14 de Julho de 1903 promulgado pelo Capitão Carlos Augusto Ferreira de Assumpção Vice-intendente em exercício. Rio Grande: Typ. do Diário do Rio Grande, 1903. Artigo 6º, IX, p.07). Em Pelotas, a residência do charqueador Chaves, localizada na esquina das ruas Gonçalves Chaves e Voluntários da Pátria, é uma das poucas edificações que ainda possui os antigos beirais, originais da época de construção do sobrado.

<sup>838</sup> MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.); NOVAIS, Fernando A (Coord.). *República: da Belle Époque a era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.176.

A cidade do século XIX presenciou dois tipos de zoneamento: o funcional e o social. O primeiro teve o intuito de determinar a localização das atividades na área urbana; o segundo voltou-se para a regulamentação de habitações destinadas à população de baixa renda.

A compreensão do zoneamento funcional buscou identificar a organização territorial da cidade, em relação às normas previstas no Código de Posturas de 1895 e aos projetos que foram submetidos à aprovação da Intendência neste período. O estudo não teve o intuito de localizar, na malha urbana atual, os projetos arquivados que ainda persistem na cidade, a não ser quando estes já eram conhecidos pela autora, e puderam ser facilmente identificados<sup>839</sup>.

Essa opção fundamentou-se no fato apontado por Cruz na década de 1990<sup>840</sup>, de que sua tentativa de localizar os projetos havia sido frustrada por dois motivos: primeiro, porque os endereços dos imóveis estavam desatualizados, já que possuíam nominata e numeração da época de sua construção; e segundo, porque, em raros casos, apresentavam amarração com as esquinas mais próximas e orientação solar, informações que poderiam facilitar a sua localização na cidade<sup>841</sup>. Os projetos que se localizavam em esquinas, e que possuíam a indicação da orientação solar permitiram que se constatasse com mais facilidade a sua permanência nos dias de hoje.

Cruz destacava as diferenciações quanto à ocupação dos lotes, salientando que “as ruas norte-sul eram denominadas de *principais* e nelas situavam-se os prédios e habitações de maior expressão formal, enquanto que as leste-oeste eram chamadas *travessas* ou *transversais* e abrigavam habitações e comércio mais populares”<sup>842</sup>. A orientação solar parece não ter sido um condicionante para este desenho; mas o escoamento das águas da chuva, em direção ao arroio Santa Bárbara e ao canal do Pepino deve ter sido relevante para a hierarquia estabelecida. Nessa perspectiva, o relatório estatístico de 1891<sup>843</sup> citava que as ruas que possuíam maior número de edificações, em 1889, eram a General Osório (327), Quinze de Novembro (317), Andrade Neves (265), Marechal Deodoro (242), Gonçalves Chaves (223) e Santa Tecla (218).

<sup>839</sup> Foi possível identificar os seguintes projetos: P080 – sobrado residencial e comercial, na rua Andrade Neves esquina General Netto; P316 - residência na rua Benjamin Constant (integrante do conjunto da Cervejaria Haertel); P293 - residência na rua Quinze de Novembro esquina Almirante Tamandaré. A primeira edificação da sede social do Centro Português Primeiro de Dezembro (rua Andrade Neves) e uma residência na rua 15 de Novembro foram identificados em GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya (Org.). *Marcucci, Zanotta e Casaretto constroem o sul do Novo Mundo*. Pelotas: s.ed., 2005.

<sup>840</sup> CRUZ, Glenda Pereira da. Pelotas. Espaço construído no início da República. In: WEIMER, Günter (Org.) *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992, p.119

<sup>841</sup> Quanto a denominação das ruas, foi possível atualizar os dados encontrados nos desenhos pesquisados, através da consulta a obra de MAGALHÃES, Mário Osório. *Os passeios da cidade antiga*. Guia histórico das ruas de Pelotas. 2 ed. rev. Pelotas: Armazém Literário, 2000.

<sup>842</sup> CRUZ, Glenda Pereira da. Op Cit., p.177.

<sup>843</sup> BOLETIM apresentado à Intendência Municipal da Cidade de Pelotas em sessão de 12 de maio de 1891 por Euclides B. de Moura Diretor da Repartição de Estatística da mesma Intendência. Pelotas: Impressão a Vapor da Livraria Universal, 1891.

O parcelamento do solo previa a divisão em quarteirões uniformes, cujas dimensões eram de aproximadamente noventa metros de comprimento<sup>844</sup>. Dois fatores auxiliam a compreender o predomínio de construções nas ruas que cortam a cidade no sentido norte-sul: a extensão das ruas, que eram mais longas que as transversais (já que essas travessas estavam limitadas pelos arroios Santa Bárbara e Pepino); e o desenho dos lotes, estreitos e compridos, que contribuía para que um número maior de edificações tivesse a testada voltada para as ruas principais, ficando o comprimento dos lotes paralelos as ruas transversais<sup>845</sup>.

Quanto ao zoneamento social, Moura comenta que em fevereiro de 1881 “somou-se às tentativas de efetivar um zoneamento funcional, um zoneamento social. Nesse dia, os vereadores decidiram proibir as construções denominadas cortiços, dentro do perímetro compreendido entre as ruas Paysandu, Santo Antônio, Jatahy e 7 de Abril”<sup>846</sup>. Apesar disso, dez anos após essa medida, a cidade possuía 124 cortiços<sup>847</sup>.

A preocupação com o controle sobre a moradia operária aparece no relato de Perrot, que salienta que “a casa é um elemento de fixação. Daí o papel das vilas operárias na estratégia patronal de formação de uma mão-de-obra estável, das ideologias securitárias ou referentes à família”<sup>848</sup>. Mas, se as vilas operárias eram a moradia desejada pelo poder público e pela elite, a realidade que emergia nas cidades era outra.

Os cortiços foram objeto de uma série de medidas legais a partir do último quartel do século XIX. Em cidades que apresentaram um crescimento populacional intenso, como Rio de Janeiro e São Paulo, essas habitações tornaram-se alvo de intervenções do Estado. No Rio de Janeiro, Pereira Passos instituiu as visitas domiciliares, que removiam das residências “tudo que fosse encontrado no seu interior julgado prejudicial à saúde”<sup>849</sup>.

<sup>844</sup> O Código de Posturas de 1834 estabelecia que os quarteirões deveriam ter uma dimensão média em torno de noventa metros e as ruas oitenta palmos, ou seja, em torno de 17,60m (CRUZ, Glenda Pereira da. Pelotas. Espaço construído no início da República. In: WEIMER, Günter (Org.) *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Universidade/ UFRGS/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992, p.118).

<sup>845</sup> Salgueiro comenta que essa estrutura fundiária foi utilizada no traçado de Belo Horizonte, no final do século XIX: os quarteirões foram traçados com 120 metros de comprimento e parcelados em lotes, de 10 metros de largura e 50 metros de profundidade, solução que gerou uma arquitetura padronizada (planta em profundidade) e comprimida (com problemas de insolação lateral) (SALGUEIRO, Heliana Angotti. *O ecletismo em Minas Gerais: Belo Horizonte 1894-1930*. In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel, 1987).

<sup>846</sup> Livro de Atas da Câmara Municipal de Pelotas. 1879-1883. Sessão de 19 de fevereiro 1881. Hoje, respectivamente as ruas Barão de Santa Tecla, Senador Mendonça, Gonçalves Chaves e Dom Pedro II (MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de. *Habitação Popular em Pelotas (1880-1950): entre políticas públicas e investimentos privados*. 2006. 249p. (Doutorado em História do Brasil). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.55).

<sup>847</sup> BOLETIM apresentado à Intendência Municipal da Cidade de Pelotas em sessão de 12 de maio de 1891 por Euclides B. de Moura Diretor da Repartição de Estatística da mesma Intendência. Pelotas: Impressão a Vapor da Livraria Universal, 1891, p.21.

<sup>848</sup> PERROT, Michelle. Maneiras de morar. In: PERROT, Michelle *et al.* (Dir.). *História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.308.

<sup>849</sup> CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. *A construção de um sonho*. Os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil (São Paulo – 1917/1940). Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997, p.55.

Em Rio Grande, as posturas municipais de 1903 eram perpassadas pelo temor em relação à proliferação de epidemias, assim como pelo controle social imposto às habitações. O documento legal proibia que pessoas infectadas com doenças contagiosas comercializassem ou manufaturassem gêneros alimentícios, bem como restringia a permanência dos infectados em colégios, restaurantes, hotéis, hospedarias e casas de pensão.

No caso de transporte de enfermos com moléstias endêmicas ou transmissíveis, os carros de aluguel e demais veículos que os transportassem deveriam ser desinfetados. Em situação de morte por moléstias epidêmicas, proibia-se as crianças de acompanhar os enterros e determinava-se normas de desinfecção e de transporte dos corpos.

Quando ocorriam óbitos por moléstias contagiosas, o rigor era ainda maior, devendo-se desinfetar e cair interiormente as edificações, sob pena de interdição pelo município. Além das medidas destinadas ao controle sanitário, as desinfecções eram permeadas pelo controle social das habitações operárias.

Assim como em Rio Grande, em Pelotas também foi imposta a desinfecção de casas onde ocorressem óbitos causados por enfermidades contagiosas. Soares comenta que, devido ao custo e a impopularidade, a intervenção foi “paulatinamente abolida”<sup>850</sup>, permanecendo a obrigatoriedade de notificação da doença, e a desinfecção sendo realizada por particulares.

A atuação da polícia sanitária era intensa nos primeiros anos do século XX. Em 1907, Pelotas possuía 5811 edificações<sup>851</sup>; no ano anterior, a estatística do delegado de higiene de Pelotas contabilizava 3120 visitas domiciliares, 21 multas impostas, 548 intimações expedidas para saneamento dos prédios e 25 prédios interditados<sup>852</sup>. Ou seja, mais da metade das edificações foi vistoriada, e os proprietários de 10% das construções existentes foram intimados a melhorar as suas condições de saneamento.

Em Pelotas, as construções destinadas à população de baixa renda foram as casas em fita e os contrafeitos. Os contrafeitos eram conjuntos de várias edificações implantadas perpendicularmente em relação à rua, em um mesmo lote, com um corredor lateral de acesso às unidades de um lado do terreno e os pátios privativos do outro lado. Cruz comenta que, até 1908, essas construções foram “invariavelmente construída em alvenaria de tijolos, telhas de barro e piso elevado sobre barrotes”<sup>853</sup>.

<sup>850</sup> SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Modernidade Urbana e Dominação da Natureza: o saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XX. *História em Revista*, Pelotas, v.7, dez.2001.

<sup>851</sup> RELATÓRIO da Companhia Hidráulica Pelotense correspondente ao ano de 1907. Pelotas: Livraria Comercial, 1908.

<sup>852</sup> ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Estatística demographo-sanitária do município de Pelotas correspondente ao ano de 1905. Organizada pelo Dr. José Calero, Delegado de Higiene. Pelotas: Oficina Typographica da Livraria Pelotense, 1906, p.11.

<sup>853</sup> CRUZ, Glenda Pereira da. Pelotas. Espaço construído no início da República. In: WEIMER, Günter (Org.) *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992, p.123.

O código de posturas estabelecia as limitações a essas edificações, determinando a proibição de construções com cobertura de palha ou outras semelhantes dentro dos limites urbanos. Acrescentava ainda que “os prédios que não tiverem que seguir os alinhamentos das ruas deverão ficar afastados pelo menos quatro metros”<sup>854</sup>. Dessa forma, ocultava-se da via pública as edificações que não fossem desejadas.

## 4.2 PROJETAR... A REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO SÉCULO XX EM PELOTAS

A representação gráfica dos projetos arquitetônicos tratou da forma de apresentação das pranchas, dos profissionais que atuavam na cidade, das peças gráficas utilizadas na representação e dos elementos que integravam os desenhos. A partir dessas categorias buscou-se identificar o que era relevante na linguagem arquitetônica do período.

### APRESENTAÇÃO DAS PEÇAS GRÁFICAS

A forma de apresentação das peças gráficas nas pranchas foi uma das abordagens de análise. Uma das primeiras constatações evidenciou que todos os projetos analisados foram apresentados em uma única prancha: o tamanho e o formato dessas pranchas variavam de acordo com o que se pretendia representar.

Os projetos mais antigos foram submetidos à aprovação da Intendência em papéis foscos (papel de linho e sulfite, entre outros). É possível que os projetos do acervo fossem duplicatas, e que os originais permanecessem com os proprietários (ou na obra, como exigia o código de posturas). O código de posturas de Rio Grande exigia a apresentação de duas vias, sendo um exemplar em papel branco (selado e arquivado na Intendência) e outro em tela<sup>855</sup>. No início do século XX predominaram projetos apresentados em papéis transparentes, como o vegetal: a armazenagem desses documentos dificultou bastante o seu manuseio, pois se encontravam dobrados e arquivados em caixas de papelão.

A maioria das pranchas pesquisadas foi apresentada no formato vertical. O projeto geralmente continha um cabeçalho na parte superior, onde era descrito o tipo de construção, a localização, e os nomes do proprietário e do construtor. As peças gráficas mais comuns eram a planta baixa, a elevação principal e o corte longitudinal (de parte da edificação). Em raros casos foram representados os terrenos e, quando

<sup>854</sup> PELOTAS. Projeto de Lei. Código de Posturas Municipais. Diário Popular, 24 de abril de 1895, p.01.

<sup>855</sup> NOVO Código de Posturas do Município do Rio Grande. Decreto n. 29 de 14 de Julho de 1903 promulgado pelo Capitão Carlos Augusto Ferreira de Assumpção Vice-intendente em exercício. Rio Grande: Typ. do Diário do Rio Grande, 1903. Artigo 4º, § 1º, p.05

isso ocorria, este era desenhado juntamente com a planta baixa, com linhas de interrupção que reduziam suas dimensões ao tamanho da prancha.

No cabeçalho, a grafia das letras (principalmente das iniciais da legenda) recebia atenção especial. A análise revelou que alguns desenhos repetiam uma mesma caligrafia, indicando terem sido elaborados pelo mesmo profissional: foi o caso dos projetos de autoria de Caetano Casaretto. O cabeçalho não foi encontrado em algumas pranchas, seja pela sua ausência (omissão da informação), seja pelo estado de conservação dos objetos (rasgados). Também ocorreram casos em que os desenhos indicavam os itens do cabeçalho, mas não o preenchiam com o nome de proprietário ou do construtor.

Na maioria das pranchas eram indicados, abaixo da legenda, os nomes do proprietário do imóvel e do construtor, que assinavam o documento sobre o selo, datando-o (Fig.159). Em alguns casos, o proprietário e o construtor eram o mesmo e, em outros, o construtor ou um procurador assinava pelo proprietário. Alguns projetos indicavam que isso ocorria porque os proprietários não sabiam escrever (quando eram homens), ou eram representados (quando eram mulheres).



Figura 159: Especificações dos projetos arquitetônicos estudados

Legendas com indicação das obras, dos proprietários e dos construtores-empresários.

Fonte: Acervo de projetos da Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Pelotas.

A disposição em prancha variava conforme as peças gráficas que seriam apresentadas. Em muitos casos, a prancha (Fig.160) era composta pelo cabeçalho, elevação principal (na parte superior), planta baixa e corte (na parte inferior). Usualmente, o corte acompanhava o sentido de secção da planta, mas raramente aparecia na mesma escala desta ou seccionava o edifício inteiro. Não havia um padrão para o sentido de leitura dos desenhos como se conhece atualmente.

A aprovação pela Intendência era registrada com um carimbo e com a assinatura do engenheiro municipal, determinando a aprovação do projeto. Muitas

pranchas apresentavam o carimbo sem a assinatura. Não se sabe se esses projetos foram ou não construídos, e quais motivos levaram a omissão da assinatura do fiscal.

Além da assinatura do responsável pela aprovação, do proprietário e do empreiteiro e/ou construtor, um número significativo de projetos possuía outra assinatura (não identificada), que se supõe que fosse de um desenhista ou projetista.

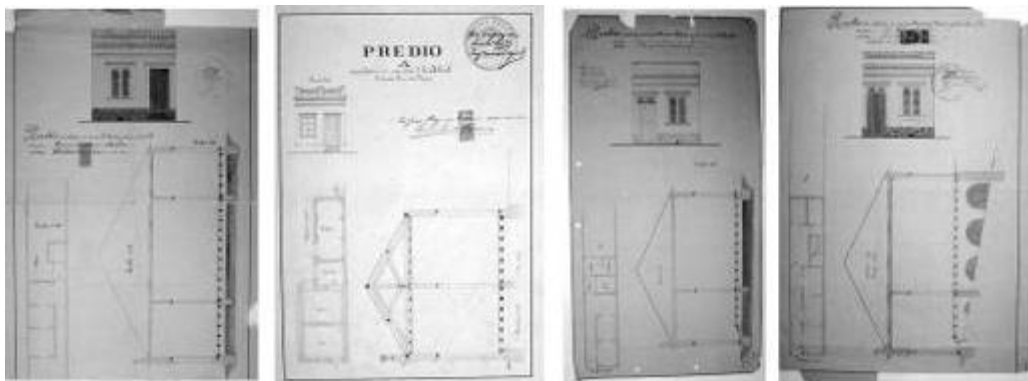


Figura 160: Pranchas submetidas à aprovação: composição dos desenhos

Fonte: Acervo de projetos da Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Pelotas

A legislação estabelecia a obrigatoriedade do projeto conter a assinatura do proprietário da obra e do construtor<sup>856</sup>, mas não exigia a do arquiteto. Essa situação dificultou bastante a identificação da autoria dos projetos, apesar de alguns profissionais como Guilherme Marcucci, Caetano Casaretto, Romualdo de Abreu e Silva e Luiz Leivas assinarem junto aos desenhos, minimizando essa situação.

#### OS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS NA ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS OBRAS

A arquitetura não podia mais ser patrimônio de poucos 'mestres', devia ceder às novas exigências da produção de massa e à definição de uma nova figura de projetista: o profissional. Para os projetistas profissionais era necessário que as escolas, as academias, preparassem um sistema de regras razoáveis e concretas, de acordo com as atribuições exigidas pelo tempo, colocando a liberdade criadora em limites bem definidos<sup>857</sup>.

Nesse contexto, Patetta registra a definição da profissão de arquiteto no decorrer do século XIX, e comenta a importância de trabalhos como as *Precis des leçons d'architecture*, de J. N. Louis Durand, que fixavam regras modulares, distributivas e tipológicas rigorosas às edificações.

No Brasil, na segunda metade do século XIX, a presença de arquitetos era uma situação rara, e foi abordada por Lemos, que comentou que, em São Paulo

<sup>856</sup> PELOTAS. Projeto de Lei. Código de Posturas Municipais. Diário Popular, 24 de abril de 1895, p.01. Artigo 2º. No projeto de lei de Pelotas exigia-se somente a obrigatoriedade do proprietário assinar os desenhos, mas observa-se que os construtores e empreiteiros assinavam junto, fato que pressupõe uma alteração na legislação. Já o código de posturas de Rio Grande previa a assinatura de ambos, proprietário e construtor (NOVO Código de Posturas do Município do Rio Grande. Decreto n. 29 de 14 de Julho de 1903 promulgado pelo Capitão Carlos Augusto Ferreira de Assumpção Vice-intendente em exercício. Rio Grande: Typ. do Diário do Rio Grande, 1903. Artigo 4º, § 3º, p.05).

<sup>857</sup> PATETA, Luciano. Considerações sobre o ecletismo na Europa. In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel, 1987, p.12.

arquitetos mesmo só vieram aparecer na segunda metade do século passado e todos estrangeiros. Arquitetos brasileiros, só bem no fim do século [...] Coube, no entanto, aos mestres-de-obras e aos então ‘licenciados-construtores’, em muito maior número, passar a limpo os ideais arquitetônicos daquela classe<sup>858</sup>.

Em suas impressões sobre a província de São Pedro, no início do século XIX (1809), John Luccock comentava a realidade da construção civil no sul do país: “com igual sabedoria, construíram-se pontes por todas as estradas públicas, sempre que necessárias *por onde existem arquitetos capazes de as construir*” (grifo nosso)<sup>859</sup>. Ou seja, nas primeiras décadas do século XIX não havia na província um número significativo de profissionais ligados à construção civil, especialmente arquitetos.

Comum, neste século, foi a presença de engenheiros-militares, de pilotos e de agrimensores. Mas arquitetos eram poucos. E sua falta foi percebida inclusive pelo governo, na realização de obras públicas.

Também não são Arquitetos Civis os nossos Engenheiros Militares, e bem que tenham a instrução bastante para darem voto sobre o plano de qualquer obra, não são eles os que se devem empregar nos detalhes minuciosos internos, e externos dos Templos, e de outros Edifícios, em que as ordens da Arquitetura se devem manifestar com gosto, e elegância; e para isto ainda se precisará de autorização para engajar algum Arquiteto, talvez estrangeiro; que tenha boa escolha<sup>860</sup>.

Em seus estudos sobre a arquitetura gaúcha Weimer tratou daqueles profissionais que tiveram uma formação superior (diferente de acadêmica, já que a formação universitária foi institucionalizada posteriormente), ou seja, aqueles que mesmo empiricamente “tiveram acesso aos tratados eruditos e neles basearam a sua produção”<sup>861</sup>. Weimer analisou a situação sul-rio-grandense, destacando que “na primeira metade do século XIX, alguns profissionais vindos do exterior (em especial alemães) instalaram-se na região, atuando tanto no âmbito privado quanto na concepção de obras públicas, na capital e no interior da província”<sup>862</sup>.

O papel dos imigrantes alemães foi fundamental na arquitetura gaúcha, principalmente naquela produzida na capital durante o século XIX. Mas, em relação a essa imigração, Bittencourt comenta que, tanto em Pelotas quanto em Rio Grande este grupo “não se integrou e constituiu uma colônia isolada. Devido às facilidades de

<sup>858</sup> LEMOS, Carlos A. C. *Alvenaria burguesa*. Breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Nobel, 1989, p.15-17.

<sup>859</sup> LUCCOCK, John. Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil tomadas durante uma estada de dez anos nesse país, de 1808 a 1818. 2 ed. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1951 apud MAGALHÃES, Mário Osório. *Pelotas: toda a prosa*. Primeiro Volume (1809-1871). Pelotas: Editora Armazém Literário, 2000, p.09.

<sup>860</sup> ADDITAMENTO feito ao relatório, que perante a Assembléa Provincial do Rio-Grande de São Pedro do Sul, dirigio o exm<sup>o</sup> vice-presidente da provincia em sessão de 4 de março de 1848, pelo illm<sup>o</sup> e exm<sup>o</sup> sr. presidente da provincia e commandante do exercito em guarnição, Francisco José de Souza Soares de Andréa, para ser presente á mesma Assembléa. Porto Alegre: Typ. do Commercio, 1848, p.10.

<sup>861</sup> WEIMER, Günter. A fase historicista da arquitetura no Rio Grande do Sul. In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel, 1987, p.259.

<sup>862</sup> Sobre esse tema ver WEIMER, Günter. *Arquitetos e construtores no Rio Grande do Sul 1892-1945*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2004, e WEIMER, Günter. *Arquitetos e construtores rio-grandenses na colônia e no império*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2006.



comunicações com o continente europeu, procurou construir uma identidade simbólica com a Europa. Hoje sua influência na arquitetura destas cidades é quase nula”<sup>863</sup>.

Algumas pesquisas recentes revelaram um grupo de profissionais atuantes em Pelotas no século XIX, formado por imigrantes italianos ou por seus descendentes: foi o caso de José Isella, Caetano Casaretto, Guilherme Marcucci e Carlos Zanotta.

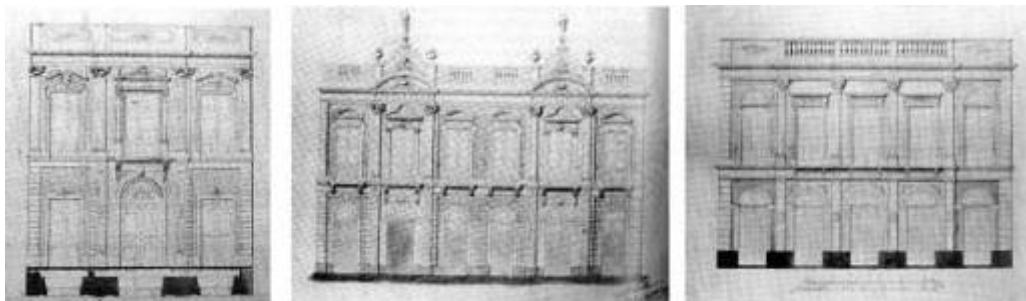


Figura 161: Projetos arquitetônicos de José Isella  
Edificações projetadas por Isella em Pelotas. Os originais pertencem aos descendentes do arquiteto. As obras foram fotografadas e enviadas para Chevalier, que as publicou (quatro edificações térreas, quatro sobrados, duas capelas e uma perspectiva de interior).  
Fonte: CHEVALLIER, Ceres. *Vida e obra de José Isella: arquitetura em Pelotas na segunda metade do século XIX*. Pelotas: Ed. Livraria Mundial, 2002, p.172 (esquerda), p.166 (central) e p.168 (direita).

Isella trabalhou em Pelotas na segunda metade do século XIX. O estudo de Chevalier identificou e comprovou obras pelotenses de sua autoria. A atuação profissional de José Isella na cidade coincidiu com o início das obras da Companhia Hidráulica, em meados da década de 1870 (Fig.161). Entre os projetos de Isella, três edificações possuíam planta baixa e elevação, fato que permitiu estabelecer algumas relações com os projetos posteriores arquivados na Intendência Municipal.

A pesquisa de Chevalier destacou, ainda, a presença de outro profissional atuante na cidade: Caetano Alberto Valle Casaretto (1862-1942). Chevalier comenta que Caetano Casaretto era arquiteto autodidata, e trabalhava com os irmãos na firma denominada Casaretto & Irmãos, localizada na rua Gonçalves Chaves nº 220.

O projeto da sede dessa empresa foi aprovado pela Intendência Municipal em 1895; mas esta já existia antes dessa data, já que foi possível constatar que a firma Casaretto & Irmãos venceu a licitação para a construção da capela da Sociedade Portuguesa de Beneficência<sup>864</sup>.

Casaretto projetou uma série de obras residenciais e comerciais no período de 1895 a 1902. Em 1895, além do Centro Português (Fig.163), projetou o galpão para a instalação da empresa Casaretto e Irmãos. Em 1896 Caetano projetou uma pequena casa no interior de um terreno na rua Benjamin Constant e um armazém na rua Andrade Neves (Fig.162, esquerda). Trabalhou ainda no aumento de uma edificação

<sup>863</sup> BITTENCOURT, Dóris Maria Machado de. *Casas residenciais em Porto Alegre em fins do século XIX e início do século XX*. 1996. 2v. 791p. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, p.212.

<sup>864</sup> “Em sessão no dia 6 de dezembro de 1891, através de um ofício, a firma Casaretto & Irmãos, composta pelos irmãos Jeronimo, Caetano e Paulino, comunicava a entrega das obras da capela” (CHEVALLIER, Ceres. *Vida e obra de José Isella: arquitetura em Pelotas na segunda metade do século XIX*. Pelotas: Ed. Livraria Mundial, 2002, p.106). A autora não conseguiu confirmar se o projeto fora concebido por Caetano Casaretto.

na rua 15 de Novembro e em um acréscimo numa construção da rua Voluntários da Pátria.

Os projetos concebidos por Caetano eram empreitados pela firma da qual era sócio, ou por terceiros, como ocorreu em 1897 no projeto de uma pequena casa na rua Doutor Cassiano. Ainda nesse ano projetou uma casa na rua Marechal Deodoro e quatro edificações na rua 15 de Novembro: um sobrado comercial e residencial para Levy e Irmãos, um armazém, duas casas geminadas e a reforma de uma edificação comercial (Fig.172, esquerda).

Em 1898 planejou uma cocheira na praça da Matriz, uma edificação de três pavimentos na rua 15 de Novembro (Fig.172, direita) e uma fábrica de carros na esquina das ruas Tiradentes e Almirante Barroso. No ano seguinte projetou um sobrado comercial e residencial na rua 15 de Novembro (Fig.172, central) e uma construção térrea para residência e armazém na esquina das ruas Anchieta e Voluntários da Pátria.

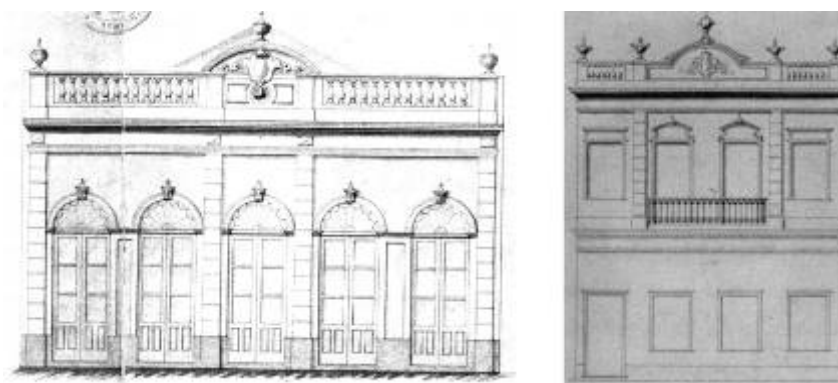


Figura 162: Projetos de Caetano Casaretto

Fonte: GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya (Org.). *Marcucci, Zanotta e Casaretto constroem o sul do Novo Mundo*. Pelotas: s.ed., 2005, p.163 (esquerda) e p.183 (direita).

Em 1900 foram identificados três projetos de sua autoria: duas casas geminadas na rua Tiradentes e duas edificações, nas ruas Marcílio Dias e Andrade Neves. Em 1901 realizou a reforma da fachada de uma edificação na rua Gonçalves Chaves e o projeto de duas casas geminadas. As últimas obras identificadas, em 1902, tratavam da edificação de um armazém na rua Voluntários da Pátria, de uma residência na rua 15 de Novembro, e de um acréscimo de segundo pavimento numa construção da rua Félix da Cunha (Fig.162, direita).

Chevalier comenta que, segundo Alberto Coelho da Cunha, a substituição da antiga capela da Luz fora contratada com o arquiteto-construtor Caetano Casaretto, em 1899<sup>865</sup>. Foi possível confirmar a data da obra, mas o texto encontrado não citava a sua autoria. Sobre a antiga construção descrevia que

contava por dentro 70 palmos do altar à porta e 24 de largura, com sacristia ao lado, muito posteriormente construída. Tendo-se

<sup>865</sup> CHEVALLIER, Ceres. *Vida e obra de José Isella: arquitetura em Pelotas na segunda metade do século XIX*. Pelotas: Ed. Livraria Mundial, 2002, p.72.

reconhecido de exíguas proporções [...] foi modernamente resolvida a sua demolição, para no mesmo local erguer-se novo templo, mais amplo e mais elegante, na mesma aprazível situação [...] a pedra fundamental foi lançada em 1899<sup>866</sup>.



Figura 163: Congresso Português 1º de Dezembro  
Projeto de Caetano Casaretto, de 1895 (esquerda). A edificação localizada na rua Andrade Neves (centro). Fotografia da fachada (direita).

Fonte: GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya (Org.). *Marcucci, Zanotta e Casaretto constroem o sul do Novo Mundo*. Pelotas: s.ed., 2005, p.159 (esquerda). GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2004, p.236 (centro) Acervo fotográfico de Néelson Nobre Magalhães (direita).

Quanto ao projeto concebido para o Congresso Português<sup>867</sup>, Schlee argumenta que Caetano Casaretto

escolheu fazer uma referência à arquitetura da chamada 'idade do ouro' portuguesa (era dos descobrimentos), quando o país foi dirigido por D. Manoel I e atingiu grande desenvolvimento econômico e cultural. Nesse sentido, na fachada, surgiram arcos ogivais, molduras com reproduções de elementos do mar (algas e conchas), o brasão de Portugal, uma alegoria às descobertas, dois globos, dois bustos de portugueses ilustres e as datas de 1640 (ano em que Portugal reconquistou sua independência da Espanha) e 1895 (data de construção do prédio)<sup>868</sup>.

Casaretto era descendente de italianos, e projetou a sede de um clube para descendentes de portugueses: esse foi o motivo da escolha do neomanuelino para a edificação<sup>869</sup>. Del Brenna comenta que o revival da arquitetura da época do rei D. Manuel (1495-1521) "simbolizava a resistência do naturalismo nacional contra o classicismo estrangeiro"<sup>870</sup>. Nesse sentido o estilo foi empregado no Real Gabinete Português de Leitura, no Rio de Janeiro.

<sup>866</sup> Os Templos de Pelotas. In: FERREIRA & C. *Almanach de Pelotas*. Pelotas: Offic. Typ. do Diário Popular, 1914, p.176-184. O texto aborda aspectos históricos da Catedral (antiga Matriz), da Capela da Senhora da Luz, da Capela da Senhora da Conceição, da Capela de São João Batista, da Capela do Senhor do Bonfim, da Capela de São Pedro, da Capela de São Luiz Gonzaga e da Igreja Episcopal Brasileira. No decorrer do texto refere-se aos construtores da capela de S. João Batista (Isella e Marcucci, 1884), ao arquiteto da capela de S. Luiz Gonzaga (Guilherme Oertel, 1900) e ao autor do projeto da Igreja Episcopal (engenheiro reverendo John Gaw Meen, 1908). Sobre a catedral ver o texto A Catedral de Pelotas. In: ALMANAQUE de Pelotas, 1933, p.125-126 (com planta baixa e elevação lateral da reforma proposta pelo Frei Niceto Peters).

<sup>867</sup> O projeto do Centro Português 1º de Dezembro, datado de 1895, não foi encontrado no acervo da Prefeitura Municipal de Pelotas, mas a sua elevação foi publicada em GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya (Org.). *Marcucci, Zanotta e Casaretto constroem o sul do Novo Mundo*. Pelotas: s.ed., 2005, p.159.

<sup>868</sup> SCHLEE, Andrey Rosenthal. *O ecletismo na arquitetura pelotense até as décadas de 30 e 40*. 1994. 215p. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.107.

<sup>869</sup> Sobre o revival ver PATETTA, Luciano. Los revivals em arquitetura. In: ARGAN, Giulio Carlo *et al. El pasado en el presente*. El revival em las artes plasticas, la arquitectura, el cine y el teatro. Barcelona: GG, 1977, p.129-163.

<sup>870</sup> DEL BRENNNA, Giovanna Rosso. Ecletismo no Rio de Janeiro (séc. XIX-XX). In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1987, p.44.

Seu revival na capital do império do Brasil, através de um monumento excepcional [Real Gabinete], significava lembrar e reafirmar a grandeza de seus antigos colonizadores; e, ao mesmo tempo, renovar o prestígio da colônia portuguesa residente na cidade, substituindo o clichê do português opulento, laborioso e econômico, tradicional patrocinador de iniciativas beneficentes mas pouco ligado à cultura, por uma nova imagem progressista e moderna [...] A predileção pelo estilo neomanuelino por parte da colônia portuguesa manifestou-se, entre os séculos XIX e XX, em vários exemplos, tanto de edifícios públicos como de residências particulares<sup>871</sup>.

O projeto do Real Gabinete Português de Leitura foi enviado de Lisboa em 1872. O edifício foi concebido com uma estrutura metálica que, segundo Del Brenna deve ser “com toda a probabilidade o primeiro edifício com estrutura de ferro a ser construído no Rio de Janeiro”<sup>872</sup>. Essa suposição leva a crer que, se no Rio de Janeiro a primeira edificação em estrutura metálica datava deste período, a construção da Torre do Depósito de Pelotas, concluída em 1875, representava a modernidade no interior da província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Entre as obras atribuídas a Casaretto encontra-se a sede do Clube Caixeiral<sup>873</sup>. Em um cartão-postal enviado a José Isella, Caetano comentava que “por ela pode fazer uma idéia do tamanho do mesmo [...] O edifício está construído aonde foi o Clube Comercial [...] na Praça Pedro II hoje da República, esquina da rua General Vitorino. Foi uma das maiores construções que tenho feito”<sup>874</sup>.

Provavelmente existam outros projetos de sua autoria, que ainda não foram localizados. Caetano era autodidata, assim como muitos profissionais que atuaram neste período. Fabris comenta que

ao lado do profissional especializado destaca-se a presença de um grupo crescente de autodidatas, que transpõem o debate e a prática da arquitetura para fora do círculo restrito da academia. É também essa ampliação do quadro profissional que explica a multiplicidade de modelos e referências utilizados pelo ecletismo<sup>875</sup>.

Em relação à prática desses profissionais, a autora constatava a ausência de trabalhos que investigassem a biblioteca dos arquitetos do século XIX, e que possibilitassem “compreender de fato o múltiplo universo de suas escolhas [...] muitos

<sup>871</sup> DEL BRENNNA, Giovanna Rosso. Ecletismo no Rio de Janeiro (séc. XIX-XX). In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1987, p.44-50.

<sup>872</sup> *Ibid.*, p.42.

<sup>873</sup> A esta relação de obras de Caetano Casaretto, Moura e Schlee acrescentam o pavimento superior da Biblioteca Pública Pelotense (1914), a reforma do Asilo de Mendigos (1928), a ala esquerda da Santa Casa de Misericórdia (1930-1932) e a Escola de Artes e Ofícios (1942) (MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de; SCHLEE, Andrey Rosenthal (Orgs.) *100 imagens da arquitetura pelotense*. Pelotas: Pallotti, 1998). Sobre o Asilo de Mendigos ver o texto denominado A piedade dos pelotenses. O Asylo de Mendigos. In: PARADEDA, Florentino (Dir. e Prop.). *Almanach de Pelotas*. Pelotas: s.ed., 1930, p.94-99. O texto informa que o projeto existente das obras foi elaborado definitivamente pelo construtor Caetano Casaretto. Sobre a Escola de Artes e Ofícios ver PARADEDA, Florentino. *Almanach de Pelotas*. Pelotas: Lith. Guarany, 1923, p.342. A referência cita o projeto de Carlos Scotti e Caetano Casaretto.

<sup>874</sup> Em 1902 aparece o registro na planilha de cadastro da Intendência Municipal de Pelotas do projeto de construção do Clube Caixeiral, na praça Coronel Pedro Osório. O projeto não foi encontrado no acervo pesquisado. Chevalier comenta que Casaretto refere-se ao projeto do clube em correspondência enviada a José Isella. CASARETTO, Caetano. [Carta] 24 de agosto de 1906, Pelotas, Brasil [para] José Isella, Morcote, Suiça, 1p. (Acervo de Lídia J. Fiori e Maurizio Gritti) apud CHEVALLIER, Ceres. *Vida e obra de José Isella: arquitetura em Pelotas na segunda metade do século XIX*. Pelotas: Ed. Livraria Mundial, 2002, p.81.

<sup>875</sup> FABRIS, Annateresa. *Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização*. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, N. Ser., n.1, 1993, p.134-135.

arquitetos ecléticos são autodidatas e o conhecimento de seu universo de referências seria determinante para compreender melhor os critérios de gosto que estão na base de sua formação”<sup>876</sup>.

Nesse sentido, a identificação das obras de referência utilizadas por Caetano Casaretto, realizada por acadêmicos do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPel, contribuiu para preencher esta lacuna<sup>877</sup>. O acesso à obras de arquitetura permitia que não só arquitetos, mas também desenhistas, projetistas, empreiteiros e construtores tivessem contato com a arquitetura que se produzia no exterior. Fabris aponta as facilidades originadas pela

ampliação dos meios de divulgação, que transforma todo arquiteto eclético numa espécie de ‘pesquisador científico’ [...], com a facilidade e barateamento das viagens, o imaginário do construtor do século XIX alcança uma dimensão, desconhecida até aquele momento, multiplicando ao infinito os tipos e os modelos à disposição do arquiteto e de sua clientela<sup>878</sup>.

Em Pelotas, outro profissional atuante foi o italiano Guilherme Marcucci, responsável por alguns projetos submetidos à aprovação da Intendência no período de 1895 a 1900. Chevalier destaca que Marcucci trabalhou na Santa Casa de Misericórdia, tanto na capela (em parceria com José Isella) quanto na reforma da ala da rua General Netto. Participou também de licitações para a construção da capela da Beneficência Portuguesa e da sede da Intendência Municipal<sup>879</sup>. Provavelmente existam outras obras de sua autoria na cidade anteriores a 1895, já que Chevalier comenta que, em 1878, publicava um anúncio na imprensa local solicitando a quitação de dívidas e de recebimentos, pois se afastaria temporariamente para a Europa.



Figura 164: Residência de Antônio da Costa Leite, na rua 15 de Novembro  
Fachada principal, rua Quinze de Novembro (esquerda). Fachada lateral (direita).

Fonte: Acervo de projetos da Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Pelotas.

Guilherme Marcucci faleceu em Pelotas, em 1901. Elaborou alguns projetos na cidade, dentre os quais seis foram identificados no acervo pesquisado. O trabalho organizado por Gutierrez acrescentou mais três projetos a essa relação, totalizando nove obras no período compreendido entre 1895 e 1900<sup>880</sup>. Dentre essas obras

<sup>876</sup> FABRIS, Annateresa. *Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização. Anais do Museu Paulista*. São Paulo, N. Ser., n.1, 1993, p.137.

<sup>877</sup> GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya (Org.). *Marcucci, Zanotta e Casaretto constroem o sul do Novo Mundo*. Pelotas: s.ed., 2005.

<sup>878</sup> FABRIS, Annateresa. *Op. Cit.*, p.135.

<sup>879</sup> CHEVALLIER, Ceres. *Vida e obra de José Isella: arquitetura em Pelotas na segunda metade do século XIX*. Pelotas: Ed. Livraria Mundial, 2002, p.68.

<sup>880</sup> GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya (Org.). *Op. Cit.*

destaca-se uma edificação residencial localizada na rua 15 de Novembro, projetada em 1898 para Antônio da Costa Leite.

Em relação a Carlos Zanotta, não foram encontrados projetos de sua autoria no acervo, provavelmente porque já estivesse ausente da cidade nesse período. Zanotta era empreiteiro, contratado pela Companhia Hidráulica Pelotense para manutenção da rede de água encanada e foi responsável, juntamente com João Frick, pelo abastecimento de água de Piracicaba (em 1885). Entre as obras realizadas por Carlos Zanotta encontrava-se a execução do gradil e dos portões de ferro que cercavam a praça Coronel Pedro Osório, na segunda metade do século XIX.

A fiscalização dos projetos analisados neste estudo coube ao engenheiro municipal Emílio Leão, que assinou praticamente todos os planos submetidos à aprovação da Intendência no período investigado.

A identificação dos construtores e dos empreiteiros foi realizada através das assinaturas constantes nos desenhos e da relação publicada pela estatística municipal de 1897, que apresentava uma listagem dos profissionais que trabalhavam em Pelotas. Além de Marcucci e Casaretto, eram citados José Francisco de Lima (com estaleiro), Antônio Gonçalves da Costa, Arthur Ignácio de Sousa, Antônio Joaquim dos Santos, Gaspar Rodrigues de Oliveira, João Martins de Sousa, João Roque Martins, João Coelho Dias, João Batista Lahitti, Joaquim Emílio da Silva, João Abrantes, Joaquim Dias e Manoel Jorge Rodrigues<sup>881</sup>.

A análise dos projetos apresentados à Intendência possibilitou ampliar essa listagem de empreiteiros e construtores. Em muitos casos não foi possível identificá-los, em função da ausência de assinatura, ou pelo fato de que o próprio proprietário assinava pelo construtor. Além disso, somou-se a dificuldade de identificação da escrita, devido a caligrafia dos profissionais e as constantes abreviaturas. Mas, apesar disso, constatou-se a atuação de Antônio Jesuíno dos Santos, Manoel de Oliveira Lopes, Adelino Lamas da Silva, Pedro Rodrigues Gonçalves, Manoel de Oliveira (e seu procurador Manoel da Silva Ribeiro), João Almeida e Paulino Rodrigues (na década de 1920 seus sucessores publicavam anúncio da empresa Rodrigues & Cia. Construtores)<sup>882</sup>. Outras assinaturas, que foram identificadas apenas parcialmente, não constam dessa listagem.

A regulamentação profissional da arquitetura no Brasil, e em especial no Rio Grande do Sul, foi tratada por Weimer, que investigou uma série de profissionais que atuaram no Estado, pesquisando suas obras, origens e formações<sup>883</sup>. Além dessa

---

<sup>881</sup> ESTATÍSTICA do Município de Pelotas organizada e publicada pela Intendência Municipal. Pelotas: Livraria Commercial Souza, Lima e Meira, 1897, p.69.

<sup>882</sup> PARADEDA, Florentino. *Almanach de Pelotas*. Guarany, 1926, p.16.

<sup>883</sup> Sobre os profissionais que atuaram no Rio Grande do Sul ver WEIMER, Günter *Arquitetura Erudita da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul*. 1990. 500p. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. WEIMER, Günter. *Arquitetos e construtores no Rio Grande do Sul*

contribuição, o autor posicionou-se criticamente em relação a uma série de decisões do órgão fiscalizador criado pelo governo após 1932 (sistema de regulamentação profissional CONFEA/CREA)<sup>884</sup>, principalmente quanto às limitações impostas às licenças emitidas para os profissionais estrangeiros.

Apesar do conhecimento do trabalho de alguns profissionais que atuaram em Pelotas, a maior parte das construções do século XIX e das primeiras décadas do século XX permanecem no anonimato, assim como em outras cidades brasileiras. Em Curitiba, Sutil e Marchette destacam que “as casas de milhares de curitibanos foram erguidas no anonimato de pedreiros e carpinteiros e de desenhistas que não assinavam seus projetos. Construtores anônimos de uma arquitetura anônima”<sup>885</sup>. É essa arquitetura anônima, planejada, edificada e habitada em Pelotas no final do século XIX e no início do século XX que serve de suporte para a discussão deste trabalho.

#### OS ELEMENTOS QUE EMERGEM DOS DESENHOS

A apresentação utilizada nos projetos do século XIX era bastante restrita, na maioria dos casos, excetuando-se alguns projetos mais elaborados. Apesar de alguns exemplares diferenciados, a maioria dos desenhos não indicava informações usuais nos dias de hoje. Os projetos submetidos à aprovação foram representados a partir de desenhos de plantas, cortes e elevações. Implantações e plantas de cobertura não foram utilizadas em nenhum dos projetos analisados; raros desenhos de detalhes construtivos foram identificados nas pranchas apresentadas.

Entre os projetos investigados não foram encontradas pranchas que contivessem plantas de situação e de cobertura. Os projetos nunca apresentaram a indicação de informações como orientação solar, dimensões do lote (apenas a dimensão da testada, em alguns casos), níveis e sentido de caimento das águas do telhado. Algumas vezes foram representados os calçamentos internos. Poucas pranchas continham cotas e, quando essas eram indicadas, podiam aparecer tanto em projeções horizontais (plantas) quanto verticais (nos cortes e nas elevações).

Os terrenos foram representados raramente e, quando isso ocorria, eram seccionados com linhas de interrupção, e mostravam o fim do lote. Foram encontradas poucas indicações em planta de cotas, tanto dos lotes quanto das edificações. Talvez, por isso, a estatística do município contabilizasse as edificações a partir do número de aberturas: em 1897 foram citadas construções com duas, três, quatro e mais de quatro aberturas. Não havia uma discriminação entre portas e janelas: era citado somente o

---

1892-1945. Santa Maria: Ed. UFSM, 2004. WEIMER, Günter. *Arquitetos e construtores rio-grandenses na colônia e no império*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2006.

<sup>884</sup> WEIMER, Günter. A fase historicista da arquitetura no Rio Grande do Sul. In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Eclétismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel, 1987.

<sup>885</sup> SUTIL, Marcelo Saldanha; MARCHETTE, Tatiana Dantas. *A liberdade é eclética*. Curitiba: [s.ed.], 1997, p.16.

número de vãos. Provavelmente esta indicação fosse a forma utilizada para determinar a dimensão horizontal da obra nas elevações principais.

As plantas baixas eram apresentadas na escala 1:100; os cortes e as elevações variaram de escala, sendo representados em 1:50 e 1:100. O corte longitudinal (parcial) em escala 1:50 foi bastante recorrente nos desenhos estudados. Quando os cortes eram apresentados na 1:100, era comum que os demais desenhos da prancha apresentassem a mesma escala, situação presente nas pranchas desenhadas por Caetano Casaretto, por exemplo (Fig.165).

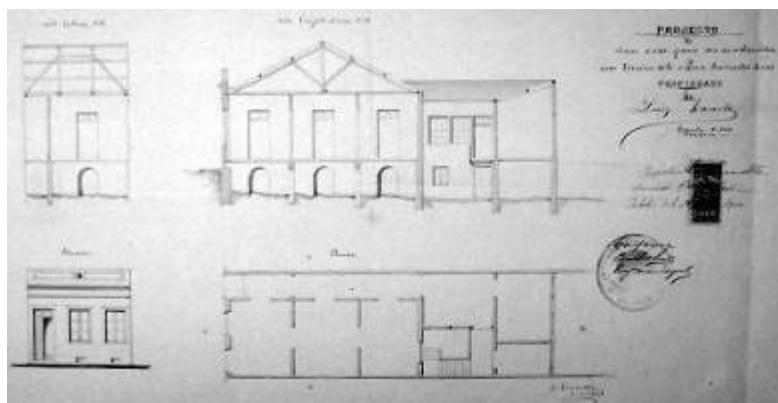


Figura 165: Residência de Luiz Zanotta localizada na rua Andrade Neves Projeto de autoria de Caetano Casaretto, em 1900 (P-047). Apresentação das peças gráficas na mesma escala de representação, traço comum nos desenhos de Casaretto.

Fonte: Acervo de projetos da Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Pelotas.

O Código de Posturas de 1895 determinava as escalas para os desenhos, indicando que as plantas dos pavimentos e as elevações principais deveriam ser apresentadas em 1:100 e os cortes em escala 1:50. Muitos projetos não respeitavam essa indicação, entre eles o apresentado acima. Em muitos casos ampliava-se o desenho da elevação e, em outros, reduzia-se o corte. As plantas baixas representadas em escala 1:100 foram uma constante.

Os projetos mais comuns do acervo foram as edificações térreas. Em alguns casos, a declividade do terreno possibilitava a ocupação do subsolo com um porão habitável, mas essa situação era pouco usual em Pelotas, uma cidade praticamente plana<sup>886</sup>. Os porões habitáveis, quando planejados, eram obtidos com a elevação do primeiro pavimento em relação à rua, garantindo-se o acesso à residência por uma escadaria no vestíbulo.

No caso dos sobrados, foram apresentadas para aprovação plantas baixas e altas. Em edificações de três pavimentos os desenhos eram compostos por planta do

<sup>886</sup> Em relação à geografia de Pelotas, Mário Rosa comenta que a cidade se localiza em uma planície, possuindo terraços (superfícies mais elevadas) e várzeas (mais baixas, planas e com aluviões mal drenados). A transição entre os terraços e as várzeas é feita por superfícies de pouca declividade (rampas naturais), sendo pequena a diferença de nível entre ambas. O autor explica que em relação às declividades, “o centro urbano tradicional se encontra no topo de um terraço, e que, a partir daí, a cidade apresenta um declive em três direções: para oeste, em direção ao arroio Fragata; para leste, em direção ao arroio Pelotas; e para sul, em direção ao canal São Gonçalo. Além disso, há uma inclinação menor do centro para a bacia do Pepino (a leste) e para a bacia do Santa Bárbara (a oeste)” (ROSA, Mário. *Geografia de Pelotas*. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 1985, p.61-62). A visualização dessa topografia encontra-se evidenciada na Fig. 29.



rés-do-chão, do primeiro pavimento e do segundo pavimento. Os porões não costumavam ser representados em planta. Os pavimentos superiores, quando ocupavam uma parte da projeção em planta, eram representados parcialmente, ao lado dos pavimentos inferiores.

As plantas baixas eram os desenhos mais simples apresentados à Intendência. A representação indicava os ambientes, distinguindo as paredes externas e internas pela sua espessura. As salas, alcovas e dormitórios foram especificados apenas em alguns projetos. Em outros, aparecia somente a referência às áreas de serviço (área, cozinha e despensa).

A planta mostrava somente a menor dimensão do lote (geralmente ocupado até as divisas ou, em alguns casos, com recuos laterais). Em alguns exemplares, os terrenos foram indicados, mas seccionados no comprimento e sem suas dimensões totais. Os projetos não possuíam orientação solar em planta e, quanto esta era indicada na legenda, descrevia-se o ponto cardeal relativo a frente do lote (sem indicar a inclinação em relação ao alinhamento predial).

A representação das aberturas não era muito usual em planta (apesar de ser detalhada em outros desenhos): as janelas eram representadas (indicando os vãos de iluminação e ventilação), mas os arcos de abertura das portas não eram indicados nos desenhos: em nenhuma planta foi possível detectar o sentido de abertura dos vãos (alguns projetos escreviam apenas o tipo de abertura - P para porta e J para janela).

Os cortes mais comuns foram os longitudinais. Alguns projetos apresentaram cortes transversais, sendo que nenhum projeto apresentou mais que dois cortes da edificação. Somente um projeto representou, junto ao corte, a planta de uma escadaria.

Apesar de serem os mais usuais, os cortes longitudinais eram, na maioria das vezes, limitados quanto às informações fornecidas, apesar da legislação determinar a apresentação de “cortes longitudinais e transversais que dêem idéia completa da estabilidade da construção indicando ao mesmo tempo os declives do terreno e quais as obras necessárias ao esgoto das águas”<sup>887</sup>.

Na maioria das vezes, estes desenhos representavam somente a parte frontal das edificações, ou seja, os ambientes anteriores a área de ventilação/iluminação. Eram priorizadas as salas, alcovas e dormitórios, cujos desenhos, em corte, permitiam verificar a altura e largura dos compartimentos, altura dos vãos e peitoris das janelas<sup>888</sup>.

---

<sup>887</sup> PELOTAS. Projeto de Lei. Código de Posturas Municipais. Diário Popular, 24 de abril de 1895, p.01. Artigo 2º.

<sup>888</sup> O código determinava as alturas mínimas de pé-direito das edificações para casas térreas e assobradadas (quatro metros em ambas) e para sobrados (quatro metros no primeiro pavimento, 3,78m no segundo e assim por diante diminuindo 22 centímetros em cada pavimento). A norma regulamentava ainda a altura da soleira, assim como a profundidade e a altura de sacadas e balcões. (PELOTAS. Projeto de Lei. Código de Posturas Municipais. Diário Popular, 24 de abril de 1895, p.01. Artigo 3º).

O código de posturas estabelecia que a altura da fachada não poderia ser superior a uma vez e meia a largura da rua. Em Porto Alegre, o código de posturas de 1893 estabelecia a mesma relação para edificações construídas no alinhamento predial<sup>889</sup>. Esse mecanismo de controle entre as edificações e as vias públicas já havia sido empregado em Paris, e foi ampliado durante as obras realizadas por Haussmann<sup>890</sup>.

Quando tratava da edificação, a legislação municipal pelotense demonstrava uma preocupação na determinação das relações entre a rua e a casa, entre o público e o privado: intervir nessas mediações foi uma prioridade do código de posturas.

Mas, além da regulamentação legal, uma das suposições sobre essa ênfase na representação frontal dos cortes encontra justificativa na importância concedida ao exterior, ou seja, à elevação principal. Definir esse elemento em termos de dimensões, altura e ornamentação talvez fosse uma prioridade dos profissionais da época.

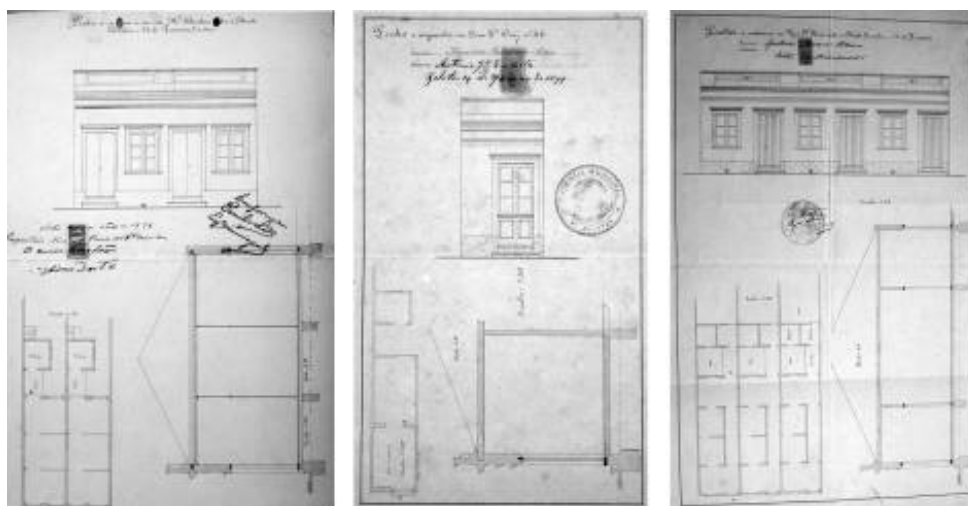


Figura 166: Cortes de edificações

P188 – Residência na rua Marechal Deodoro, 1898 (esquerda), P169 – Residência na rua Santa Cruz, 1899 (centro) e P206 – Residência na rua General Osório, 1898 (direita). As construções acima foram seccionadas somente na parte frontal da edificação e as coberturas foram representadas por linhas simples, indicando a inclinação do telhado.

Fonte: Acervo de projetos da Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Pelotas

Nos cortes longitudinais e transversais, os ambientes destinados às áreas de serviço foram representados em poucos projetos. Algumas construções, quando recuadas do alinhamento, mostravam um jardim frontal em corte. Provavelmente tratavam-se daquelas edificações que Cruz definiu como habitações mínimas, contrafeitos ou casas para obreiros, que possuíam de um até quatro compartimentos e que eram “obrigatoriamente construídas fora do alinhamento [...] a partir de, no mínimo 4m [...] construção do muro e portão no alinhamento, o que proporcionava

<sup>889</sup> GÉA, Lúcia Segala. *O espaço da casa: arquitetura residencial da elite porto-alegrense: 1893-1929*. 1995. 233p. (Mestrado em História do Brasil). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.104.

<sup>890</sup> GUERRAND, Roger-Henri. Espaços privados. In: PERROT, Michelle *et al.* (Dir.). *História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

continuidade”<sup>891</sup>. A leitura do conjunto como um todo homogêneo, escondendo as discontinuidades espaciais, era um objetivo do poder público.

Quanto aos desenhos, as linhas de corte usualmente não eram representadas em planta, apenas indicadas suas iniciais (AB ou CD). O sentido de visualização do desenho também não aparecia, mas era muito recorrente o desenho dos cortes espelhados.

Em relação ao sistema de cobertura, os elementos que integravam os desenhos apresentavam variações quanto às informações indicadas: em alguns desenhos foram detalhadas as peças que formavam o madeiramento do telhado (tesouras, terças e caibros), incluindo ainda a forma de fixação dos elementos e a presença de calhas. Em outros, o ponto do telhado era representado somente por uma linha simples (Fig.166) e, em alguns casos, o detalhamento voltava-se para a estrutura de sustentação do forro, mostrando o barroteamento, o forro propriamente dito e o roda-forro (Fig.167). Geralmente as estruturas em destaque, em um ou outro caso, apareciam em cores no desenho. A ausência da representação da cobertura indica que a definição desse elemento ocorria no canteiro de obras, provavelmente a partir de uma concepção usual na tradição construtiva local.

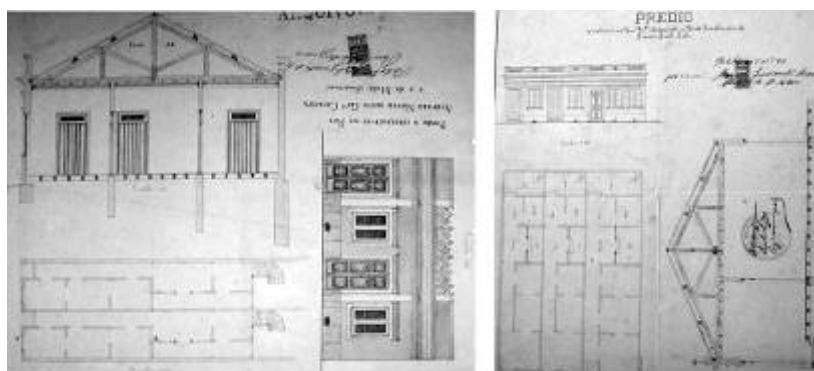


Figura 167: Cortes com detalhes do sistema de cobertura

Os cortes seccionam somente a parte frontal da edificação, mas apresentam informações quanto ao sistema de cobertura e ao barroteamento do piso.

Fonte: Acervo de projetos da Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Pelotas

Entre as soluções encontradas, a maioria dos telhados era de duas águas, com a cumeeira paralela a rua. Quando as edificações eram recuadas em relação a uma das divisas essa solução era invertida, e a linha de cumeeira tornava-se perpendicular à calçada.

Mas houve algumas variações quanto a essas soluções, em projetos que apresentaram sistema de cobertura em quatro águas (Fig.168). Já as construções menores e mais simples eram resolvidas com cobertura em meia-água, solução que, composta com o telhado de duas águas, resolvia a cobertura do passadiço, elemento de circulação e de ligação entre a área das salas-dormitórios e a área de serviço.

<sup>891</sup> CRUZ, Glenda Pereira da. Pelotas. Espaço construído no início da República. In: WEIMER, Günter (Org.) *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992, p.125.

Nos projetos em que o forro era detalhado, o piso, usualmente, também era (definindo-se o barroteamento, o piso e o rodapé). Os desenhos não apresentavam especificações de materiais, nem dimensões das peças. As diferenças de nível revelavam que as residências eram isoladas do solo pelos porões. Esses variavam de altura, chegando em alguns casos a possibilitarem a sua utilização (porões habitáveis). Nos projetos analisados foram identificados porões utilizados parcialmente para atividades de serviço, em uma região da cidade com desnível (próxima ao canal de São Gonçalo).

Os cortes apresentavam maior rigor de representação na definição das elevações. Nesses casos, eram representadas as calhas, platibandas (com perfil da ornamentação), esquadrias (geralmente janelas com peitoril), embasamento (com gateiras) entre outros.

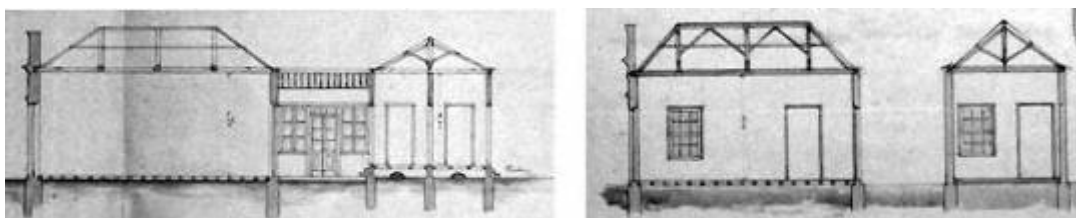


Figura 168: Soluções de coberturas com telhado de quatro águas

Fonte: Acervo de projetos da Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Pelotas

As elevações eram os desenhos mais elaborados: sua representação era em escala 1:100 ou 1:50, colorida ou não. Dependendo da localização (lotes de esquina), a prancha apresentava duas elevações, a principal e a lateral. Quando os cortes seccionavam as áreas de iluminação e ventilação, os passadiços eram representados em vista (Fig.168, esquerda). O desenho da elevação raramente mostrava o telhado em vista, terminando na representação das platibandas e de seus elementos de adorno (Fig.169).

A maioria dos projetos não mostrava o telhado em vista, nem pavimentos superiores recuados. Mas, alguns elementos que integravam o primeiro plano do desenho eram detalhados, e permitiram identificar, por exemplo, a presença portas (almofadadas, relhadas e, em alguns casos, envidraçadas) e do sistema de abertura das janelas (de eixo vertical com postigo, e algumas edificações que ainda utilizavam o sistema de guilhotina [Fig.168, direita]).

A representação do corte demonstrava a importância da fachada na definição do projeto, situação que se refletia também no próprio desenho das elevações, que era o mais sofisticado e detalhado do conjunto. Essa atitude estava em consonância com um dos preceitos do ecletismo: a representação e teatralização da vida. Fabris já destacava que “não é por acaso que sua manifestação mais importante se concentra na fachada. A idéia dominante do século XIX é de que a arquitetura deve ser

*representativa*, de que deve evidenciar através da forma exterior e da estrutura o status de seu ocupante”<sup>892</sup>.



Figura 169: Elevação principal

Uma situação recorrente foi o término do desenho na platibanda, eliminando a representação do telhado na fachada principal, apesar de, na maioria das vezes, o ponto da cobertura ser bastante elevado (telha de barro, em sua maioria com a cumeeira paralela a rua). Edificação comercial com platibanda cega (P-094, esquerda). Edificação residencial geminada, com platibanda vazada (P-068, centro). Edificação comercial com platibanda mista (P-282, direita).

Fonte: Acervo de projetos da Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Pelotas.

## O TRATAMENTO DAS FACHADAS

Em todas estas construções não um luxo excessivo e grotesco, do qual se há abusado em certos momentos de prosperidade inesperada em algumas cidades da América do Sul, mas uma decente sobriedade de cores e de ornamentos e uma certa harmonia de linhas sem grande audácia estética e estática e sem ostentação de uma riqueza que não existe<sup>893</sup>.

Essa foi a impressão de Buccelli sobre a produção arquitetônica da cidade de Pelotas em 1906, período em que termina o recorte temporal deste estudo. A arquitetura desse período foi investigada a partir da abordagem proposta por Patetta<sup>894</sup>, de que o ecletismo consiste em um conjunto de experiências arquitetônicas produzidas no período que vai desde 1750 até o final do oitocentos (no caso desse autor, relativo à arquitetura européia). Patetta argumenta que

a adoção pela crítica de termos como clássico e romântico; o aprofundamento do significado da imitação (seja ela relativa à antigüidade greco-romana, seja à medieval); a descoberta de que havia uma dialética constante entre razões da arquitetura e razões éticas, sociais e políticas e de que existia uma única clientela - a burguesia em ascensão - nos levaram a interpretar o período que vai da metade do século XVIII até o início do nosso como um único longo período<sup>895</sup>.

Nas edificações pelotenses do século XIX foi possível verificar a importância concedida à ornamentação, voltada principalmente para as fachadas. A arquitetura do século XIX desvelava “o papel que tem ou pretende ter o seu proprietário, bem como os meios de que dispõe [...] a fachada explicita a participação do indivíduo no ‘grande teatro da vida urbana’, sua adesão à moda, à dignidade e ao bem-estar”<sup>896</sup>.

<sup>892</sup> FABRIS, Annateresa. Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, N. Ser., n.1, 1993, p.134.

<sup>893</sup> BUCCELLI, Vittorio. *Un viaggio a Rio Grande del Sud*. [Milano]: L.F. Pallestrini e C., 1906, p.372.

<sup>894</sup> PATETTA, Luciano. *L'architettura dell'eclettismo*. Fonti, teorie, modelli. 1750-1900. Milão: Città Studi, 1991.

<sup>895</sup> PATETTA, Luciano. Considerações sobre o ecletismo na Europa. In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel, 1987, p.10.

<sup>896</sup> SALGUEIRO, Heliana Angotti. O ecletismo em MINAS Gerais: Belo Horizonte 1894-1930. In: FABRIS, Annateresa (Org.). Op. Cit., p.106-107.

A utilização de bustos, compoteiras, vasos e estátuas nas platibandas e muros foi constatada nas edificações investigadas, das mais simples às mais elaboradas. No caso dos sobrados, a ornamentação privilegiava o pavimento superior, o mais nobre (geralmente residencial). Patetta argumenta que os projetos ecléticos deviam respeitar uma graduação, de forma que as qualidades formais ou estilísticas de uma obra fossem inversamente proporcionais a sua quantidade: as casas de moradia seriam as edificações mais simples e as edificações excepcionais, como por exemplo as soluções de esquina, monumentais. Mas o autor revela que

a cultura eclética não soube ater-se até o fim a estas regras, realizando uma cidade não livre de contradições, mas talvez por causa delas, muito viva e interessante [...] a burguesia não soube renunciar a colocar nas fachadas das próprias casas, ao longo das ruas, as mesmas ordens que deviam ser reservadas aos edifícios públicos: procurou, portanto, a monumentalidade<sup>897</sup>.

A personalização das edificações era uma constante nesse período. Em relação à arquitetura curitibana, Sutil e Marchette comentam que

com a compra de adereços para fachadas e interiores, em importadoras e lojas de materiais de construção, a classe média e as classes mais baixas conseguiam, pela primeira vez, acesso aos elementos de diferenciação residencial outrora reservados aos mais abastados [...] mesmo as casas mais simples tendiam a incorporar alguma ornamentação que, antes de cumprir as exigências da legislação, atendia, talvez, a uma personalização da fachada [...]<sup>898</sup>.

Essa fuga da padronização era observada não só nas moradias da população de maior poder aquisitivo, mas também entre aqueles de menores posses. Guerrand abordou as diversas alternativas à habitação operária empreendidas na França no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, tratando desde edificações coletivas e geminadas, até a proposta de residências isoladas e individuais. Nessas propostas observou a resistência à padronização das construções<sup>899</sup>. Esse fato evidenciava-se também na citação de Perrot sobre o projeto de construções operárias elaborado pelo artesão Maréchal que

não ousa prever *water-closets* particulares: 'O povo não pede para ter sanitários em casa'; mas deseja casas de dimensões modestas, com uma grande variedade de fachadas, 'para que nada faça crer que se trata de uma vila operária'. O horror a padronização e o desejo de uma moradia personalizada transparecem nestes textos<sup>900</sup>.

Por outro lado, apesar dessa busca pela diferenciação, dois fatores acabaram criando uma certa homogeneidade na cidade do século XIX: a presença de elementos decorativos comuns aos palacetes em edificações de diferentes portes e a

<sup>897</sup> PATETTA, Luciano. Considerações sobre o ecletismo na Europa. In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel, 1987, p.24.

<sup>898</sup> SUTIL, Marcelo Saldanha; MARCHETTE, Tatiana Dantas. *A liberdade é eclética*. Curitiba: [s.ed.], 1997, p.16-17.

<sup>899</sup> GUERRAND, Roger-Henri. Espaços privados. In: PERROT, Michelle *et al.* (Dir.). *História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.325-411.

<sup>900</sup> PERROT, Michelle. Maneiras de morar. PERROT, Michelle *et al.* (Dir.). Op. Cit., p.319.

regularidade das dimensões para as elevações (estabelecidas pelos códigos de posturas municipais). Nessa perspectiva, Patetta reitera o fato de que “a cidade da segunda metade do século XIX parece ter realizado, apesar da presença da linguagem poliestilística, a atual ‘homogeneidade’ e continuidade de estilo que, no início do século, eram um ideal neoclássico”<sup>901</sup>.

A produção arquitetônica do século XIX pode ser compreendida “como o entramado e a sucessão de experiências revivalísticas, com as quais a burguesia tratou de determinar seus ideais figurativos”<sup>902</sup>. Na Europa, a reinterpretação do passado ocorreu a partir de exemplares remanescentes, situação que não ocorreu no Brasil, que não possuía essa preexistência arquitetônica (exceto em relação ao neocolonial<sup>903</sup>).

Além da ornamentação das fachadas, outro aspecto que se salientou na investigação realizada foi o uso da cor nas elevações submetidas à aprovação da Intendência Municipal. A policromia arquitetônica consistia na utilização de colorido no exterior das fachadas. Essa situação demonstra a importância concedida à elevação principal e, ao mesmo tempo, insere-se no pensamento do período, em que

o verdadeiramente novo no século XIX foi a idéia de que os exteriores dos edifícios tinham que possuir um colorido vivo. Os arquitetos buscaram a justificativa dessa policromia exterior em muitos precedentes históricos, como era de esperar em uma época obcecada pela historiografia [...] Quando, em 1829, C. J. Hittorf publicou suas teorias sobre a policromia utilizada pelos gregos, não só mostrou que a empregaram amplamente, mas que consistia na mescla estridente de roxos, amarelos, verdes e azuis<sup>904</sup>.

Os estudos sobre a policromia da arquitetura grega repercutiram, como sugere Patetta, em tendências neoclássicas tardias e neo-renascentistas, que utilizaram colorido nas fachadas. Em Pelotas, a pintura exterior era regulamentada por lei: o Código de Posturas de 1895 estabelecia que deveriam ser caiados, a cada três anos, os prédios ou muros situados dentro dos limites urbanos.

O estudo de Fonseca versou sobre a temática da cor nas fachadas pelotenses buscando, entre outras questões, conhecer “as tonalidades mais recorrentes daquela época, sugerindo a coloração dos pigmentos que eram mais comercializados”<sup>905</sup>. Os resultados obtidos pela pesquisadora revelaram uma predominância do amarelo (e de

<sup>901</sup> PATETTA, Luciano. Considerações sobre o ecletismo na Europa. IN: FABRIS, Annateresa (Org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel, 1987, p.24.

<sup>902</sup> PATETTA, Luciano. Los revivals em arquitectura. In: ARGAN, Giulio Carlo *et al.* *El pasado en el presente*. El revival em las artes plasticas, la arquitectura, el cine y el teatro. Barcelona: GG, 1977, p.129.

<sup>903</sup> Sobre a arquitetura neocolonial ver AMARAL, Aracy (Coord.). *Arquitectura neocolonial: América Latina, Caribe, Estados Unidos*. São Paulo: Memorial: Fondo de Cultura Económica, 1994.

<sup>904</sup> COLLINS, Peter. *Los ideales de la arquitectura moderna; su evolución (1750-1950)*. Barcelona: GG, 1998, p.111.

<sup>905</sup> O trabalho apresenta a análise dos resultados em forma de “gráficos que representam a porcentagem das cores encontradas nos diferentes elementos de composição das fachadas ecléticas: paredes (cor de fundo); embasamento, soco ou rodapé; elementos de modenatura verticais e horizontais; cercaduras (que foram divididas em ‘decoração dos vãos’ e ‘molduras de janelas e portas’); janelas e portas nas quais a prospecção foi, geralmente, realizada nos marcos” (FONSECA, Daniele Baltz da. *Tintas e pigmentos no patrimônio urbano pelotense: um estudo dos materiais de pintura do século XIX*. 2006. 205p. (Mestrado em Conservação e Restauro de Monumentos). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p.91).

variações sobre essa tonalidade) em todos os elementos construtivos pesquisados, exceto em portas e janelas. Além do amarelo, também foram empregados pigmentos vermelhos e azuis, que provavelmente eram misturados para formar outras cores (como por exemplo o laranja e o salmão). O branco também foi recorrente nas primeiras camadas de pintura, assim como nos detalhes horizontais e verticais, e na decoração de vãos e molduras. A autora argumenta que

os amarelos e os vermelhos mais comuns [...] são as terras naturais a base de óxido de ferro [...] A pesquisa que determinou o caráter cromático da cidade foi importante pela pista que forneceu acerca das cores que estariam disponíveis na época: pigmentos amarelos, vermelhos e azuis [...] os verdes não costumavam ser utilizados nas fachadas, embora em elementos de madeira, como as portas e janelas, eles fossem bastante utilizados. Isto pode ter ocorrido em função da pouca disponibilidade de pigmentos verdes possíveis de serem aplicados com tintas de cal<sup>906</sup>.

A utilização da cor nos projetos pesquisados foi bastante expressiva, principalmente se comparada com a ausência de outras informações, como as que foram tratadas anteriormente: dos 355 projetos investigados, 105 tiveram suas elevações com definição de cores<sup>907</sup> (isso sem contar aqueles que indicavam variações de sombra, com efeitos de claro-escuro). Dentre as elevações coloridas, praticamente 80% dos projetos apresentou a tonalidade de fundo (parede) mais escura que a aplicada na decoração (molduras e adornos de vãos).

As tonalidades encontradas nos projetos confirmaram as informações apontadas por Fonseca em seu estudo. Mas, apesar desta autora chamar a atenção para o emprego de tons amarelados, nos projetos pesquisados a presença de tons azulados revelou-se bastante significativa, sendo empregada na pintura de paredes de 47 edificações (Fig.170, superior). A seguir, foram encontrados tons de ocre (variações dos amarelos) em 28 casos, e rosados em 16 (Fig.170, inferior). Muitas vezes o azul foi empregado junto com o branco ou o amarelo, sendo, nesse caso, os últimos aplicados em elementos de adorno.

Em sua análise sobre a arquitetura de Belo Horizonte, Salgueiro comentava que algumas características das casas-tipo, projetadas pela Comissão Construtora da nova capital. No relato da autora chama a atenção a descrição do uso da cor: o enquadramento dos vãos, simples ou decorados, foram pintados de branco sobre um fundo contrastante<sup>908</sup>. Em Pelotas, o branco foi utilizado na coloração das molduras de 43 edificações, em combinação tanto com fundos claros quanto escuros.

<sup>906</sup> FONSECA, Daniele Baltz da. *Tintas e pigmentos no patrimônio urbano pelotense: um estudo dos materiais de pintura do século XIX*. 2006. 205p. (Mestrado em Conservação e Restauro de Monumentos). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p.150.

<sup>907</sup> Considerou-se coloridas as elevações que tivessem o uso de cor em qualquer elemento construtivo. Em alguns casos somente as esquadrias eram coloridas; em outros, a elevação completa.

<sup>908</sup> SALGUEIRO, Heliana Angotti. O ecletismo em MINAS Gerais: Belo Horizonte 1894-1930. In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel, 1987.





Figura 170: Cor nas elevações

Projetos P-051, P-279 e P-056 (superior), P-059, P-046 e P-107 (inferior).

Fonte: Acervo de projetos da Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Pelotas

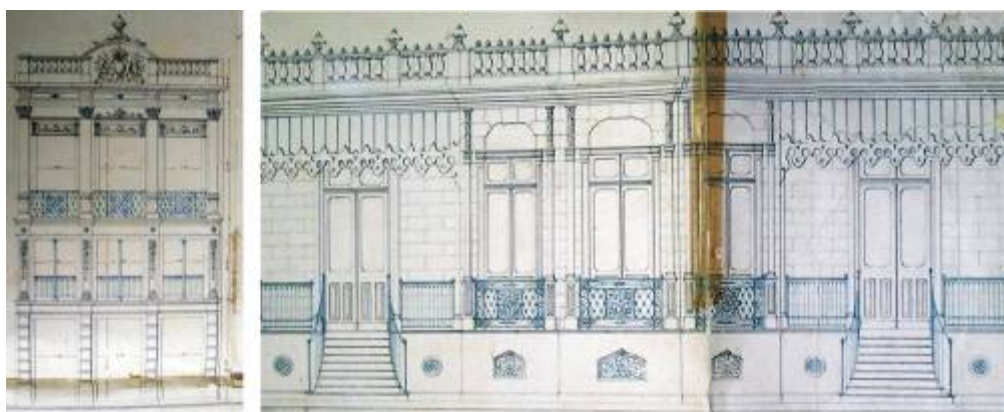


Figura 171: Elementos de ferro diferenciados nas elevações

Gradis, empregados em balcões e escadarias, gateiras e colunas em ferro aparecem destacados com tonalidade azul na representação das elevações. Projetos P-138 (esquerda) e P-018 (direita).

Fonte: Acervo de projetos da Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Pelotas

Mas, se a cor foi um aspecto significativo de representação nos desenhos, o revestimento da base das edificações também foi bastante detalhado: os porões, com suas gateiras, eram usualmente revestidos com a aplicação de uma textura também colorida (e geralmente mais escura que o corpo do edifício). Essa solução foi encontrada em 50 construções analisadas (Fig.170).

O detalhamento de elementos ornamentais em ferro também foi relevante, aparecendo em quatorze projetos (Fig.171). Tanto nas fachadas coloridas, como naquelas desenhadas somente a nanquim, os gradis de ferro - presentes em portões, gateiras, lambrequins e balcões - foram demarcados com uma tonalidade azul, diferenciando-os dos outros elementos integrantes da composição.

A maior parte dos projetos pesquisados era de uso residencial. Mas, apesar do domínio da habitação, o século XIX também foi o momento de surgimento de novas tipologias nas cidades: tipologias sem similares na tradição arquitetônica das

localidades em que se inseriam. Entre elas destacaram-se as edificações destinadas às fábricas, aos magazines e aos bancos<sup>909</sup>. Foi um período em que, segundo Norberg-Schulz, “a igreja e o palácio perderam sua importância como temas principais, e foram substituídos, por sua vez, pelo monumento, pelo museu, pela casa, pelo teatro, pelo palácio de exposições, pela fábrica e pelo edifício de escritórios”<sup>910</sup>.

Os imóveis destinados ao comércio ou a prestação de serviços foram uma invenção do século XIX<sup>911</sup>. Foi ao longo deste século que a moradia se separou do local de trabalho. Em muitos casos, os homens desempenhavam seus ofícios em uma parte da edificação, anexa à moradia: nestes casos emergiram dos desenhos as construções destinadas aos armazéns, oficinas, alfaiatarias, serrarias e carpintarias.

Em 1822, Gonçalves Chaves relatava que a cidade de Pelotas possuía cinco armazéns, vinte e cinco vendas e quinze lojas de fazendas<sup>912</sup>. Como a atividade charqueadora foi anterior à criação da freguesia, a atividade comercial consolidou-se em Pelotas no decorrer do século XIX. Antes disso, no início da atividade saladeiril, Cruz observou que muitos dos charqueadores tinham suas casas e seus negócios na vila do Rio Grande<sup>913</sup>.

A arquitetura pelotense do final do século XIX revelou que, junto ao armazém ao rés-do-chão, surgiram as vitrines na cidade. Os edifícios comerciais passavam por reformulações em suas fachadas, para satisfazer uma nova relação entre o vendedor e o comprador. Sennett comenta que no século XVII o ato de compra pautava-se em um jogo, onde aquele que vendia precisava demonstrar ao que comprava a necessidade de seu produto, e a satisfação obtida em adquiri-lo<sup>914</sup>. A industrialização e o aumento dos produtos manufaturados, assim como o surgimento das lojas de departamentos e das vitrines, alteraram as relações de compra e venda, já que os objetos se tornaram fetiches, tendo atrativos próprios.

As vitrines contribuíram para essas novas relações: os novos elementos arquitetônicos, colocados junto às calçadas, permitiam a visualização dos objetos sem a necessidade de entrar nos estabelecimentos.

No início do século XIX, o comércio teve um grande desenvolvimento, e as vitrinas passaram a receber cada vez mais atenção. A evolução da produção do vidro generalizou o seu emprego em vitrinas, sendo muitas vezes associado a colunas de ferro fundido, aumentando a

<sup>909</sup> Sobre as novas tipologias, entre elas os teatros, hotéis, magazines e bancos ver, respectivamente: MIDANT, Jean-Paul. *Las lieux de spectacle*. In: LOYER, François (Dir.). *Autour de l'Opéra*. Naissance de la ville moderne. Paris: Délégation à l'Action Artistique de la Ville de Paris, 1997, p.168-177; IRURZUN, Laurence. *Les grands hôtels*. Ibid., p.178-189; SORIANO, Hugo. *Les grands magasins du Printemps*. Ibid., p.227-243; PINCHON, Jean-François. *Les sièges des banques de dépôts*. Ibid., p.244-252.

<sup>910</sup> NORBERG-SCHULZ, Christian. *Arquitectura ocidental*. 3 ed. Barcelona: GG, 1999, p.175.

<sup>911</sup> SCHLACHET, Frédéric. *Les immeubles commerciaux*. In: LOYER, François (Dir.). *Op. Cit.*, p.217-226.

<sup>912</sup> CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil*. 4. ed. Porto Alegre: UNISINOS, 2004, p.218.

<sup>913</sup> CRUZ, Glenda Pereira da. Pelotas. Espaço construído no início da República. In: WEIMER, Günter (Org.) *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992, p.111.

<sup>914</sup> SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

área útil de exposição. Sua composição arquitetônica passou a ter importância crescente, e as primeiras lojas a utilizarem esse tipo de estrutura surgiram simultaneamente em Paris, Londres e Nova York, difundindo-se, em seguida, para outras cidades e países<sup>915</sup>.

Em Pelotas, a utilização das vitrines foi verificada no final do século XIX: nos projetos estudados, esses elementos foram inseridos em construções preexistentes ou concebidos no momento do projeto, em edificações novas (térreas, de dois e de três pavimentos). Os projetos encontrados, que incluíam as vitrines em edificações comerciais, estavam todos localizados na rua 15 de Novembro, e eram de autoria de Caetano Casaretto (Fig.172)<sup>916</sup>.

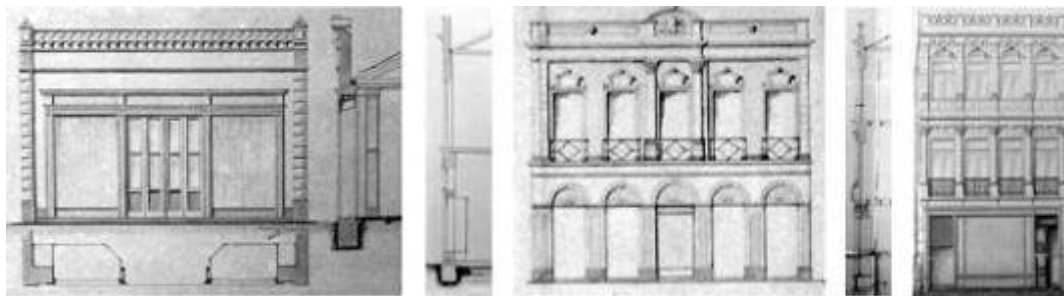


Figura 172: Soluções de vitrines em edificações comerciais  
Projetos de Caetano Casaretto, edificações de um (P-299), dois (P-285) e três pavimentos (P-292)<sup>917</sup>.  
Fonte: Acervo de projetos da Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Pelotas

No final do século XIX, a rua 15 de Novembro tornou-se um ponto de referência no comércio local: Soares comenta que era a rua mais extensa, e estava situada na cúspide do núcleo urbano, servindo como divisor de águas entre as bacias dos arroios Santa Bárbara e Pelotas<sup>918</sup>. Em sua passagem pela cidade, em 1865, o Conde D’Eu já observava que “na rua do Comércio e na rua de São Miguel vê-se uma fila contínua dessas lojas, onde são expostos estribos, esporas enormes, peitorais e freios, tudo em prata”<sup>919</sup>. Essa vocação predominou ao longo dos anos constatando-se, nos projetos encontrados, que as inovações ocorreram primeiramente na rua 15 de Novembro.

<sup>915</sup> KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo: Ateliê Editorial: Fapesp: Secretaria da Cultura, 1998, p.51.

<sup>916</sup> P-299: Projeto de reforma do prédio sito a rua 15 de Novembro nº 210, de Bernardina Pinto, em 1897. P-285: Projeto de um prédio de sobrado para ser construído a rua 15 de Novembro esquina Voluntários, de propriedade de José Vieira de Souza, em 1899. P-292: Projeto de uma casa para ser construída a rua 15 de Novembro nº 154, de propriedade de Luiza Bidan, em 1898.

<sup>917</sup> A casa de propriedade de Levy e Irmão também localizava-se na rua 15 de Novembro e fora construída por Casaretto e Irmão em 1897. Possuía comércio no pavimento térreo com vitrines na fachada principal. A reprodução do projeto (P-280) não foi incluída pelo avançado grau de deterioração da prancha (rasgada e incompleta).

<sup>918</sup> SOARES, Paulo Roberto. A cidade meridional do Rio Grande do Sul: cidade pampeana ou brasileira? In: GILL, Lorena Almeida; LONER, Beatriz Ana; MAGALHÃES, Mário Osório (Orgs.). *Horizontes urbanos*. Pelotas: Armazém Literário, 2004.

<sup>919</sup> Atualmente ruas Félix da Cunha e 15 de Novembro. EU, Conde d’. *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/Editora da Universidade de São Paulo, 1981 apud MAGALHÃES, Mário Osório. *Pelotas: toda a prosa*. Primeiro Volume (1809-1871). Pelotas: Editora Armazém Literário, 2000, p.139.

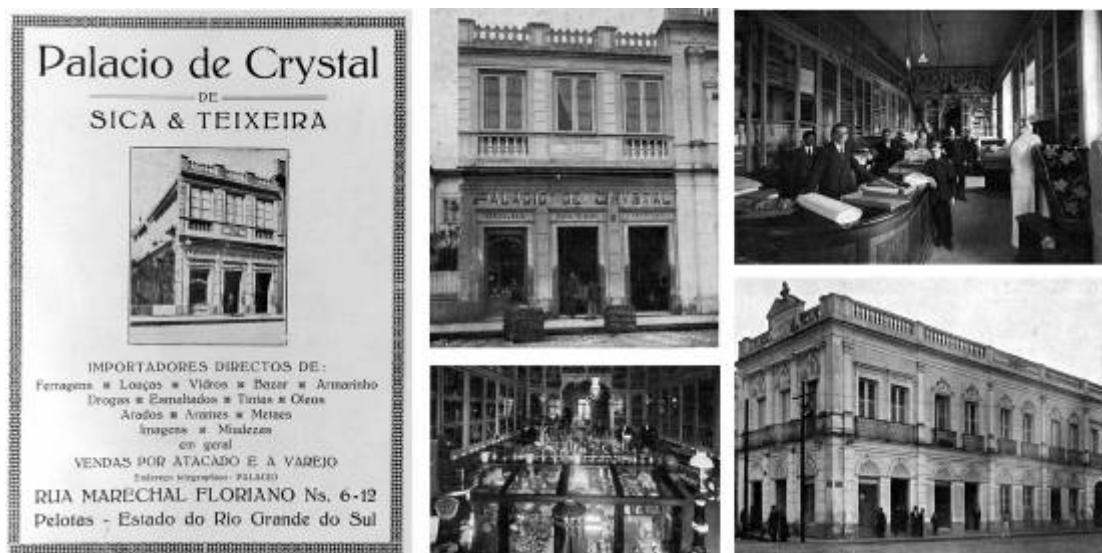


Figura 173: Edificações comerciais junto à praça da República

Torre Eiffel, na esquina da praça da República com a rua Marechal Floriano. Vista do interior (superior direita) e da fachada (inferior direita).

Palácio de Cristal, ao lado da anterior, pela rua Marechal Floriano. Propaganda de 1922 (esquerda), vista da fachada (superior central) e do interior (inferior central).

As duas edificações utilizam as monumentais obras da arquitetura de ferro francesa e londrina para denominar seus estabelecimentos comerciais.

Fonte: CARRICONDE, Clodomiro. *Álbum de Pelotas*. Centenário da Independência do Brasil. Pelotas: [s. n.], 1922, s.p (esquerda). MONTE DOMECCQ & CIA. *O Estado do Rio Grande do Sul*. Barcelona: Thomas, 1916, p.296 (central) e p.302-303 (direita).

Quanto à localização das construções destinadas ao comércio, Cruz comentava que as “principais casas comerciais localizavam-se próximas à praça da República (hoje Pedro Osório [Fig.173]). Por toda cidade espalhavam-se pequenos armazéns e açougues, principalmente nas esquinas”<sup>920</sup>. A concomitância dessas formas de comércio foi apontada por Barbuy, em seu estudo sobre a região do Triângulo, na capital paulista, onde “nem tudo era cosmopolitismo, e no início do século XX a rua de São Bento ainda dava prova de resistência cultural, com representantes de um comércio caipira anunciando ovos e galinhas de raça na Casa Freire e fumos em corda e desfiados de Uberaba”<sup>921</sup>.

Em Rio Grande, o código de posturas regulamentava a atividade comercial, proibindo casas comerciais, fábricas e oficinas de funcionarem em domingos e dias santos (exceto padarias, confeitarias, farmácias, hotéis, botequins e cafés que tivessem licença específica). Nos outros dias, a atividade era definida pelo toque de silêncio, que determinava o fechamento das portas às 21 horas (de 21 de março a 22 de setembro) ou às 22 horas (de 23 de setembro a 20 de março)<sup>922</sup>.

<sup>920</sup> CRUZ, Glenda Pereira da. Pelotas. Espaço construído no início da República. In: WEIMER, Günter (Org.) *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992, p.118.

<sup>921</sup> BARBUY, Heloísa. *A Cidade-exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, p.87.

<sup>922</sup> NOVO Código de Posturas do Município do Rio Grande. Decreto n. 29 de 14 de Julho de 1903 promulgado pelo Capitão Carlos Augusto Ferreira de Assumpção Vice-intendente em exercício. Rio Grande: Typ. do Diário do Rio Grande, 1903, p.37.

A presença de estruturas metálicas no interior de algumas edificações foi um dos aspectos que chamou a atenção nos projetos pesquisados. Constatou-se que, entre as obras que integravam a bibliografia de Caetano Casaretto, foi encontrado um catálogo da Fundação São Pedro<sup>923</sup>. No século XIX, a divulgação de catálogos de peças pré-fabricadas em ferro foi bastante comum. Costa comenta que

catálogos foram um dos principais responsáveis pela difusão das peças de ferro fundido no mundo todo. No final do século XIX, quando perdiam gradativamente o mercado europeu, os industriais voltaram-se para o exterior com agressividade, usando seus livros como armas de venda e sedução. Possuíam grande poder de fascinação que advinha mais da beleza dos desenhos, da finura das gravações e, sobretudo, da imensa variedade de objetos oferecidos do que das informações precisas que forneciam quanto às dimensões e custos<sup>924</sup>.

Giedion salienta que a coluna de ferro fundido foi empregada como principal elemento de suporte durante todo o século XIX, em uma infinidade de edificações, fosse mercados, bibliotecas, estufas entre outras. “Foi o primeiro elemento estrutural produzido pelos novos métodos industriais a ser usado na construção [...] A esbeltez incomum dos pilares e colunas de ferro fundido abriu a possibilidade de novas e desconhecidas proporções em arquitetura”<sup>925</sup>.

Um projeto de edificação comercial (sem identificação) foi concebido a partir da utilização da estrutura metálica, que permitiu a inserção de um vazio central, onde foi instalado um monta-carga manual (roldanas). A sustentação foi obtida a partir de duas linhas de colunas de ferro fundido, com oito e quatro elementos, respectivamente no primeiro e no segundo pavimentos, que suportavam o barroteamento do piso dos andares superiores. Nas aberturas do segundo pavimento também foram utilizadas colunas intermediárias nos vãos externos.

Mas, apesar dessas inovações, muitos armazéns ainda mantinham a composição caracterizada pela seqüência de portas ao rés-do-chão: esta solução foi predominante nos projetos estudados. O Código de Posturas de 1895 determinava que os estabelecimentos comerciais poderiam ser implantados sem afastamento do solo (porão). Dessa forma, observou-se uma diferenciação quanto aos níveis de acesso em edificações mistas, que conjugavam habitação e comércio: as residências eram elevadas pelo porão e os estabelecimentos comerciais ficavam junto ao solo.

Os armazéns foram estabelecimentos que permaneceram fazendo parte do cotidiano da cidade. Mas a arquitetura residencial foi a tipologia construtiva que predominou na investigação do acervo pelotense, como era de se esperar.

<sup>923</sup> GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya (Org.). *Marcucci, Zanotta e Casaretto constroem o sul do Novo Mundo*. Pelotas: s.ed., 2005, p.141. Não foram encontradas outras referências sobre a fundição, nem foi possível constatar (até o momento) o emprego de elementos de catálogo nas obras de Casaretto.

<sup>924</sup> COSTA, Cacilda Teixeira da. *A arquitetura do ferro no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p.66.

<sup>925</sup> GIEDION, Sigfried. *Espaço, tempo e arquitetura: o desenvolvimento de uma nova tradição*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.209-212.

### 4.3 HABITAR... A ARQUITETURA DO FINAL DO SÉCULO XIX EM PELOTAS

#### A MORADIA COMO PROJETO PREDOMINANTE NA CIDADE

A moradia, suporte do mundo íntimo, do pequeno e confortável espaço privado, foi um dos temas arquitetônicos principais do século XIX<sup>926</sup>. Perrot destaca que neste século “o domínio privado é a casa, fundamento material da família e pilar da ordem social [...] a casa é assunto da família, o lugar de sua existência, seu ponto de encontro [...] estabelecer um lar é residir em uma casa”<sup>927</sup>.

O programa habitacional da maioria das residências em Pelotas era aproximadamente o mesmo: entrada, sala de visitas (usada somente para essa finalidade, onde eram colocados os melhores móveis e objetos), alcovas ou dormitórios, sala de jantar ou varanda, passadiço, cozinha, despensa e latrina (no quintal). Alguns projetos apresentaram uma organização espacial diferenciada, mas a maior parte das residências ainda não diferia significativamente das soluções que vinham sendo empregadas anteriormente.

A relação da edificação com a rua ocorria, na maioria das vezes, através de um vestíbulo interno, com escadas, que se configurava como um local de espera e abrigo: possuía uma porta de acesso à rua e portas internas, geralmente duas, uma permitindo o acesso direto à sala de visitas (ou sala da frente), e outra ligando-o a um corredor que desembocava na varanda (corredor que permitia o acesso às alcovas). Sobre essa disposição Schlee citava ainda a

existência, junto ao passeio de uma porta cega [...] após esta porta [...] situava-se um pequeno patamar com uma segunda porta, desta vez envidraçada, e as portas dos salões: de um lado o salão propriamente dito (sala de visitas) e do outro o gabinete ou escritório. A porta envidraçada abria-se para um corredor<sup>928</sup>.

Guerrand comenta que os apartamentos franceses possuíam três espaços: o público (voltado à representação), o privado (destinado à intimidade familiar) e os espaços de rejeição<sup>929</sup>. As antecâmaras eram os espaços responsáveis pela distribuição, e serviam como filtros, permitindo ou impedindo o acesso dos visitantes. A definição desses usos e a espacialização dos ambientes (caracterizando locais destinados à determinadas atividades familiares) foram descritas por Marins:

as áreas sociais são repartidas em salões numerosos, com funções específicas: hall, recepção formal, estar (living), jogos, *fumoir*, música, escritório, gabinete etc. Cada aspecto da vida privada das famílias devia se processar em seu espaço correto, característica que

<sup>926</sup> NORBERG-SCHULZ, Christian. *Arquitetura ocidental*. 3 ed. Barcelona: GG, 1999.

<sup>927</sup> PERROT, Michelle. Maneiras de morar. In: PERROT, Michelle et al. (Dir.). *História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.307-309.

<sup>928</sup> SCHLEE, Andrey Rosenthal. *O ecletismo na arquitetura pelotense até as décadas de 30 e 40*. 1994. 215p. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.83.

<sup>929</sup> GUERRAND, Roger-Henri. Espaços privados. In: PERROT, Michelle et al. (Dir.). Op. Cit..

distinguiu também os cômodos para homens, mulheres e crianças. Nos cômodos íntimos as separações prosseguiram mediante saletas íntimas (*boudoirs*), quartos para vestir e o uso do maior número possível de dormitórios, assegurando a intimidade dos membros da família. Os cômodos de serviço permaneciam segregados na parte posterior das construções, assim como as acomodações de empregados domésticos<sup>930</sup>.

Nas residências pelotenses investigadas não foi encontrada essa quantidade de ambientes. Mas, apesar disso, identificou-se a espacialização das atividades familiares. A sala de visitas (ou o salão) era, como argumentou Guerrand, o espaço de sociabilidade burguesa<sup>931</sup>. No Brasil, os salões foram “espaços de sociabilidade fundamentais durante o Império, sugerem a assimilação, pelas elites, das noções de civilidade e de refinamento herdadas das Luzes e revelam um dos mecanismos através dos quais a *boa sociedade* constituía sua teia de relações”<sup>932</sup>. Nas residências pelotenses era o ambiente que se comunicava com a rua, e que possuía circulação independente de estranhos.

O gabinete, espécie de escritório destinado aos livros e ao trabalho intelectual<sup>933</sup>, e a sala de fumar (quando existia) eram ambientes masculinos. Em Porto Alegre, Géa observou que eram locais “de reunião dos homens, onde eram recebidos os amigos e mesmo os estranhos, e por isso era importante que estivesse posicionado junto ao salão”<sup>934</sup>. A privacidade da família em relação aos estranhos era um condicionante dessa solução.

O vestibulo foi encontrado em poucas residências. Usualmente apresentava-se como os descritos por Géa<sup>935</sup> para as construções porto-alegrenses: esses locais não eram claramente definidos, ficando o corredor ou uma saleta de espera com essa função. Essa solução foi encontrada em alguns casos, em Pelotas (Fig.176). Já o porão foi um elemento recorrente em muitas edificações do final do século XIX, fossem mais sofisticadas ou mais simples.

A presença do porão, além de atender às determinações legais que exigiam o afastamento da construção do nível do solo (reduzindo a umidade dos ambientes térreos), isolava a residência dos olhares externos, contribuindo para a privacidade dos ambientes (principalmente quando as edificações não possuíam jardins frontais):

<sup>930</sup> MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.); NOVAIS, Fernando A (Coord.). *República: da Belle Époque a era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.177-178.

<sup>931</sup> GUERRAND, Roger-Henri. Espaços privados. In: PERROT, Michelle *et al.* (Dir.). *História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>932</sup> Salões. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial: 1822-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p.668.

<sup>933</sup> LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *História da casa brasileira*. São Paulo: Contexto, 1996.

<sup>934</sup> GÉA, Lúcia Segala *O espaço da casa: arquitetura residencial da elite*. Porto Alegre (1893-1929). 1995. 233p. (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.178.

<sup>935</sup> *Ibid.*

nesses espaços limítrofes com a rua localizavam-se a sala de visitas e o gabinete (dois ambientes que foram identificados em alguns projetos desse período)<sup>936</sup>.

Se os porões altos encarregavam-se de distanciar os cômodos das casas médias da circulação das ruas, jardins frontais e laterais asseguravam a intimidade dos palacetes. Gradis de ferro completavam a separação entre o espaço da privacidade e o domínio público, assegurada pelos portões ostensivos e lavor carregado<sup>937</sup>.

As salas de jantar ou varandas eram usadas tradicionalmente para receber<sup>938</sup>, por serem ambientes adequadamente iluminados e ventilados pelas áreas internas. Como era um dos aposentos que contava com melhor iluminação natural, era onde a família permanecia mais freqüentemente. Mas poderia ser também um local de espetáculo, onde se recebia e se ostentava a presença da prataria<sup>939</sup>.

O surgimento da iluminação a gás alterou os hábitos familiares: as atividades que antes dependiam da luz do dia (ou das fracas luzes de velas) podiam agora ser realizadas com a iluminação artificial. Rybczynski comenta que “as velas geravam uma luz que era muito fraca para a maioria das tarefas domésticas; os lampiões a óleo conseguiam lançar luz sobre uma mesa ou uma escrivaninha; mas a luz a gás era boa para iluminar todo um cômodo”<sup>940</sup>.

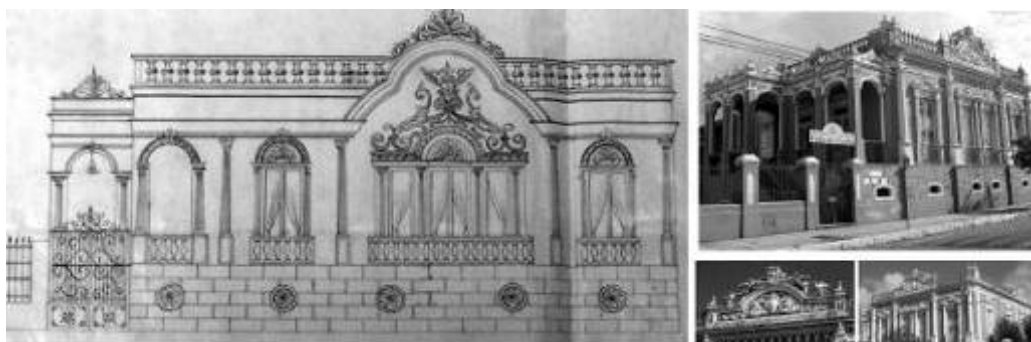


Figura 174: Residência Antônio Rodrigues Ribas  
Projeto de uma residência localizada na rua Benjamin Constant (P-214).  
Fonte: Acervo de projetos da Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Pelotas (esquerda). Acervo pessoal, 2002 (direita).

As antigas formas de iluminação foram a referência para os primeiros contratos de iluminação a gás das cidades gaúchas, que se referiam a quantidade de iluminação fornecida pelas velas. Com relação à iluminação interna, constatou-se que a partir de 1883 a companhia hidráulica declarava, em suas prestações de contas, despesas relativas a este serviço (provavelmente relacionados à iluminação do escritório da empresa). Nos projetos arquitetônicos estudados não eram representados

<sup>936</sup> SCHLEE, Andrey Rosenthal. *O ecletismo na arquitetura pelotense até as décadas de 30 e 40*. 1994. 215p. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

<sup>937</sup> MARINS, Paulo César Garcez. *Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras*. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.); NOVAIS, Fernando A (Coord.). *República: da Belle Époque a era do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.176.

<sup>938</sup> SCHLEE, Andrey Rosenthal. *Op. Cit.*

<sup>939</sup> GUERRAND, Roger-Henri. *Espaços privados*. In: PERROT, Michelle *et al.* (Dir.). *História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

<sup>940</sup> RYBCZYNSKI, Witold. *Casa: pequena história de uma idéia*. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002, p.149.



equipamentos destinados à iluminação dos ambientes. A única exceção encontrada foi o desenho de uma residência onde se verificou, na elevação principal, uma luminária destinada à iluminação do vestíbulo externo (Fig.174).

Em relação à iluminação e a outras melhorias do espaço doméstico, Sennett destaca que foi através da utilização de “métodos modernos de condicionamento de ar, iluminação de interiores e tratamento de dejetos que o sonho iluminista de um ambiente saudável transformou-se em realidade – evidentemente que a um preço social. As edificações foram apartadas do meio urbano”<sup>941</sup>. O que antes era público, tornou-se privado. Del Priore comenta a reorganização do espaço doméstico, ressaltando que

o espaço privado identificou-se, rapidamente, como espaço familiar e doméstico [...] Os signos dessa privatização da vida familiar são múltiplos. Eis que aparece uma nova arquitetura de interiores nas casas, tornadas exclusivamente então lugares de moradia e não mais de produção e de venda; mudança que acabou por transformar, igualmente, as relações familiares. Uma dupla reorganização estava em curso: um novo agenciamento espacial separa as peças de recepção daquelas usadas cotidianamente, conferindo a cada uma sua principal função. Por exemplo, o quarto de dormir se autonomiza, excluindo os visitantes. Os quartos dos empregados e servidores são distanciados das peças usadas por seus senhores. Na frente da casa instalam-se as peças destinadas à sociabilidade – salas, sala de jantar, escritório, às vezes capelas; no fundo instalam-se os quartos e as cozinhas<sup>942</sup>.

Assim como a sala de jantar, a varanda era o local onde a família ficava reunida nas habitações mais modestas, servindo de copa, de sala de costura e de estar íntimo. Estava interligada a cozinha através de um passadiço (ou corredor), que permitia o acesso às áreas de iluminação e ventilação. Já a copa foi um ambiente que surgiu no século XIX e se destinava às refeições familiares: quando existia, sua localização era intermediária, entre a sala de jantar e a cozinha. Inicialmente, designava o “grande armário onde eram guardadas as louças, os remédios, os bules de chá, ou seja, objetos e utensílios do dia-a-dia”<sup>943</sup>.

As despensas serviam para armazenar as reservas alimentares e, eventualmente, eram os locais onde se realizavam os banhos<sup>944</sup>. Lemos comenta que a industrialização dos alimentos provocou alterações significativas, tanto no planejamento como no dimensionamento das habitações, que antigamente

<sup>941</sup> SENNETT, Richard. *Carne e pedra*. O corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record, 1997, p.279.

<sup>942</sup> DEL PRIORE, Mary. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.261.

<sup>943</sup> SUTIL, Marcelo Saldanha. O espaço interno. FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA. *O eclético na arquitetura de Curitiba*. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1999, p.20.

<sup>944</sup> CRUZ, Glenda Pereira da. *Espaço Construído e a Formação Econômico-social do Rio Grande do Sul: uma metodologia de análise e o espaço urbano de Pelotas*. 1984. (Mestrado em Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

necessitavam beneficiar em casa os gêneros alimentícios<sup>945</sup>. No período entre os séculos XVI e XVIII muitos produtos eram produzidos na própria casa, onde se cultivava, preparava e armazenava os alimentos. Com o passar do tempo essas atividades foram reduzidas (em função inclusive da diminuição do número de empregados, antes escravos) e os ambientes destinados a esses fins ficaram menores e, em alguns, casos desapareceram.

Nos projetos analisados não foram encontrados ambientes específicos para os empregados domésticos. Em Porto Alegre, Géa constatou a diferenciação entre espaços ocupados por patrões e empregados: os últimos permaneciam nos fundos das casas ou nos porões (onde trabalhavam e dormiam)<sup>946</sup>. Em Rio Grande, o regulamento para o serviço de criados estabelecia que era dever do patrão fornecer alimentação e quarto para moradia do empregado, se o contrato firmado entre ambos assim determinasse<sup>947</sup>.

Nos fundos das residências localizavam-se os quintais, com as hortas, os pomares e os locais de criação dos animais. Era onde se lavava, quarava e secava a roupa. O quintal também servia de local para as brincadeiras infantis ao ar livre.

O historiador Philippe Ariès considera o século XIX como o “século da infância”<sup>948</sup>: foi nesse período que surgiram espaços infantis especializados, como as escolas primárias e os jardins-de-infância, entre outros. Guerrand observou que, nos tratados de arquitetura do século XIX, “não se encontra nenhuma referência explícita a um espaço próprio para as crianças”<sup>949</sup>. Essa análise revela um aspecto salientado por Del Priore na apresentação do livro *História das crianças no Brasil*, em que a autora observava que “foi a voz dos adultos que registrou, ou calou, sobre a existência dos pequenos, possibilitando ao historiador escutar esse passado utilizando seus registros e entonações”<sup>950</sup>.

No âmbito privado, ambientes específicos para as crianças ainda não eram contemplados (constatação que foi verificada nos projetos investigados). Em sua análise dos projetos da capital gaúcha, Géa também observou que as crianças não

<sup>945</sup> LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. Transformações do espaço habitacional ocorridas na arquitetura brasileira do século XIX. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, N. Ser., n.1, 1991, p.102.

<sup>946</sup> “O distanciamento entre ambos era recomendável, pois os empregados representavam parte do mundo da rua que se introduzia no lar [...] As relações entre patrões e empregados nas casas deste período enfrentavam uma série de preconceitos e desconfianças que as tornavam conflituosas” (GÉA, Lúcia Segala. *O espaço da casa: arquitetura residencial da elite porto-alegrense: 1893-1929*. 1995. 233p. (Mestrado em História do Brasil). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.187 e 208).

<sup>947</sup> Em Rio Grande, o Regulamento para a locação de serviço dos criados foi aprovado pela lei nº 1652, de 05 de janeiro de 1888. Já o Regulamento para serviços de criados da Câmara Municipal de Pelotas datava de 23 de dezembro de 1887. A lei riograndina, posterior a pelotense, é mais abrangente e mais completa quanto à regulamentação. As vésperas da abolição, a preocupação em disciplinar a mão-de-obra livre e liberta era evidente no teor desses documentos. Em Porto Alegre, o Regulamento sobre o serviço dos criados foi publicado em 1888, contendo onze artigos (CONSTANTINO, Núncia Santoro. *Modernidade, Noite e Poder: Porto Alegre na Virada para o Século XX*. *Tempo*. Rio de Janeiro, v.4, 1997, p.59).

<sup>948</sup> Infância. In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial: 1822-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p.376. Ver ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

<sup>949</sup> GUERRAND, Roger-Henri. Espaços privados. In: PERROT, Michelle *et al.* (Dir.). *História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.335.

<sup>950</sup> DEL PRIORE, Mary. Apresentação. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) *História das crianças no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2004, p.14.

possuíam locais próprios: os ambientes infantis eram o local de descanso (o quarto, compartilhado com os adultos) ou aqueles onde ocorriam as brincadeiras (nas varandas ou nos pátios).

Os quintais não eram representados nos projetos analisados, a não ser quando possuíam dimensões reduzidas, ou quando os terrenos eram seccionados (para indicar a presença da latrina no fundo dos lotes). Suas dimensões também não eram identificadas nos desenhos.

Mas, apesar dessas omissões, o Código de Posturas de 1895 estabelecia dimensões mínimas e relações, entre as áreas edificada e livre do lote. Primeiramente, determinava que as edificações não poderiam ocupar mais de 2/3 da superfície do terreno e estabelecia que o restante era destinado a áreas e pátios. Em Porto Alegre, a relação determinada era a mesma: Géa relaciona essa solução a “preocupação com os novos preceitos de higiene e salubridade, que requeria uma cidade com prédios mais arejados e iluminados. Uma das soluções foi o afastamento lateral para as edificações”<sup>951</sup>.

O código de 1895 estabeleceu, ainda, a obrigatoriedade das áreas internas para edificações com mais de 20 metros de profundidade, determinando as áreas mínimas para casas térreas (20m<sup>2</sup>), assobradadas (25m<sup>2</sup>), sobrados (30m<sup>2</sup>) e casas de mais de um andar (40m<sup>2</sup>).

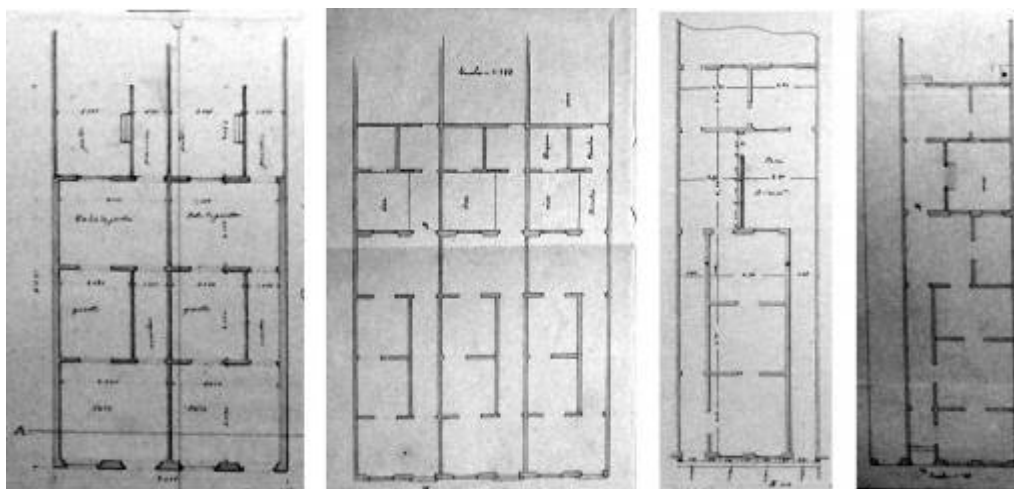


Figura 175: Alcovas em projetos residenciais

Residências sem recuo lateral, com alcovas: o número de dormitórios sem iluminação e ventilação era variável, desde um único ambiente até um conjunto de dois ou três quartos interligados (esquerda). As alcovas ocorriam também em residências com corredores laterais, que serviam de acesso ao fundo dos lotes mas não iluminavam/ventilavam os compartimentos (direita).

Fonte: Acervo de projetos da Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Pelotas.

Mas, apesar das áreas obrigatórias evidenciarem a preocupação com a iluminação e a ventilação dos ambientes, as alcovas ainda eram utilizadas. Às vezes, dois, três quartos encarreirados, com comunicação interna entre eles, sem aberturas

<sup>951</sup> GÉA, Lúcia Segala. *O espaço da casa: arquitetura residencial da elite porto-alegrense: 1893-1929*. 1995. 233p. (Mestrado em História do Brasil). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.135.

para o exterior (Fig.175, esquerda). A presença das alcovas estava tão arraigada na forma de habitar e construir que, em Pelotas, constatou-se edificações com recuos laterais ou áreas internas que não utilizavam o recurso da iluminação e da ventilação natural (Fig.175, direita). Esses corredores laterais, como não eram utilizados para iluminar e arejar os ambientes serviam apenas como longos e estreitos espaços abertos de passagem.

Falta de luz, de ar, de escoamento de esgotos e águas paradas não diziam respeito somente aos casebres. Durante boa parte de 1800, as diferenças entre a pequena casa do pobre e o palacete do rico restringiam-se apenas às dimensões e ao número de cômodos [...] as casas, coladas umas às outras, eram mal ventiladas [...] alcovas, sempre úmidas, abafadas e escuras<sup>952</sup>.

Em Curitiba, Sutil comenta que, nas duas primeiras décadas do século XX, uma parte significativa das residências ainda possuía características construtivas do século anterior. Mas, na capital paranaense essa realidade começou a transformar-se no final do século XIX: foi quando começaram a ocorrer modificações no espaço interior das moradias, em função de uma nova maneira de morar. E isso ocorreu porque o código de posturas, implantado na cidade em 1895, previa o afastamento entre as edificações através de corredores abertos, que permitiam a inserção de jardins, ampliavam as áreas de iluminação e de ventilação, e atendiam aos preceitos médicos, mudando gradativamente a paisagem na cidade.

Quanto aos aspectos de iluminação e ventilação, a investigação sobre a moradia pelotense demonstrou que, apesar da obrigatoriedade de áreas específicas para essa finalidade na transição entre os séculos XIX e XX, uma grande parte das residências ainda não havia passado por uma mudança significativa na sua conformação interna. Apenas algumas edificações, destinadas à população de maior poder aquisitivo ou localizadas em lotes de esquinas, tiravam partido desses recursos.

Em São Paulo, Oliveira observou a presença das alcovas em edificações que beiravam o final do século XIX.

E como a alcova persistiu! Insalubre, pouco ventilada, todos ouviam isso, mas continuavam construindo casas com alcovas. O espaço de dormir não era para requintes, para visibilidades, era para a escuridão, o sossego, a simplicidade, o refúgio. Um pequeno guarda-roupas, uma marquês. E só<sup>953</sup>.

No caso das edificações da elite porto-alegrense, Géa argumenta que o historicismo foi incorporado primeiramente às elevações e aos interiores e, somente num segundo momento (a partir de 1910), à organização das plantas<sup>954</sup>.

<sup>952</sup> SUTIL, Marcelo Saldanha. Ecletismo e modernidade. A cidade de Curitiba e o morar no início do século. *Revista da Academia Paranaense de Letras*. Curitiba, n.64, 2000, p.123.

<sup>953</sup> OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira. Em casas térreas com alcovas. Formas de morar entre os setores médios em São Paulo, 1875 e 1900. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, N. Ser., v.8/9, (2000-2001). Editado em 2003, p.75.

<sup>954</sup> GÉA, Lúcia Segala. Arquitetura residencial da elite porto-alegrense (1893-1929). In: WEIMER, Günter (Org.). *Arquitetura: história, teoria e cultura*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2000, p.13-46.

Quanto aos espaços externos, apesar dos jardins serem uma solução comum durante o século XIX, poucos projetos residenciais pesquisados apresentaram a definição desses ambientes, situação que pode estar relacionada com o fato de uma grande parte das edificações ainda não apresentar recuos laterais e frontais. Mas a vegetação era valorizada na época: no acervo pesquisado foi encontrado o projeto de uma floricultura, localizada na região central da cidade, com área de escritórios, um galpão e uma estufa para flores. A vegetação apareceu em poucos projetos pesquisados: a representação de manchas irregulares indicava a sua presença em quintais ou em vasos, na ornamentação de fachadas ou de gradis<sup>955</sup>.

Os jardins propriamente ditos foram detalhados somente em dois projetos. Em um dos exemplares, o projeto arquitetônico conciliava dois usos distintos em um mesmo pavimento (ferraria e moradia), separando-os em função do recuo da residência em relação à rua, formando um jardim frontal de formato regular<sup>956</sup>. No outro exemplar, a solução formal apresentada era mais sofisticada: os jardins da residência de Ildelfonso Simões Lopes<sup>957</sup>, projetada em 1896, evidenciavam a intencionalidade estética de sua composição. A implantação da residência, em um lote de esquina, permitiu a criação de um jardim frontal na esquina e de um jardim lateral (visível somente a partir do interior da residência).

O jardim frontal delimitava o acesso ao terreno e à residência. Seu formato aproximava-se de um quadrado (com duas faces chanfradas): possuía canteiros laterais e um canteiro central, circundado por passeios que conduziam à escadaria semi-circular. O jardim lateral era composto por quatro canteiros, um central e três laterais, todos com desenhos orgânicos, buscando uma aproximação a um traçado mais romântico.

Um aspecto interessante deste projeto refere-se ao canteiro interno localizado junto ao corredor da área social, que apresenta o monograma com o nome do proprietário – ISL – desenhado na composição vegetal. O emprego de monogramas foi bastante usual nas fachadas principais das edificações, em cartelas ou em gradis de ferro trabalhados: o registro encontrado mostra que seu emprego extrapolava as soluções usualmente conhecidas (Fig.176).

<sup>955</sup> Vegetação encontrada nos projetos localizados na rua General Osório, datado de 1895, com atividade comercial no volume central e acesso às residências nas laterais (P-212) e na residência localizada na rua Dom Pedro II, com projeto submetido à aprovação em 1898 (P-227), assim como nos projetos P-051 e P-062.

<sup>956</sup> Projeto de residência e ferraria localizadas na rua Barão de Santa Tecla. A edificação, de propriedade de Carlos W. Gerlich, foi submetida à aprovação em 1897. O jardim frontal aparece representado somente em planta baixa.

<sup>957</sup> Ildelfonso Simões Lopes concluiu o curso de Engenharia Civil em 1890, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro (PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos gerais de Pelotas*. Porto Alegre: Typographia Gundlach, 1940, p.107). Foi diretor da Companhia Hidráulica Pelotense no período de 1896 a 1907. Uma biografia foi publicada em PARADEDA, Florentino. *Almanach de Pelotas*. Pelotas: s.ed., 1922, p.I-III. O projeto de sua residência apresenta duas assinaturas: a sua (como proprietário da obra) e a de Antônio Jesuino dos Santos (provavelmente como empreiteiro e construtor, já que este profissional assinou uma série de obras no período). Dessa forma, não foi possível identificar a autoria do projeto, que apresenta excelente qualidade de representação gráfica.

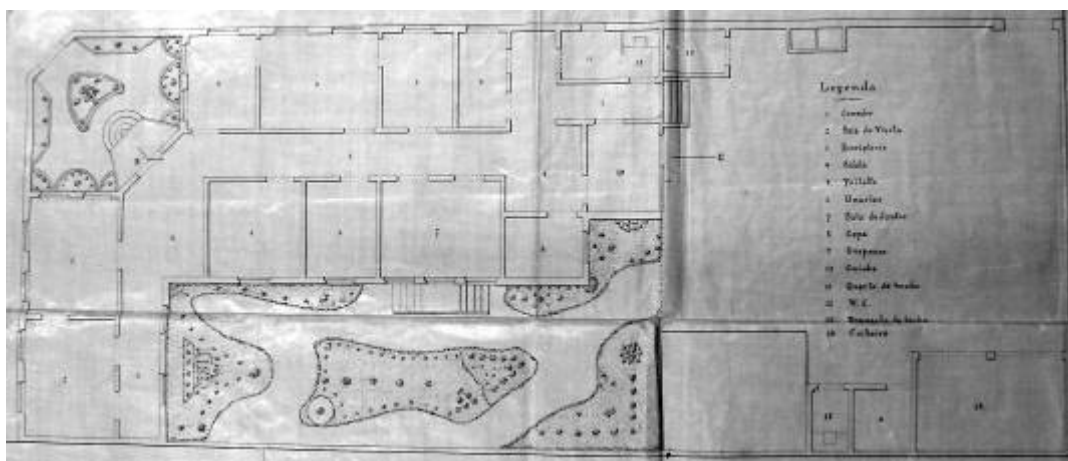


Figura 176: Jardim residencial

Projecto de casa de residência, de 1896, de propriedade de Ildefonso Simões Lopes (P-245)

Fonte: Acervo de projetos da Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Pelotas.

Nas áreas externas, além dos jardins, estavam localizadas as cocheiras: precursoras das garagens, eram locais destinados à guarda dos meios de transporte. Tradicionalmente, coches, liteiras e cadeirinhas eram usadas no transporte das famílias de maiores posses. Em 1820, quando esteve em Pelotas, Saint-Hilaire descrevia sua hospedagem na charquedada de Gonçalves Chaves, e narrava seu trajeto desta localidade até a freguesia, realizado em cabriolé descoberto<sup>958</sup>.

No sul do Rio Grande do Sul, os animais eram um meio de transporte que fazia parte do cotidiano da cidade. No final do século XIX, os hábitos rurais ainda eram bastante presentes em Pelotas: exemplo disso eram as normas dos códigos de posturas, que tentavam regular essas práticas, proibindo que se andasse a cavalo a galope nas ruas da cidade, que se guiasse ou retivesse os animais em cima das calçadas e que os amarrasse aos postes, portas e janelas<sup>959</sup>. Os frades de pedra, implantados para esse fim, aparecem em imagens da época, sendo que alguns remanescentes desses elementos ainda persistem, como o frade de granito existente em Pelotas, no cruzamento das ruas da Luz e Gonçalves Chaves.

Os cocheiros eram empregados domésticos, como se observa nos regulamentos de criados, tanto de Pelotas como de Rio Grande. Gutierrez comenta que os charqueadores construíam cocheiras para seus cavalos e carruagens, junto as suas residências urbanas. Mas salienta que estes locais “não compartilhavam da morada senhorial. Eram colocados em lotes e ou construções, contíguas, ou ainda, as cocheiras estavam localizadas em terrenos que tinham frente a uma das demais ruas do quarteirão e que se comunicavam com a casa principal”<sup>960</sup>.

<sup>958</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987, p.80.

<sup>959</sup> NOVO Código de Posturas do Município do Rio Grande. Decreto n. 29 de 14 de Julho de 1903 promulgado pelo Capitão Carlos Augusto Ferreira de Assumpção Vice-intendente em exercício. Rio Grande: Typ. do Diário do Rio Grande, 1903, p.14.

<sup>960</sup> GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2004, p.421.

Nos projetos pesquisados não foi possível identificar se as cocheiras encontradas eram prédios independentes, ou se estavam anexadas a construções preexistentes, já que a maioria dos projetos não apresentava a planta de localização no terreno. Na residência de Simões Lopes foi possível averiguar a presença de uma cocheira no lote, com entrada diferenciada, pela rua lateral (Fig.176).

A permanência do veículo de tração animal verificou-se ainda nas primeiras décadas do século XX. Na capital gaúcha Géa observou que, na década de 1910, foi registrado um projeto de residência com cocheira ao fundo. Esse fato, segundo a autora, evidenciava a presença e a importância deste tipo de construção<sup>961</sup>.

Em Rio Grande, o código de posturas do município (publicado em 1903) proibia o estabelecimento de tambos e estábulos dentro da cidade, e determinava que os últimos, assim como as cocheiras e as estrebarias deveriam ter pisos estanques, tanto em áreas cobertas como descobertas<sup>962</sup>. Previa, ainda, a regulamentação dos fluxos nas ruas, proibindo o trânsito de carros e carroças no leito das linhas de bondes.

Na cidade do final do século, o abastecimento e a circulação eram mantidos, em parte, pelos veículos que circulavam pela cidade. Além dos bondes da Companhia Ferro Carril, deslocavam-se pelas ruas veículos particulares, carros de praça, de frete, carretas e carroças particulares, carroças de quitandas, de carnes, de verduras, de frutas, de água, de carvão, de leite, de pão e de lenha. No início do século XX não era permitido o trânsito de veículos puxados por bois no interior da cidade de Rio Grande; já os veículos de carga, ou de vender água, permaneciam, sendo obrigatório o travamento de suas rodas enquanto estivessem estacionados, carregando ou descarregando mercadorias<sup>963</sup>.

Quanto ao transporte de passageiros, o viajante Augusto de Pinho, que esteve na região em 1869, comentou que havia

em Pelotas uma grande quantidade de carros de aluguel, que estão sempre em movimento, pois que ali há mais quem goste de andar pelos pés alheios do que pelos próprios; mas, apesar da abundância, os fretes são elevadíssimos, porque os cocheiros, como não tem tabela imposta pela polícia, variam de preço conforme o aspecto do passageiro<sup>964</sup>.

Michael Mulhall que esteve na cidade dois anos depois, teve uma impressão diferente: ao desembarcar no porto, o viajante relatou que não havia carro para levá-los à cidade, e que percorreram o trajeto a pé, em um dia chuvoso. Mas, no dia seguinte, contrataram um cocheiro para conhecer a região. O relato de Mulhall sobre

<sup>961</sup> GÉA, Lúcia Segala. *O espaço da casa: arquitetura residencial da elite porto-alegrense: 1893-1929*. 1995. 233p. (Mestrado em História do Brasil). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.51.

<sup>962</sup> NOVO Código de Posturas do Município do Rio Grande. Decreto n. 29 de 14 de Julho de 1903 promulgado pelo Capitão Carlos Augusto Ferreira de Assumpção Vice-intendente em exercício. Rio Grande: Typ. do Diário do Rio Grande, 1903, artigo 57, p.18.

<sup>963</sup> *Ibid.*, p.33.

<sup>964</sup> PINHO, A. Augusto de. *Uma viagem ao sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. de F. A. de Souza, 1872, p.55.

Pelotas finaliza com a informação de que uma concessão para a colocação de bondes na cidade já fora autorizada o que, segundo o viajante, era muito necessário<sup>965</sup>.

No século XIX, o cavalo era um meio de locomoção comum na região. Mas, apesar disso, uma parte significativa da população deslocava-se a pé pela cidade. Essa forma de deslocamento gerava uma perspectiva diferenciada, assim como um tempo prolongado de interação entre o pedestre e a arquitetura da cidade. O movimento no século XIX era diferente do atual: hoje, o espaço público tornou-se local de passagem, e não de permanência, e o automóvel particular alterou as relações entre espaço e movimento<sup>966</sup> e, conseqüentemente, o tempo de contemplação da cidade.

## OS EQUIPAMENTOS E O CONFORTO DOMÉSTICO

Tendo adquirido certas vantagens, ele se preocupa em conservá-las e melhorá-las. O conforto propaga um modo de vida que, sabemos, comporta suficientes satisfações materiais para fixar quem se acostuma aos meios que são propostos para produzi-las e reproduzi-las<sup>967</sup>.

Assim Beguin versou sobre as alterações que o conforto promovia nos hábitos das pessoas. Nesse sentido, analisou *as maquinarias inglesas do conforto*, esses equipamentos de uso doméstico que modificaram certas formas de habitar e alteraram as relações entre o interior e o exterior das edificações. Beguin descreveu que, conseqüentemente, o seu uso contribuía para a privatização das práticas diárias, ou seja, para “a ruptura de, um após outro, todos os elos que asseguravam a comunicação de dentro e de fora [...] a cidade continua a se tornar mais estrangeira, já que nada de essencial acontece mais nela”<sup>968</sup>.

A investigação dos projetos arquitetônicos submetidos à aprovação da Intendência de Pelotas na virada do século XX lançou um olhar sobre a presença desses equipamentos nos interiores domésticos. Inicialmente, constatou-se que os desenhos desse período não apresentavam a mesma representação utilizada atualmente. Se nos dias de hoje é usual a especificação de equipamentos hidráulicos em cozinhas, sanitários e áreas de serviço, assim como a identificação de mobílias fixas (balcões e armários embutidos), de lareiras e churrasqueiras, de floreiras e outros elementos construtivos, na virada do século esses equipamentos eram representados raramente. Nesses casos, quando os equipamentos estavam desenhados nos projetos, foi possível investigar o uso da casa.

<sup>965</sup> MULHALL, Michael G. *O Rio Grande do Sul e suas colônias alemãs*. Porto Alegre: Bels, 1974, p.138.

<sup>966</sup> SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.28.

<sup>967</sup> BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. *Espaço & Debates*, São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, n. 34, 1991, p.48.

<sup>968</sup> *Ibid.*, p.53.



## O PREPARO DOS ALIMENTOS: OS FOGÕES DOMÉSTICOS

A instalação de gás encanado nas cidades, além de alterar a vida nas ruas, modificou as formas de iluminar a casa e, conseqüentemente, a maneira de realizar atividades em seu interior. Além disso, transformou a forma de preparar os alimentos. Mas, no período pesquisado, essa transformação ainda não havia se efetivado nas cozinhas pelotenses.

As residências analisadas apresentaram a cozinha localizada junto ao corpo da casa, entre a área de iluminação/ventilação e o quintal, comunicando-se, geralmente, com a despensa e com uma sala (que poderia ser tanto um quarto de criadas como um local destinado aos banhos). Essa conformação diferenciava-se das cozinhas descritas por Silva, nas quais

a dispersão da cozinha no quintal da casa também atendia às necessidades do trabalho doméstico. Devido à sujeira e à escala do preparo das refeições (que envolvia atividades pesadas e demoradas), o trabalho era feito fora do corpo principal da casa. Podemos dizer que, como espaço circunscrito e especializado de preparo dos alimentos, a cozinha não existia. O que aparece nas plantas e descrições deste espaço nos primeiros séculos é uma grande área destinada aos serviços, que incluíam preparo, estocagem e beneficiamento de alimentos, além da criação de pequenos animais<sup>969</sup>.

No século XIX, a cozinha foi incorporada ao corpo da casa, mas manteve-se sempre próxima ao quintal. Em Pelotas, as cozinhas das residências analisadas localizavam-se no térreo ou, em poucos casos, no segundo pavimento dos sobrados (Fig.177, superior esquerda); não foi identificada, neste período, a solução de instalar a cozinha em um pavimento semi-enterrado (como ocorreu em Porto Alegre) nem mesmo nas residências que possuíam porão habitável.

Mas, apesar de estar junto ao corpo da casa, a cozinha mantinha a característica de ambiente de serviço. Guerrand comenta que “este lugar repleto de fumaças, odores acres, ocupado por um forno cujo calor afeta a tez, decididamente não é freqüentável”<sup>970</sup>. Talvez, por isso, os equipamentos destinados ao preparo de alimentos tenham sido pouco representados nas residências do final do século XIX: as cozinhas não eram espaços nobres, e raramente apareciam de maneira detalhada nas peças gráficas. Eram o espaço onde circulavam os empregados domésticos, como a cozinheira, a copeira, o hortelão, o cocheiro, a ama de leite e a ama seca<sup>971</sup>.

Em Pelotas, apenas trinta e seis residências incluíam o desenho de fogões nas cozinhas. E o interessante é que essa definição não estava relacionada ao porte das

<sup>969</sup> SILVA, João Luiz Maximo. Transformações no espaço doméstico – o fogão a gás e a cozinha paulistana, 1870-1930. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, N. Ser. v.15, n.2, jul./dez.2007, p.202.

<sup>970</sup> GUERRAND, Roger-Henri. Espaços privados. In: PERROT, Michelle et al. (Dir.). *História da vida privada*, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.337.

<sup>971</sup> RIO GRANDE. Regulamento para a locação de serviço dos criados, aprovado pela lei nº 1652, de 05 de janeiro de 1888.

edificações, já que algumas construções bastante simples apresentavam esta informação (Fig.177, central e direita), enquanto outras, mais sofisticadas, a omitiam.

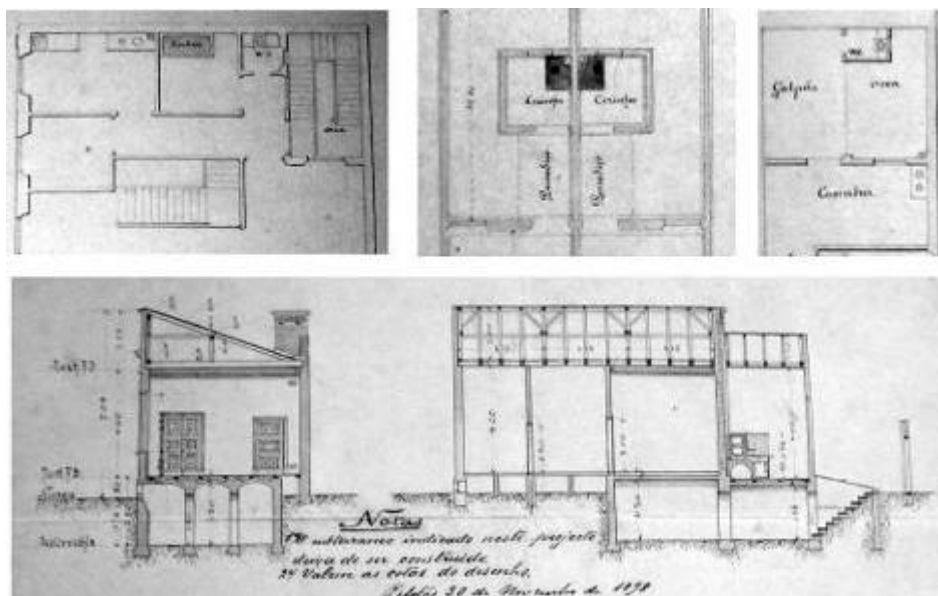


Figura 177: Representação de fogões residenciais  
Fogão e bancada com pia, no segundo pavimento (superior esquerda). Fogões em edificações simples (superior central e direita). Fogão detalhado em corte, com representação da chaminé (inferior).  
Fonte: Acervo de projetos da Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Pelotas.

As representações levam a crer que os fogões eram executados em alvenaria de tijolos, somente com as chapas de ferro. Em apenas um caso foi possível constatar a presença da chaminé, em corte e em planta (Fig.177, inferior). Os desenhos apresentavam variações, demonstrando, possivelmente, o número de bocas de cada fogão. Quanto às chaminés das edificações residenciais não foram encontradas indicações sobre a sua construção: a única determinação legal referia-se àquelas empregadas em fábricas, oficinas e outros locais de usos afins, e estabelecia que a sua altura deveria ser superior aos prédios vizinhos<sup>972</sup>.

Os fogões domésticos necessitavam de espaços para o armazenamento de lenha ou carvão, combustíveis empregados no seu funcionamento. Em poucos projetos esses locais de serviço foram representados com compartimentos próprios: os depósitos de lenha estavam localizados, provavelmente em telheiros, nos próprios quintais.

A localização dos fogões nas cozinhas pelotenses variava conforme o projeto: em alguns casos, esses equipamentos foram colocados nas extremidades da edificação, assemelhando-se as soluções empregadas em regiões de clima quente, para liberar o calor para o exterior; em outros, foram instalados junto ao corpo da residência, localização que indica que talvez houvesse a intenção de utilizar o calor produzido para aquecer os interiores da edificação.

<sup>972</sup> PELOTAS. Projeto de Lei. Código de Posturas Municipais. Diário Popular, 24 de abril de 1895, p.01. Artigo 3º, 22.

Além de servir ao preparo de alimentos, em uma cidade de clima frio, os fogões deviam ser a fonte de aquecimento das moradias, já que nos projetos não foram encontradas lareiras. Apesar das temperaturas baixas nos meses de inverno, esses equipamentos não eram comuns na representação projetual do final do século XIX.

Os projetos residenciais também não representavam outro equipamento bastante comum, principalmente no Rio Grande do Sul: as churrasqueiras. Numa região em que o churrasco é uma tradição secular, este ritual gaúcho ainda era realizado como antigamente, de forma provisória, em um fogo de chão nos quintais das moradias pelotenses.

#### A HIGIENE: A PRESENÇA DA ÁGUA ENCANADA

No último quartel do século, praticamente, todas as grandes cidades já tinham seus núcleos principais providos de redes públicas de água potável e de linhas de esgoto [...] Todos os ricos passaram a ter 'salas' de banho e instalações sanitárias, nos andares elevados dos sobrados e contíguos aos dormitórios, banheiros assim possíveis graças aos pisos ladrilhados, apoiados em abobadilhas [...] E as casas da classe média passaram a conhecer o binômio hidráulico banheiro-cozinha, dependências necessariamente vizinhas para o aproveitamento dos mesmos canos e mesmo esgoto<sup>973</sup>.

Como se percebe no relato de Lemos, uma das tendências em relação à análise dos projetos pautava-se no fato de que, vinte e quatro anos após a assinatura do contrato para o abastecimento de água da cidade, a maior parte das residências pelotenses já apresentaria equipamentos hidráulicos instalados. Apesar dessa suposição, o estudo não pretendia constatar uma relação de causa-efeito entre os fatos, mas compreender o que havia mudado ou permanecido nos projetos arquitetônicos desse período.

Dessa forma, buscava-se investigar se esses equipamentos haviam alterado (ou não) a conformação dos ambientes internos das edificações, já que havia ocorrido uma modificação significativa quanto à forma de suprimento de água, que agora deixava "de se dirigir a alguns pontos de distribuição especiais. É oferecida em cada domicílio"<sup>974</sup>.

A preexistência da rede de água encanada apontava para essas transformações. Mas, ao contrário do que se esperava, os equipamentos hidráulicos não foram encontrados em muitos dos desenhos analisados. E, um aspecto inesperado, foi a identificação de algumas construções equipadas com algibes domésticos.

Essa constatação encaminhou-se para uma situação que teóricos como Sennett e De Certeau argumentam ser "a capacidade de resistência e criação do uso,

<sup>973</sup> LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. Transformações do espaço habitacional ocorridas na arquitetura brasileira do século XIX. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, N. Ser., n.1, 1991, p.102.

<sup>974</sup> FONTES e chafarizes do Brasil. São Bernardo do Campo: Mercedes-Benz, 1991, p.59.

em contraposição ao que entendem ser a passividade do corpo com relação ao espaço desenhado pelos projetistas, esquadrihado pelas relações de poder, reproduzindo concepções dominantes<sup>975</sup>. Dessa forma, uma situação não esperada, como a permanência de poços nas residências projetadas no período, revelou uma resistência à mudança.

A concepção da atividade do corpo na experiência do espaço, em Michel De Certeau e Richard Sennett, parte de uma aceitação de que as relações de poder são relações sociais de dominação; e que contra esta dominação, que certamente produz espaços e corpos de acordo com determinadas práticas e saberes dominantes, a *prática cotidiana* impõe sua inventividade<sup>976</sup>.

A permanência dos aguadeiros e das lavadeiras, assim como a manutenção dos algibes domésticos, inserem-se nesse contexto de práticas tradicionais que resistem às inovações (que ocorreram também em relação aos novos equipamentos, como aqueles destinados aos banhos).

Nos projetos pesquisados encontramos duas residências com algibes que, em ambos os casos, estavam locados nas áreas internas. No primeiro tratava-se da proposta de divisão de uma edificação preexistente, sendo que o poço (provavelmente já existente) também foi seccionado para atender as duas construções. No segundo, o alambique aparece na construção de um prédio na rua Riachuelo (atual Lobo da Costa) entre as ruas General Osório e Marechal Deodoro.

A utilização dos algibes já havia sido comentada, em relação a existência de um equipamento na rua Gonçalves Chaves, remanescente até os dias de hoje. No inventário do charqueador Joaquim Guilherme da Costa, datado de 1865, Gutierrez acrescenta que constava, entre outros bens, uma residência na rua Félix da Cunha, com alambique<sup>977</sup>. A presença dos algibes já havia sido apontada por Cruz que, ao descrever a conformação das edificações pelotenses, comentava a existência de áreas de iluminação e ventilação onde, muitas vezes, localizava-se o poço ou cacimba destinado ao abastecimento de água<sup>978</sup>.

Como a pesquisa de Cruz foi realizada num período anterior a este estudo (nos anos 80) e sua amostragem tratou de um período mais abrangente (de 1895 até 1916), pode-se levantar duas possibilidades: ou existiam mais projetos com essa solução (que se extraviaram ao longo do tempo) ou, durante o período investigado por Cruz (que incluía as duas primeiras décadas do século XX) a construção de algibes e poços ainda se mantinha nas edificações urbanas de Pelotas.

<sup>975</sup> ANDRADE, Marta Mega. Prática do espaço, experiência do corpo: Sennett e a cidade. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, N. Ser., v.4, jan./dez.1996, p.297.

<sup>976</sup> *Ibid.*, p.297.

<sup>977</sup> GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2004, p.401.

<sup>978</sup> CRUZ, Glenda Pereira da. *Espaço Construído e a Formação Econômico-social do Rio Grande do Sul: uma metodologia de análise e o espaço urbano de Pelotas*. 1984. (Mestrado em Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

A análise do abastecimento de água encanada, ao longo dos anos de funcionamento da Hidráulica Pelotense, demonstra que houve um aumento significativo no número de penas instaladas na cidade no período de 1895-96, quando a casa de máquinas do arroio Moreira já estava em funcionamento, e reforçava o suprimento de água na cidade (Fig.178). Mas, apesar do gráfico demonstrar essa elevação representativa, a construção de algibes ainda se mantinha na área central da cidade.

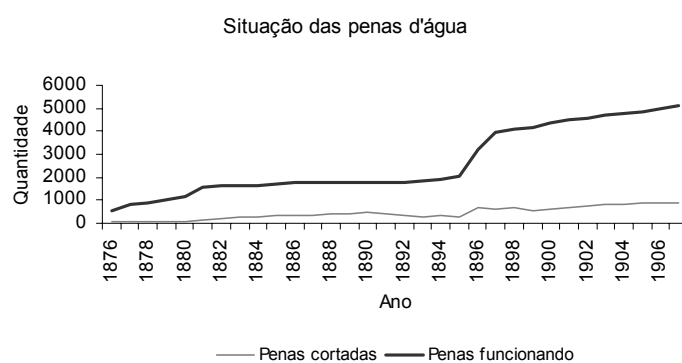


Figura 178: Situação das penas d'água  
 Dados comparativos anuais entre as penas em funcionamento e as penas cortadas  
 Fonte: RELATÓRIO da Companhia Hidráulica Pelotense correspondente ao ano de 1907. Pelotas:  
 Livraria Comercial, 1908.

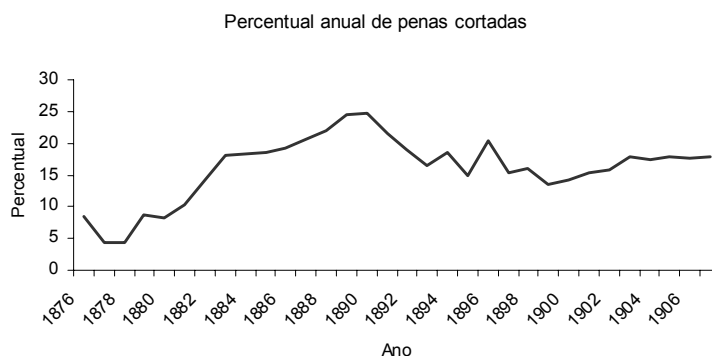


Figura 179: Percentual de penas d'água cortadas anualmente  
 Fonte: RELATÓRIO da Companhia Hidráulica Pelotense correspondente ao ano de 1907. Pelotas:  
 Livraria Comercial, 1908.

Outra interpretação dos gráficos acima permite estabelecer uma comparação entre os usuários em situação regular e irregular, junto à empresa: ao longo do período de funcionamento da Hidráulica, observou-se que o número de penas cortadas anualmente era expressivo e bastante variável (Fig.179), oscilando de um mínimo de 4,25% (em 1877) a 24,77% (em 1890). Talvez a falta de recursos para o pagamento das mensalidades, somada aos problemas ocasionados por um abastecimento irregular e deficiente por parte da empresa hidráulica, contribuiu para a manutenção das formas tradicionais de abastecimento d'água ainda no final do século XIX.

A presença de poços também foi uma realidade nas edificações localizadas fora do perímetro coberto pelas redes de água encanada, como as charqueadas. Ao relatar o funcionamento desses estabelecimentos, Schlee tece alguns comentários sobre as formas de armazenar a água para o uso doméstico, salientando que

na(s) área(s) de serviço, com ou sem cozinha junto à morada principal, são identificáveis os mais diferentes móveis, utensílios e equipamentos. A água era transportada em barris e barricas e depositada em barricas maiores (quando para uso) ou em talhas (quando para beber) e em tinhas, bacias ou gamelas (quando para lavagem)<sup>979</sup>.

Nas residências urbanas, a água encanada chegava aos interiores pelas canalizações; mas este mesmo sistema não contemplava o seu esgotamento adequado, por meio de tubulações sanitárias. Provavelmente, devido a isso, as latrinas eram localizadas nos quintais, junto às divisas dos lotes<sup>980</sup>, instaladas em áreas externas das edificações (Fig.177, superior direita). Apesar do código de posturas determinar que os projetos residenciais deveriam indicar o compartimento reservado à latrina<sup>981</sup>, muitos desenhos omitiam essa informação. Essa situação também foi verificada por Géa, ao investigar a arquitetura porto-alegrense<sup>982</sup>.

Os projetos analisados que apresentaram equipamentos sanitários instalados no interior das residências foram raros (Fig.177, superior esquerda): entre eles foram encontradas edificações que possuíam banheiras (dezoito unidades) ou salas de banho (oito unidades). Presume-se que, quando esses ambientes não eram identificados, os banhos ocorressem em áreas próximas à cozinha (em função da necessidade de aquecimento da água nos meses de inverno), nas despensas ou nos quartos, utilizando-se tinhas ou bacias.

Nessa perspectiva, Sant'Anna comenta que, em São Paulo, era rara a existência de torneiras dentro das moradias e que, conseqüentemente, ambientes e equipamentos relacionados aos banhos não eram visíveis. Em relação aos equipamentos para o asseio corporal, a autora comenta que “o uso diário das bacias e gamelas tende a ser indicativo de práticas de limpeza corporal hoje menos usuais do que no passado: no lugar de banho completo, algumas famílias tinham o hábito de lavar os pés após o dia de labuta, antes de dormir”<sup>983</sup>.

<sup>979</sup> SCHLEE, Andrey Rosenthal. *A arquitetura das charqueadas desaparecidas*. 1999. 250p. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, p.167.

<sup>980</sup> Sobre a localização das latrinas e a conformação dos lotes urbanos, Maestri comenta o depoimento de Ana Lúcia Oliveira, de que existiam ruas internas que ligavam os fundos de vários terrenos, destinadas à remoção dos cubos de esgoto sanitário (MAESTRI, Mário. *O sobrado e o cativo: a arquitetura urbana erudita no Brasil escravista: o caso gaúcho*. Passo Fundo: UPF, 2001).

<sup>981</sup> PELOTAS. Projeto de Lei. Código de Posturas Municipais. Diário Popular, 24 de abril de 1895, p.01. Artigo 3º, 24.

<sup>982</sup> GÉA, Lúcia Segala. *O espaço da casa: arquitetura residencial da elite porto-alegrense: 1893-1929*. 1995. 233p. (Mestrado em História do Brasil). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

<sup>983</sup> SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007, p.80.

Os equipamentos domésticos de higiene do século XIX foram identificados por Araújo, que analisou 146 inventários realizados entre 1800 a 1850, e revelou que, na capital paulistana

as bacias eram mais utilizadas na higiene. Havia bacias para debaixo da cama, para as mãos, para o banho, para a barba e para lavar. Elas eram encontradas em cobre, estanho, metal, arame ou prata. Os urinóis ou penicos e as cuspidadeiras eram de louça, estanho ou prata. Havia ainda pia, lavatório e vaso de louça, gamela e canoa de madeira para banhos<sup>984</sup>.

A rejeição aos equipamentos sanitários foi tratada por Guerrand, quando se referiu ao desprezo dos burgueses franceses pelo asseio corporal. Mas, se essa situação ocorria, e foi minimizada em Paris, com as instalações de esgoto planejadas por Belgrand<sup>985</sup>.

Em Belo Horizonte, no final do século XIX, Salgueiro descreve que não era raro encontrar, nas residências projetadas para a nova capital mineira, a cozinha, a despensa e as instalações sanitárias em blocos com pé-direito reduzido, deslocados do corpo principal da edificação<sup>986</sup>. A análise de Sutil sobre Curitiba revelou que, ainda nas primeiras décadas do século XX, os banheiros não estavam integrados às construções; a presença de instalações externas era usual e “mesmo nas residências mais centrais, o uso de latrinas no quintal era comum, devido ao alto custo das instalações sanitárias”<sup>987</sup>. Na capital gaúcha,

somente no novo século o banheiro incorporou-se definitivamente à habitação posicionando-se preferencialmente próximo à cozinha, localizada nos fundos da casa ou no porão. Dificuldades técnicas e de obtenção dos materiais para as instalações condicionaram esta associação<sup>988</sup>.

Em Pelotas, além dos custos das instalações, provavelmente outra questão interferia na escolha da localização dos sanitários: a ausência de uma rede de esgotos cloacais na cidade demandava a sua remoção através do sistema de cubos domiciliares<sup>989</sup>. Essa situação perdurou em algumas regiões mesmo depois da

<sup>984</sup> ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. Os interiores domésticos após a expansão da economia exportadora paulista. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, N. Ser., v.12, jan./dez.2004, p.142-143.

<sup>985</sup> O medo dos micróbios (decorrente das descobertas de Pasteur), o abandono do hábito de usar dejetos na agricultura, as críticas ao sistema de fossas fixas, assim como as instalações implementadas por Belgrand, contribuiriam para a adoção do sistema de esgotamento sanitário na capital francesa. Apesar disso, a lei francesa de 1894 gerou hostilidades entre os proprietários de imóveis (GUERRAND, Roger-Henri. Espaços privados. In: PERROT, Michelle *et al.* (Dir.). *História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995).

<sup>986</sup> SALGUEIRO, Heliana Angotti. O ecletismo em MINAS Gerais: Belo Horizonte 1894-1930. In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel, 1987.

<sup>987</sup> SUTIL, Marcelo Saldanha. Ecletismo e modernidade. A cidade de Curitiba e o morar no início do século. *Revista da Academia Paranaense de Letras*. Curitiba, n.64, 2000, p.125.

<sup>988</sup> GÉA, Lúcia Segala. *O espaço da casa: arquitetura residencial da elite porto-alegrense: 1893-1929*. 1995. 233p. (Mestrado em História do Brasil). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.144.

<sup>989</sup> Em 1878 constatou-se que o serviço de esgotos da cidade era realizado pela empresa concessionária de materiais fecais e águas servidas. A Câmara Municipal, atendendo a solicitação da empresa, determinava o local dos despejos (na rua Barroso), e o horário em que deveria ser realizado o serviço, tanto no verão como no inverno - nos meses de novembro a março, das 5 às 11 horas da manhã; de abril a outubro, das 7 da manhã até a uma hora da tarde (Livro 016. Atas da Câmara Municipal de Pelotas. Sessão de 06 de setembro de 1878).

instalação do sistema de esgoto nas primeiras décadas do século XX. Nessa perspectiva, a constatação de Géa sobre os espaços destinados à higiene nas residências de Porto Alegre revelam uma organização espacial semelhante àquela encontrada em Pelotas.

Funcionando ainda com o sistema dos antigos ‘cubos’ ou utilizando fossas mantinha duas áreas diferenciadas, a do asseio corporal propriamente dito e a da latrina, isolada no mesmo compartimento ou em local diverso. A necessidade do auxílio de outras pessoas para efetuar o banho, devido à inexistência de água encanada, e o distanciamento do banheiro em relação aos dormitórios demonstram não haver ainda uma preocupação definida com a intimidade<sup>990</sup>.

Em Pelotas, Cruz constatou que, no início do século ocorreu a incorporação do banheiro ao corpo da edificação, nas construções que já possuíam instalações de água. A autora salienta ainda que os projetos aprovados em 1915 e 1916 já apresentavam plantas de ligação com as redes de água e de esgoto<sup>991</sup>.

Durante o século XIX, além das instalações sanitárias residenciais, existiram outros espaços destinados aos banhos: as casas de banho e os riachos. Na província de São Pedro do Rio Grande do Sul os contratos das três empresas hidráulicas previam a instalação de casas de banho: em Porto Alegre, Géa encontrou a indicação de uma casa de banhos na avenida Independência em 1915 (que, em 1927, já não existia mais). Sua pesquisa revelou ainda que “desde 1896 encontra-se nos jornais anúncios de casas de banho com funções terapêuticas e não propriamente de higiene”<sup>992</sup>. As casas de banho

foram um hábito e uma necessidade enquanto perdurou o problema do abastecimento. Na medida em que as autoridades vão aos poucos levando para as residências o conforto da água encanada elas tenderão a desaparecer. No entanto, o Almanaque Paulista Ilustrado para 1896 registrava ainda outras três casas de banho. Um outro aspecto interessante do relato é a da prática de um costume (casas de banho) tipicamente europeu introduzido pela elite paulistana de então<sup>993</sup>.

Na capital paulista foi identificada uma casa de banhos aberta ao público, a Sereia Paulista, também conhecida como Banhos da Sereia (Fig.180). O local era administrado pelo húngaro José Fischer desde 1871. Além de casa de banhos, o ambiente também funcionava como restaurante e ponto de reuniões: quando foi comprada por Fischer possuía “oito banheiras de mármore com torneira e

<sup>990</sup> GÉA, Lúcia Segala. *O espaço da casa: arquitetura residencial da elite porto-alegrense: 1893-1929*. 1995. 233p. (Mestrado em História do Brasil). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p.155.

<sup>991</sup> CRUZ, Glenda Pereira da. *Espaço Construído e a Formação Econômico-social do Rio Grande do Sul: uma metodologia de análise e o espaço urbano de Pelotas*. 1984. (Mestrado em Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. O código de Posturas de 1920 determinava a indicação de toda a rede de instalação sanitária e da canalização de água até o limite do terreno (MUNICÍPIO DE PELOTAS. *Código de Construções e Reconstruções*. Pelotas: Oficinas Typographicas da Fábrica Guarany, 1920, p.08. Artigo 4, II, h).

<sup>992</sup> GÉA, Lúcia Segala. Op. Cit., p.59.

<sup>993</sup> FRANCA, Dalvino Troccoli (Coord.). *A história do uso da água no Brasil*. Do descobrimento ao século XX. São Paulo: Gráfica e Editora Athalaia: Agência Nacional de Águas – ANA, 2007, p.37.



encanamentos de chumbo, além de diversos móveis e três máquinas de sorvete”<sup>994</sup>. Gaspar cita uma notícia do Diário de São Paulo, de 23 de abril de 1867, sobre a Casa de Banhos, localizada na rua São Bento.

Único estabelecimento deste gênero nesta capital, mais bem montado do que os melhores do Rio de Janeiro, funciona diariamente, com toda a regularidade, das 6 horas da manhã às 10 da noite. Banhos frios, quentes, tépidos e de chuva, preço 1\$000. Aos domingos e feriados se fechará o estabelecimento das 3 horas em diante. Os banhos serão fornecidos pela pessoa disto encarregada, depois de receber o cartão, o qual se venderá na primeira sala. As pessoas que comprarem previamente cartões, gozarão da vantagem: por 5\$000 – 6 cartões. Há na primeira sala do mesmo estabelecimento várias bebidas de espírito, próprias para tomar depois do banho, as quais também só se venderão a dinheiro<sup>995</sup>.



Figura 180: Sereia Paulista

Largo e rua São Bento. Casa de Banho na cidade de São Paulo, em 1862. Foto de Militão Augusto de Azevedo (Banhos da Sereia, Álbum comemorativo da cidade de São Paulo 1862-1887).  
Fonte: SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901). São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007, Ilustrações.

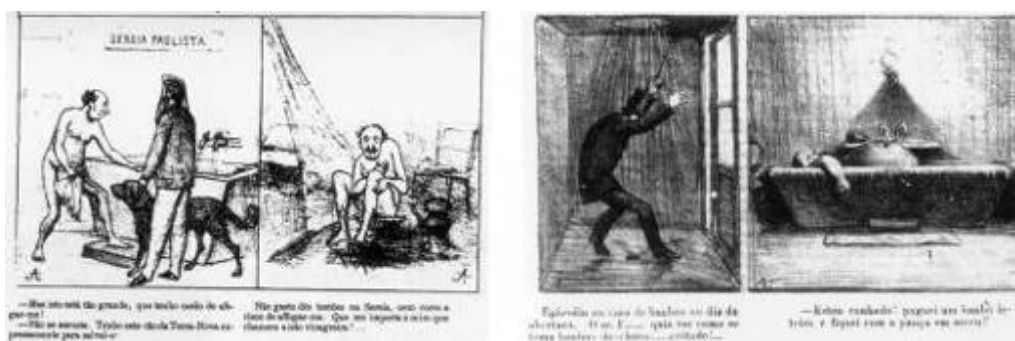


Figura 181: Charges sobre a Casa de Banho Sereia Paulista

Charge publicada no semanário Cabrião, que circulou na cidade entre 1866-67 (esquerda). Charges publicadas no Diabo Coxo, que circulou entre 1864-65 (direita).

[Texto da imagem esquerda] -Mas isto está tão grande, que tenho medo de afogar-me!

-Não se assuste. Tenho este cão da Terra-Nova expressamente para salvá-lo.

Não gasto dês tostões na Sereia, nem corro o risco de affogar-me. Que importa a mim que chamam a isto vinagreira!..

[Texto da imagem direita] Episódio na casa de banhos no dia da abertura. O sr. E... quis ver como se toma banho de chuva... coitado!....

- Estou roubado! Paguei um banho inteiro e fiquei com a pança em secco!

Fonte: SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901). São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007, Ilustrações.

<sup>994</sup> SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007, p.157.

<sup>995</sup> GASPAR, Byron. *Fontes e chafarizes de São Paulo*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1970, p.108.

A notícia da imprensa comparava a casa paulistana com as cariocas, revelando a existência de estabelecimentos deste tipo no Rio de Janeiro. Mas as charges da época mostravam que o local ainda causava receio à população e revelavam a inexperiência com os banhos de chuva, assim como o retorno aos usuais (e conhecidos) banhos de bacia (Fig.181).

Em Pelotas, apesar do contrato da companhia hidráulica prever a instalação de casas de banho, não foram encontrados registros destes estabelecimentos. Além dos banhos domésticos ou em locais públicos (casas de banho), os banhos de rio foram uma prática usual no século XIX. Os aspectos terapêuticos, assim como os de lazer, orientavam esse hábito. Del Priore comenta “que os ‘banhos frescos de rio’, para ‘o asseio do corpo’ das crianças passa, em 1855, a ser recomendado pelo médico pernambucano Carolino da Silva Campos pois, como dizia, ‘além de preencherem o fim relativo à limpeza’, concorriam para ‘fortificar os tecidos’”<sup>996</sup>. Em Pelotas, um local de banhos era o arroio Santa Bárbara (Fig.182, esquerda).

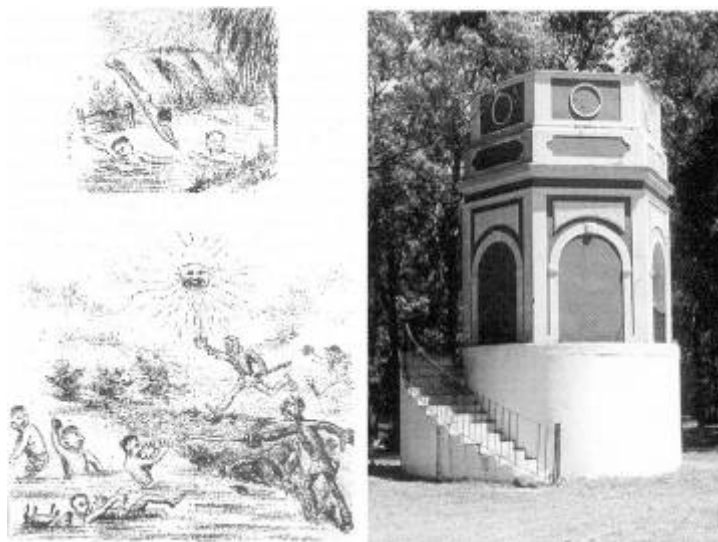


Figura 182: Locais de banhos

Banho de rio no arroio Santa Bárbara. Publicado originalmente em A Ventarola, 03 de janeiro de 1889 (esquerda). Casa de banho da residência da Baronesa dos Três Serros (direita).

Fonte: MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Sul*. Um estudo sobre a história de Pelotas. Pelotas: Ed. UFPel, 1993, p.149. MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de; SCHLEE, Andrey Rosenthal (Orgs.) *100 imagens da arquitetura pelotense*. Pelotas: Pallotti, 1998, p.46.

Nos projetos analisados não foram identificadas piscinas nas áreas externas de lazer, talvez pelo fato de que os quintais, na maioria das residências, ainda estivessem voltados às atividades de serviço. Uma exceção a esta situação era a casa de banho existente na residência da Baronesa dos Três Serros (Fig.182, direita).

Já os tanques de lavagem foram equipamentos representados nos quintais e áreas de uma grande parte das edificações, tanto residenciais quanto comerciais: a sua presença em cocheiras foi verificada em praticamente todos os projetos analisados.

<sup>996</sup> DEL PRIORE, Mary. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) *História das crianças no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2004, p.90.

Um aspecto que chamou a atenção foi o fato de que, apesar de um número significativo de prédios ser abastecido por água encanada, em apenas três projetos residenciais foram representados o balcão de cozinha e a bancada da pia.

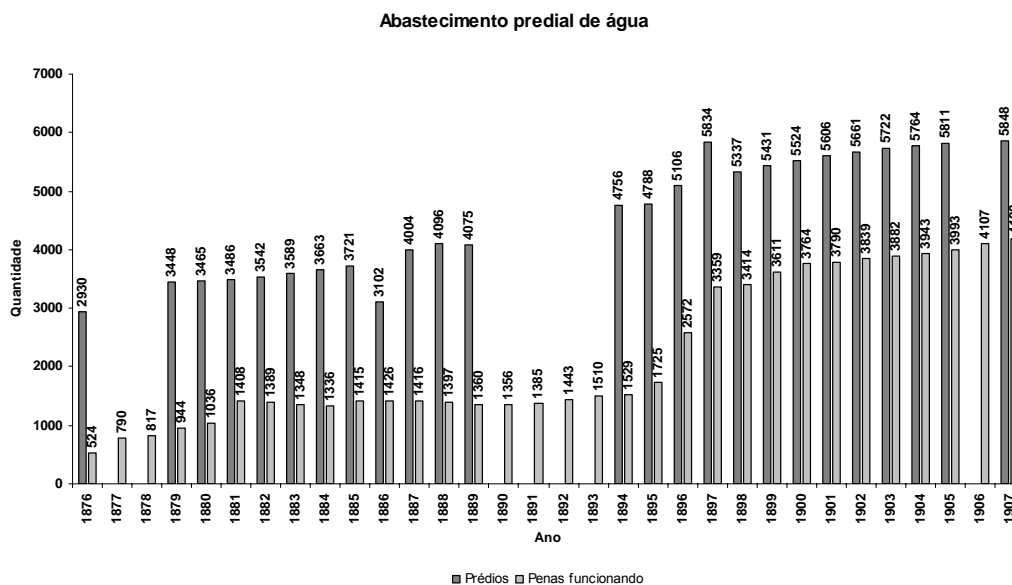


Figura 183: Abastecimento predial de água encanada – 1876 a 1907

Fonte: RELATÓRIO da Companhia Hidráulica Pelotense correspondente ao ano de 1907. Pelotas: Livraria Comercial, 1908<sup>997</sup>.

O gráfico acima demonstra que o número de usuários servidos pela rede de água encanada teve um aumento significativo a partir de 1896, em função do reforço no abastecimento obtido com a construção da casa de máquinas junto a represa do arroio Moreira (Fig.183). Nesse mesmo período, a maioria das residências pesquisadas ainda não revelava a presença de instalações sanitárias em seus interiores... o que significava, então, ser possuidor de uma pena d'água?

A análise dos projetos leva a suposição de que, apesar de representar um bem pessoal (a coleta individual do líquido), as facilidades advindas do uso da água encanada eram limitadas: sem as instalações hidráulicas adequadas, provavelmente as penas d'águas ficavam em áreas externas das edificações.

Beguin comenta que “a água corrente a domicílio permite ganhar tempo, economizar forças, evitar o caminho que é preciso percorrer sempre para buscar água fora”<sup>998</sup>. Certamente, a pena d'água domiciliar evitava o deslocamento até a fonte mais próxima e dispensava o serviço dos aguadeiros.

Diferentemente da coleta de água em fontes naturais, ou do uso de canaletas em bicas, a torneira representava a conquista de um novo controle sobre o *volume do jorro* do líquido, reforçando o sentimento

<sup>997</sup> Os dados contidos nos relatórios não estavam completos, ocasionando lacunas relativas ao número de edifícios da cidade.

<sup>998</sup> BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. *Espaço & Debates*. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, n.34, 1991, p.48.

de posse individual de certa quantidade de água adquirida, de acordo com cada circunstância<sup>999</sup>.

Mas, o fato de Pelotas e Porto Alegre, duas das principais cidades gaúchas no final do século XIX, contarem com redes de esgoto cloacal somente a partir da década de 1910, deve ter sido um dos fatores que contribuiu para retardar a instalação de redes internas e de equipamentos sanitários em um número mais expressivo de edificações. Dessa forma, percebe-se que apesar de contarem com empresas hidráulicas há mais de três décadas, as transformações resultantes dos avanços das obras de saneamento tardaram alguns anos a acontecer no sul do país.

---

<sup>999</sup> SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007, p.81.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: PERMANÊNCIAS E RUPTURAS

A investigação apresentada nesse trabalho buscou entender as transformações observadas na arquitetura da cidade de Pelotas, a partir da modificação das formas de abastecimento de água durante o século XIX. O estudo procurou tecer as relações entre os usos da água, o ambiente urbano e a arquitetura residencial pelotense.

Apesar do Rio Grande do Sul ter sido ocupado tardiamente em relação as demais regiões do território nacional, os melhoramentos urbanos implementados na província acompanharam aqueles que ocorriam em outras cidades brasileiras, como em Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo.

Diferentemente da maioria das vilas e povoados, Pelotas teve uma ocupação inicial afastada das margens dos canais e dos arroios que a circundavam: ainda que houvesse uma abundância de recursos hídricos na região, a freguesia foi implantada na área mais alta e seca da região limitada pelo canal de São Gonçalo e pelos arroios Santa Bárbara e Pelotas. Mas, embora existisse esse distanciamento, a cidade sempre esteve voltada para suas águas, fosse na zona portuária (que a comunicava com Rio Grande e, conseqüentemente, com o oceano Atlântico), fosse na zona das charqueadas (onde estava instalada a produção saladeiril).

A proximidade da água nas áreas povoadas sempre foi significativa, já que, além de permitir a navegação, servia para suprir o consumo doméstico da população. Ao longo de sua trajetória, as cidades foram suporte de uma série de equipamentos voltados às formas tradicionais de abastecimento de água: fontes, bicas, cacimbas e poços eram instalados em regiões onde houvesse água de boa qualidade. Nestes locais circulavam diariamente aguadeiros livres, libertos e escravos, carregando suas pipas e barris. Nos rios e nos riachos, as lavadeiras dividiam suas margens, lavando, batendo, quarando e secando roupas. As atividades cotidianas eram permeadas pelo uso da água.

O arroio Pelotas e o canal de São Gonçalo não serviam para o abastecimento de água da cidade: o primeiro era contaminado pelos estabelecimentos charqueadores e, o segundo, ficava com suas águas salobras em alguns períodos do ano. Além de local de lavagem de roupas, talvez o arroio Santa Bárbara servisse para a coleta de

água (e para os banhos de rio), antes que seu leito fosse poluído pelas fábricas que ali se instalaram.

A presença da água, em veios naturais (arroyos, rios, riachos, córregos e canais) ou modificada pela ação do homem (captada em cacimbas, poços e algibes, represada em tanques, conduzida por tubulações, armazenada em depósitos e consumida em fontes, chafarizes e bicas) gerava fluxos, caracterizava lugares e demandava a necessidade de equipamentos específicos.

No decorrer do século XIX este cenário começou a alterar-se: os novos materiais, oriundos do processo de industrialização, somados as facilidades de exportação de produtos e de mão-de-obra, possibilitaram a implantação das redes de água encanada e das penas d'água domiciliares. A partir de meados do século XIX, as principais cidades brasileiras começaram a modificar suas formas de utilizar a água: o que antes era visível, tornava-se invisível. A água, antes carregada em barris por escravos ou transportada pelos aguadeiros, passou a circular em tubulações subterrâneas, canalizada e escondida do olhar da população.

Mas, ao mesmo tempo que as novas redes de água encanada eram implantadas, a construção, a manutenção e a fiscalização dos antigos locais de abastecimento permanecia: os locais públicos de suprimento de água à população eram responsabilidade das Câmaras Municipais, que legislavam através de normas de conduta nesses locais. Em Pelotas, as primeiras posturas evidenciavam a preocupação com os locais de suprimento de água. E, provavelmente, esses cuidados mantiveram-se ao longo do século XIX nas cidades gaúchas já que, nos primeiros anos do século XX, a Intendência da cidade de Rio Grande ainda tratava de regulamentar a manutenção dos locais de coleta de água.

As primeiras tentativas de abastecimento de água encanada, em Pelotas, ocorreram na segunda metade do século XIX. A perfuração de poços artesianos foi uma das alternativas para o abastecimento de água na região sul do Estado: Ângelo Cassapi trabalhou tanto em Pelotas quanto em Rio Grande, buscando no subsolo dessas cidades veios de água potável. O italiano Cassapi faleceu em Pelotas, sem ver seus empreendimentos obterem os resultados esperados.

Depois dessa primeira tentativa, novas propostas para o abastecimento de água de Pelotas foram esboçadas: Júlio Villain assinou um contrato com o governo, mas variações cambiais o impediram de cumprir as cláusulas firmadas entre ambos. Questões financeiras também contribuíram para que a proposta de Cordeiro e Storry não fosse adiante. Na quarta tentativa, a rede de água encanada foi contratada, e finalmente realizada, por Hygino Côrrea Durão.

Assim como os demais serviços de infra-estrutura implementados nesse período (redes de gás encanado, transporte público, desobstrução de canais entre

outras), as redes de água encanada foram viabilizadas a partir da criação de companhias privadas, com acionistas de capital nacional e estrangeiro. Foi significativa a presença da Inglaterra nos empreendimentos realizados nesse período.

Os sistemas de abastecimento de água foram viabilizados a partir da incorporação de companhias hidráulicas: uma das primeiras empresas com esse fim foi a Companhia do Queimado, em Salvador, incorporada por Francisco Pereira Rocha. O papel do empresário consistia em firmar um acordo com o governo, contratar o projeto das obras a serem realizadas e incorporar a empresa, transferindo seus direitos e obrigações a um grupo de acionistas.

A repercussão no sul do país de obras, tanto nacionais quanto estrangeiras, contribuía para a escolha dos profissionais envolvidos nos trabalhos. Nessa perspectiva, o fato de Pereira da Rocha ter sido o empresário da empresa soteropolitana, e de já possuir experiência com empreendimentos deste tipo, fez com que o governo gaúcho o contratasse para a implantação da Companhia Hidráulica Porto-Alegrense. Além disso, o governo enviou o projeto da rede de água encanada da capital gaúcha para que o chefe dos engenheiros de Paris, Marie-François Eugène Belgrand, emitisse seu parecer sobre a proposta.

As monumentais obras do prefeito Haussmann transformaram a capital francesa em referência no século XIX, principalmente quanto aos planos viários e a abertura dos imponentes *boulevards*, e sua repercussão foi percebida em diversas cidades no último quartel do século XIX. Nesse período, ocorreram diversas intervenções em cidades européias e sul-americanas. No Rio de Janeiro, as obras de Pereira Passos transformaram a capital federal. E, no sul do país, projetos foram realizados nas primeiras décadas do século XX, como o plano elaborado por Maciel para a cidade de Porto Alegre.

Apesar da maioria dos estudos sobre as intervenções do século XIX tratar da repercussão dessas obras, e da cidade de Paris não possuir, até meados do século XIX, um sistema de águas e esgotos, no sul do Brasil uma das referências à capital francesa foi pautada nos serviços não visíveis do sistema de abastecimento de água encanada.

Durante o século XIX, outras cidades sul-americanas também voltaram suas atenções para o saneamento (entre elas as capitais do Uruguai e da Argentina). O motivo para a preocupação das autoridades era o mesmo, fosse em cidades brasileiras, e em outras urbes latino-americanas ou européias: as precárias condições higiênicas das áreas urbanizadas contribuía para que epidemias se difundissem rapidamente entre a população.

A capital uruguiaia, diferentemente da maioria das cidades estudadas, já possuía uma rede de esgoto cloacal quando teve seu sistema de água encanada

inaugurado, em 1871. Em Montevideu, o sistema foi implantado por uma empresa privada. A captação era distante da cidade: a água era encanada e bombeada para um depósito de distribuição, que abastecia três fontes, instaladas em praças públicas. Em Buenos Aires, a inauguração da rede aconteceu em 1874, e o serviço era administrado pelo poder público. As águas eram obtidas no rio da Prata e bombeadas para uma torre metálica; em 1894, o sistema foi ampliado com a inauguração do Palácio das Águas.

As duas capitais da região do Prata apresentam semelhanças (quanto ao período de instalação das redes e a instalação de sistemas de bombeamento) e diferenças entre si (preexistência de uma rede de esgoto cloacal e forma de implantação, através de empresa pública, em uma, e privada, na outra). No Rio de Janeiro, assim como em Montevideu, o esgoto antecedeu o sistema de abastecimento de água; já em relação a rede de água encanada, o serviço era administrado pelo governo, assim como em Buenos Aires.

Na capital brasileira, o sistema de esgoto foi contratado com uma empresa de capital inglês, a The Rio de Janeiro City Improvements Company e, em 1872, trinta mil residências estavam ligadas a rede. Já a rede de água encanada foi inaugurada em 1880. Em São Paulo, a Cantareira & Esgotos começou a funcionar vinte anos após a Companhia do Queimado (que foi instalada em 1857 e abastecia 22 chafarizes distribuídos pela cidade de Salvador). Em Belém, foram necessárias várias tentativas, ao longo de dez anos, para que o serviço de abastecimento de água fosse efetivado. As dificuldades para a implantação das companhias hidráulicas no país foi um fato recorrente em praticamente todas as experiências analisadas (exceto Piracicaba, que foi posterior as citadas anteriormente). Ou seja, os problemas referentes à instalação dos serviços de infra-estrutura no sul do país não eram exclusivos dos gaúchos, já que ocorreram em outras cidades brasileiras.

Mas, apesar da instalação das redes de água encanada, as doenças epidêmicas ainda se proliferavam na virada do século. Algumas medidas eram adotadas para evitar a sua disseminação, como a construção de cemitérios extramuros e a criação de espaços públicos de lazer, como praças e parques. Em Pelotas, durante o oitocentos, a atenção voltada às praças foi uma constante nas pautas da Câmara de Vereadores. Talvez, o fato da municipalidade ter destinado o rossio para comercialização de gado contribuísse para essa situação, já que o logradouro público da cidade foi destinado a um fim privado.

A carência de espaços públicos repercutiu na implantação de praticamente todas as obras de infra-estrutura da cidade, levando a Câmara de Vereadores a exigir das empresas privadas a aquisição dos terrenos destinados a essas obras. Um exemplo disso foi o fato de que tanto a Hidráulica Pelotense, como a Companhia de



Gás São Pedro e a Ferro Carril e Cais demonstraram interesse em ocupar a praça às margens do canal de São Gonçalo: mas, somente a primeira obteve a concessão para a colocação de um chafariz de ferro fundido no local.

As fontes sempre foram lugares de aglomeração de pessoas, situação que preocupava as municipalidades: em Pelotas, uma das premissas que perpassava a discussão sobre a localização desses pontos de fornecimento de água priorizava que os mesmos contemplassem o abastecimento de um número significativo de usuários. Após a criação das empresas hidráulicas, essa preocupação continuava, mas o controle dos chafarizes passou a ser realizado por guardas, contratados pelas companhias, e responsáveis pela comercialização da água.

Na província de São Pedro, uma década após assinar o contrato para a instalação da Hidráulica Porto-Alegrense, o governo firmava os termos para o abastecimento de água encanada das cidades de Pelotas e de Rio Grande: na primeira empresa, Hygino Côrrea Durão responsabilizava-se individualmente pelas obras e, na segunda, assumia as cláusulas contratuais em sociedade com João Frick.

Assim como a experiência de Pereira da Rocha contribuiu para o seu contrato na empresa porto-alegrense, o fato de Hygino Durão ser um empresário atuante em outros empreendimentos realizados pela província deve ter facilitado a sua participação, tanto na licitação da obra, como na aquisição de material e na elaboração do projeto no exterior. Além disso, o fato de Durão ser o empreiteiro das duas empresas, simultaneamente, contribuiu para a semelhança entre diversos aspectos dos projetos das redes de água encanada de Pelotas e de Rio Grande.

As semelhanças refletiam-se em uma série de questões, desde os prazos para as obras e o pagamento de juros, até as formas de abastecimento de água, através de chafarizes e penas d'água. Mas, a mais evidente, diz respeito aos reservatórios elevados: as estruturas construídas nas duas cidades possuem o mesmo formato e o mesmo material, foram projetadas pelos mesmos engenheiros e executadas pela mesma empresa. A diferença entre os dois depósitos refere-se à solução empregada na instalação das estruturas pré-fabricadas: em Pelotas, a torre foi instalada no nível do terreno e, em Rio Grande, foi elevada do solo. Nesta última, o sistema era composto por uma cisterna subterrânea e por uma casa de máquinas, cujas bombas conduziam a água para a torre metálica elevada.

Mas, apesar do governo provincial já possuir experiência prévia em licitações deste tipo (em função da instalação da Hidráulica Porto-Alegrense), a documentação contratual das empresas rio-grandina e pelotense deixava indefinidas questões significativas. No caso de Rio Grande, a primeira licitação realizada teve que ser refeita, pois nenhuma das propostas apresentadas inicialmente preenchia aos requisitos do edital.

Em Pelotas, as divergências estavam relacionadas com a execução da rede: inicialmente, a falta de definição contratual quanto ao sistema a ser empregado na tubulação geral da cidade ocasionou discordâncias entre os projetistas e os responsáveis pela fiscalização das obras. No decorrer dos trabalhos, outros impasses sucederam-se, como a transposição da canalização sobre a ponte do arroio Santa Bárbara e a localização do quarto e último chafariz da empresa.

Nos primeiros anos de funcionamento da empresa pelotense, a queda na venda d'água nas fontes levou a companhia a arrendá-las: a obsolescência dos chafarizes verificou-se em Pelotas bem antes do que na capital gaúcha. Talvez o número de penas instaladas, ou a manutenção do abastecimento doméstico através de algibes, tenha contribuído para essa situação. Nas primeiras décadas do século XX os chafarizes eram removidos e transferidos de seus locais de origem, e empregados com o intuito de ornamentar praças e jardins: de fontes de abastecimento transformaram-se em objetos de adorno.

A remoção e, em alguns casos, a demolição dos chafarizes, acabou com lugares de encontro. Contribuiu, também, para o desaparecimento de pontos de localização e de identificação dos moradores: tradicionalmente, poços e fontes foram marcos de referência nas cidades, servindo inclusive para a denominação de ruas, bairros e localidades.

No século XIX, a rua era palco de uma série de atividades. Nelas circulavam lavadeiras e de aguadeiros, rumo aos locais de lavagem de roupa e de abastecimento de água: essa movimentação fazia parte do cotidiano da cidade. A instalação das redes de água encanada conduziu a uma privatização desses afazeres que eram, tradicionalmente, públicos.

A deficiência dos sistemas de abastecimento foi uma constante no século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Em Pelotas, a população reclamava da falta d'água, a imprensa noticiava a insuficiência do abastecimento, e os relatórios da empresa hidráulica demonstravam as soluções propostas para o problema. Apesar do contrato de abastecimento de água potável de Pelotas determinar a necessidade de três mil metros cúbicos de água armazenada na cidade, essa quantidade nunca foi contemplada pela Hidráulica Pelotense. Na década de 1870, os engenheiros escoceses, responsáveis pelo projeto, argumentavam que era um volume exagerado para a cidade, e sugeriam que um novo depósito fosse construído, quando se tornasse necessário. Embora tenha se verificado o problema constante de falta d'água na cidade, a documentação pesquisada demonstrou que a construção desse segundo reservatório nunca foi exigida da empresa hidráulica.

Mas, se a água era escassa em Pelotas, faltava também em Porto Alegre, em Salvador, em São Paulo e no Rio de Janeiro. Na capital federal, as críticas da

imprensa no início do século XX denunciavam a importância concedida pelo prefeito Pereira Passos a obras de embelezamento da cidade, em detrimento da questão sanitária.

Em Pelotas, o valor das tarifas praticado pela empresa hidráulica também era alvo de críticas. A imprensa noticiava, em 1877, o manifesto contra o aumento abusivo de preços praticado pela Hidráulica Pelotense, assinado por nove aguadeiros de Pelotas (Porto Alegre possuía, em 1873, quatorze aguadeiros cadastrados). Com o passar dos anos, a assinatura de penas domiciliares cresceu gradativamente em Pelotas e, provavelmente, o número de aguadeiros diminuiu.

Em Buenos Aires, quando o governo propôs o sistema de abastecimento, o objetivo era fornecer água abundante e barata à população: as taxas cobradas na capital argentina em 1869 eram de 3% sobre o valor locatício dos imóveis. Em Porto Alegre, a Companhia Hidráulica Porto-Alegrense foi autorizada a aumentar o valor das tarifas em 1872 (com o intuito de liberar a província do pagamento dos juros). A Hidráulica Guahybense cobrava, no ano de sua fundação (1877), uma taxa equivalente a 10% do valor do aluguel, pelo abastecimento em domicílios cujo valor locatício era de até 20\$000 réis (ou seja, uma mensalidade de 2\$000 réis). Os imóveis que ultrapassassem este valor pagavam 3\$000 réis pelo abastecimento.

A empresa hidráulica pelotense oferecia dois tipos de assinatura domiciliar: as penas e as meias-penas. As últimas eram destinadas a usuários de menor poder aquisitivo, e estiveram em funcionamento de 1880 a 1897, quando foram extintas. Esse último ano de funcionamento das meias-penas apresenta uma particularidade interessante: ao mesmo tempo em que ocorreu um aumento do número de penas funcionando em virtude da unificação do sistema de abastecimento, dobrou o número de penas cortadas por falta de pagamento. Talvez, o custo dos serviços ainda não fosse acessível a uma parcela significativa de usuários...

Assim como a ampliação do sistema era uma necessidade eminente para manter a continuidade do abastecimento, a regularização do consumo foi um dos objetivos da empresa hidráulica pelotense durante o século XIX. Tanto em Pelotas, como em Porto Alegre, o furto de água e as ligações clandestinas eram apontados como causas de prejuízos às empresas.

Entre as soluções adotadas para controlar o desperdício de água, e garantir o abastecimento, a empresa pelotense adotou medidas paliativas, como o fechamento das penas em determinados horários do dia e/ou da noite, ou o abastecimento por regiões da cidade. A Companhia Hidráulica Pelotense estudava formas para regularizar o consumo domiciliar, estabelecendo uma relação entre a litragem fornecida e o valor cobrado pela mensalidade. A imprensa denunciava a medida, considerando-a abusiva e sugerindo a possibilidade de adotar a antiga e tradicional

forma de abastecimento, através de pipeiros ou aguadeiros. Em 1883, os usuários eram notificados através da imprensa para que se dirigissem ao escritório da companhia para escolher a forma de regularização preferida: os mecanismos de controle foram criticados inicialmente, mas a empresa sempre defendeu o argumento de que o controle era justo, já que os usuários pagavam somente a quantia de água que consumiam.

Na década seguinte, a companhia pelotense ampliava o seu sistema de abastecimento de água, com o intuito de suprir adequadamente a cidade. Nesse mesmo período era edificado, na capital argentina, o imponente Palácio das Águas. Em Pelotas, a Casa de Máquinas do arroio Moreira entrou em funcionamento praticamente na mesma época em que o reservatório argentino era inaugurado. Mas, até a conclusão dessas obras, a empresa enfrentou uma série de problemas para manter a regularidade do abastecimento de água encanada.

Nesse período, diversos profissionais foram contratados para solucionar o problema: assim como Saturnino de Brito foi consultado pela Intendência Municipal sobre o projeto de saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XX, outros profissionais renomados foram chamados para apresentar alternativas aos problemas da Companhia Hidráulica Pelotense e, entre eles, destacaram-se Alfredo Lisboa e Fernando de Mattos. Em relação a estes dois profissionais, percebe-se como a sua atuação no século XIX era itinerante: o primeiro trabalhava em obras do Rio de Janeiro no início do século XX e, o segundo, esteve em Pelotas no início da década de 1890 (envolvido com o projeto de ampliação da rede da Hidráulica Pelotense), mas também atuou em Piracicaba e em Curitiba. E essa circulação verificou-se também com os profissionais gaúchos, como João Frick e Carlos Zanotta, que executaram o sistema de água encanada de Piracicaba. Mas, essa situação nem sempre foi assim: no início do século XIX existiam poucos profissionais na província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Apesar dos diversos estudos, e das novas obras, menos de duas décadas após a ampliação da rede de água, a empresa hidráulica não conseguia fornecer água com pressão e quantidade suficientes para a instalação da rede de esgotos. Com a municipalização da empresa, em 1908, foi possível a ampliação da rede de água encanada e a instalação de um sistema de coleta de esgoto: mas a realização dessas obras ainda estendeu-se por algumas décadas.

Na época da municipalização da empresa hidráulica, a cidade era abastecida há pelo menos 37 anos pelas redes de água encanada. As companhias revelavam que os usuários consumiam água em excesso: furtavam-na, comercializavam-na ilicitamente (em troca de favores) e realizavam ligações clandestinas. A água chegava

as residências, e era largamente utilizada pelos consumidores... mas como era o uso da água no interior das moradias pelotenses nesse período?

A Companhia Hidráulica Pelotense informava, em 1878, que as penas eram instaladas até cinco metros dentro do domicílio do usuário. Em contrapartida, apesar da preexistência da rede de água encanada, a análise dos projetos arquitetônicos do final do século XIX ainda não demonstrava a representação corriqueira de equipamentos destinados a esse fim. Muitas edificações possuíam tanques em áreas externas, geralmente nos quintais. Mas pias, lavatórios, banheiras, vasos sanitários e chuveiros eram raramente representados nos desenhos.

Da mesma forma, a identificação de latrinas nos projetos era obrigatória, mas nem sempre cumprida pelos profissionais. Quando eram representadas, as latrinas localizavam-se geralmente nos quintais, na divisa de fundos dos lotes: a existência desse compartimento, e com essa localização, em um número significativo de projetos, demonstra as dificuldades em incorporar à edificação os ambientes destinados à higiene pessoal.

Entre os motivos dessa segregação podem estar incluídos o alto custo das instalações sanitárias, a ausência de um sistema de esgotamento das águas servidas ou, até mesmo, a rejeição a esses ambientes. Em raros casos os lugares destinados à higiene foram representados no corpo da edificação: quando isso ocorria estavam sempre junto aos ambientes de serviço, exceto alguns *toilettes*, que poderiam estar mais próximos aos dormitórios.

Os projetos analisados revelavam contradições entre a cidade idealizada e a realizada: os desenhos aprovados pela Intendência Municipal no final do século XIX evidenciavam o confronto entre o que a legislação estabelecia, o que os profissionais projetavam e o que o poder público aprovava.

O tratamento diferenciado empregado na representação das fachadas principais dos projetos analisados foi recorrente, e demonstra a prioridade dada ao aspecto externo das edificações: o detalhamento dos elementos decorativos, assim como o uso da cor, o destaque dos elementos de ferro e os efeitos de sombra aplicados nas elevações revelam valores, aceitos e reproduzidos pelos profissionais.

Ao mesmo tempo que se percebe o rigor no tratamento das elevações, constata-se a dificuldade para o controle de outras questões (como as relações entre as áreas mínimas estabelecidas para ventilação e iluminação e a área edificada), já que as peças gráficas eram apresentadas sem as informações necessárias à sua conferência.

Essas relações, provavelmente, ainda não eram uma prioridade. E se revelam no relato sobre a ocupação espacial da cidade realizada na década seguinte, em que se percebe

como está compacta a edificação na zona central, havendo quarteirões em que poucas são as áreas interiores, e essas são geralmente fechadas, constituindo poços para a entrada da luz e do ar em quantidades escassas. Lotes estreitíssimos e compridos, receberam edificações encostadas umas às outras; com alongados e escuros corredores de comunicação entre 'alcovas', ou aposentos sem ar e sem luz, e salas sombrias e igualmente frias e úmidas no inverno, que é a estação chuvosa<sup>1000</sup>.

Essa era a realidade da ocupação urbana de Pelotas na década de 1920, quando Saturnino de Brito foi consultado sobre uma proposta de saneamento para a cidade: um século após o traçado inicial, o formato adotado para a divisão dos lotes, assim como as regras definidas para a sua ocupação, eram apontados como um dos problemas de salubridade da cidade.

No século XX, algumas cidades gaúchas, entre elas Pelotas e Rio Grande, realizaram consultorias com Saturnino de Brito, sobre projetos de águas, de esgotos e de drenagem urbana. Em Pelotas, assim como os chafarizes tornaram-se obsoletos nos primeiros anos do século XX, a torre do depósito também foi considerada sem utilidade para o abastecimento de água da cidade. Mas, talvez o aval deste profissional, renomado na época, tenha sido decisivo para a manutenção do reservatório metálico da praça Piratinino de Almeida. Na década de 1980, a Caixa d'água foi protegida através de tombamento federal, e hoje integra o acervo do patrimônio industrial de Pelotas.

Os dados e análises apresentados neste trabalho indicam a possibilidade de que a população deve ter encontrado uma série de dificuldades para se apropriar das transformações ocorridas durante o século XIX. Uma dessas suposições pauta-se na constatação de que, após praticamente três décadas da instalação do encanamento de água na cidade, os algibes domésticos ainda eram encontrados nas residências pelotenses.

Dessa forma, percebe-se que, apesar da preexistência da rede de água encanada na cidade, as transformações físicas no espaço construído decorrentes da sua instalação tardaram um pouco a acontecer. Talvez as mudanças tenham efetivado-se primeiramente em relação ao sentido de posse: a pena d'água fornecia ao proprietário o líquido em sua casa, na quantidade desejada e no horário que mais lhe conviesse. E, além disso, evitava deslocamentos aos pontos de coleta, e a intromissão dos aguadeiros nos interiores das residências.

Provavelmente, para a grande maioria dos habitantes de Pelotas no final do século XIX, possuir uma pena d'água não acrescentava mais conforto do que isso. A instalação tratava-se de uma tubulação interna de água encanada que alimentava, possivelmente, somente uma torneira, localizada no quintal, junto ao tanque, para

---

<sup>1000</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Instituto Nacional do Livro. *Projetos e relatórios*. Saneamento de Pelotas, Teófilo Otoni e Poços de Caldas. Obras completas de Saturnino de Brito. Volume XIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944, p.31.

facilitar o esgotamento das águas servidas (já que a rede de esgoto ainda não havia sido implantada). Por isso, provavelmente não foram encontradas, nos desenhos analisados, alterações mais significativas nos modos de projetar, construir e habitar as residências desse período.

Este estudo pretendeu contribuir para ampliar a compreensão sobre a arquitetura residencial do final do século XIX, trazendo à discussão suas relações com a instalação da rede de água encanada, implantada na cidade de Pelotas nesse período. Uma das expectativas da autora é de que este trabalho possa contribuir para o processo de construção do conhecimento sobre a arquitetura e o urbanismo. A outra, é que as informações e as reflexões apresentadas ao longo do texto possam instigar a formulação de novas questões sobre o tema, ampliando o debate sobre a produção arquitetônica do século XIX no Brasil.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### BIBLIOGRAFIA

- 6º ENCONTRO DE TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA DO RIO GRANDE DO SUL. *As relações arquitetônicas do Rio Grande do Sul com os países do Prata*. Santiago: URI, 2001. 300p.
- AB'SABER, Aziz Nacib. *Litoral do Brasil*. São Paulo: Metalivros, 2001. 290p.
- ÁGUAS ARGENTINAS. *Água y saneamiento em Buenos Aires 1580-1930*. Riqueza y singularidad de um patrimonio. Buenos Aires: Marcelo Kohan Impresión & diseño, 1999. 120p. (Patrimônio Histórico, Águas Argentinas, 2).
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Introdução. Modelos da história e da historiografia imperial. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.07-10 (História da vida privada no Brasil; 2).
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Vida privada e ordem privada no Império. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.11-93 (História da vida privada no Brasil; 2).
- ALMANACH de Pelotas. 1931.
- ALMANAQUE de Pelotas. 1933.
- ALMEIDA, Anita Correia Lima de. Cidade, água e poder: o Aqueduto da Carioca e o chafariz do Largo do Paço. Disponível em: [www.rj.anpuh.org/Anais/2006/Indice2006.htm](http://www.rj.anpuh.org/Anais/2006/Indice2006.htm).
- ALVES, Francisco das Neves. A imprensa. In: BOEIRA, Néelson; GOLIN, Tau (Coords.) *Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006, p.351-372 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul; 2).
- AMARAL, Aracy (Coord.). *Arquitectura neocolonial: América Latina, Caribe, Estados Unidos*. São Paulo: Memorial: Fondo de Cultura Económica, 1994. 336p.
- ANDRADE, Carlos Alberto Monteiro de. O plano de Saturnino de Brito para Santos e a construção da cidade moderna no Brasil. *Espaço & Debates*. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, n. 34, 1991, p.55-63.
- ANDRADE, Marta Mega. Prática do espaço, experiência do corpo: Sennett e a cidade. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Ser., v.4, p.291-308, jan./dez.1996.
- ANJOS, Marcos Hallal dos. *Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX*. Pelotas: Ed. Universitária, 2000. 176p.
- ARAÚJO, Maria Lucília Viveiros. Os interiores domésticos após a expansão da economia exportadora paulista. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Ser., v.12, p.129-160, jan./dez.2004.
- ARRIADA, Eduardo. *Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano (1780-1835)*. Pelotas: Armazém Literário, 1994. 176p.
- BAGUET, A. *Viagem ao Rio Grande do Sul: viajante belga do século XIX*. Florianópolis: Paraula, 1997. 106p.
- BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996. 218p. (Coleção História; 11).
- BARBUY, Heloísa. *A Cidade-exposição: comércio e cosmopolitismo em São Paulo, 1860-1914*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 304p.



- BARRETO, Abeillard. *Primórdios da Imprensa no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Comissão Executiva do Sesquicentenário da Revolução Farroupilha, Subcomissão de Publicações e Concursos, 1986. 284p.
- BARROSO, Véra Lucia Maciel. A formação da primeira rede de vilas no Rio Grande de São Pedro. *Estudos Ibero-americanos*. Porto Alegre, v.6, n.2, p.149-167, 1980.
- BARROSO, Véra Lucia Maciel. Povoamento e urbanização do Rio Grande do Sul. A fronteira como trajetória. In: WEIMER, Günter (Org.) *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992, p.35-55.
- BEAUMONT-MAILLET, Laure. *L'eau à Paris*. Itália: Editions Hazan, 1991. 216p.
- BEGUIN, François. As maquinarias inglesas do conforto. *Espaço & Debates*. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, n.34, p.39-54, 1991.
- BELLO, Helton Estivalet. *O ecletismo e a imagem da cidade: caso Porto Alegre*. 1997. 160p. (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. A modernização do Rio de Janeiro. In: DEL BRENNNA, Giovanna Rosso (Org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos*. Uma cidade em questão II. Rio de Janeiro, Index, 1985, p.599-612. 624p.
- BENEVOLO, Leonardo. *As origens da urbanística moderna*. Lisboa: Presença, 1994. 172p.
- BENEVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1989. 813p.
- BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2001. 728p.
- BITTENCOURT, Dóris Maria Machado de. *Casas residenciais em Porto Alegre em fins do século XIX e início do século XX*. 1996. 2V. 791p. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BOEIRA, Néelson; GOLIN, Tau (Coords.) *Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006. 594p. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul; 2).
- BOHNS, Neiva Maria Fonseca. Os primeiros pintores: presenças desapercibidas, ausências sentidas. In: BOEIRA, Néelson; GOLIN, Tau (Coords.) *Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006, p.401-422 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul; 2).
- BRANCO, Nanra. *Caixas d'Água um passeio pela história do Rio Grande do Sul*. Gazeta do Sul, [s.d.].
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 128p. (Coleção tudo é história; 52).
- BRESCIANI, Maria Stella. As sete portas da cidade. *Espaço & Debates*. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 1992.
- BRESCIANI, Maria Stella. Saberes sobre a cidade. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2002, p.17-34.
- BRUNO, Ana Paula da Gama Souto; SILVEIRA, Aline Montagna da. A preservação da arquitetura fabril da zona portuária de Pelotas. In: REGO, Renato Leão *et al.* (Edit.). 3º Ciclo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo: habitar. *Anais do...* Maringá: UEM/DAU, 2006.
- BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. Bauru: EDUSC, 2004. 264p.
- CAMPOS, Cristina de. A promoção e a produção das redes de águas e esgotos na cidade de São Paulo, 1875-1892. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, N. Ser., v.13, n.2, p.189-232, jul./dez.2005.
- CAMPOS, Cristina. A higiene do espaço através da educação sanitária: as propostas modernas de Geraldo Paula Souza para São Paulo, 1922-1945. In: GITAHY, Maria Lucia Caira. *Desenhando a cidade do século XX*. São Carlos: Rima, 2005, p.57-73.
- CANSTATT, Oscar. *Brasil: terra e a gente*, 1871. Brasília: Senado Federal: Conselho Editorial, 2002. 418p. (Coleção O Brasil visto por estrangeiros).
- CARDOSO, Rafael; BANDEIRA, Júlio; SIQUEIRA, Vera Beatriz Cordeiro. *Castro Maya colecionador de Debret*. São Paulo: Capivara; Rio de Janeiro: Museu Castro Maya, 2003. 264p.
- CARNEIRO, Newton. Dissidência política e partidos: da crise com a Regência ao declínio do II Reinado. In: BOEIRA, Néelson; GOLIN, Tau (Coords.) *Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006, p.125-137 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul; 2).

- CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. *A construção de um sonho. Os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil (São Paulo – 1917/1940)*. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997. 221p.
- CARRICONDE, Clodomiro. *Álbum de Pelotas*. Centenário da Independência do Brasil. Pelotas: [s. n.], 1922. ca 248p.
- CASTRO, Ana Célia. *As empresas estrangeiras no Brasil, 1860-1913*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979. 142p.
- CENSO IMPERIAL DE 1872. Disponível em [www.ich.ufpel.edu.br/economia](http://www.ich.ufpel.edu.br/economia). Acesso em 28 de novembro de 2007.
- CENTRO BRITÂNICO BRASILEIRO. *Britânicos no Brasil*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa de São Paulo, 2001. 47p.
- CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: período colonial*. 2 ed. São Paulo: Brasil, 1981. 327p.
- CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memórias econômico-políticas sobre a administração pública do Brasil*. 4. ed. Porto Alegre: UNISINOS, 2004. 270p.
- CHEVALLIER, Ceres. *Vida e obra de José Isella: arquitetura em Pelotas na segunda metade do século XIX*. Pelotas: Ed. Livraria Mundial, 2002. 325p.
- CHIAVARI, Maria Pace. As transformações urbanas do século XIX. In: DEL BRENNNA, Giovanna Rosso (Org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos*. Uma cidade em questão II. Rio de Janeiro, Index, 1985, p.569-598.
- CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidade*. Uma antologia. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 2002. 350p. (Estudos, 67).
- COLLINS, Peter. *Los ideales de la arquitectura moderna; su evolución (1750-1950)*. Barcelona: GG, 1998. 322p. (GG Reprints).
- CONSTANTINO, Núncia Santoro. A conquista do tempo noturno: Porto Alegre “moderna”. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v.XX, n.2, p.65-85, dez.1994.
- CONSTANTINO, Núncia Santoro. Modernidade, Noite e Poder: Porto Alegre na Virada para o Século XX. *Tempo*. Rio de Janeiro, v.4, p.49-64, 1997.
- CONTRACTO da Companhia Rio-Grandense de Iluminação a Gaz nas cidades de Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre. Pelotas: Typ. d’A Pátria, 1888. 15p.
- CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos A. C. *Dicionário de arquitetura brasileira*. São Paulo: Edart, 1972. 472p.
- COSTA, Cacilda Teixeira da. *O sonho e a técnica: a arquitetura de ferro no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. 200p.
- COSTA, Luiz Augusto Maia. Planejando antes do planejamento: território e cidade em São Paulo, 1880-1910. In: GITAHY, Maria Lucia Caira. *Desenhando a cidade do século XX*. São Carlos: Rima, 2005, p.11-36.
- CRUZ, Ernesto. *A água de Belém: sistemas de abastecimento usados na capital desde os tempos coloniais aos dias hodiernos*. Belém: Rev. da Veterinária, 1944. 143 p.
- CRUZ, Glenda Pereira da. *Espaço Construído e a Formação Econômico-social do Rio Grande do Sul: uma metodologia de análise e o espaço urbano de Pelotas*. 1984. (Mestrado em Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- CRUZ, Glenda Pereira da. Pelotas. Espaço construído no início da República. In: WEIMER, Günter (Org.) *Urbanismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS/Prefeitura Municipal de Porto Alegre, 1992, p.109-134.
- CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). *Guia da arquitetura eclética no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000. 216p. (Guias da Arquitetura do Rio de Janeiro).
- D’ORNANO, Paul Baptiste. *Um Barão na Província: apêndice do Relatório Geral, 1863*. Tradução Fúlvia Moretto. Apresentação Sérgio da Costa Franco. Porto Alegre: IEL: EDIPUCRS, 1996. 115p.
- DARIÈS, Georges. *Distributions d'eau*. Paris: Dunod, 1899. 568p. (Bibliothèque du Conducteur de Travaux Publics).
- DEL BRENNNA, Giovanna Rosso (Org.). *O Rio de Janeiro de Pereira Passos*. Uma cidade em questão II. Rio de Janeiro, Index, 1985. 624p.

- DEL BRENNNA, Giovanna Rosso. Eclétismo no Rio de Janeiro (séc. XIX-XX). In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Eclétismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1987, p.28-67.
- DEL PRIORE, Mary. Apresentação. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) *História das crianças no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2004, p.07-17.
- DEL PRIORE, Mary. História do cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.) *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.259-274.
- DEL PRIORE, Mary. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. In: DEL PRIORE, Mary (Org.) *História das crianças no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2004, p.85-106.
- DIENER, Pablo; COSTA, Maria de Fátima. *Rugendas e o Brasil*. São Paulo: Capivara, 2002. 376p.
- FABRIS, Annateresa. Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, N. Ser., n.1, 1993, p.131-143.
- FARIELLO, Francesco. *La arquitectura de los jardines: de la antigüedad al siglo XX*. Madrid: Celeste, 2000. 374 p. (Manuales Universitarios de Arquitectura; 1).
- FERREIRA & C. *Almanach de Pelotas*. 1913.
- FERREIRA & C. *Almanach de Pelotas*. 1916.
- FERREIRA & C. *Almanach de Pelotas*. Pelotas: Off. Typ. do Diário Popular, 1915.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3 ed totalmente rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 2128p.
- FERREIRA, Michele. Mercúrio passa pela primeira consulta. *Diário Popular*, Caderno Patrimônio, p.03, 07/03/2006.
- FERREIRA, Renata Brauner. *Epidemia e drama: a gripe espanhola em Pelotas - 1918*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2001. 104 p. (Coleção Pensar a História Sul-Rio-Grandense; 15).
- FERREZ, Marc. *Álbum do novo abastecimento de água do Rio de Janeiro*. Empresa de A. Gabrielli. Rio de Janeiro. Volume 1 e Volume 2, 1876 a 1882. Disponível em [www.catalogos.bn.br/terezacristina/page2.htm](http://www.catalogos.bn.br/terezacristina/page2.htm).
- FERTIG, André. A Guarda Nacional Rio-Grandense: defesa do Estado imperial e da nação. In: BOEIRA, Nélon; GOLIN, Tau (Coords.) *Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006, p.71-95 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul; 2).
- FISCHER, Luís Augusto. *Dicionário de porto-alegrês*. 13 ed. ampl. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004. 272p.
- FONSECA, Daniele Baltz da. *Tintas e pigmentos no patrimônio urbano pelotense: um estudo dos materiais de pintura do século XIX*. 2006. 205p. (Mestrado em Conservação e Restauro de Monumentos). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- FONTES e chafarizes do Brasil. São Bernardo do Campo: Mercedes-Benz, 1991. 144p.
- FORTES, João Borges. *O brigadeiro José da Silva Paes e a fundação do Rio Grande*. 2 ed. Porto Alegre: ERUS, 1980. 151p.
- FRANCA, Dalvino Troccoli (Coord.). *A história do uso da água no Brasil*. Do descobrimento ao século XX. São Paulo: Gráfica e Editora Athalaia: Agência Nacional de Águas – ANA, 2007. 249p. Disponível em [www.historiadaagua.ana.gov.br](http://www.historiadaagua.ana.gov.br). Acesso em maio de 2008.
- FRANCESCO, Orlando Notaro; CIRIO, Jorge. *Centenário del Sistema de Abastecimento de Água de Montevideo*. Montevideo: Mosca Hnos S.A./Obras Sanitarias del Estado, 1971. 56p.
- FRANCO, Sérgio da Costa. *Porto Alegre: guia histórico*. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS, 1988. 441p.
- GARCIA, Sônia Tavares; LONER, Beatriz Ana. Relação de jornais existentes na Biblioteca Pública Pelotense. *História em Revista*, Pelotas, v.6, 133-164, dez.2000.
- GASPAR, Byron. *Fontes e chafarizes de São Paulo*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1970. 138p.
- GÉA, Lúcia Segala *O espaço da casa: arquitetura residencial da elite*. Porto Alegre (1893-1929). 1995. 233p. (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

- GÉA, Lúcia Segala. Arquitetura residencial da elite porto-alegrense (1893-1929). In: WEIMER, Günter (Org.). *Arquitetura: história, teoria e cultura*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2000, p.13-46.
- GIEDION, Sigfried. *Espaço, tempo e arquitetura: o desenvolvimento de uma nova tradição*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 949p. (Coleção a).
- GILL, Lorena Almeida. *O mal do século: tuberculose, tuberculosos e política de saúde em Pelotas/RS 1890-1930*. Pelotas: EDUCAT, 2007. 282p.
- GONÇALVES, Jymmy Carter. *A história e a memória da ponte do Império*. 2003. 62p. (Especialização em Patrimônio Cultural). Instituto de Letras e Artes, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- GOULD, Michael H. The development of all-metal water towers. *Industrial Archeology Review*, V.XXIII, n.2, 2001.
- GUERRAND, Roger-Henri. Espaços privados. In: PERROT, Michelle *et al.* (Dir.). *História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.325-411.
- GUÍA del patrimonio cultural de Buenos Aires: arquitectura industrial: edificios, conjuntos, equipamentos. 1 ed. Buenos Aires: Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, 2006. 144p.
- GUTIERREZ, Ester J. B. *Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: Ed. UFPel, 1993. 252p.
- GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya (Org.). *Marcucci, Zanotta e Casaretto constroem o sul do Novo Mundo*. Pelotas: s.ed., 2005. 197p.
- GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. Apresentação. Entre o Classicismo e o Romantismo, o Ecletismo. In: GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya (Org.). *Marcucci, Zanotta e Casaretto constroem o sul do Novo Mundo*. Pelotas: s.ed., 2005.
- GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. *Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas 1777-1888*. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária UFPel, 2004. 549p.
- GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya. Sítio Charqueador Pelotense. In: BOEIRA, Néelson; GOLIN, Tau (Coords.) *Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006, p.231-256 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul; 2).
- GUTIÉRREZ, Ramón. *Buenos Aires: obras monumentales*. Buenos Aires: Zurbaran Ediciones, 1997. 235p.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Caminhos e Fronteiras*. 26 ed. São Paulo: Editora Schwarcz, 1995. 220p.
- HOMEM, Maria Cecília Naclério. Mudanças espaciais na casa republicana. A higiene pública e outras novidades. *Pós*. São Paulo, n.3, p.5-18, jun.1993.
- HOMEM, Maria Cecília Naclério. O palacete do ecletismo: implantação. *Paisagem e Ambiente Ensaio*, n6, p. 31-44, dez. 1994.
- HOMEM, Maria Cecília Naclério. *O Palacete Paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira: 1867-1918*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO. Secretaria da Cultura do Rio Grande do Sul. *Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul*. Inventário das Estações: 1874-1959. Porto Alegre: Pallotti, 2002. 284p.
- INTENDÊNCIA MUNICIPAL PELOTAS. Secção de Águas e Esgotos. Relatório 1913. Pelotas: Off. Typ. do Diário Popular, 1914. 104p.
- IRURZUN, Laurence. Les grands hôtels. In: LOYER, François (Dir.). *Autour de l'Opéra*. Naissance de la ville moderne. Paris: Délégation a l'Action Artistique de la Ville de Paris, 1997, p.178-189.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação. *Patrimônio*. Revista eletrônica do IPHAN. Herança Industrial, n.4, mar./abr. 2006. Disponível em [www.revista.iphan.gov.br](http://www.revista.iphan.gov.br). Acesso em agosto de 2008.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação*. São Paulo: Ateliê Editorial: Fapesp: Secretaria da Cultura, 1998. 438p.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. La Preservación del Patrimonio Industrial en Brasil. *Arqueologia Industrial*, v.6, n.11, feb.2003.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. Questões teóricas relativas à preservação da arquitetura industrial. *Desígnio*, n.1, p.101-117, mar.2004.

- LABORDE, Marie Françoise. *Architecture industrielle de Paris & environs*. Paris: Parigramme, 1998. 191p.
- LEITE, Miriam Moreira (Org.). *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX*: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Brasília: Instituto Nacional do Livro: Fundação Nacional Pró-Memória, 1984. 223p. (Estudos Históricos; 4).
- LEMOS, Carlos A. C. *Alvenaria burguesa*. Breve história da arquitetura residencial de tijolos em São Paulo a partir do ciclo econômico liderado pelo café. 2 ed. rev. e ampl. São Paulo: Nobel, 1989.
- LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. Transformações do espaço habitacional ocorridas na arquitetura brasileira do século XIX. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, N. Ser., n.1, 1991, p.95-106.
- LEON, Zênia de. Os quatro chafarizes. *Diário da Manhã*, 24 de junho de 2003, p.08.
- LIMA, Olympio de Azevedo (Org.). *Dados estatísticos do Município de Porto Alegre*. Porto Alegre: Oficinas Graphics da "Livraria do Commercio", 1912. 82p.
- LONER, Beatriz Ana. Jornais pelotenses diários na República Velha. *Ecos Revista*. Pelotas, v.2, n.1, p. 05-34, abr.1998.
- LOPES NETO, João Simões. *História de Pelotas e de outros dois municípios da Zona Sul*: São Lourenço e Canguçu. Pelotas: Armazém Literário, 1994.
- MAESTRI, Mário. *O sobrado e o cativo*: a arquitetura urbana erudita no Brasil escravista: o caso gaúcho. Passo Fundo: UPF, 2001. 248p. (Coleção Malungo; 1).
- MAGALHÃES, Mário Osório. *História e Tradições de Pelotas*. 2. ed. Caxias do Sul: Escola Superior de São Lourenço de Brindes, 1981. 70p.
- MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Sul*. Um estudo sobre a história de Pelotas. Pelotas: Ed. UFPel, 1993. 312p.
- MAGALHÃES, Mário Osório. *Os passeios da cidade antiga*. Guia histórico das ruas de Pelotas. 2 ed. rev. Pelotas: Armazém Literário, 2000. 102p.
- MAGALHÃES, Mário Osório. *Pelotas: toda a prosa*. Primeiro Volume (1809-1871). Pelotas: Editora Armazém Literário, 2000. 185p.
- MAGALHÃES, Mário Osório. *Pelotas: toda a prosa*. Segundo volume (1874-1925). Pelotas: Editora Armazém Literário, 2002. 122p.
- MAGALHÃES, Néelson Nobre. *Pelotas Memória*. Pelotas: s.ed., 1989. Fascículo II. 24p.
- MAGALHÃES, Néelson Nobre. *Pelotas Memória*. Pelotas: s.ed., 1989. Fascículo III. 24p.
- MAGALHÃES, Néelson Nobre. *Pelotas Memória*. Pelotas: s.ed., 1990. Fascículo VI. 24p.
- MARINS, Paulo César Garcez. *Através da rótula*: sociedade e arquitetura no Brasil, séculos XVII a XX. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001. 321p. (Série Teses).
- MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.); NOVAIS, Fernando A (Coord.). *República*: da Belle Épóque a era do rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.131-214 (História da vida privada no Brasil; 3).
- MARQUES, Eduardo César. Da higiene à construção da cidade: o Estado e o saneamento no Rio de Janeiro. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.II, n.2, p.51-67, jul./oct.1995.
- MARTINS, Ana Luiza. Aspectos econômicos da presença britânica no Brasil. In: CENTRO BRITÂNICO BRASILEIRO. *Britânicos no Brasil*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Cultura Inglesa de São Paulo, 2001.
- MARX, Murillo. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Nobel: Editora da Universidade de São Paulo, 1991. 144p. (Coleção cidade aberta).
- MENEGAT, Rualdo (Coord.). *Atlas ambiental de Porto Alegre*. 3 ed. ver. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2006. 256p.
- MICHELON, Francisca Ferreira. *Cidade de papel*: a modernidade nas fotografias impressas de Pelotas (1913-1930). Porto Alegre, 2001. 547 f. Tese (Doutorado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- MICHELON, Francisca Ferreira; SANTO, Anaizi Cruz Espírito (Orgs.). *Catálogo fotográfico – século XIX – 1930 – Imagens da cidade*: acervo do Museu Histórico da Biblioteca Pública Pelotense. Pelotas: Editora Universitária/UFPel: FAPERGS, 2000. 200p.

- MICHELON, Francisca Ferreira; SCHWONKE, Raquel Santos (Orgs.). *A cidade em imagens: catálogo de fotografias impressas 1913/1930*. Pelotas: Ed. e Gráfica da UFPel, 2005. 283p.
- MIDANT, J.-P. Les lieux de spectacle. In: LOYER, François (Dir.). *Autour de l'Opéra*. Naissance de la ville moderne. Paris: Délégation à l'Action Artistique de la Ville de Paris, 1997, p.168-177.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. 4 ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994. 251p.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE. Instituto Nacional do Livro. *Projetos e relatórios. Saneamento de Pelotas, Teófilo Otoni e Poços de Caldas. Obras completas de Saturnino de Brito*. Volume XIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.
- MONASTERIO, Leonardo M.; ZELL, Davi Coswig. Uma estimativa de renda *per capita* municipal na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul em 1872. Disponível em [www.ich.ufpel.edu.br/economia/arquivos/monasteriozell2004.pdf](http://www.ich.ufpel.edu.br/economia/arquivos/monasteriozell2004.pdf). Acesso em 28 de novembro de 2007.
- MONTONE, Annelise Costa; OLIVEIRA, Wagner Costa. *A outra face do progresso. A paralisação dos aguadeiros em 1877*. 2000. (Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo 5, Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- MOREIRA, Ângelo Pires. *Pelotas na tarca do tempo*. Pelotas: s. ed., 1989. 3 v. V. 2: Município até eclodir a Revolução Farroupilha. 258p.
- MOREIRA, Ângelo Pires. *Pelotas na tarca do tempo*. Pelotas: s. ed. 1988. 3 v. V. 1: Primeiros tempos e freguesia.
- MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de. *Habitação Popular em Pelotas (1880-1950): entre políticas públicas e investimentos privados*. 2006. 249p. (Doutorado em História do Brasil). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de. *Protomodernismo em Pelotas*. Pelotas: Editora Universitária/ UFPel, 2005. 201p.
- MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de; SCHLEE, Andrey Rosenthal (Orgs.) *100 imagens da arquitetura pelotense*. Pelotas: Pallotti, 1998. 240p.
- MULHALL, Michael George. *O Rio Grande do Sul e suas colônias alemãs*. Porto Alegre: Bels, 1974. 175 p. (Série Biênio da Colonização e Imigração).
- MUNFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 741p.
- MUNICÍPIO DE PELOTAS. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1913 pelo Intendente Engenheiro Cypriano Corrêa Barcellos*. Pelotas: s.ed., 1913.
- NASCIMENTO, Heloísa Assumpção. *Edificação neo-renascentista em Pelotas no século XIX: a Santa Casa de Misericórdia*. 1975. 30p. (Tese de Livre-docência). Instituto de Letras e Artes, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- NORBERG-SCHULZ, Christiam. *Arquitetura ocidental*. 3 ed. Barcelona: GG, 1999.
- NOVO Código de Posturas do Município do Rio Grande. Decreto n. 29 de 14 de Julho de 1903 promulgado pelo Capitão Carlos Augusto Ferreira de Assumpção Vice-intendente em exercício. Rio Grande: Typ. do Diário do Rio Grande, 1903. 40p.
- OBA, Leonardo Tassiaki. *Os marcos urbanos e a construção da cidade: a identidade de Curitiba*. 1999. 327p. (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- OLIVEIRA, Leni Dittgen. *O início do fim da Ferro Carril e Cais de Pelotas: o caso dos bondes na noite de 14 de dezembro de 1914*. Pelotas: Editora da UFPel, 1998. 74p.
- OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira. Em casas térreas com alcovas. Formas de morar entre os setores médios em São Paulo, 1875 e 1900. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, N. Ser., v.8/9, p.55-76 (2000-2001). Editado em 2003.
- OSÓRIO, Fernando Luis. *A cidade de Pelotas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Globo, 1962. 237p. (Coleção Província; 20).
- OSÓRIO, Fernando Luis. *A cidade de Pelotas: corpo, coração e razão*. Pelotas: Diário Popular, 1922. 235p.

- OSÓRIO, Fernando. *A cidade de Pelotas*. Volume 1. 3 ed. rev. Organização e notas de Mário Osório Magalhães. Pelotas: Editora Armazém Literário, 1997. 262p.
- PARADEDADA, Florentino (Dir.e Prop.). *Almanach de Pelotas*. 1930
- PARADEDADA, Florentino. *Almanach de Pelotas*. 1920.
- PARADEDADA, Florentino. *Almanach de Pelotas*. 1921.
- PARADEDADA, Florentino. *Almanach de Pelotas*. 1922.
- PARADEDADA, Florentino. *Almanach de Pelotas*. 1929.
- PARADEDADA, Florentino. *Almanach de Pelotas*. Lith Guarany, 1923.
- PARADEDADA, Florentino. *Almanach de Pelotas*. Lith. Guarany, 1924.
- PARADEDADA, Florentino. *Almanach de Pelotas*. Lith. Livraria do Globo, 1927.
- PARADEDADA, Florentino. *Almanach de Pelotas*. Pelotas: Lith. Guarany, 1926.
- PARADEDADA, Florentino. *Almanaque de Pelotas*. 1934.
- PATETTA, Luciano. Considerações sobre o ecletismo na Europa. In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel, 1987, p.08-27.
- PATETTA, Luciano. *L'architettura dell'eclettismo*. Fonti, teorie, modelli. 1750-1900. Milão: Città Studi, 1991. 410p.
- PATETTA, Luciano. Los revivals em arquitectura. ARGAN, Giulio Carlo *et al.* *El pasado en el presente*. El revival em las artes plasticas, la arquitectura, el cine y el teatro. Barcelona: GG, 1977, p.129-163.
- PERROT, Michelle. Maneiras de morar. In: PERROT, Michelle *et al.* (Dir.). *História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.306-323.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. 7 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994. 142p. (Série Revisão, 1).
- PIMENTEL, Fortunato *Aspectos gerais de Porto Alegre*. Volume 1. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1945. 464p.
- PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos gerais de Pelotas*. Porto Alegre: Typographia Gundlach, 1940. 165p.
- PINCHON, Jean-François. Les sièges des banques de dépôts. LOYER, François (Dir.). *Autour de l'Opéra*. Naissance de la ville moderne. Paris: Délégation a l'Action Artistique de la Ville de Paris, 1997, p.244-252.
- PINON, Pierre. *Atlas du Paris haussmannien: la ville en héritage du Second Empire à nos jours*. Paris: Parigramme, 2002. 209p.
- POLIDORI, Maurício Couto; FARIA, Ana Paula de; CALDERÓN, Papola Casaretto (Coords.). *Digitalização de Plantas do acervo da Prefeitura Municipal de Pelotas*. Pelotas: UFPel, s.d. DVD-ROM.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. *Uma cidade em questão I: Grandjean de Montigny e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: PUCRJ, 1979. 274 p.
- PORTO ALEGRE. Prefeitura Municipal. Departamento Municipal de Águas e Esgotos. *Histórico dos sistemas de água e esgotos da cidade de Porto Alegre: 1779 a 1981*. Porto Alegre: DMAE, 1981. 79 p.
- QUEIROZ, Maria Luiza Bertolini. *A Vila de Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. Rio Grande: FURG, 1987.191p.
- RECORDS of Hanna, Donald & Wilson, shipbuilders and engineers, Paisley, Renfrewshire, Scotland. Disponível em: [www.cheshire.cent.gla.ac.uk](http://www.cheshire.cent.gla.ac.uk). Acesso em 11 de agosto de 2008.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da Arquitetura no Brasil*. 6 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987. 216p.
- REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p.95-141 (História da vida privada no Brasil; 2).
- REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001. 411p. (Uspiana, Brasil 500 anos).
- RIO GRANDE DO SUL. Fundação Theatro São Pedro. *Theatro São Pedro*. Álbum Ilustrado Comemorativo de sua reinauguração. 1858-1984. Porto Alegre: Editora Gráfica Metrópole, 1984. 131p.

- RODRIGUES, José Wasth. *Documentário arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil*. 5 ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. 328p.
- ROSA, Mário. *Geografia de Pelotas*. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 1985. 333p.
- RYBCZYNSKI, Witold. *Casa: pequena história de uma idéia*. 3 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002. 261p.
- SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1987. 496p. (Estante Rio-Grandense União de Seguros – ERUS).
- SALGUEIRO, Heliana Angotti. Apresentação. In: LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001, p.11-29.
- SALGUEIRO, Heliana Angotti. O ecletismo em Minas Gerais: Belo Horizonte 1894-1930. In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel, 1987, p.104-145.
- SAMPAIO, Consuelo Novais. *50 anos de urbanização: Salvador da Bahia no século XIX*. Rio de Janeiro: Versal, 2005. 294p.
- SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007. 318p.
- SANTOS, Carlos Alberto Ávila. *Espelhos, máscaras, vitrines: estudo iconológico de fachadas arquitetônicas - Pelotas, 1870 -1930*. Pelotas: EDUCAT, 2002. 143p.
- SANTOS, Noronha. Fontes e chafarizes do Rio de Janeiro. *Arquitetura Oficial II*. São Paulo: FAUUSP/MEC-IPHAN, 1978, p.7-110 (Textos escolhidos da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 5)<sup>1001</sup>.
- SCHLACHET, Frédéric. Les immeubles commerciaux. In: LOYER, François (Dir.). *Autour de l'Opéra. Naissance de la ville moderne*. Paris: Délégation a l'Action Artistique de la Ville de Paris, 1997, p.217-226.
- SCHLEE, Andrey Rosenthal. *A arquitetura das charqueadas desaparecidas*. 1999. 250p. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SCHLEE, Andrey Rosenthal. *O ecletismo na arquitetura pelotense até as décadas de 30 e 40*. 1994. 215p. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- SCHORSLE, Carl. *Viena fin-de-siècle; política e cultura*. Campinas: Unicamp: Companhia das Letras, 1989. 373p.
- SEGAWA, Hugo. Alamedas e passeios na América Colonial. In: Seminário da História da Cidade e do Urbanismo, VIII, 2004. *Anais do...* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004.
- SENNETT, Richard. *Carne e pedra*. O corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record, 1997. 362p.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 447p.
- SILVA, Geraldo Gomes da. *Arquitetura do ferro no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1986. 248p.
- SILVA, João Luiz Maximo. Transformações no espaço doméstico – o fogão a gás e a cozinha paulistana, 1870-1930. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, N. Ser., v.15, n.2 p.197-220, jul./dez.2007.
- SILVA, Sérgio Roberto da; SABALLA, Viviane Adriana. *Pelotas: a arte imortalizada*. Pelotas: Ed. Universitária UFPel, 1998. 80p.
- SILVEIRA, Aline Montagna da; SOUTO, Ana Paula da Gama. Evolução das obras da praça do mercado da cidade de Pelotas. GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya (Org.). *Pelotas Século XIX*. Cadernos e folhas de arquitetura e urbanismo. Pelotas: Ed. UFPel, 1994.
- SILVEIRA, Aline Montagna *et al.* A arquitetura do ecletismo e as transformações dos mercados públicos de Curitiba, Porto Alegre e Pelotas. In: REGO, Renato Leão *et al.* (Edit.). 3º Ciclo de Estudos em Arquitetura e Urbanismo: habitar. *Anais do...* Maringá: UEM/DAU, 2006.

<sup>1001</sup> Publicado originalmente em 1946, no Rio de Janeiro, na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional n° 10.



- SIMPÓSIO COMEMORATIVO DO BICENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO DO RIO GRANDE (1776-1976). *Anais*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1979. 4 volumes.
- SIQUEIRA, Antônio de. *Captação d'agua nos terrenos de areia (dunas) da cidade do Rio Grande para o seu abastecimento*. Porto Alegre: Globo, 1928. 94p.
- SMITH, Herbert H. *Do Rio de Janeiro a Cuiabá: notas de um naturalista*. São Paulo: Melhoramentos, 1922. 372p.
- SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. "Burgueses inmigrantes" y desarrollo urbano en el extremo sur de Brasil. *Scripta Nova*. Barcelona, v.5, n.94, ago.2001.
- SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. La difusión del higienismo en Brasil y el saneamiento de Pelotas (1880-1930). *Scripta Nova*. Barcelona, v.4, n.69, ago.2000.
- SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Modernidade Urbana e Dominação da Natureza: o saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XX. *História em Revista*, Pelotas, v.7, dez.2001.
- SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. La construcción social de la forma urbana: la ciudad de Pelotas (Brasil) en la transición de los siglos XIX y XX. *Scripta Nova*. Barcelona, v.X, n.218, ago.2006.
- SOARES, Paulo Roberto. A cidade meridional do Rio Grande do Sul: cidade pampeana ou brasileira? In: GILL, Lorena Almeida; LONER, Beatriz Ana; MAGALHÃES, Mário Osório (Orgs.). *Horizontes urbanos*. Pelotas: Armazém Literário, 2004, p.118-138.
- SORIANO, Hugo. Les grands magasins du Printemps. LOYER, François (Dir.). *Autour de l'Opéra*. Naissance de la ville moderne. Paris: Délégation a l'Action Artistique de la Ville de Paris, 1997, p.227-243;
- SOUKEF JUNIOR, Antônio. *A ferrovia e a cidade: a experiência de Bauru*. 2005. 303p. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SOUTO, Ana Paula da Gama. *Um restauro sobre a cidade*. O porto fabril de Pelotas e o ecletismo. 2000. 254p. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- SOUZA, Célia Ferraz de; SILVEIRA, Fábio Dikesch da. A contribuição dos engenheiros ao urbanismo de Porto Alegre no início do século. In: Seminário da História da Cidade e do Urbanismo, VIII, 2004. *Anais do...* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004
- SPALDING, Walter. *Pequena história de Pôrto Alegre*. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1967. 322p.
- SUTIL, Marcelo Saldanha. Ecletismo e modernidade. A cidade de Curitiba e o morar no início do século. *Revista da Academia Paranaense de Letras*. Curitiba, n.64, p.115-128, 2000.
- SUTIL, Marcelo Saldanha. O espaço interno. FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA. *O eclético na arquitetura de Curitiba*. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1999. 24p. Catálogo da exposição.
- SUTIL, Marcelo Saldanha; MARCHETTE, Tatiana Dantas. *A liberdade é eclética*. Curitiba: [s.ed.], 1997. 28p. (Catálogo da exposição realizada pelo Museu da Imagem e do Som, no XV Congresso Brasileiro de Arquitetos)
- THAME, Antônio Carlos de Mendes (Org.). *Museu da Água: 'Francisco Salgot Castillon'*. Embu: IQUAL Editora, 2006. 178p.
- THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE. Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial. Disponível em [www.mnactec.cat/ticcih/industrial\\_heritage.htm](http://www.mnactec.cat/ticcih/industrial_heritage.htm). Acesso em agosto de 2008.
- TORRE do Mercado em fase de recuperação. *Diário Popular*, Caderno Cidade, 24/10/2001. Disponível em [www.diariopopular.com.br/24\\_10\\_01/index.html](http://www.diariopopular.com.br/24_10_01/index.html). Acesso em 10 de maio de 2006
- UEDA, Vanda. A elite pelotense no processo de implantação da Companhia Telephonica "Melhoramento e Resistência" (CTMR). *Revista GeoNotas*. Maringá, v.4, n.2, abr./maio/jun.2000.
- UEDA, Vanda. La instalación del teléfono en Pelotas, Brasil. *Scripta Nova*. Barcelona, n.45, ago.1999.

- UEDA, Vanda. Modernización y la difusión de la telefonía em las ciudades de Porto Alegre y Pelotas (1882-1908). *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v.XXVII, n.1, p.159-172, jun.2001.
- VAINFAS, Ronaldo (Dir.). *Dicionário do Brasil Imperial: 1822-1889*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. 749 p.
- VAZ, Lilian Fessler. *Modernidade e moradia - habitação coletiva no Rio de Janeiro séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002. 180p.
- VERÍSSIMO, Érico. *Olhai os lírios do campo*. 4 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 286p.
- WEIMER, Günter *Arquitetura Erudita da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul*. 1990. 500p. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- WEIMER, Günter. *A arquitetura*. 3 ed. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1999. 168p. (Síntese rio-grandense 12-13).
- WEIMER, Günter. A arquitetura. In: BOEIRA, Néilson; GOLIN, Tau (Coords.) *Império*. Passo Fundo: Méritos, 2006, p.373-393 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul; 2).
- WEIMER, Günter. A fase historicista da arquitetura no Rio Grande do Sul. In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel, 1987, p.256-279.
- WEIMER, Günter. *Arquitetos e construtores no Rio Grande do Sul 1892-1945*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2004. 207p.
- WEIMER, Günter. *Arquitetos e construtores rio-grandenses na colônia e no império*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2006. 216p.
- WEIMER, Günter. Estruturas sociais gaúchas e arquitetura. In: WEIMER, Günter (Org.). *A arquitetura no Rio Grande do Sul*. 2 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p.155-189.
- WEIMER, Günter. Relações arquitetônicas entre o Rio Grande do Sul e o Prata. 6º ENCONTRO DE TEORIA E HISTÓRIA DA ARQUITETURA DO RIO GRANDE DO SUL. *As relações arquitetônicas do Rio Grande do Sul com os países do Prata*. Santiago: URI, 2001, p.13-34.
- WICKHBOLDT, Rovani Schuch. *A implantação do sistema de água encanada e a construção da caixa d'água da Praça Piratinino de Almeida em Pelotas (1871-1875)*. 2000. (Graduação em História). Curso de Licenciatura Plena em História, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.
- YUNES, Gilberto Sarkis. *Cidades reticuladas: a persistência do modelo na formação urbana do Rio Grande do Sul*. 1995. 158p. (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

## FONTES

### A) MANUSCRITAS

- Biblioteca Pública Pelotense (BPP). Arquivo Histórico. Pelotas - RS.
- BPP. Livro 014. Atas da Câmara Municipal de Pelotas.
- BPP. Livro 016. Atas da Câmara Municipal de Pelotas.
- BPP. Museu 005. Atas da Câmara Municipal da Vila de São Francisco de Paula (1832-33).
- ORDEM para intimação da Companhia Hydraulica Pelotense expedida por Theodoro [ilegível] para a Camara Municipal de Pelotas.
- Center for Research Libraries (CRL). Brazilian Government Document Digitalization Project.
- V.1053. FALLA do Presidente da Província Caetano Maria Lopes Gama, em 1º de dezembro de 1830.
- V.872. RELATÓRIO do presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul Antônio Rodrigues Fernandes Braga, em 20 de abril de 1835.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS). Porto Alegre – RS.

BASES para um contrato de fornecimento d'água potável para o consumo da cidade de Rio Grande, utilizando para este efeito as águas pluviais que se depositam nos interstícios da areia do solo [ilegível] propostas pela Direção de Obras Públicas. Porto Alegre, 22 de janeiro de 1870.

CORRESPONDÊNCIA encaminhada pela Comissão Comércio, Indústria etc. à Presidência da Província, em 07 de julho de 1869.

CORRESPONDÊNCIA encaminhada pelos membros da Diretoria da Companhia Hidráulica Pelotense, ao Presidente da Província Jerônimo M. Figueira de Mello. Pelotas, 19 de janeiro de 1872.

CORRESPONDÊNCIA encaminhada por Ângelo Cassapi ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Joaquim Antão Fernandes Leão. Porto Alegre, 20 de julho de 1859.

CORRESPONDÊNCIA encaminhada por Domingos Rodrigues Cordeiro ao Presidente da Província, Dr. João Sertório. Pelotas, 03 de março de 1870.

CORRESPONDÊNCIA encaminhada por Domingos Rodrigues Cordeiro, empreiteiro da Companhia Ferro Carril e Cais de Pelotas, a José Fernandes da Costa Pereira, Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, em 07 de outubro de 1872.

CORRESPONDÊNCIA encaminhada por João Frick, procurador de H. C. Durão, ao Presidente da Província Jerônimo M. Figueira de Mello. Pelotas, 07 de fevereiro de 1872.

CORRESPONDÊNCIA enviada pela Diretoria da Companhia Hidráulica Pelotense ao Presidente da Província João Pedro Carvalho de Moraes, com relação do material necessário às obras em anexo. Pelotas, 13 de julho de 1874.

CORRESPONDÊNCIA enviada pela Diretoria da Companhia Hidráulica Rio Grandense ao Presidente da Província João Pedro Carvalho de Moraes, com relação do material necessário às obras em anexo. Rio Grande, 09 de julho de 1874.

DESPACHO de 1º de agosto de 1859 sobre a solicitação de empréstimo de Ângelo Cassapi.

EXTRATO do ofício da Presidência nº 411, de 19 de agosto de 1869, assinado pelo Oficial maior Eduardo Alves Ribeiro.

INDICAÇÕES que acompanham as plantas das Empresas Hidráulicas do Rio Grande e Pelotas apresentadas pelos concessionários H. C. Durão e João Frick. Rio Grande do Sul, 09 de dezembro de 1871.

OFÍCIO encaminhado pelos concessionários das Empresas Hidráulicas de Rio Grande e Pelotas ao Presidente da Província, Jerônimo M. Figueira de Mello, em 07 de fevereiro de 1872.

PARECER encaminhado pelo Diretor da Repartição de Obras Públicas Francisco Vellozo sobre as propostas apresentadas para o fornecimento de água potável aos habitantes da cidade de Rio Grande. Porto Alegre, 22 de janeiro de 1870.

PARECER encaminhado pelo Diretor da Repartição de Obras Públicas ao Presidente da Província, Jerônimo Martiniano Figueira de Mello, em 02 de janeiro de 1872.

PLANTA da praça Domingos Rodrigues.

PROPOSTA apresentada por Domingos R. Cordeiro e John Storry aos Membros da Câmara de Deputados Provinciais. Rio Grande, 1º de julho de 1869.

PROPOSTA para o abastecimento de água potável à cidade de Pelotas, apresentada por Domingos R. Cordeiro ao Diretor Geral da Fazenda Provincial, em 1º de dezembro de 1869.

TRANSCRIÇÃO da correspondência encaminhada por Ângelo Cassapi ao Presidente da Província do Rio Grande do Sul, solicitando a liberação de empréstimo para as obras do poço artesiano de Rio Grande. Porto Alegre, 21 de julho de 1859.

## B) IMPRESSAS

Biblioteca Central Irmão José Otão. Setor de Obras Raras e Coleção Júlio Petersen. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre – RS.

AHRONS, Guilherme. *Ao público desta cidade. Os exgotos*. Pelotas: Typ. Livraria Americana, 1891. 16p.

- ARAUTO. Periódico Letterario, noticioso e humorístico. Pelotas, 13 de dezembro de 1903. Número 50. Anno XVII, p.02.
- ARAUTO. Periódico Letterario, noticioso e humorístico. Pelotas, 20 de dezembro de 1903. Número 51. Anno XVII, p.01.
- BARRETO, Abeillard. *Bibliografia sul-riograndense: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul*. Volume 1. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1976. 732p.
- BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes*. Volume 1: Imaginário do novo mundo. São Paulo: Odebrecht, 1994. 156p.
- BUCCELLI, Vittorio. *Un viaggio a Rio Grande del Sud*. [Milano]: L.F. Pallestrini e C., 1906. 394p.
- CASTRO, Euclides Franco de. *Princeza do Sul*. Apontamentos histórico, reminiscênico, comemorativo, estatístico de Pelotas. Ano 4, Número 3, junho de 1947.
- CASTRO, Euclides Franco de. *Princeza do Sul*. Apontamentos histórico reminiscênico, comemorativo, estatístico de Pelotas. Ano I, Fascículo I, 1º de setembro de 1944.
- DREYS, Nicolau. *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul*. Rio Grande: Edição da Biblioteca Rio-Grandense, 1927. 204p.
- FERREZ, Marc. *O álbum da Avenida Central: um documento fotográfico da construção da Avenida Rio Branco*, Rio de Janeiro, 1903-1906. São Paulo: Ex Libris, 1983. 241p.
- ILLUSTRAÇÃO Pelotense, nº 13, anno II, 1920.
- LEONINO, Arthur. *Impressões de viagem*. O Rio Grande do Sul tal qual é. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1881. 52p.
- MONTE DOMEQ & CIA. *O Estado do Rio Grande do Sul*. Barcelona: Thomas, 1916. 584p.
- MUNICÍPIO DE PELOTAS. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1911 pelo intendente engenheiro José Barboza Gonçalves*. Pelotas: Off. do Diário Popular, 1911.
- PIMENTEL, Fortunato. *Aspectos gerais do município de Rio Grande*. Porto Alegre: Imprensa Oficial, 1944. 547p.
- RELATÓRIO da Directoria da Companhia Hydraulica Porto Alegre do semestre de janeiro a junho de 1879. Porto Alegre: Typographia da Deutsche Zeitung, 1879.
- RELATÓRIO da Directoria da Companhia Hydraulica Porto Alegre do semestre de julho a dezembro de 1879. Porto Alegre: Typographia da Deutsche Zeitung, 1880.
- RELATÓRIO da Directoria da Companhia Hydraulica Porto Alegre em 31 de janeiro de 1877. Porto Alegre: Typographia do Deutsche Zeitung.
- RELATÓRIO da Directoria da Companhia Hydraulica Porto Alegre em 31 de julho de 1877. Porto Alegre: Typographia do Deutsche Zeitung, 1877.
- RELATÓRIO da Directoria da Companhia Hydraulica Porto Alegre em 07 de março de 1878. Porto Alegre: Typographia do Deutsche Zeitung, 1878.
- RELATÓRIO da Directoria da Companhia Hydraulica Porto Alegre em 16 de julho de 1878. Porto Alegre: Typographia do Deutsche Zeitung, 1878.
- RELATÓRIO da Directoria da Companhia Hydraulica Porto-Alegrense do semestre de julho a dezembro de 1878. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1879.
- RELATÓRIO da Directoria da Companhia Hydraulica Porto-Alegrense do semestre de janeiro a junho de 1880. Porto Alegre: Typographia do Deutsche Zeitung, 1880.
- RELATÓRIO da Directoria da Companhia Hydraulica Porto-Alegrense do semestre de janeiro a junho de 1881. Porto Alegre: Typographia da Deutsche Zeitung, 1881.
- RELATÓRIO da Directoria da Companhia Hydraulica Porto-Alegrense do semestre de julho a dezembro de 1881. Porto Alegre: Typographia de Gundlach & Comp., 1882.
- RELATÓRIO da Directoria da Companhia Hydraulica Porto-Alegrense do semestre de janeiro a junho de 1882. Porto Alegre: Typographia da Deutsche Zeitung, 1882.
- RELATÓRIO da Directoria da Companhia Hydraulica Porto-Alegrense do semestre de janeiro a junho de 1883. Porto Alegre: Typographia da Deutsche Zeitung, 1883.
- RELATÓRIO da Directoria da Companhia Hydraulica Porto-Alegrense do anno decorrido de julho de 1883 a junho de 1884. Porto Alegre: Typographia da Deutsche Zeitung, 1884.
- ZÉ DA HORA. Revista Litterária, artística e humorística. Pelotas, 23 de junho de 1906.
- ZÉ DA HORA. Revista Litterária, artística e humorística. Pelotas, 24 de março de 1906.

Biblioteca Mário de Andrade (BMA). Setor de Obras Raras e Especiais. São Paulo - SP.

PINHO, A. Augusto de. *Uma viagem ao sul do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. de F. A. de Souza, 1872. 91p.

Biblioteca Nacional (BN). Setor de Cartografia. Rio de Janeiro – RJ.

ARC.005.07.003. Planta do Rio de São Gonçalo na província do Rio Grande do Sul levantada e construída pelo Segundo Tenente da Armada N. e I. Pedro Garcia da Cunha 1835. [Rio de Janeiro]: Lith. do Archivo Militar, 1836.

ARC.3.9.11. Planta geral da estrada de ferro de Rio Grande ao entroncamento na linha de Porto Alegre a Uruguaiana pelos estudos mandados executar por H. C. Durão sob a direção dos engenheiros A. Primrose e Carlos Alberto Morsing e do chefe de escritório João Frick. Lith. A Vapor de Ângelo & Robin, 1876.

Biblioteca Nacional (BN). Setor de Obras Raras. Rio de Janeiro – RJ.

93.2.13. CASSAPI, Ângelo. *Breves Memórias sobre os poços arteziano do Rio Grande e Pelotas do Carvão Fossil na Província de São Pedro do Sul*. Rio Grande: Typ. do Echo do Sul, 1866. 48p. (Coleção Tereza Cristina Maria).

Biblioteca Pública do Estado (BPE). Sala Guilhermino César. Documentação do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS.

ANNAES da Assembleia Legislativa da Província de S. Pedro do Sul. Décima Terceira Legislatura. Sessão de 1869. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1869.

COSTA, Alfredo da (Org.). *O Rio Grande do Sul* (completo estudo sobre o Estado). Obra histórica, descritiva e ilustrada. Volume I. Porto Alegre: Oficinas Graphicas da Livraria do Globo/Barcellos, Bertaso & Cia., 1922. 502p.

FRANCO, Álvaro *et al.* (Orgs.). *Pôrto Alegre: biografia de uma cidade. Monumento do passado, documento do presente, guia do futuro*. Porto Alegre: Editora Tipografia do Centro S.A., 1959. 663p.

PORTO Alegre antigo. Porto Alegre: Rede Brasil Sul, 1981. 117p. (Série Raízes Gaúchas; 2).

SILVA, Morency do Couto e; PIRES, Arthur Porto; SCHIDROWITZ, Léo Jerônimo (Orgs.). *Rio Grande do Sul: imagem da terra gaúcha: a obra documentária do estado sulino, fronteira extrema do Brasil*. Porto Alegre: Cosmos, 1942. 655p.

Biblioteca Pública Pelotense (BPP). Arquivo Histórico. Pelotas - RS

Acervo fotográfico da Biblioteca Pública Pelotense.

AP-030p. JORNAL DE PELOTAS, 04 de abril de 1862.

AP-031p. O NOTICIADOR, 09 de novembro de 1861, p.02.

AP-148e. FERREIRA & C. *Almanach de Pelotas*. Pelotas: Offic. Typ. do Diário Popular, 1914.

AP-187e. ALMANAQUE de Pelotas. 1935.

AP-209e. LOPES NETO, J. Simões. *Revista do 1º Centenário de Pelotas*. Pelotas, nº 7/8, abr./maio 1912.

BOLETIM apresentado à Intendência Municipal da Cidade de Pelotas em sessão de 12 de maio de 1891 por Euclides B. de Moura Diretor da Repartição de Estatística da mesma Intendência. Pelotas: Impressão a Vapor da Livraria Universal, 1891.

BPP. CAMP 012. FALA do Vereador Bernardo José de Souza à Câmara Municipal de Pelotas, 13 de julho de 1877.

BPP. ms. CAMP. 012. CORRESPONDÊNCIA da Secretaria de Governo em Porto Alegre à Câmara Municipal de Pelotas, 12 de dezembro de 1873.

BPP. ms. CAMP. 012. CORRESPONDÊNCIA de Hygino Corrêa Durão ao Presidente e mais membros da Companhia Hydraulica Pelotense, 10 de março de 1873.

BPP. ms. CAMP. 012. CORRESPONDÊNCIA do gerente da Companhia Ferro-Carril de Pelotas à Câmara Municipal de Pelotas, 12 de dezembro de 1873.

- BPP. ms. CAMP. 012. CORRESPONDÊNCIA encaminhada pela diretoria da Companhia Hydraulica Pelotense à Câmara Municipal de Pelotas, 31 de dezembro de 1875.
- BPP. ms. CAMP. 012. CORRESPONDÊNCIA encaminhada pela diretoria da Companhia Hydraulica Pelotense à Câmara Municipal de Pelotas, 3 de outubro de 1874.
- BPP. ms. CAMP. 012. CORRESPONDÊNCIA encaminhada pela diretoria da Companhia Hydraulica Pelotense à Câmara Municipal de Pelotas, 29 de novembro de 1875.
- BPP. ms. CAMP. 012. CORRESPONDÊNCIA encaminhada pelo Delegado de Polícia Marcelino Antonio dos Santos à Câmara Municipal de Pelotas, 21 de janeiro de 1877.
- BPP. ms. V. 634. CORRESPONDÊNCIA da Secretaria de Governo, em Porto Alegre, Artur Teixeira de Macedo, à Câmara Municipal de Pelotas, 10 de setembro de 1873.
- CDOV-A. EIC-001. COMPANHIA HYDRAULICA GUAHYBENSE. *Estatutos*. Decreto autorizando a Companhia a funcionar. Contracto celebrado entre a Câmara Municipal e o engenheiro civil José Estácio de Lima Brandão. Aditivo da lei provincial que aprovou e modificou o contracto. Relação alfabética dos accionistas fundadores. Porto Alegre: Oficinas Typographicas da Federação, 1877.
- ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Estatística Demographo-Sanitária do Município de Pelotas correspondente ao anno de 1905. Organizada pelo dr. José Calero Delegado de Higiene. Pelotas: Officina Typographica da Livraria Pelotense, 1906.
- ESTATÍSTICA do Município de Pelotas organizada e publicada pela Intendência Municipal. Pelotas: Livraria Commercial Souza, Lima e Meira, 1897.
- ESTATUTOS da Companhia da Desobstrução da Foz do Rio São Gonçalo. Estabelecida na cidade de Pelotas por Lei Provincial n. 649 de 9 de dezembro de 1867. Pelotas: Typographia do Diário Popular, 1870.
- MORAIS, Henrique Carlos de. Estudos. Caixa d'água de Pelotas. Pelotas, agosto de 1965.
- MORAIS, Henrique Carlos de. Estudos. Caixa d'água de Pelotas. Pelotas, 05 de abril de 1970.
- MUNICÍPIO DE PELOTAS. *Código de Construções e Reconstruções*. Pelotas: Oficinas Typographicas da Fábrica Guarany, 1920.
- MUNICÍPIO DE PELOTAS. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1924 pelo intendente Dr. Pedro Luís Osório. Pelotas: Off. Typ. da Livraria do Globo, 1925.
- MUNICÍPIO DE PELOTAS. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1909 pelo intendente engenheiro José Barboza Gonçalves. Pelotas, 1909.
- MUNICÍPIO DE PELOTAS. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1912 pelo intendente engenheiro Cypriano Corrêa Barcellos*. Pelotas, 1913.
- MUNICÍPIO DE PELOTAS. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1916 pelo Intendente Engenheiro Cypriano Corrêa Barcellos. Pelotas, 1916.
- TERMO de Contracto, celebrado com Hygino Corrêa Durão para o encanamento de água potável na cidade de Pelotas, aprovado pelo Offício nº 949, de dez de maio de 1871.
- V.261. PROJECTO de novo abastecimento d'água à cidade de Pelotas por Alfredo Lisboa engenheiro civil. Pelotas. Estado do Rio Grande do Sul: Impressão a vapor da Livraria Universal de Echenique Irmãos e Cia., 1900.
- V.275. PELOTAS. Termo de contrato celebrado com Hygino Corrêa Durão para o encanamento d'água potável na cidade de Pelotas, 03 de maio de 1871.
- V.275. RIO GRANDE DO SUL. Escritura de venda, cessão e transferência que faz Hygino Corrêa Durão à Companhia de Hidráulica Pelotense de todos os privilégios, direitos, e isenções adquiridas pelo contrato celebrado com o governo da província para o abastecimento d'água potável para esta cidade de Pelotas, em 18 de novembro de 1871.
- V.479. LIVRO de Registro de Diploma. Registro do título de agrimensor de Romualdo de Abreu Silva. 30 de dezembro de 1871, p.72 verso.
- V.635<sup>F</sup>. RELATÓRIO da Companhia Hidráulica Pelotense correspondente ao ano de 1907. Pelotas: Livraria Comercial, 1908.

Biblioteca Pública Pelotense (BPP). Setor de Periódicos. Pelotas - RS

CORREIO MERCANTIL, 04 de agosto de 1877, p.01 e 02

CORREIO MERCANTIL, 08 de agosto de 1877, p.02.

CORREIO MERCANTIL, 08 de maio de 1875, p.02.

CORREIO MERCANTIL, 10 de abril de 1875, p.01.  
 CORREIO MERCANTIL, 12 de fevereiro de 1875, p.01.  
 CORREIO MERCANTIL, 13 de julho de 1875, p.01 e 03.  
 CORREIO MERCANTIL, 13 de março de 1875, p.01.  
 CORREIO MERCANTIL, 15 de julho de 1877, p.01.  
 CORREIO MERCANTIL, 17 de julho de 1875, p.02.  
 CORREIO MERCANTIL, 17 de julho de 1877, p.01.  
 CORREIO MERCANTIL, 19 de julho de 1877, p.02.  
 CORREIO MERCANTIL, 19 de maio de 1875, p.03.  
 CORREIO MERCANTIL, 21 de julho de 1875, p.02.  
 CORREIO MERCANTIL, 21 de julho de 1877, p.01.  
 CORREIO MERCANTIL, 21 de março de 1875, p.01.  
 CORREIO MERCANTIL, 22 de abril de 1875, p.01  
 CORREIO MERCANTIL, 23 de abril de 1875, p.01.  
 CORREIO MERCANTIL, 24 de janeiro de 1875, p. 02.  
 CORREIO MERCANTIL, 24 de junho de 1875, p.02.  
 CORREIO MERCANTIL, 25 de abril de 1875, p.02.  
 CORREIO MERCANTIL, 26 de agosto de 1875, p.01.  
 CORREIO MERCANTIL, 26 de julho de 1877, p.01.  
 CORREIO MERCANTIL, 29 de abril de 1875, p.03.  
 CORREIO MERCANTIL, 30 de julho de 1875, p.02.  
 DIÁRIO DE PELOTAS, 03 de maio de 1878, p.03.  
 DIÁRIO POPULAR, 24 de abril de 1895, p.01.  
 ONZE DE JUNHO, 06 de outubro de 1883, p.01.  
 ONZE DE JUNHO, 09 de outubro de 1883, p.02.  
 ONZE DE JUNHO, 11 de janeiro de 1883, p.03.  
 ONZE DE JUNHO, 12 de janeiro de 1883, p.01.  
 ONZE DE JUNHO, 14 de janeiro de 1883, p.02.  
 ONZE DE JUNHO, 17 de abril de 1883, p.02.  
 ONZE DE JUNHO, 1º de agosto de 1883, p.02.  
 ONZE DE JUNHO, 1º de maio de 1883, p.02.  
 ONZE DE JUNHO, 1º de setembro de 1883, p.03.  
 ONZE DE JUNHO, 26 de outubro de 1883, p.01, 02 e 03.  
 ONZE DE JUNHO, 29 de setembro de 1883, p.02.

Biblioteca Rio-Grandense (BRG). Rio Grande – RS.

Acervo fotográfico. Sala Dr. Fernando Duprat da Silva.

COMPANHIA HIDRÁULICA PELOTENSE. Seus estatutos e mais documentos relativos a sua organização. Pelotas. Typ. Do Jornal do Commercio, 1871.

ORÇAMENTO do município de Pelotas para o exercício de 1897. Lei nº 19, de 07 de dezembro de 1896. Pelotas: Oficina da Livraria Universal, 1897.

ORÇAMENTO do município de Pelotas para o exercício de 1909. Lei nº 56, de 22 de outubro de 1908. Pelotas: Imprensa Diário Popular, s.d.

ORÇAMENTO do município de Pelotas para o exercício de 1910. Lei nº 60, de 10 de novembro de 1909. Pelotas: Oficinas do Diário Popular, s.d.

ORÇAMENTO do município de Pelotas para o exercício de 1914. Lei nº 80, de 28 de novembro de 1913. Pelotas: Oficinas do Diário Popular, s.d.

ORÇAMENTO do município de Pelotas para o exercício de 1916. Lei nº 96 de 29 de novembro de 1915. Pelotas: Oficinas Tipográficas do Diário Popular, 1915.

ORÇAMENTO para o município de Pelotas para o exercício de 1901. Lei nº 30 de 23 de novembro de 1900. Pelotas: Imprensa a Vapor da Livraria Universal, 1900.

- ORÇAMENTO para o município de Pelotas para o exercício de 1907. Lei nº 46 de 21 de novembro de 1906. Pelotas: Livraria Universal, 1906.
- RELATÓRIO apresentado ao Ilustre Cidadão Dr. Intendente pelo Secretário do Município (até 30 de junho de 1902). Rio Grande: Tipografia do Riograndense, 1902.
- RELATÓRIO da Companhia Hidráulica Rio-Grandense apresentado à Assembléa Geral dos Acionistas na sessão de 22 de julho de 1873. Rio Grande: Typ. Echo do Sul, 1873.
- RELATÓRIO da Directoria da Companhia Hydraulica Rio-Grandense apresentado à Assembléa Geral de Accionistas na sessão de 31 de julho de 1877. Rio Grande: Typ. do Artista, 1877.
- RIO GRANDE. Regulamento para a locação de serviço dos criados, aprovado pela lei nº 1652, de 05 de janeiro de 1888.

Center for Research Libraries (CRL). Brazilian Government Document Digitalization Project.

- V.1011. RELATÓRIO apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo pelo presidente da província, o exm. sr. dr. Antonio Candido da Rocha, no dia 2 de fevereiro de 1870. S. Paulo: Typ. Americana, 1870, p.50.
- V.1017. RELATÓRIO apresentado à Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo pelo presidente da província, exm. sr. dr. Sebastião José Pereira, em 2 de fevereiro de 1876. S. Paulo: Typ. do "Diario", 1876.
- V.1059. RELATÓRIO com que o Vice-presidente Luiz Alves Leite de Oliveira entregou a Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul ao Exm°. Sr. Barão de Muritiba no dia 26 de setembro de 1855. Porto Alegre: Typographia do Mercantil, 1855.
- V.1067. RELATÓRIO do Presidente da Província do Rio Grande do Sul Pereira Campos, em 31 de outubro de 1866 [indicação da referência incompleta no documento original].
- V.1068. RELATÓRIO com que o Exm°. Sr. Dr. Francisco I. Marcondes Homem de Mello, passou a administração d'esta província ao Excellentissimo Senhor Doutor Joaquim Vieira da Cunha, 1° Vice-presidente no dia 13 de abril do anno de 1868. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1868.
- V.1069. RELATÓRIO com que o Excelentíssimo Senhor Doutor Joaquim Vieira da Cunha 1° Vice-presidente desta província passou a administração da mesma ao Exm. Sr. Marechal de Campo Guilherme Xavier de Souza, no dia 14 de julho de 1868. Typ.do Jornal do Commercio, 1868.
- V.1072. RELATÓRIO com que o Excellentissimo Sr. Dr. Antonio da Costa Pinto Silva, presidente d'esta província, passou a administração da mesma ao Exm°. Sr. Doutor Israel Rodrigues Barcellos, no dia 20 de maio de 1869. Porto Alegre: Typ. do Rio-Grandense, 1869.
- V.1075. RELATÓRIO com que o Excellentissimo Sr.Conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima passou a administração desta província ao Exmo. Sr. Coronel João Simões Lopes, 1° Vice-Presidente no dia 24 de maio do anno de 1871. Porto Alegre: Typ. do Rio-Grandense, 1871.
- V.1078. RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Conselheiro Jeronymo Martiniano Figueira de Mello presidente desta província passou a administração da mesma ao Exm. Sr. Dr. José Fernandes da Costa Pereira Júnior no dia 11 de julho de 1872. Porto Alegre: Typ. do Constitucional, 1872.
- V.1079. RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Dr. José Fernandes da Costa Pereira Júnior presidente desta província passou a administração da mesma ao Exm. Sr. Dr. João Pedro Carvalho de Moraes no dia 1 de dezembro de 1872. Porto Alegre: Typ. do Constitucional, 1873.
- V.1080. FALLA dirigida á Assembléa Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente Dr. João Pedro Carvalho de Moraes em primeira sessão da 16ª Legislatura. Porto Alegre: Typographia do Rio-Grandense, 1875.
- V.116. FALLA que recitou o exmo. presidente da provincia da Bahia, dr. João Mauricio Wanderley, abertura da Assembléa Legislativa da mesma provincia no 1º de março de 1853. Bahia: Typ. Const. de Vicente Ribeiro Moreira, 1853.
- V.750. RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Conselheiro Tristão de Alencar Araripe passou a administração desta província ao Exm. Sr. Dr. João Dias de Castro 2º Vice-presidente, no dia 5 de fevereiro de 1877. Porto Alegre: Typographia do Jornal do Commercio, 1877.



- V.751. RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Dr. João Dias de Castro, 2º vice-presidente, passou a administração desta província ao Exm. Sr. Desembargador Francisco de Faria Lemos em 21 de maio de 1877. Porto Alegre: Typographia do Jornal do Commercio, 1877.
- V.752. RELATÓRIO com que o Exm. Sr. Desembargador Francisco de Faria Lemos passou a administração desta província ao Exm. Sr. Dr. João Chaves Campello Segundo Vice-presidente, no dia 10 de fevereiro de 1878. Porto Alegre: Typographia do Jornal do Commercio, 1878.
- V.874. RELATORIO com que abriu a primeira sessão ordinaria da segunda legislatura da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul no 1º de março de 1846, o exmº sr. conde de Caxias, presidente da mesma provincia. Porto Alegre: Typ. de I.J. Lopes, 1846.
- V.875. RELATORIO do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o senador conselheiro Manoel Antonio Galvão, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 5 de outubro de 1847, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o anno de 1847 a 1848. Porto Alegre: Typ. de Argos, 1847.
- V.876. RELATORIO do vice-presidente da provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Capistrano de Miranda Castro, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 4 de março de 1848, acompanhado do orçamento para o anno financeiro de 1848-1849. Porto Alegre: Typ. do Porto Alegrense, 1848.
- V.877. ADDITAMENTO feito ao relatorio, que perante a Assembléa Provincial do Rio-Grande de São Pedro do Sul, dirigio o exmº vice-presidente da provincia em sessão de 04 de março de 1848, pelo illmº e exmº sr. presidente da provincia e commandante do exercito em guarnição, Francisco José de Souza Soares de Andréa, para ser presente á mesma Assembléa. Porto Alegre: Typ. do Commercio, 1848.
- V.879. RELATÓRIO do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o conselheiro José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no 1º de outubro de 1850; acompanhado do orçamento da receita e despesa para o anno de 1851. Porto Alegre: Typ. de F. Pomatelli, 1850.
- V.881. RELATORIO do vice-presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em o 1º de outubro de 1852. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1852.
- V.883. RELATORIO do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 2 de outubro de 1854. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1854.
- V.886. RELATORIO do vice-presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o commendador Patricio Correa da Camara, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 11 de outubro de 1857. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1857.
- V.893. RELATORIO com que o conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão entregou a presidencia da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao exm. sr. vice-presidente, commendador Patricio Correa da Camara. Porto Alegre: Typ. do Jornal A Ordem, 1861.
- V.894. RELATORIO apresentado pelo presidente da provincia do Rio Grande do Sul, desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha, na 1ª sessão da 10ª legislatura da Assembléa Provincial. Porto Alegre: Typ. do Jornal A Ordem, 1862.
- V.895. RELATORIO apresentado pelo presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, dr. Espiridião Eloy de Barros Pimental, na 2ª sessão da 10ª legislatura da Assembléa Provincial. Porto Alegre: Typ. do Correio do Sul, 1863.
- V.897. RELATORIO com que o bacharel João Marcellino de Souza Gonzaga entregou a administração da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao illm. e exm. sr. visconde de Boa-Vista. Porto Alegre: Typ. do Rio-Grandense, 1865.
- V.900. FALLA dirigida á Assembléa Legislativa da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente, dr. Francisco Ignacio Marcondes Homem de Mello, e a segunda sessão da 12ª legislatura. Porto Alegre: Typ. do Rio-Grandense, 1867.
- V.902. RELATORIO com que o excellentissimo sr. dr. João Sertorio, presidente d'esta provincia, passou a administração da mesma ao exmº sr. dr. João Capistrano de Miranda e Castro, 1º vice-presidente, no dia 29 de agosto de 1870. Porto Alegre: Typ. do Rio Grandense, 1870.
- V.904. FALLA dirigida á Assembleia Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo Presidente Conselheiro Jerônimo Martiniano Figueira de Mello em a segunda sessão da 14ª. Legislatura. Porto-Alegre: Typ. do Rio-Grandense, 1872.

- V.905. FALLA com que o exm. sr. dr. João Pedro Carvalho de Moraes, presidente da provincia, abriu a 1ª sessão da 15ª legislatura da Assembléa Legislativa Provincial no dia 1º de março de 1873. Porto Alegre: Typ. do "Constitucional," 1873.
- V.906. RELATÓRIO do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Carvalho de Moraes, 7 de março de 1874 [indicação da referência incompleta no documento original].
- V.908. FALLA dirigida á Assembléa Legislativa da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente, dr. José Antonio de Azevedo Castro, em a segunda sessão de 16ª legislatura. Porto Alegre: Typ. do Rio-Grandense, 1876.
- V.909. FALLA dirigida à Assembléa Legislativa da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo 2º Vice-Presidente, Dr. João Dias de Castro em a 1ª sessão da 17ª legislatura. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1877.
- V.911. FALLA dirigida á Assembléa Legislativa da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul pelo presidente, dr. Felisberto Pereira da Silva, em a 1ª sessão da 18ª legislatura. Porto Alegre: Typ. do Jornal do Commercio, 1879.
- V.912. RELATORIO com que o exm. sr. dr. Carlos Thompson Flores passou a administração da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao 3º vice-presidente, o exm. sr. dr. Antonio Corrêa de Oliveira, a 15 de abril de 1880; este ao exm. sr. dr. Henrique Ávila a 19 do mesmo mez, e falla com que o ultimo abriu a 2ª sessão da 18ª legislatura Assembléa Provincial no dia 1º de maio de 1880. Porto Alegre: Typ. A Reforma, 1880.
- V.920. FALLA que á Assembléa Legislativa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul dirigido o exm. sr. barão de Santa Thecla, vice-presidente da provincia, ao installar-se a 2ª sessão da 22ª legislatura em 27 de novembro de 1888. Porto Alegre: Typ. a Vapor do Jornal do Commercio, 1889.

Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB). Laboratório de Geoprocessamento.

Imagem Landsat TM7, 1999.

Núcleo de Documentação Histórica, Instituto de Ciências Humanas, UFPel.

PLANTA da cidade de Pelotas. Escala 1:10.000. Porto Alegre: Editor R. Wriedt, 1922.

Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira (NEAB). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFPel.

PLANTA da cidade de Pelotas. 1893.

Prefeitura Municipal de Pelotas. Pelotas (PMP). Secretaria de Cultura (SeCult).

ASSOCIATION POUR LA SAUVEGARDE ET LA PROMOTION DU PATRIMOINE MÉTALLURGIQUE. Inventário.

DIÁRIO DA MANHÃ, 2003, p.10.

DIÁRIO POPULAR, 2002, p.03.

DIÁRIO POPULAR, 2003, Contracapa.

Durenne dans le Rio Grande do Sul. *Fontes*. Revué de l'ASPM, n.44, p.22, dec.2001.

OFICINA DO DESENHO. *Fonte das Nereidas*. Volume I. Porto Alegre, 2002.

ZERO HORA, 2003, s.p.

Prefeitura Municipal de Pelotas. Pelotas (PMP). Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU).

PLANTA da Zona Sub-urbana da cidade de Pelotas. Escala 1:100.000.

PLANTA da cidade de Pelotas. 1909. Escala 1/5.000.

PLANTA da cidade de Pelotas e seus arrabaldes. 1924. Escala 1/5.000.

PROJETOS arquitetônicos 1895-1907.

Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas (SANEP). Pelotas – RS.

Acervo fotográfico do Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas. Setor de Estatística e Divulgação.

CARVALHO, Francisco Paulo. *Serviço Autônomo de Água e Esgotos*. SAAE. Pelotas, 1980.

CASSAN, Leon. Edifício das máquinas, caldeiras, bombas e oficinas. Escala 1:100. Represa do Moreira. Projeto arquitetônico. Elevação lateral, elevação principal, corte ABCD e corte EF. Pelotas: dezembro de 1891.

COMPANHIA HIDRÁULICA PELOTENSE. Relatório de janeiro a junho de 1880. Pelotas: Typografia a Vapor do Correio Mercantil, 1880.

COMPANHIA HIDRÁULICA PELOTENSE. Relatório de julho a dezembro de 1885. Pelotas: Impressão a Vapor do Correio Mercantil, 1887.

COMPANHIA HIDRÁULICA PELOTENSE. Relatório do 1º semestre de 1886. Pelotas: Impressão a Vapor do Correio Mercantil, 1886.

COMPANHIA HIDRÁULICA PELOTENSE. Relatório do 1º semestre do ano de 1887. Pelotas: Impressão a Vapor do Correio Mercantil, 1887.

COMPANHIA HIDRÁULICA PELOTENSE. Relatório do 2º semestre de julho a dezembro de 1880. Pelotas: Typografia a Vapor do Correio Mercantil, 1881.

COMPANHIA HIDRÁULICA PELOTENSE. Relatório do 2º semestre do ano de 1886. Pelotas: Offic. Typ. do Diário de Pelotas, 1886.

COMPANHIA HYDRAULICA PELOTENSE. Relatório de julho a dezembro de 1877. Correio Mercantil.

CONSTRUTORA SUL BRASIL. *Projecto nº 334. Reforma para Casa do Guarda. Secção Moreira*. Bagé, 28/02/1929. 06 folhas.

HIDRÁULICA PELOTENSE. Relatório do 1º semestre de 1883. Pelotas: Typografia a Vapor do Correio Mercantil, 1883.

HYDRAULICA PELOTENSE. Relatório de janeiro a junho de 1878. Typografia do Diário de Pelotas, 1878.

HYDRAULICA PELOTENSE. Relatório de janeiro a junho de 1881. Pelotas: Typografia do Diário de Pelotas.

HYDRAULICA PELOTENSE. Relatório de julho a dezembro de 1879. Typ. do Diário de Pelotas, 1880.

HYDRAULICA PELOTENSE. Relatório do semestre de janeiro a junho de 1879. Pelotas: Typ. do Correio Mercantil, 1879.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL PELOTAS. Secção de Águas e Esgotos. Relatório 1915. Pelotas: Off. Typ. do Diário Popular, 1916.

INTENDÊNCIA MUNICIPAL PELOTAS. Secção de Águas e Esgotos. Relatório 1916. Pelotas: Off. Typ. do Diário Popular, 1917.

RELATÓRIO apresentado pelo gerente à Directoria da Companhia Hydraulica Pelotense correspondente ao semestre de 1º de janeiro a 30 de junho de 1877. Typ. do Correio Mercantil, 1877.

RELATÓRIO correspondente ao semestre de 1 de janeiro a 30 de junho de 1876 apresentado pelo gerente à Directoria da Companhia Hydraulica Pelotense e por esta, com o balanço respectivo, aos srs. Accionistas, em Assembléa Geral de 27 de julho de 1876. Pelotas: Typ. e Lith. do Jornal do Commercio, 1876.

RELATÓRIO correspondente ao semestre de 1 de julho a 31 de dezembro de 1876 apresentado pelo Gerente à Directoria da Companhia Hydraulica Pelotense e por esta, com o balanço respectivo, aos Srs. Accionistas, em Assembléa Geral de 7 de fevereiro de 1877. Pelotas: Typ. do Jornal do Commercio, 1877.

RELATÓRIO da Companhia Hidráulica Pelotense anno de 1903. Pelotas: Officina Typografica da Livraria Commercial Francisco Meira, s.d.

RELATÓRIO da Companhia Hidráulica Pelotense correspondente ao ano de 1907. Pelotas: Livraria Comercial, 1908.

RELATÓRIO da Companhia Hidráulica Pelotense do 1º semestre de 1885. Pelotas, 1885.

RELATÓRIO da Companhia Hidráulica Pelotense do anno de 1888. Pelotas: Impressão a Vapor do Correio Mercantil, 1889.

- RELATÓRIO da Companhia Hidráulica Pelotense do anno de 1889. Pelotas: Typ. D'A Pátria, 1889.
- RELATÓRIO da Companhia Hidráulica Pelotense do anno de 1890. Pelotas: Typ. A Vapor da Livraria Americana, 1890.
- RELATÓRIO da Companhia Hidráulica Pelotense do anno de 1892. Pelotas: Typ. A Vapor da Livraria Americana, 1893.
- RELATÓRIO da Companhia Hydraulica Pelotense do anno de 1891. Pelotas: Typografia da Livraria Americana, 1892.
- RELATÓRIO da Companhia Hydraulica Pelotense do anno de 1893. Pelotas: Oficinas a Vapor da Livraria Americana, 1894.
- RELATÓRIO da Companhia Hydraulica Pelotense no 2º semestre de 1881. Pelotas: Typografia a Vapor do Correio Mercantil, 1882.
- RELATÓRIO da Companhia Hydraulica Pelotense no primeiro semestre de 1882. Pelotas: Typ. a Vapor do Correio Mercantil, 1882.
- RELATÓRIO da Directoria da Companhia Hydraulica Pelotense apresentado à Assembleia Geral de Accionistas em 31 de julho de 1872. Rio Grande: Typ. do Echo do Sul, 1872.
- RELATÓRIO sobre o projecto definitivo dos serviços de águas e esgotos para a cidade de Pelotas em 1910. Apresentado ao Intendente Municipal Engenheiro, José Barboza Gonçalves pelo Engenheiro Civil, Alfredo Lisbôa. Pelotas: Oficinas do Diário Popular, 1911.
- XP ARQUITETURA LTDA. *Caixa d'água de Pelotas – Fouila, Frères & Cia.* Praça Piratinino de Almeida, Pelotas – RS. Levantamento métrico arquitetônico. 21 pranchas. CD-ROM. Maio de 2004.

## INSTITUIÇÕES CONSULTADAS

- Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRGS). Porto Alegre – RS.
- Biblioteca Central da Universidade Estadual de Maringá (BCE). Maringá – PR.
- Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Cidade Universitária. São Paulo – SP.
- Biblioteca da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). FAU Maranhão. São Paulo – SP.
- Biblioteca de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas (BCS). Pelotas – RS.
- Biblioteca Irmão José Otão. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre – RS.
- Biblioteca Mário de Andrade (BMA). Setor de Obras Raras e Especiais. São Paulo – SP.
- Biblioteca Nacional (BN). Rio de Janeiro – RJ.
- Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul (BPE). Sala Guilhermino César. Documentação do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS.
- Biblioteca Pública Pelotense (BPP). Pelotas – RS.
- Biblioteca Rio-Grandense (BRG). Rio Grande – RS.
- Center for Research Libraries (CRL). Brazilian Government Document Digitalization Project.
- Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul (FZB). Laboratório de Geoprocessamento. Porto Alegre – RS.
- Núcleo de Documentação Histórica. Instituto de Ciências Humanas, UFPel. Pelotas -RS
- Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira (NEAB). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFPel. Pelotas – RS.
- Prefeitura Municipal de Pelotas (PMP). Secretaria Municipal de Cultura (SeCult). Pelotas – RS.
- Prefeitura Municipal de Pelotas (PMP). Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU). Pelotas – RS.
- Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas (SANEP). Pelotas – RS.